

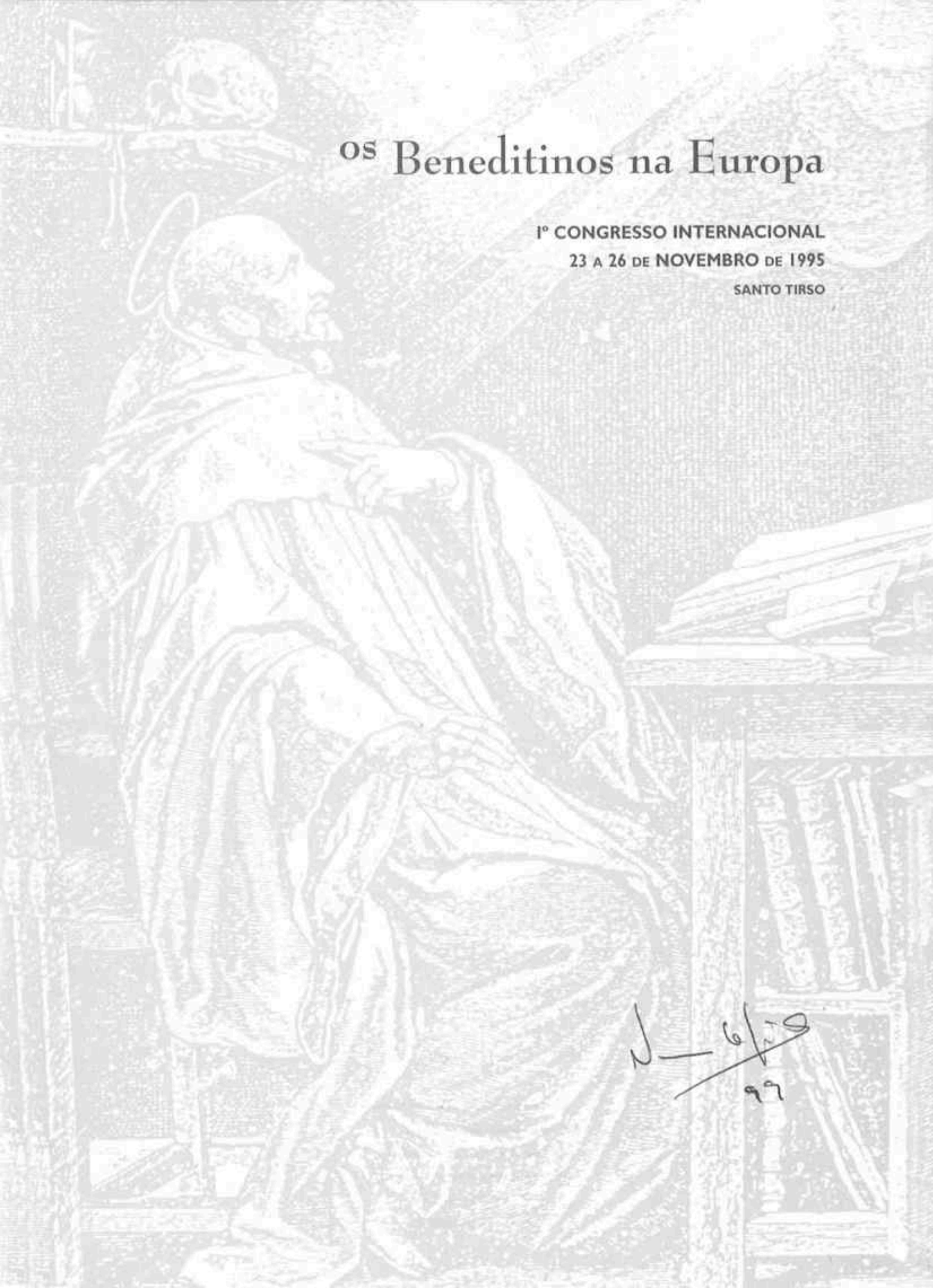
os Beneditinos na Europa

1º CONGRESSO INTERNACIONAL
23 A 26 DE NOVEMBRO DE 1995
SANTO TIRSO



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO





os Beneditinos na Europa

1º CONGRESSO INTERNACIONAL

23 A 26 DE NOVEMBRO DE 1995

SANTO TIRSO

Nº 6/79
99

FICHA TÉCNICA

Coordenação: Museu Municipal Abade Pedrosa

Coordenação gráfica: Miguel Félix

Edição: Câmara Municipal de Santo Tirso

Composição e impressão: Rainho & Neves, Lda./SA

Tiragem: 1000 exemplares

Depósito legal: 128837/98

Comunicações

O MOSTEIRO DE SANTO TIRSO. UMA TENTATIVA DE PERIODIZAÇÃO.	11-24
Francisco Carvalho Correia	
MOTINS ANTIBENEDITINOS CONTRA O MOSTEIRO DE PALME EM 1664.	25-33
Franquelim Neiva Soares	
LOS MONJES NEGROS Y EL PODER EN LA GALICIA DE LOS SIGLOS X-XII: EL EJEMPLO DE CELANOVA.	35-44
José M. Andrade Cernadas	
VIDA E MORTE DE UM MOSTEIRO BENEDITINO: O CASO DE LORVÃO.	45-76
Maria Alegria Fernandes Marques	
S. BENTO E OS BENEDITINOS NA FILATELIA.	77-88
Paulo Sá Machado	
INTERESSES DOMINIAIS DO MOSTEIRO DE RENDUFE NA ESTREMADURA ATÉ AO SÉCULO XVI.	89-130
Saul António Gomes	
FUNDACIONES DE LOS BENEDICTINOS EUROPEOS EN LOS ESTADOS UNIDOS.	131-162
Antonio Linage Conde	
PRAECEPTORES IN ORBE NOVO. EN TORNO A LOS COLEGIOS BENEDICTINOS EN LOS ESTADOS UNIDOS.	163-193
Antonio Linage Conde	
A MÚSICA NO MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEMIDE.	195-201
Aires Rodela Pereira	
MONGES, LIVROS E LEITURAS: MODOS DE ESPIRITUALIDADE E PRESERVAÇÃO DE TEXTOS.	203-219
Aires A. Nascimento	
O COSTUMEIRO DE POMBEIRO. NORMAS E COSTUMES DOS BENEDITINOS NO SÉCULO XIII.	221-236
Joana Lencart	
LA CONGREGACIÓN BENEDICTINA OBSERVANTE DE VALLADOLID Y LA REFORMA DE LOS MONASTERIOS BENEDICTINOS PORTUGUESES (1390-1590).	237-246
Ernesto Zaragoza y Pascual	

comissão de honra

os Beneditinos na Europa

Iº CONGRESSO INTERNACIONAL

23 A 26 DE NOVEMBRO DE 1995

SANTO TIRSO

Exmo. Senhor Dr. Mário Soares
PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA

Exmo. Senhor Eng. António Guterres
PRIMEIRO MINISTRO DE PORTUGAL

Exmo. Senhor Prof. Dr. Manuel Maria Carrilho
MINISTRO DA CULTURA

Rev.ª Senhor Pe. Luís Aranha
D.ABADE DE SINGEVERGA

Exmo. Senhor Prof. Dr. Sérgio Machado dos Santos
REITOR DA UNIVERSIDADE DO MINHO

Exmo. senhor Prof. Dr. Alberto M. Amaral
REITOR DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Exmo. Senhor Dr. Carlos Jorge Barral
GOVERNADOR CIVIL DO PORTO

Rev.ª Senhor D. Júlio Tavares Rebimbas
BISPO DO PORTO

Exmo. Senhor Dr. Joaquim Couto
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

A cultura é uma prioridade em Santo Tirso. É intenção desta Câmara Municipal, desde que assumi os destinos do concelho, desenvolver uma política cultural para todos. Seja através da construção de equipamentos, seja através da realização de iniciativas culturais.

Na área dos equipamentos não podemos deixar de nos referir à construção da nova Biblioteca Municipal, da Casa da Cultura da Trofa ou do Centro Cultural de Vila das Aves. No que diz respeito às iniciativas culturais, é importante lembrar que o nosso concelho é conhecido, também internacionalmente, pela realização dos Festivais de Guitarra, dos Simpósios de Escultura e de congressos vários, dos quais o dedicado ao I Congresso Internacional «Os Beneditinos na Europa» é um dos bons exemplos. Perpetuar esses congressos para o futuro é o objectivo da edição das suas actas.

Com esta nova edição, possibilitamos o acesso às reflexões do congresso, mesmo àqueles a quem não foi possível participar.

Espero que gostem do que vão ler e que participem nos próximos.

Joaquim Barbosa Ferreira Couto (Dr.)
Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso

comissão científica

os Beneditinos na Europa

Iº CONGRESSO INTERNACIONAL

23 A 26 DE NOVEMBRO DE 1995

SANTO TIRSO

Prof.^a Doutora Maria Helena da Rocha Pereira

Prof.^a Doutor Geraldo Coelho Dias

Prof. Doutor Cândido dos Santos

Doutor Francisco Carvalho Correia

Prof. Doutor António Linage Conde

Prof. Doutor Manuel C. Diaz y Diaz

Prof.^a Doutora Maria Helena Cruz Coelho

I Congresso Internacional «Os Beneditinos na Europa»

23 a 26 de Novembro de 1995

Santo Tirso

Auditório Eng. Eurico de Melo,
Stª Casa da Misericórdia de Santo Tirso

PROGRAMA

Dia 23 de Novembro

14h00 – Recepção e entrega da documentação aos
conferencistas

Abertura do Congresso

- Presidente da C. M. de Santo Tirso
Dr. Joaquim Couto
- D. Abade do Mosteiro de Singeverga
D. Abade Luis Aranha

Comunicações

17h00 – Doutor Francisco Carvalho Correia
«O Mosteiro de Santo Tirso. Problemas de cronologia:
a sua periodização e rol dos seus abades»

18h00 – Prof. Doutor António Franquelin Neiva Soares
«Motins antibenedictinos contra Palme em 1664»

Dia 24 de Novembro

14h00 – Profª Doutora Manuela Domínguez García
«El culto de santos benedictinos en Galicia en la Edad
Media»

15h00 – Prof. Doutor José Miguel Andrade Cernades
«Monjes negros y poder en Galicia de los siglos X-XIII»

Pausa para café

16h30 – Profª Doutora Maria Alegria Fernandes Marques
«Vida e morte de um mosteiro beneditino: o caso de
Lorvão»

17h30 – Dr. Paulo Sá Machado
«S. Bento e os Beneditinos na Filatelia»

18h30 – Prof. Doutor Reginaldo Gregoir
«A Difusão dos Beneditinos na Europa Medieval»

Debate

Dia 25 de Novembro

10h00 – Doutor Saul Gomes
«Interesses dominiais do Mosteiro de Rendufe na
Estremadura»

11h00 – Doutor Aires Rodeia Pereira
«A música no convento de Stª. Maria de Semide»

Pausa para Almoço

14h00 – Prof. Doutor Aires Augusto do Nascimento
«Monges, livros e leituras – modos de espiritualidade
e preservação de textos»

15h00 – Doutora Joana Lencart
«O costumeiro do Mosteiro Beneditino de Pombeiro»

Pausa para Café

16h30 – Prof. Doutor Geraldo Coelho Dias
«Os Beneditinos portugueses e sua reforma
na Europa»

17h30 – Prof. Doutor M. C. Díaz y Díaz
«El monacato fructosiano y la benedictinización»

Debate

Cerimónia de Encerramento

21h30 – Concerto de Encerramento
Auditório Eng. Eurico de Melo,
Stª Casa da Misericórdia de Santo Tirso.

Dia 26 de Novembro

Almoço de encerramento oferecido pela Câmara
Municipal de Santo Tirso e visita guiada ao Mosteiro
de Santo Tirso.

os Beneditinos na Europa

Iº CONGRESSO INTERNACIONAL
23 A 26 DE NOVEMBRO DE 1995
SANTO TIRSO

O MOSTEIRO DE SANTO TIRSO uma tentativa de periodização

F. Carvalho Correia

Já fizemos um trabalho deste tipo, a respeito do convento de Roriz¹. Agora, o mesmo esforço, em relação ao mosteiro dos religiosos do Patriarca S. Bento, da nossa cidade.

1. O mosteiro de Santo Tirso, antes de 1092

Uma primeira fase (978-1092), de silhueta imprecisa. De que ordem não se saberá. Logo o acto solene de 1092 foi, certamente, entre outras coisas, uma *filiação*, não propriamente uma fundação: os monges tão só adoptaram uma regra, a de S. Bento. Julgo que sim.

Porque só uma filiação, respeitar-se-ia o orago de trás, o mártir Santo Tirso. Mas logo se lhe adossaria a protecção secundária de Nossa Senhora da Assunção, que já figura na carta de couto de 1098. E que, depois, a Senhora-a-Alta se revigoraria, a ponto de se reagir contra o declínio e postergação do santo asiático².

¹ Cf. artº *Periodização da história do convento de Roriz*, em JST de 14 de Julho de 1995, p.3.

² No final da carta da doação do couto, de 23 de Março de 1098, na série de confirmações, depois do patrocínio de Santo Tirso, acrescenta-se o papel tutelar de Santa Maria, a sempre Virgem. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938, p. 158, doc. n. 4. Depois, emerge, ainda mais, o papel de Nossa Senhora de 15 de Agosto: *mosteiro de Santa Maria de Santo Tirso de Riba d'Aves* (doc. de 1430); COSTA, António Domingues de Sousa – MPV, vol. IV, p. 524, doc. n. 1536. Reage, salvaguardando o papel primordial do mártir da Bitínia, Frei Leão de S. Tomás, em 1651 (*Benedictina Lusitana*) vol. II, pp. 16-19). Muito embora este filho ilustre da casa de Santo Tirso reconheça a legitimidade da figuração do mártir em altar colateral, ao contrário de Nossa Senhora que ocupa – e com razão! – o altar-mor. Completar-se-ia a reacção no triénio de 1789-1792, com a colocação da imagem de Santo Tirso, no retábulo – principal, muito embora sem o sacrifício do destaque da figuração mariana e assumpcionista.

Da organização da comunidade original também nada sabemos. Mas avulta já uma faceta que marcaria, com vigor, a caminhada histórica do mosteiro de Santo Tirso. De coração aberto aos problemas do homem e do mundo:

• A controvérsia de 1100-1101, entre o convento e o arcebispo S. Geraldo, revelará, por analepse – num recuo mesmo às origens –, o acolhimento do mosteiro a favor dos viandantes, sem distinção. Eclesiásticos ou leigos, pobres ou da fidalguia, todos encontravam na nossa casa religiosa uma telha que os abrigasse e o pão que lhes fornecesse vigor³.

• A história de Gonçalo Pais, da casa de Marnel, e ligado aos padroeiros de Santo Tirso, por parte da mãe, demonstra igualmente a fama deste mosteiro – e os insucessos na recuperação do enfermo pode ser nada a deslustrar –, no tratamento e solicitude em prol dos doentes⁴.

Uma espiritualidade, pois, que não os alienaria na função absorvente do culto e do altar ou na ascese redentora de uma desvinculação total e pessoal dos laços corpóreos e mundanais. Antes, lhes infundia na devoção aos homens o calor místico de um encontro maior e mais estreito com Deus, em pessoa. O Seu mistério o sondavam no coração mesmo da história.

2. Após 1092

Uma data importante: 1092. Agora, a filiação beneditina do mosteiro (?), a eleição de Gaudemiro – escolhido pelos votos dos monges, apresentado pelos vinte e tantos padroeiros, confirmado e «ordenado» por Crescónio, bispo de Coimbra –, o compromisso dos padroeiros sobre a indivisibilidade dos bens monásticos, a inauguração de um novo convento...

Uma segunda data decisiva: 1402. Toma posse do

mosteiro, nesta altura, o primeiro abade comendatário, Martim Aires. Perdem, doravante, os monges de Santo Tirso, o direito da eleição; e os padroeiros, o direito que lhes competia, o de apresentarem o abade. Sabemos pelas linhas e entrelinhas dos processos de nomeação quem são os promotores dos candidatos ao nível das prelaturas.

Outra data a impor um novo rumo no historial da comunidade religiosa: 1588. A 16 de Julho aconteceu a resignação do último comendatário, o Card. Alexandre Farnésio.

Uma última cronologia a reter-se, a de 1590: início dos abades, eleitos pelos monges, mas agora trienais. Foi o regime que perdurou até à abolição das ordens religiosas: Maio de 1834. Dois meses antes, a 26 de Março, esquivaram-se, por antecipação, os nossos monges ao cutelo do Mata-frades. Com a entrada dos liberais na nossa cidade, o último prelado remeteria os monges para as suas terras de origem. Depois, fechou as portas do mosteiro, beijou o solo. Agoniado no coração intuiu a suspeita de que os seus religiosos sairiam do convento, mas não como em 1385. Agora, talvez, sem esperança de regresso. E adivinhou...

Postas estas coisas assim, tentaríamos a periodização da nossa história monástica, quanto a esta segunda parte, da maneira que segue.

2.1. De 1092 a 1396

É o período dos abades eleitos e vitalícios. Desde o abaciado de D. Gaudemiro até ao de D. Vicente Rodrigues.

Há uma subdivisão. Isto é seguro. Confesso ingenuamente que não me sinto com forças para a tarefa de a delimitar. Isto é, não sei cronometrar a primeira série – a dos abades de rigorosa observância – e a que lhe sucederá, a daqueles a que se dá o nome de abades da claustra, quando se opera

³ E desde os seus começos que aquele mosteiro (isto é, o de Santo Tirso) ficou isento de qualquer ónus de tributação, a favor dos bispos, e liberto de qualquer sujeição a qualquer tipo de serviços. Os seus moradores, porém, por razões de pura humanidade, receberam, livremente e segundo as suas possibilidades, não por obrigação, antes por caridade, bispos, abades, clérigos, leigos – nobres ou não –, conterrâneos ou estrangeiros, vindos de qualquer lado. E assim durante muito tempo: cf. texto do acto de concórdia, publicado por Alberto Feito (CST V (1956) 16-19) e cuja leitura se aperfeiçoou em *O Bispo D. Pedro*, vol. II, pp. 418-420, do Dr. Avelino de Jesus da Costa.

⁴ O «dossier» da questão em *A Assistência em Santo Tirso. Notas Soltas*, Art. publicado na «Rev. da Liga dos Amigos do Hospital de Santo Tirso» n.º 7 (Março de 1993) 33-35.

a divisão tripartida dos bens monásticos: duas partes para a mesa abacial e uma para a mesa conventual. À semelhança, diga-se, do que se fizera nas dioceses, com a instalação bipolarizada, mas em desigualdade, da mesa episcopal e da mesa capitular.

Timidamente aponto esta subdivisão, pelo que toca ao mosteiro de Santo Tirso:

- 1092 – 1171: abades de estrita observância;
- 1171 – 1396: abades da claustra.

A data de 1171 – como momento hipotético de uma fractura, de uma transição já efectuada – terá a sua justiça no facto da capacidade de que já usufruiu o abade D. Fernando Mendes de dispor dos seus bens, à sua morte, em benefício da ovença monástica da enfermaria⁵. Se possuía bens seus e deles podia dispor é porque, no mosteiro, já tudo não seria em comum...

2.2. De 1402 a 1588

De 1396 – morte do último abade da claustra – até 1402, abre-se um parêntesis: uma fase de transição. À morte de D. Vicente Rodrigues – último abade da claustra, diz um livro do cartório do mosteiro –, houve uma agitada movimentação política. Os monges, com a anuência do padroeiro, decidiram escolher um frade do convento, João da Maia. O bispo do Porto e o padroeiro, em acção concertada – e depois do segundo dar o dito por não dito! – impuseram-lhes João Afonso Aranha, cónego do Porto,

abade de Várzea de Ovelha (Marco de Canaveses) e, depois, bispo portugalense (1408-1414). Acata-riam os religiosos, anulando, de forma virtual, a eleição de João da Maia. Outro poder, entretanto – e mais alto! – se levantou. D. João I, através do Card. de Nápoles, intercepta o despacho das Bulas Pontificias. *Tutto calculato*: este candidata-se à prelazia de Santo Tirso que, de facto, obtem da Cúria Romana. E, logo depois, a vai depositar nas mãos do monarca português. Daqui transitará direitinha para as mãos do seu favorito: o galego e fidalgo Martim Aires, da família dos Vieiras⁶. A partir daqui, poderes mais altos decidem da liderança conventual. E passa-se por cima da opção dos monges e das atribuições concretas dos padroeiros. Vão ainda reagir por 1430. Mas inutilmente.

Numa nota introdutória aos prazos quatrocentistas do mosteiro, diz-se que foi Martim Aires o primeiro abade comendatário de Santo Tirso. E o seu sobrinho o segundo prelado deste género⁷. Em Março, porém, de 1401, Martim Aires é só e ainda administrador do nosso convento⁸. Mas a 15 de Junho de 1402 era já o abade efectivo da casa tirsense⁹.

Os abades comendatários de Santo Tirso terminam em 1588, com a resignação do Card. Alexandre Farnésio, a troco de uma pensão de 400.000 reis anuais. E mais que vitalícia, que os frades só dela se remiram em 1617. Ou seja, vinte e oito anos depois da morte do neto de Paulo III, que se daria em 1589, um ano depois da renúncia à comenda de Santo Tirso¹⁰.

⁵ MATTOSO, José – *Le Monachisme Ibérique et Cluny*, Louvain, 1968, pp. 206-207.

⁶ O que explicará, ao menos parcialmente, a simbologia do seu brasão, na arca tumular, que, actualmente se encontra na ala poente do primeiro claustro do mosteiro de Santo Tirso.

⁷ O seu antecessor, (isto é, de D. Martim Aires), D. Vicente Rodrigues, foi o último abade da claustra eleito pela comunidade, confirmado pelo bispo do Porto, D. Afonso: ADP Fundo Monástico 2765, ff. 199-199 v. De resto, numa nota introdutória aos prazos quatrocentistas do mosteiro (ADP Fundo Monástico 2643), corrige-se um parecer anterior que fazia do Cardeal D. Jaime, o primeiro comendatário. E anota-se: *infere-se* (do processo de 1428) *ser este* (Martim Aires) *o primeiro abade comendatário que teve o mosteiro, não sendo monge professo dele; e, por isso, é que fez testamento (...), o que é proibido por direito a todo o que professava voto de pobreza, e por isso fez também renúncia do dito mosteiro a seu sobrinho Soeiro Anes. E assim também dirá a respeito deste último: Este Soeiro Anes foi segundo abade comendatário, segundo consta da carta de privilégio (...) onde diz D. Afonso V que lhe dera o dito mosteiro seu pai, que era todo seu, visto a desistência de Martim Aires.*

⁸ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938, p. 211, doc. n.º 168.

⁹ ADP Fundo Monástico 2765, f. 287 v.

¹⁰ O Card. Alexandre Farnésio tomou posse dos mosteiros de Santo Tirso e Landim, mediante procuração passada em Roma, a favor de Ângelo de Charissimis, clérigo, fidalgo da cidade de Parma e familiar seu, a 1 de Outubro de 1561. Cf. art. O Card. Alexandre Farnese. *Apêndice documental*, em JST de 29 de Julho de 1994, p. 7. Cf. ADP Fundo Monástico 2766, ff. 6-6 v. Renunciou a 16 de Julho de 1588: (...) *consta q no tempo do S.to Padre Pio 5º, o dº Cardeal fez desistencia da*

2.3. 1590 – 1834:

período dos abades eleitos e trienais

Há, antes de mais, um período de transição. Desde que Santo Tirso aderiu à Reforma, que incorporaria os mosteiros numa Congregação, superiormente dirigida por um Abade Geral sediado em Tibães, e, enquanto se esperaria pela resignação do comendatário, a administração do convento de Santo Tirso correu provisoriamente por conta dos Priores trienais e eleitos (1570 – 1590)¹². Período de transição, repita-se. Findo este, é eleito, então, o primeiro abade trienal, que foi D. Luis do Espírito Santo¹³.

Remata-se a introdução. Iremos, depois, falar individualmente, dos nomes que lideraram os destinos do nosso mosteiro. Falaremos mais dos *vitalícios* – eleitos e comendatários – que mais questões nos podem oferecer no balizamento da sua actividade administrativa. Dos subsequentes, após 1590, conhece-se bem o princípio e o fim, salvo uma que outra vez, quando a morte lhes antecipou o fecho do seu mandato¹⁴, ou quando uma sustatória vier a impedir aos monges o exercício da sua opção¹⁵. Não só, pois e em princípio, o ano se conhece, como até o mês. A partir dos finais do séc. XVI, os abades são eleitos em Maio e terminam o seu man-

Abbadia deste Mosteiro, a fim de se unirem todos os da Ordem em huma nova Congregação, dando-se-lhe em sua vida huma pensão annual: foi o dito instrumento feito em 16 de Julho de 1588. (ADP Fundo Monástico 2766 f. 6 v.)

Por este mesmo volume do nosso cartório, sabemos que a soma da pensão ascendia, anualmente, à casa dos 400.000 reis, penhorando-se o mosteiro para satisfação do compromisso (ADP Fundo Monástico 2766, f. 6 v.). Faleceu o purpurado um ano depois da sua resignação da abadia tirsense: 1589. O compromisso da nossa casa continuaria a cumprir-se, a favor dos herdeiros do Card. E só em 1617, por iniciativa do abade geral Frei Mauro de S. Tiago, é que o nosso mosteiro se redimiria da pensão.

¹² Neste hiato ou período de transição, foram eleitos priores trienais os seguintes:

Frei Manuel de Ataíde, eleito em 1570;

Frei Pedro de Basto, eleito em 1575;

Frei Domingos da Cruz, eleito em 1578;

Frei Gaspar da Paz, eleito em 1581;

Frei Bento do Salvador, eleito em 1584;

Frei André de Campos, eleito em 1587;

¹³ A 7 de Fevereiro de 1588 proferir-se-á a sentença compulsória do Deão de Braga, como executor das Bulas Apostólicas atinentes à Reforma da Congregação, destinada ao Geral Frei Baltasar de Braga, para tomar posse dos mosteiros da Ordem (ADP Fundo Monástico 2766, f. 2, 9). E, logo depois, a 17 de Maio, o dito abade tomou posse do mosteiro de Santo Tirso (ADP Fundo Monástico 2766, f. 2, n. 10). Descreve-se o cerimonial:

Compromisso de obediência de todos os monges ao Geral – não o faria o monge Frei António Dinis, cura de Santa Cristina e filho de Bustelo –, no coro; procissão até ao altar-mor, ao cântico do Te Deum. Depois, a tomada de posse que assim reza, em formulário mais ou menos genérico:

(...) lhe dei e houve por dada a posse real, actual, corporal do dito mosteiro, com todas as suas pertenças e anexas e cousas a elas pertencentes, a ele dito geral (...) e isto por vestimenta, cálix e corporais, pedra de ara, cruz, missal, castiçais, galhetas, e por todos os mais ornamentos, que com suas mãos tocou, e por terra, pedra, telha, madeira, e por poimento de pés e vista de olhos, tangendo os sinos e abrindo e fechando as portas e grades do dito Mosteiro, a capela com as chaves que lhe foram entregues pelo San Cristão e por todas as mais actos necessários em semelhantes posses, pelos quais eu notário a executorial das ditas bulas de Sua Santidade houve por empossado e metido em posse corporal e actual e real ao dito Reverendissimo Padre Geral Fr. Baltasar, assim de Abade Geral e Supremo Prelado como do dito mosteiro e suas anexas, passais, quintas, jurisdições e mais cousas assim espirituais como temporais, a qual posse ele tomou assim de uma cousa como de outra em seu nome e da dita Ordem e de todos os seus sucessores da dita Religião e Ordem de S. Bento deste dia para todo o sempre (...). Cf. PIRES DE LIMA, António Augusto – Subsídios para a história de Santo Tirso, Porto, 1953, p. 71, nota ao fundo.

¹⁴ Aconteceria com Frei Clemente das Chagas, eleito em 1626, que, surpreendido pela morte, não chegaria ao fim do mandato. Igualmente com Frei Roque da Conceição, eleito em 1719 e que logo morreria a 25 de Julho, conforme reza a epígrafe do seu túmulo, aberto diante da porta da actual sacristia de Santo Tirso. Mas o continuador do seu abaciado, Frei Gregório da Madre de Deus, faleceria, igualmente, antes de terminar ainda mesmo este triênio, a 2 de Abril de 1722, conforme inscrição aberta na sua lápide tumular, à beira da do seu predecessor.

¹⁵ *Suplemento ao estado do Mostr.º de S.to Thyrsso, q se fes p.º o Capp.º g.al, q se havia de celebrar a 3 de Mayo de 1746;*

dato três anos depois, a 30 de Abril. Os estadistas eleitos nos conselhos, na ponta final da prelatura, fazem então o relato do estado em que se encontrava o mosteiro, aquando da tomada de posse, e do estado em que o mesmo ficou, após o encerramento do seu abaciado. No relatório, nomearão,

mais ou menos pormenorizadamente, tudo quanto o abade teria desempenhado no fio da administração que a Providência lhe demarcou. Tanto em Santo Tirso, como no priorado da Foz, ou nas igrejas anexas.

mas como não teve effeito por causa da substatr.º, q o empedirão, continuou na mesma prelasia o M.to R. do P. Fr. Plácido de S. Bento até ao fim de 7 br.º de 1748 (ADB Congregação de S. Bento de Portugal, Cx. 110). Este estado suplementar acabou de redigir-se a 5 de Outubro de 1748.

APÊNDICE

A MALHA DIOCESANA DO NOSSO MOSTEIRO

Se, de facto, algumas igrejas e mosteiros que eram, de direito, do Porto, desta igreja, passaram, de facto, para a diocese de Braga – o que aconteceu até mesmo às portas de Santo Tirso, com Burgães e Rebordões, por exemplo –; se, de um pastoreio fortuito e provisório do arcebispado, se passou a uma jurisdição permanente e efectiva do mesmo sobre as instituições eclesásticas a sul do Ave, o nosso mosteiro sempre resistiu à aglutinação da metrópole e nunca foi, de facto – já que de direito nem sequer a questão se porá – da diocese bracarense. Afirmámo-lo contra o parecer hodierno de Sylvie Deswarte¹.

1. Mas como se originou esta assoberbância da Sé primacial?

Um período houve em que o bispo de Braga – o que aconteceria com D. Pedro² e S. Geraldo³ – administrou as duas comunidades, antes que a igreja portugalense fosse restaurada. O primeiro bispo desta diocese, após a sua reorganização, D. Hugo⁴, viu que a área territorial da sua competência fora ratada. Concretamente, que o metropolitano passara de uma

administração ocasional e fortuita sobre uma parcela restrita da igreja portugalense, para uma jurisdição própria e estável. Que esta perfuração, aliás, se dava em duas frentes: a sul, pelo bispo de Coimbra; e a norte e oriente, pelo arcebispo de Braga.

Assim pensaram alguns autores. Independentemente da cronologia a propósito da restauração das dioceses, a verdade é que o Bispo do Porto, D. Hugo, sentiu-se lesado no que respeita à geografia da sua jurisdição.

2. De qualquer forma, creio que o nosso convento – e a paróquia de Santa Maria Madalena que lhe pertencia – nunca foram da jurisdição do arcebispo de Braga. Melhor dito, que nunca fora considerado da diocese metropolitana.

Vejamos a documentação:

2.1. Na concórdia de 1101 – assinada pelo mesmo arcebispo de Braga, S. Geraldo – o nosso mosteiro – garante-se, da parte dos monges e até da banda daquele – é da diocese do Porto:

Até que, a certa altura, na era de 1138 (isto é, no ano de 1100), sucedeu que um arcepreste, Gonçalo Ermiges, a mando daquele bispo (S. Geraldo), lhe entregou um rol, no qual estavam escritos os nomes de todas as igrejas e mosteiros da diocese do Porto, de forma a que o bispo soubesse quais os direitos que teria sobre cada uma (daquelas instituições). Ora, no documento, constava o próprio mosteiro de Santo Tirso como sujeito à

¹ Il «Perfetto Cortegiano» D. Miguel da Silva, Bulzoni Editore, Roma, 1989, p. 66.

² D. Pedro foi bispo de Braga, desde 1070 a 1092. Várias vezes, estadeou em Santo Tirso, no mosteiro. Como o seu sucessor S. Geraldo:

Quem, sem razão, o escreveu foi o próprio arcepreste, ele que frequentemente, lá (isto é, em Santo Tirso, no mosteiro) esteve com o bispo citado (ou seja, S. Geraldo) e com o seu antecessor, D. Pedro. Diz-se no acto de concórdia de 1101.

D. Pedro foi deposto no concílio de Husillos, em 13 de Abril de 1092, por intimação de D. Bernardo, arcebispo de Toledo e Legado Apostólico do Papa Urbano II, quando aquele aderiu ao anti-Papa Clemente III. Cf. *Vita Sancti Geraldi*, em PMH, Scriptores, p. 54.

Neste concílio foi eleito Crescónio para bispo de Coimbra (DC. 775), que, logo a seguir, com D. Bernardo, assistiu no nosso mosteiro à eleição de Gaudemiro, para abade de Santo Tirso, e que, pouco depois, o «ordenou» em Coimbra.

³ S. Geraldo, o grande arcebispo, que foi eleito em 1096 e presidiu à diocese até 1108. Estadeou várias vezes em Santo Tirso e com o mosteiro fez um pacto de amizade, em 1101. Os nossos monges sempre o iriam ter em grande admiração. Existe, hoje na sacristia da matriz, uma escultura deste notável prelado bracarense.

⁴ D. Hugo, francês de origem – como S. Geraldo –, eleito bispo do Porto em 1113, sagrado em 1114, que teve no abade Gaudemiro de Santo Tirso um estrênuo defensor dos direitos da igreja portugalense e um imediato colaborador. Morreria em Setembro de 1136. Cf. D. RODRIGO DA CUNHA – *Catálogo e História dos Bispos do Porto, Segunda Parte*, Porto, 1623, p. 22.

*obrigação do jantar (ad panem comedendum), em favor do bispo*⁵...

Santo Tirso está no rol dos mosteiros da diocese do Porto, muito embora sob jurisdição meramente ocasional do arcebispo de Braga. Estamos no ano de 1100. E só 13 anos depois é que o Porto terá o seu primeiro bispo, após a restauração...

2.2. Em 1113-1114, no mais aceso da questão, D. Gaudemiro, abade de Santo Tirso⁶, governa a igreja portugalense, enquanto D. Hugo se dirige a Roma, com o fim exacto de reivindicar os limites da sua circunscrição. Escreve D. Bernardo, bispo de Toledo a D. Gaudemiro:

*Aceitamos com dificuldade que não tivésseis vindo ao concílio, nem no ano passado*⁷, *nem há pouco*⁸. Mas D. Hugo bispo da igreja do Porto, nos garantiu de que tinheis motivo (para faltar): é que vos encarregou de governar a sua igreja, em seu lugar⁹.

As circunstâncias – o contexto da polémica com o metropolitano – fazem-nos crer numa confiança plena de D. Hugo no abade Gaudemiro e na instituição que este representa, o que, por outro lado, parece supor uma fidelidade do mosteiro ao seu legítimo pastor.

2.3. Em 1115, dois documentos, a este propósito. Antes de mais, D. Bernardo, arcebispo de Toledo e legado da Santa Sé em Espanha, exorta o abade D. Gaudemiro a que trabalhe para que as igrejas e mosteiros que, indevidamente, se subtraíram à jurisdição do seu legítimo pastor regressem à obediência ao seu bispo. A autoridade da sua incum-

bência exigiria a prova de uma fidelidade indesmentida, para não haver o reparo da utilização do provérbio: *bem prega Frei Tomás!*

Palavras do arcebispo toledano ao superior da casa religiosa de Santo Tirso:

*Ordenamo-vos e mandamos, pois, por obediência, que, em nosso nome, exorteis todos os abades ou priores dos mosteiros, todos os clérigos e leigos, mulheres seculares e religiosas, que residem dentro dos antigos limites da diocese do Porto, desde o rio Vizela até Antuã*¹⁰, *a que, vindo a um sínodo da iniciativa do bispo do Porto, quando ele o convocar, lhe manifestem a devida sujeição e obediência e o aceitem em paz, como próprio bispo, e mais nenhum outro.*

Aqueles que, dentro dos citados limites, lhe obedecerem alcançarão a graça de Deus todo-poderoso e da Bem-aventurada Virgem Maria. Aqueles, porém que, dentro dos antigos limites da diocese do Porto, lhe negaram a devida sujeição e obediência, por autoridade divina os suspendemos e interditamos as suas igrejas: que as portas das mesmas se não abram, não toquem os sinos, não haja sepultura eclesiástica, nem qualquer ofício divino, excepto o baptismo e penitência.

*Esta carta foi escrita em 1115*¹¹.

Ao contrário, pois, dos outros mosteiros tirsenses – o de Roriz e o de Vilarinho – e doutras igrejas sitas no nosso concelho – caso de Burgães, S. Martinho do Campo, Rebordões... –, o convento beneditino da nossa cidade vivia em comunhão com o seu legítimo pastor: merecia a confiança do bispo do Porto e tinha a grandeza moral para assumir dig-

⁵ CORREIA, F. Carvalho – *A Igreja Matriz de Santo Tirso. Novas Perspectivas*, Ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1991, p. 136, n.º 6.3.

⁶ D. Gaudemiro foi eleito abade de Santo Tirso, em 1092. E foi-o até 1129, talvez. Cf. os textos relativos ao dossier da eleição e bênção deste prelado, em «Página Literária de Cultura Tirsense», n. 45, no JST de 31 de Dezembro de 1993, pp. 6-7. Veja-se ainda o art.º D. Gaudemiro, abade de Santo Tirso (1092-1129). *Alguns factos da sua prelazia*, em JST de 31 de Julho e de 7 de Agosto de 1992.

⁷ Sínodo de Palencia, de 25 de Outubro de 1113.

⁸ Sínodo de Leon, de 18 de Outubro de 1114.

⁹ Carta de D. Bernardo, arcebispo de Toledo, a D. Gaudemiro, publicada por C. ERDMANN – *O Papado e Portugal*, pp. 81-82. Traduzi-a para português no art.º citado na nota 6.

¹⁰ Reivindica o bispo do Porto o território que o bispo de Braga lhe usurpou, desde Burgães (Santo Tirso), pelo mosteiro de Pombeiro, até e ainda além Tâmega; e o território compreendido entre o Douro e Antuã (Feira), na posse do bispo de Coimbra.

¹¹ Na era de César de 1153.

namamente o múnus que o delegado da Santa Sé em Espanha lhe confiava.

E, no mesmo ano de 1115, a Bula de Pascoal II *Egregias quondam*, confirmará bem a coerência desta situação: o Ave, desde a foz até ao Vizela, é linha fronteira das duas dioceses, a de Braga e do Porto¹². Uma questão de direito e de princípio que justificará o rumo assumido pela comunidade monástica tirsense, desde trás...

2.4. Nem da Bula citada de Pascoal II *Egregias quondam*, de 1115, nem da de Calisto II *Officii mei*, de 1120, se pode inferir que o nosso mosteiro não obedecia ao arcebispo de Braga. Embora este último documento descesse mais ao particular e concreto – define a mesma função delimitadora do Ave, mas exemplifica algumas das igrejas e mosteiros que, por isso, pertenciam juridicamente à diocese do Porto, como os de Santo Tirso, Burgães, Roriz, Vilarinho... –, Calisto II limita-se a perspectivar o problema ao nível abstracto da *quaestio de iure*. Como já o fizera Pascoal II. Até porque as três últimas instituições – os mosteiros de Burgães, Roriz e Vilarinho – eram já, na realidade, obediência do metropolitano¹³.

2.5. Já de maior significação a carta de Honório III ao bispo do Porto, acerca das prerrogativas do mosteiro de Santo Tirso. O problema surgiu da tensão entre os privilégios pontifícios com que inocência III cumulava os bentos da nossa cidade, de uma banda (14), e a jurisdição que competia ao bispo do Porto, no âmbito de toda a sua diocese, de outra. Honório III, em 1216, aquietou o bispo da igreja portugalense: que as cartas de protecção com que a Santa Sé agraciara o nosso mosteiro não eram limite nem óbice ao exercício da jurisdição do pre-

lado diocesano sobre esta casa religiosa. *Que é da tua diocese, explicitará o Romano Pontífice* Não é só, pois, uma questão de direito: o convento não só está dentro dos limites desta igreja, como de facto se reconhece por tal, a ponto de os privilégios do mosteiro poderem ser interpretados naquele contexto como limitação do exercício da jurisdição efectiva do bispo portugalense.

Diz o Papa:

Honório, servo dos servos de Deus, ao venerável irmão Bispo do Porto, saúde e benção apostólica.

Suplicou-nos a tua fraternidade para que, tendo o nosso predecessor de feliz memória, o Papa Inocência¹⁵, tomado sob a protecção da Sé Apostólica o abade e convento de Santo Tirso, da tua diocese, nos dignássemos declarar por carta, de forma que se não pensasse que, a pretexto da referida protecção, se seguisse qualquer ofensa ao direito da tua igreja. E nós, por isso, atendendo às tuas preces, declaramos pela presente que da referida protecção julgamos se não segue – e queremos que, de facto, se não siga – algo que afecte os teus direitos ou direitos da tua igreja, concedendo-te, para maior certeza e como testemunho, esta nossa carta.

Dada em Latrão, a 3 das Noas de Outubro, no primeiro ano do nosso Pontificado¹⁶.

2.6. A 12 de Agosto de 1253, sobe a doação dos Coutos das Lages e de Airão. É mais um escambo em que ambas as partes se comprometem. Antes de mais, toma a palavra o abade de Santo Tirso, D. Fernão Pires:

Seja conhecido de todos, presentes e futuros, que virem este documento de acordo, que, eu, Fernão Pires, abade de Santo Tirso, da diocese do Porto...¹⁷.

¹² *Censual do Cabido da Sé do Porto*, ed. da Imprensa Portuguesa, Porto, 1924, pp. 1-3. Para a sua tradução, cf. D. Rodrigo da Cunha, na obra citada na nota 4, na Segunda Parte, pp. 5-8.

¹³ Cf. artº O Rio Ave e o seu valor fronteiriço. A pertença da Lagoncinha e a vida monástica no concelho de Santo Tirso, no séc. XII, em JST de 21 de Outubro de 1994, p. 3.

¹⁴ ADP *Fundo Monástico* 2765, f. 170. Cf. artº Para a história dos abades de Santo Tirso. I. A bula de Inocência III ao abade e Prior do mosteiro de Santo Tirso, com data de 27 de Julho de 1212, em JST de 24 de Fevereiro de 1995. Acrescente-se que o próprio Honório III confirmaria também os privilégios dos nossos beneditinos: ADP *Fundo Monástico* 2765, f. 170 v.

¹⁵ Sob inicial, no texto de origem. É inocência III.

¹⁶ Corresponde a 5 de Outubro de 1216. Texto em *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, 1924, pp. 13-14.

¹⁷ Cf. artº Para a história dos abades de Santo Tirso. D. Fernão Pires (1240-1260), em JST de 28 de Abril de 1995, p. 3.

2.7. A 14 de Agosto de 1260, o metropolitano anulou – mas em segunda instância – a decisão do bispo do Porto, D. Julião Fernandes, no que respeita ao problema do sucessor do abade tirsense Fernão Pires. Quem superiormente e de imediato decidirá nesta crise, aberta no interior do mosteiro, é o bispo portugalense. O arcebispo de Braga terá uma palavra a dizer apenas e tão só na qualidade de juiz da corte de apelação¹⁸. Como é de norma nos tribunais sufragâneos.

2.8. Para uma igreja que, de direito, era do Porto, mas, de facto, da obediência de Braga, fez o nosso convento – padroeiro que o era! – ao metropolitano a apresentação de um nome, Afonso Pires.

Trata-se da igreja de Rebordões. Apresentaria para ela, em 1284, Martim Anes, abade do mosteiro de Santo Tirso, da diocese do Porto. Declarar-se-á, de forma explícita, até da parte dos oficiais da igreja bracarense:

*Saibam todos que na era de 1322, a 14 das Calendas de M., na presença do venerável D. Martinho Pires, cônego da igreja bracarense e Vigário do próprio arcebispo D. Frei Telo e de mim João Fortes, público tabelião bracarense (...), D. Martim Anes, abade do mosteiro de Santo Tirso, da diocese do Porto*¹⁹.

É a própria igreja bracarense a reconhecer, de facto, a obediência portugalense do mosteiro de Santo Tirso. A abordagem prática, que não teórica, do problema acentua-se quando se equacionam as coisas a partir da situação da igreja a que se destina o candidato: a freguesia de Rebordões era, de direito, da diocese do Porto. E, todavia, o eleito recebe a confirmação do arcebispo de Braga, a quem promete obediência...²⁰.

2.9. De 8 de Fevereiro de 1287 data a composição entre o bispo do Porto, D. Vicente, e o abade mai-lo mosteiro de Santo Tirso: doação de padroados, em troca da união de outras igrejas.

Toma a palavra o bispo:

*(...) considerando os serviços que a nossa igreja recebeu, até agora, do mosteiro de Santo Tirso, da ordem de S. Bento, da nossa diocese (...)*²¹.

2.10. Pouco depois – dois anos tão só – um novo documento pontifício: a Bula de Nicolau IV, de 1 de Outubro de 1289, destinada a proteger o nosso mosteiro das invejas e maldades dos poderosos.

Garante o Papa:

*(...) tomamos sob a protecção de S. Pedro e também sob a nossa protecção o mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, da diocese do Porto, onde vos entregastes ao serviço de Deus (...)*²².

2.11. Lê-se num documento, pelo qual D. Beatriz Martins, irmã de Rui Martins de Numães, com o consentimento de seu marido Fernão Martins da Teixeira, doou ao mosteiro de Santo Tirso o seu quinhão na igreja de Silva Escura:

(...) D. Martim Pires, abade do mosteiro de Santo Tirso, da diocese do Porto (...).

É uma doação de 2 de Abril de 1309²³.

2.12. E chegamos à lotação dionisiaca de 1320-1321. Julgo que todos os testemunhos – afora aqueles cujo valor já se relativizou, os dois pontifícios de 1115 e 1120 –, traduzem, antes de mais, uma situação de facto, bem assente, de resto, num princípio fundamental de direito.

Mais evidente é a abordagem contingencial sob que se perspectivam as instituições, neste documento dionisiaco. Ao contrário de Vilarinho e Roriz, que se

¹⁸ ADP *Fundo Monástico* 2765, f. 290. Cf. *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 33. Veja-se o artº *Para a história dos abades de Santo Tirso*. Paio Soares (1260-1263), em JST de 13 de Janeiro de 1995, p. 3.

¹⁹ Cf. o dossier publicado em «Ecos de Negrelos», de Agosto-Setembro de 1994, p. 11, sob o Título *Párocos de Rebordões*. O abade Afonso Pires. A sua apresentação e confirmação. Veja-se também o JST, no artº *Para a história dos abades de Santo Tirso*. O abade Martim Mendes ou Martim Anes (1274-1284), ao nº de 8 de Setembro de 1995, p. 3.

²⁰ E, como se sabe, este desajustamento entre uma situação de direito e uma situação de facto manter-se-á, na igreja de Rebordões, até 1882, quando a tensão se irá resolver.

²¹ Cf. «Página Literária de Cultura Tirsense», nº 62. *Para a história dos abades de Santo Tirso*. O abade D. Domingos Mendes (1284-1287). O padroado de Santo Tirso, nos finais do séc. XIII, em JST de 30 de Junho de 1995, pp. 7-8.

²² Veja-se o artº mencionado na nota anterior.

²³ ADP *Fundo Monástico* 2683, ff. 142-143v. Cf. ADP *Fundo Monástico* 2765, f. 87. Veja-se o artº *Para a história dos abades de Santo Tirso*. O abade D. Martim Pires (... 1292-1329), em JST de 17 de Novembro de 1995, p. 3.

metem no interior da malha diocesana de Braga – e eram, de direito, do Porto! –, o convento de Santo Tirso integra-se no rol das igrejas e mosteiros que prestam, de facto, obediência ao prelado portuquense. Era, sim, da diocese do Porto – de resto, conforme a direito –, ao contrário de Vilarinho e Roriz, que se citam como instituições de Braga, mas que o não eram, de direito...²⁴.

2.13. As vicissitudes de um acto eleitoral! Quase uma repetição, a papel químico, do facto de um século antes, à morte de Fernão Pires (1260). Ou seja, para a eleição de Paio Soares.

No acto de 1260 – já o dissemos –, quem teve o direito de uma decisão, a nível superior ao do convento de Santo Tirso, quando não havia a Congregação, foi o bispo do Porto. Da mesma sorte, nesta altura, em 1330. Uma divisão dos monges, à morte de Pero Anes. Um deão de Braga, é certo, a presidir ao acto eleitoral. Mas – note-se! – por comissão do bispo do Porto. Um Vigário Geral desta igreja que, ao recurso, decide a favor de uma das três opções. Na apelação subsequente para a instância superior da Santa Sé, um Papa que comete a solução do diferendo ao bispo do Porto, D. Vasco, que se encontrava, nesta altura, em Avinhão e que subdelegou no cônego de Coimbra João de Lourosa.

De qualquer maneira, é à jurisdição diocesana do Porto que se recorre para a solução da crise que se instalara no seio da comunidade tirsense²⁵.

2.14. Muito importante um texto documental de 1387. Um pacto entre mosteiros agostinianos e beneditinos, sobre uma cadeia de sufrágios por alma de qualquer monge que destes mosteiros, quase todos de Entre-Douro-e-Minho, viesse a falecer. A fé no Purgatório os motivava.

De qualquer forma, um duplo critério de distribuição dos conventos digno de assinalar-se:

1. A sua distribuição por dioceses, segundo o princípio de uma obediência de facto, a saber, primeiro

os da igreja do Porto; depois, os da diocese de Braga;

2. Dentro de cada bispado, primeiro as casas beneditinas, depois os agostinianos.

Para agora, interessa assinalar que o mosteiro de Santo Tirso está colocado logo ao começo da série dos do Porto; ao passo que os agostinianos de Roriz e Vilarinho, embora de direito fossem do Porto, colocam-se, efectivamente, no meio dos que pertencem à diocese de Braga e a ela, de facto, obedecem.

Decidem os monges de ambas as ordens:

*Porem os Religiosos e honestos Dom Vicente Rodriguez Abbade, e o Convento do Moesteyro de Ssantatisso de Ribadave, e Dom Martim Gil, Abbade, e o Convento do Moesteyro de Paaço de Sousa, e Dom Affonso Martinz, Abbade e o Convento do Moesteyro de Sam Joane da Pendorada, e Dom Joham Dominguez, Abbade e o Convento do Moesteyro de Bustelo, e Dom Affonso Perez, Abbade e o Convento do Moesteyro de Cete, e Dom Francisco Dominguez, Abbade e o Convento do Moesteyro de Pedroso, da Hordem de Sam Beento do Bispado do Porto, e outrossi D. Gonçalo Perez, Prior e o Convento do Moesteyro de Eygrejoo, e Dom Fernam Gomez, Prior e o Convento do Moesteyro Dansside, e Dom Salvado Perez, Prior e o Convento de Vila boa do Bispo, e Dom Martim Spiuqua, Prior e o Convento do Moesteyro de Vilela do dito Bispado da Hordem de Sancto Augustino: e Outrossy Dom Johane Anes, Abbade e o Convento do Moesteyro de Travanca, e Dom Affonso Martins, Abbade e o Convento do Moesteyro de Poombeiro, do Arçabispado de Braga, e Dom Johane Anes, Prior e o Convento do Moesteyro de Mancelos, e Dom Loix Afonso, Prior e o Convento do Moesteyro de Freyxeo, e Dom Joham Duraez, Prior e o Convento do Moesteyro de Caramos, e Dom Martim Anes, Prior e o Convento do Moesteyro de Rooriz, e Dom Joham Gonçalves, Prior e o Convento do Moesteyro de Vilarinho, e Dom Joham Palos, Prior e o Convento do Moesteyro da Costa, da Hordem de Sancto Augustino do dito Arçabispado (...)*²⁶.

²⁴ ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, t. IV, Livraria Civilização, Editora, Porto-Lisboa, 1971, pp. 95 e 107.

²⁵ Cf. *Benedictina Lusitana*, t. II, p. 36; CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 112, pp. 197. Cf. artº *Para a história dos abades de Santo Tirso O abade Laureço Geraldes (1331-1361)*, em JST de 16 de Fevereiro de 1996, p. 3.

²⁶ PEDRO RIBEIRO, João – *Dissertações*, t. II, Lisboa, 1811, pp. 255-258. Cf. artº *Uma cadeia de solidariedade entre Bentos e Agostinhos no séc. XIV*, em «Ecos de Negrelos» de Julho de 1995, p. 15.

2.15. Outra questão, onde se perspectiva o problema da obediência diocesana nos moldes como, de facto, iam correndo: a confirmação do abade burgalense Martim Esteves, a 9 de Outubro de 1394. Para Burgães – que, de direito, seria do Porto – é o arcebispo de Braga, D. Lourenço, que confirma o seu pastor. Mas quem o apresenta ao metropolitano é o mosteiro de Santo Tirso, do *bispado do Porto*, explicita-se, e os descendentes de Gonçalo Martins da Lage e de Rui Pires da Lage²⁷.

Caso paralelo ao da apresentação de Afonso Pires, para abade de Rebordões, em 1284. Do que já se falou!

2.16. Por cima dos padroeiros de Santo Tirso se passou, na eleição do sucessor de D. Vicente Rodrigues. Como também por cima dos direitos dos monges. E D. João I acabaria por impor ao mosteiro de Santo Tirso o primeiro abade comendatário, Martim Aires, que tomaria posse por 1402.

Pois, aquando da sua resignação, iriam surgir os mesmos problemas. O processo foi moroso, quer no que respeita à relação entre Martim Aires e aquele que lhe iria suceder, o abade tibanense Soeiro Anes – desde a hipótese de uma simples permuta dos abaciados, à decisão última de uma desistência pura e simples de Martim Aires –, quer no que respeita ao problema das relações entre os padroeiros e os monges, de um lado – que queriam fazer valer, agora, os seus direitos –, e o sobrinho de Martim Aires, candidato à nossa prelazia, e seus

apoiantes – sobretudo o próprio D. Duarte, ainda infante – que queriam impor-nos o abade de Tibães, o sobredito Soeiro Anes.

Assim protestava, diante da Santa Sé, em 1428, o Conde de Barcelos, que fazia valer o direito da apresentação a favor, entre outros, dos seus dois filhos, a saber, D. Afonso, Conde de Ourém, e D. Fernando, Conde de Arraiolos, Pereiras de estirpe e, desta forma, sucessores dos Maiais, Gonçalo Mendes e Soeiro Mendes, os padroeiros, aquando da reedificação do mosteiro, por 1090:

Beatíssimo Padre:

*Crescónio, de feliz memória, bispo de Coimbra, por delegação apostólica, e Bernardo, arcebispo de Braga, por autoridade metropolitana, concederam a Gonçalo Mendes e a Soeiro Mendes e a alguns outros leigos nobres da sua descendência – deles deriva, como se sabe, a estirpe dos Pereiras –, na qualidade de reedificadores, fundadores e dotadores bastantes do mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, da ordem de S. Bento, diocese do Porto...*²⁸

2.17. Tempos houve em que os conventos beneditinos foram imunes da jurisdição dos bispos. Refiro-me, especialmente, ao período de após o estabelecimento da Congregação. Nesta fase, vieram a usufruir os nossos religiosos da imunidade, a respeito sobretudo das visitas do Ordinário local²⁹. Não é aqui ocasião para se falar dos conflitos entre a

²⁷ ADB *Registo Geral* 319, f. 97.

²⁸ CARVALHO CORREIA, F. – *A Igreja Matriz de Santo Tirso*, pp. 162-164. Texto latino em COSTA, António Domingos de Sousa – *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. IV, Editorial Franciscana, Braga, 1970, pp. 583-584.

²⁹ Aliás, a jurisdição do bispo sobre os conventos beneditinos manifestar-se-ia em diversos campos:

- nas visitas de que são exemplos as duas de 1400, que revelamos no corpo do presente artigo;
- nas eleições dos abades, que aqueles controlariam ou supervisionariam (por exemplo, no caso concreto de Santo Tirso, a eleição do sucessor do abade tirsense Fernão Pires, em 1260, de que falámos no extrato deste artigo, em JST de 11 de Outubro de 1996, p. 3);
- na confirmação e bênção do abade, como foi o caso de Gaudemiro, em 1092 (cf. art.º *O dossier da eleição e bênção de Gaudemiro*, em JST de 31 de Dezembro de 1992, pp. 6-7);
- na ordenação de monges clérigos (com a Congregação, são os abades que ordenam os minoristas);
- na arrecadação de censos, que, em muitos casos, substituiriam o jantar, as morturas...
- na obrigatoriedade que recaía sobre os abades, na participação pessoal ou por delegado seu nos sínodos diocesanos. Cf. MATTOSO, José – *Le Monachisme ibérique et Cluny*, Louvain, 1968, pp. 108-112. Mas discordarei de J. Mattoso: pelo acto de concórdia de 1101 se conclui que o mosteiro de Santo Tirso não se eximirá, nesta ocasião, do *prandium*, porque simplesmente a ele nunca estivera sujeito. O mosteiro acolheria os bispos de Braga – e S. Geraldo mesmo acaba por reconhecer-lo! –, como qualquer outra pessoa: por caridade, nunca por obrigação!...

comunidade conventual de Santo Tirso, por um lado, e o bispo do Porto, quando este – pessoalmente ou por representante seu – visitava a paróquia de Santa Maria Madalena, cujo assento funcionava no corpo da igreja monástica, dividida pela famosa grade de ferro! Como os beneditinos vigiavam, com atenção, os movimentos do Visitador e como logo protestavam, se, por acaso, este comesse a ousadia de franquear a passagem do corpo para o transepto e capela-mor...³⁰...

Antes, porém, os Ordinários «devassavam» o espaço reservado aos monges. Mesmo para capitulações que recaíam directamente sobre problemas da própria comunidade monástica. E quem o fez, em Santo Tirso, foi o bispo do Porto.

Assim, em 5 de Abril de 1401, D. Gil Alma³¹ fez a visita ao nosso mosteiro. Dela se dá testemunho no auto de visitação de 37 anos à frente, quando era bispo do Porto D. Antão³². Deste acontecimento se falará dentro em pouco.

2.18. Vimos que, em 1428, Martim Aires e Soeiro Anes – tio e sobrinho, abades, respectivamente, de Santo Tirso e Tibães –, tentavam, junto da Santa Sé, o escambo das prelazias. O processo arrastar-se-ia demorado, até que, a 25 de Março de 1430, uma viragem se iria dar no desenvolvimento deste negócio: Martim Aires abdicava da prelazia de Santo Tirso, a favor de Soeiro Anes, e, em simultâneo, renunciava à pretensão da liderança do mosteiro de Tibães. Da vacância desta última casa, logo de seguida, se aproveitou Martim Afonso, acólito do Porto, que pede a Roma – e em seu proveito! – as funções abaciais sobre aquele mosteiro bracarense.

Na súplica, o candidato fala da renúncia do tio e da transferência do sobrinho, Soeiro Anes, de Tibães para o mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave. Da diocese do Porto, acentua-se. Diz, efectivamente Martim Afonso:

Vagando o mosteiro de S. Martinho de Tibães, da Ordem de S. Bento, na diocese de Braga, pela transferência do Vosso servo devoto para o mosteiro de Santa Maria de Santo Tirso de Riba d'Ave, da mesma ordem, na diocese do Porto (...)»³³.

2.19. Da jurisdição portugalense sobre este nosso mosteiro é testemunho saliente o acto de visitação de Diogo Anes, bacharel em Direito in utroque iure, exactamente a 17 de Janeiro de 1437, e na qualidade de Vigário Geral de D. Antão, bispo de Igreja do Porto.

Nela se incorpora uma referência à visita de D. Gil Alma, de 15 de Abril de 1401³⁴.

2.20. E chegamos a meio do séc. XV. A 9 de Junho de 1450, o Papa Nicolau V manda fazer a devida inquirição, em ordem a conceder a abadia de Fontarcada a Afonso Anes, monge do mosteiro de Santo Tirso. Da diocese portugalense, especifica-se. Assim dirá o Romano Pontífice:

Nós, não tendo um conhecimento exacto dos méritos e idoneidade do dilecto filho Afonso Anes, monge do mosteiro de Santo Tirso, da sobredita ordem (isto é, de S. Bento) e da diocese do Porto (...), por esta carta apostólica recomendamos à tua discricção³⁵ te informes diligentemente dos méritos e idoneidade do mencionado Afonso (...)»³⁶.

³⁰ As visitas são, agora feitas, pelo Abade Geral, ou Visitadores Gerais da própria Congregação. As actas destas visitasções a Santo Tirso encontram-se em Braga, no Arquivo Distrital. Sobretudo aqui.

³¹ Bispo do Porto desde 1399 a 1407.

³² *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n.º 201, p. 221. D. Antão Martins Chaves, que foi cardeal, governou a igreja portugalense de 1424 a 1447.

³³ Cf. *A Igreja Matriz de Santo Tirso*, pp. 166-167. Martim Afonso veio a ser, efectivamente, o sucessor imediato de Soeiro Anes. Que foi abade mais de 40 anos (*Benedictina*, vol. I, p. 386). Curiosamente Frei Leão de S. Tomás, nem a este nem ao seu antecessor os tem por comendatários!...

³⁴ *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n.º 201, pp. 220-227. O Índice do cartório de Santo Tirso de 1772 diverge, na cronologia, de João Pedro Ribeiro, que lhe assinalou a data de 27 de Janeiro de 1438. Num artigo próximo sobre o abade Soeiro Anes, transcreveremos o sumário da visitação, conforme o expõe o autor do Índice em referência ADP *Fundo Monástico* 2765, ff. 291-v. 292.

³⁵ O destinatário da carta de Nicolau V é o abade do mosteiro de Bouro.

³⁶ *Chartularium Universitatis Portugalensis*, vol. V, Lisboa, 1972, pp. 167-168.

2.21. A 14 de Março de 1454, um ano e pouco antes de falecer o abade de Santo Tirso, Soeiro Anes, o Papa Nicolau V nomeou-o como um dos responsáveis da execução do processo que haveria de conduzir o reitor da igreja de Bagunte, Fernando Rodrigues, bacharel em Direito, a Prior do mosteiro de S. Simão da Junqueira, pelo falecimento do prior João do Casal.

Começa a Bula de nomeação pontificia neste termos:

*Nicolau V (...) aos dilectos filhos o abade de Santo Tirso de Riba d'Ave, da diocese do Porto, e ao arceidiago da igreja portugalense, saúde (...)*³⁷.

2.22. A 5 de Setembro de 1455 – na véspera morrera o dito Soeiro Anes –, Afonso Lourenço, presbítero secular eborense, bacharel em Teologia, capelão, familiar e comensal de D. Jaime, arcebispo de Lisboa, suplicou à Santa Sé a graça da concessão do abaciado do mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, da Ordem de S. Bento, da *diocese do Porto* (...)³⁸.

2.23. Sem que as Bulas fossem despachadas para a devida execução, Afonso Lourenço resignaria à função, em prol do seu amo, o Card. D. Jaime. Na Bula desta última graça, com data de 16 de Dezembro do mesmo ano de 1455, Calisto III alude ao reticulado administrativo – e sem alterações! – do nosso convento:

*(...) vagando o mosteiro de Santo Tirso de Riba D'Ave, da Ordem de S. Bento, diocese do Porto (...)*³⁹.

3. Para concluir...

E paramos aqui. Adensam-se, cada vez mais, os testemunhos. As visitas do Bispo do Porto à freguesia de Santa Maria Madalena – com incidências pontuais, como, por exemplo, pelo fim do séc. XVI, na mudança do assento da igreja paroquial, desde a galilé para o interior do templo monástico⁴⁰ –, as confirmações dos vigários da paróquia de Santo Tirso pelo bispo do Porto⁴¹; os problemas do mosteiro que sobem, em primeira instância, à jurisdição do tribunal daquela igreja, etc., tornam ainda menos possível qualquer hipótese de pertença da nossa casa à diocese do metropolitano. Parece-me!...

Aqui deixei alguns documentos escalonados ao longo da Idade Média que não sugerem, creio, qualquer hiato na sujeição portugalense do nosso mosteiro. Ao contrário do que sucedeu com bastantes paróquias ou conventos que tangem ou se situam no contexto geográfico desta nossa casa beneditina. A apropriação indevida destas comunidades seculares ou religiosas pelos arcebispos de Braga deve ter-se operado já no séc. XI. Mas, para a resistência do nosso convento à força aglutinadora da sede metropolitana, de muita e mais preponderância deve ter sido a força da actuação enérgica do abade Gaudemiro.

³⁷ *Chartularium...*, vol. V, pp. 369-370.

³⁸ *Chartularium...*, vol. V, p. 417.

³⁹ *Chartularium...*, vol. V, pp. 423-424.

⁴⁰ Artº O fim – e o local – da igreja secular de Santa Maria Madalena. A sentença (28 de Setembro de 1579), em «Página Literária de Cultura Tirsense», de 23 de Fevereiro de 1996, pp. 8-9.

⁴¹ No acto de confirmação, o eleito devia jurar, entre outras coisas, que assistiria aos sínodos diocesanos. Os vigários de Santo Tirso, religiosos a partir da Congregação, estavam isentos da participação nas assembleias sinodais. Cf. artº Os vigários de Santo Tirso e seus privilégios. Apêndice documental, em JST de 22 de Outubro de 1993, p. 3.

os Beneditinos na Europa

Iº CONGRESSO INTERNACIONAL

23 A 26 DE NOVENBRO DE 1995

SANTO TIRSO

MOTINS ANTIBENEDITINOS CONTRA O MOSTEIRO DE PALME EM 1664

Franquelim Neiva Soares

I. AS CRISES E MOTINS DO SÉCULO XVII

Caracterizando-se genericamente o século XVII europeu, foi uma centúria negra para a Espanha com Portugal, para a Itália e para a Alemanha, castanha, pelo menos, para a França, mas de ouro para a Holanda e de prata, pelo menos, para a Inglaterra¹. É incontestável a crise profunda nos domínios da agropecuária, da indústria e do comércio, ajuntando-se na Espanha a impotência política, a incapacidade produtiva e a desarticulação social. Daí a mentalidade fidalga acompanhada da miséria, da errância e da caridade indiscriminada. Para sobreviver o recurso periódico dos monarcas espanhóis à bancarrota por períodos aproximados de 20 anos: 1607, 1627, 1647 e 1656. Crise altamente espectacular em Castela e simples recessão na Espanha periférica².

Pormenorizando mais: uma série de dificuldades acumuladas agravaram duramente as condições de vida de vastíssimos estratos da população: crises de todo género, em especial de produção com maus anos agrícolas; por todo o lado fomes, pestes e cataclismos acumulados pelo flagelo de guerras contínuas; depois os grandes medos colectivos saídos da existência difícil, violenta e conturbada apavoraram as populações, surgindo institucionalizada a violência; dá-se na Península a sucessiva anemização das fontes fáceis de riqueza, derivada da redução drástica dos metais preciosos americanos, aumentando em contraste os encargos com uma administração e um aparelho militar e burocrático cada vez mais pesado e complicado; as imposições fiscais agravam-se recaindo, de preferência, sobre aqueles que amanhavam a terra directamente, já que isen-

¹ Carlo M. Cipolla, ed., *Historia Económica de Europa* (2). Siglos XVI y XVII, Barcelona, 1971, p. 10.

² V. Vazquez de Prada, *Historia económica y social de España*. III. Los siglos XVI y XVII, Madrid, 1978, pp. 727-729.

ções e privilégios eram apanágio dos grupos nobiliárquico e eclesiástico.

Consequentemente muitas terras caem em abandono, passando outras a engrossar os baldios dos grandes terratenentes, tornando especialmente difíceis as condições de vida dos estratos médios da sociedade. Mas tão fraca rentabilidade da terra fica sumida pela ganância fiscal do poder central e senhorial bem como das administrações locais, cada vez mais secundarizadas.

Daí o endividamento do campesinato com o acréscimo do banditismo e do bandoleirismo, da miséria e do picarismo, fenómeno simultaneamente social e político. Ou, sendo mais sintético e empregando a expressão de Fernand Braudel, são tempos de reacção senhorial, a qual traduz a consequente decadência das classes médias e inferiores³.

Em quase toda a Europa dão-se graves motins, especialmente na Espanha, na França, na Itália, na Alemanha e na Rússia, todos com características muito semelhantes:

- não têm chefe propriamente dito – é um João dos Pés Nus;
- carecem de ideologia política;
- são desplotados pelo lançamento de impostos ou só pela sua notícia ou suspeita;
- neles tomam parte muito importante mulheres e rapazes;
- surgem espontaneamente;
- neles não se rouba nem se mata, apenas se destroem os bens das pessoas.

Aceita-se geralmente que a sua grande motivação reside na extrema pobreza da população e na incapacidade de suportar mais impostos fiscais⁴.

II. OS MOTINS EM PORTUGAL ANTES DA RESTAURAÇÃO

No caso português tem plena validade o exposto para a Europa em geral. Mas há a acrescentar, para agravamento da crise, primeiramente o domínio espanhol com a monarquia dualista, de consequências completamente negativas desde 1621, e depois a decadência do Império do Oriente com a conquista de Malaca (1611), Ormuz (1622), Ceilão (1656-58) e Cochim e Cranganor (1662), e outras praças fortes e terras importantes pelos Holandeses e Ingleses, e o encerramento do Japão ao comércio com Macau (1634), embora se desenvolva compensadoramente o Brasil com a sua fabulosa riqueza do açúcar. Mas nesta prosperíssima colónia também acontecerá brevemente o assalto holandês à Baía em 1624 (só por um ano felizmente) e a Olinda e Recife em 1630, donde só foram expulsos depois da Restauração; tudo isto agravado pelo domínio deste país em S. Jorge da Mina (1637), Arguim (1638) e Angola e S. Tomé (1641), a fim de controlarem nas duas primeiras o ouro e nas restantes a ininterrupta sangria demográfica africana com a escravatura para as terras da América, o apoio indispensável à produção e comércio açucareiro⁵.

Compreende-se assim que surgissem, aqui e ali, importantes revoltas populares contra o domínio do usurpador, as quais a mentalidade sebastianista, dum lado, e a parenética, em especial dos Jesuítas, do outro, se encarregaram de fomentar. Estudaram-se, sobretudo, as ligadas estreitamente à Restauração como seu prelúdio, motivadas por sobrecarga fiscal⁶:

³ Para Espanha vejam-se sobretudo: J. Vicens Vives, *Manual de Historia Económica de España*, 9ª edição, Barcelona, 1975; J. Vicens Vives (dir.) *Historia Social e Económica de España y América*. Vol. III *Los Austrias. Imperio español en América*, 2ª edição, Barcelona 1974; V. Vasquez de Prada, *Historia Económica y Social de España*. III. *Los Siglos XVI y XVII*.

⁴ Para a Europa em geral ver principalmente: Boris Porchnev, *Les soulèvements populaires en France au XVII^e siècle*, Paris, 1972; J. H. Elliott, Roland Mousnier, Marc Raëff, J. W. Smit e Lawrence Stone, *Revoluciones y rebeliones de la Europa moderna (cinco estudios sobre sus precondiciones y precipitantes)*, 5ª edição, Madrid, 1984; Jean Jacquart, «Des sociétés en crise», in *Histoire économique et sociale du monde*, dir. de Pierre Léon, II, Paris, 1978, pp. 451-494; Pierre Deyon, «Les mouvements urbains», in *Histoire économique et sociale du monde*, dir. de Pierre Léon, II, pp. 317-344; Roland Mousnier, *Fureurs paysannes. Les paysans dans les révoltes du XVII^e siècle (France, Russie, Chine)*, Paris, 1967.

⁵ Vitorino Magalhães Godinho, «1580 e a Restauração», in *Ensaio. II. Sobre História de Portugal*, Lisboa, 1968, pp. 255-291.

⁶ Para Portugal antes da Restauração ver: Aurélio de Oliveira, *Contribuição para o estudo das revoltas e motins populares em Portugal durante a Época Moderna. As sublevações de Viana do Castelo em 1636*, Porto, 1979; IDEM, *Os motins de Vila*

- em 1628 em Lisboa a «revolta dos maraços»;
- em 1629 houve em Santarém um presumível motim, outro em Alcácer do Sal por o arcebispo de Évora ter mandado prender 2 freiras de Santiago e no Porto o motim das maçarocas;
- em Julho de 1630 em Setúbal devido à aposentadoria dum corpo militar;
- em 1631 pequenas alterações em Beja por causa duma leva de soldados e na Terceira contra o carregamento de 2 naus castelhanas;
- em 1632 em Lagos e Setúbal, aqui por causa do estanque do sal;
- em 1633 em Lisboa na Quinta-Feira de Endoenças em estreita ligação com um sacrilégio;
- em 1635 em Arcozelo na província de Trás-os-Montes e em Évora;
- em 1636 sucederam em Viana do Castelo (11 de Janeiro e 14 e 22 de Fevereiro), em Vila Real (Julho) e em Chaves;
- em 1637 em Lisboa um motim dos pescadores devido à exigência de passaporte para sul do Tejo e em Évora as tão conhecidas «alterações», que irradiaram pelo Alentejo, Algarve e Estremadura;
- em Março de 1638 no Porto com o saque e incêndio dos arquivos da Câmara Municipal pela calada da noite; o monarca ficou espantado e indignado não se chegando a descobrir nunca, pela devassa efectuada, os seus verdadeiros autores;
- em 1639 e 1640 desacatos em Coruche, Serpa e Moura⁷.

Motins inequivocamente associados à opressão espanhola numa fase de profunda crise do país vizinho por razões internas e externas ligadas à Guerra dos Trinta Anos. Ajuntou-se-lhes toda uma conjugação do segundo ponto do poder na Europa de então,

centrado na Holanda e na Inglaterra, com o fomento de revoluções nos países do seu vasto império, nomeadamente na Itália, na Catalunha e em Portugal.

III. OS MOTINS EM PORTUGAL APÓS A RESTAURAÇÃO

De todos é suficientemente conhecida a crise económica do País após a Restauração em 1640, inserida na crise generalizada dessa centúria, em especial na Península por causa da Guerra dos Trinta Anos, em que a Espanha loucamente se envolvera. No caso português veio agravar a situação a independência com tratados internacionais de comércio a favorecer as potências estrangeiras amigas com privilégios e facilidades comerciais de toda a espécie, como a França, a Holanda e sobretudo a Inglaterra; e depois com as enormes despesas emergentes das campanhas da Restauração, das praças e fortes nas fronteiras e do material de guerra. E ainda mais o tratado de amizade com a Inglaterra em 1662, por ocasião do casamento da infanta D. Catarina com Carlos I da Inglaterra, a qual levou o riquíssimo dote de 2 milhões de cruzados, além das praças de Tânger e Bombaim, o que tudo veio consagrar definitivamente a dependência económica e política nacional da Grã-Bretanha.

É nesse difícil contexto de conjuntura político-económica depressiva e de agravamento dos impostos que começam a surgir protestos e motins populares contra a situação e o agravamento da fiscalidade. Aliás, em 1660 já se considerava o povo de Lisboa tão sobrecarregado de tributos que se reputou incapaz de suportar novas contribuições⁸. Por

Real em 1636, Porto, 1973; António de Oliveira, *Levantamentos populares do Algarve em 1637-1638. A repressão*, in «Revista portuguesa de história», XX, 1983, pp. 1-98 (a separata, com o mesmo título e do ano seguinte, está enriquecida com um precioso apêndice com mais 84 páginas); IDEM, *Levantamentos populares na arquidiocese de Braga em 1635-1637*, in «Bracara augusta», XXXIV, II tomo (1980), pp. 419-446; IDEM, *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*, Lisboa, 1990; D. Francisco Manuel de Melo, *As alterações de Évora (1637). Introdução, fixação do texto, apêndice documental e notas por Joel Serrão*, Lisboa, 1967.

⁷ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal. IV. Governo dos reis espanhóis (1580-1640)*, Póvoa de Varzim, 1979, pp. 109-112, 119-124, 126-137.

⁸ Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do Município de Lisboa*, VI, Lisboa, 1893, pp. 222-223: «... ao senado é tão presente que o povo d'esta cidade não está capaz de novas contribuições, por estarem já todos os usuaes e cousas comestíveis tão carregadas que não é possível acrescentar-lhe imposição alguma, por limitada que seja».

esta altura o rei só via como solução da crise o recurso à nova fundição da moeda, embora de extrema relutância para o senado da Câmara Municipal de Lisboa.

No país os motins sucederam-se nesta época, por vezes por espontaneidade do povo da capital, como, por exemplo, após chegar lá a notícia da vergonhosa e traidora capitulação de Évora, a qual abria ao inimigo o caminho para a subjugação do Alentejo e depois do resto do País. Na verdade, tendo capitulado a 22 de Março de 1660, chegou a terrível notícia à capital na tarde de 24 acompanhada das mais confusas e desconcertadas opiniões sobre as suas consequências para a Nação. Daí um espontâneo movimento popular de vingança contra os traidores à pátria, o qual no dia imediato pôs a capital na maior confusão; os amotinados investiram o Paço do Arcebispo, as casas de Luís Mendes d'Elvas e outras, praticando toda a casta de barbaridades no palácio do Marquês de Marialva por alguém se ter lembrado de o acoimar de traidor. E tanto bastou para lhe espancaram os criados, lhe arremessarem à rua os móveis e lhes queimarem, tendo escapado do incêndio o palácio.

Felizmente serenou sem o recurso a meios coercivos graças às forças da persuasão dos principais ministros da cidade e dos religiosos da Trindade e doutras comunidades, os quais saíram à rua processionalmente rezando as ladainhas e pregando a paz e a reconciliação. Ao descair da tarde estava a cidade no seu estado normal acabando assim completamente o Santo Motim, nome por que ficou conhecido, santo nos sentimentos que o induziram, santo nos meios brandos e suasórios com que foi apaziguado, e santo nas suas consequências benéficas para a segurança do Estado, nomeadamente no exército rapidamente organizado em Aldeia Galega, na sua maioria de voluntários, confiado à perícia do indubitável patriota Marquês de Marialva⁹.

Mais pertinente ao assunto de que nos ocupamos é o motim de Abril-Maio de 1661, na cidade do Porto, por causa do imposto do papel selado. Imposição não nova no País, pois já em 1653 se pensara no seu

recurso no território nacional, mas não chegou a ser executado por ser já utilizado pelo inimigo cujas armas não convinha usar. Mas, com as dificuldades a agravarem-se progressivamente e com o perigo de guerra cada vez maior por a Espanha se encontrar livre dos outros seus inimigos, teve de recorrer-se a ele, que foi regulamentado pela regente por alvará de Dezembro de 1660 determinando-se houvesse papel com os selos de 240, 80, 40 e 10 réis. Mas só se executou por decreto à Câmara de Lisboa e por alvará régio, respectivamente, de Janeiro e de Março de 1661.

Se em Lisboa entrou sem especial relutância, no Porto provocou um forte motim popular tornando-se necessário o envio da tropa sob as ordens do Conde de Prado, então governador da província de Entre Douro e Minho. A Casa dos Vinte e Quatro desta cidade foi culpada na sua eclosão. Só foi abolido em 1668 com a extinção de todos os impostos de guerra para pagamentos das enormíssimas despesas das campanhas da Restauração¹⁰.

Em Abril do mesmo ano passou-se à execução dum outro sobre «a moenda de trigo, cevada, centeio e milho» no País, o qual seria cobrado dos atafoneiros. Mas caiu tão mal no público por reacção de eclesiásticos e militares, de leigos e regateiras, que o juiz do povo, os procuradores dos mesteres e mais adjuntos na Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa representaram o inconveniente do seu lançamento, gerador da fome e miséria no povo.

Daí resultou uma carta enviada pelo senado da Câmara de Lisboa ao rei a mostrar os inconvenientes e a má aceitação desse impopular tributo, que podia desplotar um grave motim no País em virtude da sua incidência sobre um produto de primeiríssima necessidade na dieta do tempo. Com o bom senso da Câmara Municipal e a franca abertura da Regente procurou-se estudar, em Maio, um outro meio de obter o respectivo rendimento, que não se podia dispensar devido ao perigo cada vez mais iminente da invasão do reino pelo país vizinho. A Regente acedeu completamente ao pedido, por carta de 4 desse mês, com a única condição de se conseguir outra fonte da mesma receita¹¹. Mais uma

⁹ Eduardo Freire de Oliveira, *o.c.*, VI, pp. 73-74 e 432-434.

¹⁰ Eduardo Freire de Oliveira, *o.c.*, VI, pp. 236-237.

¹¹ Eduardo Freire de Oliveira, *o.c.*, VI, pp. 249-253.

vez corria-se grave risco de uma imposição fiscal gerar um novo motim, de consequências imprevisíveis.

IV. MOTINS ANTIBENEDITINOS CONTRA O MOSTEIRO DE PALME

Os motins populares contra os religiosos beneditinos de S. Salvador de Palme creio situarem-se no mesmo contexto de descontentamento e de reacção à fiscalidade por parte do povo desiludido e sempre vexado.

A única fonte para o seu conhecimento, neste momento pelo menos, é um requerimento/exposição dos dois Visitadores Gerais da Congregação do Patriarca S. Bento e do D. Abade do Mosteiro de Palme, ao rei sem data mas provavelmente de Março de 1664, a relatar com certa minúcia a revolta dos populares com o objectivo de conseguirem protecção e defesa das suas pessoas, e de ser enviada uma devassa para inquirir de tudo e fazer justiça¹².

Uma síntese rápida fornecerá o essencial. A reacção dos populares de sete freguesias circunvizinhas dirige-se, sobretudo, contra os religiosos do Mosteiro de S. Salvador de Palme, contra quem se processaram quatro motins. Não se terão dado noutras regiões contra outros mosteiros?

1º – O primeiro a 4 de Março de 1664, pois que, enviando o D. Abade um quadrilheiro a citar os caseiros do seu assento da Madalena, não só lhe resistiram como ainda, convocando os moradores da sua terra e das freguesias limítrofes de Forjães, Aldreu, Vila Chã, Belinho, S. Cláudio (de Curvos) e Fragoso, perseguiram-no até às portas do Mosteiro com paus e pedras para o matar. Só faço aqui uma pergunta: Porque razão não entraram também os moradores de S. Paio de Antas, tão perto ou até mais próxima do que Belinho?

2º – O D. Abade não desanimou nem desistiu, mas antes persistiu no mesmo intento, creio que sem ouvir sequer os amotinados: 10 dias após enviou o alcaide Manuel de Matos com mandado da justiça a citar os ditos caseiros da Madalena; desta vez a sua reacção foi bem pior, pois, tendo alguém tocado uma buzina, – muito em uso nesse tempo juntamente com o corno, e que se fazia ouvir quilómetros de distância ao redor –, ao som dela acudirám os moradores das mesmas freguesias e todos «de suada e proposito» foram-no perseguindo e apedrejando, feriram-no e levaram-no até à porta do Mosteiro, trataram de abalroar as suas portas, quebraram os telhados e portas gritando que se matassem os frades e lhe pusessem fogo, chamando aos religiosos nomes afrontosos e ameaçando-os com a morte e com o abrasamento do Mosteiro, passando-se depois à Galiza. Foi a fase mais dura e agitada das 4 revoltas. Resultou daí que os monges já não podiam sair do mosteiro sem risco da vida por os amotinados terem sentinelas nas passagens, as quais examinavam as pessoas com o objectivo de impedir a vinda de oficial de justiça e de frade ou seu criado, que ameaçavam de matar.

3º – O terceiro foi a 16 aproveitando a pregação no Mosteiro: vieram muitos que, mais insolentes que antes, fizeram corpo de armas à porta da igreja exigindo que se resolvessem que o primeiro que haviam de matar era o Abade e o Prior. Como os letrados lhes disseram que não tinham justiça, passaram a desinteressar-se dela para recorrerem ao motim e à revolta para a sua defesa.

A descrição fica-se por aqui, mas do contexto presume-se que estariam altamente ameaçadores perante qualquer decisão que o superior da casa tardava em dar a respeito de qualquer exigência relativa a direitos ou às condições de emprazamento.

4º – O derradeiro tumulto conhecido foi no dia imediato aproveitando a deslocação dos Visitadores

¹² Já nos referimos a este motim, há anos, no jornal mensal interparóquial «Nascer de Novo». Também a ele se referiu, com a publicação incompleta do texto por não transcrever o acrescentado e entrelinhado, e sem a sua inserção no respectivo contexto nem a problemática agora apresentada, J. C. Viana, *O mosteiro de São Salvador de Palme*, in «Boletim cultural de Esposende», nº 13/14. pp. 89-90.

Gerais da Religião do Patriarca S. Bento, Fr. Dâmaso da Silva e Fr. Constantino do Amparo, acompanhados do D. Abade do Mosteiro de Palme, os quais se dirigiam dessa casa para o relativamente próximo de S. Romão de Neiva: ao passarem pela freguesia de Forjães, do seu padroado e caminho obrigatório para a deslocação, começou-se a tocar de novo uma buzina dum lugar alto por pessoa assalariada para isso e logo os moradores dessa e das seis supramencionadas, todos juntos, conjurados e amotinados, armados de paus, pedras, fouces, dardos e mais armas, foram sobre os Visitadores apedrejando-os, maltratando-os e empurrando-os até ao Rio Neiva, onde os pobres dos velhos religiosos se lançaram à água estando quase afogados para se evadirem à morte; um criado foi ferido e eles ficaram com pisaduras de paus e pedras.

Enfim, quatro motins bastante intensos contra os religiosos e o convento de S. Salvador de Palme, em especial contra o D. Abade; revoltas de pessoas armadas e amotinadas, que se limitam a ameaçar, apupar e ferir ligeiramente os religiosos com mais autoridade da casa ou os seus mandatários, e a destruir ou abalroar os telhados e a portaria; motins derivados originariamente duma notificação aos caseiros do assento de Palme, provavelmente os cabecilhas.

O requerimento/exposição não está assinando, não se conhecendo dele o nome do D. Abade do Mosteiro. Doutra fonte sabemos que era Fr. Bento de Novais, cuja biografia nos escapa neste momento¹³. A gravidade dos motins não foi muita, pois, como se frisou na exposição, não houve efusão de sangue: apenas algumas pisaduras e feridas ligeiras com muita ameaça e muita palavra afrontosa. No entender dos queixosos os autores eram os ditos caseiros do assento da Madalena.

Do contexto parece que se pretendeu, sobretudo, a intimidação para obstar a certa exigência ou para se chegar a determinada decisão.

IV. MOTIVOS DA REVOLTA

Embora não se esclareçam suficientemente na exposição ao rei, depreendem-se do contexto geral. Na verdade, do relato deduz-se que tudo começou com a notificação por um quadrilheiro aos caseiros do assento da Madalena, em Palme; agravou-se a situação com a segunda notificação do mandado da justiça, desta feita efectivada pelo alcaide Manuel de Matos.

Tudo leva a concluir que se tratará da exigência de qualquer imposição fiscal sobre os caseiros desse assento na freguesia de Palme, a qual os demais moradores das sete freguesias envolvidas receariam também que recaísse sobre si. Receio porquê? Por serem igualmente dependentes do mesmo Mosteiro economicamente: se não eram simplesmente caseiros como os moradores da Madalena, naturalmente seriam possuidores e sobreviveriam de terras monásticas, como acontecia em toda a parte na proximidade das suas enormíssimas quintas ou cercas. Nesta qualidade tinham de fazer de três em três vidas escrituras de renovação desses prazos, dos quais pagariam anualmente o cânon ou pensão, a lutuosa aquando do falecimento de cada vida e o laudémio por ocasião da venda, a fazer pelo senhorio útil mas com licença prévia do proprietário directo. Creio que residirá aqui o segredo e a verdadeira motivação da revolta.

Tratar-se-á de imposto completamente novo? Ou de antiga imposição caída em desuso e renovada pela casa monástica para, nesse século de reacção senhorial, recuperar da crise, embora à custa dos seus dependentes e subordinados?

Ou tratar-se-á antes de qualquer imposto ordenado pelo governo de D. Afonso VI para ajudar e salvar o País na pior fase militar da crise da Restauração? Neste derradeiro caso ter-se-ia confiado a cobrança à casa monástica.

Tudo simples hipóteses a formular, pois nada se sabe de certo por a exposição ser inteiramente omissa nesse particular. A única certeza nessa matéria reside em que, tal como se expôs no

¹³ Não constam dados biográficos a seu respeito nas enciclopédias nem na crónica sobre os beneditinos de Fr. Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana. Notas críticas de José Mattoso*, Lisboa, 1974, cap. V, pp. 235-237 e nas notas críticas no final p. «25».

decurso da comunicação nos casos de aumento de impostos em Lisboa e no Porto em 1660 e 1661, as contribuições novas eram o grande motor do descontentamento e da revolta dos populares nessa sociedade já verdadeiramente sobrecarregada e saturada, com gravíssimas dificuldades de subsistência por causa da crise geral.

Mas no caso de S. Salvador de Palme, atendendo a não haver referência a semelhantes motins simultâneos noutras partes e mesmo em mosteiros relativamente próximos, como S. Romão de Neiva, é de presumir tratar-se única e exclusivamente de qualquer exigência sistemática pelo D. Abade dessa casa, que não teve o bom senso do recurso ao diálogo nem mostrou o espírito prático da revisão ou, pelos menos, da suspensão, como algumas autoridades centrais de Lisboa atrás referidas, bem mais democráticas e mais sensíveis aos problemas dramáticos duma população explorada e sobrecarregada de imposições fiscais.

Por outro lado, já há dois anos que se manifestava um certo espírito anticongregacionista por parte duma mulher de Santa Marinha de Forjães, uma tal Maria do Juncal, frequentadora assídua da igreja do Mosteiro, a qual muitas vezes começava aos gritos e com palavras e atitudes ofensivas públicas ofendia

aos religiosos e à pacatez da casa. A injúria avolumou-se tanto que os pobres dos monges viram-se obrigados a recorrer ao juiz de fora da comarca de Barcelos para que a impedisse de frequentar a dita igreja. Instaurou-se o respectivo processo ouvindo-se várias testemunhas das freguesias limítrofes, de que resultou, em 1642, a sentença do juiz de fora, o licenciado Miguel de Sousa Correia, a ordenar que mais não frequentasse o Mosteiro nem inquietasse os religiosos sob pena de cadeia e multa. A sentença terá sido um balde de água fria no pessoal do Mosteiro mas após os ter desacreditado bastante junto da população¹⁴.

A parcial semelhança com o motim da Estela, no concelho da Póvoa de Varzim, e do Mosteiro de Tibães, em 1713, contra esta casa monástica devido à exigência do tributo do quarto, vem confirmar a hipótese da revolta por imposição ou exigência fiscal. Mas neste conhecem-se a evolução e o desfecho final do processo, que terminou pela condenação dos amotinados e pelo homizio do sacerdote-cabecilha. Em Palme o caso é muito mais grave e complexo, geral e aparatoso não só pelo volume de pessoas e de freguesias envolvidas como ainda pelo recurso ao rei a fim de garantir tranquilidade e segurança das pessoas e dos bens.

¹⁴ J. C. Viana, *O mosteiro de São Salvador de Palme*, in «Boletim cultural de Esposende», n.º 13/14, Dezembro de 1988, pp. 88.

APÊNDICE DOCUMENTAL

[Depois de 17 de Março de 1664] – *Requerimento/exposição dos dois Padres Visitadores da Ordem de S. Bento e do D. Abade do Mosteiro de S. Salvador de Palme a relatar a D. Afonso VI os 4 motins no decurso daquele mês, de que foram alvo aquele Mosteiro e eles, e a pedirem segurança para as suas pessoas e a nomeação dum Ministro para uma devassa a fim de se lhes fazer justiça.*

ADB, *Fundo monástico-conventual*, Palme, Salvador, pasta 83, documento sem número; or. Está escrito em papel selado ou timbrado tendo à esquerda «10 rs 1664». No cimo da folha escreveram posteriormente «nº 174 nº 1005 S^a Machado». Publicado sem as entrelinhas e acrescentamentos por J. C. Viana, *O Mosteiro de São Salvador de Palme*, in «Boletim cultural de Esposende», nº 13/14, pp. 89-90¹⁵.

Dizem os Reverendos Padres Visitadores Geraes da Religião do Patriarcha S. Bento Fr. Damaso da Sylva e Fr. Constantino do Emparo, e o D. Abade do Mosteiro de Palme termo da villa de Barcellos que em os 17 dias do mes de Março deste anno corrente de 1664 indo elles Padres Visitadores a visitar o Mosteiro de S. Romão de Neiva, passando pella freiguesia de Santa Marinha de Forjaens padroado do ditto Mosteiro de Palme e termo da ditto villa, se começou de hum lugar alto a tocar huma buzina por pessoa selariada para isso; e logo os moradores da ditto freiguesia de Santa Marinha convocando com a ditto buzina os moradores de Villa Cham, Belinho e S. Claudio, Santo Andre de Palme, S. Tiago de Aldreu e Fragoso todos cumulados¹⁶ juntos e

conjurados, feito assento e concelho de antes, de preposito, levantando grande motim, armados de paos, pedras, fouces, dardos e mais armas, se forão aos supplicantes Visitadores e os apedrejarão e maltratarão e levarão te o Rio Neiva, onde sendo Religiosos e velhos, se lançarão a agoa e estiverão quasi afogados por evadir a morte e lhe ferirão hum criado e elles com pizaduras dos paos e pedras¹⁷. E não he menor a queixa do ditto P. D. Abbadé do Mosteiro de Palme, porque antes do ditto motim e conjuração mandando elle por hum quadrilheiro em 4 dias do ditto mes de Março citar os cazeiros do seu assento da Madalena sito na ditto freiguesia de Palme, lhe resistirão os dittos cazeiros e, convocando os moradores das dittas freiguesias, o forão perseguindo te as portas do ditto Mosteiro com paos e pedras para (fl. 1) o matar. E tornando em 14 do ditto mes hum alcaide por nome Manoel de Mattos com mandado de justiça para com effeito citar os dittos cazeiros da Magdalena, tocarão logo huma buzina «que para convocar tem aselle-reada»¹⁸; e ao som della acudirão os moradores das dittas freiguesias, e todos de suada e proposito forão seguindo e apedrejando ao ditto Alcaide e o ferirão e levarão te a porta do ditto Mosteiro; e tratarão abalroar as portas delle e lhe quebrarão os telhados e portaria, e se a não defenderão o invadirão gritando se matacem os frades e lhe puzessem o fogo¹⁹, chamando aos Religiosos afrontosos nomes, ameaçando-lhes a morte e abraçar o Convento e dahi passar a Galiza, e já oje não podem os Religiosos sahir delle sem risco de vida, «poes tem sintinellas em todas as passagens; e tanto que se alguem passa reconhecem atemorizando e ameaçando que se for official de justiça, o hão-de matar e a qualquer frade ou criado seu»²⁰; e os dittos

¹⁵ Na transcrição actualizaram-se as maiúsculas e minúsculas segundo o uso de hoje, desenvolveram-se as abreviaturas, deu-se às letras u e v, j e i o som vocálico ou consonântico exigido pela palavra na actualidade; d^o desenvolveu-se em ditto, fr^a em freiguesia, hu e hua com til em hum e huma por não levar esse sinal no computador; S em Santo e Santa ou conservou-se sem desenvolvimento, consoante o uso actual; as palavras entrelinhadas vão entre parêntesis angulosos.

¹⁶ Riscada aqui a palavra e.

¹⁷ As palavras e elles com pizaduras dos paos e pedras foram escritas depois, na continuação das linhas, com tinta preta enquanto a do restante documento é amarelada.

¹⁸ As palavras que para convocar tem aselle-reada foram acrescentadas e entrelinhadas na margem direita até pela fl. 2.

¹⁹ As palavras e portaria, e se a não defenderão o invadirão gritando se matacem os frades e lhe puzessem o fogo foram acrescentadas e entrelinhadas na margem direita até pela fl. 2.

²⁰ As palavras poes tem sintinellas em todas as passagens; e tanto que se alguem passa reconhecem atemorizando e amea-

cazeiros da Magdalena forão autores e cabeças destes motins, e fizerão para isso junta e concelho. E em 16 do ditto mes, avendo pregação no ditto Mosteiro, vierão muitos dos supplicados a ella e fizerão corpo de armas a porta da ditta Igreja mais insolentes do que antes, dizendo se resolvessem e que o primeiro que avião de matar avia de ser o Abbade e «o Prior e que, ja que os letrados lhe dizem não tem justiça, que se lhe não dá della que amotinados

se hão-de defender»²¹. E porque pella via ordinaria não podem alcançar justiça.

Pedem a Vossa Magestade lhe faça mercê segura-los e defende-los dos supplicados e mandar dos dittos delitos devassar por hum Ministro seu e proceder contra elles com justiça e Receberão Mercê.

Protestão os supplicantes não aver affusão de sangue (fl. l.v).

çando que se for official de justiça, o hão-de matar e a qualquer frade ou criado seu foram acrescentadas e entrelinhadas depois, pelas mesmas razões, na margem direita até pela fl. 2.

²¹ As palavras *e que, ja que os letrados lhe dizem não tem justiça, que se lhe não dá della que amotinados se hão-de defender* foram acrescentadas e entrelinhadas depois, pelas mesmas razões, na margem direita até pela fl. 2.

os Beneditinos na Europa

Iº CONGRESSO INTERNACIONAL
23 A 26 DE NOVEMBRO DE 1995
SANTO TIRSO

LOS MONJES NEGROS Y EL PODER EN LA GALICIA DE LOS SIGLOS X-XII: EL EJEMPLO DE CELANOVA

José M. Andrade Cernadas
Universidad de Santiago de Compostela

El protagonismo que el monacato ha tenido en la historia de Galicia es algo incuestionable. Hasta los tiempos de la desamortización llevada a cabo por el ministro Mendizabal, en el primer tercio del siglo XIX, los monasterios son de los más importantes propietarios de tierras de Galicia. Este poder económico y su consecuente correlato de enorme influencia social, nace durante la Edad Media, o lo que es lo mismo, en plena sociedad feudal. Hablar, por ello, de monjes —sean estos blancos o negros— y poder puede sonar a redundancia. Ambos términos son indisolubles a lo largo de toda la Edad Media en Galicia.

Sin embargo, nuestra pretensión en esta ocasión es mostrar la involucración de los monasterios benedictinos —concentrándonos en los monjes negros y dejando a un lado a los cistercienses— en el ejercicio del poder público, que mediremos a través de una serie de parámetros.

Para ello, sin embargo, nos parece imprescindible hacer una breve referencia al proceso de benedictinización del monacato galaico, máxime tratándose de un congreso sobre monasterios benedictinos. Tal y como ha sido estudiado, entre otros, por José Mattoso y Antonio Linage Conde¹, la benedictinización del monacato en el Noroeste peninsular se produjo con un considerable retraso frente a lo sucedido en otras regiones europeas e ibéricas. Al

¹ MATTOSO, J., *Le monachisme ibérique et Cluny. Les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*, Louvain, 1968 y «L'introduction de la Règle de saint Benoît dans la Péninsule Ibérique», *Revue d'Histoire Ecclésiastique*, 70(1975), 731-742; LINAGE, A., *Los orígenes del monacato benedictino en la Península Ibérica*, León, 1973, 3 vols., y «El monacato en Galicia de san Martín a la benedictinización: un problema», en *Monacato Gallego. Actas do Primeiro Coloquio (Ourense, 1981)*, Ourense, 1986, 29-53. Puede verse también ANDRADE, J., *El monacato benedictino y la sociedad de la Galicia medieval (siglos XI-XIII)*, A Coruña, 1997, y desde una perspectiva divulgativa, *Monxes e mosteiros na Galicia medieval*, Santiago, 1995.

compás de la introducción de la influencia política y cultural de Cluny en los reinos occidentales, bien nítida desde los tiempos de Fernando I, el monacato gallego sólidamente enraizado en la tradición fructuosiana y, en buena parte de los más significativos ejemplos, muy vinculado a algunas de las grandes estirpes aristocráticas, fue muy refractario a adoptar la norma casinense.

Tanto si adoptamos como criterio fundamental de benedictinización la vigencia documentada de la Regula Benedicti en las grandes abadías gallegas², como si consideramos un prisma más amplio³, habremos de coincidir en que este proceso no se cimenta realmente en Galicia hasta muy finales del siglo XI y, sobre todo, desde principios del siglo XII. En efecto, si tomamos como ejemplo dos de las grandes casas monásticas de Galicia que acabarán adhiriéndose a la RB, el monasterio lucense de S. Julián de Samos y el orensano del Salvador de Celanova⁴, podemos confirmar la tardía aceptación de la regla benedictina en el monacato tradicional gallego. Samos, una de las fundaciones monásticas más anti-

guas de toda la Península Ibérica⁵, no tiene su primera referencia documentada al seguimiento de la RB hasta el año 1080, y ésta no se repite hasta 1145⁶. El caso de Celanova es todavía más llamativo. La primera referencia documental segura de la vigencia de la RB en el monasterio fundado por san Rosendo, no se produce hasta el año 1139⁷. Sin embargo, todavía a la altura del 1156 se constata la vigencia de la devotio femenina en Celanova⁸, lo que pone de manifiesto la larga pervivencia de la tradición prebenedictina en el monacato gallego, y las dificultades que la RB encuentra para su plena aceptación.

Este afincamiento en la tradición y el deseo de estas viejas abadías por mantener algunos privilegios otorgados por la estructura de la Iglesia pregregoriana, conducirá a una enconada lucha entre monasterios —entre otros, los antes citados Samos y, muy especialmente, Celanova— y los obispados reformadores desde el siglo XII, que concluirá, pese a la intensidad del conflicto, con una salida bastante airoso para alguno de los cenobios⁹.

² Esta es la perspectiva adoptada por LINAGE, cuando afirma que la benedictinización se produce cuando se documenta la adopción por el monasterio y su comunidad de la Regla de San Benito como única norma de vida... «la benedictinización tenía lugar por la difusión y el reconocimiento de un libro»; Cfr. LINAGE, A., «El monacato», op. cit., 44.

³ Tal y como sugiere Mattoso en su crítica a la monumental obra de Linage, habría que considerar que la benedictinización implica un cambio casi radical en el tipo de vida monástica. Para calibrar si éste se produce realmente, sugiere estudiar la pervivencia de aspectos más o menos característicos del monacato fructuosiano como la pervivencia de la devotio femenina, o la existencia de comunidades duplices y familiares, así como la pervivencia de las costumbres litúrgicas hispanas; Cfr. MATTOSO, J., «L'introduction», op. cit.

⁴ Sobre ambos, cfr. ANDRADE, J., *El monacato*, op. cit.

⁵ Cfr. MUNDO, A., «La inscripción visigoda del monasterio de Samos», *Studia Monastica*, 3(1961), 157-164; ARIAS, M., *Historia del monasterio de San Julián de Samos*, Samos, 1992.

⁶ Cfr. ANDRADE, J., *El monacato*, op. cit.; Linage comenta como posible una referencia documental a la observancia benedictina en Samos del año 960 que, sin embargo, nos parece muy poco probable. La edición del Tombo de Samos —que Linage no conocía en el momento de redactar esta afirmación— indica que se puede tratar de una interpolación realizada en el momento de confeccionar el código, ya que el folio 87v., en el que está el documento en cuestión, se ha escrito por una mano diferente y ligeramente más tardía a la del resto de los folios; Cfr. LINAGE, A., *Los orígenes*, op. cit. y LUCAS, M., *El Tombo de San Julián de Samos (siglos VIII-XII). Estudio introductorio. Edición diplomática. Apéndices e Índices*, Santiago, 1986.

⁷ Cfr. ANDRADE, J., *El monacato*, op. cit.

⁸ En ese año, Sancha Ordóñez dona al abad Pelayo Figario varias propiedades, a cambio de que sea admitida en Celanova y, tras su muerte, sepultada en él; *Totas istas hereditates... testo et offero monasterio Cellenove pro remedio anime mee et per plazum et placitum, ut contineant me de ipso monasterio et abeam inde victum et vestitum in omni vita mea*; Cfr. ANDRADE, J., *O Tombo de Celanova*, Santiago, 1995, doc. 25, 52.

⁹ Cfr. ANDRADE, J., «El monacato benedictino entre los siglos XI-XII: su relación con el episcopado galaico», en *Actas del Congreso Internacional, «Cluny y el Camino de Santiago en España en los siglos XI-XII»* (Sahagún, 27-29 Mayo 1993), (en prensa).

Celanova entabla una intensa pugna con el obispo de Ourense entre mediados del siglo XII y principios del XIII. La solu-

Este pasado de tradición fructuosiana y las viejas vinculaciones con la monarquía de algunos de estos monasterios es, también, una clave a tener en cuenta a la hora de calibrar su participación en el poder público. Como ejemplo especialmente significativo de esta situación, y por hallarnos en Santo Tirso, localidad tan ligada a esta gran abadía orensana, permítasenos concentrarnos en el caso de Celanova.

No es el momento, ni el lugar, para profundizar en la fundación por san Rosendo de esta abadía¹⁰. Sin embargo, hay que retrotraerse a antes de su propia construcción, y a sus primeros momentos como casa religiosa, para analizar algunos aspectos esenciales en el conocimiento del tema que nos ocupa. El Tumbo de Celanova incluye una serie de documentos que presentan al cenobio fundado por san Rosendo, como el receptor «legal» de una serie de concesiones regias, originalmente concedidas a los ascendientes del fundador, que garantizaban a la abadía el control de diversas *mandationes* y *condados*¹¹.

Uno de estos es un documento real de Alfonso V del año 1007, en el que se desgana la historia de la adscripción de las tierras del rebelde Vítiza —que incluyen las *mandationes* de Bubal, Abruciños y Barra, así como la villa de Villare sobre la que acabará edificándose Celanova— al conde Hermenegildo Gutiérrez, abuelo de san Rosendo y a toda la *posteritati eius*¹². En consecuencia, el diploma en cuestión sigue narrando cómo, a la muerte de Alfonso III, los diferentes sucesores en el trono leonés siguen confirmando en dichas propiedades a Hermenegildo y a su descendencia, hasta llegar a san Rosendo y, posteriormente, tras procederse al *colmellum diuisionis* entre los hijos de Gutier e Ilduara, así como otros acuerdos hereditarios o de propiedad, recalcará en Celanova¹³. Se añade, además, que Gutier Menéndez, el padre de san Rosendo, se había hecho con el control de otras *mandationes* en la comarca bañada por el río Barbantes que, se recalca, habían sido conquistadas, *non quomodo de comissorio sed quomodo de prima presura*, y que por los repartos hereditarios también habrían acabado

ción al conflicto se produce en un sínodo orensano, celebrado en Mayo de 1221, cuando el abad de Celanova pasa a la categoría de vicearcediano orensano; Cfr. DURO PEÑA, E., «Las antiguas dignidades de la catedral de Orense», *Anuario de Estudios Medievales*, 1 (1964), 302-303. Este reconocimiento episcopal —bien es cierto que en absoluto gratuito— a la especial relevancia de Celanova en la diócesis auriense, es, aún a riesgo de no haber podido revisar la documentación de todos los grandes cenobios gallegos, un caso excepcional. Por ejemplo, la poderosa abadía cisterciense de Sobrado, no gozó de un privilegio similar en el cabildo compostelano

¹⁰ Para conocer los orígenes de Celanova sigue siendo esencial el estudio de Emilio Sáez; SAEZ, E., «Los ascendientes de San Rosendo. Notas para el estudio de la monarquía astur-leonesa durante los siglos IX y X», *Hispania*, 8 (1948), 3-76 y 179-233.

Nuestra reciente publicación del Tumbo de Celanova permitir que, en un plazo de tiempo relativamente corto, podamos ofrecer una visión integral de la historia del cenobio celanovense; Cfr. ANDRADE, J., *O Tombo*, op. cit., (desde ahora citado como TC)

¹¹ Algo que no es exclusivo de Celanova, porque similares concesiones se hacen en favor de las catedrales compostelana y lucense, y del monasterio familiar de Sobrado, así como de Samos. Cfr. SANCHEZ-ALBORNOZ, C., *La España cristiana de los siglos VIII al XI*, I, Madrid, 1980, 568.

¹² *Et sicut iam supra scriptum est omnem terram quam ipse rebellis obtinuerat supradicto duci vel posteritati eius rex ad perhabendum concessit*; Cfr. TC, doc. 3, 14.

¹³ *Completis autem diebus domni Ranemiri confirmavit filius eius serenissimus princeps domnus Hordonius ad pontificem domnum Rudesindum episcopum. Rex vero domnus Hordonius finem vite completum, ad vero in sedem regiam frater eius rex domnus Santius et soror eius domna Gilvira regina et confirmaverunt ad prefatum antistitem quod avii et parentes et frater eius confirmaverunt. Defuncto autem domno Santio rege succesit pro eo regnare filius eius domnus Ranemirus, et confirmavit ille et mater eius domna Tarasia regina ad domum Domini Salvatoris monasterii Cellenove et abbati Manillani... In hoc ergo tempore regum, nullus homo inde comissorium aut hereditatem ibi habuit*; *Ibidem*.

Tampoco es este el momento de discutir sobre el carácter original de la fundación rosendiana, aunque para aclarar mínimamente el tema que nos ocupa, creo que no está de más recordar que Celanova es una fundación de una familia, pero no debe considerarse como un monasterio familiar. Para una visión general de este tema, cfr. MATTOSO, J., «San Rosendo e as correntes monásticas da sua época», *Do Tempo e da História*, 5 (1972), 5-27.

dentro de las propiedades de Celanova¹⁴. De aceptar en su literalidad este documento, habría que admitir que el poder sobre una serie de territorios —en este caso de unas *mandationes* se transmitió hereditariamente, hasta el punto de acabar formando parte del patrimonio de un monasterio fundado por un miembro de la estirpe familiar del conde Hermenegildo Gutiérrez¹⁵.

En este mismo sentido, el Tumbo de Celanova también incluye un documento de Ordoño III, datado en el año 955, en el que se entrega a san Rosendo todas las *mandationes* que había detentado su padre, desde Geurres hasta Rivo Calido¹⁶, lo que supone un espacio equivalente a la franja meridional de la actual provincia de Ourense, de uno a otro de sus extremos¹⁷.

La validez de las informaciones contenidas en ambos documentos ha de ser, en cualquier caso, analizada en una primera aproximación desde una perspectiva textual o diplomática del código que las contiene. En efecto, hoy estamos en condiciones de reconstruir con bastante precisión el ambiente en el que se acometieron los diferentes proyectos cartoriales, así como el objetivo que animaba esta empresa escriturística, que acabaron reunidos en el actual Tumbo de Celanova¹⁸. Estos se ejecutaron en diferentes momentos que van desde finales del siglo XI hasta bien avanzado el siglo XII. Es decir, coinci-

diendo con unos momentos en los que Celanova se enfrentaba, por un lado, a su paulatina y complicada benedictinización, y por otro, a su lucha con el entonces pujante episcopado orensano.

Se inicia desde el *scriptorium* monástico una labor de elaboración de materiales que permitiesen la defensa y magnificación de la abadía en tan difíciles momentos. Esteban y, posteriormente, Ordoño de Celanova, como ha estudiado y deslindado Díaz y Díaz¹⁹, redactan la *uita* y milagros de san Rosendo, buscando, entre otros objetivos, la canonización del fundador de su monasterio.

Este expediente magnificador de la vida ejemplar de Rosendo, no sirve exclusivamente a unos fines religiosos, sino que tiene también una serie de perfiles netamente políticos. Así por ejemplo, el propio Díaz y Díaz ha puesto de relieve el cariz claramente negativo hacia Alfonso Enríquez de buena parte del texto. Este matiz tiene su fundamento en los avatares por los que pasan algunas de las propiedades celanovenses, y toda la tierra de la Limia en general, durante la emancipación del reino de Portugal. Por otra parte, algunos de los milagros narrados en esta obra están dirigidos a prevenir a los condes, nobles, e incluso obispos, ante cualquier intromisión de éstos en los territorios y privilegios de un cenobio velado y custodiado por tan celoso y celestial valedor.

¹⁴ Ibidem. Sobre la presura como forma de apropiación de la tierra, sus referencias historiográficas, y su realidad histórica en el caso de Galicia, cfr. PORTELA, E., «Galicia en la época de Alfonso III», en FERNANDEZ CONDE, F.J. (ed.), *La época de Alfonso III y S. Salvador de Valdediós*, Oviedo, 1994, 79-95 y «Galicia y la monarquía leonesa», en *El reino de León en la Alta Edad Media VII*, León, 1995, 11-70.

¹⁵ La pretendida transmisión hereditaria de estas concesiones condales, choca con el carácter que tienen en la época que nos ocupa, ya que «no se transmitían los cargos hereditariamente; es decir, los comites... que estaban al frente de las demarcaciones administrativas, segulan siendo oficiales publicos». Sin embargo, son las concesiones reales a instituciones eclesiásticas —aunque en el caso de Celanova, me permito albergar ciertas dudas por el supuesto origen de estas concesiones—, las que podrían acercar la ordenación política hacia un nuevo marco claramente feudal y no «publico». La cita y estas reflexiones, están tomadas de PORTELA, E., «Galicia y la monarquía leonesa», (*op. cit.*) (cfr. especialmente 43-45).

Para un análisis divergente del defendido por Portela, sobre el carácter publico o feudal de estas concesiones condales, cfr. BALIÑAS, C., *Do Mito Realidade. A definición social e territorial de Galicia na Alta Idade Media (séculos VIII e IX)*, Santiago, 1992, 601.

¹⁶ TC, doc. 54, 86-87.

¹⁷ Sobre la identificación geográfica de territorios altomedievales, cfr. BALIÑAS, C., *op. cit.*, 346 y 358.

¹⁸ Cfr. TC, y ANDRADE CERNADAS, J.M., «Los orígenes del monasterio de Celanova y su patrimonio documental», en *Patrimonio Cultural de Galicia e Norte de Portugal. Actas do Curso de Verán da Universidade de Vigo (5-8 Xullo, 1995)* (en prensa).

¹⁹ DIAZ Y DIAZ, M.C. et alii, *Ordoño de Celanova: Vida y Milagros de san Rosendo*, A Coruña, 1990.

Más o menos coincidiendo en el tiempo con los trabajos de redacción de la *Uita* de Rosendo, los monjes del *scriptorium* celanovense se afanan en transcribir aquellos documentos relativos a las propiedades y privilegios de Celanova que consideran como especialmente relevantes. Ambos proyectos, casi coincidentes cronológica y ambientalmente, forman parte también de un mismo plan. Sentada la calidad excelsa del fundador del monasterio, y advertida su activa labor en defensa del patrimonio de su cenobio, se necesitaba tener un registro escrito de todo aquello que había que defender y conservar. De hecho, el análisis detenido de algunos pasajes de dicho registro, permite adivinar que la estructura interna de los mismos está relacionada con algunas necesidades o urgencias del cenobio en el momento de la transcripción del archivo a los proyectos cartoriales.

Un buen ejemplo de esto lo tenemos en la ordenación de los documentos relativo a las propiedades celanovenses en la villa de Bobadela. Éste es un enclave muy cercano a la abadía del Salvador, y sobre el que ésta ejerce una intensa política adquisitiva entre fines del siglo X y mediados del XI. Transcritas las cartas de compra y de donación que acreditan las posesiones de Celanova en esta villa, se copia como último de los diplomas de esta parte del actual código, un pleito del año 1075 —lo que lo convierte en el documento más tardío de Bobadela— que enfrenta a Celanova con un noble, por algunas propiedades de este enclave. El hecho de que, tras la larga relación de más de cincuenta diplomas, el transcriptor de esta parte del Tumbo haya decidido poner como colofón de la misma este pleito, parece indicar el cariz utilitario que Celanova buscaba con esta labor

escriptoria. Se trataría de presentar un completo y ordenado memorandum sobre las viejas propiedades del monasterio en esta villa que, culminadas con el pleito mencionado solucionado a favor de Celanova, zanjaría cualquier intento futuro de aquellos laicos o instituciones eclesiásticas que buscasen entrometerse en Bobadela.

Por otra parte, a las dificultades de Celanova con la sede orensana y con la corona portuguesa, hay que añadir un nuevo frente abierto para la gran casa monástica limiega. Su tradicional y sólida relación con la monarquía leonesa, encarnada en la persona del fundador y explicitada por escrito en su testamento monástico²⁰, comenzaba a verse seriamente amenazada desde fines del siglo XII, por la importante competencia del pujante monacato cisterciense galaico y por el cambio de orientación política del reino castellano-leonés²¹.

Retrocediendo hasta el inicio del siglo XI, parece evidente que el protagonismo público de un monasterio como Celanova, no puede estudiarse al margen del análisis de las relaciones del cenobio con la monarquía, como institución concesora de privilegios de rango público e, incluso, jurisdiccional. El primer diploma regio que guarda relación con la entrega de algún derecho de tipo jurisdiccional le corresponde a Alfonso V, quien concede a Celanova la jurisdicción, tal y como la había ejercido el propio rey, sobre los hombres de *Valle de Ecclesia*²². Posteriormente, Bermudo III primero y Fernando I con posterioridad, donan a Celanova el castro de Berredo, reuniendo estos documentos todas las características propias de una carta de coto²³.

En el año 1141, Alfonso VII concede el castillo de Sande a Celanova. Una donación que lleva acompa-

²⁰ *In primis commendo vos creatori meo Domino Ihesu Christo, cui vos adquisivi et in cuius amorem hunc locum construxi, et ad regem qui in urbem Legionensem in apicem regni unctus fuerit, ad salvandum et tuendum potius quam ad imperandum*; TC, doc. 1, 5.

Sobre el carácter de tan excepcional documento cfr. DIAZ Y DIAZ, M.C., «El testamento monástico de San Rosendo», *Historia, Instituciones, Documentos*, 16(1989), 47-102.

²¹ Cfr. PORTELA, E., *La colonización cisterciense en Galicia (1142-1250)*, Santiago, 1981; PALLARES, M^a. C., *El monasterio de Sobrado: un ejemplo del protagonismo monástico en la Galicia medieval*, La Coruña, 1978 y «Los cotos como marco de los derechos feudales», *Estudios Compostelanos*, 5(1978), 201-225.

²² *homines qui sunt habitantes in loco predicto Valle de Ecclesia... ut faciant ibidem ipsi homines servitium et obedientiam quod soliti fuerunt facere ad regia potestas*; Cfr. TC, doc. 480, 666

²³ Cfr. ANDRADE CERNADAS, J.M., «Los monasterios benedictinos gallegos y el poder (s. XII)», en AAVV, *Poder y sociedad en la Galicia medieval*, Santiago, 1991, 111-132.

ñada, además de la plena propiedad del citado castillo, el uso de *suo caritello*²⁴, lo que hemos interpretado como «la dejación por parte del monarca de parte de sus derechos jurisdiccionales en manos del cenobio, con lo que nos acercamos a una cierta similitud con una carta de coto»²⁵.

Unos años después, en el 1145, el propio Emperador dona unas propiedades —entre las que vuelvan a destacar dos enclaves defensivos²⁶— además de confirmar una larga relación de territorios acotados, de muchos de los cuales no tenemos constancia documental previa de su condición como cotos dentro del patrimonio celanovense.

El último diploma real de Alfonso VII a Celanova es del año 1155; a través de este documento el monasterio recupera algunas posesiones perdidas por las guerras. Propiedades entregadas *cum rauso et cum homicidio, cum caritel et cum suis terminis*²⁷, con lo que nos volvemos a situar en el terreno de las cartas de coto y de la entrega, ahora con toda nitidez,

de derechos jurisdiccionales específicos de la monarquía al monasterio de Celanova.

Desde el fin del reinado de Alfonso VII²⁸, Celanova no recibe prácticamente ningún privilegio que le retribuya nuevos espacios o cuotas de poder. Tanto el reinado de Fernando II²⁹ como el de Alfonso IX³⁰, se caracterizan por un cierto distanciamiento de Celanova —a tenor de las escasas y poco relevantes concesiones reales hechas— en beneficio, incluso, de algunas de las instituciones rivales de Celanova³¹. Es, por tanto —y al margen de los privilegios «heredados» de la familia de san Rosendo, y de los recibidos de los monarcas del siglo X³² — el reinado de Alfonso VII, el momento en el que Celanova recibe de la corona leonesa un mayor volumen de privilegios de poder. Entre estos, constatábamos la importancia de las concesiones de castillos y emplazamientos defensivos. Permítasenos detenernos en el estudio de los castillos controlados por el monasterio celanovense, habida cuenta de la importancia

²⁴ Cfr. RASSOW, P., «Die Urkunden Kaiser Alfons VII von Spanien. Eine paleographische-diplomatische Untersuchung», *Archiv für Urkunden Forschung*, 11 (1929), doc. 17, 85-86.

²⁵ Cfr. ANDRADE CERNADAS, J.M., «Los monasterios», *op. cit.* Sobre la correcta interpretación del caritel, hemos conjeturado «que se pudiera tratar de un derecho real en relación con la represión de la violencia o de algún tipo de delito». Sobre otra interpretación, cfr. GARCIA DE VALDEAVELLANO, L., *Curso de Historia de las Instituciones Españolas*, Madrid, 1968, 603-604.

²⁶ Nos referimos al castillo de Santa Cruz y a Castro Leboeiro; Cfr. *Ibidem*.

²⁷ Cfr. RASSOW, P., *op. cit.*, doc. 53, pp. 130-132.

²⁸ Sobre el que, sin embargo, en relación con Celanova, hay que distinguir dos fases bien diferenciadas. La primera concesión a Celanova por parte del Emperador se retrasa hasta 1140. Ésta es, además, muy modesta —se trata de un casal— y contrasta con el favor dispensado por el rey hasta entonces a otros monasterios benedictinos como Pinario o Antealtares y, muy especialmente, a la catedral orensana, a la que ha donado previamente un castillo, y, más en relación con Celanova, un privilegio que le garantiza el libre tránsito y comercio en la Limia; Cfr. LUCAS ALVAREZ, M., *El reino de León en la Alta Edad Media V. Las cancellerías reales (1109-1230)*, León, 1993, reg. 12, 217; reg. 31, 219; reg. 121, 231; reg. 159, 235; reg. 319, 256.

²⁹ En 1179 concede a Celanova *illam mampostam quem Villanovam habebat contra Cellenovam*; Cfr. GONZALEZ, J., *Regesta de Fernando II*, Madrid, 1943, 462.

³⁰ En este reinado, salvo las confirmaciones de privilegios anteriores, quizá solo haya que destacar una *inquisitio regia* de 1218 que nos permite reconocer la amplitud de los espacios acotados de Celanova y, cómo, a través de sendos privilegios, se concede a Celanova la exclusividad de los derechos en la reordenación territorial de la tierra de Baranceli, y de Verín en particular.

Cfr. RODRIGUEZ FERNANDEZ, J., «Coto de Celanova (Orense) y su fuero», *Archivos Leoneses*, 37 (1983), 83-96.

Sobre los privilegios de Baranceli datados en 1223 y 1226, respectivamente, cfr. GONZALEZ, J., *Alfonso IX*, *op. cit.*, II, doc. 487, 591 y A.H.N., Clero, Celanova, c. 1431/3. Por otra parte, conviene recordar que Verín había recibido una carta puebla de Celanova años antes, cfr. OGANDO VAZQUEZ, J.F.— MARTINEZ COELLO, A., *La Carta Puebla de Verín. Versión Gallega de 1328*, Ourense, 1986.

³¹ Fernando II, por ejemplo, concede sendos cotos en la Limia a la iglesia orensana; Cfr. LUCAS ALVAREZ, M., *El reino de León*, *op. cit.*, reg. 347, 448 y reg. 369, 451.

³² Por cuya complejidad, y al margen de lo ya señalado, habrá que estudiarlos monográficamente en otro lugar.

de este elemento en el desarrollo de una estrategia de poder.

Celanova, en efecto, como tantos otros monasterios e instituciones religiosas de todo el reino, cuenta entre sus propiedades y privilegios con varios castillos. Al margen de los que pudo haber detentado desde su fundación, parece que es en la primera mitad del siglo XI cuando tenemos plena constancia de su existencia dentro del patrimonio celanovense. En las ya comentadas donaciones reales de Bermudo III del año 1037 y de Fernando I del 1056, en las que se delimita el territorio sobre el que Celanova recibe determinados privilegios públicos de la Corona³³, éste espacio siempre se recorre documentalmente a partir del *castro quod dicunt Bisreto* que hay que identificar con una fortaleza ubicada en la actual parroquia de Berredo, en el concello de A Bola, y que pasa a manos de Celanova. De esta forma, esta fortaleza se convierte en algo semejante al primer bastión simbólico del espacio de poder de Celanova.

Pero es sobre todo en el siglo XII, una vez más con Alfonso VII, cuando la relación entre la monarquía, Celanova y los castillos se intensifica. Nuevamente parece muy difícil desvincular esta encomendación castillera del Emperador a Celanova, con la evolución de la secesión portuguesa que convierte, con-

viene no olvidarlo, parte del patrimonio de Celanova en tierra de frontera³⁴.

De esta forma, en 1141, dos años después de que Alfonso Enríquez comience a intitularse como rey de Portugal, Alfonso VII dona a Celanova el castillo de Sande, ubicado en un importante enclave entre los ríos Miño y Arnoia, junto con el control de lo que podríamos denominar el poder de castellano, como se deduce de las referencias a *omni-sua hereditati, et sua voce, et suo caritello*³⁵.

La vinculación de Celanova con el castillo de Sande se prolongará durante siglos. Todavía en el siglo XVII, como nos refiere De la Cueva, estaba en manos de Celanova y contaba con una jurisdicción de *cuatro leguas y mil vasallos*³⁶. El merino de este castillo es, para este historiador celanovense, la *segunda bara que provee el abad de Zellanova*³⁷, lo que pone de manifiesto la extrema importancia de esta castellanía para el señorío jurisdiccional de Celanova³⁸.

La concesión de castillos a Celanova por parte de Alfonso VII continúa, ya que en el año 1145 le hace entrega al cenobio orensano de dos nuevas fortalezas; una de ellas en Santa Cruz de Grou, en el hoy en día limítrofe concello de Lobeira, y otra en el también estratégico enclave de Castro Leboeiro, emplazamiento éste que acabará cayendo en manos de Alfonso I de Portugal³⁹.

³³ Cfr. TC, doc. 29, 56-57 y doc. doc. 6, 24-26, respectivamente. En ambos casos se acota un espacio del que quedan excluidos *sagionem vel scuro fisci*, ni siquiera para atender asuntos como *homicidia, rausum o fossataria*.

³⁴ Aunque la frontera del siglo XII es más un espacio —por otra parte permeable— que una línea, tal y como ha señalado Mattoso, no es menos cierto que la Limia pasa a ser una zona convulsa y disputada entre ambos reinos durante algún tiempo; Cfr. MATTOSO, J., *Portugal medieval. Novas interpretações*, Lousã, 1992 y BARROS, C., «Portugal, fronteira aberta», —*Viva El-Rei! Ensaios medievais*, Vigo, 1996, 117-133.

³⁵ Cfr. RASSOW, P., *op. cit.*, doc. 17, 85-86. Tan solo tres años antes, el conde Gomez Nunides dona a Celanova su heredad de Bustarenga, situada *ad radice castro de Sandi*; Cfr. TC, doc. 543, 749.

³⁶ GONZALEZ BALASCH, M^a. T., *Fray Benito de la Cueva. Historia de los monasterios y prioratos anejos a Celanova*, Granada, 1991, 275-280.

³⁷ *Ibidem*, 279.

³⁸ En época moderna el señorío de Celanova era el segundo más importante de todas las instituciones eclesiásticas de Galicia, tan solo superado por el arzobispado compostelano, y el décimo señorío más importantes de todo este reino. Para una cuantificación más precisa de los señoríos gallegos puede verse EIRAS ROEL, A., «El señorío gallego en cifras», *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 103(1989), 131; y sobre una visión más general SAAVEDRA, P., «Contribución al estudio del régimen señorial gallego», *Anuario de Historia del Derecho Español*, 60(1990), 103-184.

El abad de Celanova, por otra parte, parece haber ostentado también el título de marqués de Sande. Cfr. RISCO, V., *Geografía del reino de Galicia*.

³⁹ Cfr. VAZQUEZ NUÑEZ, M., *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos de Orense*, 1(1899), doc. 9, 148-149. Se trata, en cualquier caso, de un documento altamente sospechoso de haber sido interpolado. Sobre ello, cfr. LUCAS ALVAREZ, M., *El reino de León, op. cit.*, 170.

Hay que advertir, sin embargo, que el control de varios castillos por parte de Celanova no puede ser relacionado únicamente con el contexto bélico-estratégico que enfrenta a Alfonso Raimundez con su primo Alfonso Enríquez. Tal y como ha estudiado Toubert para el Lazio, sentando así la tesis hoy casi universal para la Europa meridional del incastellamiento⁴⁰, o como ha indicado para el Noroeste de Portugal Ferreira de Almeida⁴¹, los monasterios y todas las otras instituciones eclesiásticas también buscaron la posesión de castillos, dentro de una estrategia de afirmación de sus poderes señoriales sobre el campesinado⁴², en el marco de una sociedad progresivamente feudalizada. El castillo, como es bien sabido, es un eficaz medio de control del territorio y de presión sobre los que en él habitan y pieza esencial, por tanto, para el ejercicio del poder sobre los hombres y, en consecuencia, un medio clave para buscar y afianzar el sistema socio-económico que permitía el funcionamiento de un monasterio como Celanova.

Otra de las instituciones que evidencian con toda claridad la capacidad de poder de Celanova, es la del pertiguero. El pertiguero es un agente señorial que recibe su nombre de la vara o pértiga que es símbolo de la autoridad de justicia, aunque luego el término se aplicó también «al territorio sobre el

que la justicia o la autoridad eran ejercidas»⁴³. El pertiguero de Celanova, por lo que conocemos en el presente momento, sólo encuentra parangón con el Pertiguero de la Tierra de Santiago⁴⁴, estudiada por Villaamil y Castro, Murguía, López Ferreiro y, más recientemente, por Barreiro Somoza, Pallares y Marta González⁴⁵.

Prácticamente desconocido hasta el momento el pertiguero de Celanova, creo que conviene ilustrar brevemente a su homónimo y homólogo compostelano, modelo en el que, a buen seguro, se habrían inspirado los creadores de la pertiguería celanovense. El Pertiguero de Santiago es considerado como un instrumento de cohesión interna del sistema feudal, concebido especialmente para imponer una serie de correcciones y fidelidades vasalláticas necesarias para un gobierno señorial eficaz⁴⁶. Es, por otra parte, un auténtico alter ego del propio arzobispo en cuanto al ejercicio del poder en la Tierra de Santiago⁴⁷. Los primeros pertigueros compostelanos podrían haber aparecido en los últimos años del pontificado de Pedro Suárez de Deza, entre fines del siglo XII y los inicios del XIII, aunque los primeros nombres de titulares conocidos no se documentan hasta principios del siglo XIII. Al margen del interés puesto por Alfonso IX en la consolidación de la pertiguería compostelana⁴⁸, su creación parece responder a la

⁴⁰ TOUBERT, P., *Les structures du Latium médiéval. Le Latium méridional et la Sabine du IX siècle à la fin du XII siècle*, Roma, 1973.

⁴¹ FERREIRA DE ALMEIDA, C., «Castelos medievais do Noroeste de Portugal», en ACUÑA, F. (ed.), *Finis Terrae. Estudios en lembranza do Prof. Dr. Alberto Balil*, Santiago, 1992, 371-385.

⁴² Una revisión de los documentos emanados de la cancellería de Alfonso VII, permiten contabilizar una larga serie de concesiones de castillos por parte del Emperador a monasterios y a catedrales; Cfr. LUCAS ALVAREZ, M., *El reino de León, op. cit.*

⁴³ Cfr. PALLARES, M^a. C. et alii, *op. cit.*, 155-156.

⁴⁴ García de Valdeavellano, creemos que erróneamente, considera que la denominación de pertiguero es aplicable a todos aquellos oficiales de los grandes señoríos gallegos, «que entendían en el mantenimiento del orden y en la administración de la justicia»; cfr. GARCÍA DE VALDEAVELLANO, L., *op. cit.*, 525.

⁴⁵ Cfr. VILLA-AMIL Y CASTRO, J., *Los pertigueros de la Iglesia de Santiago*, Madrid, 1873; MURGUIA, M., *El foro*, Madrid, 1882; LOPEZ FERREIRO, A., *Los fueros de Santiago y sus tierras*, Santiago, 1895-96; BARREIRO SOMOZA, J., *El señorío de la Iglesia de Santiago de Compostela (siglos IX-XIII)*, La Coruña, 1987; PALLARES, M^a C. – PEREZ, F.J. – GONZALEZ, M. – VAQUERO, B., «La Tierra de Santiago, espacio de poder (siglos XII y XIII)», en *Poder y sociedad, op. cit.*, 133-174; GONZALEZ VAZQUEZ, M., *El Arzobispo de Santiago, los fundamentos materiales e ideológicos de una instancia de poder en la Edad Media (1150-1400)*, Santiago, 1996.

⁴⁶ Cfr. BARREIRO SOMOZA, J., *op. cit.*, 452-453.

⁴⁷ Cfr. PALLARES, M^a C., et alii, *op. cit.*, 155.

⁴⁸ Una vez que éste comprueba el grado de incumplimiento de muchos de los decretos de su padre y antecesor Fernando II; Cfr. BARREIRO SOMOZA, J., *op. cit.*, 452-456.

necesidad del arzobispo compostelano, en tanto señor de la Tierra de Santiago, de encontrar un oficial señorial seglar que proceda en los asuntos de justicia criminal en vez de él, que esté dotado de una suficiente movilidad para cubrir un espacio de poder tan amplio, además de poder servir como pieza política de primera magnitud en las relaciones entre el señorío compostelano y la nobleza laica que monopolizará este cargo⁴⁹.

Lo que resulta más sorprendente, es que una institución nacida para el mejor gobierno señorial de uno de los mayores cotos de toda la Península Ibérica, como la Tierra de Santiago, encuentre su único paralelismo en el pertiguero de Celanova.

Una pertiguería celanovense que nace, quizá, a la par que la compostelana, en tiempos de Alfonso IX de León. La antes mentada *inquisitio* de 1218 sobre los límites y privilegios de algunos cotos de Celanova⁵⁰, nos permite tener la primera constancia documental de la existencia de un *perticario Cellenove*⁵¹. Posteriormente, en una nueva intervención arbitral de Alfonso IX fechada en 1224, conocemos el primer nombre de un pertiguero celanovense⁵². Una revisión de la documentación celanovense del siglo XIII, permite comprobar que no existía un

único pertiguero celanovense, sino que había varios pertigueros al servicio del señorío de esta abadía. Un primer testimonio de esto lo encontramos en la entrega que Celanova hace de una heredad que había sido objeto de pleito en San Miguel de Eiras, en el año 1265⁵³. El abad Martín encomienda dicha entrega al juez de Soutobade y a *Bernabeu qui est meu pertigeiro en essa terra*, lo que parece indicar que podrían existir pertiguerías territoriales. Posteriormente, entre los confirmantes del documento figuran *pertigeiros Bernabeu et Domingo Muniz*⁵⁴. Posteriores diplomas reales confirman esta multiplicidad de pertigueros de Celanova. Así lo testimonian sendos diplomas de Sancho IV de 1287, y de su hijo el infante Felipe —por otra parte, Pertiguero mayor de Santiago— de 1319⁵⁵.

Esta posible existencia de un pertiguero de la tierra de Celanova⁵⁶ o pertiguero mayor, y otros pertigueros menores, que podrían tener un área territorial determinada sobre las que ejercer su poder, parece claramente inspirada en los pertigueros de Santiago, de donde Celanova hubo de tomar prestado el modelo. Desconocemos, sin embargo, qué llevó a la abadía fundada por san Rosendo, a esta actitud. ¿Simple deseo de emulación de la poderosa

⁴⁹ Cfr. PALLARES, M.J.C., et alii, *op. cit.*, 155-156.

⁵⁰ «... la complejidad, mezcla y confusión de autoridades queda reflejada en esa *inquisitio* donde la jurisdicción del teniente de las fortalezas, el *dominus terrae*, representante real en la misma, se confunde o divide con la de Celanova y aun con la de Ramiranes hasta límites extraordinarios»; cfr. ALFONSO ANTON, I., «La comunidad campesina», en PASTOR, R. et alii, *Poder monástico y grupos domésticos en la Galicia foral (siglos XIII-XV). La casa. La comunidad*, Madrid, 1990, 326.

⁵¹ *Item ipsi homines de Montibus debet ire in fossatum cum maiordomo vel perticario Cellenove, non cum domino castelli*; Cfr. GONZALEZ, J., Alfonso IX, *op. cit.*, doc. 358, 468.

⁵² *Domno Fernando Guterri perticario* confirma este diploma; Cfr. SAEZ, E., «El monasterio de Santa María de Ribeira», *Hispania*, 4(1944), doc. 9, 191.

Tenemos otro testimonio próximo en el tiempo, de un pertiguero de la tierra de Celanova —nótese que la expresión es idéntica a la del pertiguero de la Tierra de Santiago— identificado por su nombre, en un documento de Ramirás del año 1234. Se trata de un foro en el que confirman, entre otros, el abad de Celanova Pedro III y, tras él, *Perticarius terre Cellenove Petrus Fofus*; cfr. LUCAS ALVAREZ, M. — LUCAS DOMINGUEZ, P.P., *San Pedro de Ramirás. Un monasterio femenino en la Edad Media. Colección diplomática*, Santiago, 1988, doc. 20, 198.

⁵³ Archivo Histórico Catedral de Ourense, Fondo monástico, n° 935 de Leirós. Agradezco a Beatriz Vaquero, profesora de la Universidad de Vigo en Ourense, quien me facilitó amablemente su transcripción de este documento, bastante mejor que la que obraba en mi poder...

⁵⁴ *Ibidem*.

⁵⁵ *Et el abbad huse aponer sus yuizes et sus pertigueros et ssus mayordomos en todos los ssus Cotos et sus logares assi como husava...;* cfr. GAIBROIS, M., *Historia del reinado de Sancho IV de Castilla*, Madrid, 1928, vol. 3, doc. 176, cvii. *de mais mande de parte del Rey e de la mia a los concejos de Ribadavia e dallariz, e daurens e de Milmanda e a los pertigueros de Cellanova e a los merinos que andaren por el Rey en tierra de Bande...;* cfr. *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos de Orense*, 3(1906), doc. 63, 46.

⁵⁶ Cfr. nota 52.

archidiócesis de Compostela, en un momento de fricciones de Celanova con el episcopado orenseño? o quizá ¿es un reflejo de las propias dimensiones del señorío celanovense —muy amplio, aunque sin que podamos precisar sus exactas dimensiones, como sí se puede hacer en época moderna⁵⁷— y de su condición parcial como zona de frontera?

Una vez más —y dejando claro que el estudio en profundidad de la pertiguería de Celanova está todavía por hacer— podemos conjeturar que las especiales relaciones de Celanova con la monarquía —pese a atravesar por estas fechas un mal momento—, y el trabajo político y documental del cenobio en defensa de pretendidos derechos públicos desde su fundación, pueden ilustrarnos, aunque tenuemente, sobre este sorprendente y exclusivo paralelismo entre la archidiócesis compostelana y la abadía de Celanova.

A lo largo de estas breves consideraciones, hemos

tratado de presentar una faceta esencial en el análisis de los monasterios medievales. Su vinculación con el ejercicio del poder público y la relación de este factor con el papel social relevante que los monjes desempeñaban como grupo dirigente dentro de la sociedad feudal. Esta realidad se manifiesta perfectamente en la propia documentación monástica que, desde inicios del siglo XIII, denomina a los monjes como *seniores*.

El haber tomado el ejemplo de Celanova a lo largo de estos siglos se debe, sobre todo, a que, como habíamos visto previamente, Celanova es el monasterio con el mayor señorío jurisdiccional de toda Galicia en época moderna ¿Donde, en este proceso de afirmación de su poder, acaba la realidad histórica, y empieza la labor de creación o alteración de un monasterio fundado por un santo, al que los reyes castellanos del siglo XIII se refieren como su *parente*?⁵⁸

⁵⁷ Cfr. nota 38.

⁵⁸ Sancho IV confirma a Celanova un privilegio de Alfonso X en 1291. El monarca castellano especifica que lo hace, por amor de Sant Rosendo cujo parente son; Cfr. A.H.N., Clero, Celanova, c. 1432/16.

os Beneditinos na Europa

Iº CONGRESSO INTERNACIONAL
23 A 26 DE NOVEMBRO DE 1995
SANTO TIRSO

VIDA E MORTE DE UM MOSTEIRO BENEDITINO: O CASO DE LORVÃO

Maria Alegria Fernandes Marques
Fac. de Letras da Universidade de Coimbra

1. Introdução

Vetusto, rico e prestigiado, o mosteiro de Lorvão não teve ainda o estudo que merece para o seu tempo de casa beneditina. As excelentes páginas que Rui de Azevedo lhe consagrou, em 1933¹, apenas vieram a suscitar algum interesse muitos anos depois, no Seminário da Licenciatura em História, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, orientado pelo Professor Doutor Avelino de Jesus da Costa, donde saiu um trabalho sobre o mosteiro, no séc. XII, levado a cabo por Fernando Garcia Pires². Mais recentemente, surgiram dois contributos do nosso Colega e Amigo Doutor Nelson Correia Borges, um focando os primórdios do mosteiro e o outro os seus aspectos artísticos até à primeira metade do séc. XVIII³. Pelo entretanto, ficou também uma nossa colaboração, quanto à passagem do mosteiro de comunidade masculina a feminina⁴.

¹ Rui de Azevedo, «O mosteiro de Lorvão na Reconquista cristã», sep. do *Arquivo Histórico de Portugal*, Lisboa, 1933. Evidentemente que não esquecemos que as crónicas monásticas (Fr. Bernardo de Brito, *Primeira Parte da Crónica de Cister*, Livro Sexto, Lisboa, 1602; Fr. António Brandão, *Monarquia Lusitana*, Lisboa, 1690, Parte III, *passim*; Fr. Leão de São Tomás, *Benedictina Lusitana*, I, Coimbra, 1644) contêm elementos aproveitáveis para a história do mosteiro.

² *O mosteiro de Lorvão. Subsídios para a sua história. 1126 a 1181*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1971 (dissertação de licenciatura; policopiada). Prevenimos o leitor para alguns erros de transcrição que este trabalho possa apresentar.

³ Respectivamente, «Lucêncio, bispo de Conimbriga, e as origens do mosteiro de Lorvão», sep. de *Conimbriga*, 23, Coimbra, 1984, pp. 143-158 e *Arte monástica em Lorvão. Sombra e realidade*, 2 vols., Coimbra, 1992 (dissertação de doutoramento; policopiada).

⁴ «Inocência III e a passagem do mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister», sep. de *Revista Portuguesa de História*, XVIII, Coimbra, 1980, pp. 231-283. E não esquecemos também o contributo de Dom Maur Cocheril, *Routier des abbayes cisterciennes du Portugal*, Paris, 1978.

Neste momento, a nossa comunicação representa, de algum modo, um regresso ao tema. E fazêmo-lo porque entendemos que, apesar de todos os contributos, muitas questões estão ainda em aberto, bem como muitas ficarão sem resposta, apesar de mais este nosso estudo.

2. Da segunda metade do séc. XI aos primeiros anos do séc. XII

Para melhor nos situarmos na história desta instituição, retenhamos as grandes linhas das conclusões de Rui de Azevedo: fundado ao tempo da primeira reconquista de Coimbra⁵, atingiu enorme prestígio e riqueza durante o séc. X e mergulhou em grave crise no séc. XI.

Está fora de dúvida que esta não se deve à segunda ocupação muçulmana de Coimbra: a pujança económica do mosteiro da Vacariça, dentro de uma mesma área próxima da cidade de Coimbra e pela mesma época, é bem a prova de que algo de mais profundo atingira Lorrão. E que não seria apenas a concorrência de S. Salvador e S. Vicente da Vacariça, como opina Rui de Azevedo⁶. Nestas circunstâncias, o documento do abade Tudeildo da Vacariça, de 30 de Setembro de 1045⁷, pode ser muito mais do que um exemplo do aspecto federativo de que se reves-

tia o monaquismo frutuosiano, para representar um tempo de crise em Lorrão. É certo que dela nada sabemos; mas o longo hiato na documentação deste mosteiro⁸ pode ser um indicio de algo que os homens da época bem conheciam, mas esconderam do futuro, e que perturbava, por então, o viver de Lorrão e permitia mesmo à Vacariça uma condução do processo monástico nestes confins da Cristandade. A superação dessa crise interna e a segurança e a paz trazidas pela reconquista definitiva de Coimbra vieram dar novo alento a Lorrão. A recuperação da cidade do Mondego possibilitou a reorganização desta casa monástica, como bem esclarece a notícia do prior Aires sobre os direitos do mosteiro aos moinhos de Forma. Construídos em tempo do abade Primo (966-985), foram ponto de discórdia entre habitantes da região de Coimbra e o prior Aires, após a conquista de Coimbra, e só a autoridade do rei D. Fernando e de D. Seshando permitiram ao mosteiro de Lorrão reaver esses seus bens⁹. Depois foi a vez do prior Eusébio. Contemporâneo de Seshando, de D. Afonso VI, do conde D. Henrique e de D. Teresa, o seu governo deixou marcas em Lorrão e foi ele próprio marcado pelos acontecimentos da sua época.

Foi o mais longo governo conhecido pelo mosteiro de Lorrão durante o período que nos interessa: cerca de três décadas¹⁰. Durante ele se processa-

⁵ Nelson Correia Borges, «Lucêncio, bispo de Conímbriga...», demonstra que as suas origens podem remontar ao séc. VI. Por outro lado, na sua identificação do mosteiro com a sede da antiquíssima paróquia (suévica) de *Lurbine* ou *Lurbane*, informa que a igreja paroquial da localidade esteve no mosteiro, numa das capelas da sua igreja (S. Sebastião e S. Vicente), até ao séc. XVII (*Arte monástica em Lorrão...*, p. 79).

⁶ *Ob. cit.*, p. 31.

⁷ Nele, o abade Tudeildo cedia alguns bens do seu mosteiro – nomeadamente, os mosteiros de Leça e de Anta – a Fr. Pedro e aos presbíteros Tudeildo, Aires, Lucídio e Randulfo e a outros que quisessem aceitar este pacto, impondo que recebessem consigo os frades de Lorrão que quisessem ir viver com eles. Cf. *Livro Preto da Sé de Coimbra*, I, publicado por A. Gomes da Rocha Madalil, Coimbra, 1949, pp. 231-235, n.º CXLVIII (passaremos a citar esta fonte por LP.).

⁸ Não se conhecem documentos relativos a Lorrão entre 1018 e 1086 (cf. Rui de Azevedo, *ob. cit.*, p. 30). Talvez o facto se prenda com uma crise interna no mosteiro, a que se deverão ainda juntar alguns elementos externos. De facto, pela época, há indícios de perturbação na região de Coimbra (por exemplo, a conquista ou destruição de Montemor-o-Velho, por Gonçalo Trastamires; cf. José Mattoso, *Ricos-homens, infâncias e cavaleiros*, Lisboa, 1982, p. 51) e, mesmo depois da própria tomada de Coimbra, é possível que os monges tivessem problemas de sobra, de que é exemplo a questão do abade Aires, por causa dos moinhos de Forma; cf. nota seguinte). Ainda que isolada, pode ser significativa, para a hipótese, a declaração jurada, mas sem data, de quatro frades do mosteiro da Vacariça, acerca da propriedade de certas terras, que o seu mosteiro adquirira por compra e não por doação, do mosteiro de Lorrão (LP., I, p. 132, n.º LXXXIX).

⁹ Rui de Azevedo, *ob. cit.*, pp. 43-44.

¹⁰ Achamo-lo documentado entre 1086-1117. Se é difícil pronunciarmo-nos sobre o termo *a quo*, devemos dizer que o *ad quem* poderá ultrapassar esta data, pois que o seu sucessor – Daniel – só surge na documentação a partir de Março de 1120.

ram mudanças significativas na vida deste mosteiro, nomeadamente a adopção da regra beneditina, a sua concessão à Sé de Coimbra e ao seu bispo D. Gonçalo e a restauração do mosteiro pelo mesmo bispo. Quanto à adopção da regra beneditina, os estudos mais recentes apontam no sentido de ela se ter verificado no final do séc. XI¹¹, sendo a mais antiga menção expressa do ano de 1100, reiterada no ano seguinte¹². Apesar disto, fica-se sem saber o espírito da adopção: de livre vontade, numa enorme abertura às novas correntes litúrgicas chegadas de além-Pirinéus, ou por grande influência de outras forças, nomeadamente religiosas¹³ ou políticas¹⁴, ou mesmo, perante factos que iam ocorrendo na região e punham em perigo outras comunidades?¹⁵ Igualmente se desconhecem os verdadeiros motivos da concessão do mosteiro de Lorvão ao bispo de Coimbra, em 1109, levada a cabo pelo conde D. Henrique e D. Teresa¹⁶. Numa época de plena expansão militar e repovoadora, as necessidades económicas do bispo D. Gonçalo e da sua Sé, invo-

çadas no documento, não parecem motivo suficiente. Bem como não o era, na mesma circunstância, o facto de os governantes fazerem dessa concessão uma doação de bens com fins espirituais. Que algo existia para além de tão válidos argumentos, prova-o a acusação feita sobre a memória de D. Gonçalo, no início do séc. XIII, de que ele comprara o mosteiro¹⁷. Quanto a nós, cremos ser bem provável que estivesse bem vivo o caso da Vacariça e que Lorvão fosse outro foco de resistência às novas correntes litúrgicas¹⁸. A concessão aparecia, assim, como uma ameaça ou como um sentido a seguir. Nesta perspectiva, encontrado o caminho certo, isto é, a conformidade ao rito romano, o mesmo bispo apressar-se-ia a restaurá-lo, em 1116, não esquecendo, contudo, a sujeição do mosteiro à Sé, que começava pela confirmação de novo abade¹⁹.

Parece-nos que a grande obra do prior Eusébio se situa exactamente na gestão dos choques e conflitos entre as diversas concepções monásticas e litúrgicas

¹¹ Até aí o mosteiro seguiria a tradição monástica peninsular, de cariz frutuosiário. Ver, por todos, Nelson Correia Borges, *Arte monástica em Lorvão...*, I, pp. 112-118.

¹² *Portugaliae Monumenta Historica, Diplomata et Chartae*, Lisboa, 1867, p. 554, n.º CMXXXVI e *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Particulares*, 3, Lisboa, 1940, pp. 22-23, n.º 26, respectivamente (passaremos a indicar estas obras por DC. e DP., respectivamente).

¹³ Lembremos que era então bispo de Coimbra D. Maurício Burdino, um francês, representante, por isso mesmo, dessas novas correntes litúrgicas para a Península, em oposição às antigas, de raiz visigótica.

¹⁴ Igualmente era francês o senhor de Coimbra, o conde D. Henrique, já então casado com D. Teresa e governador das terras a sul do Minho. Franceses eram também alguns homens do governo de Coimbra: já em 1101 há referência a D. Artaldo «que illa terra [Coimbra] imperabat sub manu de illo comite domno Henrico...» e em 1105 o mesmo é mordomo de Coimbra e lbraldo um dos homens bons da cidade (cf. DP., 3, pp. 1 e 158, n.ºs. 1 e 181, respectivamente).

¹⁵ Referimo-nos ao mosteiro da Vacariça, concedido em 1094 à Sé de Coimbra e que não mais se restaurou, desconhecendo-se, hoje, por completo, os seus dias após esse facto, e o processo da sua extinção. Mas ele seria bem conhecido na região, a ponto de ser tomado como sinal ou exemplo. É bem provável que o facto esteja relacionado com «uma especial resistência litúrgica por parte da (...) comunidade» da Vacariça. Cf. José Mattoso, «O monaquismo tradicional em Portugal no séc. XII», in *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, 1987, pp. 167-181.

¹⁶ *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios. I. Documentos dos Condes Portucalenses e de D. Afonso Henriques. A. D. 1095-1185*, I, Lisboa, 1958, pp. 19-21, n.º 15 (passaremos a citar esta obra por DR.). Esta doação devia estar presente no espírito do papa Pascoal II, quando fez expedir a bula *Fraternitatem tuam*, dirigida ao bispo de Coimbra, cerca de Janeiro de 1100 (cf. Carl Erdmann, *Papsttutkunden in Portugal*, Berlin, 1927, p. 164, n.º 11).

¹⁷ Trata-se de um registo dos agravos que o mosteiro sofreu dos bispos de Coimbra, desde D. Gonçalo a D. Pedro Soares (exceptuam-se os bispos D. João Anaia, D. Bermudo e D. Martinho Gonçalves). Cf. Rui de Azevedo, *ob. cit.*, pp. 60-61.

¹⁸ Embora esteja, hoje, fora de dúvida, a existência de problemas, por esta época, em Coimbra, achamos ainda sintomática a já citada bula de Pascoal II (cf. *supra*, nota 16) que refere mesmo os tempos conturbados na Espanha. Expressamente se regozija também pela acção do bispo de Coimbra e recomenda-lhe o conde D. Henrique, pelo auxílio à Igreja de Coimbra.

¹⁹ DP., 4, pp. 4-6, n.º 5: «Et ut ipse abbas cum omni suo conventu sit subditus episcopo et canonicis prefate sedis et sine consilio isto defuncto nullatenus alter eligatur.». Veremos mais adiante como esta exigência se concretizou, na prática.

que se colocaram à sua comunidade na passagem do séc. XI ao séc. XII. E o seu grande mérito estará, quanto a nós, na grande capacidade que revelou em ter sabido encaminhá-la, preservando-a do perigo e afirmando-a como a mais importante casa monástica das terras cristãs do meridão ocidental.

Por essa sua acção, talvez, viu-se transformado em abade, pelo bispo D. Gonçalo, em 1116, quando este restaurou o mosteiro. De facto, é algo variável a intitulação de Eusébio. Em 1086, tanto é chamado de abade²⁰, como de prior²¹. A partir de 1089 afirma-se o seu uso do título de prior²². No entanto, perde-o em 1116, para tomar, definitivamente, o título de abade. Se a persistência no uso do título de prior se relacionar, entretanto, com a influência francesa²³, sabendo-se, ao mesmo tempo, que o monaquismo peninsular liga o responsável das comunidades, preferencialmente, ao título de abade, então não se terá assistido, em 1116 a uma situação que pode representar uma solução de compromisso entre as duas partes? Isto é, o mosteiro teria aceite, sem reservas, a nova liturgia romana e, em contrapartida, o bispo teria condescendido no título a usar pelo responsável da comunidade, resquício de um passado que se apagava, na prática, mas não se esquecia na memória.

Fosse como fosse, foi como mosteiro beneditino masculino que Lorrão se afirmou no séc. XII, até ser transformado em cisterciense feminino, nos inícios do século seguinte.

3. O séc. XII

a) A comunidade

É desse tempo do mosteiro de Lorrão como comu-

nidade masculina beneditina, que cresceu e se afirmou depois da segunda reconquista de Coimbra e durante todo o séc. XII, que nos iremos ocupar.

Em primeiro lugar, da sua comunidade. À sua frente, guiando-a e representando-a nos actos jurídicos, passou a estar, desde 1116, a figura do abade. Era ele que a representava em vendas, compras, doações, contendas jurídicas. As doações, por exemplo, ou são dirigidas às figuras ideais dos santos patronos do mosteiro – S. Mamede e S. Paio²⁴ – ou à figura do abade. Desde a data apontada, e como já foi observado, que ele ficou dependente da confirmação do bispo de Coimbra. E que a cláusula inserta no documento da restauração do mosteiro que a isso obrigava não ficou letra morta, provam-no as cartas de obediência dos abades Salvador, Pedro e João, de Lorrão, respectivamente aos bispos D. Bernardo (os dois primeiros) e D. Miguel, de Coimbra. Embora em formulário estereotipado, não deixa de estar patente uma clara expressão de sujeição e reverência à Igreja de Coimbra, feita na presença do seu bispo e firmada sobre o altar²⁵.

A crermos no documento de restauração, o abade seria eleito pela comunidade, mas com conselho do bispo e dos seus cónegos. E, uma vez eleito, caberia ao bispo a sua sagração, momento propício à manifestação do seu poder sobre o mosteiro e à consequente sujeição pública do abade.

Não temos elementos para nos pronunciarmos sobre a base social de recrutamento dos abades. Que eles seriam personalidades que se evidenciarão no seu meio, pelas suas qualidades e pelo seu saber é, por demais, evidente. Eusébio era presbítero²⁶. Alguns deles dominavam a escrita – tal como acontecia em Pendorada²⁷. No cartório do mos-

²⁰ Documentos de 16 de Maio e 24 de Novembro: DC., p. 397 e 400-401, n.ºs. DCLXIII e DCLXX, respectivamente.

²¹ Documento de Setembro de 1086: DC., p. 386, n.º DCXLV.

²² DC., pp. 435, 470, 524, 554, n.ºs. DCCXXVII, DCCLXXXI, DCCCLXXXIII e DCCCCXXXVI, respectivamente (documentos entre 1089 e 1100).

²³ José Mattoso, *ob. cit.*, pp. 174-175.

²⁴ Cf. Apêndice III, Quadro I.A. Na linguagem estereotipada deste tipo de documentos, surge, muitas vezes, a referência a relíquias de santos guardadas no mosteiro de Lorrão, nomeando-se, contudo, apenas estes seus patronos. Só numa doação de D. Afonso Henriques, de Dezembro de 1174, se especifica outro santo, além destes – S. Martinho (cf. DR., p. 422, n.º 322).

²⁵ LP., I, pp. 97, 108 e 115, n.ºs. LXII, LXXI e LXXIX, respectivamente.

²⁶ DC., p. 386, n.º DCXLV.

²⁷ José Mattoso, «L'abbaye de Pendorada des origines à 1160», in *Revista Portuguesa de História*, VII-II, Coimbra, 1957, p. 50.

teiro restam ainda alguns documentos de que os abades Daniel²⁸ e João foram os notários²⁹. Podemos ainda acrescentar que o último dos abades, Julião, havia sido prepósito do mosteiro pelo menos durante os anos de 1198 e 1201³⁰.

Se é tão difícil prescrutar algo sobre a base social do recrutamento dos abades, igualmente o é sobre as suas proveniências geográficas. Porém, talvez se possa levantar um pouco do véu para o abade Eusébio. Em 1141, um seu sobrinho fez doação de uma herdade ao mosteiro de Lervão, por sua alma e de seus pais e em memória do venerabilíssimo abade D. Eusébio, seu tio materno³¹. Se a localização da herdade – em Linhares (f. Arrifana, c. Vila Nova de Poiares) – estiver em relação com a origem da família, então é muito provável, diríamos certo, que esse venerável abade era natural da área de influência próxima do mosteiro³².

Os abades responsáveis pela comunidade lorbense no séc. XII foram Eusébio, Daniel, Salvador, Pedro, João e Afonso, a que se junta o nome de Julião, já no séc. XIII. A sua cronologia não constitui

uma série perfeita, antes existem hiatos entre alguns abaciados. Pela documentação conhecida, e embora com intitulações diversas, Eusébio esteve à frente dos destinos do mosteiro de 1086 até 1117; Daniel, de Março de 1120 a Março de 1136; Salvador em 1143; Pedro, de Abril de 1145 a Junho de 1148³³; João de Janeiro de 1163 a Outubro de 1188; Afonso, de Outubro de 1190 a Maio de 1204 e Julião de Junho de 1204 até ao final do mosteiro como instituição masculina, isto é, 1211.

Não temos explicação concreta para os hiatos implícitos na cronologia acima indicada, excepto para os tempos posteriores a 1148. Diz uma memória dos inícios do séc. XIII³⁴ que, falecido o abade – que o contexto do documento permite colocar, de um modo vago, depois de 1143³⁵ – «nemo fuit illuc». cremos, pois, que à morte de D. Pedro o mosteiro entrou em vacância.

É de referir, contudo, que há momentos em que surgem dois abades, em simultâneo, na abadia de Lervão, aliás tal como assinala Linage Conde para outros mosteiros³⁶. Assim em 1133³⁷, 1136³⁸,

²⁸ Maria José Azevedo Santos, *Da visigótica à carolina. A escrita em Portugal de 882 a 1172*, Coimbra, Faculdade de Letras (dissertação de doutoramento, policopiada), 1988, p. 266, identifica o abade Daniel com o presbítero da Sé de Coimbra, do mesmo nome, notário de um documento desta Sé, de 19 de Março de 1119. Pela nossa parte, registamos um presbítero Daniel em Lervão, em 1098, que também pode ser o abade de anos mais tarde (cf. DC., pp. 529-530, n.º DCCCLXXXII).

²⁹ Daniel: DP., 4, p. 104, n.º 123; Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 9-11; João: Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 129-130 e DR., I, pp. 428-429, n.º 328 (passaremos a citar esta fonte por DR.).

³⁰ TT. – CR., Lervão, m. 7, n.º 14 e m. 8, n.º 4, respectivamente.

³¹ Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 32-33. Não sabemos quem seria esse seu sobrinho, mas registre-se que, no citado documento, ele próprio se refere a um certo Fernando seu «alumnus».

³² Também poderíamos considerar, antes, que se poderia tratar de alguém de longe, cuja elevação a um cargo tão importante no mosteiro teria provocado a aproximação da sua família. Contudo, pessoalmente, achamos mais plausível a hipótese avançada no texto, pois que, para esta segunda, haveria localidades de muito maior proximidade.

³³ Ou mesmo até 1154. O aforamento da *villa* de Louredo (f. Arrifana, c. Vila Nova de Poiares) feito expressamente pelo abade D. Pedro, apresenta uma data expressa erradamente, que foi mal entendida no próprio mosteiro, onde, na tradução do documento, a colocaram em ano de outro abaciado (D. Daniel). Podendo datar-se do ano de 1154, então, o abaciado de D. Pedro ter-se-á estendido, pelo menos, até Abril desse ano (cf. Fernando Garcia Pires, pp. 16-17 e 68-69).

³⁴ Trata-se do citado registo dos agravos que o mosteiro sofreu dos bispos de Coimbra, desde D. Gonçalo a D. Pedro Soares (exceptuam-se os bispos D. João Anaia, D. Bermudo e D. Martinho Gonçalves). Cf. Rui de Azevedo, *ob. cit.*, pp. 60-61.

³⁵ Ele refere que foi depois do concílio de Valladolid, reunido por um cardeal. Ora, trata-se do concílio de Valladolid, reunido pelo cardeal Jacinto, em 1143. Mas como refere, de seguida, os agravos do bispo D. Miguel (1159, 1162-1176), talvez se trate de uma vacância após 1148, ou mesmo 1154, e não logo após 1143 (cf. Carl Erdmann, *ob. cit.*, pp. 198-203, n.º 40).

³⁶ *Orígenes del monacato beneditino en la Península Iberica*, I, Léon, 1973, p. 380.

³⁷ Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, p. 15.

³⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 20.

1165³⁹ e 1174⁴⁰. Trata-se de presenças esporádicas, como confirmantes ou testemunhas de documentos. É provável, contudo, que os casos de 1133, 1136 e 1165 sejam protagonizados por uma mesma pessoa.

Além do abade como o caracterizámos no início, isto é, como o representante e responsável pela comunidade, a documentação refere ainda outros cargos com relevância no mosteiro. Assim, o prior. A sua existência atesta-se logo após a elevação de Eusébio ao abaciado, em plena simultaneidade dos cargos⁴¹. Segue-se-lhe um outro em 1119 e depois destas referências, talvez pontuais⁴², o cargo só volta a surgir na década de trinta, em dois anos distintos (1133 e 1136) e ocupado por pessoas diferentes⁴³. Esparsos continuam a ser durante as décadas seguintes, até ao final da vida do mosteiro masculino⁴⁴. Anote-se ainda que só no séc. XIII (1201) há referência expressa ao prior claustral, ocupado, na ocasião, por alguém a quem se assinala alguma experiência notarial⁴⁵. Na sua existência simultânea com o abade, o cargo de prior teria adquirido conteúdo próprio, distinto daquele, e do sentido da

influência cluniacense, para designar um lugar destacado na hierarquia, mas em estreita dependência do abade, podendo chegar mesmo a substituí-lo no governo da casa⁴⁶. Talvez fosse ele quem governava o mosteiro nos períodos de vacância de abade⁴⁷. Que ele não se identificava, em Lervão, com o de prepósito, prova-o a existência simultânea dos cargos, em 1121: Paio prepósito e Pedro prior⁴⁸. Aliás, o cargo de prepósito aparece raramente na documentação⁴⁹. Cremos que em alguns momentos pode ter sido mesmo substituído por um (ou vários) dos diversos priores que surgem na documentação.

Igualmente raras e tardias são as referências ao cargo de chantre, tesoureiro e sacristão. O primeiro é, mesmo assim, o mais recuado, com a primeira menção em 1166, a qual só se volta a repetir em 1201⁵⁰. O segundo recolhe-se numa única referência em 1198⁵¹ e o último também numa só, em 1201⁵². Por sua vez, a existência de um mestre é atestada apenas em 1154. Mas, ao que parece, não teve continuidade, pois que só se voltam a achar referências em 1167 e em 1183⁵³.

³⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 92.

⁴⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 171.

⁴¹ DP., 4, pp. 19-20, n.º 21.

⁴² Devemos entender todas estas indicações com algumas reservas, pois que o número de membros de um convento que se conhece através das subscrições dos documentos pode ser manifestamente reduzido em relação ao seu total. Além de que é difícil afirmar que os cartórios fornecem sequências documentais que nos permitam acompanhar, com segurança, a evolução dos diversos cargos.

⁴³ Sesnando prior e Pedro prior (cf. Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 14-15 e 18-20).

⁴⁴ 1145 – Rodrigo; 1147 – Gonçalo (notário) e Guilherme; 1156 – Mendo (notário), 1166 e 1172 – Bento; 1171 e 1172 – Capelino; 1172 – Miguel; 1181 e 1186 – Diogo; 1182 – Pedro; 1188 – D. Afonso; 1198 – Pedro Soares; 1203 – Estêvão (Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 47-49; 56; 71; 99-100; 151-153; 165-166; 235-236; TT. – CR., Lervão, m. 6, n.ºs. 20 e 23; m. 7, n.º 14; m. 8, n.º 14).

⁴⁵ Pedro Soares, notário referenciado em cinco documentos, entre 1188 e 1201. Num desses documentos, ele é o notário e Pedro Calvo o escriba (Abril de 1196: TT. – CR., Lervão, m. 7, n.º 8).

⁴⁶ José Mattoso, «O monaquismo tradicional em Portugal no séc. XII», in *Fragments de uma composição medieval*, p. 174.

⁴⁷ Estará nessa condição o prior João, quando efectua uma compra, com o convento, em 1162 (Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 80-81).

⁴⁸ DP., p. 143, n.º 163. José Mattoso, «L'abbaye de Pendorada...», in *RPH.*, VII-II, p. 56, chega a sugerir uma identificação entre os dois cargos, afastada em Lervão, como parecem mostrar estes casos.

⁴⁹ 1101, 1121, 1133, 1167, 1198, 1201 e 1203. Pode ter sido ocupado pela mesma pessoa em 1101 e 1121 (DP., 3, pp. 22-23, n.º 26; 4, p. 143, n.º 163, Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 14-15; 118-120; TT. – CR., Lervão, m. 7, n.º 14 e m. 8, n.ºs. 4 e 14).

⁵⁰ Mendo e Monio (Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 99-100 e TT. – CR., Lervão, m. 8, n.º 4).

⁵¹ Pedro (TT. – CR., Lervão, m. 7, n.º 14).

⁵² João (TT. – CR., Lervão, m. 8, n.º 4).

⁵³ Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 68-69, 118-120; TT. – CR., Lervão, m. 6, n.º 12).

Resta a comunidade no seu conjunto. *Monachos e fratres* são as designações indistintas e são eles os que mais frequentemente surgem na documentação. Tendo em conta os dois maiores abaciados – o de D. Eusébio e o de D. João – pode dizer-se que se manteve, praticamente, o número de monges presentes nos documentos. De facto, se se contam 16 à volta do primeiro, o número aumenta apenas de uma unidade em torno do segundo⁵⁴. Com toda a certeza, não estamos perante o número total de monges do mosteiro. Até porque Inocêncio III, em 1211, previa que pudessem residir mais de 40 monjas no mosteiro de Lorvão⁵⁵. Não se tendo verificado um aumento significativo de bens em posse do mosteiro, na sua passagem a feminino, nem havendo indícios de obras, por essa época, é bem provável que o número indicado pelo papa se aproxime da capacidade do mosteiro.

Não conhecemos a área social de recrutamento dos monges. Os *Livros de linhagens* são completamente omissos quanto a esta memória, talvez porque ela não se criou. É bem provável que este mosteiro, da Cristandade do Sul, afecta ao moçarabismo, e longe das terras do Norte, não tenha atraído gentes desta região, cuja memória aqueles *Livros* vieram a registar. Igualmente ignoramos a área geográfica da sua proveniência, o que, a saber-se, daria, em simultâneo, os limites de influência do

mosteiro. Entre todos os seus documentos, apenas se acha um caso que refere a localidade de origem de um monge: em 1169 havia em Lorvão um monge Gonçalo, de Ventosa, lugar perfeitamente no âmbito geográfico do mosteiro⁵⁶, onde a sua influência se fazia sentir, até pela detenção de propriedades⁵⁷.

Igualmente importante nos parece a presença de monges clérigos. Há-os com todas as ordens maiores (presbíteros, diáconos e subdiáconos), bem como com algumas ordens menores, nomeadamente acólitos e exorcistas. Mas verifica-se uma clara redução destes – absoluta mesmo quanto aos últimos – à medida que se avança no tempo⁵⁸.

Importa ainda uma palavra sobre os oficiais do mosteiro. São poucos, muito poucos, os que conhecemos. Apenas o mordomo⁵⁹, o cozinheiro⁶⁰, os notários, alguns escribas⁶¹, o primeiro com uma missão voltada ao exterior, sobretudo na relação com os camponeses do domínio do convento; os restantes, com funções internas, das quais, as dos notários e escribas podiam também interessar ao exterior⁶².

Para terminar, vejamos a *família* do mosteiro de Lorvão, esse conjunto de pessoas que viviam à sua sombra, sob qualquer condição, quer para ajudar os monges, quer para tirarem proveito dessa ligação ao mosteiro. São muitos os casos desta natureza,

⁵⁴ Se tivermos em conta *todo* o governo de Eusébio, então o panorama é diferente: 18 monges.

⁵⁵ Maria Alegria Fernandes Marques, *art. cit.*, pp. 277-278, n.º 17.

⁵⁶ Ainda que encontremos três lugares, com este nome, no âmbito do primitivo termo do concelho de Coimbra: nos actuais concelhos de Mealhada, Condeixa-a-Nova e Vila Nova de Poiares, inclinamo-nos pelo primeiro, pela razão que aduzimos no texto.

⁵⁷ O próprio monge é testemunha de uma compra do mosteiro no lugar de Antes, vizinho da terra que cremos de sua naturalidade. Cf. Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 138-140.

⁵⁸ Tendo ainda como referência os dois maiores abaciados pode dar-se o seguinte quadro: Abade Eusébio: 2 acólitos; 3 exorcistas; 2 subdiáconos; 4 presbíteros; – Abade João: 1 acólito, 7 presbíteros. Porém, se tivermos em conta o referencial indicado na nota 54, então o cômputo é diferente para o governo de Eusébio: 3 diáconos; 3 subdiáconos; 8 presbíteros.

⁵⁹ Cf. Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 26-29.

⁶⁰ Referido uma única vez: Pedro, em 1151 (Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 63-65).

⁶¹ São poucos os que conhecemos. Apenas cinco: Soeiro presbítero, João, Pedro, Paio presbítero e Pedro Calvo (cf. Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 66-67; 84-86; 97-98; 201-202; TT. – CR., Lorvão, m. 7, n.º 8 e Rui de Azevedo, P. Avelino de Jesus da Costa, e Marcelino Rodrigues Pereira, *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, I, Coimbra, 1979, pp. 343-344, n.º 233; passaremos a citar esta última obra por DDS.). A estes, haverá de se acrescentar aquele Egas, que assinou o *Comentário do Apocalipse*, em 1189.

⁶² Quer na relação do mosteiro com os seus camponeses, como, por exemplo, nas cartas de aforamento, quer com seculares que, por alguns motivos, se relacionavam com o mosteiro (por exemplo, nas cartas de penhor e de venda).

em que os homens, por via de regra, concedem algum bem ao mosteiro e reservam o usufruto para si, enquanto vivos (por vezes extensível a seus filhos ou à sua descendência), ainda que, por vezes, se obriguem, por si (e por eles) a dar uma quota-parte do rendimento ao mosteiro. Mas há casos bem mais explícitos: os homens declaram mesmo entregar, confiar – *tradere* – o seu corpo, vivo e morto ao mosteiro de Lorvão, estabelecendo expressamente, a sua determinação de terem sepultura no mosteiro. Alguns despojam-se, mesmo, dos seus bens e declaram-se ao serviço do mosteiro até à sua morte⁶³. Nas cláusulas exaradas nos documentos, onde é estabelecida a manutenção dessas gentes (homens e mulheres), em alimento e vestuário durante a vida, perpassa bem a preocupação com os dias incertos do futuro, quicá da velhice⁶⁴. De facto, poderemos dizer que essa prática representava uma forma simples de alcançarem protecção na velhice e terem a certeza de cuidados na morte, uma vez que, ao mosteiro, competia o zelo e o cuidado por estes seus familiares. E, evidentemente, não estão ausentes as preocupações com o sufrágio da alma, com a manifestação de se quererem participantes nas orações dos monges⁶⁵. A existência dos *traditi*, pelo menos no seu primeiro aspecto apresentado, está patente durante todo o séc. XII, mas assume os seus casos mais significativos na segunda metade⁶⁶.

A comunidade, organizada como acabámos de ver, vivendo, pausada, ao ritmo das horas canónicas, impunha-se no pequeno povoado de Lorvão e, pela sua fama, pelas terras adjacentes, mais próximas.

b) Os edifícios

Mas que espaço ocuparia ela no povoado? Como se apresentaria a sua presença física de um local sagrado, espaço de homens votados a Deus? No «vale profundo, angustiado, rodeado por sete altos montes...», abundante de águas puras e cristalinas onde «tudo é grave, severo, inquietante» e se chega por «caminhos fora do mundo», o sítio do mosteiro é, de sempre, local propício à fuga ao mundo, à meditação e à contemplação⁶⁷. O conjunto monástico, com a sua igreja e as suas várias dependências, salientar-se-ia no pequeno povoado, de casas humildes e simples. À igreja acorriam os fiéis, numa busca de Deus e numa proximidade aos monges.

Tem-se por certo que o mosteiro antigo ocuparia o local onde, *grosso modo*, hoje se encontra o actual edifício. Sintomaticamente, a parte dele onde se acham alguns vestígios medievais ainda hoje é designada por *Convento velho* ou *Convento dos frades*⁶⁸.

Poucos são os vestígios arquitectónicos contemporâneos da comunidade com quem já nos relacionámos. O mais importante é, sem dúvida, uma torre quadrada, encastrada na parte nordeste-sudoeste do actual edifício. Tem cerca de nove metros de lado e dois pisos, no segundo dos quais se acha uma porta de arco ultrapassado, resquício de um tempo moçárabe ou de sua influência⁶⁹. Em princípio, terá tido funções de defesa e refúgio, bem como, talvez, também de residência abacial e de local privilegiado do contacto do mosteiro com o exterior. Não muito distante, a igreja, o *scriptorium*, a hospedaria e o hospício. Neste último se exercia a caridade, na assistência a pobres e peregrinos⁷⁰.

⁶³ DP., 4, p. 104, n.º 123.

⁶⁴ Embora já no início da ocupação do mosteiro por freiras (24 de Abril de 1207), não deixaremos de citar um caso bem paradigmático: a doação que Gonçalo Froiaz fez ao mosteiro, na qual se justifica. Por recear a pobreza, havia chamado os filhos para cuidarem de si e terem as suas herdades; eles não quiseram, mas disseram-lhe que desse os seus bens a quem o vestisse e alimentasse. Ele escolheu o mosteiro de Lorvão: na data citada, entregou-lhe os bens, sob condição de o sustentarem no mosteiro durante a vida e lhe darem sepultura (TT. – CR., Lorvão, m. 8, n.º 11).

⁶⁵ Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 57-58.

⁶⁶ *Id.*, *ibid.*, pp. 21-22; 111-113; 151-153; 178-179; 197-198; 203-206; 213-215; 219-220; TT – CR., m. 6, n.º 39 e m. 7, n.º 21. (Casos apresentados a título de exemplo).

⁶⁷ Nelson Correia Borges, *Arte monástica...*, I, pp. 48-49.

⁶⁸ *Id.*, *ibid.*, I, p. 57.

⁶⁹ *Id.*, *ibid.*, I, pp. 131-132. Na realidade, a torre deveria ter, pelo menos, três pisos, só que um (ou mais) se devem achar soterrados por obras de séculos posteriores. Veja-se a sua localização na planta que apresentamos no Apêndice II.

⁷⁰ A primeira destinava-se aos hóspedes de categoria e o segundo aos pobres e peregrinos. Os documentos compulsa-

De todos estes edifícios, a igreja era aquele que mais se destacaria, como coração deste corpo, cujo pulsar se fazia no louvor a Deus. Seria de três naves, dividida por colunas, com três capelas redondas na cabeceira, como é característico na arquitectura românica de Coimbra. Na sua frontaria, a torre dos sinos e, ao lado, o cemitério. Perto, do outro lado da igreja, o dormitório, o refeitório, o claustro. O conjunto completar-se-ia com as construções próprias das tarefas inerentes à satisfação das necessidades básicas da comunidade – cozinha, celeiros⁷¹, armazéns, banhos, latrinas – a que se juntavam casas e espaços próprios do mundo do trabalho, como hortas, jardins, casebres dos servidores do mosteiro, estrebaria e estábulos. Em lugar um pouco mais afastado, a assistência aos doentes, na enfermaria⁷², e, também em espaço próprio, os noviços, aqueles que se pretendiam preparar para a vida plena no mosteiro.

Os trabalhos de Arqueologia levados a cabo em Lorvão deixam concluir por importantes obras na igreja e no claustro, precisamente durante a segunda metade do séc. XII, num dos abaciados mais longos desse século, o do abade João⁷³.

Porém, pouco se sabe da vida da comunidade no interior do seu próprio edifício. Mesmo do seu recheio. Por certo, que este seria pouco, de objectos tão comuns e tão diversos como os que, por

vezes, se acham citados em documentos coevos⁷⁴. No período de que nos ocupamos, são muito poucos os objectos com que vemos munir-se ou embelezar-se o mosteiro, particularmente a sua igreja. São de natureza diversa, mas têm um traço comum: todos eles entraram na posse do mosteiro por doação. O abade Eusébio recebeu leitos, cadeiras, mesas, utensílios de metal (precioso e não precioso), panos sírios e de lã⁷⁵, um vaso de prata, quatro túnicas e quatro mantúrgios⁷⁶, outro cálice de prata e um missal⁷⁷. Por sua vez, o abade João viu ser-lhe oferecido, por Pedro Anes, um vaso de prata de que já se servia, e um frontal amarelo com que este achou por bem obsequiar o mosteiro por um documento que aí mandou lavrar⁷⁸. E o mesmo abade recebeu, ainda, noutra ocasião, uns lorigões, doados com o fim de garantir missas de sufrágio⁷⁹. Em data que desconhecemos, o mosteiro recebeu, ainda, um leito, uma sela e um freio, que se juntavam a outros, da mesma natureza, obtidos também por doação⁸⁰. Porém, por outra via, sabemos que, no séc. XII, se podia contemplar no mosteiro a chamada coroa do rei Bermudo, em prata, ouro e pedras preciosas, e um relicário, em prata e marfim, cuja origem se desconhece⁸¹.

c) A vida cultural

Ainda que admitamos que nos falte o conheci-

dos fazem referência a ambos. Por exemplo: DP., 3, pp. 22-23, 39-40, 45-46, n.ºs. 26, 45, 50, respectivamente; Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 9-11; 12-13; 36-38.

⁷¹ Cozinha, celeiros e restantes oficinas («ceteri officinis») são expressamente citados em documento de Junho de 1211 (in Maria Alegria Fernandes Marques, *ob. cit.*, p. 274, n.º 15).

⁷² Expressamente citada na doação do presbítero Fernando Bermudes, que lhe deixa o seu mouro (TT. – CR., Lorvão, m. 7, n.º 18; documento sem data, do séc. XII).

⁷³ Nelson Correia Borges, *ob. cit.*, I, pp. 135-139. O doador do documento citado na nota anterior deixa várias quantias a diversas instituições religiosas, entre as quais, três morabitanos à restauração de S. Mamede. Talvez possa ser um indício de obras no mosteiro.

⁷⁴ Serão interessantes, a este propósito, as doações das igrejas de S. Pedro de Molelos e de S. Bartolomeu de Coimbra, com seus ornamentos e bens móveis e imóveis, feita, a primeira, pelo presbítero Ariano e, a segunda, por Ermígio, presbítero, ao mosteiro de Lorvão, em Junho de 1101 e em Janeiro de 1109, respectivamente (cf. DP., 3, pp. 22-23 e 278-279, n.ºs. 26 e 316; Apêndice III, Quadro I. B).

⁷⁵ DC., pp. 558-559, n.º DCCCCXLV.

⁷⁶ DC., p. 474, n.º DCCC.

⁷⁷ DC., p. 554, n.º DCCCCXXXVI.

⁷⁸ Curiosamente, de doação ao próprio mosteiro (TT. – CR., Lorvão, m. 7, n.º 21).

⁷⁹ Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 121-122.

⁸⁰ Para todos, cf. Apêndice III, Quadro I. B.

⁸¹ Nelson Correia Borges, *ob. cit.*, I, pp. 129-131.

mento de muitas dessas peças ornamentais e de culto e qual a principal via da sua obtenção — a doação ou a compra —, perante a produção do *scriptorium* do mosteiro neste mesmo século, somos levados a concluir que à excepção dos bens fundiários, o grande investimento do mosteiro se fez na produção de códices. De facto, os sete que se conhecem e que podem atribuir-se, seguramente, a este século, são disso prova cabal. São eles: o *Livro dos Testamentos*, o *Antifonário*, o *Leccionário*, o *Martirólogo*, a *Exposição de Santo Agostinho sobre os Salmos*, o *Livro das Aves* e o *Comentário do Apocalipse*. O primeiro é o mais antigo, do governo do abade Eusébio e, no registo dos seus setenta e cinco documentos e do *Cronicão Lorbanense*, constitui «a mais abundante fonte documental para a história do mosteiro nos séculos X e XI», no dizer de Rui de Azevedo⁸². Produzido após a restauração do mosteiro em 1116, ele reflecte bem as preocupações do abade Eusébio na preservação e manutenção do património do seu mosteiro, tanto mais importante quanto a sua recente restauração e alguma expoliação de bens, de que fora vítima⁸³.

Muito diferente é, porém, o carácter dos outros códices. Destinavam-se à ilustração dos monges, à cultura e reforço da sua espiritualidade. Revelam as preocupações dos responsáveis do mosteiro pela formação dos seus monges. E, nesta perspectiva, é bem importante a verificação da coexistência de duas correntes culturais, a tradição exegetica peninsular de um passado recente, de que é exemplo o *Comentário do Apocalipse*, e o influxo de temas de

além-Pirinéus, quer das temáticas agostinianas, de predilecção beneditina, quer no simbolismo moralizante dos animais e da natureza⁸⁴.

Mas a actividade do *scriptorium*⁸⁵ do mosteiro de Lorvão revela-se ainda na sua produção documental e nos escribas e notários que a suportavam. Entre 1086-1206, assistimos, aí, à actividade de cerca de trinta notários⁸⁶. Registe-se, contudo, que o cartório de Lorvão tendo dado mostras, bem cedo, de receptividade à escrita carolina, nomeadamente a alguns dos seus sistemas abreviativos⁸⁷, foi dos que manteve, até mais tarde, o uso da escrita visigótica de transição⁸⁸.

A produção de documentação avulsa em Lorvão prende-se, essencialmente, com o seu património: doações e cartas de venda predominam sobre quaisquer outros documentos. Porém, na memória escrita de algumas contendas que o mosteiro suportou por esses mesmos bens surgem laivos de intenção narrativa. Num único caso, há mesmo tentativa de um pequeno ensaio de carácter historiográfico, quando o notário Soeiro aproveita uma carta de convenção sobre a *villa* de Serpins (c. Miranda do Corvo), para fazer a história, ainda que incipiente e deficiente⁸⁹, do senhorio dessa mesma *villa*. E, sobretudo nas doações, quebrando a monotonia do estereótipo desse tipo de documentos, surgem algumas arengas que nos dão alguns esclarecimentos sobre a cultura bíblica dos notários do mosteiro. Patenteia-se nas citações do *Antigo* e do *Novo Testamento*, com predominância para este. E, ainda que, de um modo geral, se possam considerar

⁸² *Ob. cit.*, p. 7.

⁸³ O documento acerca dos agravos dos bispos de Coimbra sobre o mosteiro de Lorvão refere, expressamente, alguns bens e direitos que o bispo D. Gonçalo havia subtraído ao mosteiro de Lorvão. (cf. Rui de Azevedo, *ob. cit.*, pp. 60-61).

⁸⁴ José Mattoso, «A cultura monástica em Portugal», in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, 1982, pp. 355-393. Pode dizer-se que o *Livro das Aves* foi elaborado no tempo do abade João e talvez também o *Comentário do Apocalipse*, uma vez que foi terminado em 1189.

⁸⁵ Tomamos aqui a palavra *scriptorium* na sua acepção mais lata: de um local onde o monge com pergaminho, pena e tinta podia escrever. Porém, a produção literária deste mosteiro, já referida, e o facto de se conhecer, também para o séc. XII, um *armarius* (DP, 4, p. 104, n.º 123), isto é, um monge que, no mosteiro, tinha a responsabilidade de supervisionar na guarda, conservação e mesmo produção dos livros, atesta a existência de um local próprio para as tarefas da escrita. Como o cremos também presente quando os documentos referem, quanto à sua produção, que um o ditou e outro o escreveu (Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 84-86 e 97-98).

⁸⁶ Maria José Azevedo Santos, *ob. cit.*, pp. 263 e 267, conta 19 no período de 1054 a 1172.

⁸⁷ *Id.*, *ibid.*, p. 287.

⁸⁸ *Id.*, *ibid.*, pp. 257, 287 e 291. Na p. 257 a autora assinala-lhe um quadro de vigência de 82 anos (1086-1168).

⁸⁹ «Na verdade deficiente», assim a considera Rui de Azevedo (*ob. cit.*, p. 59).

correntes⁹⁰, surgem também as excepções, na citação do *Livro de Tobias* e do *Eclesiástico*⁹¹.

d) A vida material

Mas a imagem de um mosteiro medieval que mais facilmente ressalta a nossos olhos é a que se prende com a sua vida económica, sobretudo com o seu património. No momento que analisamos da história do mosteiro de Lorvão, a primeira conclusão que sobressai é o aumento constante desse património. Mas há outras mais. Assim, pode dizer-se, por exemplo, que a forma e o ritmo de aquisição do património foram variáveis ao longo do tempo. Até ao governo do abade João – documentado pela primeira vez em Janeiro de 1163 – a forma de aquisição, por excelência, foi a doação. Durante o governo desse abade e prolongando-se pelo do seguinte, o abade Afonso, o ingresso de bens patrimoniais, no mosteiro, faz-se essencialmente por compra. Aliás, estas, em número, sobrelavam bem as doações: sessenta e uma para vinte e oito e vinte e duas para sete, respectivamente, nos abaciados de D. João e D. Afonso⁹².

Na época de que nos ocupamos, os doadores ao mosteiro são, sobretudo, gente do campesinato livre. A liberalidade dos grandes é, agora, proporcionada apenas pelo rei, ao contrário do que fora frequente no séc. X, quando a alta nobreza (condal) era protectora deste mosteiro dos confins da Cristandade.

A análise das doações ao mosteiro de Lorvão reflecte, naturalmente, e como a de qualquer outra

instituição religiosa, as preocupações diversas dos seus doadores, relacionadas não apenas com as condições da sua vida material mas, igualmente, com as suas preocupações espirituais. Os documentos em presença deixam-nos perante uma evolução nas intenções subjacentes às ofertas ao mosteiro de Lorvão no séc. XII. Pode dizer-se que até meados do século os doadores, não se esquecendo de si mesmos, na participação que querem obter nas orações dos monges, se preocupam, principalmente, com a instituição e as suas actividades para com o próximo. A manutenção dos monges, no alimento e no vestuário, a iluminação dos altares, as despesas com o amparo a pobres e hóspedes e o socorro a cativos são as formas variadas da motivação dos doadores a Lorvão. Porém, diferente se nos apresenta a segunda metade do mesmo século. Agora são as preocupações pessoais: o seu sustento e manutenção ou, talvez mesmo, em última análise, o amparo nos dias de infortúnio e solidão da velhice e a preocupação com a salvação da alma, passam a estar na primeira linha das motivações das ofertas de bens a Lorvão. Dito de outra forma, a mudança de intenções parece-nos ir em paralelo com o aumento da *traditio*⁹³.

Vejamos também o ritmo da aquisição dos bens. Sem qualquer dúvida que foi o abaciado de D. João o tempo de um maior acumular de bens pelo mosteiro, se entendermos este apenas pelo número de doações de que foi alvo e de compras que efectuou⁹⁴. Contudo, se nos ativermos apenas às compras e, ao invés do seu número, elegermos o seu

⁹⁰ Maria José Azevedo Santos, «O «ornamento literário» em documentos medievais: o preâmbulo ou arenga (773(?)-1123)», sep. de *Biblos*, LXVIII, Coimbra, 1992, p. 320.

⁹¹ É curioso notar que o documento em que surge uma arenga mais longa e rica em citações, é do mesmo notário Soeiro de cuja autoria saiu também o citado documento sobre a história do senhorio da villa de Serpins (cf. Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 39-41 e 135-137). Agradecemos ao Senhor Professor Doutor Manuel Augusto Rodrigues a ajuda na identificação da citação do *Eclesiástico*.

⁹² Aos actos jurídicos indicados em Apêndice III, Quadros I. A e II, há que juntar os que publicamos no nosso estudo «Inocência III e a passagem do mosteiro de Lorvão...», pp. 280-282. Perfazem o cômputo das compras respeitantes ao abaciado de D. Afonso, duas compras, sem data, mas expressamente atribuídas a si (TT. – CR., Lorvão, m. 7, n.ºs. 28, 29 e 31).

⁹³ Sobre esta prática, ver A. Linage Conde, *ob. cit.*, I, pp. 417-427.

⁹⁴ Vinte e oito doações recebidas e sessenta e uma compras efectuadas, no valor de mil cento e sessenta e nove morabitinos, quinze soldos e dezanove dinheiros e ainda uma vitela e uma vinha. Emprestou, ainda, 78 morabitinos, sob hipotecas de bens fundiários. O ritmo de aquisições, nestas duas formas, pode ver-se no gráfico, apresentado no Apêndice III. Consideramos, nele, a máxima duração, isto é, o período de 1086 até 1211, equivalente a todo o tempo de mosteiro masculino desde a segunda reconquista de Coimbra até à renúncia dos monges. Engloba, portanto, também a documentação tratada no nosso trabalho citado na nota seguinte, mas que não teve, aí, esta forma de tratamento.

valor como indicativo, então, o abaciado economicamente mais brilhante do mosteiro beneditino de Lorvão foi o do abade Afonso. De facto, em apenas catorze anos de governação, conseguiu dispendir mil quatrocentos morabitinos e meio, dezanove soldos e dois dinheiros, na aquisição de propriedades para o seu mosteiro⁹⁵.

Porém tendo-se em atenção os valores de todas as compras efectuadas pelo mosteiro e as quantias dispendidas em empréstimos hipotecários ou remissão de hipotecas, poderemos afirmar que, durante o séc. XII, o mosteiro movimentou três mil e três morabitinos, trinta e quatro soldos e vinte e um dinheiros. Se o valor é elevado, em si mesmo⁹⁶, assume outro significado quando nos interrogamos sobre a proveniência do numerário dispendido. A documentação apresenta o mosteiro de Lorvão plenamente inserido numa economia rural, cujo património fundiário lhe proporcionava essencialmente rendas em géneros. Provinham de aforamentos ou emprazamentos de propriedades patrimoniais ou de outras, cujos doadores as agravavam, com um foro a favor do mosteiro, no momento da doação, a troco do seu usufruto vitalício ou hereditário. São rendas parciárias, variáveis na fracção estabelecida⁹⁷, onde a décima surge como a mais corrente. Só uma vez, o mosteiro estabelece uma renda em dinheiro – por um moinho⁹⁸ –, bem

como se acha uma única entrada em numerário⁹⁹. Às rendas, haverão de se juntar os animais e os rendimentos que podiam proporcionar. Não podemos fazer qualquer ideia do número exacto de animais possuídos pelo mosteiro, mas podemos afirmar que, entre 1093 e 1101, recebeu, por doação, mais de sessenta ovelhas, de onze vacas e de seis porcos, e ainda éguas, mulos, cavalos, bois, aves e abelhas¹⁰⁰. Possuindo, pois, um património essencialmente fundiário, que lhe proporcionava rendimentos em géneros, ressalta, de tudo, a grande capacidade do mosteiro em transformá-los em numerário, que depois aplicava no investimento de novas propriedades, em obras e nas suas diversas necessidades. Para essa facilidade de transformação dos géneros em numerário deve ter contribuído a própria localização do mosteiro. Aparentemente isolado e apartado do mundo, tinha boas comunicações com o Mondego, com Coimbra e com as terras do Norte. O rio possibilitou o acesso às terras da Beira – pela estrada que se alcançava passado o rio, ainda em terras do mosteiro – e às localidades a juzante de Rebordosa ou de Granja do Rio¹⁰¹, onde Coimbra surgia como o seu mercado mais potencial. A cidade do Mondego alcançava-se, ainda, trilhando as escarpas da serra, tal como acontecia quando se pretendia demandar as terras do domínio situadas mais a Norte¹⁰².

⁹⁵ A que se devem acrescentar duzentos e cinquenta morabitinos que pagou pelo resgate de bens hipotecados a D. Gonçalo (Maria Alegria Fernandes Marques, *ob. cit.*, p. 283, Quadro VI.C). Numa das compras, além do numerário, cedeu ainda uma vaca, com um filho de um ano. A visão do movimento económico do mosteiro sai reforçada da análise dos quadros que apresentamos em Apêndice. Contudo, devemos advertir o leitor de que nos cingimos, neste trabalho, à apresentação dos dados da documentação entre 1086 e 1179. De 1180 até ao final do mosteiro masculino pode ver-se esse movimento nos quadros que publicamos no nosso trabalho «Inocência III e a passagem do mosteiro de Lorvão...», pp. 280-283.

⁹⁶ Mas não tanto, quando se confronta com outras instituições. Assim por exemplo, o mosteiro de S. Vicente de Fora, instituição muito mais recente que o mosteiro de Lorvão. Entre Junho de 1162 e Janeiro de 1205 teve capacidade para dispendir, na aquisição de propriedades (cinquenta e uma compras) a quantia de mil cento e trinta morabitinos, sete soldos e meio e sessenta e nove dinheiros, a que se juntou, ainda, um poldro, uma porca, uma herdade, um quarteiro de trigo e duas morabitinadas de trigo. Um dos documentos dá a relação morabitino-trigo: um morabitino era suficiente para comprar sete alqueires desse cereal (cf. Maria Teresa Barbosa Acabado, «Inventário das compras do Real mosteiro de S. Vicente de Fora (cartulário do séc. XIII)», *sep. do Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, ano XIV, n.ºs. 53-56, Coimbra, 1969).

⁹⁷ Assinala-se a quinta, sexta, sétima, oitava e décima.

⁹⁸ A que acresce ainda um capão (cf. Maria Alegria Fernandes Marques, *ob. cit.*, p. 282, Quadro III).

⁹⁹ *Id.*, *ibid.*

¹⁰⁰ Cf. Apêndice III, Quadro I. B.

¹⁰¹ Terras do mosteiro, onde era fácil o acesso ao rio.

¹⁰² Nelson Correia Borges, *Arte monástica...*, pp. 51-52.

E registe-se, ainda, como mercado potencial dos produtos do mosteiro quer a própria cidade de Coimbra e os seus mercadores, que os levariam a outras paragens, ou o conjunto da população campesina da região de Coimbra, detentora de pequena propriedade, que a faria necessitada de géneros que a produção do mosteiro podia oferecer.

Mas a um qualquer proprietário não importa apenas o aumento do seu património; a sua gestão é tão importante quanto aquele. Ora, sob esta óptica ressalta o governo do abade Eusébio: em cerca de trinta anos como responsável pelo mosteiro, sustentou seis contendas pela posse de propriedades, reedificou e restaurou povoações¹⁰³, fez aforamentos, vendeu mesmo, quando tal se lhe mostrou aconselhável. Talvez não seja difícil a explicação para toda esta preocupação e actividade. A coincidência do seu governo com um momento pouco posterior à segunda reconquista de Coimbra, há-de ter visto alguns confrontos entre direitos existentes e interesses adquiridos e outros que se pretendiam instalar. E o mosteiro de Lorvão contava-se entre os detentores dos primeiros, bem como pretendia afirmar o seu poder e espalhar a sua influência.

Deve, porém, frisar-se que em todos os outros abaciados se acham sinais de preocupação com o património da instituição. Além de uma política de compras, de captação de doações, acham-se escambos, aforamentos, emprazamentos e, até, provas de uma actividade prestamista do mosteiro¹⁰⁴. Registe-se,

ainda, a preocupação não só com as rendas mas, igualmente, com a exigência de serviços, aos camponeses do mosteiro para a construção (ou reparação) de caneiros ou caminhos ou para o transporte dos seus bens¹⁰⁵, ou ainda a construção de infra-estruturas que valorizavam os domínios¹⁰⁶.

Quanto aos bens do mosteiro, importa frisar que são constituídos por propriedade essencialmente rural: *villae*, casais, vilares, herdades, leiras, vinhas, bacelos, pomares, hortas, almoinhas, linhares, soutos, arnais, pastos, pauis, fontes, caneiros, marinhas, montes e vales, plantados e por plantar. A par deles, e como instrumentos de produção e utensílios imprescindíveis à actividade agrícola, os moinhos e as cubas. E, ainda, como complemento, os animais: cavalos, burros, éguas, mulos, poldros, bois, vacas, ovelhas, porcos, aves e abelhas. Aqui ou ali, respigase a detenção de alguma propriedade urbana: uma casa no castelo de Penacova¹⁰⁷, outra, no de Penela¹⁰⁸, outra, no de Abrantes¹⁰⁹, um paço e casas em Serpins¹¹⁰, casas em Abiul e na Covilhã¹¹¹, outras em Coimbra, nas paróquias de S. Pedro¹¹² e de S. Bartolomeu¹¹³.

No final do séc. XI e durante o séc. XII, o mosteiro de Lorvão alcançou ainda a posse de algumas igrejas, nomeadamente, a igreja de Santa Eulália de Rio de Asnos (actual f. Campo de Besteiros, c. Tondela)¹¹⁴, a de S. Pedro de Molelos (c. Tondela)¹¹⁵, S. Pedro de Coimbra¹¹⁶ e S. Bartolomeu, no arrabalde da mesma cidade¹¹⁷, S. Martinho (actual f. Óvoa, c.

¹⁰³ Como as das *villae* de Santa Comba e Treixedo, cujo início de povoamento e organização eclesiástica foi feito por Fr. Trutesindo e Fr. Gonçalo, «precepti prioris nostri (...) atque confratum nostrorum populandum ecclesiastice initiavimus...» (DP, 3, pp. 71-72, n.º 84).

¹⁰⁴ Referimo-nos a vários documentos que patenteiam como o mosteiro recebia, em penhor, bens de alguns proprietários por empréstimos de numerário que tinha proporcionado. Cf. Apêndice III, Quadros III, IV e V.

¹⁰⁵ Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 68-69.

¹⁰⁶ Concretamente, a exigência da construção de uma torre em Rios Frios (f. Vil de Matos, c. Coimbra. Cf. *id.*, *ibid.*, pp. 18-20).

¹⁰⁷ DC., pp. 503-504, n.º DCCCXLVII.

¹⁰⁸ Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 47-49.

¹⁰⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 221.

¹¹⁰ TT. – CR., Lorvão, m. 7, n.º 11.

¹¹¹ Respectivamente: DDS., pp. 343-344, n.º 233 e TT. – CR., Lorvão, m. 6, n.º 32.

¹¹² Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 50-51.

¹¹³ *Id.*, *ibid.*, pp. 176-177.

¹¹⁴ DC., p. 524, n.º DCCCLXXXIII.

¹¹⁵ DP., 3, pp. 22-23, n.º 26.

¹¹⁶ DC., p. 470, n.º DCCLXXXI.

¹¹⁷ DP., 3, pp. 278-279, n.º 316.

Santa Comba-Dão)¹¹⁸, S. Pedro de Espinho (c. Mor-tágua)¹¹⁹, Sazes (c. Penacova)¹²⁰, Serpins (c. Miranda do Corvo)¹²¹ e Abiul (c. Pombal)¹²².

Resta indicar a área de implantação dos bens do mosteiro: essencialmente a bacia do Mondego, desde Seia a Coimbra, com forte presença na vertente da serra do Buçaco virada a esse rio. Afastados, apenas os núcleos do Vouga: de Aguada (c. Águeda), a Lamas e Paus (c. Albergaria-a-Velha) e a Esgueira e Cacia (c. Aveiro) e, a sul, o domínio de Abiul, ou os interesses no canal de Abrantes¹²³.

Ao terminar a análise dos bens materiais do mosteiro, importa dizer que, num domínio de uma instituição eclesiástica, esta base material do seu poderio era, em simultâneo, o campo da sua acção evangelizadora, como aconteceu, por exemplo, em Santa Comba e Treixedo (c. Santa Comba-Dão), onde a acção dos monges Trutesindo e Gonçalo, em 1102, não se limitou à orientação da vida material, mas se estendeu à assistência religiosa às populações¹²⁴.

e) *As relações com o poder civil*

Na vertente essencialmente económica dos seus conteúdos e nos modelos estereotipados das suas formas, os documentos do mosteiro de Lorvão permitem ainda prescrutar algo das suas relações com o mundo exterior, sobretudo com aqueles que detinham o poder em terras de Coimbra: os condes e o rei e o bispo da diocese.

O período de pouco mais de um século de vida do

mosteiro de Lorvão sobre o qual nos debruçamos é abrangido pelo poder de Afonso VI, dos condes portugalenses, D. Henrique e D. Teresa, e dos reis Afonso Henriques e Sancho I. A documentação do mosteiro guarda memória de todos eles, por si ou por seus representantes, e patenteia as relações entre o poder e essa casa religiosa. São, contudo, memórias diferentes. De Afonso VI não há memória directa nos documentos do mosteiro¹²⁵. Porém, o mesmo não acontece com o seu representante nas terras de Coimbra, o moçárabe Sesnando. A sua presença está na referência ao seu tempo, quando o mosteiro e os presbíteros Ero e Froila andavam em demanda sobre a igreja de Santa Eulália de Rio de Asnos (actual f. Campo de Besteiros, c. Tondela). Foi no tempo do cônsul D. Sesnando, ante o alvazil D. Mendo e o concílio de toda a cidade de Coimbra que essa questão foi julgada¹²⁶.

Dos condes, ficou o registo da doação de metade da villa de Cacia e o da ordenação da demarcação de terras entre os homens de Penacova e os frades de Lorvão. Por certo, com eles ficou também a gratidão do mosteiro¹²⁷. Mas muito mais fundo terá calado a mágoa da doação do mosteiro à Sé de Coimbra, alguns anos após aquelas primeiras atitudes¹²⁸.

O rei D. Afonso Henriques é o governante de quem ficaram mais memórias neste mosteiro, quer pelas suas doações, quer pelas suas intervenções em favor dele. Como infante, recebeu dinheiro do

¹¹⁸ DP., 4, pp. 34-35, n.º 38. A base da localização que propomos no texto provém da análise de DP., 4, pp. 4-5, n.º 5.

¹¹⁹ Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 6-8.

¹²⁰ Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 66-67.

¹²¹ DR., pp. 307-308, n.º 251.

¹²² DDS., pp. 343-344, n.º 233.

¹²³ A localização dos bens do mosteiro adquiridos entre 1086 e Junho de 1204 (data da última aquisição, conhecida, do mosteiro, enquanto beneditino masculino), pode ver-se no mapa que apresentamos em Apêndice. Não assinalamos os vários tipos de bens para não haver sobrecarga do mesmo. Essa leitura pode fazer-se na conjugação dos elementos fornecidos nos vários quadros, também em Apêndice e frequentemente citados, e na localização apresentada no mapa.

¹²⁴ Cf. *supra*, nota 103.

¹²⁵ Ao contrário do que acontece com seu pai, o rei Fernando Magno. A contenda, que já referimos, sobre os moinhos de Forma, em tempo do prior Aires, contém uma menção expressa à actuação do rei em favor do mosteiro (cf. *supra*, nota 9).

¹²⁶ DC., p. 397, n.º DCLXIII. Igualmente no seu tempo, mas agora com a sua própria intervenção, se resolveu a questão sobre os moinhos de Forma (cf. nota anterior).

¹²⁷ DR., p. 15, n.º 11 e DP., 3, p. 158, n.º 181, respectivamente.

¹²⁸ DR., pp. 19-21, n.º 15.

mosteiro – cento e vinte morabitinos¹²⁹ – e coutou-lhe algumas *villae* em recompensa¹³⁰. Foi, igualmente, juiz de causas em que o mosteiro era parte interessada¹³¹. Já rei, fez-lhe doações¹³² e obrigou outros a fazê-las¹³³.

Quanto ao sucessor de Afonso Henriques, o seu relacionamento com a comunidade masculina de Lorvão não foi de molde a gerar sentimentos de simpatia. Bem ao contrário. Mesmo afastando, por agora, o problema da passagem do mosteiro a comunidade feminina, as lembranças que ficaram anteriores a todo esse processo, são de modo a concluir-se por uma evolução negativa nas relações entre rei e mosteiro. De facto, até 1195, pode dizer-se que as relações foram correntes, até com algum benefício para o mosteiro: no codicilo ao seu primeiro testamento, o rei deixa-lhe uma mula¹³⁴ e, em 1195, o rei e três dos seus filhos (os infantes Afonso, Pedro e Fernando) intervieram na nomeação do pároco de Abiul, onde se haviam verificado algumas tentativas de intromissão abusiva¹³⁵. Posteriormente a essa data, as relações alteraram-se em

claro prejuízo do mosteiro, que teve mesmo de dispendir dinheiro por isso¹³⁶.

Em simultâneo com estas relações com os poderes máximos da terra de Coimbra (ou seus representantes), primeiro e de Portugal, depois, há, igualmente, prova do relacionamento do mosteiro com os poderes locais. O *concilium* de Coimbra ou os seus homens bons foram, algumas vezes, solicitados para a resolução de algumas contendas em que o mosteiro foi parte interessada, durante o séc. XII¹³⁷. Por sua vez, no início do mesmo século, o prior Eusébio havia partilhado a *villa* de Santa Comba, com Mido, governador do castelo de Besteiros, concedendo-lhe a quarta para ele povoar e desenvolver¹³⁸. Em data bem mais tardia (1188), foi a vez de o juiz de Botão testemunhar um documento do mosteiro¹³⁹.

f) As relações com o poder diocesano

Quanto à Igreja de Coimbra, pode também dizer-se que evoluíram no mau sentido as relações entre os seus representantes e o mosteiro. O primeiro docu-

¹²⁹ DR., pp. 154-156, n.º 132. Da soma concedida, sabemos que sessenta morabitinos vieram da venda de uns vilares em Paus e Belli, em Riba de Vouga (c. Albergaria-a-Velha) e quinze foram cedidos ao mosteiro pelo presbítero Rodrigo, a quem o mosteiro deu, em recompensa, o usufruto da *villa* de Rio Frio (actual lugar de Rios Frios, f. Vil de Matos, c. Coimbra; cf. Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 14-15 e 18-20, respectivamente). A data do primeiro documento – Abril de 1133 – é perfeitamente compatível com a da concessão do couto que o infante fez ao mosteiro, em Março do mesmo ano. Contudo, a do segundo documento – Março de 1136, é posterior à do couto, o que pode significar algumas dificuldades do mosteiro em obter numerário.

¹³⁰ *Esperandei*, Sabugosa, Treixedo e Midões (DR., pp. 154-156, n.º 132). Sobre esta prática do primeiro rei de Portugal, ver José Mattoso, «Senhorias monásticas do Norte de Portugal nos séculos XI a XIII», in *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, 1981, pp. 269-278.

¹³¹ Em 1138, Afonso Henriques e alguns homens de Coimbra julgaram a questão entre o mosteiro de Lorvão e Nuno Mendes, por causa da *villa* de Pampilhosa, alcançando uma solução de consenso entre as partes (cf. Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 23-25).

¹³² Das *villae* de Verba (c. Aveiro) e Perrães (c. Oliveira do Bairro); Abiul (c. Pombal); de um canal em Abrantes, que os monges deveriam fazer e manter e de que dariam ao rei a nona parte de toda a pescaria (DR., pp. 422-425, 428-429, e 432, n.ºs. 323 e 324, 328 e 331, respectivamente).

¹³³ Na doação que fez a Paio Alvites e esposa, da herdade de Serpins, em Setembro de 1144, estabelece a condição de, por morte, eles deixarem a igreja local ao mosteiro de Lorvão. Reitera-a em Outubro de 1154, quando lhes coutou a mesma herdade (DR., pp. 254-255 e 307-308, n.ºs. 206 e 251, respectivamente). Além disso, no já referido documento onde se historia o senhorio de Serpins, afirma-se que Gonçalo de Sousa a dá ao mosteiro por ordem do rei D. Afonso Henriques (Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 135-137).

¹³⁴ DDS., p. 49, n.º 31.

¹³⁵ *Id.*, *ibid.*, pp. 339-340, n.º 231.

¹³⁶ Maria Alegria Fernandes Marques, *ob. cit.*, p. 261, n.º 4.

¹³⁷ DP., 3, p. 1, n.º 1 (1100); Fernando Garcia Pires, *ob. cit.*, pp. 28-29 (Fevereiro de 1141) e 63-65 (Fevereiro de 1151).

¹³⁸ LP., 1, pp. 116-117, n.º LXXX.

¹³⁹ TT. – CR., Lorvão, m. 6, n.º 27.

mento que no-las pode transmitir é a doação do mosteiro feita a D. Gonçalo, pelos condes portugalenses. Já nos referimos a ela, concluindo que pode significar a existência de um mau ambiente entre o bispo e algum clero da diocese, mais tradicionalista e mais conservador, pouco ou nada receptivo à novidade do rito romano. Que o bispo exerceu os seus direitos sobre o mosteiro, prova-o a venda efectuada pelo prior Eusébio, em 1114, feita «por autoridade e favor» de D. Gonçalo¹⁴⁰. Aplacadas as divergências, achadas formas de as superar e restaurado o mosteiro, ficou a sujeição malquistada ao prelado da diocese, como consequência daquela mesma doação. Que assim foi, prova-o bem, parece-nos, uma falsificação, por certo perpetrada em Lorbão, em documento da mesma data da restauração do mosteiro. Por ele, o conde D. Henrique¹⁴¹ e D. Teresa restituíam ao abade Eusébio e seus frades os bens que tinham pertencido ao mosteiro e isentavam-no dos direitos fiscais. Essa atitude extrema do mosteiro representa, por certo, a sua ânsia de liberdade ou a má memória dos sete anos passados sob domínio da Sé. Que, no mosteiro, existiam recordações de queixas e ódios recalcados contra os bispos da diocese, prova-o bem a memória dos agravos que os bispos de Coimbra cometeram sobre o mosteiro de Lorbão e que há-de ter sido lavrada no início do séc. XIII. Aí se registam queixas sobre os bispos D. Gonçalo, D. Bernardo, D. Miguel e D. Pedro, afinal aqueles cujos episcopados dominaram, temporalmente, a Sé de Coimbra, no séc. XII¹⁴². E não há dúvida de que o mais visado é D. Gonçalo, o bispo da sujeição do mosteiro. Começa por ser acusado de ter comprado o mosteiro, sendo depois enunciados os

danos materiais que lhe causou: apreendeu herdades, direitos e igrejas, destruiu igrejas, obrigou homens do mosteiro e assumiu, para não cumprir, alguns compromissos para com o mosteiro. Os restantes, acima indicados, são também atingidos no documento, por faltas semelhantes àquelas atribuídas a D. Gonçalo, e por outras, mas em número muito inferior. Segundo o documento, D. Bernardo expulsou sete frades do mosteiro por causa de reclamarem herdades e excomungou dois, porque fizeram queixa ao cardeal (Jacinto¹⁴³); o bispo D. Miguel tirou-lhes igrejas e décimas e forçou homens do mosteiro. D. Pedro Soares, por fim, excomungou um clérigo de uma igreja do mosteiro, sem qualquer razão. O pequeno documento é, sem dúvida, um rol de queixas dos monges, a dar bem ideia de como foram tensas as relações entre o mosteiro e os bispos de Coimbra durante a maior parte do séc. XII. Por outra via, sabe-se que a comunidade lorbanense também se queixava, para Roma, sobre a retenção abusiva, por parte do bispo D. Pedro Soares, da terça dos dízimos das igrejas de S. Pedro e S. Bartolomeu de Coimbra¹⁴⁴.

Mas os frades de Lorbão também não se apresentavam como modelo de conduta, nas suas relações com o bispo diocesano. Em 1199, chegou uma queixa, à Santa Sé, porque eles se furtavam à obediência ao bispo e se recusavam ao pagamento dos direiros episcopais¹⁴⁵.

4. O fim do mosteiro beneditino

Mas nada disto assumiria importância, quando comparado com o que o mosteiro haveria ainda de

¹⁴⁰ DP., 3, pp. 409-410, n.º 480.

¹⁴¹ Falecido, à data.

¹⁴² Apenas ficam de fora dessas queixas os bispos D. João Anaia (1147-1155), D. Bermudo (1177-1182) e D. Martinho Gonçalves (1183-1191).

¹⁴³ Trata-se deste cardeal, com toda a certeza, porque o documento refere que ele fez concílio em Valladolid, onde fez ir, consigo, os monges lorbanenses excomungados e aí integrou o mosteiro nos seus direitos. O cardeal Jacinto, de facto reuniu um concílio em Valladolid, onde esteve o bispo de Coimbra. Nesse mesmo ano estivera em Coimbra, onde, por certo, o encontraram os monges de Lorbão (cf. Carl Erdmann, *ob. cit.*, pp. 197-203, n.ºs. 39 e 40).

¹⁴⁴ Avelino de Jesus da Costa e Maria Alegria Fernandes Marques, *Bulário Português. I. Inocência III (1198-1216)*, Coimbra, 1989, p. 161, n.º 85. Neste documento se refere a apreensão destas igrejas do mosteiro, pelo bispo D. Gonçalo, a qual não é referida na memória dos agravos dos bispos sobre o mosteiro (cf. *supra*, nota 83; passaremos a citar a obra indicada nesta nota por *Bulário...*).

¹⁴⁵ *Id.*, *ibid.*, 110-111, n.º 66.

sofrer. De facto, no início do séc. XIII conjugaram-se algumas circunstâncias que tomam o aspecto de um verdadeira trama em torno do mosteiro beneditino de Lorvão. D. Julião era, então, o abade do mosteiro – e haveria de ser o seu último abade. D. Pedro Soares, o bispo da diocese de Coimbra e reinava, em Portugal, D. Sancho I, havia já cerca de vinte anos. Num processo, cuja teia verdadeiramente nos escapa, em todas as suas linhas, achamos o mosteiro como comunidade masculina ainda em Março de 1205, para o encontrarmos, em Outubro de 1206, ocupado por uma comunidade feminina¹⁴⁶, que um documento um pouco posterior esclarece que seguia a regra de S. Bento e estava protegida pela infanta D. Teresa, filha do rei de Portugal e ex-rainha de Leão¹⁴⁷.

Pelo meio, ficava a escusa do abade de Lorvão, em Abril de 1206, em se assumir como juiz apostólico na questão entre o bispo e cabido de Lisboa e o mosteiro de S. Vicente¹⁴⁸, a renúncia do abade de Lorvão ao seu mosteiro, nas mãos do bispo de Coimbra¹⁴⁹, e a sua entrega a D. Teresa, pelo mesmo bispo, com a justificação de decadência moral e material da comunidade masculina¹⁵⁰.

A situação – gravíssima para o mosteiro – não agradou a toda a comunidade, cujos membros descontentes recorreram para a cúria romana, acusando o rei de Portugal de expulsão violenta dos monges e entrega do mosteiro a sua filha e suas monjas¹⁵¹. Aqui está, quanto a nós, a chave de todo o processo: a figura central foi a ex-rainha de Leão e o desgosto da sua vida, a separação de seu marido e filhos, em 1195¹⁵². Regressada a Portugal, terá pre-

ferido a vida retirada da corte, ainda que próxima dela. E nenhum mosteiro lhe terá agradado tanto como Lorvão – era prestigiado pela sua antiguidade e pelo seu passado, de ligação a reis e alta nobreza, não era na cidade (de Coimbra), mas próximo dela e da corte que aí sedeva com frequência¹⁵³. Escolhido o mosteiro, porque masculino, houve que iniciar um processo que justificasse o desalojamento dos frades. Abade do mosteiro e bispo da diocese eram as pedras-chave. De um e de outro se obteve a anuência, fácil ou difícil, não sabemos. Que o processo não foi claro, pelo menos em relação à comunidade, prova-o o recurso de alguns dos seus membros para a cúria papal, como já referimos. E prova-o também o depoimento de (apenas!) seis monges perante os juizes nomeados pelo papa Inocêncio III, confessando que nenhuma violência fora cometida sobre a sua comunidade, pelo rei, sua filha ou quaisquer delegados seus, antes o mosteiro fora concedido voluntariamente¹⁵⁴. Parece-nos que este testemunho, e ao contrário do que pretendiam os seus autores, mais não prova do que uma pressão sobre a comunidade e um grave diferendo no mosteiro, com a clara divisão dos seus membros, com uma parte a aceitar a vontade do rei, da infanta e do bispo, e outra a rejeitá-la, batendo-se pela justiça.

A questão foi-se arrastando, com D. Teresa a achar procuradores (e, por certo, aliados) em vários quadrantes eclesiásticos¹⁵⁵, enquanto os monges insatisfeitos parecem ter tido, por si, apenas o deão de Zamora, delegado apostólico, que não recuava mesmo perante a posição do seu bispo, com quem era juiz apostólico.

¹⁴⁶ *Bulário...*, pp. 236-237, n.º 118.

¹⁴⁷ Maria Alegria Fernandes Marques, *ob. cit.*, pp. 267-268, n.º 11.

¹⁴⁸ *Bulário...*, pp. 231-232, n.º 113.

¹⁴⁹ Maria Alegria Fernandes Marques, *ob. cit.*, pp. 263-264, n.º 7.

¹⁵⁰ *Id.*, *ibid.*, e p. 264, n.º 8.

¹⁵¹ *Bulário...*, pp. 236-237, n.º 118.

¹⁵² Maria Teresa Nobre Veloso, *D. Afonso II. Relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*, Coimbra, 1988 (dissertação de doutoramento, policopiada), pp. 146-148 e 203-210.

¹⁵³ Assinalam-se frequentes presenças da corte em Coimbra (e na região Centro) entre 1205 e 1210 (os anos da vida de D. Sancho I importantes para o processo da mudança dos habitantes do mosteiro de Lorvão). De trinta e cinco documentos entre essas duas datas, só vinte e três apresentam data tópica, sendo nove datados de Coimbra. A estadia mais longa (conhecida), na cidade, foi entre Fevereiro e Abril de 1209 (cf. *DDS.*, pp. 272-279).

¹⁵⁴ Maria Alegria Fernandes Marques, *ob. cit.*, pp. 266-267, n.º 10.

¹⁵⁵ O chantre de Lisboa, os abades de Maceira-Dão, o prior de S. Vicente, o prepósito de Santa Cruz e, com algumas hesitações, o próprio bispo de Zamora, delegado pontifício.

Munido de informações dos seus delegados, Inocêncio III pronunciou a sentença final, transmitida por bula de 15 de Novembro de 1210: mandou retirar as freiras, reintroduzir os monges, restituir bens e dignidades e a rainha D. Teresa proceder à indemnização dos frades, pelas despesas feitas com o processo. Depois, retirar-se-iam os monges e distribuir-se-iam por mosteiros bem considerados, posto o que a rainha D. Teresa podia entrar no mosteiro, com quarenta freiras ou mais, segundo a ordem de Cister¹⁵⁶. Apressou-se o novo delegado apostólico, o arcebispo de Compostela, a cumprir a sentença papal e o facto estava consumado nos inícios de Julho de 1211, mas de um modo diferente daquele que o papa ordenara. Com efeito, os monges de Lorvão não aceitaram a reentrada no seu mosteiro, nas condições estabelecidas pelo papa. Delas, só aceitaram a indemnização da rainha, pelas despesas no processo. Quanto ao resto, preferiram a renúncia perpétua, espontânea e pública, ao seu mosteiro, depositando as letras apostólicas sobre a questão nas mãos do bispo de Lamego, comissário do arcebispo de Compostela para a execução da sentença¹⁵⁷. Era a sua forma de rejeitarem acusações e, ao mesmo tempo, ilibarem a sua memória para a posteridade¹⁵⁸.

5. Conclusão

Assim terminou o mosteiro beneditino de Lorvão, sacrificado aos interesses da família real portuguesa

e num processo que congregou o rei, a sua filha e o bispo de Coimbra e obteve a anuência do abade da própria comunidade.

Não foi um processo fácil, aceite unanimemente por todos os seus monges. Mas sobre todos caiu o labéu de dissipadores e dissolutos. Que o não foram – e que o fim do mosteiro não era anunciado –, já o demonstrámos suficientemente noutra ocasião¹⁵⁹. Que, entre eles, os havia honestos, fiéis à verdade e a um mosteiro que era a sua casa e a sua identidade espiritual, provam-no o recurso ao Santo Padre, as várias denúncias durante o processo e a atitude perante a sentença final de Inocêncio III. Esta vale mesmo pela ilibação da memória do seu mosteiro.

Dos monges de Lorvão nada mais se sabe. O abade Julião e alguns outros – por certo, os da sua facção – ingressaram em Pedroso¹⁶⁰. Dos restantes, que seriam os seus opositores, perdeu-se o rasto. Mas onde quer que estivessem, seria grande a dor nos momentos de melancolia e quando os assaltava o sentimento da injustiça dos homens. O seu refúgio seriam as glórias passadas do seu mosteiro – na acção desenvolvida e nas variadas obras produzidas pelos seus antecessores, com os quais se identificavam no seu mosteiro de S. Mamede e S. Paio de Lorvão. A sua esperança seria a sua continuidade, ainda que através de uma comunidade feminina e cisterciense. Que, alheia a interesses particulares e a processos menos claros, soube honrar o passado da casa que herdou, poderemos nós, hoje, afirmar. Mas isso é já motivo para um outro estudo¹⁶¹.

¹⁵⁶ *Bulário...*, pp. 286-287, n.º 148.

¹⁵⁷ Maria Alegria Fernandes Marques, *ob. cit.*, pp. 276-279, n.ºs. 16, 17 e 18.

¹⁵⁸ Não o conseguiram, porém. Vejam-se as obras de Fr. Bernardo de Brito e Fr. António Brandão (*supra*, nota 1) e atente-se que, ainda em 1951, Mons. Miguel de Oliveira admitia a expulsão dos monges e os seus abusos como causa (cf. «Origens da Ordem de Cister em Portugal», in *Revista Portuguesa de História*, V, Coimbra, 1951, pp. 317-353).

¹⁵⁹ *Ob. cit.*, pp. 244-248.

¹⁶⁰ Marcelino Rodrigues Pereira, «O latim de alguns documentos da Sé de Coimbra», in *Revista Portuguesa de História*, VI, Coimbra, 1955, pp. 349-382, doc. IV; acham-se, aqui, os nomes de alguns monges. Procurámos a sua presença na documentação do mosteiro de Pedroso, tendo-a percorrido até 1247 (Era 1285) e apenas achámos, por três vezes, uma testemunha, de nome Julião, que pode, eventualmente, identificar-se com o último abade de Lorvão (TT. – CR., Pedroso, m. 5, n.ºs. 34, 35 e 36, documentos de 1243 (Janeiro), 1244 e 1245, respectivamente).

¹⁶¹ Que nós própria já iniciámos, numa conferência proferida em Lorvão, em 1987, num ciclo de palestras, de iniciativa do nosso Colega e Amigo, Doutor Nelson Correia Borges, para comemoração do centenário da morte da última freira do mosteiro de Lorvão.

APÊNDICES

APÊNDICE I

SUPERIORES do MOSTEIRO (1086-1211)

1. Eusébio: abade (Maio e Nov. 1086)
prior (1086/Set.; 1089-1116/Março/19)
abade (1116/Março/19-1117/Junho/29)
2. Daniel: abade (1120/Março-1136/Março)
3. Salvador: abade (1143)
4. Pedro: abade 1145/Abril-1148/Junho/15 (1154?)
5. João: abade 1163/Janeiro-1188/Outubro
6. Afonso: abade 1190/Outubro-1204/Maio
7. Julião: abade 1204/Junho-1211/Julho

PLANTA do RÉS-DO-CHÃO do MOSTEIRO (apud Fernando Garcia Pires, ob. cit.)



APÊNDICE III QUADROS ESTATÍSTICOS

I. DOAÇÕES ao MOSTEIRO (1086-1179)¹

A. Bens imóveis²

DATA	DESTINATÁRIO(S)	DOADOR	BENS DOADOS	LOCALIZAÇÃO			FONTE
				LUGAR	FREGUESIA	CONCELHO	
1086	Santos mártires ³	<i>Piniolus</i>	vinha	Ribela	Ribela	Penacova	DC., DCLXXI
1089	altar S. Mamede e seus monges	<i>Froila Tosariz</i>	casa	Penacova	Penacova	Penacova	DC., DCCXXVII
1093	Santos mártires	Maria	vila	Vilela	Vilela	Coimbra	DC., DCCC
1097	Santos mártires	presb. Pedro	vinha	Fonte da Rainha	Penacova	Penacova	DC., DCCCXLVII
1098	e Sta. Maria		casa	castelo Penacova			DC., DCCCXLVII
1100 Jun. 13	mosteiro	presb. <i>Froia</i>	ig. Sta. Eulália, com casas, cortes, terras e vinhas		Campo de Besteiros	Tondela	DC., DCCCCLXXXII
	Santos mártires, prior Eusébio e seu colégio	<i>Soleima Raupariz</i>	marinha	Sá	Sangalhos	Anadia	DC., DCCCCXXXVI
1100 Dez. 8	Santos mártires	Paio Anes, chamado Arteiro	½ de vinhas, pomares, terras, moinhos, casas	Rios Frios	Vil de Matos	Coimbra	DC., DCCCCXLV
1101 Jun. 1	prior Eusébio	presb. Ermígio	ig. de S. Pedro, com passais, terras, vinhas, pomares, soutos, casas, cortes	Molelos	Molelos	Tondela	DP., 3, n.º 26

¹ Para a cronologia adoptada nos quadros, cf. notas 8 e 94. Abreviaturas utilizadas: Ant. = António; CR. = Corporações Religiosas; DC. = *Diplomata et Chartae*; DP. = *Documentos Particulares*; DR. = *Documentos Régios*; esp. = esposa; F.G.P. = Fernando Garcia Pires (cf. nota 2); ig. = igreja; m. = maço; most. = mosteiro; n.º = número; pp. = páginas; presb. = presbítero; Sta. = Santa; Santo; TT. = Torre do Tombo; V. N. Poiares = Vila Nova de Poiares.

² Quando a coluna dos bens doados apresenta mais de uma linha e aqueles se acham todos na mesma freguesia ou concelho, na sub-coluna que diz respeito à sua identificação, indicamos os respectivos nomes apenas na primeira linha. Se houver mudança, a sua indicação ocorre na linha correspondente ao lugar.

³ S. Mamede e S. Paio, patronos do mosteiro e, normalmente, referidos.

1101 Dez. 4	»	presb. Teodomiro	<i>villa</i> com vinhas e casais casais 1 vinha ¼ <i>villa</i> 1 casa ¼ vinha fracções de moinhos ½ <i>villa</i>	<i>Villastro</i> <i>Alkara</i> Rios Frios junto ig. S. Pedro <i>Villa Mendiga</i>	<i>Vilela</i> Vil de Matos Sé Nova Sto. Ant. Olivais	Coimbra	DP., 3, n.º 45
1106 Ag. 25	abade Eusébio	Conde D. Henrique e esp.	três partes de <i>villa</i> , com cortes, vinha, pomar ig. S. Bartolomeu	Cacia	Cacia	Aveiro	DR, n.º 11
1108 Dez. 21	»	Paio Sesanandes	casas, pomal e moinho vinhas, pomares	Sobradinho		Visu?	DP., 3, n.º 314
1109 Jan. 1	mosteiro	presb. Ariano	1 vinha 1 vinha + ½ moinho 1 vinha 1 pomar ½ vinha vinha + ¼ moinho <i>villa</i> integra 1 vinha + 3 metades de outras	arrabalde Coimbra	S. Bartolomeu	Coimbra	DP., 3, n.º 316
1112	mosteiro e prior Eusébio	Sendino Gonderedes	terreno 3 moinhos <i>villa</i> ½ vinha	<i>Villa Mendiga</i> Portela Arnado Porto de Matellas Gemil Quiris	Sto. Ant. Olivais Sta. Cruz Sta. Clara		
1115 Jan. 18	prior Eusébio	Trastamiro Sandiz e esp.	casais, vinhas, pomares, hortas, 1 moinho; terras com casais	<i>Vila Nova</i> Coselhas Ponte de Forma ⁴	Cernache S. Paulo de Frades	Coimbra Viseu Viseu	DP., 3, n.º 387 DP., 3, n.º 494 DP., 3, n.º 516
1115 Nov. 22	»	Gonçalo e esp.	herdade com casais, casais, vinhas, pomares, hortas, 1 moinho	<i>Vila Chã do Monte</i> <i>Tavara</i>	Torredeita Esgueira	Aveiro	DP., 3, n.º 518

⁴ Rui de Azevedo identifica o lugar desta *villa* como Azevedo (f. Anobra, c. Condeixa-a-Nova) e Arazede (f. Arazede, c. Montemor-o-Velho). Ver, respectivamente, O mosteiro de Lorrão..., p. 37 e DP., 3, n.º 386.

1116 Ag. 1116 Out. 1117 Fev. 8 1117 Jun. [28-29] 1119 Jun. 11 1119 Nov. 21 1120 Mar. 1121 Jan. 24 1121 Fev. 27 1121 Mar. 5 1129 Mar. 1129 Nov. 1131 Jun. 1132 Mar. 1133 Mar. 20	» » abade Eusébio » mosteiro e Sé de Coimbra mosteiro abade Daniel » » » mosteiro abade Daniel e mosteiro Santos mártires mosteiro abade Daniel	Questrelo Alvites Randulfo Soleimás e filha Diogo Trutesendes Gonçalo Randulfes e filho Mendo Dias Gonçalo Guilhufes, esp. e outros Zacarias e esp. Pedro Pais e esp. Soeiro e esp. Gonçalo e esp. Mendo Nunes e esp. Pedro Pires, mãe, irmãos e outros Paio Gonçalves e esp. Paio Pires e esp. D. Afonso Henriques Mendo Gonçalves de Seia Soeiro Gonçalves e esp. Gonçalo Bermudes Ximena Paio Ramires e esp.	herdade todos os bens ig. S. Martinho villa a sua parte da villa herdade o que possuem 1 vinha, lagar e pomar villa + ½ herdade 1 vinha com pomar, lagar e ig. herdade todos os bens imóveis ⁵ herdade ig. S. Pedro villa de Valle de Ermegilda villa ½ vinha couto herdade herdade ½ herdade 1 vinha ½ herdade herdade	Rios Frios Óvoa Pampilhosa Larçã Midões e Touriz castelo Penacova Ribela Pinheiro Telhadela Esfolada castelo Penacova Souselas Espinho Vale de Remigio Midões Ceradello Sperandei ⁶ Sabugosa Treixedo Midões Oliveira Sta. Eulália de Rio de Asnos Linhares Ribela Oliveira Outeiro de Rando	Vil de Matos Óvoa Pampilhosa Botão Midões Penacova Ribela S. João de Loure Coja? Penacova Souselas Espinho Vale de Remigio Midões Sabugosa Treixedo Midões Lourosa Campo de Besteiros Arrifana Ribela Oliveira do Mondego Vilela ou Souselas ⁷	Coimbra Sta. Comba Dão Mealhada Coimbra Tábua Penacova Albergaria-a-Velha Arganil Penacova Coimbra Mortágua » Tábua Seia Viseu Tondela Sta. Comba Dão Tábua Oliveira do Hospital Tondela V. N. Poiares Penacova Coimbra	DP., 4, n.º 17 DP., 4, n.º 21 DP., 4, n.º 38 DP., 4, n.º 50 DP., 4, n.º 97 DP., 4, n.º 110 DP., 4, n.º 123 DP., 4, n.º 156 DP., 4, n.º 161 DP., 4, n.º 163 FG.P., pp. 3-5 FG.P., pp. 6-8 FG.P., pp. 9-11 FG.P., pp. 12-13 FG.P., pp. 21-22 FG.P., pp. 26-27 FG.P., pp. 32-33 FG.P., pp. 34-35 FG.P., pp. 36-38
---	---	--	---	---	--	---	--

⁵ Com excepção de um bacelo, que deixam à sua criada Adosinda.

⁶ Lugar de Mosteirinho, concelho de Viseu, segundo DP., IV, p. 75, n.º 88.

⁷ O documento localiza o sítio «inter-Villellam et Sausellas».

1143 Jun.	»	Martinho Desterici e esp.	1 vinha terras	além-Mondego <i>Alvinie</i> <i>Alquintia</i>	Arrifana ou Sto. André	Coimbra?	F.G.P., pp. 39-41
1143	»	Bernardo Gonçalves porção de terra	herdade <i>Varanzos</i>	castelo Penela	S. Miguel Sta. Eufémia	V. N. Poiares	F.G.P., pp. 41-44
1145 Maio 2	mosteiro	Ledegindia e filho	1 casa	paróquia S. Pedro	Sé Nova	Penela	F.G.P., pp. 47-49
1145 Out.	»	Pedro Sesnandes	1 vinha	<i>Villa Mendiga</i>	Sto. Ant. Olivais	Coimbra	F.G.P., pp. 50-51
1147 Ag.	abade Pedro	Gonçalo Vaqueiro	1 vinha com lagar	Souselas	Souselas	Coimbra	FG.P., p. 56
[1145 Abr.- 1148 Jun.]	»	Gonçalo Louzano e esp.	3 leiras de vinha	Vila Cova	Lorvão	Penacova	TT. – CR., Lorvão, m. 7, n.º 20
1148	mosteiro	Paio Pires e esp.	$\frac{1}{2}$ seus bens	Treixedo	Treixedo	Sta. Comba Dão	F.G.P., pp. 57-58
1149	»	Mendo Gonçalves e esp.	$\frac{1}{4}$ herdade	junto ig. S. Martinho de Rio de Asnos	Óvoa	Sta. Comba Dão	F.G.P., pp. 61-62
1156 Dez.	»	Pedro Scapa e esp.	1 casal	Balteiro	Arrifana	V. N. Poiares	FG.P., pp. 70-71
1156 Dez.	»	Gonçalo <i>Trotano</i>	1 herdade	Souselas	Souselas	Coimbra	FG.P., pp. 72-73
1158 Out.	»	Susana Pais	$\frac{1}{2}$ vinha	S. Romão	Sto. Ant. Olivais	Coimbra	FG.P., pp. 75-76
1158 Nov.	»	Madreona Soares	1 casal	Óvoa	Óvoa	Sta. Comba Dão	FG.P., pp. 78-79
1164 Nov.	abade João	Pedro Pais e esp.	1 casal	Esgueira	Esgueira	Aveiro	FG.P., pp. 84-86
1165 Maio	mosteiro	Maria Mendes	4 talhos de marinha 1 vinha com pomar				FG.P., pp. 87-88
1166	»	Gonçalo Pais	1 casa	Paço	Esgueira	Aveiro	FG.P., pp. 99-100
1167 Maio	»	Pedro Anes e esp.	8 talhos de marinha	Rios Frios	Vil de Matos	Coimbra	FG.P., pp. 107-108
1167 Jun.	»	Rodrigo presbitero	1 casal vinhas	Vila Cova	Lorvão	Penacova	FG.P., pp. 111-113
1167 Jun.	»	Martinho Galego	casas	Coimbra	Coimbra		
1168 Jun.	abade João	Pedro Rodrigues e esp.	1 casal	Óvoa	Óvoa	Sta. Comba Dão	FG.P., pp. 121-122
1169 Fev.	mosteiro	Gonçalo de Sousa	$\frac{1}{4}$ herdade	Sazes	Sazes	Penacova	FG.P., pp. 125-126
1169 Dez. 29	abade João	Paio Daniel e esp.	parte de villo	Serpins	Serpins	Lousã	FG.P., pp. 135-137
			$\frac{1}{2}$ herdade, com casas, vinhas	Vilarinho	Vilarinho	Lousã	FG.P., pp. 141-142
1171 Mar. 28 (dia de Páscoa)	»	Salvador <i>Zouparrino</i>	vinhas <i>barrio</i>	Alcanzi	Sto. Ant. Olivais	Coimbra	FG.P., pp. 151-152
1172 Abr.	»	Paio Calabaza	1 herdade	Portela	Eiras		
1172 Ag.	»	Salvador Viegas	1 várzea	Eiras			
1172 Ag.	mosteiro	Paio Barreiro e esp.	1 herdade	Alvode			
			1 herdade	Sta. Justa	Sta. Cruz	Penacova	F.G.P., pp. 163-164
			1 herdade	Oliveira	Oliveira do Mondego	Coimbra	F.G.P., pp. 165-166
			todos os bens	Castelo Viegas	Castelo Viegas	Tondela	F.G.P., pp. 167-168
			1 herdade	Mouraz	Mouraz		

1172 Ag. 1173 Abril	mosteiro »	Paio Barreiro e esp. Soeiro Afonso e esp., irmão e esposa D. Afonso Henriques e seus filhos D. Sancho e D. Teresa mestre João	1 herdade herdade	Mouraz S. Simão	Mouraz S. Miguel	Tondela Penela	F.G.P., pp. 167-168 F.G.P., pp. 178-179
1174 Dez.	»	D. Afonso Henriques e seus filhos D. Sancho e D. Teresa mestre João	villae	Verba Perrães	Nariz Oliã	Aveiro Oliveira do Bairro	DR., n.º 322
1175 Maio	» e abade João	D. Afonso Henriques, seu filho D. Sancho e esp., e D. Teresa	villa casas villa	Vale de Açores Coimbra Abiul	Sé Nova Abiul	Mortágua Coimbra Pombal	Mortágua F.G.P., pp. 197-198 DR., n.º 324
1175 Set.	mosteiro	D. Afonso Henriques, seu filho D. Sancho e esp., e D. Teresa	1/3 seus bens	Travanca Botonçino campo de Coimbra	Travanca do Mondego	Penacova Coimbra	F.G.P., pp. 213-214
1176 Fev. 1176 Abr.	» most. e abade João	Maria Gonçalves D. Afonso Henriques, seu filho D. Sancho e esp., e D. Teresa	1/3 dos seus bens villae	Perrães Verba Tabueira Abrantes	Oliã Nariz Esgueira	Oliveira do Bairro Aveiro	F.G.P., p. 215 DR., n.º 328
1176 Maio	most. e abade João	D. Afonso Henriques, seu filho D. Sancho e esp., e D. Teresa Queixa Perro	canal			Abrantes	DR., n.º 331
1176 Out.	»		1 casa 1 vinha	paróquia S. João	S. João Baptista	Abrantes	F.G.P., pp. 219-220
1178 Maio 1178 Jun. [1163 Jan.-1188 Out.]	» » abade João	Ausenda Sandiz Diogo Dias e esp. Paio Alvites e esp.	1 herdade herdade 1/2 herdade vinha	Porcarizas Vale da Pega Gaudío Alcanze	Botão Botão	Abrantes Coimbra Coimbra Coimbra	F.G.P., pp. 229-230 F.G.P., pp. 231-232 TT. – CR., Lorrão, m. 7, n.º 19
[1163 Jan.-1188 Out.]	»	Pedro Anes	1/3 casas 1/3 vinha	Coimbra Montarroiio	Sta. Cruz	Coimbra	TT. – CR., Lorrão, m. 7, n.º 21
[1163 Jan.-1188 Out.]	»	Soeirino	duas partes de seus bens				TT. – CR., Lorrão, m. 7, n.º 22

B. Bens móveis⁸

Bens doados		Doador	Destinatário(s)	Data
Alfaias Religiosas	4 manutégios; 1 vaso prata; 1 cálice prata; 1 missal; cálices, livros, ornamentos, sino, vestimentas; 1 vaso prata, 1 frontal amarelo	Maria	Santos mártires	1093
		Soleima Raupariz	Santos mártires	1100 Jun. 13
		presb. Ermígio	prior Eusébio	1101 Jun. 1
		Pedro Anes	abade João	[1163 Jan.-1188 Out.]
Animais	10 vacas; bois, ovelhas, abelhas; 1 poldro, 1 boi, 1 vaca, 6 porcos; cavalos, burros, égua, bois, vacas, ovelhas, porcos, aves; bois, jumentos; 1 mulo, 60 ovelhas; égua, cavalos, mulos, asinos; 2/3 seu gado; égua, vacas; 1 cavalgadura	Maria	Santos mártires	1093
		Soleima Raupariz	Santos mártires	1100 Jun. 1
		Paio Anes	»	1100 Dez. 8
		presb. Ermígio	prior Eusébio	1101 Jun. 1
		presb. Teodomiro	»	1101 Dez. 4
		presb. Ariano	mosteiro 1109 Jan. 1	
Objectos domésticos	1 manto, 4 túnicas; leitos, cadeiras, mesas; leitos, cadeiras, mesas, panos sírios, de lã, de linho; objectos de ouro, prata e ferro; leitos, cadeiras; leitos, cadeiras, mesas com seus ornamentos; leitos, cadeiras	Maria	Santos mártires	1093
		presb. Froia	mosteiro	1098
		Paio Anes	Santos mártires	1100 Dez. 8
		presb. Ermígio	prior Eusébio	1101 Jun. 1
		presb. Ariano	mosteiro 1109 Jan. 1	
		Gonçalo e esp.	abade Daniel	1121 Mar. 5
Objectos agrícolas	cubas cubas cubas cubas cubas	presb. Froia	mosteiro 1098	
		presb. Ermígio	prior Eusébio	1101 Jun. 1
		Gonçalo e esp.	abade Daniel	1121 Mar. 5
		Ledegúndia e filho	mosteiro 1145 Maio 2	
Objectos militares	selas, freios, espadas, espadas, escudos, lanças, flechas, bestas; lorigões	Pedro Sennandes	»	1145 Out.
		presb. Ariano	mosteiro 1109 Jan.	
		Martinho Galego	»	1167 Jun.

⁸ Para as fontes dos casos aqui referidos, consultar as respectivas datas no Quadro I.A

II. COMPRAS do MOSTEIRO (1086-1179)¹

DATA	VENDEDOR	COMPRA-DOR	BENS COMPRADOS	PREÇO	LOCALIZAÇÃO			FONTE
					Lugar	Freguesia	Concelho	
1145 Abr. 1162 Jun. 21 1163 Jan. 1165 Out.	Salvador Zacarias e esp. Salvador Fernandes Diogo Bom e esp. Diogo Godinho esp. e outros	abade Pedro prior João abade João »	herdade parte de 1 casal ¼ villa ½ villa	3 mrs. 30 mrs. 17 mrs. 18 mrs. + 1 vinha + 1 vitela	Varanões Brasfemes Brasfemes Sausilinos	Brasfemes Brasfemes Souselas?	V. N. Poiares Coimbra Coimbra Coimbra	F.G.P., pp. 45-46 F.G.P., pp. 80-81 F.G.P., pp. 82-83 F.G.P., pp. 89-90 e 91-92
1165	Pedro Soares e esp.	»	herdade ½ bens ½ bens ½ bens	18 mrs.	Larçã Estozila	Botão	Coimbra	F.G.P., pp. 93-94
1166 Abr. 1166 Maio 1167 Abr. 1167 Jun. 1167 Nov. 1168 Jun. 1168 Ag. 1168 Ag. 1169 Jan.	Paio Moniz e filhos Paio Ramires e filhos Adosinda Trutesendes e filho Soeiro Savarigues, esp. e irmão Maria Sendines e filhos Diogo Godinho Diogo Bom, esp. e outros Aldora Gonçalves e outros Diogo Bom, esp. e cunhados	» » » » » » » » »	7 mrs. 10 mrs. e duas partes 5 mrs. 1 herdade 1 herdade ¼ herdade herdade herdade ½ villa com casas, almoínhas, árvores	7 mrs. 10 mrs. e duas partes 5 mrs. 18 mrs. 30 mrs. 1 mr. 2 s. 48 mrs. 8 ½ mrs. 28 mrs.	Pampilhosa Esgueira Vila Cova Vilela Lagares ² Souselinas Brasfemes Sazes Souselas	Pampilhosa Esgueira Lorvão Vilela Souselas? Brasfemes Sazes Souselas	Mealhada Aveiro Penacova Coimbra Coimbra Coimbra Coimbra Penacova Coimbra	F.G.P., pp. 95-96 F.G.P., pp. 97-98 F.G.P., pp. 105-106 F.G.P., pp. 109-110 F.G.P., pp. 118-119 F.G.P., pp. 123-124 F.G.P., pp. 127-128 F.G.P., pp. 129-130 F.G.P., pp. 133-134
1169 Out. 1171 Fev. 1171 Abr.	Martinho Aires, família e outros Salvador Aires e esp. Ero Fernandes e esp.	» » »	fracções de herdades herdade herdades com casas, vinhas, pomares	12 mrs. 23 mrs. 15 mrs.	Antes Vale de Açores Botoncino e outros lugares	Antes Mortágua	Mealhada Mortágua Coimbra	F.G.P., pp. 138-140 F.G.P., pp. 149-150 F.G.P., pp. 154-155
1171 Maio 1171 Ag.	Aires Martins e esp. Paio Mouro	» »	1 vinha 1 herdade	3 s. 8 d. 4 mrs.	Vila Cova entre o Mondego e Santa Justa	Lorvão Sta. Cruz	Penacova Coimbra	F.G.P., pp. 156 F.G.P., pp. 157-158
1171 Set.	Guterre Mendes e esp.	»	1 herdade	6 mrs.	Sazes	Sazes	Penacova	F.G.P., pp. 159-160

¹ A cronologia aqui considerada foi estabelecida segundo os critérios utilizados para o Quadro I. Do mesmo modo, para a coluna dos bens comprados, vale o que aí ficou dito para a coluna dos bens dados, bem como é válido o mesmo conjunto de abreviaturas, a que se juntam: d. = dinheiro(s); s. = soldo(s).

² Nome de lugar nas freguesias de Brasfemes e Souselas.

1172 Mar. 1172 Out.	Ausenda Rosendes Mendo Fernandes	» »	1 herdade, com casas, vinhas ½ herdade com torre, eiral, moinhos; ¼ baceio; pomar	9 mrs. 35 mrs.	Larçã <i>Alcanzi</i>	Botão	Coimbra Coimbra	FG.P., pp. 161-162 FG.P., pp. 169-171
1172 Out.	Oveco Fernandes e esp.	»	½ de herdade com torre, eiral, moinhos, vinha; várias fracções de herdades e pomares	67 mrs.	<i>Alcanze</i>		Coimbra	FG.P., pp. 172-175
1172 Dez.	Gonçalo Anes, esp. e outros	»	casas	34 mrs.	perto do adro S. Bartolomeu	S. Bartolomeu	Coimbra	FG.P., pp. 176-177
1173 Maio 1174 Fev.	Diogo Surdo e esp. Martinho Martins	» »	1 herdade 1 casal com pertenças e moinhos ³	8 s. 14 mrs.	<i>Alcanzi</i> Ventosa		Coimbra Mealhada	FG.P., pp. 182-183 e 184-185
1174 Abr. 1174 Maio 1174 Out.	Mendo Mendes e esp. Martinho Anaia e esp. Miguel Rouco, esp. e filhos	» » »	¼ villa; herdades 1 casal com almoinhas ½ villa	20 mrs. 20 mrs. 14 mrs.	Sazes Souselas Larçã	Sazes Souselas Botão	Penacova Coimbra Coimbra	FG.P., pp. 185-188 FG.P., pp. 189-190 TT. – CR., Lorvão, m. 5, n.º 9
1174 Out. 1175 Abr. 1175 Jun. 1175 Jul.	Comba Anes <i>Regine</i> Pedro Nunes e esp. <i>Regina Meliora</i>	» » » »	1 herdade direitos que possui 1 herdade; 1 leira a sua parte moinhos a sua parte terras	3 mrs. 4 mrs. 13 mrs. 20 mrs.	Vila Cova Ançã Forma; <i>Ravaal</i> Forma Forma e <i>Ravaal</i>	Lorvão Ançã	Penacova Cantanhede Coimbra Coimbra	FG.P., pp. 191-192 FG.P., pp. 195-196 FG.P., pp. 199-200
1175 Ag.	Maria Açoreira e filha	»	1 vinha 1 herdade com casa	14 mrs.	Montarroio Souselas Vale de S. Pedro; Porto Seco; Vilela	Sta. Cruz Souselas	Coimbra Coimbra	FG.P., pp. 207-208
1176 Out. 1176 Out. 1178 Fev.	Juliano Pais e esp. Mendo Guedes Salvador Pires e irmãos	» » »	1 herdade 1 herdade 1 herdade caneiros 1 casa fracções de bens	4 mrs. 7 mrs. 10 mrs.	foz do Ceira castelo de Abrantes Larçã; Estozio; Sta. Cristina <i>Caimbria</i> Botanzino Marrocos Ançã	Vilela Sto. Ant. Olivais S. João Baptista Botão Vacariça	Coimbra Coimbra Abrantes Coimbra Mealhada	FG.P., pp. 217-218 FG.P., pp. 221-222 FG.P., pp. 223-224
1178 Mar. 1178 Mar. 1179 Abr.	Pedro Julião e esp. Martinho Pais, esp. e outros Cipriano Pires e esp.	» » »	1 herdade 1 casal 1 herdade 1 herdade com casas e moinhos	4 mrs. 40 mrs. 4 mrs.		Sto. Ant. Olivais Ançã	Coimbra Cantanhede	FG.P., pp. 225-226 FG.P., pp. 227-228 FG.P., pp. 233-234

³ Excepto 1/18.

III. Vendas

Data	Vendedor	Comprador	Bens vendidos	Preço	Localização			Fonte
					Lugar	Freguesia	Concelho	
1114 Ag. 1	prior Eusébio	Soeiro Tedoniz	1 casa	40 mrs.	junto ig. S. Pedro	Sé Nova	Coimbra	DP., n.º 480
1133	abade Daniel	Martinho Fernandes e esp.	vilares	60 mrs.	Paus Belli	Alquerubim	Albergaria-a-Velha	F.G.P., pp. 14-15

IV. Escambos

Data	Abade	Outro Proprietário	Bens entregues pelo mosteiro	Bens recebidos pelo mosteiro
1126 Set. 23	Daniel	João	<i>não se explicitam</i>	$\frac{1}{4}$ villa Pampilhosa (c. Mealhada)
1148 Jun. 15	Pedro	Pedro Almogrove e outros	1 vinha em <i>Rio da Bem Feliz</i>	1 herdade em Pampilhosa
1167 Mar. 27	João	Díogo Godinho e esp.	1 vinha em <i>Alcara</i> + 1 vaca	$\frac{1}{6}$ vinha em <i>Souselinas</i>

V. Penhores imobiliários

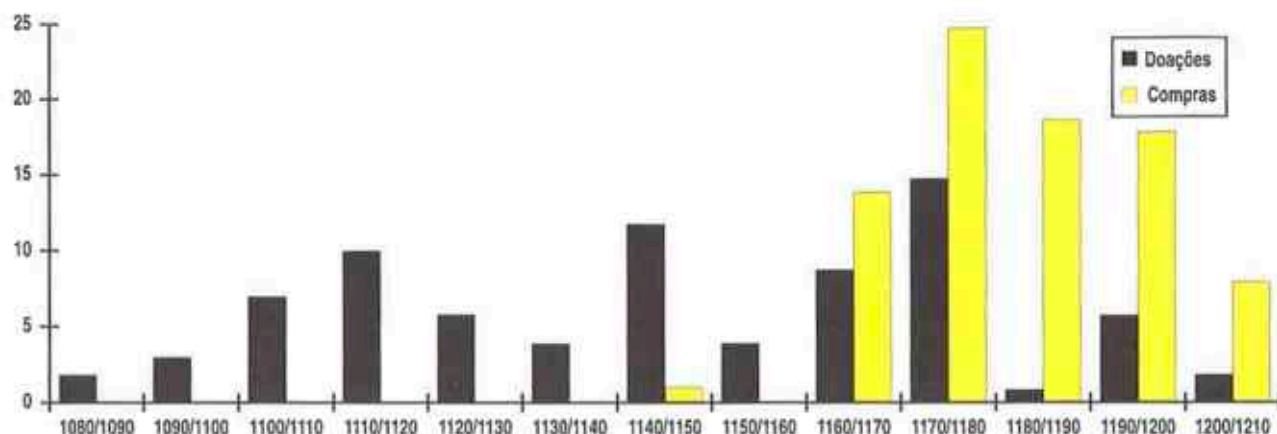
A. Recebidos pelo mosteiro

Data	Peticionário	Abade	Bens penhorados	Local	Quantia
1175 Ag. 1176 Fev.	Soeiro Fafiaz e esp. Maria Gonçalves	João João	herdade 1 moinho com almoinha e vinha	Brasfemes (c. Coimbra) Coselhas (S. Paulo Frades, c. Coimbra)	25 mrs. 13 mrs.

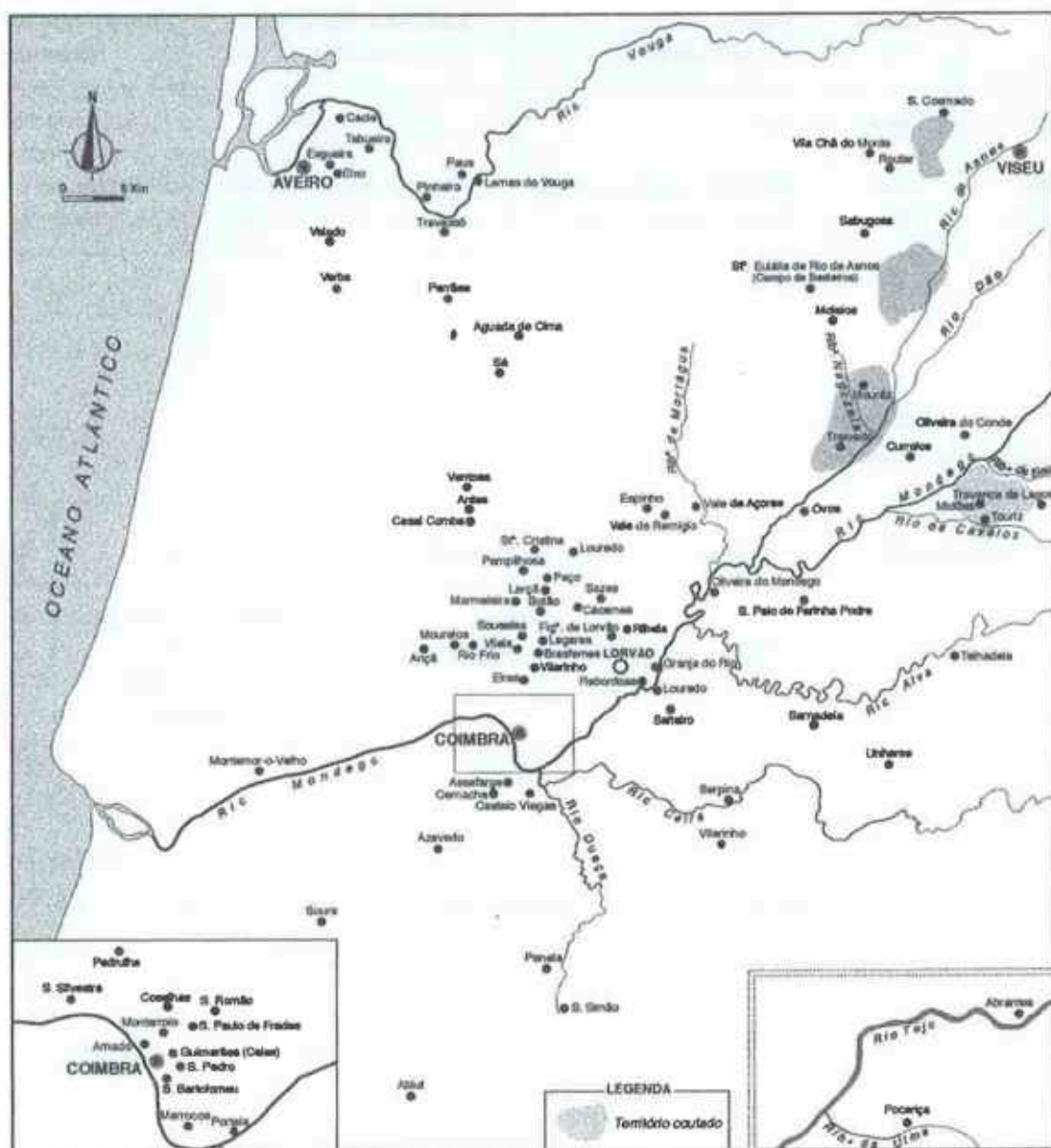
B. Efectuados pelo mosteiro

Data	Penhorista	Abade	Bens penhorados	Local	Quantia
1136 Mar.	Rodrigo presbítero	Daniel	usufruto vitalício de <i>villae</i>	Rios Frios e Mourelos (Vil de Matos, c. Coimbra)	15 mrs.

PATRIMÓNIO DO MOSTEIRO DE LORVÃO FORMAS DE AQUISIÇÃO (1086-1204)



LOCAIS DE AQUISIÇÃO DE PATRIMÓNIO PELO MOSTEIRO DE LORVÃO (1086-1204)



os Beneditinos na Europa

Iº CONGRESSO INTERNACIONAL
23 A 26 DE NOVEMBRO DE 1995
SANTO TIRSO

S. BENTO E OS BENEDITINOS NA FILATELIA

Paulo Sá Machado

I. RAZÕES DE UMA COMUNICAÇÃO

Quando soubemos da realização do Congresso Internacional sobre os Beneditinos, moveu-nos de imediato o desejo de contribuir de alguma forma para o mesmo, e isto por factores que a seguir expomos.

Era eu menino de tenra idade, era o alvor dos anos cinquenta, que me viriam marcar profundamente. A partir de certa altura, passei a acompanhar meus pais, até Singeverga, para trazer um remédio caseiro, muito eficaz, que curava uma doença que afligia meu Pai. Era a icterícia que o tinha atacado e não havia maneira de lhe passar, provocando-lhe uma coloração amarelada dos tegumentos, mucosas e órgãos viscerais proveniente do aumento da quantidade de bilirrubina no sangue.

E porque ir aos Monges Beneditinos?

Constava, que havia um Monge, que tinha regressado à pouco de África, que tinha um remédio eficaz para certas doenças, feito à base de plantas medicinais e que era eficiente para a cura da doença que tinha atacado meu Pai. Foram algumas, as peregrinações, realizadas, até Singeverga para adquirir o remédio que o iria curar, como mais tarde se verificou.

A partir daí e com a fé que todas as crianças têm naquela idade, ficou-me uma profunda admiração pela Congregação.

Agora, e quando procurava elementos para apresentar este simples trabalho de compilação de dados, sobre S. Bento e os Beneditinos, contei esta história verdadeira a vários membros da Congregação, que me informaram, que possivelmente teria sido o Padre António Batista Vieira Pinto, que tinha regressado de África, o Santo médico de meu Pai. Esta a primeira razão.

Mas passemos à segunda.

Desde há anos que temos tido um carinho muito especial por Santo Tirso, cidade que tem acolhido algumas importantes realizações filatélicas, não só

de carácter nacional, como também incluindo a vizinha Espanha, muito especialmente a Galiza. Para efectuar alguns trabalhos sobre investigação postal, tivemos de estudar profundamente o Concelho, e ficamos encantados com a sua diversidade ao mesmo tempo com as características de uma zona de transição, que não deixa de ter as suas especificidades muito próprias. Tivemos oportunidade, quando procedíamos aos estudos de nos deslocar ao Mosteiro de Singeverga, e algo me atraiu. Algo de sobrenatural, que me deu paz e força para prosseguir os meus trabalhos, numa altura difícil da minha vida, já que muitos problemas me afligiam na altura. Fiquei mais uma vez, com uma dívida de gratidão para com os Beneditinos.

Por fim, apreendi nestes últimos meses, o que são os Beneditinos. Fui recebido, por todos eles com uma disponibilidade, carinho e amizade que me calaram bem fundo no coração. Apreendi muito. Muito obrigado.

II. «O SELO DA RUA»

Em Setembro de 1956, foi publicado na Revista Mercado Filatélico, editada no Porto, o Regulamento de «O Selo da Rua», que dizia no seu artigo número um: sob a designação de «O Selo da Rua» é organizada uma Campanha com o fim de promover – se possível com carácter permanente – a recolha de donativos para o «Património dos Pobres», de iniciativa do Padre Américo.

No seu artigo 16. – A primeira Comissão Executiva, sob a presidência de Sua Paternidade Reverendíssima o Senhor Dom Abade de Singeverga, D. Gabriel de Sousa, será composta pelos Srs. Major Artur Augusto Lopes, António Joaquim Corrêa Junior, Dr. António Fragoso, A. de Castro Brandão, Charles J. Chambers e Artur O. de Vasconcelos.

A fonte de receita de «O Selo da Rua» eram os selos e outras peças filatélicas, oferecidas por filatelistas, que posteriormente eram vendidos.

Em Fevereiro de 1957, eram impressas as vinhetas de propaganda de «O Selo da Rua», destinadas a propagandear a iniciativa e que eram fornecidas às pessoas ou entidades que tinham colaborado com a iniciativa.



Foram impressas em quatro cores, gratuitamente, graças à colaboração das firmas, Cruz, Sousa & Barbosa, Lda, Simão Guimarães e Mercado Filatélico.

Em 6 de Janeiro de 1958, Dia de Reis, foram entregues as duas primeiras casas, que se situavam no lugar das Regadas, em Fânzeres, Gondomar, com a presença das entidades oficiais e de muito público. Presidiu à cerimónia D. Gabriel de Sousa, Abade de Singeverga e Presidente da Comissão Executiva de «O Selo da Rua».



D. Gabriel de Sousa, Abade de Singeverga, procede à benção das duas primeiras casas de «O Selo da Rua», tendo à sua direita o Dr. Porfírio de Andrade, Presidente da Câmara Municipal de Gondomar, Artur O. de Vasconcelos, Padre Carlos Galamba, continuador da Obra do Padre Américo, Charles J. Chambers, António Joaquim Corrêa Junior, Tesoureiro da Comissão e o Governador Civil do Porto. À sua esquerda o Pároco de Fânzeres, Padre Manuel Rebimbas, primo do ex-Arcebispo Bispo do Porto, D. Júlio Tavares Rebimbas.

Refira-se que D. Gabriel de Sousa, é filatelista, colecionador de selos dos Países de língua portuguesa, para além de possuir uma colecção do Vaticano.

Já em 1951, acompanhou os filatelistas a uma visita à Casa do Gaiato, de passagem para um almoço de confraternização de filatelistas que teria lugar no Pejão. Presidiu várias vezes ao Dia do Selo, que anteriormente era celebrado a 24 de Março, dia de Festa de S. Gabriel, patrono dos filatelistas.



Um grupo de filatelistas, que visitaram a Casa do Galato em 1951, de passagem para um almoço de confraternização filatélica no Pejão em casa do filatelista Tyssen.
O saudado Padre Américo (x) junto a D. Gabriel de Sousa, entre outros filatelistas.

III. PEÇAS FILATÉLICAS COM S. BENTO E OS BENEDITINOS

1 de Julho de 1920.

Inteiro Postal belga dirigido a D. António Coelho, que foi Prior de Singeverga entre 1926 e 1932, por D. Leon em Louvain, Mont Cesar.



Carimbo obliterante de Louvain de 1 de Julho de 1920, dia de saída. Carimbo de chegada a Negrellos de 5 de Julho de 1920.

Quatro dias demorou este inteiro a chegar a Portugal, em 1920. Hoje demoraria muito mais, e estamos em 1995.



S. Bento

Espanha
Yvert. n° 2249 (1981)



S. Bento
Patrono da Europa

França
Yvert. n° 2086 (1980)



PREMIER JOUR
D'EMISSION
FIRST DAY COVER



Editeurs I. F. Combavole





S. Bento

(Emissão de 1929 – Centenário do 14º Centenário da Fundação da Abadia de Monte Casino)

Itália
Yvert. n° 850 (1929)



S. Bento
Patrono da Europa

Vaticano
Yvert. n° 432 (1965)



S. Bento

Representado num quadro do Meinrad Guggenbichler (1649-1723)

Áustria
Yvert. n° 1470 (1980)



Der junge Hl. Benedikt (480-547) weihet sich Maria.
Stahlschnitt nach einem Altarbild im Stift Kremsmünster

Selo Comemorativo do Congresso dos Beneditinos realizado em 1980 na Áustria



KLUB DER BRIEFMARKENSAMMLER STEYR-KREMSMÜNSTER



S. Bento

Representado por Hans Manling

Bélgica
Yvert. n° 1970 (1980)



S. Bento

Selo comemorativo
da Abadia

Mónaco
Yvert. n° 746 (1968)



S. Bento
S. Cirilo e S. Méthode
Patrono da Europa

Vaticano
Yvert. n° 772 (1985)



S. Bento

15º Centenário do Movimento

Alemanha
Yvert. n° 901 (1990)

ANNO BENEDETTIANO



S. BENEDETTO PATRONO
D'EUROPA



Itália - 23.3.1980

Carimbo Comemorativo do Centenário de S. Bento, aposto em Monte Cassino



S. Bento

**15º Centenário
Nascimento**

San Marino
Yvert. nº 1004 (1980)

S. Bento

Luxemburgo
Yvert. nº 960 (1980)



PORTUGAL

ELIETENTI

**XV CENTENÁRIO DO NASCIMENTO
DE SÃO BENTO**



Quadro de Hans Manling

BILHETE
POSTAL



PREÇO - INCLUIVA FRANQUEIO - 13\$00

Inteiro Postal – Comemorativo do XV Centenário do Nascimento de S. Bento. Selo da Emissão «Instrumentos de Trabalho» – 7\$00 (Prensa Tipográfica manual)

Portugal 30.4.81

Inteiro Postal nº 190 – Segundo Catálogo de Inteiros Postais de A. H. Oliveira Marques

Desenho policromado à esquerda reproduzindo S. Bento, segundo Hans Manling. Motivo igual ao selo da Bélgica Yvert nº 1970 (1980)



S. Bento
e os Códices

Vaticano
Yvert. n° 689 (1980)

S. Bento
escrevendo a Regra

Vaticano
Yvert. n° 690 (1980)



Vaticano
FDC – Sobrescrito do 1º dia de circulação

Uma página da Regra

Vaticano
Yvert. n° 691 (1980)



Vista do Monte
Cassino

Itália n° 247 – Selo de 75+15c
(1929)
Yvert. n° 249 – Selo de 5+1
lira (1929)



**Monges Beneditinos
construindo a Abadia**

Vaticano
Yvert. n° 246 (1929)



Pátio de Bramante a Abadia

Itália
Yvert. n° 244-Selo de 20c (1929)
Yvert. n° 248-Selo de 1,15+25c (1929)



**Abadia de Monte
Cassino**

Vaticano
Yvert. n° 693 (1980)



**Abadia
de Monte
Cassino**

Vaticano
Yvert. n° 433 (1929)



**Abadia de Monte
Cassino
Ruínas da Abadia depois de
ter sido bombardeada**

Vaticano
Yvert. n° 603 (1951)



**Abadia de Monte
Cassino depois
da reconstituição**

Itália
Yvert. n° 602 (1951)

REHEFENTE



**Milenário do Mosteiro
de Santo Tirso**

PREÇO INCLUIVENDO TAXAS DE 6500

BILHETE
POSTAL



PORTUGAL



Inteiro Postal comemorativo do Milenário do Mosteiro de Santo Tirso.
Selo da emissão base Instrumentos de Trabalho 4\$00 (Mesa antiga de contabilidade)

Portugal
21-2-1979, n° 176, segundo Catálogo de IP de A.H. Oliveira Marques

O Mosteiro foi pertença dos Beneditinos, que foram expulsos em 1834 pelo «Mata-Frades»

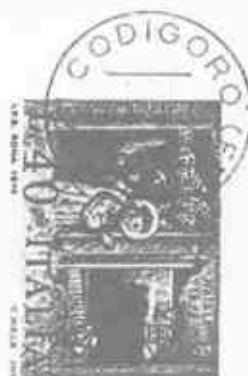


Visita di S.S. Giovanni Paolo II a Cassino

Carimbo comemorativo da visita de João Paulo II a Monte Cassino
Itália 20.9.1980



Carimbo comemorativo do XV Centenário do Nascimento de S. Bento
e Srª Escolástica, irmã gêmea de S. Bento
Itália 4.10.1981



Fiamula Obliterante
«Visite a Abadia de Pomposa»
Itália 1980





IX Centenário da Morte
do Abade de Monte
Cassino, D. Desidório,
que foi Papa, com o
nome de Victor III

Vaticano
Inteiro Postal 1987

Monte de S. Bento
Mosaico da Basílica

Itália
Yvert. n° 245 (1929)



Igreja
do Mosteiro
de S. Bento
no Rio de Janeiro

Brasil
Yvert. n° 1298 (1977)

Morte de S. Bento

Diga-se que S. Bento
morreu de pé, como
mostra o selo

Vaticano
Yvert. n° 692



IGREJA DO MOSTEIRO DE S. BENTO – RIO DE JANEIRO

No local onde se ergue a Igreja de S. Bento existia desde 1587 uma Ermida dedicada ao mesmo Santo. Em 1617 Francisco Frias de Mesquita, engenheiro-mor do Brasil, autor de inúmeros Fortes ao longo de toda a costa, é chamado a fazer o plano da nova Igreja. A construção, no entanto, só se iniciou em 1633, em virtude da guerra que decorreu contra os holandeses.

Até 1609 ficaram prontas a Capela-Mor, a nave a galilé (pórtico com arcadas), um corredor lateral e uma das torres cineiras. Em 1690 o encarregado das obras Frei Bernardo de São Bento Correia e Sousa propõe que se amplie o que já está feito, sugerindo o aumento da Capela-Mor, a criação de quatro capelas laterais de cada lado da nave (as duas primeiras mais largas para formarem um falso tran-

septo) e uma sacristia de grandes dimensões. Sendo este primeiro projecto muito caro, apresentou Frei Bernardo um segundo, que seria definitivo, com uma sacristia mais pequena e as capelas laterais todas com a mesma largura.

A fachada simples e rectilínea da Igreja de São Bento, não dá ideia da riqueza da ornamentação barroca existente no seu interior. Foram vários os artistas encarregados de trabalharem a talha, desde Frei Domingos da Conceição, que trabalhou na Capela-Mor, no arco do cruzeiro, nas duas capelas laterais e os balaústres das tribunas, todo este trabalho feito entre 1669 e 1694. Em 1717 é contratado Alexandre Machado Pereira, que termina a talha da nave principal em quinze anos. A douração é feita de 1734 e 1736, e depois entre 1789 e 1794 é refeita a Capela-Mor, ao gosto da época, pelo entalhador Inácio Ferreira Pinto responsável igualmente pela pintura da sacristia.

Nota: Os números indicados referem-se à do Catálogo francês Yvert et Tellier.
(-) o ano da emissão do selo.

(*) Presidente da Direcção da União de Colectividades Filatélicas do Norte de Portugal.
Presidente da Associação Portuguesa de Filatelia Temática.

Jornalista de «O Comércio do Porto», «Notícias de Paços de Brandão», «Notícias do Tâmega», «Correio de Fafe», «O Comércio de Leixões» e Jornal da Maia.

os Beneditinos na Europa

Iº CONGRESSO INTERNACIONAL
23 A 26 DE NOVEMBRO DE 1995
SANTO TIRSO

INTERESSES DOMINIAIS DO MOSTEIRO DE RENDUFE NA ESTREMADURA ATÉ AO SÉCULO XVI

Saul António Gomes
Fac. Letras da Universidade de Coimbra

I. Noutros tempos, e decerto que neles cabem os dias em que viveu o glorioso patriarca S. Bento, os homens que procuravam um melhor conhecimento de si próprios ou, pouco depois, dos seus irmãos em Cristo, costumavam retirar-se para lugares isolados, recônditos, entre serranias e montes cobertos de densas florestas, perdidos do bulício da vida na cidade ou na comunidade. Essa distanciação tornou-se método e caminho do melhor conhecimento de si próprio. Conhecimento que a patrística cristã nessas remotas épocas da madrugada do cristianismo sabia interpretar metaforicamente. O conhecimento de si mesmo pressupunha o encontro com o homem criado à imagem e semelhança de um Deus único. Na solidão do ermo e do silêncio, o homem assumia-se como monge, como eremita do mundo.

Mas a comunidade não abandonava facilmente esses monges, antes os procurava como testemunhas mediadoras do conhecimento de Deus, tais fontes saciadoras de uma sede de infinito que marcava a alma do cristão, entregando à guarda desses sacerdotes cidades simbólicas que se representavam no microcosmos monástico. O afastamento dessa comunidade acabava por transformar esses monges em centro do próprio mundo. Fugiram da cidade cuja vivência não suportavam, para se tornarem, ainda que distantes, centros das atenções dessas mesmas cidades. Centros espirituais condutores, centros de peregrinação, centros que rapidamente evoluíram para motores de desenvolvimento económico, social e espiritual. Por isso, os monges cedo acabaram por conciliar uma actividade exclusivamente claustral com as necessidades de proselitismo religioso, com as exigências, não menos virtuosas, de uma pastoral junto de populações já cristãs, ou mesmo gentias, mal doutrinadas e muito superficialmente catequisadas.

Mas, neste ponto, já entramos no processo histórico concreto; e não nos traz aqui a reflexão sobre os mistérios do monaquismo nos alvares da forma-

ção da Cristandade a que hoje chamamos Europa e Mundo Ocidental. Propusemo-nos trazer alguns tópicos de reflexão a partir da exploração de um caso na história da Ordem beneditina em terras de portugueses. O do mosteiro de Stº André de Rendufe, situado, segundo os documentos antigos atestam, no Julgado de Entre Homem e Cávado, na diocese de Braga, hoje no território do concelho de Amares. À semelhança dessoutros monges que fugiam à vida das cidades para se refugiarem no silêncio rígido dos claustros patriarcais beneditinos, assim estamos nós, olhando, na distância do tempo e na da geografia real que separa Rendufe de terras estremas, para esse antigo mosteiro que o Minho acolheu no seu seio. Não sei mesmo se a dúplice distância que me separa de Rendufe me consentirá autoridade para dizer coisas novas sobre a história desse instituto monástico. Se as houver serão muito poucas. Como muito pouco é também o que se sabe sobre esse mosteiro. Particularmente para os séculos medievais e ainda entrando em Quinhentos...

Os elementos historiográficos e documentais que trago aqui sobre Stº André de Rendufe já pertenceram ao cartório deste mosteiro. Cartório que constitui um dos casos mais significativos na galeria das perdas arquivísticas portuguesas. Por incúria dos homens, por causas naturais ou por outras razões históricas, o cartório de Stº André de Rendufe do Bico resistiu mal ao passar dos séculos. Antes de mais em virtude da própria história interna da comunidade monástica que atravessou períodos francamente inglórios que chegaram mesmo a anunciar uma exclaustração beneditina do edifício em tempos medievais. História interna que também ajuda a compreender as perdas documentais dentro de um cartório bastas vezes descuidado senão mesmo pouco movimentado em determina-

das conjunturas históricas. Os séculos XIV e XV, a avaliar pela parca documentação desse período que existe alusiva ao mosteiro, parecem ser particularmente representativos desse processo.

O esforço de reconstituição dos itinerários documentais deste mosteiro, a que procedeu o Professor José Mattoso, de forma que consideraremos exaustiva, revela um certo pauperismo na produção documental em Rendufe. Comunidade que se apresenta pequena, a cujos cabidos, convocados segundo os bons usos e costumes da Ordem, por som de campana tangida, não parecem acorrer mais de cinco ou sete monges. Dez era o número de monges que a comunidade possuía por 1400. Número pouco surpreendente no conspecto do recrutamento monástico do País quatrocentista, do qual se conhecem as reais dificuldades com que as velhas Ordens sobreviviam, adiando reformas e observâncias, incapazes de ombrear com as novas ordens concorrentes, ou procurando o caminho das reformas no meio de dificuldades, de contrariedades e de adversidades.

De Rendufe escreveu J. Mattoso que «não se recomenda muito aos investigadores o estudo de um mosteiro cuja documentação se perdeu totalmente, ou pouco menos.»¹ O contributo que trazemos para a história de Stº André de Rendufe foi colhido em cartório distante da casa, justamente nos fundos do Mosteiro e Colégio de S. Bento de Santarém, hoje no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Na distância o conhecimento... Pelo menos, algum conhecimento mais sobre Stº André de Rendufe.

2. A fundação de Stº André de Rendufe remonta aos anos de 1090, sob o patrocínio de Egas Pais de Penegate. Naquele ano, já D. Sisnando, abade de Rendufe, se encontra em Arouca com os abades de

¹ José Mattoso, «O Mosteiro de Rendufe (1090-1579)», *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, INCM, 1983, pp. 205-279 [1ª ed., Braga, 1969]. Do mesmo autor, importam ainda os estudos: «Os Cartórios dos Mosteiros Beneditinos na Diocese do Porto», «Inventário dos fundos de antigos mosteiros beneditinos existentes no Arquivo Distrital de Braga» e «Documentos Beneditinos da Torre do Tombo», *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, INCM, 1983, pp. 553-750. Sobre Rendufe, veja-se ainda: Gabriel de Sousa, «O mosteiro de Rendufe na Congregação Beneditina Portuguesa», *Bracara Augusta*, 35 (1981), pp. 171-177; José Marques, «O estado dos mosteiros beneditinos na arquidiocese de Braga no século XV», *Bracara Augusta*, 35 (1981), pp. 57-58; Idem, *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, Lisboa, INCM, 1988, pp. 646-647. Veja-se também a bibliografia compulsada por Gabriel de Sousa, em «Beneditinos», *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, 2º Vol., Lisboa, Resistência, 1983, p. 395.

Pendorada, Freixo, Airões, Arouca e o prior de Paço de Sousa. Segundo J. Mattoso, o mosteiro deverá ter sido fundado já sob costumes monásticos cluniacenses e seguindo uma liturgia romana. Pela mesma época, na diocese de Coimbra, Cluny colhia também importantes simpatias, nomeadamente dos bispos francos que procuravam neutralizar a preponderância das liturgias moçárabes que existiam por toda a diocese, tendo significativos focos de resistência em mosteiros como Lorvão ou Vacariça e, porventura, em S. Jorge de Coimbra. A própria ambiência religiosa hispânica, moldada pela crescente importância das vias de peregrinação jacobea ou pelo apelo à cruzada que catapultava inúmeros soldados e/ou peregrinos para a Terra Santa (e em Coimbra colhem-se bastantes exemplos deste itinerário de peregrinação), caminhava no sentido da uniformização das religiosidades hispânicas, mais autonomistas, gradualmente substituídas por um discurso gregoriano e pró-romano.

Em Coimbra, a reforma gregoriana faz-se sob o báculo espiritual do patriarca beneditino. É o que sucede com a reforma de mosteiros como Lorvão ou Vacariça, com o próprio clero diocesano ou, até, com a própria entrega dos cuidados paroquiais, ou pelo menos em regime de capelania, de Stª Justa de Coimbra a monges de Cluny no início do século XII. A evolução da diocese de Coimbra parece coincidir, senão integrar, a evolução de dioceses vizinhas como Viseu ou Lamego².

A herança religiosa moçárabe da diocese mondegua, que era, significativamente, muito forte nesses séculos IX a XII, e a tradição mais urbana dos territórios meridionais vão impor sempre uma maior acentuação na pastoral diocesana, mais do que na monástica rural. As grandes renovações fazem-se

junto das cidades, nas suas periferias ou perto das vias de comunicação que as servem.

Historicamente, a própria beneditização monástica na diocese coimbrã revelou-se pouco durável no sentido em que os baluartes monásticos mais significativos que a encabeçaram, nascida a Centúria Ducentista, cedo se passam para o hábito cisterciense³. O único caso, em nosso entender, algo significativo de uma permanência beneditina na região sucederá com o mosteiro de Stª Maria de Semide, fundado cerca da segunda metade do século XII e ocupado por monjas de S. Bento já em 1183, sob o patrocínio dos Anaia, família inserida no patriciado coimbrão e integrada nas fileiras da clientela socio-militar de D. Afonso Henriques⁴.

A Reconquista que D. Afonso Henriques protagoniza parece mais simpatizante das Ordens religiosomilitares, das estruturas eclesiais diocesanas, dos mosteiros dos cônegos regantes fundados primordialmente em Coimbra (Stª Cruz e S. Jorge) e Lisboa (S. Vicente de Fora), cedo introduzidos em antigos claustros beneditinos das dioceses do Porto e Braga, ou dos cistercienses mais numerosos no centro do País, casos de S. João de Tarouca, Alcobaça, Lorvão, como que perfilhando e protagonizando a herança beneditina nestes espaços que o sistema monástico dos monges negros parecia incapaz de afirmar⁵. Aqueloutros, de facto, servem e adaptam-se aos interesses e às expectativas do novo poder monárquico português, em particular, e hispânico, em geral.

No entanto, os séculos XII e XIII foram de prosperidade para esta casa beneditina de Rendufe do Bico. A crise far-se-á sentir sobretudo depois do início de Trezentos, como refere José Mattoso.

Se os monges viam no poder senhorial e espiritual

² Como introdução à história da diocese coimbrã, com bibliografia seleccionada, veja-se o estudo de A. Brito Cardoso, *A Diocese de Coimbra*, Coimbra, Gráfica, 1995.

³ Maria Alegria Marques, «Inocência III e a Passagem do Mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister», *Revista Portuguesa de História*, Tomo XVIII, Coimbra, 1980, pp. 131-285; Eadem, «Evolução do monaquismo feminino, até ao século XIII, na região de Entre Douro e Tejo. Notas para uma investigação», separata de *A mulher na Sociedade Portuguesa (Actas do Colóquio)*, Coimbra, 1986.

⁴ Rui Cunha Martins, *Património, Parentesco e Poder (o Mosteiro de Semide do século XII ao século XV)*, Lisboa, Escher, 1992; Maria Teresa Osório de Melo, *O Mosteiro Beneditino de Santa Maria de Semide*, Coimbra, Minerva, 1992; Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, «Introdução», *Livro Santo de Santa Cruz – Cartulário do Séc. XII*, Coimbra, INIC, 1990, pp. 48-51.

⁵ Vd. Maur Cocheril, *Études sur le Monachisme en Espagne et au Portugal*, Lisboa-Paris, Bertrand e Les Belles Lettres, 1966, *passim*; Idem, *Routier des abbayes cisterciennes du Portugal*, Paris, Fund. Calouste Gulbenkian, 1976, *passim*.

dos arcebispos de Braga a ameaça, várias vezes renovada, do gládio da extinção da casa monástica e a sua transformação em colegiada, ou, de quando em vez, acções judiciais que acabavam na condenação de Rendufe ao pagamento de censos e direitos episcopais outrora não contestados, bom era, então, ter alguma protecção doutros senhores igualmente poderosos como o próprio rei. E se o poder dos monges do glorioso patriarca S. Bento nem sempre se afirmava vencedor, ao menos com o auxílio da família patronal sempre se ia conseguindo repor favores e, até, fazer retroceder decretos papais.

Não admira que Rendufe tenha tido entre os seus abades Afonso Martins, capelão de D. João I, que consegue o favor real para este mosteiro em 5 de Dezembro de 1389, estando o rei em Braga, onde tomou Rendufe em «guarda e encomenda»⁶. Guarda e encomenda contra excessos da família patronal ou de um neo-senhorialismo medieval português que singrava por entre fidalguia e alto-clero. O poder episcopal bracarense revelava-se centralizador e bem organizado nessa época. Três pesadas condenações de Rendufe obrigavam o mosteiro a pagar ao Cabido de Braga, em 1391, 43 morabitinos da moeda antiga pelo jantar, direito senhorial devido e exigido, ou, em 1393, o censo de quatro morabitinos velhos pelo exercício de acção paroquial em Santa Eufémia e em Santa Cruz, ermidas do couto monástico⁷.

Os tempos corriam desfavoráveis para a comunidade beneditina de Rendufe, a qual atingia, como vimos, os dez monges. A comunidade parece ter passado, então, por um período de pouco respeito pela Regra do santo abade fundador. Dos dez monges que possuía, dois andavam fora do claustro e outros estavam presos sob acusação de homicidas do próprio abade.

Com a morte do abade Fr. Afonso Martins, ao que se crê assassinado, desaparecia o principal elo de ligação desta casa ao muito apreciável poder protector do próprio monarca. Momentâneo enfraque-

cimento que o arcebispo de Braga aproveitou para obter do papa a redução da abadia a colegiada canonical. Em 10 de Julho de 1401, D. Martinho Afonso, arcebispo de Braga, conseguiu, de facto, que Bonifácio IX decretasse a supressão de Rendufe enquanto mosteiro, reduzindo-o a colegiada com um deão a presidir, cabido de quatro cônegos e capelão para cura das almas. Lembremos que uma pastoral mais moderna, para a época, favorecia a propalação de modelos de organização eclesiástica mais secularizantes como as colegiadas canonicais. Não era, o que se propunha para Rendufe, situação única no País de então, nomeadamente em terras de Entre Douro e Minho ou na Estremadura, onde, entre outros promotores, as próprias casas de Bragança e de Ourém procuravam estabelecer um poder eclesiástico colegial nas regiões de seu senhorio, mais secular no hábito e na acção. Lembremos, no sul, a institucionalização, na década de 1440, da colegiada de Nossa Senhora das Misericórdias de Ourém ou, não muito distante desse período, ao estabelecimento dos cônegos azuis em Vilar de Frades (c. Barcelos)⁸.

A notícia da extinção da clausura beneditina, decretada, como referimos em 10 de Julho de 1401, em Roma, não deve sequer ter chegado ao conhecimento da comunidade aqui residente. O destino do mosteiro definiu-se na cúria pontifícia. De facto, oito dias mais tarde, Bonifácio IX anulava esse decreto, alegando má informação sobre o assunto e anunciando a necessidade de prover em Rendufe novo abade. Para o cargo foi nomeado Mestre André Dias que, renunciando ao escapulário branco da profissão dominicana, tomou para si o hábito dos monges de S. Bento. Valeu a Mestre André Dias um bom pecúlio económico que lhe permitiu satisfazer as exigências financeiras que o arcebispo de Braga reclamava direito seu sobre Rendufe, bem como as despesas, seguramente muito onerosas, provocadas pela estadia em Roma do representante do arcebispo bracarense e pelo prejuízo sofrido com a anulação da bula de redução de Stº André de Rendufe a colegiada⁹.

⁶ J. Mattoso, *op. cit.*, p. 257, doc. 16.

⁷ J. Mattoso, *op. cit.*, p. 258, docs. 17 e 18.

⁸ Vd. A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Vol. 4 de *Nova História da Portugal* (dir. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques), Lisboa, Presença, 1985, pp. 379 et *passim*.

⁹ J. Mattoso, *op. cit.*, p. 265.

Em 1409, Mestre André Dias assume o solidéu episcopal de Ciudad Rodrigo, mantendo-se como comendatário de Rendufe. Inaugurava a época dos comendatários na história desta casa. Governos de comendatários ainda não muito esclarecidos, encontrando-se sobreposições de usufruidores do cargo (v. g., Rodrigo Dias, comendatário entre 1429 e ca. 1455, com D. Antão Martins de Chaves, comendatário até 1447), ou mesmo um período de abaciados conventuais cujas relações com senhores comendatários não é muito clara¹⁰.

3. As palavras há pouco enunciadas sobre a discreta participação dos beneditinos na Reconquista portuguesa, evidentemente, não significam que o seu papel histórico tivesse sido reduzido nesse contexto. Não podemos equacionar aqui a questão da matriz beneditina do monaquismo pleni-medieval hispânico, pois que não passaria de uma utopia que não se enquadra nos novos quadros institucionais eclesiástico-regulares que se afirmam com grande vitalidade desde o século XII. Vitalidade e prosperidade que os aguentará sem grandes percalços até ao triunfo dos comendatários em finais de Quatrocentos.

O caso de Stº André de Rendufe permite esclarecer um pouco mais, através do estudo de um caso, uma discreta ligação dos antigos mosteiros beneditinos ao processo meridional de Reconquista. O caso, se fosse alvo do nosso estudo, de Stª Maria de Semide, ao qual foi feita doação de uma herdade de Palácio Randulfo, às portas de Leiria, «que fuit de presuria» em 1175, pela família Anaia e confirmada por D. Teresa, filha de D. Afonso Henriques, por exemplo, permiti-lo-ia também¹¹.

De facto, devem ter sido as famílias patronais desses institutos monásticos que acabaram por lhes dar alguma expressão mais concreta nesse processo, acrescentando-lhe património e domínios dispersos por esse nóvel território português. Particularmente na Estremadura, dando ao conceito a sua dimensão mais remota.

Ao manusearmos a documentação do cartório de S. Bento de Santarém pudemos encontrar alguns documentos dos séculos XV e XVI oriundos do antigo arquivo de Rendufe, alusivos a certas propriedades deste mosteiro nas proximidades da cidade de Leiria. Cidade e região que são um exemplo histórico da integração na Reconquista das novas Ordens religiosas. Primeiramente os cônegos regantes de Stº Agostinho, depois os cistercienses. Quaisquer deles recorrendo ao serviço da clerezia diocesana, a um verdadeiro exército de clérigos raçoeiros sujeitos ao poder episcopal, posto que apresentados em igrejas e paróquias pela jurisdição senhorial-religiosa do Prior-mor de Stª Cruz de Coimbra ou do D. Abade de Alcobaça.

Estamos na Estremadura, em que os concelhos se apresentam como importantes núcleos de comando administrativo-institucional considerável e/ou densamente urbanizados, protagonizando uma economia comercial e para-industrial rica, integrada em circuitos de distribuição mercantil vastos e complexos, mormente marítimos. Concelhos cujo patriciado urbano suportava mal, senão mesmo proibia, a instalação de famílias nobiliárquicas no seu seio. Muitas das quais, aliás, tinham participado no processo da Reconquista e, por direito, haviam ficado com pingues propriedades nesses espaços de terras muito férteis e produtivas. Lembremos os casos mais significativos de Santarém, Lisboa, Coimbra ou Leiria.

Não era, certamente, a Leiria medieval ignorada dos senhores dons abades beneditinos. O papel histórico que a cidade desempenhou nos séculos XII e XIII, nomeadamente durante o reinado de D. Afonso III, que a elegeu como lugar de reunião de cortes (1254), conferia-lhe alguma notoriedade. Em cortes, os procuradores de Leiria sentavam-se no terceiro banco, lugar de prestígio e muito honroso. Centro urbano, cabeça de uma região onde o rei detinha extensíssimos reguengos e vastas matas (lembremos o Pinhal del Rei ou de Leiria...), Leiria conheceu a frequente presença da corte régia até finais do século XV¹².

¹⁰ J. Mattoso, *op. cit.*, pp. 246-247.

¹¹ ANTT – *Semide*, 2º Compart., Vol. 182, Mº 1, Nº 2. Vd. Saul Gomes, *Introdução à História do Castelo de Leiria*, Leiria, Câmara Municipal, 1995, pp. 219-220.

¹² Saul Gomes, *Introdução à História do Castelo...*, pp. 137-170.

Mas não será fundamentalmente por isso que Stº André de Rendufe abria no seu cartório um lugar para a documentação sobre Leiria. Fazia-o porque a sua história acabou por lhe oferecer alguns consideráveis bens na região. Bens que suscitaram o interesse dominial do Mosteiro por esta zona.

Na verdade, os documentos só existem a partir de 1379. Tudo parece começar com uma carta régia desse ano, pela qual D. Fernando resolve uma contenda sobre o pagamento dos direitos reais que lhe pertenciam nas moendas do concelho¹³. Entre eles estavam os moinhos do lugar da Carreira, hoje sede de freguesia, mas que, no século XIV, era um dos muitos povoados numa rede de itinerários da bacia hidrográfica do vale do Lis. Zona fortemente caracterizada por áreas lagunares e húmidas, paús cujo esforço de drenagem e de recuperação foi particularmente evidente nos reinados de D. Afonso III e de D. Dinis. Documentos crúzios e alcobacenses provam-no. Regularização de terrenos ribeirinhos, drenagem de pântanos, abertura de vias de circulação, construção de portos fluviais ou de pontes de passagem. Daqui o surgimento do lugar de Carreira, vizinho à ribeira de Agodim, perto da Ponte da Pedra, na proximidade da aldeia da Regueira das Pontes... Toponímia que invoca esse esforço colonizador de finais de Duzentos e de inícios do século XIV¹⁴.

Os diplomas fernandinos não enunciam, no entanto, o senhorio dessas moendas. Estranhava, por isso, encontrar essa documentação em Rendufe. Porque se tratava de bens que, mais tarde, viriam a pertencer ao património desse mosteiro? Ou, porque já o eram desde há muito? Documentos posteriores, de 1438, 1461 e 1505 esclarecem este ponto. Por eles,

torna-se claro o senhorio que o Mosteiro de Rendufe exercia sobre essas moendas, que tinham anexas significativas propriedades, nomeando-se, entre elas, diversas vinhas, um pomar, uma horta e algumas terras de cereal.

A história do Mosteiro, estabelecida por J. Mattoso, permite compreender algo mais este fenómeno cujas origens não se revelavam muito claras no tempo. A reconstituição que aquele historiador faz sobre a família patronal de Rendufe, a dos Vasconcelos, elucida-nos essas origens. Nesse quadro genealógico, encontramos entre os protectores de Stº André de Rendufe alguns nobres detentores de consideráveis domínios na região leiriense. O principal será João Soares Coelho, o Trovador, apaiado do rei D. Afonso III, e senhor de bens na cidade e termo de Leiria. Foi avô de João Coelho casado com D. Mor de Vasconcelos, falecida por volta de 1396, a qual instituiria, anos antes, uma importante capela em Stº André de Rendufe.

A reconstituição do cadastro das suas propriedades, em parte herdadas por sua filha Urraca Anes Coelho, sepultada em Alcobaça, indica-nos que esses bens se localizavam justamente na zona do Campo, perto de Ulmar (na micro-região onde se situa Carreira), bem como, e estes bem mais significativos, junto à cidade em Cortes, Barreira, Fontes, Reixida e também na zona dos Reguengos de Alpentende (com centro actual na sede da freguesia de Golpilheira, c. Batalha) e de Magueixa (hoje Reguengo do Fétal – Torre de Magueixa)¹⁵.

A recomposição da estrutura dominial da família de João Soares Coelho, o Trovador, na região, foi particularmente evidente em finais de Duzentos¹⁶. Sobre esse processo chegaram-nos vários docu-

¹³ ANTT – S. Bento de Santarém, Mº I, Pergaminhos, Nº I I.

¹⁴ Vd. José Mattoso, «A Cidade de Leiria na História Medieval de Portugal», *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Estampa, 1987, pp. 95-114; Pedro Barbosa, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central – Séc. XII a 1325*, Lisboa, INIC, 1992, pp. 165-189.

¹⁵ Oliveira Guimarães, *Documentos Inéditos dos Séculos XII-XV Relativos ao Mosteiro do Salvador de Souto*, Porto, Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, 1896, doc. 88, 23a, pp. 87-89; Luciano Coelho Cristino, «Presença Dominicana na Região de Leiria Antes de Santa Maria da Vitória (Séc. XIII-XIV)», *Actas do II Encontro Sobre História Dominicana*, Porto, Arquivo Histórico Dominicano Português, Vol. III, Tomo 2, 1986, pp. 81-94; Saul Gomes, «A Afirmção da Freguesia de Santa Margarida do Arrabal (Leiria) – Da Idade Média ao Século XVI», *Arrabal – Terra de Santa Margarida. Quatro Séculos de História*, Leiria, Comissão Coordenadora das Comemorações do IV Centenário da Freguesia do Arrabal, 1993, pp. 146-194; Rosa Marreiros, «A propriedade da Coroa na Região de Leiria ao Tempo de D. Dinis», *II Colóquio Sobre História de Leiria e da Sua Região*, Actas, I Volume, Leiria, Câmara Municipal, pp. 279-327.

¹⁶ Saul Gomes, «A Afirmção da Freguesia de Santa Margarida do Arrabal (Leiria) – Da Idade Média ao Século XVI», *cit.*,

mentos em cartórios monásticos como Alcobaça, Stª Cruz de Coimbra, Souto (Guimarães)¹⁷, ou mesmo mais distantes, como acontece com Rendufe e/ou S. Bento de Santarém. É possível que tenha sido na época ducentista que Stº André de Rendufe do Bico tenha visto crescer o seu património com estes bens dominiais em terras estremenhas.

O exame da documentação quinhentista de Rendufe (hoje, como escrevemos, em S. Bento de Santarém, na Torre do Tombo) e, particularmente a dos anos de 1574 a 1579, vem esclarecer ainda mais esta questão. Antes de mais, refira-se que as propriedades de Rendufe em Leiria se dividiam em dois núcleos, cada qual com diferentes enfiteutas. O primeiro era encabeçado pelos Moinhos da Carreira que, em 1579, era constituído por moendas de pão, lagar de azeite, pisão, terras e matos em redor, com foro estipulado, naquele ano, em 1500 reais anuais¹⁸. O segundo núcleo era constituído por um número mais vasto de terras na zona de Cortes-Barreira-Reguengo do Fétal – Batalha, onde não faltavam também moendas de cereal no sítio de Fontes (fregª de Cortes), ascendendo o seu foro a 900 reais ano por aquela época¹⁹.

O núcleo encabeçado nos Moinhos da Carreira é o mais documentado, particularmente para o século XV. Conhecem-se sobre ele uma carta de quitação do pagamento das rendas e ainda as cartas de novo emprazamento ou de nomeação de segunda e terceiras vidas. As propriedades da Carreira eram trazidas por Lucas Eanes, escudeiro régio, e importante elemento da oligarquia concelhia local, em 1438. Chega a aparecer como indivíduo promotor da

construção de moinhos de papel junto do rio Lis²⁰. Mas em 1461 eram já explorados por outros rendeiros, a saber, Pero Vicente, escudeiro, e sua mulher Mor Pires. Tendo eles trespassado o contrato para Luís Pestana por essa altura. Em 1505, trazia-o já a terceira vida prevista no contrato, representada por Isabel Fernandes, a Pestana, posto que, de facto, a sua exploração viesse a ser garantida por sua irmã Jenebra Fernandes, que havia conseguido garantias para essa situação de excepção do abade de Rendufe, D. Gonçalo de Barros, que se indispusera contra a legítima enfiteuta («... ho abade gonçalo de bayrros abade do ditõ mosteyro houvera menentorja de jsabell fernandes a pestana sua irmãa della dita jeneura fernandez (...) o quall jurara de lhe nom dar do dictõ moyinho e terras»). Em 1514, no entanto, o prazo é dado a um nobre e importante fidalgo, D. Henrique da Silva, em três vidas, posto que ainda não houvesse casado, mas tempo chegaria, revela o documento, em que ele «apartando-se de casar» poderia nomear a segunda vida no foro.

No último quartel do século XVI, no entanto, a administração destes domínios beneficia de um renovado empenho por parte dos abades conventuais de Rendufe. Melhor administração que pressunha um conhecimento tão exacto quanto possível desses bens, das suas áreas, das suas capacidades e disponibilidades produtivas.

Esta clarificação do cadastro dominial de Rendufe nesta região meridional deve inserir-se no rol das consequências desencadeadas pelo processo reformador do mosteiro promovido sobretudo após a morte do seu último abade comendatário, em 1567.

pp. 151-152; José Mattoso, «A cidade de Leiria na História Medieval de Portugal», *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Estampa, 1987, pp. 106-108; Idem, «Os Nobres nas Cidades Medievais Portuguesas», *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, INCM, 1985, pp. 273-291.

¹⁷ Oliveira Guimarães, *op. cit.*, pp. 87-89.

¹⁸ ANTT – S. Bento de Santarém, Mº I, doc. não numerado; cota antiga: «Nº 273».

¹⁹ Id., *ibidem*, Mº I, cota antiga: «Nº 270.»

²⁰ Lucas Eanes, escudeiro e vassalo régio, foi casado com Catarina Dias. Foi criado de D. João I, sendo confirmado por juiz dos órfãos de Leiria e juiz das sisas da vila e seu termo por cartas régias de 6 e 7.XII.1433 e 16 e 18.VI.1439 (ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, Livro 18, fls. 35 e 107vº). Afirmando-se na Leiria medieval como um dos mais significativos rendeiros de moinhos de pão e de engenhos de burel, pertencentes ao Mosteiro de Alcobaça, existentes nesta cidade, já na década de 1430. (ANTT – Mosteiro de Alcobaça, Livro 15, fl. 22vº; Livº 135, fls. 93-94). Foi também, na década de 1440, escrivão das sisas e dízima do pescado da Pederneira, monteiro-mor das matas da comarca de Leiria, Pederneira e Porto de Mós, bem como juiz das sisas dos judeus leirienses. Deixamos para outro estudo o agenciamento de outras informações sobre a biografia deste importante leiriense quatrocentista.

Pouco depois, mais precisamente em 1575, entreve-mos a vinda a Leiria do abade Fr. Plácido de Vilalobos, onde se encontrava no final de Janeiro. A 27 desses mesmos mês e ano, Fr. Plácido de Vilalobos organizou uma visita a todas as propriedades de Rendufe na região alto-estremenha. Eleitos louva-dos e medidores, procedeu-se ao tombamento dos prédios rústicos com medições exaustivas e anotadas pelo próprio D. Abade. Propriedades aforadas, na altura, a Mateus Nunes. Enuncia-se, agora, um cadastro com dezasseis prédios rurais e dois para-industriais. Três dessas propriedades haviam sido «sonegadas» anunciando-se, ainda em 1579, a inten-ção de as recuperar litigiosamente. Das que resta-vam, quinze foram entregues aos cuidados do sucessor do enfiteuta Mateus Nunez de Lamim, que as trazia bem amanhadas.

O Mosteiro contava neste cadastro maioritaria-mente com terras (doze referências), por vezes associadas a matos e pinheiros. No último quartel de Quinhentos, Stº André de Rendufe contava ainda com um pinhal, e um olival e castanhal nos arredores da cidade, bem como numerosas oliveiras e enxertos de azambujeiro, em número superior a cem pés²¹. Terras lameiras, vizinhas de estradas e caminhos públicos, confinando uma só vez com vinhas. Junto à Batalha, no entanto, o Mosteiro pos-sua uma vinha, a única que se arrola como unidade de conta individual. Além das propriedades agríco-las de cultivo e sementeira, o Mosteiro trazia os já referidos Moinhos da Carreira, em 1514, como vimos, aforados a D. Henrique da Silva, fidalgo da casa del-rei, por 250 reais²². Em 1575, fala-se já na azenha da Carreira, aforada a Gonçalo Correia [Barba Alardo], decerto da família dos alcaides-mores da cidade do Lis²³, mantendo-se inalterado o foro²⁴.

Estas propriedades fugiam à norma regional, no que tocava às suas áreas. De facto, a medição delas efec-tuada em 1575 permite reconstituir as suas áreas médias. As terras de Rendufe, em Leiria, ultrapassa-vam largamente as dimensões mais comuns das lei-ras que constituíam vulgarmente a propriedade de gente vilã e, até, as de outros institutos monásticos localmente representados. Estas na ordem dos 90% não chegavam a atingir um hectare de área²⁵. Na zona de Cortes-Reixida, Rendufe possuía terras com áreas muito consideráveis, encontrando-se exemplos de propriedades com 8,2, 4,2 e 7,8 hecta-res. Assim acontecia com os bens da Rodriga e das Trutas. Terras com 1,6, 0,5 e 0,4 hectares encontra-vam-se também na zona de Reixida-Fontes-Capelas (fregª Cortes). Próximo destas, no lugar de A-de-joão de Leiria, em monte, uma mata alcançava os 2,94 hectares. Índice próximo do do pinhal da Fonte da Louçã com os seus 2,35 hectares. Outras terras de cultivo em Paialva, Outeiro do Gaio e Macieiras, também na área da actual freguesia de Cortes, tinham áreas próximas dos 1,9, 2 ou somente 0,2 hectares. Nas proximidades da Batalha, a proprie-dade do Crasto era uma verdadeira quinta com os seus cerca de 20 hectares. Depois, muito mais pequenas, a vinha do Arieiro (Batalha) com 0,05 hectares ou o olival de Rego Travesso (Leiria) com 3,8 ha e, com ele, um castanhal com 2,9 hectares²⁶. Situação em zonas privilegiadas, próximas dos prin-cipais rios (Lis e Lena), que se sabe terem sido de altas e muito altas produtividades, mesmo para os termos europeus da época. Nas imediações do rio Lena a proporção produtiva podia alcançar as 14 e mais sementes por unidade, índices, de facto, muito apetecíveis para qualquer lavrador ou senhorio²⁷. Áreas de propriedades rurais muito consideráveis na região estremenha, definida, como acentuámos

²¹ Id., *ibidem*, Mº I, Doc. em papel c/ nº antigo «23.»

²² ANTT – S. Bento de Santarém, Mº 4, Doc. em papel não numerado.

²³ Saul Gomes, *Introdução à História do Castelo...*, pp. 243-244.

²⁴ Id., *ibidem*, Mº I, Doc. em papel não numerado.

²⁵ Saul Gomes, «A Propriedade do Hospital de Stª Maria da Vitória (Batalha) no Séc. XV», *Revista Portuguesa de História*, T. XXVII, Coimbra, 1992, pp.43-62; Idem, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XV*, Coimbra, Instituto de História da Arte, 1990, pp. 465 e segs..

²⁶ ANTT – S. Bento de Santarém, Mº I, Doc. c/ cota antiga: « 23.»

²⁷ Vd. Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça nos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1989, pp. 239-244.

pelo minifundismo agrário. Mas não menos significativas no património de Rendufe que conhecia bem as igualmente reduzidas áreas de quintãs e casais do Entre Homem e Cávado, onde a partilha da propriedade trazia as marcas das muitas gerações de heróis, apresentando-se com áreas igualmente pequenas e de grande dispersão territorial. Não admira, assim sendo, que o mosteiro minhoto mantivesse as propriedades da distante Estremadura, que constituíam um bom e significativo rendimento de base agrária.

Em 1575, Fr. Plácido de Vilalobos, abade, com a anuência da comunidade monástica (representada em capítulo por Fr. Miguel da Fonseca, prior, Fr. João da Bidoeira, Fr. Manuel de Coimbra, Fr. António da Alva, Fr. Diogo Varela, Fr. Bento do Rio Douro, Fr. Gonçalo de Rendufe e Fr. Bento dos Reis), reformulou a pensão a pagar pelo enfiteuta. Agradado com o trabalho de Mateus Nunes de Lamim, renova-lhe em três vidas o contrato, estabelecendo-lhe o foro de 900 reais por ano na primeira vida, subindo para 1000 reais nas duas restantes²⁸. Quatro anos depois, outro abade de Rendufe, Fr. Cosme de Mendanha, deslocava-se a Leiria a fim de contratar a renovação do prazo sobre os Moinhos da Carreira. Apresentava procuração concedendo plenos poderes dados pelo Cabido monástico em 8 de Junho desse ano, sendo indicados, entre os seus participantes, os nomes de Fr. André do Rio Douro, prior, Fr. Gonçalo de Rendufe, Fr. Bento do Rio Douro, Fr. Luís do Espírito Santo, Fr. Mauro da Trindade, Fr. António de S. Bento, Fr. Anselmo, Fr. Basílio Coelho, Fr. Pedro, Fr. Paulo, Fr. João da Conceição e Fr. Damião de Mendanha, um elenco bastante ampliado e renovado face ao que estávamos habituados²⁹. Isto parece vir provar a efectiva política religiosa de reforma observante moderna que a Congregação ia conseguindo impor aos seus mosteiros.

4. Recordemos que estas terras de Stº André de Rendufe na Estremadura se localizavam, na verdade, nos sítios onde se detecta, já em Duzentos, o cadastro fundiário da casa de D. João Soares Coelho, depois herdado parcelarmente pelos Vasconcelos. A família dos Vasconcelos, patrona de Rendufe, surge na documentação leiriense especialmente nos séculos XIV e XV. Deveria ser muito considerável a quinta que Gonçalo Mendes de Vasconcelos possuía na Várzea, junto à vila da Batalha, em 1397³⁰. Este nobre desempenhou cargos da maior confiança dos reis D. Fernando e D. João, sendo alcaide-mor de Coimbra já em 1373. Na região coimbrã, aliás, Gonçalo Mendes de Vasconcelos detinha um património fundiário vasto e muito apreciável, pertencendo-lhe o senhorio total ou parcelar sobre lugares e vilas como Pereira, Lousã, Cantanhede e Portunhos³¹. Em Leiria encontramos, também, Rui Mendes de Vasconcelos, sobrinho de D. Mor de Vasconcelos que vimos já a instituir uma capela em Rendufe pelos anos de 1396. D. Afonso V doar-lhe-ia, em 1474, alguns moinhos situados junto do rio Lis, às portas da cidade, confirmando-lhe esta doação o rei D. João II, em 1489 e, mais tarde, o próprio rei D. Manuel. Assinale-se, ainda, que em 1485 Rui Mendes de Vasconcelos obteve privilégios para João Leitão, seu escudeiro residente na cidade³².

5. Falámos das propriedades e dos homens. Fixemo-nos nestes, procurando os testemunhos da sua existência concreta, seguindo os seus passos e itinerários, sabido como é que os abades e patronos de Stº André de Rendufe demandaram algumas vezes terras leirienses. Antes de tudo porque a cidade do Lis era, como vimos, zona onde o mosteiro possuía bens dominiais cuja administração procurou não descuidar. Mas, nos tempos mais

²⁸ Id., *ibidem*, Mº I, não numerado; cota antiga: «Nº 270.»

²⁹ Id., *ibidem*, Mº I, nº antigo: «Nº 273.»

³⁰ Id., *Mosteiro da Batalha*, Livro 4, Doc. 103.

³¹ ANTT – *Chancelaria de D. Fernando*, Livro 1, fls. 46vº, 128vº; Livro 2, fl. 30vº; Livro 3, fl. 37vº; Id., *Chancelaria de D. João I*, Livro 1, fls. 35, 64, 126vº; Livro 2, fl. 16; Idem, *Stº Cruz de Coimbra*, Livro 42, fl. 82; Id., *Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, Mº 3, Doc. 120; Id., *ibidem*, Mº 12, Doc. 572. (Estas referências documentais foram-me comunicadas pela Srª Profª Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, a quem muito agradeço).

³² ANTT – *Chancelaria de D. João II*, Livro 4, fl. 109vº; Id., *Chancelaria de D. Manuel I*, Livro 43, fls. 12-13; Id., *Estremadura*, Livro 2, fls. 9-10vº.

recuados, particularmente nos tempos medievais, a cidade oferecia também boas condições de estadia aos viajantes oriundos de Lisboa ou de Santarém ou mesmo do norte. Quando a família real estanciava em Leiria³³, decerto, não se estranharia ver recém-chegados à cidade que procuravam simplesmente um acesso à corte régia, como seria o caso dos procuradores de Stº André de Rendufe, que sabiam ser junto da corte régia que se obtinham confirmações de direitos e jurisdições, se alcançavam ou renovavam privilégios e isenções, se garantiam influências e se accionavam poderes protectores decisivos para a vida institucional de um mosteiro que atravessava, ao longo da baixa Idade Média, um dos períodos de maior crise da sua história.

Encontramos, por exemplo, D. Gonçalo de Barros, abade do mosteiro de Rendufe, e mais companha, instalados na estalagem que o mosteiro de Stª Clara de Coimbra possuía na Praça de Leiria em 7 de Novembro de 1481, seguramente no contexto da sua participação nas exéquias régias que se realizariam, por essa altura, no mosteiro de Santa Maria da Vitória³⁴. Lembremos aqui que D. Gonçalo Barros aparece também como abade comendatário de Rendufe nos anos de 1503 a 1506³⁵.

A Leiria se deslocou como procurador deste mosteiro beneditino de Entre Homem de Cádayo, o senhor prior Fr. Estêvão Peres que se apresenta como «procurador de rruy djas dayam de bragãa governador do Mosteiro de rrandufe do byquo» em 17 de Fevereiro de 1438, dirigindo-se à «casa das ssysas» reais na vila, dentro da qual publicaria perante notário local a procuração com que o cabido monástico o munira. Cabido que fora realizado em 2 de Fevereiro desse ano, estando presentes: «dom Steuam prior do Mosteiro (...) E frey Rodrigo o moço E ffrey Rodrigo o uelho E fernam gill monje do dicto Mosteiro E gill stevez procurador de rruy djas dayam de bragaa E menjstrador do dyto Mosteiro todos Juntamente em cabydoo aly chamados per canpãa tamjuda Segundo costume»

nomeando «todos juntamente» que o «fezemos E ordenamos Estabeleçemos por nosso çerto procurador lydemo E auondosso E ssofizjente em todo como elle melhor E majs compridamente pode e deue sseer como de directo majs valler o djcto frey Stevam perez nosso parçeiro E companham». Entre as testemunhas do acto estavam Afonso de Lanhoso, Gil Manso, Vasco Martins da Torre e Afonso Lourenço Bechas. Feita a publicação, procede-se à estipulação contratual de novo prazo pelo qual Lucas Eanes, escudeiro e criado del-rei, e a sua mulher, Catarina Dias, aforavam «huns moy-nhos do djcto Mosteiro que jazem na augoa d agodym a que chamam os moynhos da carreira que sam no termo da djcta vylla que jazem açerca do camjnho da vylla pera rrigueira de pontes com todo sseu assentamento.scilicet. herdades E cassas vynhas E pomar E orta». Como foro estipulava-se 200 reais brancos por cada biénio, a serem pagos por Domingo de Páscoa de Ressurreição³⁶.

É possível que a deslocação do prior de Rendufe a Leiria não tenha sido mera coincidência, relacionando-se antes com o facto de na vila, por essa mesma altura, estarem a decorrer cortes. De facto, essa vinda a Leiria verificou-se justamente quando D. Duarte se encontrava aqui, realizando cortes desde 25 de Janeiro e, pelo menos, ainda em 6 de Fevereiro³⁷.

Vinte e três anos mais tarde, em 23 de Novembro de 1461, «Em a ujlla de leirea na praça de sam martjnho», estava um «crelgo que sse chamaua Joham diaz abade de carualheira procurador que sse dizia do moesteiro de Rendufe do bico do Julgado dantre homem E cadauo segundo logo hy ffez çerto per huã procuraçam escrita Em papell». Ao cabido conventual de eleição de procurador estiveram presentes o administrador comendatário, o prior claustral e quatro clérigos raçoeiros do «dicto mõeiteiro.» Enunciamos João Gomes, arce-diago e «mjnjstrador perpetou do dito moesteiro de Randuffe E ffrey Rodrigo prioll cresteiro do dito

³³ Vide Saul Gomes, *Introdução à História do Castela...*, pp. 137-170.

³⁴ ANTT – Stª Clara de Coimbra, Cx. 5, doc. não numerado; Saul Gomes, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória...*, pp. 344-349.

³⁵ J. Mattoso, «O Mosteiro de Rendufe...», p. 247.

³⁶ ANTT – S. Bento de Santarém, Mº I, Pergaminhos, Nº 11.

³⁷ Vd. Armino de Sousa, *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, Vol. I, Porto, INIC, 1990, pp. 349-350.

moesteiro E com elles Rodrigo annes abade de carazedo E Joham diaz abade de carualheira E lopo çequeira creligos Raçoejros do dicto mōesteiro». Clérigos testemunhas dos seus próprios actos e decisões, a que se juntou apenas mais um elemento por testemunha pública, de seu nome Afonso Vassques, mordomo, porventura do próprio mosteiro³⁸. Em Leiria, o procurador de Rendufe declarou ter recebido as pensões devidas dos enfiteutas Pero Vicente e sua mulher, Mor Pires, relativas a «anos e tempos pasados» em que «teuerom E troxerom huum mojnho E herdades que o dito mosteiro tem Junto com Esta villa na Ribeira d agudim que sse chama mojnho da carareira (sic) Ataa ho anno E tenpo que Elle o dito Mojnho tresmudaram Em lujs pestana», que de tudo «era muito bem entregue e pago», pelo que lhes dava quitação.

Rendas e pensões de há anos, mesmo de um tempo anterior ao novo enfiteuta daqueles bens que o Mosteiro tão persistentemente mantinha na distante cidade estremenha. Distância que impunha dificuldades na cobrança das rendas, pagas com

atraso... Que cumpria a Rendufe resolver e acautelar mediante contratos mais explícitos neste ponto. Definiam os emprazamentos o como e o quando dos pagamentos, mas omitiam o local, situação pouco corrente na escrita notarial dos prazos monásticos, pressupondo-se, pelo silêncio, que o mosteiro se encarregaria *ad casum* de resolver o problema. Os pagamentos bienais já enunciavam esta dificuldade...

Dificuldade que não obstava ao real interesse que Rendufe revelava por tão distantes propriedades, posto que boas, posto que com pensões aparentemente não muito elevadas. Os proventos, certamente, justificavam as despesas e a própria acção reformadora que a Ordem atravessava desde meados de Quinhentos, com uma surpreendente capacidade expansionista por territórios meridionais, acabava por justificar uma recomposição desses cadastros fundiários dos velhos mosteiros minhotos em favor das jovens comunidades que se inauguravam promissoramente em cidades como Coimbra, Santarém ou Lisboa.

³⁸ ANTT – S. Bento de Santarém, Mº I, Pergaminhos, Nº 4.

6. Apêndice Documental³⁹.

Doc. I

1367, Maio, 9, Santarém – Carta régia de nomeação de Martim Afonso, que fora criado de D. Pedro I, para o ofício de porteiro do almoxarifado de Leiria. Documento inserido em instrumento de publicação de sentença régia datado de Leiria, aos 4 de Setembro de 1379.

ANTT – *Mosteiro de S. Bento de Santarém*, M^o I, Pergaminhos, N^o 32.

Dom fernando pela graça de deus Rey de portugal e Algarue A uos / Afonsse estevez Almoxarife E Ao meu escriuam de leireia, E Aos que depos uos hj veerem ssaude ssabede que Eu querendo fazer graça e merçee A Martim afonso / Criado que foj d El Rey meu padre A que deus perdoem portador desta carta dou uo lo por meu portejro dese almoxarifado pela guisa que ora hj Era Gonçalo estevez / o qual jurou Aos Auangelhos que nom Era hordjnhado de nenhuãs hordeens E que bem e djreitamente sse sserua no dicto ofício E que Aguarde A mjm meu / directo, E Ao poboo e a uos o seu por que uos Mando que lhe dedes cada dja tal mantijmento des o dja que me hj começar de sserujr no dicto ofício em deante / enquanto me hj sserujr qual por a dicta Razom Auja o dicto Gonçalo estevez Ao qual Martim affonso Eu Mando que costringa e penhore e venda e rremate / A todolos meus diuydores que hj nos meus contos e per uos forem dados em ljuos e em Rões o moujl Ante Apregoado per noue djas E A Rãjz per tres / noue sse o moujl nom auondar Segundo he conthudo na mjnha hordjnhaçom E Mando Aos tabeljãaes das terras hu essas vendas ffezer que / ffaçam as cartas das vendas E As justiças que ponham em elas os Seelos dos Conçelhos e lhes ajudem a ffazer sse mester ffor e Mando / e defendo Ao meu portejro sso pea do corpo que nom Reçeba nenhuns dinheiros desses deujdores que os de todos A uos almoxarife / presente o meu escriuam desse almoxarifado E uos Reçebede os e dade estormentos de pago a cada hum desses deujdores da contia que / delles Reçeberdes per seu costringimento E Mando a uos escriuam que asy o escreuades em vosso ljuo E que outrosj escreua nos dictos ljuos e rrões / que lhe asj forem dados quanto cada hum deujdor pagar dessa diujda no logar hu Andar por deujdor E Mando e deffendo Ao / dicto meu portejro so a dicta pena que nom faça obra nenhuma per esta carta Ataa que a mostre em Conçelho perante os jujzes dessa vja e dos / outros logares hu ffezer esas vendas rrematações Aos quaes Eeu Mando que a façam Leer e pubricar per hum tabeljom E que faça A/pregoar que nenhum meu d[e]ujdor nom faça pago desso que A mjm deuer Ao dicto portejro Majs que a faça A uos almoxarife e presente uos / escriuam E de como for pubricada esta carta e ffor dado o dicto pregom Asj o escreua esso tabeljom nas costas desta carta, E Mando e defendo / que nom seia nenhum tam ousado que vaa contra o dicto Meu portejro nem contra as penhoras e costringimentos e vendas e outras cousas / que el fezer que forem do meu sserujço sso pena dos corpos e dos Aueres E uos escriuam Asj o escreuede em voso ljuo e Registade esta / carta em elVmde al nom façades e o dicto Martim affonso tenha esta carta,

Dada em Sanctarem noue djas de Majo El Rey o Mando per joham / gonçalvez e aluaro pãaez seus Vassalos Vjçente lourenço a fez Era de mjl e quatroçentos e Cjnque Anos, [...].//

³⁹ Principais critérios de transcrição dos documentos:

- 1) Transcrição do documento em linha contínua, separando as linhas por traço oblíquo (/) e os fólhos por traços oblíquos duplos (//), anotando, de seguida, o número do fólho ou coluna entre parênteses rectos.
- 2) Respeito pela ortografia do texto original, mantendo maiúsculas e minúsculas, pontuação original, etc., mas separando as palavras indevidamente unidas no original e reunindo as sílabas ou letras duma mesma palavra que se encontrassem separadas.

Doc. 2

1379, Julho, 2, Santarém – Sentença régia condenatória de Martim Peres, morador nos Moinhos da Carreira (c. Leiria), o qual arrematara, em conjunto com João Gonçalves da Ponte, rendeiro principal, os direitos régios nos moinhos da vila e termo, especificamente os da Carreira, Marinha, Carpalhosa e Agodim, no ano de 1376, por 470 libras. O Rei determina que a quantia em dívida fosse cobrada nos bens de Martim Peres. Carta inserida em pública-forma de 2 de Agosto de 1379, Leiria e no auto de posse dos bens penhorados a Martim Peres de 5 de Setembro de 1379, Moinhos da Carreira (c. Leiria).

ANTT – Mosteiro de S. Bento de Santarém, M^o I, Pergaminhos, N^o 32.

E[m] Nome de deus Amen. Sabham todos que perante lourençe anes Almoxarife dEl Rey em Leyrea sseendo na praça de ssam Martinho estando / de presente Martim [Afonso] ssilicet. porteyro do dicto Senhor Rey no Almoxarifado da dicta vjla Em prezença de mjm Joham martjnz tabelljom do dicto Senhor Rey / em esta e testemunhas Adeante escriptas Pareçeo joham gonçalvez morador em a dicta vjla E Amostrou huã carta do dicto Senhor Rej / escripta em purgamyinho Aberta, e Seelado [sic] nas costas do Seello Redondo do dicto ssenhor Rej Segundo em ella pareçia da qual / o tehor tal he,,

Dom ffernando pela graça de deus Rey de portugal e do Algarue A uos Almoxarife E Ao nosso escriptuam de Leyrea e / Aas outras nosas justiças que esta carta virdes ssaude ssabede que demanda Era perante nos Antre Joham gonçalvez da ponte morador em / esse logo Autor da huã parte, E Martim perez do Mojnho da Carrejra termho dese logo Reeo per sy da outra, dizendo o dicto joham gonçalviz / em ssua petiçom contra o dicto Martim perez que no Ano da Era de mjl e quatroçentos e Catorze Anos no mes de Majo lourenço domjnguez jenrro do / mamom morador em esse logo, por çerta contia na Aueença dos mojnhos nosos desa vjla e sseu termho no direito que nos deles aue/mos d auer por o dicto Ano Segundo sohja d andar em Renda com çertas condjções E que correndo o dicto lourenço dominguez a dicta Renda que o dicto / Martim perez chegara A ele e lhe disera que lhe ARendase por o dicto Ano o dicto Mojnho da Carrejra que Era seu E outrosj os mojnhos / da Marinha e da carpalhosa e d agodim E que sse Aueerom por quatroçentos e ssateenta libras por o dicto Ano E que obrigara A pagar as / dictas quatroçentas e ssateenta libras pela guisa que o dicto lourenço domjnguez Era obrigado, A nos, E que depojs no dicto Ano veera A poer / majs na dicta Renda em ssaluo A nos Lourençe anes tinhoso e Christouam mergulho huã contia çerta, E diz que poendo Asj as Sobredictas / [n]a dicta Renda Abraao frayre e Johanne anes trosquiado que entam Eram Rendejros do Almoxarife dese logo e Começarom de correr / [a dicta] Renda, E que em correndo o que o dicto Martim perez Rendoa a eles e ouue a dicta Renda pela guisa que a tynha Rendada do dicto / [l]ourenço domynguez E teendo asy a dicta Renda diz que ele dicto Joham gonçalvez pos depojs Sobre a dicta Renda Aalem do lanço do dicto / Christouam mergulhom e lourençe anes Majs pera nos huã contia çerta pela qual Razom lhe foj Rematada, pelo dicto Abrãao frayre e Johanne anes / [...] do come Rendejros prinçipaaes dese Almoxarifado

3) Desenvolvemos as abreviaturas, mas mantemos a forma dos numerais.

4) Colocamos entre parênteses rectos de tudo o que tenha sido interpretado ou acrescentado ao texto original e a palavra [sic] a seguir aos erros do próprio texto.

5) Assinalam-se as partes ilegíveis do original por [...].

6) Colocou-se entre < > palavras ou letras sobrescritas ou entrelinhadas.

7) Remete-se para nota de rodapé todas as indicações que ajudem à leitura do documento.

8) As dúvidas de leitura assinalam-se por (?).

Quanto a critérios de edição, optou-se por fazer sumários concisos dos teores documentais, introduzidos por data crónica (ano, mês e dia) e tópica (local). Depois, assinala-se a cota documental.

E que sseendo lhe Asy Rematada como dicto he, que o dicto Martim perez Rendara / [...] os dictos Moynhos E lhe ficarom Rematados pela guisa que os el ja tijnha do dicto Lourenço domjnguez poendo em essa / [...] da majs vynte libras E sseendo lhe Rematada por quatroçentos e noueenta libras pela qual Razom dizya que o dicto Martim / [perez...] ouue e Reçeebo a dicta Renda dos dictos Moynhos d agodjm e da carpalhosa e da marinha o dicto Ano E se obrigara A / [...] Ao tempo que Auja de pagar o dicto Joham gonçalvez e Era tehudo, E que no tempo que a dicta Renda Ao dicto Martim perez e A el dicto / [...] Joham] gonçalvez foj Rematada que Era Almoxarife em esse logo Affonsse anes o qual sahjo do dicto ofício e he o ora lourenço anes / [...] costringem el dicto Joham gonçalvez come Rendejro principal que lhe de e page as dictas quatroçentas e noueenta libras poys / A el a dicta Renda foj toda Rema[ta]da, E que lhe quer por elo vender e Rematar sseus beens porque o dicto Martim perez nom ffezera / del paga, Ao tempo que deuia E pedja contra o dicto Martim perez que lhe dese e pagasse as dictas quatroçentas e noueenta libras / pera as dar A nos em pago da dicta Renda ou que o faça quite e ljure do dicto almoxarife ssegundo em sua petiçom¹ Majs compri/damente Era conteudo,

A qual per nos foj julgada que tragia direito E foj contestada pelo dicto Martim perez dela per confissom e dela per negaçom dizendo / que teuera Rendados os dictos moynhos o dicto Ano, conteudo em a dicta petiçom E que Correo a Reçeeber a dicta Renda, delles esse Ano, Mays / que lhe nom foram Rendados majs que por quatroçentos e ssateenta libras E que as vynte libras majs que as negaua, Segundo em sseu dizer / majs compridamente Era conteudo pela qual Razom fazemos pergunta A joham perez procurador do dicto Joham gonçalviz me queria mays prouar / que o que Era confessado pelo dicto Martim perez E el dise que nom e Porem julgamos que o dicto joham gonçalviz pela confissom do dicto Martim perez / prouaua que o dicto Martim perez lhe Era obrigado em as dictas quatroçentas e ssateenta libras e majs nom E dando a defenjtiua per Sentença / presente o dicto procurador do dicto joham gonçalvez E Aa Reuelja do dicto Martim perez Julgamos que o dicto Martim perez de e page Ao dicto Joham gonçalvez / pera nos as dictas quatroçentas e ssateenta libras ou as page e de A uos pera as poerdes Ao dicto Joham gonçalviz em pago da dicta rrenda / E condapnamos o dicto Martim perez nas Custas direitos porem uos Mandamos que façades comprar E Aguardar o dicto noso Juyzo como / per nos he Julgado E fazede logo vender tantos dos beens moujs Ante Apregoados per noue djas do dicto Martim periz per / que o dicto Joham gonçalvez Aja treze libras e huum soldos em que o nos condapnamos d hjda e vynda e estada e escripturas As quaes foram / contadas ssingelas presente o procurador do dicto Joham gonçalvez E Aa Reuelja do dicto Martim perez per Gonçalo gonçalvez nosso contador delas / A que as nos Mandamos contar E sse o moujl nom Auondar vendede lhj a Rajz como Manda A nosa hordinaçom

VmdeAl nom ffaçades / dante em Sanctarem dous djas de Julho El Rey ho mandou per Gomez martjnz bacha-ler em leix sseu vassallo e veedor da ssua fazenda / Steuam pãaez ha fez Era de mjl e quatroçentos e dez e ssete Anos.

[...]. //

¹ Riscou uma vez a palavra: «petiçom.»

Doc. 3

1379, Setembro, 4, Leiria – Publicação da carta de sentença régia, datada de Santarém, aos 2 de Julho de 1379, condenatória de Martim Peres, sub-rendeiro, pelas rendas insolventes do ano de 1376, relativas aos direitos régios nos moinhos de Carreira, Marinha, Carpalhosa e Agodim, no valor de 470 libras. Os direitos régios sobre as moendas de Leiria haviam sido arrematados globalmente por Bartolomeu Peres, sendo ele agora citado pelo almoxarife de Leiria para que satisfizesse a dívida de 470 libras relativa aos moinhos acima especificados, os quais haviam ficado parcelarmente ao encargo de Martim Peres, morador nos Moinhos da Carreira (c. Leiria). Estando este insolvente, o Rei determina que lhe seja penhorada a sua fazenda a fim de se ressarcir a dívida contraída.

Insere, ainda: a) o auto de publicação da sentença régia, feito em Leiria, aos 2 de Agosto de 1379; b) carta régia de nomeação de Martim Afonso, criado que fora del-rei D. Pedro I, para o ofício de porteiro do almoxarifado de Leiria, datada de Santarém, a 9 de Maio de 1367; c) auto de posse dos moinhos da Carreira, propriedade penhorada a Martim Peres, em 5 de Setembro de 1379.

ANTT – Mosteiro de S. Bento de Santarém, M^o I, Pergaminhos, N^o 32.

E[m] Nome de deus Amen. Sabham todos que perante lourençe anes Almoxarife dEl Rey em Leyrea sseendo na praça de ssam Martinho estando / de presente Martim [Afonso] ssilicet. porteyro do dicto Senhor Rey no Almoxarifado da dicta vjla Em prezença de mjm Joham martjnz tabelljom do dicto Senhor Rey / em esta e testemunhas Adeante escriptas Pareçeo joham gonçalvez morador em a dicta vjla E Amostrou huã carta do dicto Senhor Rej / escripta em purgamyinho Aberta, e Seelado [sic] nas costas do Seello Redondo do dicto ssenhor Rej Segundo em ella parecia da qual / o tehor tal he,,

Dom ffernando pela graça de deus Rey de portugal e do Algarue A uos Almoxarife E Ao nosso escripuam de Leyrea e / Aas outras nosas justiças que esta carta virdes ssaude ssabede que demanda Era perante nos Antre Joham gonçalvez da ponte morador em / esse logo Autor da huã parte, E Martim perez do Mojnho da Carrejra termho dese logo Reeo per sy da outra, dizendo o dicto joham gonçalviz / em ssua petiçom contra o dicto Martim perez que no Ano da Era de mjl e quatroçentos e Catorze Anos no mes de Majo lourenço domjnguez jenrro do / mamom morador em esse logo, por çerta contia na Aueença dos mojnhos nosos desa vjla e sseu termho no direito que nos deles aue/mos d auer por o dicto Ano Segundo sohja d andar em Renda com çertas condjções E que correndo o dicto lourenço dominguez a dicta Renda que o dicto / Martim perez chegara A ele e lhe disera que lhe ARendase por o dicto Ano o dicto Mojnho da Carrejra que Era seu E outrosj os mojnhos / da Marinha e da carpalhosa e d agodim E que sse Aueerom por quatroçentos e ssateenta libras por o dicto Ano E que [se] obrigara A pagar as / dictas quatroçentas e ssateenta libras pela guisa que o dicto lourenço domjnguez Era obrigado, A nos, E que depojs no dicto Ano veera A poer / majs na dicta Renda em ssaluo A nos Lourençe anes tinhoso e Christouam mergulho huã contia çerta, E diz que poendo Asj as Sobredictas / [n]a dicta Renda Abraao frayre e Johanne anes trosquiado que entam Eram Rendejros do Almoxarife dese logo e Começarom de correr / [a dicta] Renda, E que em correndo o que o dicto Martim perez Rendoa a eles e ouue a dicta Renda pela guisa que a tynha Rendada do dicto / [l]ourenço domynguez E teendo asy a dicta Renda diz que ele dicto Joham gonçalvez pos depojs Sobre a dicta Renda Aalem do lanço do dicto / Christouam mergulhom e lourençe anes Majs pera nos huã contia çerta pela qual Razom lhe foi Rematada, pelo dicto Abrãao frayre e Johanne anes / [...] do come Rendejros prñcipaaes dese Almoxarifado E que sseendo lhe Asy Rematada como dicto he, que o dicto Martim perez Rendara / [...] os dictos Mojnhos E lhe ficarom Rematados pela guisa que os el ja tijinha do dicto Lourenço domjnguez poendo em essa / [...] da majs vynte libras E sseendo lhe Rematada por quatroçentos e noueenta libras pela qual Razom dizya que o dicto Martim / [perez...] ouue e Reçeeo a dicta Renda dos dictos Mojnhos d agodjm e da carpalhosa e da marinha o dicto Ano E se obrigara A / [...] Ao tempo que Auja de pagar o dicto Joham gonçalvez e Era tehudo,

E que no tempo que a dicta Renda Ao dicto Martim perez e A el dicto / [...] gonçalvez foj Rematada que Era Almoxarife em esse logo Affonsse anes o qual sahjo do dicto ofício e he o ora lourenço anes / [...] costrangem el dicto Joham gonçalvez come Rendeiro principal que lhe de e page as dictas quatroçentas e noueenta libras poys / A el a dicta Renda foj toda Rema[ta]da, E que lhe quer por elo vender e Rematar sseus beens porque o dicto Martim perez nom ffezera / del paga, Ao tempo que deuija E pedja contra o dicto Martim perez que lhe dese e pagasse as dictas quatroçentas e noueenta libras / pera as dar A nos em pago da dicta Renda ou que o faça quite e ljure do dicto almoxarife ssegundo em sua petiçom² Majs compri/damente Era conteudo,

A qual per nos foj julgada que tragia direito E foj contestada pelo dicto Martim perez dela per confissom e dela per negaçom dizendo / que teuera Rendados os dictos mojnhos o dicto Ano, conteudo em a dicta petiçom E que Correo a Reçeber a dicta Renda, delles esse Ano, Majs / que lhe nom foram Rendados majs que por quatroçentos e ssateenta libras E que as vynte libras majs que as negaua, Segundo em sseu dizer / majs compridamente Era conteudo pela qual Razom fizemos pergunta A joham perez procurador do dicto Joham gonçaluiz se queria majs prouar / que o que Era conffessado pelo dicto Martim perez E el dise que nom e Porem julgamos que o dicto joham gonçaluiz pela confissom do dicto Martim perez / prouaua que o dicto Martim perez lhe Era obrigado em as dictas quatroçentas e ssateenta libras e majs nom E dando a defenjtiua per Sentença / presente o dicto procurador do dicto joham gonçalvez E Aa Reuelja do dicto Martim perez Julgamos que o dicto Martim perez de e page Ao dicto Joham gonçallvez / pera nos as dictas quatroçentas e ssateenta libras ou as page e de A uos pera as poerdes Ao dicto Joham gonçaluiz em pago da dicta rrenda / E condapnamos o dicto Martim perez nas Custas direitos porem uos Mandamos que façades compir E Aguardar o dicto noso Juyzo como / per nos he Julgado E fazede logo vender tantos dos beens moujs Ante Apregoados per noue djas do dicto Martim periz per / que o dicto Joham gonçalvez Aja treze libras e huum soldos em que o nos condapnamos d hjda e vynda e estada e escripturas As quaes foram / contadas ssingelas presente o procurador do dicto Joham gonçalvez E Aa Reuelja do dicto Martim perez per Gonçalo gonçalvez nosso contador delas / A que as nos Mandamos contar E sse o moujl nom Auondar vendede lhj a Rajz como Manda A nosa hordinaçom

Vmde Al nom ffaçades / dante em Sanctarem dous djas de Julho El Rey ho mandou per Gomez martjnz bachaler em leix sseu vassallo e veedor da ssua fazenda / Steuam pãaez haA fez Era de mjl e quatroçentos e dez e ssete Anos.

jtem nas costas da dicta carta Andaua escpita huã escri/tura da qual o tehor tal he

pubricada esta carta desta outra parte escripta perante Lourenço anes Almoxarife del Rej em leyrea / sseendo ante as suas³ casas da morada / per mjm Joham martjnz tabeljom da dicta vyla E o dicto almoxarife vista a dicta carta / Mandou que se comprise como em ela he contehudo, E eu joham martjnz tabeljom del Rej em a dicta vjla esto escreuj dous djas d agosto / Era de Mill e quatroçentos e dez e sete Anos.

A qual carta e escriptura perleuda dizja o dicto joham gonçalvez Ao dicto porteyro que bem Sabya que o dicto Almoxarife / lhe Mandara que comprise a dicta carta e ffezese Ejxucuçom em os beens de Martim perez do mojnho da carrejra pelo que na dicta carta Era conteudo E que el / mandara meter em pregom os beens do dicto diujdor E que Auya tres noue djas e majs que os dictos beens Andauam em pregom E dezja que ber/tola-meu perez morador em a dicta vjla que presente estava posera em os beens mouys que o dicto diujdor tynha quarenta soldos E que possera em / nos beens da Rajz Çento e noueenta e noue libras e meia, E dizja e Requeria Ao dicto portejro que Rematase os beens do dicto diujdor / per que o dicto Senhor Rej ouuese a

² Riscou uma vez a palavra: «petiçom,»

³ Riscou: «Casas.»

sua diujda, e conprise a dicta carta de Sentença E o dicto portejro fez pergunta A Martim domjnguez pregoejro da dicta / vila que presente estaua quem lhe pojnha nos beens do dicto Martim perez E el disse e deu em fe que lhe pojnha em elles o dicto bertolameu perez / a dicta contia E outrosj deu em fe que auja tres noue djas e muyto majs que tragia os beens do dicto Martim perez em pregom E que nom achaua quem / lhe por eles mais dar [quisesse] que o dicto bertolameu perez a dicta contia porem o dicto Martim affonso come portejro / por as suas diujdas Segundo he contheudo em huã carta do dicto Senhor Rej que logo mostrou escrita em purgamjnho, aberta e Seelada nas costas do / uerdadejro Seelo Redondo do dicto Senhor Segundo em ela pareçia que tal he,,

Dom ffernando pela graça de deus Rej de portugal e Algarue A uos / Afonsse estevez Almoxarife E Ao meu escriuam de lejrea, E Aos que depos uos hj veerem ssaude ssabede que Eu querendo fazer graça e merçee A Martim afonso / Criado que foj d El Rej meu padre A que deus perdoem portador desta carta dou uo lo por meu portejro dese almoxarifado pela guisa que ora hj Era Gonçalo estevez / o qual jurou Aos Auangelhos que nom Era hordjnhado de nenhuãs hordeens E que bem e djreitamente sse sserua no dicto ofício E que Aguarde A mjm meu / directo, E Ao poboo e a uos o seu por que uos Mando que lhe dedes cada dja tal mantijmento des o dja que me hj começar de sserujr no dicto ofício em deante / enquanto me hj sserujr qual por a dicta Razom Auja o dicto Gonçalo estevez Ao qual Martim affonso Eu Mando que costringa e penhore e venda e rremate / A todolos meus diuydores que hj nos meus contos e per uos forem dados em ljuos e em Rões o moujl Ante Apregoado per noue djas E A Rãjz per tres / noue sse o moujl nom auondar Segundo he conthudo na mjnha hordjnhacom E Mando Aos tabeljãaes das terras hu essas vendas ffezer que / ffaçam as cartas das vendas E As justiças que ponham em elas os Seelos dos Conçelhos e lhes ajudem a ffazer sse mester ffor e Mando / e defendo Ao meu portejro sso pena do corpo que nom Reçeba nenhuns dinheiros desses deujdores que os de todos A uos almoxarife / presente o meu escriuam desse almoxarifado E uos Reçebede os e dade estormentos de pago a cada hum desses deujdores da contia que / delles Reçeberdes per seu costringimento E Mando a uos escriuam que asy o escreuades em vosso ljuo E que outrosj escreua nos dictos ljuos e rrões / que lhe asj forem dados quanto cada hum deujdor pagar dessa diujda no logar hu Andar por deujdor E Mando e deffendo Ao / dicto meu portejro so a dicta pena que nom faça obra nenhuã per esta carta Ataa que a mostre em Conçelho perante os jujzes dessa vja e dos / outros logares hu ffezer esas vendas rrematações Aos quaes Eeu Mando que a façam Leer e pubricar per hum tabeljom E que faça A/ pregoar que nenhuum meu d[e]ujdor nom faça pago desso que A mjm deuer Ao dicto portejro Majs que a faça A uos almoxarife e presente uos / escriuam E de como for pubricada esta carta e ffor dado o dicto pregom Asj o escreua esso tabeljom nas costas desta carta, E Mando e defendo / que nom seia nenhuum tam ousado que vaa contra o dicto Meu portejro nem contra as penhoras e costringimentos e vendas e outras cousas / que el fezer que forem do meu sserujço sso pena dos corpos e dos Aueres E uos escriuam Asj o escreuede em voso ljuo e Registade esta / carta em elVmde al nom façades e o dicto Martim affonso tenha esta carta,

Dada em Sanctarem noue djas de Majo El Rej o Mando per joham / gonçalvez e aluaro pãaez seus Vassalos Vjçente lourenço a fez Era de mjl e quatroçentos e Cjnque Anos,

[As quaes] Sentenças perleudas o dicto portejro per poder e Autoridade das dictas cartas e Mãodado do dicto almoxarife vendeo e Rematou Ao dicto bertola/meu [perez] primejramente os beens moujs por os dictos quarenta soldos E todolos beens da Rajz que o dicto deujdor Auja conuem a saber / [herdade] e casas e vjnhas e herdades e todolos outros beens da Rajz per o preço das dictas Çento e noueenta e noue libras e mea / porem Mandou e outorgou o dicto portejro que o dicto bertolameu perez Aja os dictos beens deste dja pera todo senpre com todas ssuas / entradas e sahjdas e directos e perteenças E Mandou A mjm tabeljom Sobredicto que da dicta venda e rremataçom lhe desse esta cartta /

ffecta em lejrea na praça de ssam Martinho quatro djas de Setembro Era de mjl e quatroçentos e dez e ssete Anos testemunhas Martim gil escudejro / e lourenço domjnguez teçellam e Joham Lourenço do pee da ponte

e Gonçalo perez escriuam e affonso domjnguez medjdor do çelejro e vaasque anes homem / do dicto almo-
xarife e outros E eu Joham martjnz tabeljom D El Rej em a dicta vylla que com as dictas testemunhas a esto
presente fuj e esta carta de rrema/taçom per Mandado do dicto portejro escreuj em que fiz meu Sinal que
tal he [sinal] Em testemunho de uerdade. /

Sabham todos que Em presença de mjm Joham martjnz tabeljom dEl Rej em lejreã e testemunhas Adeante
escritas Martim Afonso portejro do dicto Senhor Rej no / almoxarifado da dicta vjla meteo em posse ber-
tolameu perez morador em a dicta vjla, dhuã casa que he onde chamam os Mojnhos da carreira / termho da
dicta vjla, a qual foj de Martim perez do dicto logo, E dise o dicto portejro que per a dicta casa come cabeça
de casal ho metia / em posse de duas casas de mojnhos que estauam no dicto logo e asj em todos os outros
beens da Rãjz que o dicto Martim perez auja e lhe el / vendera e rrematara Segundo he conteudo na carta
da venda que lhj delo fez da qual casa e Mojnhos o meteo em posse / per telha e terra e eruas e ferolho da
dicta casa a qual posse o dicto bertolameu perez Reçebao em sy E pedjo hum / hum estormento
fecto em o dicto logo dos Mojnhos da carreira Çjnque djas de Setembro Era de mjl e quatroçentos / e dez
e sete Anos, testemunhas affonso anes bocharo e affonso moreno e domjngos johanes Caralho d alqueue
e / Martim gil e lourenço martjnz catarasco escudejros e affonso domjnguez medjdor do çelejro e outros E
eu joham / martjnz suso dicto tabeljom que com as dictas testemunhas A esto presente fuj e este estormento
espreuj em que fiz meu / Sinal que tal he [sinal] Em testemunho de uerdade. //

Doc. 4

1438, Fevereiro, 17, Leiria – Emprazamento feito por Fr. Estêvão Peres, como procurador de Rui Dias, deão de Braga e governador do Mosteiro de Rendufe (c. Amares), dos Moinhos da Carreira, junto à Ribeira de Agodim (c. Leiria), com casas de moendas, vinhas, pomares e horta, a Lucas Eanes, escudeiro del-rei, e a mais duas vidas, pelo foro de 220 reais brancos pagos bienalmente por dia de Páscoa. Insere carta de procuração lavrada em 2 de Fevereiro de 1438, no Mosteiro de Stº André de Rendufe.

ANTT – Mosteiro de S. Bento de Santarém, Mº I, Pergaminhos, Nº 11.

Sabham quantos este instrumento virem que no anno do naçimento de nosso Senhor jhesu Christo de mjl / E quatroçentos xxxbiij anos xbiij dias do mes de feureiro em leirea dentro nas cassas das ssysas stan/do hy frey Steuam perez E procurador de rruy djaz dayam de bragãa gouernador do Mosteiro de rrandufe / do byquo que he antre doiro E mjnho Antre Cadauo E o homem E mostrou a mj tabeliam E testemunhas jusso / nomeadas huã procuraçam jeerall do djcto Ruj diãz E monge do djto Mosteiro da qual sse o teor / delle Adeante Segue

Sabham quantos sta procuraçom birem como nos dom Steuam prior do Mosteiro / de ssant andre de rrandufe do byquo que he no julgado⁴ d antre cadauo E homem que he na comarca E co/rreyçam d antre doyro E mjnho E frey Rodrigo o moço E frey Rodrigo o uelho E fernam gill monje do / dicto Mosteiro E gill stevez procurador de rruy djaz d ayam de bragaa E menjstrador do dyto Mosteiro todos / Juntamente em cabydoo aly chamados per canpãa tamjuda. Segundo costume E todos Juntamente faze/mos E ordenamos. Estabeleçemos. por nosso çerto procurador lydemo E auondosso E sso/fizjente em todo como elle melhor E majs compriadamente pode e deue sseer como de directo majs / valler. o djcto frey Stevam perez nosso parçeiro E companham portador desta procuraçam pressente procuraçam jeerallmente em todos nossos fectos e demandas. E do djcto Mosteiro E conuento delle E [b]em⁵ / assy Sob beens mouijs e rrajz. E de jnteresse. como Sobre outra quallquer coussa que sse/ja que nos e o djcto nosso Mosteiro E conuento temos auemos E emtendemos e confessamos auer assy mo/huuidos como por mover com quallquer ou com quãesquer pessoa e pessoas que ao djcto Mosteiro deuem ou deueram / de demandar ou uos. E o djcto Mosteiro E conuento A elles que os queiram demandar per quallquer guissa que sseja / e perante quaesquer Jujzes E Justças. dos rreynos de portugall e do algarue. de quallquer stado e con/dyçam que ssejam Asy Ecressyastigos como ssagrães de quaesquer vjllas E logares que sejam que dos / djctõs preytos do djcto Mosteiro com directo deuam conhecer E star perante elles ou cada hum delles em jujzo / ou fora delle a toda ordem de jujzo a procurar e defender E rresponder <ao que> sse cumprir compoer comprome/ter e eixençam ou eyxeções contestar arrtigos petj/ções Escrituras E outras quãesquer prouas em jujzo dar emqueredores escriuãaes nomear from/tas e protestaçons fazer assoluçoons rreuelja ou rreueljas guançar E outras purgar E rreprouar / rrazoar concludyr Sentença ou Sentenças ouujr assy jnterlugatorias como defenetiuas asy / por nos E em nome do djcto Mosteiro E conuento como contra nos E ao djcto Mosteiro E conuento E em ella / ou em elles comssentijr E em ella ou dellas apellar E agrauar Seguyr e rrenunçar se me/ster for., com poder de ssostabeleçer outro ou outros e procurador ou procuradores em sseu logo E em / nossos nomes E do djcto Mosteiro E conuento E os possa rreuogar cada que quyser E por bem / teuer E depojs dar reuogaçam o ofiço da procuraçam em sy cõdecelo fjlhar E hjr por os djctos / preyto ou preytos em deante no ponto E estado em que os achar ao quall nosso procurador nos / em nossos nomes E do djcto Mosteiro E

⁴ Riscou: «q.»

⁵ Riscou: «nos a bem.»

convento damos E outorgamos todos nossos cumpridos / poderes E do djcto Mosteiro E comuento que elle em nossos nomes E do djcto Mosteiro possaa arrendar emprazar / aforar scanbhar parte das djctas heran-
cassas [e] outras perteenças nossas E do djcto Mosteiro e con/vento com qualquer ou com quaaesquer
pessoa ou pessoas que o nosso procurador E do djcto Mosteiro quy/sser E por bem teuer E por quantos
anos. E tempos e preços. quiser E que faça dello scrituras E fjr/mjdom por mão de qualquer tabeliam que
sta procuraçam [vir] ao quall mandamos que as faça quaaes lhe / o djcto nosso procurador mandar fazer com
quaesquer pessoas que sseja. E de quall quall [sic] stado e condjçam que seja E por / qualquer guissa que sseja
se comprir E mester fazer E entrar Sobre ello a preytos e demandas com os / embargantes que teuerem as
djctas herdades E perteenças do djcto Mosteiro E conuento como djcto he E o / outrossy que o djcto nosso
procurador E ssostabeleçudos possam jurar qualquer juramento de / dizer uerdade que lhe com directo for
demandado em nossas almas jurar E vo los conpraes / partes ou parte auerssas jurar sse mester for E deman-
darem Estarem a toda ordem E fegura de jujzo E fazerem E dizerem o djcto nosso procurador E <os> sseus
sostabeleçudos E cada hum / o que bons E verdadeiros procuradores podem fazer djzer E o que nos faria-
mos E djryamos / se per noss pressentes fossemos E fizessemos posto que tãaes coussas Avenham querre-
rem / E ajam mester specjall mandado E nos queremos E prometemos d auer por firme sta/uell deste dia
pera todo ssenpre todallas coussas E cada huã dellas que per o dicto nosso pro/curador E seus ssostabele-
çudos ou per cada hum delles for fecto e djcto E procurado E fjrmdo / no que Sobredjcto he E que o djcto
nosso procurador possa dar quytacam ou quytaçons do que assy / rreçeber sse comprir E mester fazer So
obrigaçam de todos nossos beens E do djcto Mosteiro E convento que / pera ello obrigamos rreleuando o
djcto nosso procurador E sseus ssostabeleçudos de todo em/carrego de ssatjsdaçam
fecta E outorgada a djctã procuraçam no cabydoo do djcto Mosteiro dous / dias de feureiro. Era do naçj-
mento de nosso Senhor jehsu Christo de mjll e quatroçentos trynta oyto annos / testemunhas afomso de
lhanoso E gill mansso E Vasco martjnz da torre E afomso lourenco bechas E outros / E eu gonçalo martjnz
tabeliam d El rrey em o djcto julgado que sta procuraçam per mandado E outorgamento / dos Sobredjctos
screuy E aquy meu synall fjr que tall he...

E mostrada E lheuda assy / a djctã procuraçam logo o djcto frey Steuam prior do djcto Mosteiro por ssy E
como procurador de rrey / governador E comuento delle por bem e bertude della em pressença de mjm
tabeliam E testemunhas ady/ante scritas emprazou A lucas Eanes scudeiro Criado d El rrey E a Catarina djãz
ssua molher / A anbos e por huã pessoa E a hum filho ou filha dantre anbos nada E a huã neto ou ne/ta por
terçeira pessoa huuns moyinhos do djcto Mosteiro que jazem na augoa d agodym a que / chamam os moy-
nhos da carreira que sam no termo da djcta vylla que jazem açerca do ca/mjnho da vylla pera rrigueira de
pontes com todo sseu assentamento .scilicet. herdades E cassas / vynhas e pomar E orta E todallas outras
coussas que aos djctos moyinhos perteeçem / E nam auendo hy filho ou filha dantre anbos que o derradeiro
delles que ficar possa nomear a se/gunda pessoa nomear A seguunda pessoa [sic] E a ssegunda pessoa nomear
Aa ora / de ssua morte a terçeira pessoa com tall preito E comdjçam que elle djcto lucas Eanes E molher /
E pessoas cada hum em sseu tempo laurem E adubem E aprofeljem as djctas herdades E casas / E vynhas
E pomares E ortas E esso medes rrepayrem os djctos mojnhos de rrodjeos E mos / E caalles. E de todallas
outras coussas que a elles cumprirem E lhes for mester de guyssa / que ssenpre Sejam melhorados moentes
e correntes E bem adubados e nam peiorados e rrepay/rados bem. E fiellmente E os djctos herdamentos de
que a elles perteeçe esso medes E que dedes / em cada hum ano. de renda e penssam por dya de pascoa
de rresurreyçam duzentos Reais / brancos. E fazer a paga da djctã penssam de dous em dous annos e fazer
a primeira paga. / por pascoa que ha de vyr de quatrocentos e quareenta annos E asy dallj em djante de dous
em / dous annos assy elle djcto lucas Eannes como as djctas pesoas em a djctã Vylla / de leirea aos procura-
dores. do djcto Mosteiro por o djcto dia que o djcto lucas Eanes E pessoas. ssejam theudos de lhes pagarem
daly em / djante ataa que ssejam pagados. todallas despesas que elles fazerem ataa que a djta paga / sseja fecta
E o djcto prior E procurador obrigou os beens do djcto Mosteiro E conuento de lhos / defemder E empa-
rar o djcto emprazamento E beens em elle contheudos em todos os djctos tempos / E bidas, sso pena de

lhes pagarem todas custas E despesas E perdas. E danos E bemeitorias / que os djctos lucas Eanes E pessoas
depos d'elle beerem que per elles em os djctos beens e mojnhos / forem fectos E majs em cada hum diã
Cynquoenta Reais brancos de pena E Interesse. E com condjçam / que acabadas. as djctas pessoas. que os
djctos beens. fiqem lyures E dessembargados ao djcto Mosteiro

E o / dicto lucas Eanes que pressente staua. Reçebao em ssy o djcto emprazamento por ssy E em no/me da
djcta ssua molher. E pessoas. E sse obrigou de rrepayrar E laurar E aprofeytar os djctos beens / E mojnhos E
ffazer as djctas pagas aos tempos ssusso scritos E conprir E manteer aquello que em sto / contrauto he con-
theudo. sso as djctas pennas E despesas. So obrigaçam de todos sseus beens que pera ello / obrigou as quãaes
coussas as djctas par[tes] louuaram E outorgaram E pediram de todo Senhos / strumentos que foram. fectos
d hum teor no djcto logo dia mes Era sobredicta

testemunhas djeg aluarez rrequerredor dos rressydoos E per estevez tabeliam E rroy djaz porteiro das ssi-
sas E Joham rrequell. E ou/tros E eu gill martjnz barella cirado da Senhor Rainha que deus tem ssua alma pru-
bico tabeliam que ste / strumento pera o djcto Mosteiro screuy E aquy meu Synall fyz que tall he / [sinal] /
– com a nota L Reais. //

Doc. 5

1461, Novembro, 23, Leiria – Quitação dada por João Dias, clérigo, abade de Carvalheira e procurador do Mosteiro de Rendufe (c. Amares), segundo procuração lavrada naquele Mosteiro em 4 de Novembro de 1461, a Pero Vicente, escudeiro, marido de Mor Pires, de todo o dinheiro devido ao cenóbio beneditino das rendas e pensões do moinho e herdades de Carreira, junto à Ribeira de Agodim (c. Leiria).

ANTT – Mosteiro de S. Bento de Santarém, M^o I, Pergaminhos, N^o 4.

Saybham quaoantos Este Estormento de quitaçam virem Como aos Vinte E tres dias do mes de nouenbro do anno do nascimento de / noso Senhor Jhesu Christo de mjl E quatroçentos E sesenta E huum annos Em a ujlla de leirea na praça de sam martjinho / Estando hy huum creligo que sse chamaua Joham diaz abade de carualheira procurador que sse dizia do moesteiro de Renduffe do bico do / Julgado dantre homem E cadauo segundo logo hy ffez çerto per huã procuraçam escrita Em papell a quoall antre as outras / cousas contaue ser ffeita no dito moesteiro Em cabido per canpã tangida sendo presente Joham gomez arçidiago E mj/njstrador perpetou do ditō moesteiro de Randuffe E ffrey Rodrigo prioll cresteiro do dito moesteiro E com elles Rodrigo annes abade de / carrazedo E Joham diaz abade de carualheira E lopo çequeira creligos Raçoejros do dicto mōesteiro Os sobreditos ffezeram seu / procurador sofficiente pera o que se segue o sobreditō Joham diaz abade de carualheira o mostrador da presente a quoall procuraçam contaue / ser ffeita no ditō moesteiro d aRanduffe aos quatro dias deste presente mes de nouembro desta presente quitaçam de mjl / E quatroçentos E sesenta E huum annos Em a quoall se continha por testemunhas os sobreditos E affomso Vasquez mordomo / E contaue sser ffeita per affomso gonçallvez tabaliham En o ditō Julgado dantre homem E cadauo.,

E outrosy Estando hy pero Viçente / Escudeiro morador Em a dita villa E marjdo que ora he de mor piriz molher que ffoy d affomso gonçallvez Escudeiro morador / que tambem ffoy Em a dita villa Em presenca de mym Tabaliham E testemunhas ao deante nomeados, Logo pello / sobreditō Joam diaz procurador ffoy ditō que Elle por sy E em nome do ditō mosteiro como seu procurador que Era conheça / E conffesaua que Reçebra como Ja Em sy Reçebidos tinha todos dinheiros que se achou per bem de conta que os sobre/ditos pero Viçente E mor piriz Eram tiudos E obrigados pagarem ao dito moesteiro das Rendas E pensoees Em que / lhe Eram obrigados E deuedores dos annos E tenpos pasados que teuerom E troxerom huum mojnho E herdades / que o dito mosteiro tem Junto com Esta villa na Ribeira d agudim que sse chama mojnho da carreira [sic] / Ataa ho anno E tenpo que Elles o dito mojnho tresmudaram Em lujs pestana E de todollos outros tenpos e annos / disse E conffesou que Era muy bem Entregue E paguo E que porem Elle por sy E em nome do ditō m/moesteiro por bem E Vertude da dita procuraçam disse que daua Como logo de ffeito deu por qujtes e liures / Os sobreditos pero Viçente E mor piriz sua molher E todos seus beens E herdeiros deste dia pera todo ssenpre / que Jamajs nunca possam sser demandados Em Jujzo nem ffora delle pollo ditō moesteiro nem por / outrem Em sseu nome E ssendo u [sic] que nom seja Reçebudo a tall demanda E majs que lhes pague o ditō mosteiro / o por que os asy demandar Em dobro com as custas Em tresdobro segundo ley E ordenaçam do Reino / sob obrigaçam de todollos beens E Rendas do ditō mosteiro que pera o que sobreditō he obrigou E em / testemunho de Verdade lhes mandou E outorgou assy dello sser ffeito Este Estormento por verdade E ffirmj/dom

testemunhas que a ello pressentes fforam ffernam gonçallvez borreiro E pero gonçallvez magriço teçelão mora/dores na dita villa E outros., Eu ffernam Rodrijuez d anta tabeliam gerrall por El Rey nosso Senhor Em todos / seus Reinos E senhorryos que por sua Reall Autorrydade Este Estromento ffiz Escreuer E aquy por mym sobEscreuy., / E meu ppublico synall fiz que tall he [sinal] – pagou com nota E jda xxb Reais. //

Doc. 6

1505, Abril, 10, Leiria – Declaração de trespasse feita por Jenebra Fernandes, em virtude de doença, do usufruto de um foro sobre os Moinhos da Carreira (c. Leiria), aforados pelo Mosteiro de Rendufe a Isabel Fernandes, a Pestana, sua irmã, posto que trazidos pela declarante.

ANTT – Mosteiro de S. Bento de Santarém, Mº I, Pergaminhos, Nº 27.

Saibham quantos Este estormento de trespasçam e nomeaçam de prazo de huns / moynhos birrem como aos dez dias do mes d abrijl do ano do naçymto do nosso / ssenhor jehsu Christo de mjll e quinhentos e cynquo anos na ujlla de lleyrja / nas cassas da morada de gomez balieyro Escudeiro morador na dita ujlla Estando jazendo / Em cama doente jeneura fferrnandez sua molher / com todo sseu sysso E emtymdymto que lhe ho / senhor deus deu E loguo per ella foy ditõ em pressença de mjm tabeliam e das testemunhas que ao dyante / ssomos nomeados que asy he uerdade que ella nom ssabe o dia de sseu faleçymto que sera qua/ndo o senhor deus qujsser porem que ella por descarguo de sua concyança decraraua / E dyzya que asy hera uerdade que ella fora cassada com diogo teyxeyra sseu prjmeyro / marjdo com o quall ella ouuera hum prazo de huns moynhos que Estam honde chamam / a careyra termo da dicta ujlla hos quães moynhos com suas terras que andam com o dito / moynho sam do mosteyro d aRanduffe do byquo E porquanto ho abade gonçalo de bayrros / abade do ditõ mosteyro houuera <menentorja> de jsabell ferrnandez a pestana sua jrmãa della dita / jeneura ferrnandez que o dito moynho E terra trazya aRendados de sua mão do ditõ abade / o quall jurara de lhe nom dar o dictõ moynho e terras a ditã sua jrmãa jsabell fferrnandez he / que entam ella dita jeneura ferrnandez por amor do dito juramento e por o nom sahyrem / o dito moynho E terras da mão da ditã sua jrmãa ella dita jeneura ferrnandez to/mara o dito Rendamento e prazo ssobre sy ao dytõ abade E que tanto que o asy tomara / Ella ssenpre o deyxara posuyr a dita jsabell fferrnandez sua jrmãa como sseu / pera quem hos ella tomara E ella ssenpre ffez pagamento do foro do ditõ moy/nho E terras do ditõ abade E mosteyro E que porque asy hera a uerdade Ella / descaregaua sua alma E concyança E dyzyam que pera ella tomara o dito / moynho e terras E que portanto ella trespasaua o dito prazo Em / ella E a nomeaua por a segunda pessoa E que ella dita jsabell fferrnandez / nomee a outra terçeyra pessoa a hora de sua morte o que todo dyzya / E decraraua por sseu descargo e de sua concyança E em testemunho / de uerdade mandou e outorgou sser feyto Este trespasamento E nome/açam que fazya a dita jsabell ferrnandez sua jrmãa que foy feyto E outor/gado Em a ditã ujlla em loguo dia mes E ano susso Esprito E mandou / dar a ditã jsabell ferrnandez testemunhas que pressentes foram o dito gomez / balieyro sseu marjdo E gomez balieyro o moco Escudeiro E afomso / balieyro Escudeiro E pero afomso laurador morador na codesseyra termo / da dita ujlla E a dita Janebra ferrnandez Rogou ao dyto gomez balyeyro / que asynasse por ella E asynou E eu lopo da cunha ppublico tabeliam / das notas E do judycyall por El Rey nosso senhor Em a dicta / ujlla E sseus termos que Este Espreuy E em elle meu ppublico synall ffiz / que tall he,, nom seja duuida no Respançado que diz com suas terras que andam que Eu tabeliam o fiz por uerdade. / [sina] / – pagou com nota R rreais. //

Doc. 7

1514, Janeiro, 10, Rendufe – Emprazamento feito pelo Mosteiro de Rendufe a D. Henrique da Silva, fidalgo da casa real, dos Moinhos da Carreira (c. Leiria), pelo foro de 250 reais a serem pagos bienalmente, por dia de S. Miguel de Setembro. Instrumento inserido em pública-forma de 26 de Abril de 1544, Rendufe.

ANTT – S. Bento de Santarém, M^o 4, Doc. em papel não numerado.

Obs.: Cotas antigas: «N^o 3», «M^o 1 – N^o 4», «1544 – leirea.»

Saybham hos que este estromento de emprazamento vyrem que no ano do naciemento de noso senhor Jehsu Chrsito de mjll he quinhentos e quatorze annos ahos dez djas do mes de janeyro no musteyro de samto amdre de Ramduffe do byquo do comcelho damtre homem e cabado da djocese de bragua presente mjm ffelipe diaz pprouico tabeliam por el Rey noso senhor e das testemunhas aho dyante nomeadas pareceo ho muito reuerendo senhor ho senhor dom symão fferrnandez // [Fl. 1v^o] pprotonotayro da samta see apostoljqua comendatayro do ditō mosteyro e ffrey pero e ffrey ajres e ffrey joam e ffrey esteuam monjes e comvento do ditō mosteyro todos juntos por som de campam tamgyda em ho cabydo segundo ho que he de seu custume deseram que elles emprazauão e dauam por prazo hos seus moynhos que se chamam da carreya no Rjo de godim do termo da uja de lejrya com todas suas pertemsas a anrreque da syllua ffydalgo da casa dell Rej noso senhor que presente estaua e a duas pesōas depos elle por esta guisa que portamto ho dito amrreque da syllua que ora nom he casado que apartando se de casar ho dito amrreque da syllua que a vyda delle e de sua molher se comte e entenda huã soo vyda e que ho que delles maes vyver marydo e molher nomeem a segunda vyda en a ora de sua morte e pesoa e a segunda nomee a terceyra e que ho dito amrrique da syllua he a dita sua molher se casar e pesōas que depos elles vyerem dem e pagem aho dito senhor e seu musteyro dozemtos e cincoemta rreais ou a quem elle mandar e acabadas as ditās vydas hos ditos moynhos ffyquem aho dito musteyro llyures e desembargados com todas suas bemffey // [Fl. 2] torjas sem maes preyto nem demanda e durando as dytās vydas que ho ditō senhor e seu musteyro nem outrem por elle lhe nom posam tolher hos ditos moynhos e suas pertemcas polo dito ffeyto nem hos ditōs emprazadores e pesoas que depoyz ele vyerem lleyxade que pera esto Renunciauam todas lleys e dirreitos e comste-toycōes do prelado que comtra este prazo sejam ffejtas que lhes haprãz de as nom allegar em comtra e mays poseram de pena e em nome de pena que pagase quallquer das partes que comtra ello ffose pera a parte obedjemte cento cruzados douro e lleuada a dita pena ou não todavya ho dito emprazamento fficar ffirme e valyoso nas ditās vydās e esto outorgaram todo obrygando ho dito senhor e prihor e momges has Remdas do dito mosteyro e ho dito amrreque da syllua todos seus beens do quall mandaram pasar senhos estromentos ambos de hum tehor testemunhas que presentes foram lōpo de bayrros escudeiro ffydalgo e gonçalo d azeuedo escudeiro do dito senhor e gomçallo dominguez seu criado he eu ffelype djaz sobredito tabeliam que este estromento de prazo por mandado do dito senhor comendatayro e seu prior e momges em ffee // [Fl. 2v^o] E testemunho de verdade m espreu o quall fforo e pemsam sejam hobrygados pagarem por dya de sam mjgell de setembro demtro no dito mosteyro ho dito amrreque de sousa digo da syllua pollas dytās comdyções Recebeo o dito emprazamento etc, [...]. //

Doc. 8

1544, Abril, 26, Rendufe – Pública-forma efectuada por Diogo de Figueira, tabelião de Entre Homem e Cádavo, do empraçamento feito pelo Mosteiro de Rendufe a D. Henrique da Silva, fidalgo, dos Moinhos da Carreira, situados em Leiria, pelo foro de 250 reais, a pagar por dia de S. Miguel de Setembro, por três vidas, contratado em 10 de Janeiro de 1514, Rendufe. Contém autos de declaração de reconhecimento do tabelião feitos por Diogo de Nantes e João de Sepúlveda, tabeliães no mesmo concelho, em 28 de Abril de 1544.

ANTT – S. Bento de Santarém, M^o4, Doc. em papel não numerado.

Obs.: Cotas antigas: «N^o 3», «M. I – N^o 4»; «1544 – leireia».

Saybham quantos este estromento de empraçamento dado por mandado e autorydade de justijça vyrem que no anno do nacimiento de noso Senhor Jehsu Christo de m^{ill} e quinhentos e quarenta e quatro annos aos xxbj dias do mes d'abryll do dito ano no fforall das audjancjas do couto de Ramduffe do comcelho de antre homem e cabado estando hj pero gill juz do cjuell em elle em proujca audiancia peramte elle pareceo diogo lõpez escudeiro procurador do senhor dom abade do musteyro de Ramduffe e Requereo aho dito juz mandase uer da sa parte hum estromento de empraçamento que era em poder de mjm tabeliam porcamto ho dito musteyro e dom abade tynham necesjdade delle e que lho mandasse dar Raso concertado com dous tabeliães porque lhe seja dado ffe ho que visto por ho juz todo lhe mandou dar que he o que se sege

Saybham hos que este estromento de empraçamento vyrem que no ano do nacimiento de noso senhor Jehsu Christo de m^{ill} he quinhentos e quatorze annos ahos dez djas do mes de janeyro no musteyro de samto amdre de Ramduffe do byquo do comcelho damtre homem e cabado da djocese de bragua presente mjm ffelpe diaz pprouico tabeliam por el Rey noso senhor e das testemunhas aho dyante nomeadas pareceo ho muito reuerendo senhor ho senhor dom symão fferrnandez // [Fl. 1v^o] pprotonotayro da samta see apostoljqua comendatayro do ditõ mosteyro e ffrey pero e ffrey ajres e ffrey joam e ffrey esteuam monjes e comvento do ditõ mosteyro todos juntos por som de campam tamgyda em ho cabydo segundo ho que he de seu custume deseram que elles empraçaũ e dauam por prazo hos seus moynhos que se chamam da carreya no Rjo de godim do termo da ujlã de lejrya com todas suas pertemsas a anrreque da syllua ffydalgo da casa dell Rej noso senhor que presente estaua e a duas pesõas depos elle por esta guisa que portamto ho dito amrreque da syllua que ora nom he casado que apartando se de casar ho dito amrreque da syllua que a vyda delle e de sua molher se comte e entenda huã soo vyda e que ho que delles maes vyver marydo e molher nomeem a segunda vyda en a ora de sua morte e pesoa e a segunda nomee a terceyra e que ho dito amrrique da syllua he a dita sua molher se casar e pesõas que depos elles vyerem dem e pagem aho dito senhor e seu musteyro dozemos e cincoemta rreais ou a quem elle mandar e acabadas as ditãs vydas hos ditos moynhos ffyquem aho dito musteyro llyures e desembargados com todas suas bemffey // [Fl. 2] torjas sem maes preyto nem demanda e durando as dytãs vydas que ho ditõ senhor e seu musteyro nem outrem por elle lhe nom posam tolher hos ditos moynhos e suas pertemcas polo dito ffeyto nem hos ditõs empraçadores e pesoas que depoyse ele vyerem lleyxade que pera esto Renunciãuam todas lleys e dirreitos e comstetoyções do prelado que comtra este prazo sejam ffeitas que lhes haprãz de as nom allegar em comtra e mays poseram de pena e em nome de pena que pagase quallquer das partes que comtra ello ffose pera a parte obedjemte cento cruzados douro e lleuada a dita pena ou não todavya ho dito empraçamento fficar ffirme e valyoso nas ditãs vydãs e esto outorgaram todo obrygando ho dito senhor e prihor e momges has Remdas do dito mosteyro e ho dito amrreque da syllua todos seus beens do quall mandaram pasar senhos estromentos ambos de hum tehor testemunhas que presentes foram lõpo de bayrros escudeiro ffydalgo e gonçalo d azeuedo escudeiro do dito senhor e gomçallo dominguez seu criado he eu ffelype djaz sobredito tabeliam que este estromento de prazo por mandado do dito senhor comendatayro e seu prior e momges em ffee // [Fl. 2v^o] E testemunho de verdade m espreyu o quall fforo e pemsam sejam hobrygados pagarem por

dya de sam mǵell de setembro dentro no dito mosteyro ho dito amrreque de sousa digo da syllua pollas dytās comdyções Recebeo o dito emprazamento etc,

ho quall estromento de emprazamento eu antonio ffigueira tabeliam pproujco e judicjall no dito comcelho por ell Rej noso Senhor tresladey de hum caderno de notas que em meu poder ffiqua que fficou do dito ffelype dyaz tabeliam que ffoy no dito concelho de vymte e huã ffolhas e meyo canto de papell ha quall nota esta asynada por ho senhor dom abade de Ramduffe e monges que haho tempo eram e por amrreque da syllua emprazador a quall nota tem huã amtreljnha que diz a ora de sua morte e huã adycam que diz que pos elles vyese e gastados e borrados em duās partes e duas nodoas amarellas que se llem bem has pãtes somente godym que parece que hasy diz que todo me parece que se ffez por verdade somente hasinados que se ffizeram por mayor verdade ho que todo concertej com dous tabeliãees do dyto comselho que yram decrarados he comygo sobredito amtonio ssequeira tabeliam que tambem ha // [Fl. 3] syney do meu synall hacustumado testemunhas diogo de nantes tabeliam he pero da syllua destrubuydor e outros e eu sobredito amtonio ffigueira tabelliam que todo ffiz por mandado do dito juiz.

a) antonio ffigueira.

pagou com busca ctº xxx rreais.

digo eu djogo de nantes tabeliam do pubryquo judjcyall em este comcelho de antre homem e quavado que eu dou de mym fe que amtonjo fygeyra que este estormento espreueo he tabeliam neste conselho dantre homem e quavado e assy hera tambem fyllype djaz eu djogo de nantes por verdade ho escriptuj oje xxbiij dyas do mes d abryll ano de myll e bº Riij annos nesta qujntam d espynheira aquy meu pubryquo synall fjz que tall he por verdade consygo comcertey com o proprio [sinal] – pagou nyll. // [Fl. 3vº]

Digo eu Joham de sepulueda tabeliam do publico e judiciall dell Rey noso sennhor neste Concelho d antre homem e cadauo que e verdade amtonio ffigueira tabeliam que o estromento atras espreveo ser tabeliam do publico e judiciall neste sobredito concelho damtre homem e cadauo, e asy ho ffoy fillipe diaz que eu tabeliam conheçi o segundo ppublico e judiciall asy como o hora he o dito amtonio figueira e por verdade ffiz este em hos vimte e oyto dias d abril de mill e quinhentos e quorenta e quatro annos e asynej do meu ppublico sygnal que tal he e comçertey Com o proprio. – pagou nichil. [Sinal].

stormento que agora veo desta [...] do prazo d anrique da silua.

Prazo dos Moinhos e erdades de leirea feito anrique da silua que nomee a 2ª e a 2ª a 3ª – ° 3 – N° 3º E. N° 3º. //

Doc. 9

1575, Janeiro, 27, [Leiria] – Vedoria feita às propriedades do Mosteiro de Rendufe (c. Amares) em Leiria e Batalha, com as respectivas confrontações, medidas e cálculo de sementeiras.

ANTT – *Most. de S. Bento de Santarém*, M^o I, Doc. em papel n^o 23.

Vedoria do Prazo que o Mosteiro de Rendufe fez ultimamente a Matheos Nunes de Leiria em 27 de Janeiro de 1575.

Huã fazenda que esta no termo desta Cidade, onde chamão a Reixida, e na Reboleira⁶, cujas propriedades são as Seguintes.

Huãs terras, onde se chama a Rodriga, que partem com terras de Alcobaça, donde tem cento e sessenta, e huã varas de comprido athe o marco: e do dito marco corre pello espigão, que parte com terras de Vicente Annes, e tem pella dita banda 259 varas de largo, e dahi corre ao longo do Ribeiro de Vall de freixo, e tem athe a estrada 156 varas de comprido: e da dita estrada ao longo della tem 170 varas, athe onde se começou a dita marcação;

e a terra da banda de sima do Caminho. tem pella parte do levante 206 varas athe a estrada, e parte com terra da Comenda de S. João, e pella banda da estrada tem 170 varas athe as terras de Alcobaça; e da banda do sul parte com terras de Alcobaça, e tem 197 varas athe o marco, donde se começou a medir, que Levam ambas, assim de huã parte, como da outra, dez alqueires.

Huã terra, onde chamão as Tentas⁷, que parte com Antonio Botelho da Sylveira, e tem da dita confrontação, 270 varas, e pella parte do Poente tem 133 varas, que parte com terra D anaversarios, e dahi pello espigão abaixo athe o ribeiro, tem 104 varas; e a longo do ribeiro athe o rio tem 286 varas athe o marco, donde se começou a medir, e leva de sementeira nove alqueires. // [Fl. 1v^o]

Outra terra logo ahi detras as vinhas da Vigararia e da Cappella, e pella dita banda tem 74 varas, e pella banda que parte com terra de Alcobaça tem 110 varas e pella parte de sima tem 62 varas, e pella parte do Norte, tem 70 varas; e levara de sementeira dous alqueires.

Hum talho de terra detráz as cazas da Reixida: tem pela banda de baixo e largo 30 varas, e de comprido tem 157 varas, e pella banda de sima de largo 16 varas: Levará de sementeira alqueire e meio.

Huã terra ao caminho das Fontes: Tem de largo pella banda de sima 49 varas, e de comprido ao longo do caminho de alto a baixo 80 varas, e pella banda de baixo ao longo do ribeiro athe o arife, tem 51 varas: levara de sementeira um alqueire.

Huns mattos, que estão aonde chamão a de Joam de Leyria, assim como estão marcados, que partem com terras de Nossa Senhora da Graça desta cidade, e tem de comprido 117 varas de espigão a espigão. Pella banda do Poente tem de comprido de outeiro a oiteiro 208 varas: levará de sementeira tres alqueires.

Huã Lameira, que chamão a paia heva, que de todás as partes parte com terras da dita Capella, e vay entestar em cismaria de Joam das Mattas: Tem pela banda de baixo de largo 58 varas de marco a marco, e de alto

⁶ Sic; por Rebolaria.

⁷ Sic.

e baixo pello meyo della tem 278 varas, e por riba de longo tem 110 varas; Levará de sementeira com os mattos 8 alqueires.

A terra do Outeiro do Gayo, e tem de alto a baixo athe o ribeiro 130 varas, e da banda de baixo ao longo do ribeiro tem de largo athe entestar com terra de Antonio Botelho 128 varas Levará de sementeira 7 alqueires. // [Fl. 2]

Hum Pinhal a fonte de Louçã, o qual pella parte do Norte de alto abaixo parte com Domingos Pires, e tem 125 varas, e foi medido pello meyo, e tem 156 varas de largo, e da parte do vendaval tem de alto abaixo 91 varas: levará de sementeira a terra que esta feita meyo alqueire.

Huã terra ás Macieiras, que parte com Pero João das Porinhas, e tem de comprido 55 varas, e de trauez tem 30 varas. Levará de sementeira tres quartas de trigo.

Huã terra que esta abaixo da Rebolaria, onde chamão o Crasto, que he termo desta Cidade, e tem do marco que está da parte do Norte, que parte com Antonio Butaca athe o caminho que atravessa a terra 190 varas, e do caminho athe a estrada 107 varas, e pella banda da estrada de marco a marco tem 223 varas, e de largura pelo meyo, que estão entre a terra de Joam de Barros tem 316 varas, e da estrada publica que vay para a Batalha athe a terra do Santissimo Sacramento tem em redondo 318 varas, que he da parte do vendaval, e da estrada da rebolaria corre direito asima entre a terra do Santissimo Sacramento, e tem 318 varas athe o marco, que está ao outro do rio, que demarca com Simão Henriques, e Diogo Dias da Batalha. Levara de sementeira 30 alqueires.

Huã vinha que está logo ahi onde chamão o Arieiro que parte com Antão Butaca, e da parte do norte com Antonio Dias, e tem de comprido 104 varas, e de largo assim de sima como de baixo 4 varas.

Hum Olival, que esta junto desta cidade em Rego travesso, que parte do Sul com olival da Cappela de Nossa Senhora de Stº Estevam, e tem de comprido 118 varas com o castanhal que tem, e pella banda de sima de largo 27 varas, e da parte do Norte parte com o castanhal do Spirito Santo, e tem athe a estrada do dito Castanhal 66 varas, e da estrada athe baixo do olival 37 varas: Entre este olival, e o castanhal, passa huã estrada, que vai medida e levará alqueire e meyo de sementeira. //

[Sobrescrito]

Confrontações e demarcação das terras que se aforão em leyria a
Matheus Aluares tiradas da escriptura nº 2º fl. 3. – A – Nº – 4º //

Doc. 10

1575, Janeiro, 27, Torre (c. Batalha) – Auto de juramento de louvados estabelecido por Fr. Plácido de Vilalobos, abade do Mosteiro de Rendufe (c. Amares), a fim de se proceder à medição das propriedades deste Mosteiro na região de Leiria.

ANTT – *Most. de S. Bento de Santarém*, M^o I, Doc. em papel não numerado.

Obs.: Cotas antigas: «M. I – N^o 22»; «N^o 217». Caderno com 3 fólios.

Vedoria feita ao senhor Matheus nunez morador em Leiria das propriedades que são do mosteiro de St^o Andre de Rendufe.

Aos Vinte e quatro dias do mes de Junho de mil e quinhentos e setenta e cinco annos Eu frey Placido de Vylalobos Abbade <de Rendufe> vim em pessoa a fazer Vedoria das propriedades que o senhor Matheus nunez morador na cidade de Leiria tras do mosteiro de St^o Andre de Rendufe do bico da Ordem do Glorioso S. Bento da Observancia, que seus avos e pais trouxerão, e ambos juntos fomos ao lugar da torre termo da dita cidade e ahi tomei por homem bom por parte do dito mosteiro a João Vieira, e por parte do dito matheus nunez a Pero diaz ambos moradores no dito lugar aos quães eu dei juramento dos santos euangelhos em que puzerão suas maos que bem e verdadeiramente visem medissem e confrontassem as ditas terras e propriedades do dito mosteiro, pondo lhes a sementeira e renda que segundo deus e suas consciencias lhes parecer Renderem e leuarem: E logo assi mesmo dei louamentos ao dito senhor Matheus nunez que mostre aos ditos homens bons e declare todas as propriedades, terras oliuões vinhas e montado e tudo o mais que tras e sabe que pertence ao dito mosteiro de Rendufe, o que todos assi louarão e prometerão de cumprir e fazer, e assi assinarão todos commigo.

a) Frey Placido Vilalobos. a) Pero Djaz.

a) Joam Vieira. a) Nunez. // [Fl. Iv^o] [...]

[Fl. 3]

[...] As quães propriedades medirão todos os louados como fica dito bem e fielmente em minha presença; e em alguãs dellas conuem a saber na Rodriga, e as Trutas, e no talho detras as casas, en o oiteiro de payaluo, e no Crasto acharão poder auer pouco mais ou menos cem oliueiras e emxertos, e mujtos zambuheiros pera se poderem emxertar, e outras aruores como pinheiros etc. E assi diserão elles homens bons, como homens que são da terra, que simtião auer feito o dito senhor mateus nunez muitas bemfeitorias, Rompendo muito mato nas ditas propiedades, e emxertando muytos azambuheiros em oliueiras, ao que se deue ter respeito no por da Renda e foro a qual elles dizem que eu em nome do convento e meu; a ponha ao dito senhor matheus nunez o que he conforme as constituições da dita Ordem e elles ambos homens bons com o dito senhor matheus nunez e comigo assinarão, oje 25 dias de Janeiro de 1575.

a) Frey Placido Vilalobos. a) Joam Vieja.

a) Pero Diaz. a) Nunez. //

Doc. II

[Ca. 1575], s. l. – Memorial das propriedades do Mosteiro de Rendufe (c. Amares) em Leiria e Batalha, cujo prazo se renova ao filho e herdeiro de João Nunes.

ANTT – *Mosteiro de S. Bento de Santarém*, M^o I, Doc. em papel não numerado

Obs.: Cotas antigas: «M. I – N^o 24»; «N^o 176»; datação com base na letra e, ainda, pela referência a Gonçalo Correia, rendeiro das azenhas de Rendufe em Carreira (c. Leiria). Tratar-se-á, muito provavelmente, de Gonçalo Correia Barba Alardo, alcaide do castelo de Leiria pelos Marqueses de Vila Real, documentado em diplomas das décadas de 1540 e 1550.

† Estas sam as pertencas que meu pai Joam nunez que aja gloria trazia do musteiro d arendufe de que filho prazo d arenouação ao muito reuerendo Senhor comendatario do dito mosteiro.

Jtem huã tera honde chamam as truitas que parte com o Ribeiro que vem do caminho da barreira e entesta em sima com prazo de diogo fernandez da reixida.

Jtem houtra tera que esta entre as vinhas que parte de huã parte com terras d alcobaça e doutra parte com vinha [...].

Jtem hum talho de tera que esta na reixida detras das casas, que parte com diogo do ualle.

Jtem huã lameira que parte de todas as partes com casall de nosa Senhora da graça.

Jtem hum mato que parte com Joam das matas asy como vay ter a hua heira.

Jtem houtra tera junto deste mato que parte com antonio botelho e com os bachareis da batalha.

Jtem houtro pedaço de terra com seu mato e pinheiros que esta honde chamam as vinhas d alanquer que parte com bastiam gill das porinhas e com pero vas das fontes.

Jtem houtro pedaço de tera que parte com o caminho que vay pera as fontes e entesta no Ribeiro // [Fl. 1v^o]

Jtem huã tera honde se chama a Rodriga e lameira que parte com Rio Sequo e com fernão gill.

Jtem hum pedaco de vinha que esta junto da batalha que parte com herdeiros de maria gill da batalha.

Jtem huã terra e mato ao crasto Junto da rebollarya que parte com estrada que vay pera a batalha e com mateus lopes.

Jtem hum pedaço de tera honde chamão as macieyras que parte com a gafarja e com herdeiros de francisco annes da torre.

Jtem sempre de tempo memorial a esta parte se pagou ao posuidor destas pertencas de hum moinho que estaa abayxo das fontes que ora traz antonjo botelho de que ora paga Ct^o Lb reais.

Jtem pella mesma maneira se pagou ao pousujdor das ditas pertencas o foro d azenha da careira de que ora paga goncallo correa duzentos e sinquoenta reais e deuem hir estas moendas no tall prazo pera se desenlearem ou averem os foros que dellas se deuem pagar pello que o musteiro ouve suas aucõis ao emprazador e cocesores⁸ e os seus procuradores em rem propia durante o prazo pera desvellar quaesquer pertencas enlheadas ou perdidas e as anjuntar. // [Fl. 2]

Jtem hum oliuall e castanhall a rego traueso que parte com castanhall do espiryto sancto e da outra parte com erdeiros de pero lourenço moraz da dita cjdade. //

[Sobrescrito]

Memorial das terras de Leirea do prazo que oie pesuem os lamins.
NSE – N° 5°. //

⁸ Isto é, «sucessores.»

Doc. 12

[1575, Leiria] – Relação dada por Mateus Nunes sobre as propriedades do Mosteiro de Rendufe que trazia aforadas.

ANTT – S. Bento de Santarém, M^o 1, Doc. 19.

Obs.: A datação deste documento pode pressupor-se a partir do processo realizado em Janeiro de 1575.

Cotas antigas: «M. 1 – N^o 19.»

† As propiedades que eu Mateus Nunez peSuo sam as segyntes.

Huã terra que esta onde chamão as truytas junto da Reixida que he a Redor das cortes com seus matos e oliueiras e emxertos que tenho ora feitos.

Outra terra junto desta que esta onde chamão as truytas hantre as vinhas que tambem tinham oliueiras.

Huã terra cousa piquena e mato que esta detras das casas da Reixida.

Huã lameira que parte de todas as partes com casall de nosa senhora.

Hum mato que parte com João das matas asy como vem ter <a sua> heyra.

Houtra terra iunto deste mato que parte com antonio botelho.

Houtro pedaço de terra e mato e pinheiros [junto] as vinhas d alamquer.

Houtro pedaço de terra que esta pera as fonte[s] do caminho que vaj da Reixida.

Hum pedaco de terinha que esta onde chamam as macjeyras. // [Fl. 1v^o]

Huã terra onde chamam a Rodrigua e lameira asim como vem de baixo e pasa a Riba do caminho com suas oliueiras jsto he junto do Reguengo.

Hum pedaco de vinha que esta jumto da batalha.

Huã terra e mato que esta ao crasto junto da batalha.

Estas parece que são as terras sobnegadas⁹.

Emtra mais no dito aforamento e andou sempre conjunto a ell hum foro que paga antonio botelho que são cento e trynta e sinquo reais segundo minha concjanca, as testemoynhas estam asynadas antes.

E bem asy duzentos e trynta reais que paga gonçalo corea de huã azenha que esta na careyra ha qual se [...] nam paga nada.

⁹ Em letra diferente e riscado.

Hum oliuall e castinhall que estam No caminho que vaj pera Reguo traueso.// [Fl. 2]

¹⁰ ha mais hum prazo que se fes a Antonio botelho da metade dos moinhos que estão na fonte e terras das fontes anno de 1575 de nomeacois a uedoria he a seguinte que está nelle metida.

Item Prymeytamente a metade dós moinhos que estão na Ribeyra das fontes termo da cidade de leyrea com a metade da terra amtre ambas as aguas e bem asy a metade das Cajradas que estão adiante e atras do dito moinho ate a estrada que parte com a estrada que todas as ditas propiedades uão da estrada pera bayxo ate o Rio uelho, que traz no meo e a terra entre ambas as aguas foj medida e tem de Comprido 34 uaras e de largo 28, leuara de sementeura meo alqueire de trigo.

E as terras que estão diante e atras do dito moinho tem de comprido ao longo da estrada 156 uaras. e de largo pela banda do norte 27 ate a estrada e da parte do uendauall treze uaras e parte com a estrada e com a leuada do dito moinho e leuara de sementeura alqueire e meo. E alem do sobredito ficão dous rarachois¹¹ entre a leuada e o Rio uelho que não forão medidos.

E de todas as ditas propiedades e moinhos declarou que não tinha o dito mosteiro mais que a metade e que a outra ametade hera de <delle> Antonio botelho da Siluejra fidalgo da Casa del Rey nosso Senhor.

E os moinhos todos juntamente tem duas pedras aluejra e segundejra, e asy tem mais huã terra o mosteiro que esta no ual do perejro que foj medida e tem pela banda de baixo de comprido ao lomgo do Ribeiro 116 uaras e de largo da parte do soão noue uaras. e da parte do uendauall 142 parte com domingos joão da batalha e do norte com Andre [...] fontes e tem 77 uaras e leua de sementeura dous alqueires e meo a qual terra he toda do mosteiro sem partir e tudo trasia antonio botelho sobredito de que pagaua 135 [reais] de foro em cada anno, e acrescetarão lhe <45> reais e são agora 180 reais tem de domjnio a quinta parte.

a) Frater Antonius. //

¹⁰ A partir daqui, em letra diferente.

¹¹ Sic; por marachões?

Doc. 13

1575, Janeiro, 10, Leiria – Instrumento de renovação de um prazo sobre certas propriedades do Mosteiro de Rendufe na região de Leiria, entregues a Mateus Nunes de Lamim, em três vidas, pelo foro de 900 reais na sua vida e de 1000 nas duas seguintes, a serem pagos por dia de S. Miguel de Setembro. Contém procuração dada a D. Fr. Plácido de Vilalobos, abade de Stº André de Rendufe, aos 27 de Julho de 1574, Rendufe.

ANTT – Most. de S. Bento de Santarém, Mº I, não numerado.

Obs.: Cotas antigas: «1575»; «nº 1»; «M. I – Nº 20»; «leírea»; «Nº 270.»

Saibam quantos este estromento de jnouação de aforamento em vida de tres pesoas virem como aos vinte e sete dias do mes de Janeiro do anno do nascimento de nosso senhor Jehsu Christo de mill e quynhentos e setemta e cimquo annos em a cidade de Leiria nas casas da morada de mateus nunez de lamim estando ahy presente o reuerendo padre frey placido de villalobos abade d abadia do mosteiro de samto andre de rendufe diocesis de bragua da obseruamcia e loguo per elle foy apresentado hum pubryquo estromento de procuração que lhe fizerão os padres da dita abadya de rendufe da quall ho treslado he ho seguinte

Em nome de deus amem saibam quantos este estrumento de procuração e poder virem que no anno do nascimento de noso senhor Jehsu Christo de mill e quynhemtos e setenta e quatro annos aos vinte e sete dias do mes de Julho do dito anno em ho mosteiro de Sancto Amdre d arendufe do bico da obseruamcia que he no couto deste comcelho d antre homem e cauado em a casa do capitullo e cabido do dito mosteiro em presença de mim tabeliam e das testemunhas Ao diamte nomeadas parecerão hos religiosos padres .sscilicet. frey // [Fl. 1vº] miguell da fomsequa prior do dito mosteiro e frey Joam Vidoeira e frey manoell de cojmra e frey amtonio da alua e frey diogo varella e frey bemto do rio douro e frey guomcallo de rendufe e frey bemto dos Reis todos religiosos do dito mosteiro e loguo por elles prior e comuento juntamente e cada hum foy dito que elles no melhor modo e via e forma e maneira que ho com direito podião devião fazer e ordenauão por seu certo e abastante procurador como de feito fizerão comstetuirão deputarão solemnemente ordenarão por seu abastante procurador ao reuerendo padre frey placido de villa lobos padre abade do dito mosteiro pera que em nome delles comstetuintes e de seu mosteiro posa procurar peramte quãesquer juizes e justiças asy eclesyasticas ordinarias estrangeiras deleguados e de sobreleguados de quallquer jurisdição Autos e ajnda que seja apellacão fynall peramte elles e cada hum deles requerer demandar defender a eles comstetuintes e seu conuento e mosteiro com todas suas pertencas e anexos e homra e beneficios e fazenda mouel // [Fl. 2] e de raiz e todas suas demandas moudas e por mouer asy omde forem Autores como reos e negociar todos os negoceos e cousas que posão arredondar em proueito e homra delles comstetuintes e seu comuento e mosteiro sobre todas duvidas diferencias que ao dito mosteiro tocarem e a elles comstetuintes tocarem e sendo necessario pera todo ho sobredito padre posa fazer em nome delles constetuintes seu procurador ho dito padre abade sendo presemte e posa defemder tudo e lybellos e petições reprimir e trepicar e toda a ordem e genero dar e calar por suas partes aleguarem allma delles comstetuintes jurar todos e quãesquer juramentos Asy de alma veritate dicenda e todos os outros quãesquer licitos e vertuosos que lhe com direito requeridos forem e fazer prouas protestos escripturas e outros quãesquer papeis como por testemunhas e reiterar as das partes aduersas e vir lhe com contraditãs recusar quãesquer juz he notarios tabeliães espriuães de sospeitos em outros se louuar e fazer quãesquer requerimentos e protestos e pedir e tirar todas as testemunhas necessarias e apresentar quaes // [Fl. 2vº] quer licitos embarguos e outros [de] quãesquer genero dar testemunhas e a todos fazer sua proua da maneira sobreditã e pedir quãesquer cartas citatorias e jnibitorias com palavras remisórias subcrestorias absolutorias e executorias e quãesquer outras asy de graca como de justiça e todas as dar e mandar dar a sua devida execução e fazer e guardar

todos os termos e autos judiciães Atee finall detriminação e dellas sendo necesarias digo contrairas apellar e agrauar e as apellacões e agrauos seguir atee finall despacho e corte de roma he podera comcertar com quãesquer pessoas sobre quãesquer negocios tocantes Ao dito conuento e mosteiro e comclui llos Asy e da propia maneira que lhe bem parecer e cobra llos Asy por seu Asynado como por estrumento pubriquo e pedir dellas comfirmacão Ao prior como mais seguro lhe parecer com poder delle dito padre abade seu procurador soestabalecer hum e muitos procuradores com semelhantes e imitados poderes e os reuoguar cada ves que quiser ficando sempre esta pro // [Fl. 3] curacão em sua forca e vigor e jerallmemte pudera fazer dizer em todo ho que tocar ao dito mosteiro e a ell prioll e conuento he mosteiro elle dito padre abade Asy e da maneira que ho dito prioll e conuento farião dirião se a tudo presentes fosem ajnda que sejam caços que requerão mandado especiall do que aquy vay esprito resalvando [o] prioll e conuento por asy não ser citado seu procurador de nouo amtes elle prioll e conuento ho querião ser em suas pessoas pera lhes darem do caso que citados fosem verdadeira emformacão em todo ho mais fazião elles comstetuintes ao padre abade seu procurador em tudo abastante com liure e jerall administracão e prometião por seu procurador e abade feito dito procurado Requerido arendado arecadado emprestado tudo ell prioll e conuento prometiam ter e manter e aver por bom firme e valioso Rato grato como que todo fose feito por elles em pessoa juntamente como elle padre abade todo prometião ter e mamter e aver por bom firme valioso deste dia pera todo sempre todo por o dito padre // [Fl. 3vº] abade seu procurador e soestabalecidos e cada hum delles fose feito procurado Requerido arendado todo prometerão ter e manter como que tudo fose feito por elles em pessoa dizendo mais elles prioll e conuento em nome do dito mosteiro e cousas a elle tocantes que sendo caso que nesta procuracão faltem alguãs clausollas ou verbas para em todo e per todo sera bastante pera todas as cousas tocantes ao dito mosteiro elles as avião aquy por postas ditas e declaradas como se nella espritas fosem e outorguarão so obriguacão das rendas do dito mosteiro de tudo terem e manterem como dito he e outorguarão dizendo mais que fazendo elle padre abade seu procurador algum concerto ou comcertos com ho que tem a capella de mor mendez que esta neste mosteiro pera que venha a elle mosteiro que elle seu procurador posa por em pensão na renda do ditõ mosteiro que lhe bem parecer e for justiça e os que asim mandar fazer e fazer veadorias e prazos em todas as propiedades do dito mosteiro demtro na cidade de Leiria en seus termos e em outra quallquer parte e receber // [Fl. 4] toda e quallquer contia de dinheiro asy de pemsões como de comcertos e tudo elle dito padre abade seu procurador podese fazer como elles farjão se a todo com elle presentes fosem e outorguarão e desta mandarão dar a ell padre abade e seu procurador hum e muitos estromemtos

testemunhas que a todo estauão presentes dominguos graviell porteiro e manoell de bairros e gonçalo Rodriguez de dores (?) alfaiate e todos asynarão na nota donde este tirey em verdade eu gaspar de matos tabeliam do publico judiciall em elle mesmo por ell rej noso senhor espreyu e asyney de meu publico synall fyz que tal he

a quall vinha justificada por frutuoso diãz tabeliam no dito concelho dantre homem e cabado segundo por seu publico synall parecia, e tresladada asy ha dita procuracão como dito he loguo por ho dito abade foy dito perante mim tabeliam e testemunhas ao diamte nomeadas que ha dita abadia de rendufe tem e pertemce huma fazenda que esta no termo desta cidade na Reixida e na rebolaria que he ha seguinte,

† huãs¹² terras no ditõ logo omde se chama a Rodrigua que partem com terras d allcobaca donde tem // [Fl. 4vº] Cento e setemta e quatro varas de comprido atee ho marco e do dito marco core pello espiguão que parte com terras de vicemte Annes e tem pella dita banda duzemtas e cinquenta e nove varas de larguo e dahy core Ao lomguo do Ribeiro do Vall do freixo e tem ate a estrada cemto e cinquenta e seis varas de comprido e da dita estrada ao lomguo della tem cento he trinta varas ate onde se começa ha ditã marcação e a

¹² À margem deste item: «Terra na Rodriga. 181 varas de comprido – pella outra banda 259 varas de largo., e de largo do Ribeiro de Val do freixo corre o longo vem athe a estrada 150 varas, e ao longo da estrada 180.»

terra da banda de cima do caminho tem pela parte do leuante duzentas e seis varas atee a estrada e parte com terras da comenda de sam joam e pella banda da estrada tem cento e setemta varas atee as terras d alcobaca e tem cento e nouenta e sete varas tee ho marquo domde se comecou a medir que leuarão ambas asy de huã parte como doutra dez allqueires,

† hua terra omde chamão has truitas que parte com amtonio botelho da silueira e tem da dita comfromta-
cão duzentas e setenta varas e pella parte do poemte tem cento e trinta e tres varras que parte com ter-
ras d aneuersairo e dahy pello espigão abaixo athe ho Ribeiro tem cento e quatro varas e ao longo do //
[Fl. 5] Ribeiro atee ho Ryo tem duzentas e oitemta e seis varas e ao longo do Rio pella banda de baixo tem
oitenta e hua varas atee ho marco donde se comecou A medir e leua de sementeira noue allqueires.

† outra terra loguo ahy detras as vinhas da vigararia e da capella e pella dita banda tem setemta e quatro
varas e pella banda que parte com terra d allcobaça tem cento e dez varas digo sesenta e duas varas e pella
parte do norte tem setenta varas leuara de sementeira dous allqueires.

† hum talho de terra detras as casas da reixida tem pella banda de baixo de largo trimta varas e de comprido
tem cento e cinquenta e sete varas e pella banda de cima de largo dezaseis varas leuara de sementeira all-
queire e meo.

† huã terra Ao caminho das fontes tem de largo pella banda de cima coremta e noue varas e de comprido
Ao longo do caminho d alto abaixo oytenta varas e pella banda de baixo Ao longo do ribeiro atee ho
arife tem cimquenta e huã varas leuara de sementeira hum allqueire.

† huns matos onde chamão a de Joam de Leiria asy como estão marcados que partem com terras de nosa
senhora da graca // [Fl. 5v^o] desta cidade e tem de comprido cento e dezaseis varas de espigão a espigão
e pella banda do poemte tem de comprido de outro a outro duzentas e oyto varas leuara de sementeira tres
allqueires digo tres allqueires.

† huã lameira que chamão a paialua que de todas as partes parte com terras da dita capella e vay emtestar
em sesmaria de Joam das matas e tem pella banda de baixo de largo cimquenta e oyto varas de marco a
marquo e d alto abaixo pello meo della tem duzentas e setenta e oyto varas e por riba de largo tem cento
e dez varas leuara de sementeira com os matos oito allqueires.

† a terra do outeiro do gayo e tem d alto abaixo atee ho ribeiro cento e trimta varas e da banda de largo
Ao longo do Ribeiro de largo atee emtestar com terras de Amtonio botelho tem cento e vinte e oyto var-
ras leuara de sementeira sete allqueires.

† hum pinhall a fundo da lousã pella parte do norte d alto abaixo parte com dominguos pyrez e tem cento
e trymta e cinco varras e foy medido pello meo e tem cento e cinquenta e seis varas de largo e da parte
do vemdauall tem d alto abaixo nouenta e hua varras leuara de sementeira meo // [Fl. 6] allqueire a terra
que esta feita.

† hua terra que esta ¹³ as macieiras que parte com pero joam das porinhas e tem de comprido cimquenta
e cimquo varras e de traues tem trimta varras leuara de sementeira tres quartas de trigo.

† hua terra que esta abaixo da rebolaria onde chamão ho crasto que he termo desta cidade e tem do marco
que esta da parte do norte que parte com antonio butaqua atee ho caminho que atrauesa a terra cento e
nouemta varras e do caminho ate a estrada tem cento e sete varras e pella banda da estrada de marco a
marco tem duzentas e trimta e tres varras e de largura pello meo de marco a marquo que esta antre a tẽrra
de joam de barros tem trezemtas e dez varras e da estrada pubriqua que vay pera a batalha atee a terra do
sant[issim]o sacramento tem en redondo trezemtas e dezoyto varras que he da parte do vemdauall e da
estrada da rebolaria core direito acima amte a terra do sant[issim]o sacramento e tem trezentas e dezoyto
varras Atee ho marquo que esta ao outeiro do Ryo que demarca com symão Amriquez e dioguo diãz da bata-
lha leuara de sementeira trinta allqueires.

† hua vinha que estaa // Fl. 6v^o] ahy onde chamão ho arieiro que parte com amtão butaqua e da parte do

¹³ Riscou: «abaixo da rebolaria.»

norte com Antonio diãz e tem de comprido cento e quatro varras e de largo asy de cima como de baixo quatro varras.

† hum oliuall que esta junto desta cidade em rego traueso que parte do sull com oliuall da capella de nosa senhora de samto esteuão e tem de comprido cento e dezoyto varras com ho castanhall que tem e pella bamda de cima de largo vinte e sete varras e da parte do norte parte com castanhall do espiritu sancto e tem ate a estrada o dito castanhall sesenta e seis varas e da estrada atee abaixo do oliuall e castanhall pasa huã estrada que vay medida leuara allqueire e meo de sementeira

a quall fazenda toda pertemce ao dito mosteiro e ha trazia o dito mateus nunez de lamim de que paguaua della em cada hum Anno ao dito mosteiro seiscentos e vinte e cimquo reais não emtrando ho que Recebia dos mais prazos que ha dita abadia tinha nesta cidade que fazia por todo mill reais como esta no prazo e porquanto ho dito mateus nunez alargaua // [Fl. 7] os mais prazos e não tinha delles mais que arecadacão que arecadaua para ho dito mosteiro e della sobredita fazenda não ter ho dito mateus nunez titullo allgum lhe pedia lhe pedira [sic] que lha quisesse aforar em vidas por sua justa veadoria e elle padre a mandara fazer por pero diãz e joam vieira moradores na tore da mageja termo desta cidade as quães virão e apeguarão a dita fazenda com elle abade e asemtarão que paguase ho dito mateus nunez de foro em cada hum Ano comuem a saber em vida delle mateus nunez noucentos reais e nas mais vidas mill reais portanto dise que elle aforaua as ditas propiedades Asy e da maneira que pertemcem Ao dito mosteiro Ao dito mateus nunez em tres vidas .scilicet. que elle seja a primeira pesoa e elle nomee a segunda e a segunda nomee a terceira pesoas com tall condicão que elle mateus nunez pagar em sua vida os ditos noucentos reais e a segunda e terceira pessoas os ditos mill reais pagos em cada hum Anno por dia de sam miguell e ho primeiro sera este sam miguell vimdouro e dhi em diante com tall comdicão que elle e as pesoas que depos elle vierem traguão // [Fl. 7vº] ho dito prazo melhorado e não peorado acabando as ditas tres vidas, e a segundo que em seu logar soceder sera obriguado no pagamento que fizer e declaraua por a pagua que fizerem depois de nomeados a pesoa que sam pera se saber quando espede ho dito contrato e jsto sera aa pesoa que arecadar ho dito juro o quall dinheiro sera obriguado a pagar Ao dito mosteiro de rendufe digo que sera obriguado a pagar no dito mosteiro de rendufe ou onde ho dito mosteiro ordenar contanto contanto [sic] que seja nos mosteiros mais comarcões a esta cidade que tiuerem procuracão pera arecadarem ho dito foro e com tall condicão que elle mateus nunez e as pesoas que depos elle vierem ha não posam vender trocar nem escaibar por nhum modo e maneira que for sem licenca do dito mosteiro pera ver se ho quer pello tanto quanto lhes outrem der e não ho querendo pello tanto emtão ho poderão vender a quem quiserem comtanto que não seja a pesoa das defesas em direito e a pesoa que asy ouuer ho dito prazo sera obriguado a pagar ho dito foro e ho tera dego que he do quinto hum conforme A ordenanca do dito mosteiro

e ho dito mateus nunez que a esto presentem estaua // [Fl. 8] dise que elle aceitaua este prazo em seu nome e das pesoas que depos elle vierem Asy e da maneira que se nelle contem e se obrigam a pagar em cada hum Anno ho ditō foro e não ho paguando se obriga A o pagar com todas as custas e despesas que sobre a recadacão do dito foro quem cargo teuer de arecadar ho dito foro fizer e Receber renunçando pera tudo juiz de seu foro preuilegio e liberdade que por sy aleguar posa nada quer que pera este caso lhe valha cousa allguã soomente tudo comprir e pagar da maneira que dito he e de por todo ho conteudo nesta de responder peramte ho comseruador do dito mosteiro e por suas sentencas serem executados so obriguacão de todos seus bens que pera ello obrigou e ho dito abade em nome do dito mosteiro por virtude da dita procuracão dise que elle se obrigaua a lhe fazer este aforamento bom e de pãz nas ditas tres vidas de todas as pesoas que lho embargar quiser[em] em juizo e fora delle sob pena de lhe pagar avalia do dito prazo em dobro com as custas e bemfeytorias em tresdobro so obriguacao da renda do dito mosteiro e em testemunho de verdade Asy ho outorguarão e dello mandarão ser feito este // [Fl. 8vº] estromento d aforamento nas ditas tres vidas e dell dar hum a cada parte e os que lhe comprirem deste teor o quall elles partes aceitarão

testemunhas que a tudo presentes estauão luis ferreira espriuão dos pinhaes dell rej noso senhor e bertolameu soãrez mercador ambos moradores nesta cidade,

e dise mais elle dito abade que elle por virtude da dita procuração tirando elle mateus nunez duas vinhas e hua terra de pam que ho dito mosteiro tem nesta cidade que andam sonaguadas que estão no termo da batallha e outra junto dos moinhos da carreira termo desta cidade e as terras de pam junto do dito moinho que fazendo mateus nunez demanda a sua custa e tirando as por sentença que elle por vertude da dita procuração lhas aforase [nas] ditas tres vidas com todas as ditas comdições acima declaradas lhas aforaua en sua vida em trezentos reais e as outras duas vidas em quinhentos reais da maneira sobredita pera ho que lhe daua todo seu comprido poder e ho soestabalecia por procurador Vt jm causa propia e pera ello lhe comcedia os poderes declarados na dita procuração pera esta caso somente

testemunhas as sobreditas e declarou que avendo sentença d allgua das // [Fl. 9] ditas propiedades ou de todas ho fara a saber ao dito mosteiro pera pagar pro rata o que se montar de cada huã

testemunhas as asy sobreditas e eu andre diãz preto pubriquo tabeliam das notas por ell rey noso senhor em esta cydade de Leiria e seu termo que esta de minha nota tirey bem e fiellmemte pera ho dito mosteiro e portanto a asyney de meu publico synall que tal he Risquey onde diz onde diz [sic] abaixo da rebolaria que se fez por verdade e vay esprito em noue meas folhas de papell com esta amdre diaz preto ho espreyu – pagou desta nada. [Sinal]

He verdade que as propriedades conteudas neste aforamento em alguãs dellas estam oliueiras e enxertos conforme a veadorya que o senhor Abade fez que podera ser pouco Mais hou menos cem peas de oliueiras e enxertos e asinej aqui o que tudo entra no dito aforamento e pensão.

a) Matheus Nunez de lamim. //

[Sobrescrito]

Nº S. E. – o senhor matheus nunez parece por seus papeis ter pago ao mosteiro de Rendufe depois que tras ai suas propiedades conteudas neste prazo vinte e çinco mil reais e seu pay do tempo que o trouxe noue mil reais.

Leiria – Prazo de Matheus nunez de leiria escriuão ante o juiz de fora das propridades que tras no termo da dita cidade deste mosteiro.

O mestre escola de leirea he conseruador desta casa e da ordem.

Este tem procuração pera tirar huãs terras que Anrrique luis vendeo as freiras de S. Domingos de sant'ana <de leiria>, por freiras sendo dos moinhos da carreira que pertencem a esta casa que traz Ruy diãz do castello morador en Sanctarem e os tem perdidos por seo sogro ter athe dado a dita propiedade que era d anrrique luiz.

Mais ha de tirar duas Vinhas tambem sonegadas.

Nº – 4 – emprazamento feito a Mateus Nunes de Alamim do prazo de Rendufe. //

1579, Julho, 22, Leiria – Renovação de emprazamento feito por D. Fr. Cosme de Mendanha, como abade do Mosteiro de Stº André de Rendufe (c. Amares), a D. Francisca Dias, de Santarém, dos moinhos, lagar de azeite, pisão, terras e matos, propriedade desse Mosteiro, existentes no lugar de Carreira (c. Leiria), pelo foro anual de 1500 reais, a pagar em dia de S. Miguel de Setembro. Contém procurações das partes contratantes datadas de 8 de Junho de 1579, Rendufe, e de 18 de Julho de 1579, Santarém.

ANTT – *Mosteiro de S. Bento de Santarém*, Mº I, Doc. sem número.

Obs.: Cotas antigas: «1579», «Nº – Nº 5»; «Prazos de Leiria»; «Leirea este papel he o Milhor»; «M. I – N. 21», «Nº 273.»

Saibam quamtos este estromento de Jnnouação de aforamento em vida de tres pessoas virem como Aos vinte e dous dias do mes de Julho do anno do nascimento de nosso senhor Jehsu Christo de mill e quynhemtos e setenta e noue Annos em a cidade de Leiria nas casas da morada de mim tabeliam abaixo nomeado pareceo ho muito Reverendo padre frey cosme de mendanha abade d abadia do mosteiro de Santo andre de Rendufe da ordem do glorioso padre sam bemto setuado amtre homem e cauado do arcebispado de bragua do arcebispado de bragua [sic] e bem asy era presente framcisco diáz do castello morador na villa de samtarem e loguo per hu dito abade foy apresemntado huã procuração que tinha jerall da dita abadia da qual procuração ho treslado he ho seguinte

Saibam quamtos este pubriquo estromento de poder e procuração em todo bastamte virem que no Anno do nascimento de noso senhor Jehsu Christo de mill quynhemtos e setemta e noue Annos Aos oyto dias do mes de Junho do dito Anno em ho mosteiro de Sancto amdre de Rendufe // [Fl. lvº] do biquo ¹⁴ da ordem digo da obseruancia da ordem do glorioso padre sam bemto que esta syto em em sam bento deste Comcelho dantre homem e cabado na casa do capitullo do dito mosteiro estando em elle fazendo Capitullo per som de campãa tamgida segundo seu uso e amtiguo costume o muito Reverendo senhor padre frey amdre do Ryo d ouro prior do dito mosteiro e frey guomcallo de Rendufe e frey bento de Ryo d ouro e frey luis do erspri[to] sancto e frey mauro da trindade e frey Amtonio de sam bento e frey amsellmo e frey basylio coelho e frey pedro e frey paullo e frey joam da comceição e frey demiam de mendanha e por elles todos juntamente foy dito e cada hum por sy em presença de mim tabeliam e testemunhas Ao diante nomeado que elles fazião e comstetuião por seu certo e em todo abastamte procurador nuncio jerall e especiall com poder de sostabalecer hum e muitos procuradores e os Reuoguar se mais comprir Ao muito Reverendo senhor padre frey cosme de mendanha abade do dito mosteiro Ao quall diseram que dauão poder pera que em seu nome delles consty // [Fl. 2] tuintes e do dito seu mosteiro posa procurar e Requerer toda sua justiça em todas suas causas mouidas e por mouer Asy nas en que forem Autorres como reos diamte quãesquer justiça deste Reino depemderem e os casos com direito pertemcerem pera ho que lhe dauão todo seu liure e comprido poder mandado especiall com liberal jerall administração e Asy pera que em nome do dito mosteiro faca quallquer pacto e concerto com ho Reverendo senhor Jorge Aluarez administrador da capella de moor mendez setuada no dito mosteiro de Rendufe Asy por pemsão como per quallquer maneira que elle seu procurador mais quiser e fazer diso as escripturas e seguramcas que quiser e obrigar os bens e Remdas do dito mosteiro pera asy o comprir e Asy pera faser todos e quãesquer pactos concertos e comcordias entre as mais pessoas que he necesario e fazer as quitas e obrigações que quiser per que pera todo ho que he necesario ao dito mosteiro e pera em todo elle seu procurador fazer ho que for necesario Ao dito mos-

¹⁴ Riscou: «na casa do Capitullo»

teiro e em todas suas cousas requerer a justica e vir // [Fl. 2vº] com libellos trepicas reprimas e todo jenero de autos fazer e a elles pennas e escripturas e todo seguir atee final sentença e as em seu fauor dadas e pedir e aceitar e dar a sua deuida execução e as comdenações e todo ho mais que quaesquer pessoas deverem ao ditõ mosteiro de quaesquer diuidas ou pemsões que forem podera elle dar e cobrar e aver e dar paguas e quitacões de maneira que quiser e das sentenças contrairas apellar e agrauar e todo seguir atee mor allcada porque pera tudo como dito he o fazião seu abastante procurador jm rem suam propriam e prometião como prometerão de todo ho que helle seu procurador ou seus sostabalecidos for feito dito requerido aleguado procurado e Requerido e pactuado aver por bom firme e valioso deste pera sempre so obrigação dos bens e Remdas do dito mosteiro que pera ello e de os Releuar do emcarguo da satisdcação que he dito outor'gua obrigarão e asy ho outorguarão e diserão que dauão ao dito seu procurador todos os mais poderes que em direito fosem // [Fl. 3] necesarios per esta procuração ser em tudo bastante e elle seu procurador fazer o que he necesario e por bem tiuer pera ho dito mosteiro posto que requera clausulla jerall ou especiall os quaes poderes se nesta falltauão avera por expresos deduzidos e declarados e Asy ho outorguarão e rese-ruauão pera sy mor citacão nos casos em que de nouo o deuão ser pera darem verdadeira emformação e em testemunho de verdade mandarão ser feito este presentem instrumento de procuração e della dar os tres-lados que comprirem Aos ditos seus procuradores estanto a tudo presentes por testemunhas miguell machado e bertolameu leitão fameliars dos ditos padres que Asynarão e eu manoell pereira tabalião do pubriquo e do judicall no dito comcelho damtre homem e cabado por ell rej noso sennhor em meu liuro de notas notey e espreuñ e della dey este na verdade tresladey per minha mão e letra e aquy de meu pubriquo synall me Asyno que he ho seguimte,

e ho // [Fl. 3vº] dito francisco diãz do castello procurador da dita framcisqua da silua sua jrmãa apresentou huã procuração que lhe ha dita sua jrmãa fisera da quall outrosy o treslado he ho seguinte,

Saibam quamtos este estromento de procuração virem que no Anno do nascimento de noso senhor Jhesu Christo de mill e quynhemtos setenta e noue Annos Aos dezoyto dias do mes de julho na villa de samtarem nas casas de Ruy diãz de castello caualeiro fydalgo da casa dell rej noso senhor estando ahy presente a senhora framcisqua da Sylua sua filha e por ella foy dito que fazia seu procurador bastamte com poder de sostabalecer se cumprir a framcisquo diãz seu jrmão ho mostrador da presente Ao quall dise que daua seu comprido poder pera que em seu nome posa pedir jnouamento Ao Reuerendo padre frey cosme de mendanha abade do mosteiro de rendufe de hum prazo que ella dita senhora framcisqua da silua tras do dito mosteiro no termo da cidade de Leiria que he hum laguar e moinhos // [Fl. 4] e pisão e terras que nella nomeou em deradeira pessoa Jeronima da Silua sua mãe e posa levar so pera a veadoria delle e aceytar escriptura de jnouamento com as comdicões clausollas e obriguacões foro que lhe bem parecer e ha entregar e obryguar seus bens a todo comprir e fazer no dito jnnouamento e depemdemcias delle todo ho que necesario for e ella faria sendo presente por que pera ello lhe comcede liure e jerall admenistracão prometendo aver por firme valioso pera sempre o que pello dito seu jrmão for feito no que dito he so obriguacão de seus bens avidos e por aver que pera ello obrigou e em testemunho de verdade Asy ho outorgou mandou dello ser feito este estromento de procuração testemunhas que a esto forão presentes framcisquo Rodriguez forneiro e Amtonio teixeira allfaiate moradores em ha dita villa e a dita senhora francisca da silua asynou per sua mão por letra e eu jorge cotrim tabeliam pubriquo das notas por ell rej noso senhor na dita villa e termos que este estromento em meu // [Fl. 4vº] livro de notas espreuñ e delle ho tresladey e concertey e Asyney de meu pubriquo synall que tal he,

e tresladadas Asy as ditas procurações como dito he loguo per ho dito Reverendo padre foy dito peramte mim tabeliam e testemunhas Ao diamte nomeadas que amtre os bens e fazenda que pertencem a dita abadia de rendufe sam huns moinhos que tem duas pedras huã alueira e outra segundeira e Asy hum laguar d azeite e hum pisão velho que todo esta omde se chama ho moinho da careira termo desta cidade que he no

Ryo d agodim e asy mais certas terras e matos da parte do leuante se medirão digo certas terras e matos as quaes terras estão peguadas com ho dito laguar e moinhos as quaes terras e matos da parte do leuante partem digo se medirão e acharão terem duzentas e oitenta varas de largura e asy de comprido pera a parte do Ryo que he da parte do norte quatrocentas e vinte varas e da parte da estrada que vay pera os pinheiros do abreguo quatrocentas e vinte varas e do poente // [Fl. 5] pella estrada da ponte da pedra que vem pera esta cidade tem cento he sesenta varas os quaes moinhos e laguar e pisão com todas as ditas terras e matos acima declarados e Asy e da maneira que pertencem a dita abadia trazia francisqua da silua filha de Ruy diáz do castello morador na villa de samtarem de que ella era a terceira pessoas e de que paguava de foro e pemsão em cada hum Anno duzentos e cincoenta reais Ao dito mosteiro e porque ha dita francisqua da silua lhe pedira e requerera que lhe quysese jnouar o dito prazo em tres vidas por sua justa veadoria elle abade com ho dito francisco diáz do castello procurador da dita sua jrmãa se louvarão em quem fizese veadoria nas ditas propriedades e elles Ambos se louvarão em luis pirez da guamdara e em Joam alvarez estaco das chans lauradores moradores no termo desta cidade homens de boas comsciencias os quaes pello juramento dos santos euangelhos que lhe foy dado por elles declararão que se merecia das // [Fl. 5vº] ditas propriedades mill e quynhentos reais de foro em cada hum Anno e jsto asemtarão per ho juramento que lhe fora dado pellos sobreditos e a dita fazenda esta toda junta e parte da parte do sull com caminho pubriquo que vay do casall que foy de martim fallcão pera os pynheiros e do leuante parte com erdeiros d estaco das chans e do allto em cima com terras de Jeronimo d abreu ou dos erdeiros do conde e da parte do norte core ao longuo do Ryo atee a ponte da pedra e da ponte da pedra core pella estrada que vem pera esta cidade atee entrar na estrada velha que vay pera os pinheiros ho que todo Asy e da maneira que esta acima demarcado comfrontado e medido e da maneira que pertence a dita abadia dise elle Reverendo padre que jnouava em vida de tres pessoas a dita francisqua da silua Comuem a saber Aquella seja a primeira pessoa e ella nomee a segunda e a segunda a terceira pessoas com tall comdição que ella e as pessoas que depos ella vierem dem e paguem em cada hum Anno // [Fl. 6] de foro e pemsão a dita abadia e mosteiro e comuento os ditos mill e quynhentos reis por dia de sam miguell de setembro os quaes serão obrigados a pagar demtro em o dito mosteiro de Rendufe por ho dito dia de sam miguell e a primeira paga começara a fazer ho sam miguell do ano vindouro de mill e quynhentos e oitenta porquanto este sam miguell que esta por vir tem jaa paguo na conta que tem feita com elle dito Abade e com comdição que ella francisqua da silua e as pessoas que depos ella vierem tragua os ditos moinhos e laguar e pisão e terras e matos bem concertados de maneira que findas as ditas tres vidas fique todo melhorado e não peiorado e com comdição que falecendo a primeira pessoa a segunda que en seu loguo soceder demtro em dois meses hiraa fazer a saber ao abade do dito mosteiro ou a pessoa que por ello carego teuer e a terceira pessoas pella mesma maneira pera se saber quando espede ho dito prazo e de quem ham de arecadar ho dito foro e não ho fazendo Asy saber // [Fl. 6vº] cairão em comiso e ho abade do dito mosteiro logo dara aforar a quem quiser e com comdição que findas as ditas tres vidas com todas as bemfeitorias a dita fazenda ficara liure e desenbarguada ao dito mosteiro pera della fazer como cousa sua que he e não podera Aleguar a esto embarguos allguns senão que tem feito nella bemfeitorias porque nada lhe não valera e aleguando os que lhe não sejam Recebidos e com comdição que ha não posam vemder trocar nem escaibar nem emlhear per nhum modo e maneira que for sem licemca do dito abade ou de quem pera ello careguo tiuer pera ver se ha quer pello tanto quanto lhes entemder e não ha querendo pello tanto emtão ha poderão vender a quem quyserem comtanto que não seja a pessoa de maior calidade senão ha pessoa que pague sempre ho dito foro em cada hum Anno como dito he Ao dito mosteiro e não sera a pessoa das defesas em direito e a pessoa que asy ouuer ho dito prazo sera obrigado a pagar o quinto conforme Ao costume e foro digo he ser do dito // [Fl. 7] mosteiro e paguara ho dito foro em cada hum Anno como dito he e não ho fazendo Asy que cairão em comiso e ho dito francisco diáz do castello como procurador da dita francisqua da silua sua jrmãa que presemte estaua dise que elle aceytaua este prazo em seu nome e das pessoas que depos ella vierem com todas as clausollas e comdições penas e obryguações neste aforamento declaradas e se obrigou a pagar em cada hum anno ho dito foro Ao dito mosteiro demtro no dito mosteiro per ho dito dia de sam miguell e não ho paguando que se obryguauão a o pagar

com todas as custas e despesas que ho dito mosteiro ou quem pera ello careguo tiuer de ho arecadar sobre a Recadação delles fazer e receber renunciando pera todo em nome da dita sua jrmã e das pesoas que depos ella vierem juiz de seu foro preuelegio e liberdade que pera yso aleguar posa nada quer que pera este caso lhe valha cousa allgua somente todo cumprir e pagar da maneira que dito he e de per todo ho comteudo nesta de responder peramte juiz do couto do dito mosteiro // [Fl. 7vº] ou diamte do Comseruador delle peramte quallquer destes que quem careguo tiuer de aRecadar ho dito os quiser por ello citar e demandar e por suas sentencas e cartas serem citados requeridos e executados so obriguacão dos bens e fazenda da ditã francisqua da silua que como procurador da dita sua jrmã pera ello obrigou e ho dito abade em nome do dito conuento mosteiro e abadia se obrigou a lhe fazer este aforamento bom e de paz nas ditas tres vidas de todas as pesoas que lho embargar quiserem em juizo e fora delles sob pena de lhes pagar a valia do dito prazo em dobro com as custas e bemfeitorias em tresdobro so obriguacão da Renda e fazenda da dita abadia e mosteiro que pera ello obrigou e ella framcisqua da silua sera obriguada a dar hua escriptura pera o dito mosteiro a sua custa demtro em tres dias e em testemunho de verdade Asy ho outorguarão e dello mandarão ser feito este estromento de jnnouacão de aforamento nas ditas tres vidas e della dar huã a cada parte e os que lhe comprirem // [Fl. 8] deste teor ho quall elle abade e elle francisco diãz como procurador da dita francisca da silua sua jrmã aceitarão

testemunhas que a todo herão presentes framcisquo guomez criado do dito abade e manuell Amtunes e francisco Amtunez ambos criados de mim tabeliam estantes em minha casa e eu Amdre diãz preto pubriquo tabeliam das notas por ell rej noso senhor em esta cidade de Leiria e seu termo que esta de minha nota tirey bem e fiellmente pera ho dito mosteiro e portamto a asyney de meu pubriquo synall que tall he ha quall vay esprita em oyto meas folhas de papell com esta e portanto a asyney não duvide o Riscado que diz da casa do capitullo que se fez por verdade

pagou desta somente cento e cinquenta reais – coregy onde dyz oyto por verdade. [Sinal] //

os Beneditinos na Europa

Iº CONGRESSO INTERNACIONAL
23 A 26 DE NOVEMBRO DE 1995
SANTO TIRSO

FUNDACIONES DE LOS BENEDICTINOS EUROPEOS EN LOS ESTADOS UNIDOS

Antonio Linage Conde
Universidad de San Pablo, CEU

Dom Jean Leclercq. In memoriam

La implantación de los benedictinos en los Estados Unidos, que comenzó poco antes de su guerra civil, si la tratamos de ver inmersa en la evolución humana coetánea del gran país, es una gota de agua en el océano. Pero aun así, no deja de reflejarnos, a esa su escala microscópica, el hacerse de aquél. Y su abordaje requiere, de una parte la composición de lugar de la misma en su tiempo, y de otra un buceo en las mentalidades de los monjes europeos que la protagonizaron.

La Iglesia en el crisol

Los Estados Unidos eran una nación que se estaba gestando, con una composición étnica y religiosa del todo diversa de la que tenían los del viejo oeste europeo. En éstos, la Iglesia había pasado de las misiones antiguas y medievales a la homogeneidad lograda al final en la misma Edad Media, sucedida por la segregación de la mayoría o de una minoría según los casos.

En cambio, los Estados Unidos se estaban constituyendo mediante la integración de inmigrantes de muy diversa procedencia nacional¹ y credo religioso, siendo los católicos minoritarios *ab initio* y después. Por su parte, la democracia política no había implicado la ruptura con ningún pasado de inspiración religiosa de uno u otro signo en la sociedad o el Estado², que los días de las trece colonias quedaban muy alejados y no sólo en la cronología, por lo

¹ Lo que daba lugar a tensiones internas dentro de la Iglesia.

² Lo que no impedía que esa adaptación ultramarina fuera esgrimida en Europa por tirios y troyanos, cual ejemplo positivo o negativo; así, del libro de Thomas T. McAvoy, *The Americanist Heresy in Roman Catholicism. 1895-1900* (Notre Dame, Indiana; 1963), los capítulos tercero y cuarto se titulan, respectivamente, «la controversia francesa» y «la batalla cruza los Alpes».

que no nos interesaría apenas su examen a esa óptica. Añadamos la indole económicamente débil de la mayoría de los fieles de la Iglesia de Roma, lo que llevaba consigo su necesidad de participar en los movimientos obreros. Saltando a la vista que tal integración implicaba problemas para cuyo entendimiento no siempre se estaba preparado en Europa. Por eso la cuestión romana del americanismo.

Es más, por parte de quienes no asumían la necesidad de compaginar el mantenimiento alto e inmovible del alcázar de la ortodoxia con soluciones accidentales un tanto nuevas, se llegaba a negar al gran país la índole de nación, por esa la misma variedad de sus componentes³. Pero no sólo eso. Ni siquiera se admitía que pudiera llegar a serlo en el futuro⁴.

Y a decir verdad, la implantación benedictina iba a tener lugar cronológicamente en las inmediaciones de la guerra civil, en definitiva la segunda prueba— la primera, la propia guerra de la independencia; quizás la tercera la integración de los ciudadanos de color— para la acuñación de aquellos hombres y aquel espacio, a cual más exitosa por la capacidad de integración, épica podríamos llegar a decir, de vencedores y vencidos. Pudiendo opinarse un tanto a la vez, de este lado, de los monjes que fueron en su busca, que la vitalidad puesta de manifiesto en esa misma empresa equivalió un tanto a la consumación de la nueva fase de su ya muy larga historia en la que conviene parar mientes un instante.

En el impulso restaurador

Entonces, la mayoría de los monasterios benedictinos, de los conventos y monasterios sin más, habí-

an sido suprimidos. Sólo existía una minoría muy pequeña, si la cotejamos con su mapa del antiguo régimen, y de ella la mayor parte consistía en restauraciones o fundaciones nuevas. Es verdad que dos de los monasterios protagonistas de la implantación americana. Einsiedeln y Engelberg, no habían conocido la exclaustración, pero precisamente uno de los móviles que los indujo a enviar sendos contingentes a la otra orilla fue el temor a padecerla, objetivamente justificado aunque no se consumara. Por otra parte, los restauradores benedictinos consiguieron su empresa a costa de un impulso vigoroso y se identificaron con algunos valores muy pujantes y sobre todo en sintonía intensa con los dominantes en la religiosidad de la época y otras parcelas de su sensibilidad incluso. Ello se tradujo en una influencia ineludible suya, también en los representantes de la antigua tradición ininterrumpida⁵.

Y si tratamos de bucear en la mentalidad de quienes a los Estados Unidos exportaron el benedictinismo, debemos a esos efectos, tener en cuenta cómo, al obedecer en una buena medida al deseo de contribuir al arraigo católico en los inmigrados coterráneos, ello conjugado con el panorama de resurrección del mismo monacato acá, cual restauradores, si bien transplantado a otro fundo el viejo vivero, habían ante todo de verse a sí mismos. Y en cuanto a los que pusieron la ilusión de misionar a los indios en la primera línea de sus inquietudes, no podían estar más acordes con uno de los ideales tipificadores de la restauración, la misión en sí. Recordemos que a su servicio surgió una congregación nueva, St. Ottilien, pero también la entrega al mismo de una parte de la de Subiaco, a pesar de haber nacido ésta anclada por dom Casaretto ante

³ Esta postura predominaba en la corriente de tendencia integrista (se ha notado la influencia de Sardá y Salvany, en el librito de Conde B. Pallen, *What is Liberalism?*, St. Louis, 1899), sobre todo en el Este del país y de origen alemán. Los progresistas, más bien irlandeses (notable el arzobispo de St. Paul de Minnesota, John Ireland, 1838-1918), hacían suya la americanización y eran menos rígidos en cuanto al alcohol.

⁴ Para los progresistas, el catolicismo era la solución ideal para el problema de la gran nación y, viceversa, el país el ámbito ideal para la prosperidad católica: *as the fairest conquest for divine truth*, decía el ex-redentorista y fundador de los paullistas, Isaac Hecker (1819-1888). Para el padre Hecker, nuestro siglo ya no era de los mártires, los ermitaños y los monjes y, si bien reconocía su existencia actual, no a guisa de los modelos de la perfección cristiana.

⁵ En algún caso, a costa del eclipse de algunas de las viejas tradiciones preservadas, ellas mismas una parte ínfima de las que sucumbieron a la tempestad exclaustradora. Pensemos, por sugerir un botón de nuestra, en la fidelidad a lo monasterial de los Claustrales de Tarragona. En todo caso, esta cuestión determinó algunas fricciones entre los benedictinos suizos a una y otra orilla que habremos de ver luego.

todo en el mantenimiento de los valores de las viejas observancia y ascética; la apertura coincidente de la Inglesa, que en la inmensa Australia se encontró, aunque a su escala continental, con los dos exclaustrados de la de Valladolid, Serra y Salvado, embarcados en la misma gesta; y la generosidad de los silvestrinos por poner otro ejemplo.

Cierto es que la realización más llamativa de la restauración, el esplendor litúrgico y musical de Solesmes, encarnado enseguida con algunas cualidades propicias a su mayor expansión en el que se ha llamado genuino imperio monástico de Beuron, no estuvo presente en la implantación americana, siendo transplantado poco extensamente y mucho después, cual uno de los lujos espirituales que ya podía permitirse el gran país y su gran iglesia consolidada. Pero ello fue una consecuencia ineludible del cambio de la circunstancia, tan diversa entre el viejo y el nuevo mundo, al menos hasta avanzado el novecientos, y determinante desde luego de las características tipificadoras, que por supuesto las hubo, de la historia monástica norteamericana.

Y naturalmente que ésta es como una gota de agua en el océano, si la vemos a la escala de la historia integral del inmenso y tan vital país. Pero, sin embargo, seguir sus pasos nos obliga a entender la formación de éste, por lo cual llega a ejemplo pintiparado de la posibilidad que el historiador tiene de convertir pequeñas parcelas de su territorio en microcosmos que guarden consigo algunos ecos del conjunto. Pues en la acuñación de éste al fin y al cabo estuvo.

Si bien claro está que, mucho antes de poder ser él imaginado, aún en los días coloniales, algún atisbo del benedictinismo de carne y hueso, que por otra parte tanto había en su largo momento contribuido

al acuñamiento de la metrópoli anglica⁶, se dejó vislumbrar en su lejanía.

La llamada del ideal lejano

Mucho después, al conseguirse ya la independencia, los católicos de la nueva nación rondaban nada más que en torno a los veinticinco mil⁷, casi todos en Maryland y Pensilvania. Éste, el estado cuáquero de la tolerancia, tuvo pronto inmigrados alemanes de ese credo, entre los cuales fructificaría, al cabo de unos tres cuartos de siglo, la primera plantación benedictina. En cuanto a Maryland, el refugio «papista» del barón de Baltimore, fue abierto igualmente desde el principio, por mitad protestantes y católicos a ambos lados de la bahía de Chesapeake.

Uno de sus nativos, Richard Chandler, de Charles County, fue a estudiar a Douai, el colegio benedictino inglés, de los exiliados en el continente y allí se quedó, profesando en su comunidad el 1705. Y el mismo camino siguieron siete mujeres, sus coterráneas de Maryland también, tres de ellas hermanas, las Semmes, que terminaron sus días monásticos en las comunidades igualmente inglesas y continentales de París, Gante, Bruselas y Pontoise⁸.

Exilios terrestres, en aquellos tiempos definitivos y de un aislamiento que sólo, a la medida de sus alcances, podía iluminar la intermitencia tardía aunque segura del correo, despertadores de nuestra admiración nostálgica, de interés historiográfico, como la biografía lo es. Pero había de darse el paso de lo individual a lo colectivo. Gestado a la vez que se hacía la propia nación, aunque cual anticipamos se daría a luz ya en las vísperas de la madurez de la misma.

⁶ Esta consideración histórica nos recuerda una de las comentadas incidencias de la destrucción de Montecasino en la segunda guerra mundial. Una parte de las fuerzas terrestres estacionadas frente a la abadía, y a cual más nerviosas al saber la presencia dominante en su montaña del enemigo, eran neozelandesas. Y parece que algún mando militar se refirió a lo difícil de hacer comprender a hombres de tan lejana procedencia la significación del monasterio. Ahora bien, ¿no estaba éste en la cuna de la civilización inglesa medieval, a su vez matriz posterior de la Nueva Zelanda moderna?

⁷ Por entonces, 1790, se fundó la primera casa religiosa femenina, las carmelitas de Port Tobacco, en Maryland—dejadas aparte, por el contexto francés, las ursulinas del Hospital de la Compañía de las Indias en Nueva Orleans, que remontaban a 1727.

⁸ M. HALL, *Colonial American Benedictines*, «St. Anselm's Abbey Newsletter» (Washington; primavera, 1980); un tanto legendario, el benedictino O. MOOSMÜLLER, *Europäer in Amerika vor Columbus* (Ratisbona, 1879) 169-70.

La simiente del obispo Carroll

Entre los tan escasos católicos⁹ predominaba la simpatía a los insurgentes, y uno de sus clérigos, de origen irlandés, John Carroll¹⁰ (1735-1815), estuvo muy ligado a ellos, tanto que con un poco de humor podríamos ver en su nombramiento de obispo de Baltimore, la primera sede del país¹¹ un ejercicio singular del derecho de presentación por parte nada menos que de Benjamín Franklin. Carroll había emitido los votos en la Compañía de Jesús en vísperas de la supresión, habiendo estudiado en Saint-Omer, explicado en este colegio y el de Lieja y sido prefecto del de Brujas. Pero, llegado el momento, sólo contaba con unos diez y nueve sacerdotes en Maryland y cinco en Pensilvania.

Así las cosas, en su viaje a Inglaterra para ser consagrado, vio en París al superior de los sulpicianos, monsieur Emery, el cual, en plena convulsión revolucionaria en su país, le ofreció subvenir a su necesidad, partiendo en la primavera de 1791 para el Nuevo Mundo cuatro religiosos y cinco seminaristas, en el *Saint-Pierre* y de Saint-Malo precisamente,

siendo Chateaubriand uno de sus compañeros de viaje. El mismo motivo había impulsado a la emigración americana a un benedictino de Saint-Denis, Pierre-Joseph Didier (+1799)¹², trabajador apostólico en Gallópolis, Ohio y St.Louis.

Pero el obispo Carroll tenía la ilusión de encomendar a los hijos de San Benito la educación de los fieles americanos, ya que con los de San Ignacio no era posible contar por el momento¹³. Y, aunque por supuesto se quedó en ella, no podemos olvidarnos de su significación a la hora de las más limitadas realizaciones. Mientras tanto, otro benedictino, Nicolaus Balleis, de San Pedro de Salzburgo, emigró a Pensilvania para ayudar a uno de los sacerdotes de su lengua ocupado de sus coterráneos, Stephen Raffener. Balleis laboró en Filadelfia y Pittsburgh, en 1838 se fue a Newark, donde fundó StMary's Church, y al fin acabó sus días de párroco de St. Francis Church en Brooklyn, en diciembre de 1891, lo bastante tarde¹⁴ para haber conocido sobre el terreno¹⁵ a sus hermanos benedictinos fundadores¹⁶ de que ya hemos de decir¹⁷, lo mismo que uno de Fiecht, en el Tirol, Florian Schweininger, lle-

⁹ Lo mismo que en las coronas de Francia y España.

¹⁰ SHEA, *Life and Times of the most Reverend John Carroll* (Nueva York, 1888); A.N.MELVILLE, *John Carroll of Baltimore, Founder of the American Hierarchy* (Ibid., 1955); *The John Carroll Papers*, ed.Th.O'Brien Hanley (Notre Dame, 1976).

¹¹ Todo el territorio dependía hasta entonces del vicario apostólico de Londres o del Oeste.

¹² *Catholic Church, USA, 1914*, I, 34; T.O'CONNOR, *Benedictine in Frontier America*, «Downside Review» 53 (1935) 471-9; A. PLAISANCE, *Dom P-J-D., a Pioneer Benedictine in the United States*, «American Benedictine Review» (=ABR) 3 (1952) 23-6.

¹³ Cfr. H.J. BROWNE, *Public support of Catholic Education in New York, 1825-1842*, «The Catholic Historical Review» 39 (1953) 1-27; y W.J. RUANE, *The Beginning of the Society of Saint Sulpice in the United States, 1791-1829* (Washington, 1935). En 1794 ofreció a dom Michael Pembridge, de Downside, sin éxito, cobijo en el oeste de Pensilvania, quizás en el mismo St.Vincent.

¹⁴ Al fundar Solesmes el priorato de París, de tan ingrata y breve vida, en 1843, el mayordomo era un monje francoamericano, el hermano Goussard, de Detroit. El fue el impulsor de las suntuosas adquisiciones que no pudieron sostenerse y acabaron llevando al cierre de la casa.

¹⁵ Insistiendo en lo que había en éste de transplante de la tradición europea, ésta de tantas raíces monásticas, apuntaremos el curioso dato de que, hasta hace muy poco, en el estado de Maryland el año nuevo se celebraba el día de la Anunciación. Para los aprendices de paleografía y disciplinas aledañas, el fechado de los documentos por los años de la Encarnación da a veces quebraderos de cabeza...

¹⁶ Excelente resumen el de J. RIPPINGER, *The Benedictine Order in the United States. An Interpretative History* (Collegeville, 1990); y el inédito, que sepamos, de sor Ann Kessler, *Benedictine Monks and Nuns: their Roots and History* (Sacred Heart Convent, Yankton, SD). Ha publicado: *Benedictine Men and Women of Courage. Roots and History* (Yankton, 1996).

¹⁷ No perdamos de vista la presencia anterior de los benedictinos blancos, aunque no sea nuestro tema. Esa precedencia corresponde desde luego a su mayor vitalidad en los días restauradores; un benedictino de Solesmes acaba de escribir que «au sein du monde monastique lui-même, le XIX siècle est par excellence le siècle de la Trappe», G.M. OURY, *La Congrégation de Solesmes*, «Lettre aux amis de Solesmes» (1995,2) p. 21. Huidos trapenses de la Revolución hubo en

gado en 1844, párroco entonces en Utica, Nueva York, y pasado luego a la diócesis de San Francisco, donde murió en 1868.

La llegada

Al fin, el día de Santiago de 1846¹⁸, Bonifacio Wimmer¹⁹, un monje de la Congregación de Baviera, profeso de Metten, salió de Munich con cuatro novicios de coro y catorce hermanos legos²⁰, para llegar al continente americano al cabo de unos dos meses²¹. Su destino era el Oeste de Pensilvania, adonde les había llamado un sacerdote alemán convertido del luteranismo, Peter Lumke²², colaborador a su vez

que había sido del príncipe-cura Demetrius Gallitzin²³ (+1840) en el apostolado de Cambria County²⁴, desde 1843 territorio de la nueva diócesis de Pittsburg, gobernada por Michael O'Connor²⁵, quien se había mostrado favorable a la inmigración de los benedictinos, entre otros móviles para que le establecieran el seminario diocesano y una escuela de primera enseñanza²⁶. Por su parte Lemke les proporcionó terreno de su propiedad en Carrolltown, pero demasiado pobre el suelo, por lo que prefirieron otro que les dio el propio obispo, Saint Vincent, en Westmoreland County, cuarenta millas al oeste de Pittsburg a media milla de Cumberland Turnpike.

A su vez, seis años más tarde, el 3 de julio de 1852,

los Estados Unidos desde 1803, intentando fundar en Boston, con monjas también, desde 1812. Pero aunque tuvieron vocaciones femeninas volvieron a Europa, de manera que hasta 1848 se hizo esperar la fundación del gran monasterio de Gethsemani, en Kentucky, a la postre el de Thomas Merton.

¹⁸ Notemos una coincidencia cronológica, aunque de relación solo mediata con nuestro acontecimiento: 1845 y 1846 fueron los años de los malos *praties* en Irlanda, las dos sucesivas cosechas putrefactas de la patata, cuyas consecuencias en el país, solo paliadas por el gran éxodo, precisamente el de la emigración a Estados Unidos y Canadá, recuerdan las más patéticas historias del medievo (la población insular disminuyó en un tercio en solos diez años). Por supuesto que los viajes y las llegadas no eran amables; baste recordar el apelativo de los buques del transporte, barcos ataúdes, *coffin ships*. En algunos casos un empeoramiento. En torno a las *private work houses* que eran sus provisionales acomodos, en Nueva York y Boston, podía observarse que *they kept the pigs in the parlor, and that was Irish too*. A las que se colocaban de criadas se las llamaba *biddies*, *pot-wollopers* o *Kitchen canaries*, y a los hombres, por descontado de bajísimos salarios unos y otras, *greenhorns*, *clodhoppers* o *micks*. No era extraño encontrar una advertencia de repudio, *No Irish Need Apply*, influyendo en ello también el factor religioso; véase E. ROTHAN, O.F.M., *The German Catholic Immigrant in the United States, 1830-1860* (Washington, 1946).

¹⁹ J. OETGEN'S, *An American Abbot*, B.W. (Latrobe, 1976); muchas cartas en los tomos 22-25 de la «American Benedictine Review» (=ABR) Excelente la biografía.

²⁰ Naturalmente que éstos eran muy necesarios en aquel benedictinismo americano en construcción material. Uno de los que entonces llegaron, Joseph Sailer, recurrió a Roma en 1861 contra el *status* de los mismos en la comunidad. Lo paradójico era que el primer plan de Wimmer había sido la plena integración de los cuerpos de ésta, aunque no pudo llevarlo a cogüelmo, tanto por la falta de energías físicas de muchos *clerici* como por la incapacidad de los *conversi* para manejarse a través de las complicaciones del breviario. A guisa de botón de muestra de la labor de estos ejemplares trabajadores, es pintiparado el catálogo de una exposición que tuvo lugar en el monasterio de Minnesota, *Saint John's Furniture 1874-1974*, editado por Maecia Lavine y Thomas Williams.

²¹ A dos de los conversos hubo de dejarlos enfermos luego, en Hollidaysburg.

²² Prusiano, se encardinó en la diócesis de Ratisbona: L. FLICK, *Biographical Sketch of Rev. P.L. O.S.B., 1796-1882*, «American Catholic Society Records» 9 (1897) 129-92; W. MATHÄSER, *Haudeggen Gottes* (Wurzburg, 1971) y T. KARDONG, P.H.L.: «Brave Soldier of the Lord» or *Gyrovage?*, «Tjurunga» 24 (1983) 44-65.

²³ Hijo de Amelia von Schmettau (1748-1806), que convirtió su casa de Münster, el territorio todavía principado eclesiástico, en un impresionante hogar de renacimiento católico. La familia procedía de la ortodoxia; P. H. LEMKE, *The Life and Work of Prince D.A.G.* (traducción; Nueva York, 1940) cfr. M. WIRTNER, *The Benedictine Fathers in Cambria County* (Carrolltown, 1926).

²⁴ Gallitzin es el nombre de uno de los burgos de éste:

²⁵ H. SZARNICKI, *The Episcopate of M.O. 1843-1860* (Washington Catholic University, 1971).

²⁶ En la población católica había alemanes e irlandeses.

llegaban al puerto de Nueva York las primeras monjas²⁷, profesas de Santa Walburga de Eichstätt²⁸, dos de coro, Benedicta Riepp, nombrada superiora a sus veintisiete años, pequeña y delicada de salud, y Walburga Dietrich, de cuarenta y ocho, y una lega, Maura Flieger, de treinta. El doce de junio habían tomado su primer tren hasta Pleinfeld y aquí el segundo hasta Bremen, de donde salieron el diez y ocho en el *Washington*²⁹ vía Southampton. Al día siguiente de la arribada desembarcaron, contribuyendo a aumentar su inquietud al no encontrar esparándolas a nadie, el bullicio de la fiesta de la independencia, que al principio, ignaras de su causa, las dio una visión enloquecida de su país de adopción. Primero en tren y luego en carro, dieron al fin con el monasterio de Wimmer al cabo de cuatro días, y el quince se hallaban en su destino preciso, St. Marys, en Elk County³⁰.

Gentes que llegaban al Nuevo Mundo desde la vieja Europa, con una formación alimentada en las raíces de ésta, determinante ella de unos ideales³¹ en la génesis de las ilusiones que configuraban su visión de la tarea a llevar a coguelmo allí, debiendo ser este pasado biográfico suyo para su historiador el punto este de partida.

La vocación de Bonifacio Wimmer

Bautizado Sebastián, había nacido el 14 de enero de 1809, en Thalmassing, un pueblecito muy cerca y al oeste de Ratisbona, sumergido entonces el territorio en la vorágine de la guerra napoleónica³², seis años después de la exclaustración del país. De familia campesina, su padre tenía allí una taberna. En la Universidad de Munich fueron profesores suyos Frederick-Wilhelm Schelling, Joseph von Görres e Ignaz Döröllinger. En 1831 le ordenó el santo obispo Georg-Michael Wittmann, condjutor de Joseph-Michael Sailer, empezando su ministerio en el santuario mariano de peregrinación de Altötting, en la vecina diócesis de Passau, debiendo también asistir a las parroquias de las inmediaciones.

Así las cosas, en 1817, Maximiliano I de Baviera había firmado un concordato con Pío VII, apertura a la paz religiosa posibilitadora, diez años más tarde, de un decreto de su sucesor Luis I restaurando la vida benedictina en una de las casas suprimidas. Metten, con dos de los únicos seis monjes que habían quedado de la Congregación Bávara, Roman Reith e Ildephonsus Nebauer.

²⁷ Para el contexto: M. EWENS, *The Role of the Nun in Nineteen-Century America* (Nueva York, 1978); B. MISNER, *Highly Respectable Ladies: Catholic Women Religious in America, 1790-1850*: (ibid., 1988); M. E. BREWER, *Nuns and the Education of American Catholic Women, 1860-1920* (Chicago, 1987); J. G. MANNARD, *Maternity... of the Sprit: Nuns and Domesticity in Antebellum America*, «U. S. Catholic Historian» 5 (1986) 305-24; U. STEPIS, *Pioneer Healers: The History of Women Religious in American Health Care* (Nueva York, 1989).

²⁸ B. zu MUNSTER y A. M. y A. BAUCH, *Heilige Walburga: Leben und Wirken* (Eichstatt, 1979); *Die Abtei St. Walburg (1035-1935). 900 Jahre in Bild* (ibid., 1934; versión inglesa, *Spring and Harvest*, St. Meinrad, 1952) y K. RIED y otros, *Zum 900-jährigen Jubiläum der Abtei St. Walburg* (ibid., 1935).

²⁹ Llevaban una imagen de la Virgen y el Niño, de ocho siglos de antigüedad. Desatada una tormenta al mediar el viaje, el capitán mandó a los viajeros arrojar sus pertenencias pesadas, pero ellas consiguieron que un marinero se limitara a atar aquélla y tener sujeta sobre la borda la cuerda hasta que amainara, lo que tuvo lugar en cuanto la imagen tocó las aguas. En todo caso, lo largo, penoso y arriesgado de aquellos viajes, fomentaba algún ingrediente legendario; *The First Benedictine Order*, «Roaming in Elk County: A Magazine for and about the People of Elk County» 1 (1974, 6); J. SUTERA, *Pioneers in Search of Identity*, «Benedictines» 35 (1980, 1) 25-36.

³⁰ Muy buena visión de conjunto la de E. HOLLERMANN, *The Reshaping of a Tradition. American Benedictine Women. 1852-1881* (Saint Joseph, Minnesota, 1993).

³¹ Ideales de los cuales hacía parte esa misma expatriación. En ese orden de cosas, concretamente a propósito del vacío monástico de la América española, no creemos que pueda achacarse sólo al veto del poder civil sin más. ¿Acaso se hicieron los bastantes esfuerzos para quebrantarlo? Así las cosas podemos pensar un tanto que, si los benedictinos y los cistercienses no se transplantaron al Nuevo Mundo, fue sencillamente porque no se los ocurrió, convencidos de que su misión consistía en rumiar en el viejo solar la herencia recibida para su custodia y perpetuación.

³² En su primera juventud intentó irse voluntario a la guerra de la independencia griega. Fue entonces cuando puso *Phylax* a su perro de lanas.

Wimmer se unió a ellos en 1832. De sus cuatro compañeros de noviciado, Georg Scherr fue abad de la casa y arzobispo de Munich, Rupert Leiss el primer abad de Scheyern, y Franz-Xaver Sulzbeck, restaurador de Weltenburg³³.

Wimmer tomó el nombre de Bonifacio por una contingencia ajena al santo. En 1833 profesó y fue destinado a la parroquia monasterial de Edenstätt, y luego a la de Stephansposching. En 1839 estuvo de procurador en Scheyern. Al año siguiente pasó a Munich, como prefecto del Hollandeum y profesor de latín y griego³⁴ en el Ludwigs-Gymnasium, instituciones vinculadas entre sí y de reciente erección regia, para cuyo servicio el monarca había recurrido a los benedictinos.

Al ser rechazada una propuesta suya de restaurar otro monasterio, Mallersdorf, escribió al ya abad Scherr: «El que no está conmigo, está contra mí», mientras que ya, en la comunidad se le llamaba el *Projectenmacher*, como en el noviciado se le había tenido por un tanto perturbador y visionario.

De tal manera, esta vigorosa personalidad se nos retrata plena de dinamismo, sí, pero tanto como apenas dotada de capacidad de frustración, difícil de contener su empeño en imponer la propia voluntad, desde luego ésta identificada en su mente con lo legítimo y lo justo, concretamente el bien de la Orden y la Iglesia.

Su vocación monástica aparece clara, en cuanto por ella dejó la condición ya poseída de clérigo secular

y el ministerio parroquial, pero sin embargo volvió a desempeñar éste sin crispación alguna ya en su nuevo género de vida. Y, en cuanto a lo de práctico y tendente a la actuación inmediata y externa que en su ideal pudiera predominar, no olvidemos sin embargo su otro menester de profesor de las lenguas clásicas³⁵, cuando ya se había mostrado partidario de establecer un *gymnasium* en el Metten restaurado, inmerso pues en la continuidad de la *alte Schule Tradition* benedictina allá. Ya en América, si bien dijo que la aspiración educacional había de jerarquizarse «primero en lo necesario, luego en lo útil y, al fin en lo bello y proclive al refinamiento», también se manifestó «absolutamente convencido de que un colegio monástico que no concediera tanta atención al arte como al estudio y la religión sería muy imperfecto», hasta el extremo de que «una deficiencia inicial en los conocimientos sería más fácilmente excusable que una negligencia hacia el arte». En cuanto al trabajo en los campos, le exigía a sus estudiantes teniendo en cuenta su estado de necesidad, pero también por estimarlo conveniente para su propia formación— notemos que en Roma se le llamaba «el abad granjero», a *Farm-Abbot*. Pero aspecto sin embargo que nos lleva a atribuirle otra cualidad, la del pleno aprovechamiento de los recursos³⁶ a la vista³⁷.

Los días eran de exaltación misionera, en la Iglesia y en la familia benedictina, y de Wimmer no cabe duda haber sintonizado con ella, no tanto con miras

³³ El otro murió prematuramente.

³⁴ Una «tierra» de arraigo a la que siempre se mantuvo fiel. Pero, así como la adopción de los usos de la Congregación de Baviera cuando ya la suya fue independiente, hubo de adaptarse a las necesidades de un ineludible activismo, también la educación humanística. Así, escribía en 1858 al nuevo abad de Metten, Utto, que los seminaristas habían de estudiar allí tanto latín como su oficio demandaba, mas también otras materias que exigía el contexto, donde dos o tres predicadores penitenciales serían más útiles que una veintena de profesores pedantes. Hacía notar que en el país los hombres más ilustres no leían latín, y que aunque ello no merecía su aprobación, le impedía exigir a quienes para colmar esa laguna tenían que hacer un esfuerzo grande, complementarle con otro para el griego.

³⁵ Sólo la consideración de que, en esa América en formación, había que dar prioridad al inglés para las gentes de habla alemana y, en su territorio, al alemán para las de habla inglesa, le hizo mitigar un poco la exigencia del griego.

³⁶ Distraer un dinero enviado a las monjas con la excusa de serles menos útil a ellas en el momento concreto— así lo hizo en 1858 con tres mil florines del rey Luis— era algo que entraba en este mismo aspecto de su condición.

³⁷ A ello podemos atribuir, aparte las contingencias, su empeñamiento en mantener la propiedad de una taberna primero (1849) y luego (1850) de su cervecería al por mayor, contra el parecer del obispo O'Connor, en un extremo entonces de candente discusión en el país, y también entre sus católicos, para quienes a veces podía ser la actitud hacia la prohibición o tolerancia del alcohol un síntoma para distinguir entre liberalismo e integrismo. La fabricación de la *St. Vincent's beer*— determinante de que algunos leyeran O.S.B., *Order of Sacred Brewers*— se reanudó, pero ya en el mismo monasterio, a la dimisión de O'Connor, en 1860, y se mantuvo hasta 1920. O'Connor había intentado, sin éxito, la sus-

a la población pagana indígena³⁸ como a la propia concepción de su ministerio monástico entre los católicos de la emigración, en una situación delicada para su mantenimiento en la fe heredada. Cuando, en 1842, se estaba esforzando por obtener la venia de su abad para marcharse, le escribía estar convencido de deberse a la tibieza en el ideal misionero precisamente el limitado progreso contemporáneo de los benedictinos. Y, en cambio, veía en su fomento un medio de aumentar las propias vocaciones³⁹.

En cuanto a su asumir la ilusión de hombre de frontera, el tipo americano pujante entonces, lo manifestó indubitamente enseguida, al seguir la corriente del momento y el movimiento históricos del país, fundando en Minnesota desde Pensilvania.

Así las cosas, sin por ello preterir las sombras en aras de las luces, acaso podemos ver en el futuro abad Wimmer el tipo de benedictino que necesitaban los Estados Unidos en gestación.

Pero hemos de continuar el hilo del relato.

Haciendo Pensilvania

En 1838⁴⁰, al ruego entre otros del obispo de Detroit, Frederick Rese, el rey Luis I había fundado en Baviera la institución de ayuda a que antes aludí-

amos, *Ludwig-Missionsverein*, pensando sobre todo en los católicos alemanes emigrados a Estados Unidos. Y desde 1842 Wimmer había venido gestionando su viaje bajo los auspicios de la misma. La víspera de san Bonifacio de 1865 le recibió el monarca⁴¹, quien se mostró favorable a encomendar la empresa a los benedictinos, lo mismo que el arzobispo de Munich, August von Reisach⁴². Tras una primera negativa del cardenal Franson, desde Propaganda Fide, acorde con la postura más sostenida de su abad, publicó sin firma⁴³ un artículo, *Über die Missionen*⁴⁴, cotejando las necesidades americanas del día con los éxitos de las misiones y escuelas benedictinas medievales, y haciendo ver cómo la presencia ultramarina de los mismos evitaría la pérdida del idioma y de los signos de identidad de los alemanes inmigrados en las generaciones posteriores y, a la postre, permitiría que, tal otra Inglaterra muy antaño, América devolviera a Europa el beneficio recibido. Uno de los conmovidos por esos argumentos fue, además del nuncio, el sabio Joseph von Gorres. Y de esa manera fue como logró nuestro hombre ponerse en viaje según dejamos dicho. A las cinco de la mañana les despidió en Munich el cardenal con una misa en San Miguel. Luego Augsburg, Ulm, Stuttgart, Maguncia y Rhin abajo hasta Rotterdam para embarcarse en el *Iowa*, donde también iban

titución de Wimmer al frente de la comunidad. En 1851 escribía a dom Bernard Smith, un benedictino irlandés, residente en Roma: «Even when I found him wronghead and stubborn I supposed him pious and well meaning and under the impression that he adhered to his notions through a mistaken sense of duty to his order. But many things are leading me to fear that good spirit is evaporating»; V. TAGEDER, *The Abbot Smith Letters and American Benedictines*, «The American Benedictine Review» 6 (1995) 24-38.

³⁸ Si bien los propósitos confesados de la *Ludwig-Missionsverein*, la organización patrocinadora de su empresa ultramarina, eran ante todo la propagación de la fe entre los paganos y los no creyentes, de Asia y América expresamente, aparte el sostenimiento de los franciscanos en los Santos Lugares. Y decimos confesados pues existía un nacionalismo subyacente de que luego diremos, uno de los problemas constantes en definitiva al llegar a la otra orilla; Th. ROEMER, *The Ludwig-Missionsverein and the Church in the United States, 1838-1918* (Universidad Católica de Washington, 1933); W. MATHÄSER, *B.W. und König Ludwig I von Bayern* (Munich, 1937).

³⁹ En este orden de cosas, llegaba a esgrimir el argumento de la mejora en el nivel de vida que el estado monástico y clerical supondría para los hijos de los inmigrantes— mejor vestidos y alojados, aunque a costa de la negación de sí mismos y el sacrificio liberados de las rudas tareas en las regiones boscosas, «maquiavelismo» que dice sor Ann Kessler; JOHN TRACY ELLIS, *Documents of American Catholic History* (Milwaukee, 1962), num. 86, pp. 279-88.

⁴⁰ De 1822 era la Propagación de la Fe, de París y Lyon, y en el interludio, se había constituido la Leopoldina, de Viena; Th. ROEMER, O.F.M., *The Leopoldine Foundation and the Church in the United States, 1820-1839* (Nueva York, 1933).

⁴¹ Junto a él tenía un buen valedor, el capellán palatino, y director de la organización dicha, Ferdinand-Josef Müller.

⁴² Otro prelado benefactor luego fue el obispo benedictino de Linz, Gregor Ziegler.

⁴³ Aunque el propio rey descubrió su autoría.

⁴⁴ Respuesta acorde al libro del canónigo Joseph Salzbacher, *Meine Reise nach Nordamerika in Jahre 1842*.

unos premonstratenses a fundar en Winsconsin. El día veinticinco de agosto las dos comunidades cantaron juntas el oficio, por ser el santo de su buen rey.

Wimmer aprovechó los treinta y ocho días de la travesía, pese a haber sido intenso el mal de mar, para instruir a sus postulantes en la Regla y el oficio divino, ya que sólo uno de ellos había pasado algunos meses en un monasterio benedictino. Les hacía rezar el rosario de rodillas tres veces al día, individualmente pero a la fuerza en cubierta y por ende a la vista del resto del pasaje. Por lo cual no siempre podían hacerlo en paz, siendo de notar la tolerancia de los judíos y en cambio la hostilidad, contra la cual llegaron incluso a las amenazas, de algunos franceses y de gentes de Württemberg.

En Nueva York, tanto el benedictino solitario Balleis como el vicario general para los alemanes y un compatriota redentorista, trataron de disuadirle de su proyecto fundacional, aconsejándole encardinarse sin más en una diócesis.

Pero, indiferente a ello, terminó como sabemos en St. Vincent, parroquia creada que había sido en 1789 por uno de los primeros misioneros del territorio, el franciscano Theodore Brouwers⁴⁵, cuyo testamento seguía vigente y vivo. A este propósito cronológico, recordemos que estamos en 1846, mientras que en 1682 había llegado el cuáquero William Penn, el que dio nombre al futuro Estado, en el que se había firmado la Declaración de Independencia en 1776, aparecería el petróleo de Titusville en

1859, se daría la batalla de Gettysburg en 1863, y en 1876 nacería el pastor luterano Frank Buchman, el creador del movimiento religioso llamado del rearme moral.

En St. Vincent había dos granjas, una iglesia de ladrillo con una vivienda de una planta en una de ellas, un granero⁴⁶ y una nave de madera. Y al iniciarse la vida monástica, con la toma de hábito, éste hubo de ser intercambiado por los aspirantes en la misma ceremonia, ya que sólo tenían seis. En la observancia que se estableció, la hora de levantarse era las cuatro menos cuarto, los legos rezaban rosarios en vez del oficio, la meditación era común, todos tenían igualmente el examen de conciencia individual en la iglesia, y los de coro también rezaban el rosario⁴⁷. Los monjes atendían la parroquia, de alemanes e irlandeses, económicamente débiles⁴⁸, con misiones anejas⁴⁹; el obispo les encargó del seminario diocesano, formándose por lo tanto en su «escolasticado» tanto los aspirantes a la vida clerical secular como a la regular; y abrieron un colegio, cortado por el patrón de los de la madre patria⁵⁰, si bien al tener que trabajar en el campo habían de aflojar algo los planes de estudio⁵¹. De ahí que pronto la comunidad se dividiera, al haber partidarios de una vida claustral estricta. El alimento más común en esos comienzos era el pan seco, y no había vino, cerveza ni café.

Y lo asombroso, teniendo en cuenta lo precario de tales condiciones⁵², es cómo ya en torno a 1850 se había desarrollado en St. Vincent «the richley cultu-

⁴⁵ F. FELLNER, *The Reverend Th. B.*, «Records of the American Catholic Historical of Philadelphia» 24 (1914) 356-63.

⁴⁶ Los legos eran un carpintero, un labrador, un herrero, un albañil, un cocinero, un cochero, un curtidor, un molinero, un cerrajero y un panadero.

⁴⁷ O. MOOSMÜLLER, *St Vincenz in Pennsylvanien* (Nueva York, 1873). De la vida cotidiana hacía parte todo un *Cursus Marianus*, y se añadían a veces varios *via crucis*. Una de las primeras medidas capitulares de su Congregación fue la obligatoriedad de tener todos, no sólo la Biblia y la Regla, sino la *Imitatio Christi* y varios manuales de ascetismo..

⁴⁸ En la comarca había también polacos, checos y eslovacos. Wimmer confesaba ser partidario de su integración en la iglesia de América, aunque ello no sonara demasiada bien a sus compatriotas destinatarios de su correspondencia.

⁴⁹ Primero en Ligonier, Saltsburg e Indiana de Pensilvania.

⁵⁰ Aunque sus estudios se llamaban «mercantiles» y cuidaban sobre todo la caligrafía, el dibujo y la música, Wimmer escribía al cadernal Von Reisach cómo iban declinando *mensa, mensae* y conjugando *amo, amas*. Las clases de las materias no sacras eran comunes con el escolasticado. Había dos profesores seculares, de matemáticas y de música.

⁵¹ Por eso se volvieron a Baviera los padres Peter Lechner, Thaddäus Brunner y Andrew Zugtriegel, empeñados en un trasplante integral de la escolaridad europea; F. FELLNER, *Archabbot B.W. as an Educator*, «The National Benedictine Educational Association Bulletin» 25 (1942) 95.

⁵² Sobre la aplicación de castigos corporales a título de medicina a algún hermano lego el *hickory oil*, véase el libro de Oetgen, pp. 128-9-.

red milieu which characterized the monastic school»⁵³. El capellan Müller les mandó trescientos cuadros de la colección real, entre 1847 y 1851 y, con otros bienhechores, incunables para la biblioteca, pronto completa en los clásicos griegos y latinos y en ciencias eclesiásticas. Y lo orquesta adquirió fama en la región⁵⁴, gracias al profesor Maurice Schwab y a los legos hermanos Leonard y Wendelin Mayer. Lo curioso es que Wimmer se sintió impulsado a su desarrollo, lo mismo que al del coro, con miras concretas al esplendor litúrgico, a la vista de la elevación artística de los servicios protestantes. De ahí que Mozart, Haydn y Weber fueron también interpretados en la misa mayor de los domingos. Cualquier cotejo con situaciones y niveles equivalentes en el mundo desarrollado de hoy huelga.

Y así quedaron asentados los cimientos. El desarrollo iba a ser próspero y pronto, aunque naturalmente que no exento de inquietudes ni tensiones. En 1848, Wimmer pidió al cardenal Barnabo, de la Propaganda, hiciera su monasterio priorato exento. Significativamente, la petición no fue transmitida por su ordinario, sino por el de Milwaukee, Henni O'Connor se opuso. Como muchos otros miembros de la jerarquía americana, no concebía allí la exención. Ni tampoco que los benedictinos fabricaran y menos vendieran al por menor cerveza, por mucho que fuera corriente hacerlo en Baviera⁵⁵, a

lo cual Wimmer osó replicarle, y ello nos denota la peligrosidad de la situación, no aceptar más leyes canónicas que las vigentes en Europa. Pero tras varios avatares⁵⁶, áquel dio su conformidad, y St. Vincent fue priorato no exento en 1852⁵⁷ y abadía exenta tres años más tarde.

Cuando ya había sonado la hora de las monjas⁵⁸, de cuya llegada ya anticipamos, para ser establecidas en St. Marys, Elk County, en el noroeste de aquella Pennsylvania, St. Joseph el nombre de su monasterio.

In pectore feminae

St. Marys se había proyectado, a pesar de no tener río, como una ciudad del tamaño de Nueva York, lo cual implicó las correspondientes exigencias urbanísticas con vistas a ese futuro a los concesionarios de pedazos de su bosque— pinos, abedules, castaños y cerezos silvestres—, lo cual acabó determinando que consistiera en edificaciones caprichosamente desparramadas en la inmensidad de ése, en el cual hasta hacía poco campaban por sus respetos los lobos, los osos y las serpientes de cascabel. Los redentoristas habían dejado el lugar muy recientemente⁵⁹.

El obispo O'Connor⁶⁰ escribió el 15 de julio a Wimmer dando su venia provisional al estableci-

⁵³ OETGEN, *An American Abbot*, p. 87.

⁵⁴ FRED J. MOLECK, *Nineteenth Century Musical Activity at St. Vincent Archabbey* (Tesis de Pittsburgh, 1971).

⁵⁵ El 21 de abril de 1898 se leía en *The New York Voice*: «Students of St. Vincent's monastic College trained for roman catholic priesthood amid fumes of a brewpot steaming under direct authority of Pope Pius IX monks, said to be trained to absolute self-denial, fight like tigers whenever their beer is assailed». La lectura de O.S.B. de que atrás dijimos, la había hecho el 1 de abril de 1894 el *Griffin's Journal*, de Filadelfia.

⁵⁶ En uno de ellos el obispo pidió enviaran otro superior, del mismo Metten, de Scheyern o de Einsiedeln; véase la nota 33.

⁵⁷ El Rey Luis I había abdicado en 1848, pero hasta su muerte veinte años más tarde siguió protegiendo a los benedictinos y benedictinas.

⁵⁸ Cuatro dominicas de Ratisbona, llamadas por el propio Wimmer, no encontraron a nadie esperándolas en el puerto de Nueva York, el 26 de agosto de 1853. Ello acabó determinando que se quedaran allí, en una parroquia de Long Island, Williamsburg, si bien el benedictino pretendió seguir siendo su «director»; H. KOHLER, *The Life and Work of Mother Benedicta Bauer, O.P.* (Milwaukee, 1937) y E.J. CRAWFORD, *The Daughters of Dominic in Long Island* (Nueva York, 1938).

⁵⁹ A.G. BREHM, *History of St. Marys Parish* (St. Marys, Pensilvania, 1960; inédito); R. BURGEMEISTER, *History of Catholicity in St. Marys* (St. Marys, 1919).

⁶⁰ Enseguida, en 1853, se erigió la diócesis de Erie, bajo el obispo Josue Young, según Wimmer un americano sin prejuicios hacia los alemanes. En su primera visita a St. Marys, un hermano lego de Linz le escribió un cántico, al que otro de Wurtemberg puso música, cantándoselo seis novicias. Por su parte la banda de viento de los colegiales le dio una serenata, y le gustó tanto que les pidió a su vez interpretaran un *Yankee Doodle*.

miento y reivindicando su jurisdicción sobre las monjas⁶¹. Por su parte, Wimmer urgió desde entonces y sencillamente las implantó el propio noviciado, independiente de la casa madre⁶². El 27 de noviembre, Riepp pedía, entre otras cosas, al cardenal Von Reisach, los cuadros del viacrucis, cuyo enmarcamiento gratuito ya la había prometido un carpintero⁶³. En otro orden de cosas, los niños que iban a su escuela⁶⁴, solían llevar para su comida sólo un trozo de pan negro, el cual las propias monjas tenían racionado, escaseando mucho la mantequilla, y siendo la base alimenticia patatas y tortas de trigo sarraceno, con una ciruela, habas secas y puches⁶⁵ como extraordinario. Una crónica hacía constar que tenerse en pie era una proeza. Sin embargo, en 1856 abrieron otra escuela en Erie⁶⁶, la primera fundación benedictina de matriz americana, Mount St. Benedict a la postre⁶⁷, parece que sin permiso expreso de Wimmer, cuando ya otras dos remesas de monjas, de cuatro cada una, habían llegado de Europa, hacía uno y tres años respectivamente. Y por entonces, el partido llamado «Know Nothing»⁶⁸, de americanos de nacimiento, se venía oponiendo tanto a la inmigración como a la libertad cívica y religiosa de los inmigrantes, exigiendo una descendencia nativa de dos generaciones para cualquier candidatura política. En Pensilvania era muy fuerte, concretamente en el ámbito educacional, llegando a temer las monjas la imposición de libros de texto peligrosos, y negándose a sufrir el examen

que las venía exigido, con la consiguiente pérdida de la subvención oficial.

En cuanto al orden interno, si el conflicto entre las jurisdicciones diocesana y regular se cernió desde los comienzos, no sólo más agudo, sino también más enconado en la reivindicación de los principios⁶⁹, fue el que opuso a la madre Benedicta y el abad Bonifacio, considerándose éste el superior de «los benedictinos de América del Norte», de ambos sexos por descontado, y ésa igualmente, pero de sus monjas.

En 1857 ella volvió a Europa, siendo mal recibida en su monasterio, donde se la mantuvo aislada durante los diez meses de su estancia, actitud ante todo originada por haber abierto su propio noviciado⁷⁰. El obispo de Eichstätt, Von Öttl, no accedió a llevar sus quejas a Roma, ante lo cual ella acudió a Munich. Por su parte, el 24 de julio, Wimmer escribió desde Pittsburgh al capellán palatino Müller, reclamando su autoridad con arreglo al Derecho Canónico, a la vez que censuraba la auosuficiencia y el deficiente gobierno de la superiora, a la cual terminó enseguida por destituir; describiendo la situación, de no enderezarse las cosas a la medida de sus deseos, cual la de «un mujerío no bueno para nada», y reconociendo al obispo— a ciento treinta millas y sin saber apenas nada de la Orden— únicamente el derecho de visita, con una prevención también contra la independencia anárquica de cada convento en el futuro, «la destrucción de la Orden» en cuestión.

⁶¹ Seguimos a I. GIRGEN, *Behind the Beginnings* (St. Joseph, 1981), cfr., L. MORKIN y Th. SEIGEL, *Wind in the Wheat* (Erie, 1956).

⁶² Las religiosas irlandesas de la Merced, que hasta la llegada de los benedictinos habían estado en St. Vincent, enseñaban inglés a los postulantes.

⁶³ Se lamentaba de que sólo el altar mayor y el sagrario denotaban tratarse de una iglesia. Pensemos en lo distinto de las mentalidades posteriores, que han visto en esa sencillez el ideal.

⁶⁴ Casi todos alemanes. Luego, el ferrocarril determinó más abundancia de irlandeses.

⁶⁵ Pero sólo en navidad no estaba tasada la altura de la masa de éstos en la caldera.

⁶⁶ Madre Benedicta escribía que los americanos no viciados por los prejuicios de otra confesión, o sea incluso los agnósticos, apreciaban la expansión conventual femenina por garantizarles la educación de las mujeres en su área.

⁶⁷ *Sisters of St. Benedict, Erie, 1856-1931* (Erie, 1931).

⁶⁸ Habían sucedido a los *Nativistas*, y fueron a su vez sucedidos por la *American Protective Association*.

⁶⁹ Claro está que no faltaron las múltiples ocasiones de su estallido; así, desde la propia cotidianidad: sumisión de ellas a un paralelo del horario y observancia de ellos, desde la hora de levantarse, las tres y media, para los maitines, laudes, meditación, prima y misa.

⁷⁰ Antes de su regreso, la casa madre cortó todos los lazos con el Nuevo Mundo. El decreto romano de separación fue pronunciado en 1859.

Los reproches concretos eran variopintos, tal haber acogido a un niño abandonado de un año al que incluso llevaban a veces al coro, y hasta haber «delegado» Riepp y Willibalda Scherbauer⁷¹ en otra monja el rezo del oficio y el rosario, abrumadoramente ocupadas las dos, por ejemplo en una quermese navideña— «no toleraremos a nuestro lado hermanas de nuestra Orden independientes de nosotros».

En 9 de abril del año siguiente, habló de una «tiranía de mujeres». Mientras que, en enero, Riepp opinaba escribiendo al cadernal Barnabo: «Con respecto a nuestras hermanas, Su Eminencia estará de acuerdo conmigo, estoy segura, en que muchas cosas, y especialmente lo que respecta al gobierno interno del convento, no deben dejarse al arbitrio de los hombres en manera alguna». No requiere comentario alguno la perenne transcendencia de posturas tan divergentes.

Pero ya, al fin, la controversia había sido sometida integralmente a Roma. El hambre de las religiosas⁷², que había llegado a causar la muerte de cuatro jóvenes, era una de los motivos de querrela de Riepp, ya que entre ellas y los monjes mediaban servicios mutuos, según las habilidades de cada sexo, y también prestaciones en especie. Y el 6 de diciembre de 1858, decidió la Congregación de Obispos y Regulares⁷³. Contra lo pedido por Wimmer, denegó a las

benedictinas norteamericanas la profesión con votos solemnes, teniendo en cuenta su imposibilidad de guardar la clausura estricta y la necesidad en que estaban de tener colegios⁷⁴. A su propuesta de sustituir las el breviario monástico por el oficio parvo no contestó⁷⁵. Rechazó su demanda que habría llevado a incluir los monasterios femeninos en la Congregación Americana-Casinense, y en cambio los sometió a la jurisdicción diocesana⁷⁶. Pero nuestro abad llegó a sostener después que el fallo había de interpretarse según las circunstancias, en concreto las de ser él fundador, lo que implicaba un reconocimiento tácito de su autoridad por parte de los propios ordinarios, como una delegación natural, y la de tener a su vez bajo aquélla a los monjes que habían de ser los confesores de las hembras.

Mientras tanto, el desarrollo había sido sorprendente. En 1852 eran ya ciento veinte monjes profesos, con tres casas dependientes en Pensilvania, las de St. Mrys⁷⁷, Indiana⁷⁸, y Carrolltown⁷⁹, y una cuarta algo después, Butler, con lo que cubrieron todo el oeste del Estado. Al bordear el ferrocarril de éste los mismos confines monasteriales en Westmoreland, se encargaron, a lo largo de todo el trayecto, hasta Harrisburg, de la asistencia espiritual de los obreros irlandeses, y sabedor Wimmer de los estragos que en ellos hacía el alcohol, les aconsejó sus-

⁷¹ Luego superiora en Minnesota.

⁷² Pan de maíz, sopa negra, tallarines de harina de centeno, algo de carne de vaca salada y en mal estado.

⁷³ La historia oral contaba que, al acercarse a St. Vincent el carro de las primeras monjas, en la llegada que ya conocemos, un lego dijo tratarse de *a wagonload of trouble*. Habría sido profético un poco o, sencillamente, previsor?

⁷⁴ En 1866, el Concilio Plenario de Baltimore prohibió tales votos en todo el país, salvo en circunstancias particulares; véase el citado libro de Mathäser, *B.W. und König Ludwig I* y en «Studien und Mitteilungen zur Geschichte der Benediktiner Orden und seiner Zweige» 43 (1925) 283-312. A propósito de esta cuestión, este benedictino pensaba que, al no poder observar la estabilidad las monjas americanas, su sistema de vinculación y vida era más provincial y congregacional que monasterial— por lo tanto como buena parte de las congregaciones masculinas en el pasado europeo!—, y las asimilaba a las terceras órdenes regulares con votos perpetuos.

⁷⁵ Más tarde, en 1866, sería una de las concesiones de la *Propaganda*, con la aprobación del Papa.

⁷⁶ Wimmer había recurrido a los buenos oficios de los obispos de Pittsburgh, Erie y Eichstätt en el asunto, pero cual a guisa de hombres buenos nada más.

⁷⁷ O sea en el primer paraje ofrecido a los benedictinos, el de Peter Henry Lemke. Desde allí laboraban en Cambria y en Clearfield.

⁷⁸ Esta fundación sucedió a la taberna de cerveza, para aprovechar su solar.

⁷⁹ Muy difícil al principio, por las diferentes tradiciones pías y aledañas que allí tenían los católicos, alemanes pero de varias procedencias— lo mismo observaría de los de Madison, en Indiana, dom Beda O'Connor en 1853. En Chestnut Ridge ése compró un bosque, donde se establecieron algunos legos, con las miras de aprovisionar de madera las construcciones monásticas en germen.

tituyeran los «aguardientes» por la menos mortífera cerveza! En el colegio de St.Vincent había treinta «estudiantes de comercio» y treinta «escolásticos»⁸⁰, o sea postulantes o seminaristas. Y la pastoral era ejercida, tanto en alemán como en inglés, en Greensburg, Saltsburg, Johnstown, Jefferson, Summit, Hollidaysburg y Altoona. Para Wimmer «la estabilidad benedictina no debía degenerar en inactividad», tanto que, de esa manera, *América sería suya*, y cada monasterio de la vieja Europa debería fundar otro allí.

Por eso la normalidad de la elevación de St.Vincent a abadía, con abad perpetuo, y a casa central de una congregación que de momento se afiliaba a la Casinense, el 30 de junio de 1855, a pesar, no sólo de la oposición, a la medida y al nuevo abad, de O'Connor, sino de las maneras poco diplomáticas como *oportune et inoportune* aquél la pidió y exigió desde el Nuevo Mundo y en el Viejo. De buen augurio había sido una visita del nuncio en Brasil y enviado pontificio a los Estados Unidos, Gaetano Bodini⁸¹, dos años atrás, recibido con saluciones de monjes y estudiantes en latín, inglés, alemán, francés e italiano, respondiendo él a los clérigos en latín, a los hermanos en alemán, a los colegiales en inglés, y en italiano al prior Demetrius di Marogna.

En la audiencia de Wimmer con el Papa, que siempre recordaría su «magnífica barba», el último aludió a la historia de la cervecería, y al replicarle el primero que sus monjes sólo bebían agua, fue respondido con la recomendación de san Pablo a Timoteo de la bondad del vino moderado para el estómago. Su perpetuidad fue aplazada por tres años, por lo cual él se tituló el primero y el último abad trienal americano⁸², lamentándose en consecuencia de serlo *sine benedictione*. A pesar de ello, tras el *Te Deum* hubo un gran banquete, generosamente extendida la invitación a los protestantes vecinos, y

durante él los colegiales felicitaron al electo en latín, griego, alemán, francés, italiano e inglés.

Por su parte, las mujeres también empezaron creciendo al mismo ritmo.

En 1861 eran siete sus casas independientes. Y hemos citado esa fecha, aunque hayamos de retroceder luego, por ser la de la muerte de madre Benedicta en Minnesota, a los treinta y seis años y de tuberculosis. En la decisión romana de su pleito se dejaba a la discreción del obispo Young ejecutar el destierro de la misma al Eichstätt de su procedencia. Y parece que él replicó pidiendo se la dejase terminar sus días en su tierra de adopción sabedor de que no iban a ser muchos. En la Gathering Place de la capilla del Sagrado Corazón de St. Joseph de la misma Minnesota, adonde sus restos fueron llevados en 1884, representa su tránsito un sobrio conjunto escultórico de Joseph H. O'Connell, *Primera muerte en la Comunidad*.

Pero entonces ya hacía tiempo, desde no mucho después de aquellas llegadas de los bávaros, de las de otros benedictinos a esas inmensidades.

Desde el previsto exilio de un monasterio

Bastante después de la época que historiamos, ya en nuestro siglo, dom Cuthbert Butler podía seguir sugiriendo que las abadías suizas habían mantenido incólume la tradición benedictina, una venerabilidad a la postre confirmada y determinada por haber sobrevivido a la exclaustración integral del resto de Europa.

Lo que no quiere decir que las amenazas de la misma no se cernieran sobre ellas. Téngase en cuenta que la última sangre vertida en el país lo fue por entonces, en una guerra civil, la del *Sonderbund*, de conexiones religiosas, y que algún monasterio,

⁸⁰ En 1868, había ya una escuela primaria, en la que se cursaban alemán, inglés, religión, deletreo, lectura, caligrafía, aritmética y geografía; el Curso Eclesiástico, con tres años de filosofía y teología; el Curso Clásico, a base de latín, griego, historia y religión; y el Curso Comercial, de tres años también, dedicados al inglés, alemán y francés, matemáticas, historia, teneduría de libros, caligrafía, geografía, filosofía natural, química y religión.

⁸¹ J. F. CONNELLY, *The Visit of Archbishop G.B. to the United States of America: June 1853– February 1854* (Roma, 1960).

⁸² No exponemos los avatares que se sucederían hasta la adquisición definitiva por Wimmer de la tal índole vitalicia. En 1866 la *propaganda* se la concedió a todos los abades en el futuro de su Congregación, con arreglo al derecho de la Bavara.

como Rheinau, fue suprimido, como el colegio que Einsiedeln tenía en Bellinzona⁸³.

Así las cosas, en 1848, un obispo al que ya hemos citado, Henni, de Milwaukee, había pedido monjes a la otra gran abadía suiza, Engelberg. Cuatro años después, el vicario general de Vincennes, en Indiana, un croata de Zagreb⁸⁴, Joseph Kundek, llegado al Nuevo Mundo bajo los auspicios de la asociación misionera de Viena, la Leopoldina, y que había sido párroco en una zona de la diócesis de inmigración alemana, Jasper-Evansville⁸⁵, fue quien acudió a Einsiedeln⁸⁶ con la misma demanda— *gute und ewige Priester*—, pero cuando además, ya él mismo había fundado dos ciudades de nueva planta, Ferdinand⁸⁷, en 1840, y Celestine⁸⁸, en 1843, en terreno comprado en torno al puerto de Troy⁸⁹, casi todo en la parte sur de Dubois County, para atraer precisamente a más católicos germanohablantes, entre los cuales se agudizó enseguida la necesidad pastoral por los estragos de la malaria y otras enfermedades. Kundek pasó dos días en Einsiedeln, a lo largo de los cuales se le dirigieron saluciones en prosa y en verso y hubo la correspondiente música, contándose entre los colegiales que intervinieron los dos primeros futuros abades de la fundación entonces concebida, Martin Marty y Fintan⁹⁰ Mundwiler. Se marchó el 17 de junio a Viena, adonde el abad, que ya le había dado esperanzas, le escribió, si bien aún provisionalmente, comprometiéndose en principio a enviar dos monjes para explorar el terreno, y más tarde, en agosto, le puso la condición concreta de que el nuevo monasterio fuera perpetuamente una dependencia de Einsiedeln. El mismo Pío IX, en una audiencia a uno de sus monjes, el escritor Gall Morel, estuvo de acuerdo, aunque no Kundek, quien

optaba por la natural independencia de la casa americana una vez hubiera llegado a doce el número de profesos.

Los dos designados⁹¹ fueron Ulrich Kristen, de treinta y ocho años, y Beda O'Connor⁹², un londinense de padres irlandeses pobres, becario en el colegio del monasterio, de veintiséis. Y fue la Sociedad de la Propagación de la Fe de Lyon la benefactora de la empresa.

Salieron de Southampton pues el 5 de enero de 1853 en el *Hermann*⁹³ y llegaron a Nueva York el 31, luego de tres contratiempos, a saber una vuelta al propio puerto el día siguiente, cinco después un anclaje forzoso en la isla de Wight, y a última hora, cuando ya se veía tierra, un encallamiento en Sandy Hook.

Estuvieron cinco días en St. Vincent con Wimmer, avencindado allí desde ya hacía más de seis años como sabemos, y que los recibió con un barrilito de cerveza y una comida de dos platos, algo insólito en la casa entonces cual igualmente nos consta.

Viajaron de Cincinnati a Madison, ya en Indiana, por vía fluvial, y de Terre Haute a Vincennes tardaron veintitrés horas, teniendo que cambiar de coche a carro por rotura del primero. En el trayecto desde Nueva York habían recibido ofertas de tierra de los obispos de Albany, Filadelfia⁹⁴ y St. Louis. Pero Ulrich escribió a su abad que veía en Indiana su tierra de promisión, por ser un país de pobres, en consecuencia pintiparado para los pobres benedictinos⁹⁵. El obispo decidió que la fundación se hiciera en el territorio de las parroquias de Evansville, St. Wendel y St. Phillip⁹⁶, y aconsejado por él Ulrich compró tierra en la margen derecha del Anderson, afluente del Ohio, en el condado de Spencer⁹⁷ y al sur de

⁸³ En mayo de 1852, cuando las contribuciones de la guerra en cuestión, tenían quebrantada la economía monasterial toda. La vida monástica se había interrumpido en Einsiedeln de 1798 a 1802, a raíz de la ocupación francesa. Heinrich IV Schmid von Baer la rigió de 1846 a 1874. Lo sorprendente es que hubo amenazas gubernativas de no dar pasaportes a los monjes misioneros, opuestas a su emigración y la compra por ellos de tierras en América. Antes, en el abadiato de Célestin Müller (1825-46), y en el de su predecesor, Conrad Tanner, hubo tentativas de irse a Galitzia y a Baviera.

⁸⁴ O Agram.

⁸⁵ Para las parroquias en torno a St. Mary's, en Davis County. El propio obispo, Maurice de Saint-Palais, había tenido allí dificultades por no saber el idioma, durante el pontificado anterior, el primero, de Simon Bruté. Los primeros cincuenta colonos alemanes habían llegado en 1836.

⁸⁶ Antes había recurrido en vano a los redentoristas, cuyo superior en Baltimore era el futuro obispo Neumann, y que preferían parroquias en las grandes ciudades.

⁸⁷ Junto a la carretera de Troy a Jasper.

Ferdinand, fértil allí, pero además con bosque, carbón, arena, canteras e incluso hierro, y molino⁹⁸ y aserradero en el ángulo del río donde confluye con el Hurricane, «un paraíso sencillamente». Por haber actuado sin consentimiento de la casa madre, tuvo un enfrentamiento con el abad, aunque éste llamó a la postre *felix culpa* a dicha omisión. Y envió dos monjes, Jerome Buchmann, como superior, y Eugene Schwerzmann, éste de Engelberg, los dos profesores y el primero subprior y mayordomo—*Statthalter*— desde 1846, y cuatro seglares, dos de ellos mujeres como amas de llaves.

Y así, en la granja llamada Denning por el propietario vendedor, se fundó el priorato bautizado St. Meinrad, en memoria del ermitaño fundador de Einsiedeln. El día de san Benito de 1854 fue la inauguración

«social», con una procesión desde Ferdinand, de la que hacían parte una cabalgata de lanceros con banderas⁹⁹, muchachas vestidas de blanco y carros decorados, también sus animales de tiro, uno de ellos llevando una gran campana con la inscripción *Sancta Maria et Sancte Meinrade orate pro nobis*, y en el camino arcos triunfales de follaje. En la misa mayor, la banda de Jasper¹⁰⁰ y el coro de Ferdinand. Y la campana tenía ya, como la fundación toda, el germen de su leyenda. Dos muchachas piadosas de la vecindad la habían oído misteriosamente antes, además de otras músicas, y visto luces, palomas y la misa incluso¹⁰¹. Eugene se hizo cargo inmediatamente de la enseñanza en la escuela primaria, con sólo dos alumnos, cuyos padres se bautizaron al cabo de algunos años, aunque ésa fue suspendida¹⁰² a la muerte inmedia-

⁹⁸ Diez millas al Este de Jasper.

⁹⁹ En la ruta, por el Ohio, de Pittsburgo a Nueva Orleans.

¹⁰⁰ Entonces Aloys y Johann.

⁹¹ La casa tiene una buena biografía: A. KLEBER, *History of St. Meinrad Archabbey. 1854-1954* (St. Meinrad, 1954).

⁹² A la postre, de 1865 a 1869 fue canceller-secretario de la diócesis, y desde entonces vicario general hasta su muerte en 1875.

⁹³ En una audiencia que en la capital británica les concedió el cardenal Wiseman, les dio licencia para celebrar en el mar, sin que se lo hubieran pedido.

⁹⁴ Que ya era el beato Juan Nepomuceno Neumann.

⁹⁵ De la hostilidad protestante, Beda recordaba sobre todo a sus mujeres, quienes sin embargo iban a escuchar sus sermones, asombradas de que, como buen demonio, no tuviera cuernos y pezuñas.

⁹⁶ Cedidas por el párroco Roman Weinzaepfel. Pero no todos eran generosos. El de Ferdinand, Hugh Stapf, difundió una circular de protesta contra la fundación. Algo después, al año siguiente ya, las dificultades fueron más serias, al alarmar al clero de lengua francesa el predominio del de lengua alemana y sus fieles, negándose entonces el obispo a concordar con los benedictinos las mismas facultades que tenían los de Einsiedeln en su diócesis de Constanza (patronato e incorporación de pleno derecho), y llegando a haber un conato del abad de cancelar la fundación. Esa fue la causa —o pretexto?— de que a los siete postulantes suabos llegados para legos, de Württemberg— *die sieben Schwaben*—, se los enterara, al pasar por Einsiedeln, de que todo correría de su cuenta y riesgo, y de que sus votos simples, como «oblato» serían para St. Meinrad, no para el *monasterium maius*.

⁹⁷ Donde estaba el puesto misional de Rockport.

⁹⁸ *The Priest Mill*, para los yanquis; para los católicos, *Die Klostermühle*.

⁹⁹ Y los guardias municipales que aportó Kundek de su «nueva población» de Jasper. A propósito de despliegues, cuando el 6 de junio de 1855, la víspera del Corpus, llegaron los padres Tschopp y Foffa, no sólo se los recibió con volteo de campanas sino también con salvas de pólvora.

¹⁰⁰ Disuelta luego ésta, en 1866 se formó la del colegio con sus instrumentos, obra de un seminarista que escribió un diario de sus tales días escolares, John Florentin Sondermann.

¹⁰¹ Véase el libro de Kleber, nota 59, pp. 60-2, donde cita a H. ALERDING, *History of the Catholic Church in the Diocese of Vincennes* (1883) y *Life and work of mother Guérin* (1904), por una religiosa de las Hermanas de la Providencia.

¹⁰² Se volvió a abrir el día de san Meinrado de 1857 (reduciéndose las vacaciones entonces, a guisa de recuperación, a quince días a partir de las primeras comuniones), con diez alumnos, dos de ellos seminaristas, los únicos que estudiaban latín. Por escasez de profesorado, se volvió a cerrar de mayo de 1858 a septiembre de 1860. El latín, la aritmética, la geografía y la historia de los Estados Unidos se daban en inglés. En octubre de 1863 se abrió St. Benedict's College, en Terre Haute. En 1855, al pasar dom Tschopp, camino del monasterio, por Cincinnati, el obispo Purcell le ofreció un colegio en la ciudad. Y en 1868, en la misión de St. Peter, cerca de Rome, Perry County.

ta de aquél.¹⁰³ Eugene había opinado que la América de entonces no estaba precisamente enamorada de las ciencias, siendo elementales las enseñanzas que en ella se daban, notándose incluso la falta de antigüedad del país en cierta escasez de las materias docentes, aunque en los planes llegaba a figurar el hebreo¹⁰⁴. Y ante esa panorama él confiaba en que St. Meinrad acabaría siendo para el país lo que San Gall había sido para Germania en la Edad Media. Recordemos las ilusiones colonizadoras equipolentes de dom Wimmer.

En cuanto a las condiciones de vida de estos suizos en Indiana, nos van a recordar igualmente las de sus hermanos bávaros en Pensilvania. Pero con algunas variantes que nos arrojan un balance ambivalente. El protagonista de su gastronomía era el pan de maíz. En el desayuno había café, pero nada más. Para las dos comidas, cerdo y verdura, pollo a veces, y un vaso de vino. En los alrededores abundaban las serpientes¹⁰⁵, entre ellas víboras venenosas, las de cascabel y *copperheads*¹⁰⁶, pero además muchos mosquitos y chinches. Hacía en invierno mucho frío y casi siempre nevaba, tanto como en verano humedad y lluvia, lo que les hacía dormir, y ello nos da bastante idea de la arquitectura de su vivienda, con el paraguas abierto.

Los legos tenían la condición de oblatos regulares con votos simples, aunque perpetuos, una cautela de Einsiedeln, al que sólo espiritualmente quedaban unidos¹⁰⁷, según el Derecho Canónico vigente una situación más usual que legal.

Se levantaban al alba. Tenían luego las oraciones de la mañana, la lectura espiritual y la meditación en común. Oían misa. A las seis cenaban, rezando en común el rosario con letanía y las oraciones de la

noche, concluidas con un cántico «que resonaba a lo lejos y a lo ancho a través del bosque», según escribió Jerome a la casa madre. El resto de las horas se dedicaban al trabajo manual. Los domingos se pasaban el día en lecturas y conferencias espirituales, y sin tardar mucho fue cantada la misa, notables las voces de los siete legos llegados de Suabia. Más tarde, mejor instruidos, rezaban el oficio parvo. Los que trabajaban en el molino o en otras lejanías se asociaban a las oraciones de la comunidad sobre el terreno pero a la misma hora.

La música sacra tuvo su primera etapa regular gracias a un violín que encontró dom Isidor Hobi, aunque entonces tenía una sola cuerda, invariablemente estimuladora de los ladridos del perro de la casa y sus acompañantes. Una vez completado servía a su poseedor para acompañarse como bajo o soprano al gregoriano y a los cánticos del *Marienrosen*¹⁰⁸, y sonaba en la misa de los días de primera y segunda clase, en los más solemnes en vísperas y completas, y cuando oficiaba el abad¹⁰⁹ incluso en las horas menores, concluyendo en esos casos con *O Tannenbaum*.

Y el primer domingo de adviento de 1858 pasó a la posteridad de la casa como el de la *Solemnis Inchoatio Divini Officii* en ella, aunque sólo estuvieron para tal inauguración del coro en él dom Ulrich y tres seminaristas, el resto en ministerios por la comarca. Sin embargo dom Hobi siempre estuvo convencido de que sólo desde entonces, desde que sonaron los cantos latinos de los monjes, lo hicieron a su vez en el bosque aledaño sus pájaros, a saber el cardenal, el mirlo burlón y el arrendajo.

Ahora bien, advertimos sin ningún esfuerzo que estamos contemplando un panorama enteramente

¹⁰³ Meses después, murió un oblato de malaria y un lego de tuberculosis. Una estampa reveladora: a los últimos sacramentos del padre Eugene asistieron también los seglares de la vecindad. Quisieron enterrarle en Ferdinand, pero al reclamarle en Fulda, cuya parroquia atendió, se optó por bendecir el cementerio monástico, improvisándole a ciento cincuenta pies de la vivienda, unos cincuenta del actual St. Placid Hall.

¹⁰⁴ No dejemos de tener en cuenta que se trataba de un recién llegado. Y a Indiana.

¹⁰⁵ Para el tratamiento de sus mordeduras y otros accidentes, véase el libro de Kleber, pp.69-70. Otra cuestión era el de la malaria, al padre Foffa sustituyéndole el agua corriente por la esterilizada y mezclada con un licor, determinante de que presentara algunos síntomas de embriaguez.

¹⁰⁶ Típicas, como crócalos. Así llamaban en la guerra los del norte a sus coterráneos de simpatías esclavistas.

¹⁰⁷ Las restricciones gubernativas le impedían acordarles el *titulum mensae* en este *monasterium maius*.

¹⁰⁸ Recopilación mariana usada en Einsiedeln, de dom Anselm Schubiger.

¹⁰⁹ = O.A.'s.

diverso del de dom Wimmer desde la óptica de la historia monástica y de la Iglesia. En efecto, ése luchó mientras era monje de Metten de la Congregación de Baviera hasta obtener el permiso necesario para dejar uno y otra y fundar una casa nueva a la otra orilla, encuadrada su empresa en la diócesis correspondiente de la iglesia territorial pero sin vínculos ningunos con sus demás hermanos benedictinos. Mientras que los monjes de Indiana habían transplantado allí un retorno de la casa madre, ni más ni menos que una filial. Y de ahí lo colectivo de la tentativa y la realización en el caso suyo, ajeno a ese predominio de las grandes personalidades que habían dominado en la restauración monástica europea, tanto en la familia negra como en la blanca, y también en la acometida dicha de los bávaros. Sin embargo, el heroísmo de esos días aún iniciales de que hemos dicho, y la apertura virgen del futuro, no impidieron que, entre las desavenencias internas, el clima y las condiciones de vida y una exorbitante deuda, el abad escribiera en diciembre de 1854 proponiendo la triple alternativa de liquidar todo, cedérselo a dom Wimmer o independizarlo de la casa madre. Y en abril de 1858¹¹⁰, los cuatro monjes de coro a su vez sugerían alguna simplificación del monasterio-colegio, prescindiendo de uno de los entes, aun reconociendo que el segundo sin el primero era ajeno a la tradición benedictina, incluso reduciéndose a un puesto misional.

Así las cosas, la víspera de san Miguel de 1860 llegaron dos nuevos y jóvenes monjes, Marty y Mundwiler, llamados a ser los primeros abades de la casa cual ya adelantamos, señalando su llegada tanto la consolidación de la fundación como el orto de lo

personal por la puerta grande. Cuando, a pesar de todo, hacía ya casi dos años de que Foffa escribiera a su hermano, abad de Muri-Gries la confianza en que se encontraba de que al *via crucis* siguiera la *via lucis*.

Del ensueño a la realidad de Martin Marty

Tenía veintiséis años y era de Schwyz¹¹¹, hijo de una antigua criada y de un zapatero que hacía también de sacristán, el menor de trece hermanos, de los cuales los cuatro superviventes recibieron las órdenes. Había pasado al colegio de Einsiedeln cuando los jesuitas que regían el de Friburgo fueron expulsados. Y se sintió románticamente seducido por los relatos que protagonizaba De Smet¹¹², el procurador de las misiones de la Compañía en las Montañas Rocosas. Al tomar el nombre en religión se acordó igualmente de la faceta misionera del santo de Tours. Inmediatamente fue profesor del mismo colegio, y luego de teología moral. Era intelectualmente vigoroso y estaba dotado de una voluntad ardiente, siempre tan generoso y humilde como a veces caústico y extralimitado, y el heroísmo no era para él una frontera.

Un detalle revelador del cambio que su llegada iba a determinar¹¹³ es la decisión tomada de fundar una pequeña ciudad, St.Meinrad, junto al monasterio, naturalmente un núcleo de población católica, anunciado en el *Wahrheitsfreund* de Cincinnati, inaugurada en la octava del santo de 1861, que coincidió con su milenario, el correo¹¹⁴. Al colegio se trasladó el seminario de Vincennes. En él, Martin

¹¹⁰ El 14 de noviembre se entronizó en el altar de la primera iglesia una imagen de la virgen negra de Einsiedeln, Nuestra Señora de los Ermitaños, labrada por un tirolés bajo la mirada del propio abad, sufragada por un benefactor de la vecindad, Henry Rickelmann. En las grandes fiestas, después de las vísperas, los monjes cantaban ante ella la Salve en cuatro partes de Einsiedeln.

¹¹¹ R.F. KAROLEVITZ, *Bishop M, M.: The Black Robe Lean Chief* (Yankton, 1980); I. BETSCHART, *Der Apostel der Siouxindianer* (Einsiedeln, 1934); y las sendas historias de dos monasterios de que diremos, a saber E.M. MALONE, *History of Conception* (Omaha, 1977) y H. ASSENMACHER, *A Place called Subianco* (Little Rock, 1977).

¹¹² Al que, de visita en el colegio, dirigió la alocución prevista en nombre de los estudiantes. Recordemos su otra alocución a los primeros benedictinos salidos para América del viejo mundo.

¹¹³ Por otra parte, el obispo les escribió poco después: «No conozco ningún instituto religioso que en los Estados Unidos haya empezado con menos dificultades».

¹¹⁴ Llamado *Mariah Hill* (= *Maria Hilf*). Dom Hobi fue cartero hasta 1865. De 1860 a 1862 hubo una cervcería (se estimaba la cerveza casi necesaria para la digestión de los legos, en cuya dieta predominaba el *bacon*). Entonces los problemas no fueron legales, sino por por la calidad del producto, tan malo al principio que hubo que destinarla a los cerdos,

mismo enseñaba violín y piano¹¹⁵ y estaba convencido de ser el primer profesor de Estética en el hemisferio occidental. La oratoria y el arte dramático eran asignaturas, y al fin de curso de 1862, en «el primer teatro al aire libre de los Estados Unidos», hecho por los propios colegiales en el bosque, representaron *Zwei Freunde und ein Rock*¹¹⁶. Fintan, rector a su llegada— el cargo se llamaba *Kind-Hearted Prefect*—opinaba que los estudiantes americanos captaban más libremente las cosas y eran más agudos que los europeos, aunque requerían más libertad de movimientos y vocaciones más largas. Su predecesor, Hobi, por su parte aseguraba que el nivel de los exámenes alcanzaba la más alta cota de los de Alemania, si bien había que luchar contra «la nativa veleidad y la superficialidad del país del vapor y la maquinaria». Y de lo prometedor del arraigo de Martin en su tierra de adopción es buena prueba su participación, como el teólogo diocesano, en el concilio provincial de Cincinnati de 1861¹¹⁷ y en el Segundo plenario de Baltimore de 1866.

En 1867 se compró una pequeña imprenta, origen de las futuras Abbey Press, «una manifestación espontánea de la idea del *scriptorium* inherente al monacato antiguo», que dice dom Kleber¹¹⁸. Y obedeciendo lo decretado por el citado Concilio de Baltimore para la difusión del gregoriano en las

escuelas parroquiales y en el pueblo, Martin publicó un *Cantarium Romanum* para el ordinario de la misa, en dos partes, la primera para los cantores y la segunda para el organista, pero armonizando no sólo para órgano sino extrañamente también para cuarteto vocal¹¹⁹. Y los monjes apóstoles seguían sembrando en esa abonada tierra de misión que era aquella Indiana¹²⁰, teniendo nosotros que renunciar a seguir la geografía de su expansión parroquial y aledaña, incluso a sus construcciones de iglesias¹²¹. En esta situación, la independencia de la nueva y tan crecida ya *Meinrad's—Cell* y su elevación a abadía, eran ineludibles. Se pidió consejo a dom Wimmer, y él expresó su deseo de incorporarla, llegado el caso, a su nueva congregación americana. Eran los días del Concilio Vaticano Primero y, cuando se creía que, embargados por él en Roma, no tenían tiempo para otros asuntos, todo ello fue acordado, el 30 de septiembre de 1869, por el correspondiente breve pontificio¹²², pero encabezando una congregación distinta, la Helvético-Americana. Y, a la vez que Martin era nombrado abad por Pío IX, le elegían por unanimidad en St. Meinrad, desconocedores de aquella lejana decisión. Entre los abundantes y copiosos regalos del abad de Einsiedeln estaban un báculo de la abadía suprimida de Rheinau y una reliquia de san Meinrado con la inscripción *Sanctus*

quienes parece la asimilaron bien. Otra tentativa anterior terminó ante una ley antialcohólica de muy breve vigencia, promulgada el 12 de junio de 1855.

¹¹⁵ El día de san Meinrado de 1862 dirigió su coro de veinticinco voces en la *Misa Coral* a cuatro voces de Carl Greith. Los vecinos decían que cantaban como un órgano.

¹¹⁶ En otro también abierto, en 1885, tuvo mucho éxito *García Moreno's Tod*.

¹¹⁷ Entonces se le ofrecieron tres parroquias y tierra en Charles County, Maryland.

¹¹⁸ Pp. 174-5 de su libro, donde informa de algunas versiones al alemán dadas a sus tórculos con noticias del catolicismo americano; de ellos salieron, en 1874, un *Benedictiner—Handbüchlein*, los *Rosenkranz für verschiedene Zeiten des Jahres* y *Der heilige Benedict und seine Order*. En 1886, *The Glories of Divine Grace*, versión de *Die Herrlichkeiten der göttlichen Gnade*, de Joseph Scheeben.

¹¹⁹ Algo que para Kleber (p. 177) era «open to criticism inasmuch as it frequently employs parallel fifths and octaves and a faulty relationship of chords. The arrangement is also without rhythmic structure; besides, nearly every note receives separate harmonization, and so the rendition of the melodies sounds very clumsy».

¹²⁰ Kleber (pp. 185-94) transcribe algunas relaciones de dom Beda O'Connor; así, en Cannelton, su asistencia a las víctimas de la explosión del vapor *Reindeer*, y a los coléricos.

¹²¹ Por ejemplo, Kleber, pp. 197-9. Para este aspecto, hay que consultar a B. DOPPELFELD, *Mönchtum und krichlicher Heilsdienst. Entstehung und Entwicklung des nordamerikanischen Benediktinertums im 19. Jahrhundert* («Münsterschwarzacher Studien» 22; Münsterschwarzach, 1974); a las pp. 139-45 la justificación de tal apostolado, para Martin no sólo en la tradición benedictina sino en la integración en cada momento de la Iglesia.

¹²² A pesar de la oposición del obispo, enemigo de la exención, y que había intentado hacer con esos propósitos obstructionistas a Martin obispo de Detroit— *promoveatur ut amoveatur*.

Meinradus filiis transmarinis. La bendición fue el 21 de mayo, asistiendo en el pontifical el abad Wimmer y el trapense de Gethsemani. A las nueve empezó el sermón de un fraile de san Francisco¹²³, Otto Jair, y hasta la una no terminó la ceremonia. La lectura en el refectorio fue sustituida por una alocución latina de dom Foffa al electo, terminada con un atronador *Lebehoch*. Pero el 2 de mayo de 1872 todavía fue más solemne la colocación de la primera piedra del nuevo monasterio¹²⁴, noble claustro rectangular con dos alas más, hasta 1881 ello.

En 1874, para evitar conflictos entre los de habla inglesa y alemana, se adoptó la pronunciación italiana del latín¹²⁵. Se publicó el primer *Catalogue of St. Meinrad's College Spencer County, Ind., for the Scholastic Year 1876-77*¹²⁶. Dos años después su prefecto pasó a llamarse rector. En 1893 cinco sacerdotes celebraron las bodas de plata de su ordenación, *Quinque jubilantibus corvis St. Meinradi laete gratulatur Abbatia*¹²⁷.

Mientras tanto iban resultado agobiantes el autoritarismo y el rigor del gobierno de Martin, quien desde luego los hacía empezar por sí mismo. Pero ya había en los Estados Unidos otros benedictinos suizos, y los vientos de sus hermanos europeos soplaban hasta ese otro del mar sin dejar indiferentes a los transplantados.

De Engelberg a Mount Angel

Acabamos de ver cómo el monasterio de St. Meinrad estableció una nueva población, y homónima, a su vera. Ahora es una población nueva la que va a auspiciar la fundación de un monasterio a la suya. James Power, un sacerdote irlandés de la diócesis de Pittsburgh, era párroco en Reading, St. Peter's Parish, cuando se iban quedando en el paro los

compatriotas que habían trabajado en el mismo ferrocarril de Pensilvania y otros más, dando lugar a una situación humanamente degradada y socialmente explosiva... *I've workin' on the railroad jest to pass the time away*. Para paliarla fue uno de los organizadores en 1856 de la *Reading Land Association*, estimuladora de su emigración al Midwest, concretamente al territorio de Missouri, más allá de la ciudad «fronteriza» de St. Joseph, en el Nodaway County¹²⁸. Así surgió Conception, en 1858¹²⁹. Al cabo de dos años construyeron la que llamaron *The Colony House*, a la vez iglesia, rectoría y escuela en proyecto.

Power había nacido en Portlaw, del condado de Waterford, muy cerca de los trapenses de Mount Malleray, agricultores que tenían un colegio, y habían fundado New Malleray en Iowa, cerca de Dubuque. Pero cuando los llamó, para resolver el problema pastoral y educacional de sus feligreses, no le atendieron, y a Wimmer no le dio la venia el arzobispo Kenrick. Cambiando el panorama vecinal cuando empezaron a llegar alemanes en 1867.

Así las cosas, en 1872 recurrió al abad Martin. El cual llevaba precisamente un año escribiéndose con un compatriota y hermano en religión, Frowin Conrad, benedictino de Engelberg, ardiendo en deseos de pasar el charco. El obispo Hogan hizo la petición, y aunque el abad Anselm Villiger no era al principio favorable se dejó convencer al acrecentarse otra vez en el país los temores que ya conocemos.

A lo largo de sus siete siglos de existencia, el que pasaba a ser *monasterium maius* no había hecho ninguna fundación, cuando, el 27 de abril de 1874, le dejaron el párroco Conrad y un profesor, dom Adelhelm Odermatt, para salir de El Havre el 9 de mayo, con un candidato a lego, Joseph Widmer, de Lucerna. Habían pasado por Einsiedeln y Beuron, el gran monasterio joven que Conrad conocía bien¹³⁰,

¹²³ Las siglas O.S.F. no nos permiten precisar más.

¹²⁴ Predicó dom Aegidius Honnermann, de San Bonifacio de Munich.

¹²⁵ Y también la del griego moderno.

¹²⁶ *Nomina Juvenum*, en algunos colegios benedictinos europeos.

¹²⁷ *Avete, celsi hospites,— in almae Matris gremio,— quae quondam misit sospites— vos ex sudore et studio.—Et laborastis strenue—in Salvatoris vinea,— qui vobis non exigui— donet laboris praemia.*

¹²⁸ Tierra de esclavistas, por ello sujeta en aquellos días prebélicos a incursiones de los vecinos abolicionistas de Kansas.

¹²⁹ De la archidiócesis de St. Louis entonces; diez años más tarde fue erigida la de St. Joseph.

¹³⁰ Desde 1857, de vuelta de un retiro predicado en Schonnenberg, haciéndose entonces amigo de Plácido Wolter, hermano y luego sucesor del abad.

llegando a ser uno de sus amores. El abad, Mauro Wolter, le dio sus Constituciones, una Regla para los Novicios y el *Ceremoniale* de la casa. Tras once días de navegación— en el pasaje tranquilidad entre católicos, liberales y comunistas— llegaron a Nueva York, donde les admiró la inmensidad del Central Park, y a doscientas cincuenta millas de su destino— un océano de praderas, con patatares, viñas y ganado—, fueron huéspedes de St. Meinrad. La comida era más sencilla que en Engelberg, pero más sabrosamente condimentada, el agua sustituía al vino, tomándose sólo sidra los días de fiesta, y los de ayuno sólo desayunaban los legos.

La predilección beuronense de Conrad implicaba que la faceta estrictamente monástica estuviera en el primer plano de sus ilusiones fundacionales. Una alternativa que desde luego había provocado tensiones en St. Vincent¹³¹: algunas salidas, aunque acabaron con el retorno, para la trapa de Gethsemani, en 1849; capítulo congregacional de 1862; traslado voluntario a Beuron del maestro de coro, Ignatius Treug, al serle rechazada su reforma del gregoriano, en 1878. Pero sobre todo las visiones de un joven novicio, Paul Keck, que había sido actor en Europa, allí desde 1859 hasta su expulsión en 1863¹³². En cuanto a St. Meinrad, la *cuculla* y el escapulario de Einsiedeln fueron sustituidos en 1874¹³³ por los de Beuron¹³⁴. Ese mismo año, el abad Martin simplificó mucho su uso de los *pontificalia*, diciendo atenerse a la legalidad vigente¹³⁵, pero no teniendo en cuenta

su derecho a los privilegios particulares de las Congregaciones Suiza y Casinense, aunque consultado Einsiedeln respondió que no estaba claro si Roma había confirmado sus costumbres en ese ámbito. Más profunda fue la reforma que pretendió introducir, a lo largo de seis años, hasta 1878, integrando a los legos¹³⁶ con los monjes de coro, también en el oficio aunque no supieran pronunciar el latín, y con un noviciado único, sin que los candidatos supieran cual iba a ser su condición. Una de sus motivaciones era que la separación hacía desertar de una posible vocación a legos a los postulantes de buena formación cultural, como ya los iba haciendo.

Volviendo a Conception, Conrad no tuvo prisa por establecer el colegio y trató en lo posible de reducir los ministerios parroquiales, para dedicarse a la propia santificación y la liturgia solemne, «el lujo de Dios», pero incluso ello más acorde al patrón nuevo de Beuron que al viejo de Engelberg¹³⁷, precisamente una estabilidad contemplativa que estimaba más necesaria en la vorágine del *perpetuum mobile* del país. El 14 de octubre de 1878, escribió al abad Anselmo que «lo que más le atraía de Beuron eran el espíritu y la idea que parecían informar allí a todos y todas las cosas, de manera que los monjes dan la sensación de ser genuinos benedictinos no sólo cuando están en el coro sino en todo momento». En cambio, admitía que los cambios de los tiempos y de las circunstancias fueran seguidos de las correspondientes adaptaciones en el propio mona-

¹³¹ Véase el libro de Oetgen, pp. 206 y 212.

¹³² Por inmoralidad homosexual. En una de sus revelaciones aseguró que Lutero estaba en el purgatorio, no en el infierno. En otra se le apareció un monje de su nombre, que había pecado contra la pobreza, pidiendo sufragios para salir de aquél. El procurador en Roma de la Congregación Casinense, consultó sus necrologios, y le identificó con un *cellarius* de Brescia muerto hacía setenta y siete años. El *Pittsburgh Dispatch*, el 26 de febrero de 1860, publicó un artículo haciéndose un eco disparatado del asunto.

¹³³ En cambio se mantuvo el cinturón de tejido, mientras en Beuron usaban un cinturón de piel.

¹³⁴ Donde estaban unidos, teniendo además la capucha un corte menos simétrico.

¹³⁵ Que el atribuía al *Ceremoniale Episcoporum*, en realidad un Decreto de Ritos de 1659.

¹³⁶ A éstos trató de imponerles el hábito completo, con escapulario y capucha, para todos los trabajos, incluso fuera del monasterio y en el campo, lo que no fue viable— lo experimentó el mismo—, no sólo por la penosidad, sino por el desdén que el sol determinaba.

¹³⁷ El óptimo historiador de la casa a quien venimos siguiendo, Malone (p.55), escribe cómo «he felt that the gentle, leisurely, hospitaliy-orientated spirit of Engelberg was not the spirit best suited to the rugged, survival-of-the-fittest atmosphere of the Mildwestern frontier. Beuron, with its burgeoning youthful spirit, its return to the origins of monastic life and strict asceticism, he felt, was better adapted to survival in the conditions which he found in America».

cato, pintiparada necesidad en un país en formación como el de su adopción. Mientras que su amigo Plácido Wolter sostenía que eran los tiempos mismos los que debían ser adaptados, y el 14 de mayo de 1875 le escribió sin ambages: «De una nación que es tan joven y que se ha formado con elementos tan diversos como los que indudablemente integran la americana, no se puede esperar sino que se abrazen demasiado alegremente los cambios y las novedades. Y nosotros los benedictinos estamos dedicados a la estabilidad. ¿Se puede concebir una incompatibilidad mayor que la que existe entre el monje y el americanismo?». ¹³⁸ Para seguir el gregoriano reformado, Conrad consiguió que le enviaran de Engelberg a un alemán, Raymond Huegle, de quien allí se decía haber gastado en el Gradual Romano y *Les melodies grégoriennes* de dom Pothier el tiempo que debería haber dedicado al latín y las matemáticas. Según él, que llegó a ser el apóstol gregorianista de los Estados Unidos, en Engelberg el tal canto «se tenía por una inconexidad necesaria, no gozaba de mucho favor, e incluso no faltaba quien pensaba tratarse de algo que sólo había de preocupar al celebrante que cantaba la misa». En 1891 se terminó la iglesia, neo-románica, con pinturas de la escuela de Beuron, otra adaptación transmarina, obra de dom Ildephonse Kuhn ¹³⁹, formado allí con los creadores de la misma, Desiderius Lenz y Gabriel Wueger.

Pero hemos de retroceder en el tiempo, cuando ya en el espacio se iba haciendo densa la geografía benedictina de nuestras continentales latitudes.

Por los cuatro puntos cardinales

Poco después de volver de su primer viaje a Roma, Wimmer escribió al abad de Metten, Scherr, anunciándole una pronta fundación en el Far West. Pero mientras tanto, el abate Lemke, que había profesado en la comunidad a los cincuenta y seis años, dejó el priorato de Carrolltown, nueva población de la que era el fundador y cuyas tierras había vendido a los monjes, marchándose, a fines de 1855, por su cuenta a Kansas ¹⁴⁰, a *quixotic trip*, fiel a su vocación y destino de *restless and adventurous old missionary*, de un *inveterate collector of acreage*, hombre de frontera en definitiva. Kansas era entonces uno de los territorios indios, y estaba siendo invadido a marchas forzadas desde Missouri, con las miras de conseguir la mayoría cuando la cuestión de la esclavitud se hiciera electoral ¹⁴¹. Lo cierto es que, como Dios escribe derecho con renglones torcidos, ese fue el origen de un monasterio de porvenir ¹⁴², aunque con endémicas dificultades, sobre todo financieras, en los primeros largos años. Sin embargo, en enero de 1871, su prior, Ludwig o Louis Fink, fue nombrado obispo coadjutor de Kansas ¹⁴³. Abadía en 1875, Innocent Wolf su primer abad ¹⁴⁴; el mismo año en que el de St. John, Rupert Seidenbusch, pasaba a ser el nuevo vicario apostólico del Norte de Minnesota. Había sido elegido en 1866, siendo su bendición muy solemne, la primera que de un abad benedictino se celebraba en los Estados Unidos, en todo el continente salvo Brasil.

Porque Wimmer estuvo convencido de que era en

¹³⁸ El horario de Conrad siguió más el de St. Meinrad que el de Beuron, comentándolo ampliamente con Plácido Wolter. Opinaba que Martin era demasiado rígido en algunas cosas (tal la hora y media en el coro después de la cena, con el rosario, la meditación y las completas) y laxo en otras, como las rúbricas. Plácido insistía en la *discretio*, pareciéndole, por ejemplo, una falta de ella que no hubiera en Conception ninguna *Vespertrunk*. En Beuron el rosario se rezaba en privado, *ambulando* después de vísperas a veces; en Conception también en privado después de completas, tiempo excusivo para el descanso según Mauro Wolter.

¹³⁹ Antes Adam. En Beuron no se le admitió al noviciado de monje de coro por no tener la enseñanza media.

¹⁴⁰ Doniphan, luego St. Benedict la casa. Trasladada después a Atchinson.

¹⁴¹ Teniendo en cuenta la autodeterminación de cada estado, aprobada a esos efectos por la Kansas-Nebraska Bill.

¹⁴² Lemke acabó obedeciendo a Wimmer. De 1858 a 1861 estuvo en Europa y escribió la biografía del abate-príncipe Gallitzin. Después, hasta 1878, fue párroco en Elizabeth, Nueva Jersey, fundando su monasterio con benedictinas de Newark. Retirado al fin a Carrolltown, murió a los ochenta y seis años, y un monumento le recuerda como fundador del lugar. Véase P. BECKMAN, *Kansas Monks: A History of St. Benedict's Abbey* (Atchinson, 1956).

¹⁴³ La nueva diócesis a la que pertenecería Conception, antes de St. Joseph.

¹⁴⁴ P. BECKMANN, *Kansas Monks. A History of St. Benedict's Abbey* (Atchinson, 1957).

el Oeste donde estaba el porvenir de América. Y eso le había llevado a decidirse por fundar en Minnesota¹⁴⁵, en el pueblo de St. Cloud¹⁴⁶, ya en 1856. Él, para quien sus avanzadas eran el paralelo espiritual de los puestos militares que aseguraban la tranquilidad de los colonizadores frente a los indios, tenía miedo de que los católicos alemanes cayeran en el metodismo. Al abad de Metten, Utto Lang, escribía en 1858 que «América era el creciente de la historia del mundo, y en ella nuestra Orden había una vez mas de florecer». Por prior de la fundación¹⁴⁷ puso al que lo venía siendo de St. Vincent, Di Marogna¹⁴⁸, de la familia de la Villa Lagarina, en Trento, de origen veronés, cuyo padre había cambiado la corte de Toscana por la de Baviera, estudiando él en Maguncia para la diócesis de Augsburgo, ordenado en 1821, emigrado en 1847 y párroco en Chicago, Germantown y Hannover, Illinois; profeso con Wimmer luego de conflictos con los curas irlandeses de su diócesis, peniéndole ése el nombre de Demetrio en memoria de Gallitzin.

El colegio se abrió inmediatamente, y ya el 27 de septiembre de 1857 se consiguió nada menos que la aprobación legislativa de la futura universidad de St. John, titularidad elegida en recuerdo de la pri-

mera capilla de Montecasino que san Benito había dedicado al Bautista¹⁴⁹. Hasta 1880 no se descubriría, si bien en el noroeste del Estado, el yacimiento de hierro que durante bastante tiempo representaría por sí solo la cuarta parte de la producción mundial.

Y la expansión fue por doquier.

En 1857, St. Mary's Church¹⁵⁰, parroquia de Newark servida por uno de los benedictinos aislados de que dijimos, Balleis, pasó a priorato¹⁵¹, luego de resistirse algo Wimmer, por haber oído que el obispo Bayley¹⁵² menospreciaba el nivel docente de su familia religiosa, desde luego de no mucha altura si se juzgara por su inglés al escribirle, si bien se salvaba al recurrir de cuando en vez a las parrafadas latinas. Hoy se conoce a Newark *all over the world* como el aeropuerto de Nueva York. Tanto que Juan Pablo II parece haber sido uno de los pocos viajeros que acaba de detenerse en ella en un viaje apostólico. Pero cuando de Nueva York fue nombrado arzobispo Corrigan, que de Newark era, algunos torcieron el gesto por su condición de forastero. Ello quiere decir no estaba tan cerca entonces.

A Nueva York llamó a los benedictinos de Wimmer el arzobispo Hughes, y dom Moosmüller¹⁵³ se hizo

¹⁴⁵ Cuando, además de este obispo de St. Paul, le habían pedido lo hiciera en sus diócesis, los de St. Louis, Dubuque, el Norte de Michigan y Milwaukee, como luego los de Monterrey, Los Angeles, Charleston en Carolina del Sur, Alton en Illinois, Albany en el Estado de Nueva York de donde lo era John McCloskey; después de la guerra los de Natchez, Santa Fe y Nueva Orleans y hasta Portoviejo, en el Ecuador; ello ya en las postrimerías de su vida. En 1859 se encargó de la parroquia de St. Mary's en Erie, a petición de su amigo Young de que dijimos, y pasada la frontera, del Assumption College, en Sandwich, Ontario, aunque sólo por un año, y al siguiente de una parroquia en Richmond, y de la Asunción en Nashville. En 1871 de un colegio y misión en Louisa County, Virginia (R. BRENNAN, *Benedictines in Virginia*, ABR 13.1962, 25-409). En 1877 de la parroquia alemana de Covington, en Luisiana, llamado por el obispo de Nueva Orleans, Napoleon J. Perche. En 1878 de puestos de misión en los condados del norte de Alabama; véase el libro de Oetegen, pp.237-8, y pp.235-6 sobre la unidad de las varias dependencias.

¹⁴⁶ Mientras para ministerios se llamaba a sus monjes por doquier. Así, en 1858, el vicario apostólico trapense de Nebraska, James M. O'Gormann, para los soldados de los fuertes de la ruta militar de Utah.

¹⁴⁷ El viaje, por el Ohio, en el *Paul Anderson*, de Pittsburgo a St. Louis; de aquí a St. Paul en el *Minnesota Belle*. Les había llamado el obispo Joseph Cretin. En el clero y la diócesis predominaban los franco-canadienses o franceses, y en los servicios los irlandeses. Los indios y algunos mestizos estaban cerca, en Crow Wing, junto a Brainerd.

¹⁴⁸ C. EDIE, *Demetrius di Marogna*, «The Scriptorium» 9 (pascua, 1949) 17-31.

¹⁴⁹ Luego llamada la casa St. Louis on the Lake, por el santo del monarca benefactor; COLMAN J. BARRY, *Worship and Work: St. John's Abbey and University, 1856-1956* (Collegeville, 1956); véase R. ROLOFF, *St. John's University Library. An Historical Evolution* (Collegeville, 1953).

¹⁵⁰ Saqueada tres años antes, en un motín anticatólico.

¹⁵¹ Abadía en 1885.

¹⁵² GILES PHAYES, *Early Bayley-Wimmer Correspondance, 1854-1857*, ABR, 14 (1963) 470-93.

¹⁵³ Por cierto su biógrafo: Erzabt B.W. (Nueva York, 1891).

cargo de su parroquia alemana de Rondout, pero por menos de un año. Y al beato Neumann, el de Filadelfia, no le aceptaron la de Bridesburg¹⁵⁴. Ya que Nueva York y Filadelfia eran tentaciones y a la vista saltaban sus ventajas, como toda la costa Este, pero ni siquiera las demás grandes ciudades, ni aun los viejos asentamientos sin más, respondían a su ideal de poblaciones nuevas y fronterizas de emigrantes. En 1858 accedió al llamamiento del obispo jesuita de Kentucky, Carrell, fundando en Covington, también con Moosmüller y otro. Mucho más tarde, en 1877, es la fecha de otra fundación en ese Estado, Monte Cassino, con la esperanza de que sus viñas surtieran a la congregación del vino de misa. Y ya en 1859 saltaron nada menos que a Tejas¹⁵⁵, San José¹⁵⁶, antigua misión franciscana española del setecientos¹⁵⁷, cerca de San Antonio¹⁵⁸, dando lugar a una incomunicación durante la guerra civil que determinó un desastre financiero, lo que unido al rigor del clima aconsejó su supresión en 1867.

En 1861 se fundó St. Joseph, en Chicago, diez años después destrozado por el gran incendio, aunque ya en 1879 estaría terminada la nueva iglesia. En Iowa¹⁵⁹, St. Malachy's, en Creston, se hizo para una comunidad de habla inglesa, de irlandeses por supuesto.

Y en el sur fue donde Wimmer acabó poniendo sus ilusiones más entusiastas— «la conversión de los herejes y de los negros paganos»—, aunque contra el sentimiento de la mayoría de su comunidad.

En 1874, accedió al ruego del obispo redentorista Gross, de Savannah, para mantener el benedictismo de una fundación que unos monjes franceses de la

Congregación de Subiaco habían abandonado a los dos años de presencia, en la Isla de Hope, una vez más mandando a Moosmüller¹⁶⁰. Al año siguiente¹⁶¹, llamados por el vicario apostólico, James Gibbons¹⁶², fundaron en Carolina del Norte¹⁶³, Maryhelp, cerca de Charlotte, en la línea férrea de Richmond y Atlanta, y muy diplomáticamente fue puesto a su frente un médico que había trabajado en la guerra para el ejército sudista, dom Hermán Wolfe, abadía en 1885, Leo Haid, rector del seminario de St. Vincent, su primer abad. Un año más tarde aceptaron Cullman, en Alabama, del obispo de Mobile, Quinlan, tomando luego a su cargo la parroquia de Tuscumbia y la del Sacred Heart, núcleo ya de la póstuma St. Bernard's Abbey. Y otro después, una misión para los checos en Omaha, de su antiguo obispo, O'Connor, entonces en Nebraska¹⁶⁴, pero en 1884 la casa se trasladó a St. Procopius Parish, en Chicago, priorato¹⁶⁵ a los tres años. En fin, en la primavera de 1886 se establecieron en San Antonio, de Hernando County, en Florida, hermoso lugar para una vida buena en palabras del legado dom Gerard Pilz¹⁶⁶; y en el otoño en Breckenridge, en Colorado¹⁶⁷.

Haciendo ya tiempo, desde 1871, de la terminación del noble monasterio cuadrangular y la iglesia, todo ello obra de los hermanos legos, dos arquitectos, Stephen Weber y Ewald Horn.

Y las monjas no se quedaron atrás. En 1857, Newark, St. Scholastica, en la vorágine de las tensiones que ya conocemos, irradiando a Elizabeth, en 1868; Covington, Kentucky, en 1859, como St.

¹⁵⁴ Tampoco al de Buffalo.

¹⁵⁵ Tren hasta Cairo, Illinois, luego Misisipí abajo hasta el Golfo de Méjico.

¹⁵⁶ Diócesis de Galveston.

¹⁵⁷ W. MATHÄSER, *San José in Texas*, SMGBO 60 (1946) 309-30.

¹⁵⁸ Donde misionaron, como en Castroville, Neubraunfels, Fredericksburg y D'Hanis.

¹⁵⁹ M. KOTINEK, *Arrival of Benedictines in Southwest Iowa*, «The Messenger» (Des Moines) 29-10-1948.

¹⁶⁰ J. OETEN, *O.M.: Monk and Missionary*, ABR 27 (1976).

¹⁶¹ El mismo en que rechazó una oferta en Tennessee.

¹⁶² Quien les hizo ver que entre Washington y Mobile, salvo en Georgia, no había ninguna escuela católica.

¹⁶³ P. BAUMSTEIN, *My Lord of Belmont. A Biography of Leo Haid* (Belmont, 1985).

¹⁶⁴ Veinte años antes había tenido Wimmer en Nebraska algunos monjes, llamados por su predecesor, el trapense O'Gorman.

¹⁶⁵ V. BUREJA, *The Procopian Chronicle* (Lisle, 1985).

¹⁶⁶ Por llamamiento del obispo de San Agustín, John Moore.

¹⁶⁷ Llamados por el vicario apostólico de Colorado y Utah, Machebeuf; URBAN J. SCHNITZHOFFER, *First Monks in Colorado Rockies*, ABR, 12 (1961) 230-45.

Cloud, Minnesota, donde su cortesía y su docencia fueron elogiadas por *The St. Cloud Democrat*; Chicago en 1861, irradiando a Nauvoo, también Illinois, en 1874; Ferdinand, 1862. Gustando ellas también del sur: Nueva Orleans, 1870; Shoal Creek, Arizona, 1879. Todo un monasticon paralelo, aunque no siempre en armonía. Así, también Richmond, 1868; Carrolltown, 1870; Creston, 1879.

Pero mientras tanto había seguido la historia nacional.

La guerra civil

Aparte los temores—Wimmer llegó a temer la posibilidad de tener que abandonar el país si éste llegaba al desastre—las hostilidades tuvieron el efecto inmediato de cortar las comunicaciones del *monasterium maius* con las fundaciones del mediodía, y así se lo escribió, de Roma, al procurador de Subiaco, don Pescetelli, su gran amigo, en realidad agente también. Al estallar la contienda, llevaba más de un año en Nashville dom Emmeran Bliemel¹⁶⁸, y en 1866 se alistó en el ejército confederal, con sus mismos feligreses de Georgia, muriendo en la batalla de Atlanta cuando administraba los últimos sacramentos a los heridos, cerca de Jonesboro. Fue el único capellán muerto en campaña¹⁶⁹.

Los colegiales internos del sur hubieron de quedarse por lo tanto en St. Vincent, sin contacto con sus familiares, y con el consiguiente perjuicio económico para la casa. Algunos de ellos, lograron de una costurera local una bandera de la Confederación y la izaron en un tejado, con el consiguiente disgusto en la comunidad y escándalo en la vecindad. Que quedaron en tales. Por cierto que, de lo que nosotros recordamos de nuestra guerra civil, creemos poder opinar que por acá las cosas hubieran ido mucho más lejos.

Bastantes monjes fueron movilizados¹⁷⁰ y Wimmer escribió a Abraham Lincoln solicitando su exención, por un doble juego de argumentos, que apelaban tanto a la justicia crematística como a los valores espirituales y vocacionales más altos¹⁷¹. Uno de aquéllos, el hermano Bonaventure Gaul, aprendió en el frente la elaboración y el uso de una pomada, la *Wizard Oil*, que luego se revelaría de lo más eficaz para las lesiones deportivas de los colegiales.

St. Meinrad se encontró casi en la frontera bélica, ya que el sur de Kentucky era sudista e Indiana de la Unión, pero apenas hubo de interrumpirse la actividad apostólica de Martin.

Mas esos nuevos americanos no estaban lejos de Europa y su familia espiritual.

In Ordine Sancti Benedicti y a la luz de Roma

Una faceta asombrosa y benemérita de Wimmer es que, pese al ambiente tan distinto en que se encontraba del de sus hermanos benedictinos en el viejo continente, por no hablar de la lejanía, su vinculación a su familia religiosa universal fue continuamente de lo más intensa que cabía.

En 1866 estableció una residencia en Roma para poder enviar monjes a estudiar allí, poniendo a su frente al inevitable dom Moosmüller. Desconfiaba en cambio del racionalismo de los profesores de Munich¹⁷². Aquella y otra tentativa¹⁷³ fracasaron, pero contribuyeron mucho a la idea fundacional del colegio internacional benedictino de San Anselmo para el que, el último año de su vida, 1887, consiguió coleccionar ocho mil dólares.

En el Concilio Vaticano, repartió generosamente la edición hecha en St. Vincent de un *Album Benedictinum*¹⁷⁴, informativo de toda la Orden. Y por supuesto fue del bando infalibilista.

¹⁶⁸ Allí llamado por el obispo dominicano, Whalen.

¹⁶⁹ A. PLAISANCE, E.B., *Heroic confederate chaplain*, ABR, 17 (1966) 206-16; cfr., F. FELLNER, *Abbot Boniface and his Monks* (St. Vincent, impresión privada, 5 tomos, 1966).

¹⁷⁰ En St. Meinrad llamaron a dom Hobi, pero cuando ya se habían ofrecido varios hombres a sustituirle no pasó el examen médico.

¹⁷¹ Pp. 185-90 del libro de Oetgen.

¹⁷² Le afectó el cisma de su antiguo profesor, Dollinger. Seguía en ese sentido al obispo de Ratisbona, Wittman. Estimaba la enseñanza filosófica de los dominicos.

¹⁷³ Compartida en St. Meinrad, tal dom O'Connor.

¹⁷⁴ En 1881 hizo otra edición muy ampliada, gracias a los datos obtenidos el año anterior en Montecassino, al celebrarse el décimocuarto centenario de la casa.

Curiosamente, su último escrito, que no llegó a terminar, fue una nota sobre el priorato de St. Procopius, a enviar al hermano Maurus Kinter, para la revista *Studien und Mitteilungen*¹⁷⁵.

En su cabo de año, el *Sadler's Catholic Directory*, dijo de él que, en el desarrollo de la Iglesia en los Estados Unidos, nada superó el maravilloso crecimiento de su comunidad. Y el *New York Herald* aseguró que ninguna familia pobre en torno al monasterio había dejado de experimentar su caridad. Él mismo, poco antes de morir, aun creyendo había llevado a cabo su misión de propagar la Orden en el inmenso país, muy humana y sobrenaturalmente reconocía haber alguna vez dudado si no le habría sido más fecunda a lo divino una vida monástica en la clausura con un pequeño grupo en torno. Pero ello se sale de un balance historiográfico para anclarse en el *secretum meum mihi*. Volviendo al benedictismo universal, europeo mejor, en América había sido sacudido años atrás por la tentativa de Martin de sustituir el Ceremonial y sobre todo el Breviario monásticos por los romanos, desde la semana santa de 1874. Decía estar menos recargado de fiestas propias, y facilitar la integración de los seminaristas y sacerdotes seculares que había en el coro, algunos de los últimos castigados por sus obispos. Pero acabó yendo más allá, criticando sin más «la postura particularista»¹⁷⁶, *spiritus singularitatis* de las órdenes religiosas en la materia. Y estimaba válida su decisión, por cuanto el decreto vigente de Ritos de 1616 era un privilegio renunciable según él. Por otra parte, la exclaustración había acabado de hecho con las situaciones establecidas, y los restauradores, dom Guéranger en Solesmes y Beuron que le siguió, habían escogido de lo anterior a capricho.

Tan seguro estaba de su éxito que mandó a Conception los ejemplares de breviarios monásticos que tenían en la casa. Entonces, por Conception precisamente se enteró Plácido Wolter de la «escandalosa» innovación. Y el 30 de julio, su hermano el abad

Mauro, envió una circular alarmante a veinte abades, en la cual decía que, para los benedictinos el particularismo era seguir lo romano en vez de lo propio suyo. Y rogaba a Dios los librara de una reforma de los defectos de lo monástico llevada a cabo con la falta de sentido de la tradición que caracterizaba a los americanos, concluyendo en una propuesta velada de excluir a St. Meinrad de la Orden¹⁷⁷. También se alarmaron en Roma¹⁷⁸ y pidieron un informe a Einsiedeln, coincidiendo ello con el comienzo del abadiato de Oberhalzer, quien respondió estar vigente en su Congregación la aprobación de su breviario monástico por Clemente XII en 1737, ante lo cual, al cabo de algo más de un año, ordenaron a Martin la vuelta al rezo anterior, aviniéndose Einsiedeln a facilitarles los ejemplares del libro para ello necesarios. Y conviene subrayar cómo el episodio, y las demás repercusiones ultramarinas de que ya hemos dicho, nos denotan el prestigio conquistado en la orden monástica sin más por la manera de entender el monacato en Solesmes y en Beuron, apenas comenzada aquélla hacía diez años cuando Wimmer fundó en Pensilvania, y la segunda a la misma distancia cronológica del establecimiento de Einsiedeln en St. Meinrad, de una pujanza irresistible ya al ser fundada por Engelberg Conception. Y es que su sintonía era plena con el romanticismo y su sensibilidad estética, y a pesar de su sangre nueva no dejaba de encarnar un ideal de restauración en la misma vieja Europa que un tanto los monasterios habían forjado, denotándonos precisamente cómo, a pesar de que se puede pensar en la exclaustración cual si de la caída de una fruta madura se hubiese tratado, la índole integral como se llevó a cabo no podía por menos de suscitar reacciones y reservas tan íntimas como profundas en bastantes, en muchos, impulsoras de la acción en unos pocos, muy pocos. Aunque, a propósito del romanticismo, bien estamos viendo que también estaban en él inmersos tanto Wimmer como Martin en su mundo nuevo.

¹⁷⁵ W. SAUER, *Unpublished Viennese Letters of Benedictine Missionaries: John-Bede Polding and B.W.*, ABR 26 (1975) 69-80.

¹⁷⁶ En el pasado, ella había determinado a su juicio la degeneración de los benedictinos: jansenismo en Francia, josefismo en Austria, *italianissimi* en su país, ultramonacismo en Suiza. Y en su actualidad le parecía incompatible con el siglo de los periódicos, el telégrafo y los ferrocarriles.

¹⁷⁷ Por su parte, Plácido en su correspondencia, se refería al «americanismo» y al «coro americano», e incluso a «la espantosa democracia con su manía de tirar patas arriba toda clase de diferencias».

¹⁷⁸ Tal Pescetelli; el cadernal solesmense Pitra calificó el paso de «increíble manifestación de audacia».

Y en Conception también se produjo un conflicto, directamente a propósito de la influencia beuronense de que ya algo dijimos. Frowin tenía algunos usos de Engelberg por incompletos e inadecuados y, desde un principio, manifestó su preferencia por el Ceremonial de Beuron. Pensaba que aquí «había descubierto por primera vez el genuino significado del benedictinismo» y encontrado su ideal. A su lado, los monasterios suizos le parecían entregados a una «inactividad confortable», con el único afán de su mera existencia. Y en cuanto al canto, el mismo abad Anselmo le había dicho que así lo harían los ángeles si bajasen a la tierra. Pero también le escribió una vez¹⁷⁹ que Beuron estaba dominado por el criticismo hacia todo lo que no era beuronense, echándose allí en consecuencia de menos las virtudes benedictinas de la sencillez y la humildad¹⁸⁰, con mucho hincapié en el ceremonial, estimando que los legos no eran monjes¹⁸¹, y siendo excesivamente tiesos en sus recreos. Conrad¹⁸² opinaba además que en las constituciones de Engelberg había portillos por los cuales los monjes rebeldes podían escapar a la disciplina del abad. Naturalmente que el amor a Beuron no era compartido por toda su comunidad, estando entre sus más encarnizados adversarios dom Adelhelmo y su hermano carnal, Ignacio, que había llegado de Einsiedeln¹⁸³. Y al fin, ello dio lugar, en 1876, a una amenaza de deposición por parte del abad Anselmo y a la orden de seguir con el ceremonial de

Engelberg y en el coro el método de San Gall¹⁸⁴, a la vez que a una acusación de deslealtad y de avergonzarse del *monasterium maius*, el cual llevaba resistiendo los embates de todos los oleajes como un frágil barco providencialmente firme en medio de las tormentas. Conrad obedeció, aunque poco a poco fue volviendo a dejarse llevar de sus inclinaciones. Y a la postre, según el balance del historiador de la casa, Malone, Conception se sumergió en la liturgia y el canto de Beuron, después de la llegada de Huegle, pero evitando «el estricto aislamiento, la impermeabilidad y la insularidad de aquel monasterio», algo por otra parte incompatible sencillamente con las vocaciones jóvenes que fueron afluyendo a la casa¹⁸⁵. Mas antes de ocuparnos de esas primeras realidades americanas de Martin Marty dijimos de sus sueños primaverales. Vamos a ser testigos del encuentro de los unos y las otras.

La entrega a los «pieles rojas» en el campamento de Sitting Bull

La Pierre-qui-vire, un nuevo monasterio francés de la Congregación de Subiaco, ajeno por lo tanto al impacto solesmense, más misional¹⁸⁶ y penitencial, menos dado al culto de la belleza, no siendo tan fácil determinar su postura respecto del estudio, tenía una intensa vitalidad hacia 1870, cuando uno de sus monjes, Isidore Robot¹⁸⁷, ardiendo en la seducción

¹⁷⁹ En Engelberg se tenía aun más prevención que a Beuron a St. Meinrad.

¹⁸⁰ El abad Wolter había dicho a los abades de Einsiedeln, Engelberg y Rheinau, de visita, que él quería tener en la comunidad hijos de labradores, pero que últimamente sólo le iban barones y condes. En esa visita les acompañaron muchos curas y profesores de música suizos para oír el canto. También estuvieron los Hohenzollern y los Fürstenberg.

¹⁸¹ Plácido Wolter opinaba que un paseo dominical en su compañía sería contrario al descanso del día.

¹⁸² Entonces tenía a su cargo las misiones de Grand River, Island City, Weston y Gentryville.

¹⁸³ Una de las diferencias era la lengua en el capítulo de culpas. Conrad introdujo el alemán en vez del latín, pensando en los legos. En la cocina, el uso beuronense era cocer sólo con agua y apenas condimentar. También eran distintas las inclinaciones en el coro y... tantas pequeñas grandes cosas.

¹⁸⁴ «¿O es que vamos a cambiar las venerables melodías antiguas del *Cantuarium Galliensis* por las chapuceras de Pot-hier?». Y más adelante, en cuanto a la observancia: «La uniformidad en una comunidad mediante el acoplamiento forzado en un mismo molde, desde luego que no tiene sólido fundamento en la Regla».

¹⁸⁵ Véase el libro de Oetgen, p.227; cfr., 236 y 245-6, sobre la postura que Wimmer expresó a Martin, notando en él demasiado vigente su mentalidad suiza, como muchas gentes de sus valles, demasiado para ser tenida la tal en la nueva América; ello a propósito de su negativa a tener un noviciado común.

¹⁸⁶ Como su propia congregación; para la casa, véase el «Bulletin catholique. Journal illustré des églises et des pèlerina-ges», 1-10-1873.

¹⁸⁷ Poco antes, en 1868, vicario general del abad ordinario de la prelatura *nullius* de Mónaco, Flugi d'Aspremont, luego abad general.

de rescatar almas en horizontes lejanos, renunció al sueldo africano para acabar de «misionero apostólico», luego de algunas incidencias geográficas y canónicas, en Akota, dominio de la tribu de los Choctaws, hoy en Oklahoma, luego también con los Pottawatomids, Sacred Heart, 1875¹⁸⁸, y enseguida prefecto de un territorio equivalente a la tercera parte de Francia. Dos años después le llegaron cuatro monjes más, y otros más tarde¹⁸⁹.

Y recogió a los dos novicios que dom Gabriel Berger tenía en Savannah, donde había muerto en 1876, de fiebre amarilla y no él solo de los suyos, haciéndose Wimmer cargo de su fundación, como ya sabemos, en la Isle of Hope¹⁹⁰. Dom Berger procedía también de La Pierre-qui-vire, enviado a Georgia por el general de la Congregación, su fundador realmente, dom Casareto, en unión de otro profeso del mismo Subiaco, en 1873.

Pero hemos de volver al abad Martin.

A raíz de la *Public Act* pacificadora de 1869, de las setenta y siete «agencias» oficiales, es decir reservas para los indios, siete fueron puestas en manos de los católicos, de ellas dos en Dakota, Standing Rock y Devils Lake, para los Sioux o Dakotas. Del apostolado en ellas se encargó Martin con el entusiasmo que hemos de dar por consabido¹⁹¹. Convencido de responder así a la tradición más genuina de la Orden, y sin pretensión alguna de innovar, lo mismo que Wimmer en sus afanes fundacionales a salto de mata, de comprador y colonizador de tierras también¹⁹². Pero además, aquél enlazando sus obras de adulto con sus sueños de entre adolescente y niño. Recor-

remos su receptividad a aquellas lecturas en el refectorio, que de aventuras parejas a las que ahora iba a emprender, y en estos mismos parajes¹⁹³, trataban. A nosotros nos leían también en el comedor del colegio *La Novela de un Misionero*, de Sagehomme.

El 19 de julio en tren a Yankton, la entrada sureste de su territorio, y algo debió sorprenderle que el párroco no le dejara decir misa al no poder exhibirle el *celebret*, ya que habiendo sido hasta entonces el superior era él mismo quien a los demás los acordaba. Con lo cual siguió por el Missouri hasta Standing Rock, llegando la víspera de San Pedro *ad Vincula*, el San Pedrillo de algunos pueblos de la vieja Europa, bajo cuyo patrocinio puso la misión¹⁹⁴.

Estaba reciente la derrota de las fuerzas de Custer por Sitting Bull, en la batalla de Little Big Horn¹⁹⁵. Y Martin pudo servir de mediador, al menos intentarlo, desde el principio. Ante la situación creada, Sitting Bull y varios miles de Sioux se habían establecido en Canadá. Martin fue a verle¹⁹⁶, al *Chief Spotted Eagle*, siendo por él muy bien recibido¹⁹⁷, por recordarle precisamente al padre De Smet, el *Black Robe*, el *Medicine Man*, pero comprobando inmediatamente el misionero la falsedad de los rumores de su conversión. Un encuentro más tuvo con el Gran Jefe, el que llegaría a pasar a nuestros tebeos, llegando a sus reales nuestro benedictino escoltado por esa Policía Montada del Canadá de tan buena ventura cinematográfica, estéril esta segunda entrevista, ante el exterminio que los blancos estaban haciendo del búfalo, o sea del alimento de esas poblaciones, aunque había ido antes a Washington a

¹⁸⁸ En Shawnee, 1929; abadía desde 1895. Véase J.F. MURPHY, *Tenacious Monks* 8Shawnee, 1974).

¹⁸⁹ La convivencia de los americanos con los franceses, cuando la comunidad se hizo mixta, parece haber sido más tensa que en el caso de los de habla alemana.

¹⁹⁰ Donde, declarada la epidemia, se refugiaron siete mil habitantes de Savannah misma.

¹⁹¹ *The Wild Rose and the Edelweiss*, que titula el capítulo correspondiente Malone, p. 182 de su historia de Conception.

¹⁹² Por ejemplo, puede verse el editorial del *Freeman's Journal*, de Nueva York; 5-2-1877.

¹⁹³ De Smet se había movido entre St. Louis y las misiones de Montana, y a veces pasaba meses en las Black Hills. De aquí, por su riqueza aurífera, acababan de ser expulsados los indios cuando Martin llegó.

¹⁹⁴ A Martin se le unieron Foffa y un hermano (también reclutó jesuitas alemanes exiliados), transplantando los tres allí, a Bismarck, en lo posible el horario monástico; véase C. DURATSCHKE, *Crusading along Sioux Trails* (Yankton, 1947).

¹⁹⁵ Años después, en 1885, ya en una visita *ad limina*, Martin regaló a León XIII un gigantesco hueso de búfalo decorado por un artista nativo con la historia de su pueblo, esa victoria incluida.

¹⁹⁶ En barco hasta Fort Buford, luego a caballo por Fort Peck.

¹⁹⁷ Unas declaraciones de Sitting Bull sobre estos encuentros a un comité del Senado, en el libro de Kleber, p.318: «Ustedes se han venido siempre comportando como hombres que beben whisky... Yo ya se lo había dicho antes con toda claridad a un sacerdote católico que vino a verme», siguiendo acusaciones de mal trato y engaño a los blancos.

dar cuenta de las posibilidades de arreglo, entrevistándose con el presidente Hayes, y también a Ottawa. Cuando Sitting Bull se entregó, el 19 de julio de 1881 en Fort Buford, no fue ya inmediatamente por la intervención de Martin, pero al ser entonces incumplida la promesa que le fuera hecha de dejarle libre entre sus gentes de Standing Rock, encarcelándole en cambio en el Fort Randall de Nebraska, nuestro obispo se interesó por su situación y trabajó por su liberación, la que tuvo lugar el 10 de mayo de 1883. Seis años después, fue abierta por los monjes de Conception que habían acudido al llamamiento del vicario apostólico de su Orden y país, una nueva estación misionera, Bull Head, cuarenta millas al suroeste de Fort Yates y cerca de donde Sitting Bull seguía viviendo. Enseguida corrieron entre sus hombres voces proféticas de una guerra victoriosa sobre los blancos, excitadas por las llamadas Danzas de los Espíritus, por creer que eran éstos quienes hablaban a través de quienes la bailaban y caían en estado de trance. Así las cosas, decidida la detención de Sitting Bull, como este acabara resistiéndose, tuvo lugar un choque armado en el que se le dio muerte¹⁹⁸, ello el 15 de diciembre de 1890. Y de veras que nos es penoso pasar como sobre ascuas por tan apasionantes campos, entre la predicción de un credo y el encuentro de culturas. Martin lamentó no ser capaz de aprender fluidamente la lengua dakota, aunque hizo reimprimir en St. Mein-

rad una gramática de ella allí encontrada, con un diccionario, un catecismo y un himnario. En cambio le yudaron mucho sus habilidades de músico y organista, e intercambiaba clases de griego y latín por otras de aquella lengua¹⁹⁹. Estableció dos escuelas, Ford Yates, parece que aún abierta, y Kenell Farm, y asentó a unas monjas procedentes de Ferdinand y Covington, Kentucky, a la postre desparramadas en Yankton, Marty Mission y Rapid City²⁰⁰.

Y así las cosas, nada más natural que, en 1879²⁰¹, el Papa le nombrara vicario apostólico de Dakota²⁰², estableciendo la sede en Yankton, a los diez años transferida a Sioux Falls. Y él, el *Blackrobe Lean Chief*, acababa de ser trasladado a la diócesis menos fatigosa de St. Cloud, en 1896, cuando murió, llevándose a la eternidad su fuego en el corazón y alguna nieve en el semblante. Su apostolado monástico²⁰³ se sale de nuestro argumento²⁰⁴, aunque le ayudaron también las monjas de Blue Cloud Abbey. Debiendo volver a sus hermanos monjes.

Más propagación de ellos y de ellas

Sucedido en St. Meinrad por Fintan, en 1878 fundaron en Arkansas²⁰⁵, St. Scholastica²⁰⁶, en Lagon County, una parte de los terrenos ofrecidos por el ferrocarril de Fort Smith, a la búsqueda de colonos estables— también monjas²⁰⁷ de Ferdinand, al principio sin muebles y con el agua muy lejos, pero

¹⁹⁸ Un teniente católico de la policía india— la operación fue llevada a cabo por ésta—, Bull Head pasó a la toponimia como hemos visto. Sobre la tumba de Sitting Bull, «Newsweek», 20-4-1953.

¹⁹⁹ De ésta decía dom Othmar Buerkler, ser «como el tiempo en las praderas natales de sus hablantes, imprevisible; áspera, fría, ruidosa, muy limitado el vocabulario e incapaz de expresar abstracciones, y sobre todo desesperante su ordenación de las palabras, por ejemplo «Father we have heaven in thou art the Thy Name, o sea *Ateunyanpi malhpiya ekta nanke cin Nicaze*». Siendo ya obispo, Martin envió a St. Meinrad a dos postulantes nativos, Fintan Mantochna y Gil Tape-tola, de los cuales aprendió el idioma dom Luke Gruwe, quien escribió una gramática del mismo.

²⁰⁰ F. DUDINE, *The Castle on the Hill* (Milwaukee, 1967).

²⁰¹ En 1887, dom Leo Haid, abad de Maryhelp, que él trasladó a Belmont, fue nombrado vicario apostólico de Carolina del Norte.

²⁰² Obispo titular de Tiberias. Consagrado en la parroquia de Ferdinand, a la búsqueda de más espacio, por el ordinario, Francis Silas Chatard, asistido por los obispos benedictinos Seidenbusch y Wolf. En el refectorio, Hobi le dirigió una alocución latina, tomando por lema las palabras paulinas *vas electionis mihi iste*.

²⁰³ Una de sus medidas fue abstenerse totalmente del alcohol.

²⁰⁴ Véase el libro de Kleber, p. 278.

²⁰⁵ Luego de fallida la tentativa de hacerse cargo de otra de un monje de San Bonifacio de Munich, el fallecido Aegidius Hennemann, en Vermillion, ciento sesenta millas al oeste de Nueva Orleans.

²⁰⁶ Luego St. Benedict, quedada para ellas la otra titularidad.

²⁰⁷ E. L. SHARUM, *Write in the Vision down: a History of St. Scholastica Convent, Fort Smith, Arkansas* (Fort Smith, 1979);

abierta ya la escuela—, abadía de New Subiaco²⁰⁸ en 1891, bajo Ignacio Conrad²⁰⁹, un hermano de Frowin y enteramente distinto a él, temperamentalmente y en cuanto a sus ideales monásticos. Diez años después otra fundación en Gessen²¹⁰, cincuenta millas al norte de Nueva Orleans, abadía de St. Joseph en 1903²¹¹, y la localidad llamada oficialmente St. Benedict.

De 1890 a 1892 intentaron llevar a cogüelmo la llamada, a través de Roma, del obispo de Montevideo, para la colonia de Nueva Helvecia, encontrando lamentable la situación religiosa de los fieles y del clero relajado en el país, viejo ya de una descristianización poco común incluso en esa época.

Después, en 1893, dom Vincent Wehrle, un monje de Einsiedeln que dejó la fundación de Arkansas, fundó en Dakota del Norte, St. Gall, en Devils Lake²¹².

Su programa era muy ambicioso, universidad incluida, y construyó una noble iglesia románica antes de ser nombrado el primer obispo de Bismarck, en 1910. Su sucesor en el abadiato, un prusiano llega-

do a América en 1894, se dejó llevar de la megalomanía, dando lugar a una quiebra que motivó la disolución de la abadía en 1924 y la deposición y condena del abad por un tribunal eclesiástico formado por un obispo y dos abades dos años después²¹³. Pero hemos de dar noticia de las monjas suizas quienes, como para sus hermanos bávaros, fueron también el paralelo de sus compatriotas benedictinos en América. Las de Gertrudis Leupi (1825-1904), nacida en Wikon, cantón de Lucerna, donde acabó fundando un convento, Marienburg²¹⁴, uno de sus tres, los otros Maria Rickenbach, en su mismo país también, y Maryville, en Missouri, luego en Yankton, y que irradió a Clyde, Missouri; Jonesboro, Arkansas; y Mount Angel.

Leupi²¹⁵, visionaria y mística desde la infancia, era religiosa de Baldegg, un instituto docente y asistencial, aunque mantenían la adoración perpetua cuando se establecieron muy cerca de Engelberg y auspiciadas por el futuro abad Villiger, a quien ya conocemos y que las dio sus estatutos²¹⁶, junto a la capi-

I. KALT, *Das Benedikterinnen Kloster St. Scholastika in Arkansas, Nord Amerika: Seine Gründung, Entwicklung und Wirkamseit. Ein Beitrag zum 25 Jährigen Jubiläum, 1879-1904* (Little Rock, 1903) y M. SANDERS, *A Brief History of the Sisters of St. Benedict, St. Scholastica Convent in Arkansas* (Fort Smith, 1947). Completamos la bibliografía femenina con algunos títulos más: C. FALLON, *Waters of Promise, 1874-1974* (Nauvoo, 1974) y R. GALLIVAN, *Shades in the Fabric: Excerpts from the Nauvoo Benedictine History* (Ibid, 1970); S. CAMPBELL, *Chosen for Peace. The History of the Benedictine Sisters of Elizabeth, New Jersey* (Paterson, 1968); la misma, *A Love that Impels. A History of the Benedictine Sisters of Ridgely, Maryland* (Erie, 1986); H. JOHNSTON, *The Fruit of his Works. A History of the Benedictine Sisters of St. Benedict's Convent, Bristow, Prince William County, Virginia* (Bristow, 1954); M. L. GEORGE, *Mother Paula O'Reilly, Foundress of the Gulthrie-Tulsa Oklahoma Benedictines* (Tulsa, 1985); *Benedictine Sisters of Pittsburgh, 1870-1970* (Pittsburgh, 1970); M. F. SCHUSTER, *The Meaning of the Mountain. A History of the First Century at Mount St. Scholastica* (Baltimore, 1963); *Catalogue of the Nuns and Convents of the Holy Order of St. Benedict in the United States* (Latrobe, 1879) y el mismo título, seguido de *With a Sketch of their Work of Half a Century* (St. Marys, Pensilvania, 1903).

²⁰⁸ H. ASSENMACHER, *A place called Subiaco* (Little Rock, 1977).

²⁰⁹ Al embarcarse por el Ohio, camino de su destino, dos cerdos se les escaparon por los bosques cercanos a Fulda. Dom Wolfgang Schlumpf, «el fundador», comentó que esa conducta le hacía avergonzarse de la educación monástica impartida.

²¹⁰ I; De 1883 a 1888 estuvieron en una parroquia de Belleville, Illionois, y no aceptaron ofertas en Colorado y California.

²¹¹ El nuevo nombre que propusieron al solicitar una estafeta de correos.

²¹² En 1899, Richardton; abadía en 1903. Para inmigrantes alemanes, húngaros y rusos.

²¹³ Otros dos más tarde, la resucitaron los monjes de St. John's, de la otra congregación americana pues.

²¹⁴ A última hora, en un viejo castillo, a fin de reclutar candidatas para South Dakota, al no haber llegado a cogüelmo el propósito de Martin de abrir un seminario en Yankton.

²¹⁵ M. JAGER, *Schwester G.* (Kanisius Verlag, s.l. ni a..) y las obras del centenario *Verschlossener Garten y Benediktinerinnen von Maria Rickenbach*. (Stans, 1946); I. LÜTHOLD-MINDER, *Maria Rickenbach* (Sarnen, 1960); K. DOPINGER, *Maria Rickenbach. Kurze Wallfahrtsgeschichte* (Stans, 1946); la obra colectiva también, *Hundert Jahre Benedikterinnen Kloster der Ewigen Anbetung, Maria Rickenbach, Nidwalden* (Stans, 1957) y la citada de Duratschek, *Under the Shadow of his Wings* (Aberdeen, South Dakota, 1971).

²¹⁶ B. FELDMAN, *Abt Anselm Villiger, Gedenkenblätter für die Freunde und Nöglinge der Stifsschule* (Lucerna, 1901); estaban

lla de pía leyenda de Maria Rickenbach, en hábito benedictino²¹⁷, desde 1859.

Cinco de ellas— una maestra y cuatro bordadoras²¹⁸— llegaron²¹⁹ a Maryville, Missouri, o sea a New Rickenbach, en 1874, llamadas por Frowin para hacerse cargo de la escuela femenina. A Plácido Wolter le escandalizó la precariedad inicial de la clausura. Una monja de Ferdinand las enseñó inglés. El abad Martín trató de sustituir las sus ejercicios de santa Gertrudis por el oficio parvo en latín, por su naturaleza eclesiástica y su adecuación a la adoración perpetua— el oficio divino era, ante todo, adoración—, pero se opuso el abad Anselmo, alegando su condición de «terciarias de la Orden de San Benito». Enseguida hicieron otra fundación, Clyde-Conception, Perpetual Adoration²²⁰. Y en 1880 llegó Leupi para ponerse al frente de ellas, luego de gobernar veinte años en su país. Al no ser aceptada en Clyde, aquí se originó una congregación distinta, la de la Adoración Perpetua²²¹.

En 1880 fueron a la Grande Indian Reservation, en Oregón, donde las quería el obispo de Vancouver Island, y de donde luego irradiarían a la vecindad del masculino Mount Angel. Y en 1881, Martín las llamó a su territorio, dando ello a la postre huelgo a la

fundación de Yankton²²² y, ya en 1901, a la de Sioux City, en Iowa²²³. Aquél llamó en 1888 a otras monjas suizas, las de Melchtal, a una especie de antigua «venta», taberna de camino que por allá dicen, Sturgis, en las Black Hills²²⁴. Y cuatro años más tarde, las también suizas de Sarnen, responderían a la llamada de Conception, en Union Town, del territorio de Washington²²⁵.

Y cuando, en 1891, Conception o New Engelberg llegó a abadía, León XIII erigió a la vez a ella y a St. Meinrad en Congregación independiente, la Helvético-Americana. Wimmer hubiera querido se integraran en la suya.

Conception que, por su parte, diez años atrás, había echado raíces vigorosas en el Oeste, fruto de un llamamiento a dom Adelhelmo del aire y las montañas de Oregón, muy fatigado de su largo y denso ministerio parroquial²²⁶, ello con la aquiescencia tanto del obispo de Portland como del capítulo de Engelberg²²⁷, en un panorama fascinante, una colina dominando el valle del Willamette, Mount Angel, traducción literal del nombre del *monasterium maius*²²⁸. En 1903 renunció a su cargo de prior, y al año siguiente la casa fue abadía²²⁹. Mas, en cuanto a las razones profundas de la génesis fundacional, hay

prohibidos los animales domésticos, salvo los necesarios gatos, y ellos nunca en las celdas. De sus instrucciones para el oficio divino, comenta sor Kessler que hasta la compañía de los ángeles, por lo que podía tener de masculina, le implicaba algo de sospechoso. Se recomendaba la meditación ignaciana. La manifestación de conciencia tenía lugar al confesor y a la superiora.

²¹⁷ Se los regalaron las monjas de Sarnen.

²¹⁸ Una llevó su diario: *Von Rickenbach nach Maryville. Reise Bericht der Schwester Maria-Beatrix Reggli* (Stans, 1875).

²¹⁹ Se las aconsejó llevar los útiles de costura e incluso los libros de texto; en América todo era muy caro y a menudo, sencillamente difícil de encontrar.

²²⁰ Después vino Yankton, Congregación de Santa Gertrudis en 1937; cfr., R. BASKA, *The Benedictine Congregation of St. Scholastica: Its Foundation and Development, 1852-1930* (Washington, 1935); *Catalogue of the Nuns and Convents of the Holy Order of St. Benedict in the United States* (Latrobe, 1879 y St. Marys, 1903), ya citadas y las *Constitutions of St. Scholastica for the Sisters of the Order of Saint Benedict in the United States of America* (Chicago, 1880).

²²¹ D. DOWKING, *In your Midst. The History of the Benedictine Sisters of Perpetual Adoration* (St. Louis, 1988).

²²² Antes en Zell y en Vermillion.

²²³ En 1953 a Madison, Wisconsin.

²²⁴ En 1962 a Rapid City, cerca.

²²⁵ Luego a Colton, 1894; y Cottonwood, 1909.

²²⁶ Aunque, para reparar el incendio del monasterio en 1892, gastaría aún seis años duros de misión en los territorios orientales.

²²⁷ Habían recibido ofertas de Colorado, Los Angeles y San Francisco; a las pp. 120-1, del libro de Malone, interesantes informes sobre estos puntos.

²²⁸ Concretamente en Fillmore, hoy St. Benedict; antes en la parroquia de Gervais.

²²⁹ L. J. M. CRANK, *Mount Angel Abbey and its Library* (Wilmington, 1985).

que tener en cuenta que Adelhermo tenía una mentalidad opuesta a la de Frowin, más misionera que contemplativa, nada beuronense.

Y ya a se iban haciendo «potentes y grandes», como Rubén Darío había de reconocer, los Estados Unidos, proa al siglo siguiente con el que vamos a despedirnos.

Escoceses e ingleses en el novecientos

Las fundaciones que hemos visto no pudieron ser cortadas por el patrón de Solesmes o Beuron, monasterios del lujo de Dios²³⁰, asentamientos contemplativos de canto y de estudio, una nueva encarnación, tan pequeña y tan grande, de la magnificencia benedictina²³¹ del antiguo régimen. Y ello no por una preconcebida incompatibilidad con ellos de la mentalidad americana, que sería prematuro dar por sentada, sino por las condiciones del país en formación en aquel momento y la índole económicamente débil de los católicos de su entorno, con las consiguientes necesidades del activismo²³².

Las cosas habían cambiado mucho cuando el segundo cuarto del siglo XX estaba próximo, y la abadía escocesa de Fort Augustus fundó en la capital federal San Anselmo, en 1924. Fort Augustus, así llamado por ser ni más ni menos que un antiguo fuerte junto al lago Ness, había sido fundada en 1876 por un monje romántico, dom Jerome Vaughan, con el

patrocinio de los *lairds* de los Highlands y el apoyo de toda la nobleza y el episcopado, deseosos de manifestar su identidad. Por eso se inspiró en los ideales de Beuron, y no se afilió a la Congregación Inglesa hasta 1910. Por lo tanto, su presencia en Washington podía equivaler a esa otra tardía implantación de ese otro monacato, algo por añadidura significativo a la vez de la prosperidad y el afianzamiento de la gran nación, aunque como los monasterios ingleses abriera un colegio. Cuando Paul Claudel era embajador allí, asistía a sus oficios en las grandes fiestas, él tan exigente de las rúbricas de Notre-Dame de París y amante del espíritu de dom Guéranger en Ligugé, el monasterio donde pensó en su juventud profesar²³³. Otra fundación de Fort Augustus, casi simultánea, fue Portsmouth, en Rhode Island²³⁴. Pero la categoría fundacional de Fort Augustus lo es en el sentido canónico, ya que la iniciativa se debió a un grupo de americanos nativos que a ella se dirigieron. Uno de ellos fue dom Henry-Leonard Sergeant (1857-1944), de Boston, unitario convertido a la iglesia episcopal, dentro de cuya tradicional High Church perteneció a dos congregaciones religiosas, los Cowley Fathers, de Oxford, y la Holy Cross, ministeriando entonces entre los negros de Baltimore, Memphis, Nueva York y Maryland, antes de postular en Downside la importación a su país de ese benedictinismo. Otro fue dom Hugh Diman (1863-1949), hijo de un pas-

²³⁰ En 1949 los monjes de Portsmouth, deseosos de una vida benedictina estrictamente contemplativa, dejaron su comunidad docente para fundar Mont Saviour, en Elmira, Nueva York. A su vez, buscando una mayor simplicidad, algunos de tal fundación la dejaron en 1964 para fundar en Nuevo México, Christ in the Desert. Y en 1984, de St. Bernard de Alabama se escindió un grupo fundador del monasterio de Christ the King (desde 1994 con una rama femenina, St. Joseph's) en el mismo Estado, Cullman, según sus confesados propósitos «para preservar las prácticas tradicionales de la vida monástica bajo la Santa Regla de San Benito y ligado a la observancia del santo sacrificio de la misa solamente de acuerdo con la forma ordenada por el Concilio de Trento».

²³¹ La expresión es del cardenal Albareda, de Monteserrat.

²³² Así escribía Ignacio Conrad, electo abad de New Subiaco, al de Einsiedeln: «Manifiesta usted su estupefacción de que yo dirija tantas misiones y retiros y se maravilla de lo que de ello piensan los miembros de la comunidad. Y yo entiendo perfectamente porque se plantea la cuestión de esa manera, incluso con la acusación latente de que estoy viviendo como un girovago. Pero previamente le he citado lo que el buen obispo Hogan me dijo el día de mi bendición abacial: *Yo he sido durante años un obispo vagabundo, y usted seguirá siendo un abad vagabundo; usted no puede seguir otro camino en un territorio de misión*»; cit. en el libro de Rippinger, p. 70; todavía sobre el activismo, K. KRAFT, *Why Monastic Life in the Twentieth Century? Testimonies of Perception*, ABR, 46 (1995) 335-50.

²³³ En su Diario constan sus visitas a la iglesia de San Anselmo, pero nada más.

²³⁴ Queremos dedicar un recuerdo cariñoso, aunque queden fuera de nuestro estricto argumento a unos benedictinos anglicanos, de fundación inglesa, los de St. Gregory's Abbey, en Three Rivers, Michigan. Su trimestral *Abbey Letter* aro-mada de la más cordial hospitalidad de la tradición de su familia religiosa, va ya por el número ciento ochenta y tres.

tor congregacionista y de una unitaria, definido a sí mismo como *a dyed-in-the-wool New England Yankee*. De su etapa episcopaliana es su fundación de una escuela propia, sólo para cuatro o cinco colegiales, en Newport, la *Diman School*. El fue la piedra angular de la actividad docente de esos monasterios nuevos estadounidenses. Habiendo en el de Washington y en los otros dos una buena muestra de los últimos días de la tradición estudiosa²³⁵ de esta familia religiosa, ya en unos tiempos en los cuales se pedía a las instituciones docentes católicas la plena competitividad con las más altas instancias. Y en 1955, fue Ampleforth, de la Congregación Inglesa, la fundadora de un priorato en St. Louis, Missouri²³⁶.

Así se acabó de configurar el nutrido mapa benedictino de la gran nación, con representación de una cierta densidad por los cuatro puntos cardinales y en bastantes de sus espacios, aunque una mucho mayor proporción entre Pensilvania y Quebec, por lo tanto a ambos lados de la frontera.

Antes, en los días presidenciales de Franklin Delano Roosevelt, cuando hizo su entrada en la catedral de San Patricio de Nueva York su nuevo arzobispo Spellman, los abades que formaban en el cortejo ya testimoniaban una presencia de cierta densidad.

Y no hemos hablado de su expansión fuera del país, en Asia sobre todo. Hace poco nos pudimos dar cuenta sobre el terreno de los buenos frutos dejados

por St. John's en Humacao, en la isla de Puerto Rico. Dom Eugene Schwerzmann, llamado a tan corta vida en St. Meinrad, escribía desde allí, recién llegado casi, al abad de Einsiedeln: «Si América es un país donde uno tiene que rezar a María, como en Suiza, desde este valle de lágrimas, el Nuevo Mundo tiene sin embargo esta ventaja: aquí todo está creciendo y floreciendo, allí todo se marchita y está moribundo. Nosotros estamos aquí rodeados de gentes que están experimentando la primavera de una nueva vida, mientras que en la vieja Europa y especialmente en nuestro país está pasando el último otoño. Nosotros estamos viviendo en un país donde cada uno es libre de creer lo que quiera. Ni el gobierno ni las costumbres ni las conveniencias fuerzan a ninguna postura a nadie. Y este espíritu práctico que uno encuentra en América corresponde al espíritu de nuestra Iglesia, y uno puede darse cuenta de que el poder de la verdad no tiene aquí nada que temer de prejuicios ningunos. La única pesadumbre aquí es el agobio del materialismo. Manmón es el único ídolo de América»²³⁷.

En 1958, un tiempo muy distinto en el mundo, en la Iglesia y en el monacato²³⁸, cuando conocimos en su monasterio luxemburgués de Clervaux a dom Jean Leclercq, y le preguntamos su opinión de sus hermanos norteamericanos, nos respondió que, sin detrimento de sus particularismos, eran muy benedictinos. A dom Wimmer le habría complacido oírsele.

²³⁵ Tal Mark Sheridan, Joseph Jensen, Patrick Granfield, Julian Stead y Timothy Horner.

²³⁶ Véase una noticia (Guy Oury, *Solesmes au Nouveau Monde*, «Lettre aux amis de Solesmes», 1995,3, pp. 26-7) de las monjas de Westfield, en la diócesis de Burlington, en Vermont, grande y densa ya monásticamente, con el priorato de Weston este muy innovador y atrayente— fundación de los benedictinos de Jerusalén— y la cartuja de Arlington. El edificio es de 1981, del arquitecto de Boston Kosinski, pero ya se ha convertido en una especie de «monumento nacional». Su capellán es el excelente historiador y espléndido escritor autor del artículo.

²³⁷ Cita de la p. 45 del libro de Ripinger.

²³⁸ Véase M. NEUMAN, *The Creative Charism of Benedictine Monasticism: A Reply to Francis Mannion*, ABR, 46 (1995) 254-70, respuesta a tres artículos en los primeros números de 1993 de la misma revista: *Hostility and Hospitality. Religious Community and the «World»*; *The Cultural Conversion of Monks. Liberalism and Monastic Life* y *The labor of Tradition. Monasticism as a Cultural System*. Neuman había escrito allí mismo *Social Conflict and Monastic Spirituality*, 39 (1988) 72-84; *Living and Sharing the Benedictine Charism* 34 (1979) 18-26 y 34-39; y *Benedictine Spirituality and the Challenges of Pluralism Today*, en «Benedictines» 35 (1980) 13-26. Véase J. SUTERA, *True Daughters. Monastic Identity and American Benedictine Women's History* (Atchinson, 1987); cfr., PETER LEVI, *The Frontiers of Paradise* (Weidenfeld and Nicolson, 1987). Para todo el contexto, puede verse nuestra obra *San Benito y los benedictinos* (7 tomos; Braga, 1996); de América se ocupan los dos penúltimos (el séptimo es de índices).

os Beneditinos na Europa

Iº CONGRESSO INTERNACIONAL
23 A 26 DE NOVEMBRO DE 1995
SANTO TIRSO

PRAECEPTORES IN ORBE NOVO. EN TORNO A LOS COLEGIOS BENEDICTINOS EN LOS ESTADOS UNIDOS

Antonio Linage Conde
Universidad de San Pablo, CEU

Para dom Oscar, por su hospitalidad en el remanso de Humacao, y a Calixto Frías que me acompañó en la visita. Y para mis profesores y condiscípulos del Colegio de Aranda y el Instituto de Segovia, Guillermo siempre presente.

Los benedictinos entraron en los Estados Unidos¹ mediante fundaciones llevadas a cabo en el ochocientos por monjes y monjas bávaros y suizos sobre todo, con alguna aportación francesa. En el novecientos hubo algunas fundaciones más escocesas e inglesas.

Su primer monasterio fue St. Vincent, en Pensilvania, obra de Bonifacio Wimmer, que procedía de Metten, en la Congregación de Baviera, pero que actuó individualmente. En 1854 se fundó en Indiana, por monjes suizos, de Einsiedeln, St. Meinrad; y en 1873 Conception, en Misuri, por compatriotas suyos de Engelberg. En 1875, unos franceses de La Pierre-qui-vire fundaron el que acabaría siendo el monasterio del Sacred Heart, en Shawnee², Oklahoma. A su vez, St. Vincent irradió³ a St. John's, Collegeville⁴, en Minnesota, 1856; Kansas⁵, a la postre en Atchinson,

¹ Remitimos a la bibliografía de nuestro artículo aquí mismo, *Fundaciones de los benedictinos europeos en los Estados Unidos*. Puede verse también nuestra historia general de la Orden, *San Benito y los benedictinos* (Braga, 1995), sobre todo los tomos quinto y sexto (el séptimo es de índices). Sin que ello implique dejar de recomendar la *Histoire de l'Ordre de Saint Benoît*, del benemérito dom Philibert Schmitz. Fundamental el libro de sor ANN KESSLER, *Benedictine Men and Women of Courage. Roots and History* (Freeman, 1996).

² J. F. MURPHY, *Tenacious Monks. The Oklahoma Benedictines, 1875-1975; Indian Missionaries, Catholic Founders, Educators, Agricultors* (Shawnee, 1974).

³ Sólo citamos las abadías, y omitimos todas las fundaciones fuera de los Estados Unidos, incluso la suiza de Westminster, en Mission, Columbia Británica, de 1939.

⁴ C. J. BARRY, *Worship and Work. Saint John's Abbey and University, 1856-1980* (Collegeville, 1980).

⁵ La historia de la casa en el libro de dom Beckman que luego será citado.

1857; Belmont⁶, en Carolina del Norte, 1876; Illinois, a la postre St. Procopius⁷, en Chicago, 1885; St. Leo, en Florida, 1889; Alabama, al fin St. Bernard, en Cullman, 1891; St. Anselm, en Manchester, New Hampshire, 1893, abadía en 1927. Por su parte St. Meinrad fundó New Subiaco⁸, en Arkansas, 1878; y en Luisiana, al fin St. Benedict, 1890. Y Conception, Mount Angel⁹, en Oregón, 1882. Otra fundación suiza independiente, Devils Lake, luego en Richardson, Dakota del Norte, tuvo lugar en 1893. Mucho después, los escoceses de Fort Augustos fundaron en Washington, San Alselmo, 1924, y Portsmouth, en Rhode Island, 1949; y los ingleses de Ampleforth, St. Louis, en Misuri. Los monasterios de origen bávaro integraron la Congregación Americano-Casinense, y los suizos la Helvético-Americana, la cual fundó luego Corpus Christi, en Sandia, Texas, 1927; Marmion, en Aurora, Illinois, 1933; Benet Lake, en Wisconsin, 1945; St. Pius X, en Columbia, Misuri, 1951; Blue Cloud, en Dakota del Sur, y Canterbury, en Higham, Massachusetts, 1954; Mount Michael, en Elkhorn, Nebraska, 1956; y Peace Abbey, en Oceanside, California, 1958. La Congregación Húngara, concretamente la abadía de Pannonhalma, perseguida y casi suprimida en su país, fundó un priorato con colegio en California, Woodside, en 1957, que en 1976 pasó a depender de St. Anselm de Manches-

ter¹⁰. En un principio, las monjas¹¹ tuvieron sus monasterios paralelos a los de sus hermanos varones, algo lógico teniendo sobre todo en cuenta lo ineludible de las mismas para atender las necesarias escuelas femeninas y a veces ambas.

Ello ya nos denota que los colegios eran esenciales en el plan de actuación de los benedictinos allá, al principio llevados de un propósito concreto ministerial, de asistencia pastoral a los inmigrantes de su lengua, por supuesto entonces económicamente débiles, de *cura animarum*, una misión asentada en la parroquia, la escuela y a menudo también el seminario para los aspirantes al sacerdocio diocesano. Un benedictinismo que se venía practicando en las Congregaciones Inglesa, Bávara, Austríaca, Suiza y Húngara¹², teñido en los Estados Unidos del imprescindible activismo exigido no tanto por su mentalidad cuanto por las necesidades de la expansión de la Iglesia en un país en acelerada gestación, y distinto del benedictismo más estético y erudito que entonces estaba predominando en la Europa de la restauración monástica, pujante desde Solesmes, en Francia, y Beuron, en Alemania.

Las fuentes para el conocimiento de estos monjes y monasterios casi siempre se han conservado con acribia¹³, y de algunos se han escrito historias óptimas. Precisamente por la preservación del detalle¹⁴

⁶ P. BAUMSTEIN, *My Lord of Belmont. A Biography of Leo Haid* (Belmont, 1985).

⁷ V. BURESH, *The Procopian Chronicle. St. Procopius Abbey, 1885-1985* (Lisle, 1985).

⁸ H. ASSENMACHER, *A Place Called Subiaco. A History of the Benedictine Monks in Arkansas* (Little Rock, 1977).

⁹ L. J. McCRANK, *Mt. Angel Abbey. A Centennial History of the Benedictine Community and its Library* (Wilmington, 1983).

¹⁰ En cuanto a los benedictinos blancos, es decir los cistercienses, limitándonos a los de la Común Observancia, ya que los de la Estricta no tienen colegios, establecieron también con el mismo origen húngaro e idéntica motivación, un colegio y una facultad universitaria en Dallas.

¹¹ E. HOLLERMANN, *The Reshaping of a Tradition. American Benedictine Women, 1852-1881* (Saint Joseph, Minnesota, 1944), trata casi exclusivamente de las de la Congregación de Santa Escolástica.

¹² Véase la obra colectiva *Benedictini vivendi praeceptores* (Maredsous, 1981); a la p. 67, C. GRABERT, *American Benedictines and American Benedictine Educational Institutions: A Narrative and Report*.

¹³ No parecen haber contado con abades como alguno europeo de nuestro siglo, que destruyó la parte de la crónica oficial de su monasterio que estimaba no le dejaba en demasiado buen lugar. Para los primeros años es muy nutrida y reveladora la correspondencia con Europa.

¹⁴ Por ejemplo, hasta en las perturbaciones causadas por las tristes debilidades del tabaquismo entre los seminaristas diocesanos en St. Meinrad. A este propósito, el obispo de St. Joseph, Hogan, que tenía sus seminaristas en el monasterio de Conception, escribía al abad Frowin en 1881: «Is necessary to be firm in training ecclesiastic and therefore I am in earnest in prohibiting of smoking. If students do not wish to forego this practice they will not hesitate at what is really sinful. The disgusting smell from a priest's breath who is a habitual smoker makes him offensive in the confessional, and his hands, clothes and books are soiled with tobacco, to say nothing of his bedroom, parlor or study room, whether in his own house or elsewhere, for the tobacco smoke and dirt are offensive to all except the vulgarly bred.

caen a menudo en lo anecdótico, pero por lo común se trata de anécdotas muy significativas, iluminadoras de toda una situación. Por lo cual tampoco las omitiremos nosotros siempre.

La dulzura de los comienzos amargos

En las primeras escuelas de estos benedictinos había muy pocos alumnos. Y eran bilingües, lo que planteaba el correspondiente problema¹⁵, en cuanto ellos mismos apenas conocían el inglés¹⁶. Y hay que subrayar en la composición de lugar la precariedad de las condiciones de vida, hasta la escasez de la alimentación elemental, tanto para los alumnos como para los profesores. Mientras que ahora, uno de sus descendientes espirituales, Hilary Thimmesch, antiguo rector de la Universidad de St. John's, acaba de publicar un artículo titulado *American Benedictines and Higher Education*¹⁷. Tal enunciado es lo bastante elocuente como para darnos una idea del cambio de la situación¹⁸.

En St. Vincent, a los dos años, en 1848, empezó la docencia, para doce seminaristas diocesanos y trece postulantes para el monasterio – el «escolasticado» –, y veinticinco colegiales seglares – allí llamados «de comercio» – de diez a diez y ocho años, según el patrón del *Gymnasium* germánico, nuestro Instituto, con cinco profesores, dos de ellos seglares, los cuales explicaban matemáticas y música, todos de origen bávaro. Las clases de «artes liberales» eran comunes a todo el alumnado. Y también, antes de la separación por grados según el aprovechamiento de cada cual, la caligrafía, el dibujo y la música. Una

adaptación transmarina fue la escasez del griego. En cuanto al latín, Wimmer escribía al arzobispo de Munich, Von Reisach, cómo ya iban declinando *mensa, mensae*, y conjugando *amo, amas*. Al año siguiente entraron ya algunos angloparlantes, y uno después fueron admitidos gratuitamente trece escolares más, hijos de inmigrantes pobres de la vecina localidad de St. Mary's.

El trabajo en el campo – siega de la hierba, siembra del cereal – era obligatorio para todos los estudiantes. Huelga hablar de la instalación; a lo sumo unos cuartos bajos de techo y estrechos.

Las tres primeras monjas, llamadas por Wimmer, llegaron y abrieron su escuela en 1852, en St. Mary's, para los dos sexos, unos sesenta o setenta en total. Para el inglés hubo que contratar a dos seglares. Las obras del ferrocarril de Pensilvania hicieron afluir a muchos irlandeses. A las chicas se las enseñaban naturalmente labores. Era corriente que los alumnos llegaran a la clase con un trozo de pan negro por única comida. Las monjas por su parte tenían el pan racionado y se alimentaban a base de patatas y tortas de trigo sarraceno. Eran los días del *Charley-come-back*. Sin tardar mucho, tuvo que ver con ello la buena fortuna de la Parca en esta y las otras comunidades que inmediatamente se siguieron. Muy cambiado todo ya en 1871, cuando un antiguo alumno lo evocaba en el *Pittsburgh Catholic*, al escribir la crónica de la inauguración del nuevo monasterio: *The trials of the infant colony was terrific and required more than human courage and perseverance to overcome them*.

Lo sorprendente en aquella atmósfera es, no tanto que Wimmer, pese a su entrega complacida al acti-

It has always pained me very much to see that priests on the mission, when they are staying at hotels or with private families, generally as soon as they enter the house and sit down, pull out of their dirty pockets a dirty old pipe and tobacco, and fill the house and stifle the guests with smoke. I regard it as a nasty, low, dirty habit, to say nothing of the loss of money and time it involves. Also be unnecessarily gratifying the appetite it tends to make a man sensual».

¹⁵ En St. Meinrad, decía dom Isidoro Hobi a los seminaristas nacidos fuera: «Primero teneis que aprender a hablar inglés; teneis que aprender a comer tomates; teneis que aprender a entender vuestros propios asuntos. Esto es ser americano».

¹⁶ Cuestión candente en cuanto al posible ideal implicado, ora la integración indiferenciada en la nueva nación de habla inglesa, ora la preservación en lo hacedero del patriotismo de origen.

¹⁷ «The American Benedictine Review» 46 (1995) 121-30; respuesta de Placid Solari, profesor en el colegio de Belmont.

¹⁸ Las actividades educativas de los benedictinos de entonces en los Estados Unidos, muy bien especificadas en J. P. MÜLLER, *Atlas O.S.B.* (Roma, 1973); cfr., *The Hundredth Anniversary of the Benedictine Sisters, 1852-1952, Cradle of the Order in the United States, St. Joseph's Convent (St. Marys, 1952)*.

vismo requerido, insistiera en el cultivo de lo no útil, sino que en la casa se hubiera desarrollado *ab initio* una atmósfera cultural elevada: biblioteca y pinacoteca espléndidas, gracias a la estimuladora generosidad del rey Luis I y otros benefactores de la madre patria; una orquesta esplendorosa, que en la misa dominical interpretaba a Mozart, Haydn y Weber¹⁹.

Por su parte, en St. Meinrad, donde la escuela comenzó el mismo año de la fundación con sólo dos alumnos²⁰, siete más tarde, en 1861, dom Isidoro Hobi, presumía de que en los exámenes finales, superando todas las expectativas, habrían podido competir, en la mayoría de las asignaturas, con los de las instituciones germánicas más acreditadas²¹, y el prefecto y futuro abad, dom Fintan Mundwiler, encontraba a los estudiantes americanos como a los europeos, pero pareciéndole que los americanos comprendían las cosas más abiertamente e incluso con más rapidez que los europeos, aunque la contrapartida era una necesidad de moverse acá y acullá más libremente y de unas vacaciones más largas. Y Hobi apostillaba que «realmente nuestro problema es contrarrestar la versatilidad nativa y la superficialidad del país del vapor y la máquina». Notemos el prejuicio insito en la última definición. En cuanto al primer director, dom Eugene Schwerzmann²², estaba convencido de no estar América enamorada de las ciencias, y ser sus gentes más prácticas que científicas, no teniendo acceso a la enseñanza ni siquiera la dimensión especulativa del comercio y los negocios que sin embargo allí rayaba a mucha altura. La historia se reducía a narraciones de hechos, y la teología dogmática a

explicar el catecismo. Por la modernidad del país no podía haber arqueología, y la literatura clásica se reducía a un amasijo de malas novelas. ¡Tremenda injusticia para las letras del país, donde ya vivían escritores eximios! Se enseñaba incluso el hebreo, no sólo el griego y el latín, pero ¿como? Mas hemos de tener en cuenta que se trataba de un suizo llegado del monasterio y el colegio de Einsiedeln. Y que, a juzgar por lo que inmediatamente escribió a un cohermano de allá, acaso estaba exagerándose a sí mismo el panorama para más valorar la misión a llevar a cogüelmo: «El campo de la ciencia se despliega virgen ante nosotros, e incluso St. Meinrad mismo tiene delante una bonita parcela de actividad. Yo alimento la esperanza de que St. Meinrad será para América lo que otrora fue San Gall para Germania y Europa. Dirás que una esperanza quimérica, pero yo te aseguro que no infundada²³. Que Roma no se ganó en una hora, y al principio San Gall y Einsiedeln no eran más que un pequeño grano de mostaza».

En St. Meinrad, a diferencia de St. Vincent, la música y otras disciplinas aledañas empezaron siendo optativas. Obligatorias la doctrina cristiana, el inglés y el alemán con literaturas incluidas, lo mismo que el latín y el griego pero éstos sólo para los capaces de adelantar, la historia, la geografía y la historia natural y las matemáticas. Los dichos aventajados tenían también historia de las religiones e historia general, ciencias naturales y álgebra y geometría. Dom Hobi²⁴ escribía a Einsiedeln que algunos habían tenido que empezar deletreando y pocos tenían un nivel aceptable, aunque ya hubiera empezado con ellos los ineludibles dichos latines²⁵, a saber *bonus*

¹⁹ F. FELLNER, *Abbot Boniface and his Monks* (5 tomos; Latrobe, impresión privada, 1956); J. OETGEN, *An American Abbot. Boniface Wimmer. 1809-1887* (ibid., 1976).

²⁰ Se cerró al morir uno de los monjes, dom Eugene. Volvió a estar otra vez cerrada de mayo de 1858 a enero de 1861. Por eso este año las vacaciones se redujeron a quince días.

²¹ A. KLEBER, *History of St. Meinrad's Archabbey* (St. Meinrad, 1954) 141-3.

²² Ibid, p. 76

²³ Luego le dice que ya tenían colegiales de las mejores familias de la ciudad. Se trataba de los dos únicos de que hemos dicho, sendos hijos de jueces locales, no católicos, uno de ellos maestro de la logia Mistletoe. A la postre tuvieron lugar conversiones en las tales familias. «De tener instalaciones y maestros, estoy convencido de que llevaríamos a cabo la misma tarea que se viene haciendo en Einsiedeln».

²⁴ Semblanza de sus diez alumnos, ibid., pp. 114-6. En el curso siguiente, empezaron veinte, pero sólo habían quedado al final los cuatro «latinos». En septiembre volvieron seis.

²⁵ El latín, la historia de los Estados Unidos, la geografía y la aritmética, se daban en inglés.

pater, boni mater, bono animal y otras edificantes combinaciones de palabras.

En la biblioteca se conserva manuscrito el cuaderno titulado *Somatologie gegeben von Sr. Hochwürden P. Isidor Hobi, O.S.B. 1864-1865*, dividido el curso en dos partes, anatomía y biología. Martin Marty, el futuro obispo misionero de los indios sioux en Dakota, empezó a explicar Estética en el curso 1861-62, sirviéndose de las notas en latín que había tomado de sus profesores de Einsiedeln, estuvo muy contento del interés de sus discípulos, y casi se sentía seguro de haber sido el primer profesor de la disciplina en el hemisferio occidental, pues en ninguno de los compendios filosóficos que circulaban en latín o en inglés había visto tratada la materia. Él enseñaba también violín y piano, y otras asignaturas eran la oratoria y el arte dramático, con las consiguientes representaciones internas, para las que preferían el bosque, acaso por poder así suponerse el primer teatro al aire libre en el inmenso país. En 1877 se publicó por primera vez el *Catalogue of St. Meinrad's College Spencer County, Indiana. For the Scholastic Year 1876-1877*. En 1897 el prefecto se pasó a llamar rector, aunque su primera cariñosa denominación había sido *Kind-hearted Prefect*.

En Conception²⁶ fueron las monjas, llegadas de Maria Rickenbach, junto a Engelberg, quienes empezaron la enseñanza en 1875, allí mismo en la parroquia vecina de Maryville, cuando las escuelas públicas en el condado de Nodaway eran deficientes y miradas con tanta desconfianza por los católicos que bastantes de sus hijos eran analfabetos²⁷, y hasta que fue en esse sentido adicionado el plan universitario de 1867 no había en Misuri escuelas

normales²⁸. De las cinco primeras monjas, una era maestra y consiguió el certificado oficial preciso para enseñar en el Estado, y las otras cuatro bordadoras. La iglesia servía de aula, algo de veras llamativo teniendo en cuenta que las monjas en cuestión practicaban la adoración perpetua. La anunciaron en el *Nodaway County Democrat*, puntualizando que «la diferencia de religión no era un obstáculo para la admisión, con tal de tener buena moral y además de las enseñanzas corrientes, se prometían alemán, costura, bordado y música vocal²⁹.

Volviendo al pionero St. Vincent, al cabo de veinte años, el plan de estudios era ya mucho más holgado. Había tres «facultades»: la eclesiástica, diocesano-monacal, con veinticuatro seminaristas, algunos de las diócesis de Nueva York, Charleston, Erie, Chicago, Richmond y Covington, que tenían tres cursos de filosofía y teología; la «clásica» o de letras, con lenguas, sobre todo latín y griego, historia y religión; y la «comercial», con otros tres cursos de lenguas modernas – francés, alemán e inglés –, matemáticas, historia, teneduría de libros, caligrafía, geografía, filosofía natural, química y religión. Entre los dos se contaban ciento sesenta y siete alumnos. Los profesores eran veintidós, sólo uno de ellos seglar, el bávaro Joseph-Maurice Schwab, que explicaba música y era además el *Kapellmeister*³⁰. Nada pues de extrañar que, dos años después, la legislatura del Estado de Pensilvania concediera al colegio «conferir los mismos grados en artes y ciencias que los demás colegios y universidades en los Estados Unidos». Pero bastante antes, ya el 27 de febrero de 1857, al año de la fundación en Minnesota, y cuando incluso faltaban aún ocho meses para el comien-

²⁶ E.E. MALONE, *Conception* (Omaha, 1971).

²⁷ Había maestros que no sabían bien inglés. El programa era el llamado de las tras erres (=«R'S»), *reading, writing and rithmetic*.

²⁸ El párroco que había llamado a los benedictinos, el irlandés Powers, mantuvo algún tiempo una escuela con una maestra, la cual enseñaba el alfabeto, el deletreo y la lectura, «números», y algún ejercicio con mapas y con diagramas en una pizarra muy tosca; la enseñanza «superior» era de plantas y animales. En el archivo de Conception se guarda aún el *reader* publicado en Cleveland por Salem Town, en 1804, utilizado en esa ocasión.

²⁹ Véase el libro citado en la nota 17, p. 85; sobre la actividad docente de St. Scholastica's Convent, en Clyde, Misuri, hasta su dedicación desde 1918 a la vida contemplativa y la adoración perpetua, según la mentalidad de su fundadora, Anselma Felber, una de aquellas cuatro bordadoras: tal en la escuela pública St. Mary's o del Wild Cat, desde 1879; el hospicio de Conception, llamado *Industrial School*, de 1889 a 1904; y la academia para internas, de buena reputación musical, en Conception, de 1884 a 1934.

³⁰ Estuvo en St. Vincent desde 1851 hasta su muerte en 1875, salvo dos años, 1856 y 1857, interludio en St. Philomena Church de Pittsburg.

zo de las clases, se obtuvo allí la *charter* equivalente para ella, técnicamente el nacimiento de la Universidad de St. John's.

Mas para nuestros benedictinos también contaban los otros americanos.

El programa escolar entre las entrevistas con Sitting Bull

Pues ya hemos alcanzado unos años durante los cuales Martin Marty estaba haciendo relidad, en la medida en que a ella son convertibles los sueños, los que había alimentado desde sus días de colegial en Friburgo y en Einsiedeln, al oír de las hazañas divinales de los misioneros en ese que ya había llegado a ser su país de adopción³¹.

Una *Public Act* de 10 de abril de 1869, autorizó al Presidente a «mantener la paz con los indios y entre sus varias tribus y promover en su seno la civilización». Notemos desde ahora que la última expresión, literalmente entendida, estaba también en los propósitos de los misioneros, si bien para éstos cual una consecuencia secundaria, aunque ineludible para algunos aspectos, de la evangelización aquéllos. Es más, el propio presidente Grant, «el Gran Padre» como los nativos le habían traducido, en su mensaje a las cámaras de 5 de diciembre de 1870, empleó ya las palabras «labor misionera» a esos fines, precisamente al anunciar su plan práctico de llegar a un acuerdo con las varias confesiones cristianas para encargarlas también por añadidura de la tarea cívica y política en cuestión³²: «Confío y

espero en que la política que ahora llevamos hará que, dentro de unos pocos años, los indios estén en sus reservas, donde vivirán bien y tendrán escuelas e iglesias»³³.

Y así fue como el abad de St. Meinrad tomó a su cargo las agencias en el «Wild Rose» de Standing Rock y Devils Lake, en 1876³⁴, para los Sioux. *Denique censeo gentem Dakotam esse salvandam*, que parafraseaba a Catón.

Unas andanzas³⁵ que le llevaron a visitar dos veces, en su campamento del exilio canadiense, a Sitting Bull, y a entrevistarse, cual mediador también, con el presidente Hayes.

En su actuación misionera, él estaba convencido de que esa salvación de los paganos, por los cuales Nuestro Señor había derramado su preciosa sangre, de las tinieblas y las sombras de la muerte, respondía a una de las tradiciones más genuinas de la Orden³⁶. Y concretamente, al pensar en la solución, opinaba que las poblaciones en cuestión requerían la estabilidad, no habiendo ninguna mejor ejemplificación a sus ojos de la misma que la vida de familia benedictina³⁷.

Estaba reciente la derrota de Custer por Sitting Bull en la batalla de Little Big Horn. Y la estampa de nuestro abad, en hábito benedictino y a caballo, calmado a los pieles rojas, pasó al mundo de los tebeos que tanto gustaban de tal argumento³⁸.

Su alusión de fundar allí un monasterio no fue viable. Pero desde un principio concentró sus esfuerzos en las escuelas, forzosamente internados teniendo en cuenta las condiciones de la vida en torno, anejas a los puestos de misión³⁹. Y era opuesto a los

³¹ Él mismo, entonces, en nombre de los colegiales, pronunció la alocución de bienvenida a su héroe, el jesuita De Smet. A éste recordaban todavía muchos indios cuando vieron a Martin entre ellos.

³² Lo que se le ocurrió por una primera iniciativa de los cuáqueros.

³³ «And will be pursuing peaceful and self-sustaining avocations», añadía.

³⁴ Luego, a petición de los nativos, le concedieron las de Red Cloud y Spottes Tail, con mucha oposición de los episcopalianos, a quienes se habían atribuido ya. Hasta 1883 no se dio la libertad religiosa, muy cuestionada por aquéllos.

³⁵ Por supuesto tampoco fáciles en su literalidad, tal su jornada de tres días a mediados de diciembre, cuando no se podía pensar en navegar el Misuri, de Standing Rock a Yankton; véase, en el libro de Kleber (pp.296-8), el relato de una travesía del Four Mile Creek llevada a cabo por sus monjes con un carro de mulas.

³⁶ A la cual ésta volvía. Era una de las metas de la Congregación de Subiaco, y hacía tiempo de haber llegado a novela de aventuras la gesta de los españoles en Australia. En fin, recordemos toda la historia de St. Ottilien.

³⁷ Por otra parte, había poca demanda de los otros religiosos y el clero secular para ocuparse de ellas.

³⁸ Ello provocó los celos del agente militar, el capitán Johnston, quien trató de expulsar a Martin, pero fue destituido desde Washington, siendo reemplazado por un agente civil, W. F. Hughes, de Chicago.

³⁹ Empezó en Bismarck.

suministros gratuitos a los nativos acordados por el gobierno, estimándolos incompatibles con su promoción y su porvenir. Incluso era partidario de que fueran ellos mismos quienes construyeran sus escuelas-granjas. De hecho, cuando fueron levantadas, los alumnos aprendían a la vez las letras y el trabajo manual, que los era igualmente desconocido. Uno de ellos, al ver arar a un hermano, le dijo estaba estropeando la pradera. Se resistían a cortarse sus largas trenzas, hasta darse cuenta de que llevar el pelo corto era más cómodo. ¿...?⁴⁰ Dos años después, empezaron a trabajar también en la misión las benedictinas de Ferdinand, siendo muy difícil para las colegialas de St. Benedict Farm, o Kenel School, acostumbrarse a la vida sedentaria, recuperando a veces su tradicional indumentaria de mantas y chales y arriconando sus vestidos para hacer sus escapadas. Los soldados del vecino Fort Yates eran, sino un peligro moral, sí una fuente de sustos. Pero el balance temprano de la doble instrucción fue un éxito. El Agente del Gobierno, informaba el 1 de septiembre de 1880, al Comisario para los Asuntos Indios: *Of the boy's boarding school we can be justen proud*. Y tengamos en cuenta que el nombre de Kenel se debía a otro de los benedictinos, dom Martin Kenel, que la sirvió durante veintidos años desde 1884, y pasó a la toponimia, siguiendo así llamándose la localidad nuevamente surgida. De la escuela de Devils Lake encargó a las Hermanas de la Caridad de Montreal, *the Grey Nuns*⁴¹. Otro de los benedictinos, Jerome Hund, aprovechando la facilidad y el gusto de los sioux por hablar en público, organizó reuniones dominicales a las que, con libertad y estímulo para ello, convocaba a los hombres y las mujeres agrupados respectivamente en la *St. Joseph Society* y la *St. Mary Society*, dando allí ellos cuenta de su vida cristiana, de la cual

hacía parte su propio adoctrinamiento a los niños en el catecismo y la historia sagrada. Esto se pasaba en Devils Lake, pero fue imitado en Standing Rock y en el Canadá⁴², y se ha considerado nada menos que, en la línea de la futura Acción Católica, un precedente concreto de las *Catechetical Societies* y *Discussion Clubs* que la jerarquía de todo el país puso en pie a partir de 1940.

En las escuelas era corriente que los misioneros enseñaran a los nativos no sólo latín sino griego mientras tomaban de ellos a su vez lecciones de la lengua dakota.

En 1879, Martin fue nombrado vicario apostólico de Dakota⁴³ con carácter episcopal. Muy poco después se celebró su Segunda entrevista con Sitting Bull, esa vez escoltado hasta allá por la Policía Montada del Canadá. Cuando al fin aquél se entregó, ya sin relación mediata con su mediación, el 19 de julio de 1881, y fue incumplida la promesa de dejarle libre entre sus gentes de Standing Rock, siendo por el contrario encarcelado en Fort Randall, de Nebraska, Martin se interesó por su situación y trabajó por su liberación. Ésta tuvo lugar el 10 de mayo de 1883⁴⁴.

La historia del vicariato se nos sale ya de la nuestra monástica. Recordaremos únicamente el balance que el obispo haría, en 1883, al director ejecutivo del *Bureau of Catholic Indian Missions*, J. B. A. Brouillet, según el cual, pese a «los sacrificios y gastos hechos por St. Meinrad para las escuelas», no había habido tanto éxito como se habría deseado, trayendo a colación seguidamente la sentencia de ser mucho más fácil criticar que experimentar, y relatando un pequeño episodio administrativo, a saber: «No había habido por nuestra parte ninguna negligencia en el cumplimiento de nuestros deberes, cuando el {inspector} infiel (sic) Milburn gastó en la

⁴⁰ Algún penoso episodio del conflicto de civilizaciones era más llamativo; véase el libro de Kleber, p. 295. Una página rosa la de sor Nebraska, no benedictina, sino de las religiosas de que inmediatamente diremos, al otro lado de la frontera, en San Bonifacio de Manitoba. Su madre estaba muy complacida de tener por yerno a Jesucristo (ibid., pp. 310-311).

⁴¹ Kleber (ibid., p. 306) relata una pelea sangrienta entre las dos mujeres de un mismo indígena ante las religiosas asustadas.

⁴² Y por los jesuitas de Rosebund y Pine Ridge.

⁴³ Independizada entonces de Nebraska.

⁴⁴ Más tarde, el 15 de diciembre de 1890, al ir Sitting Bull a ser detenido y resistirse, hubo un choque armado en el que se le dio muerte. Ello tuvo lugar cerca de una estación misionera, Bull Head, establecida el año anterior por los benedictinos de Conception. Su nombre se debe a un teniente católico de la policía india que participó en la operación.

escuela un cuarto de hora e hizo burla de los pobres niños, cuyos sentimientos estimaba iguales a los de sus perros (*sic*). Usted sabe lo duro que es para los niños indios perder su vergüenza incluso cuando están ante amigos, y lo lentos que son para demostrar lo que han aprendido».

Mientras tanto, en 1875, dom Isidore Robot, del monasterio francés de La Pierre-qui-vire, se había establecido como «misionero apostólico» en uno de los territorios indios de la Luisiana, primero en Atoka, de los Choctaws, dos años después la Sacred Heart Mission, que acabaría dando lugar al monasterio de Shawnee, siendo nombrado prefecto apostólico, también para los Potowatomis⁴⁵. Y naturalmente que, desde el principio, organizó la enseñanza, aunque en su caso apenas tenía tradición en la Congregación de Subiaco. Siendo los mismos indios, con vagos recuerdos de sus días de Kansas, quienes reclamaron la venida de religiosas, que fueron las de la Perpetua Adoración del Santísimo Sacramento, fundación francesa, de Joseph-Louis Faller, en Belle-magny, que regían escuelas para niños negros en Luisiana. Allí se hicieron cargo de la que se llamó St. Mary's Academy. A los cuatro años, deseosas de más contemplación, las sustituyeron las Sisters of Mercy, llegadas de Illinois, encontrando por cierto las instalaciones más confortables de lo que se habían esperado y hubieran podido esperarse, como nosotros ya sabemos. Primero sólo admitieron a los niños indios, pero luego también a los hijos de los colonos o rancheros blancos. Y no todos eran internos. En 1883 surgió ya el «colegio», se dice que el primer «centro de estudios superiores» en Oklahoma, seminario también claro está⁴⁶, reconocido estatalmente en 1895⁴⁷.

El nuevo prefecto, Ignatius Jean (1886-1890) amplió el programa escolar. El fue quien llevó a Gunthrie,

en 1889, a las benedictinas de Creston, Iowa, de la madre Paula O'Reilly⁴⁸, una comunidad de treinta. Mientras las de la Merced estaban ampliando su docencia a los centros mineros. Y claro está que no nos es posible ser exhaustivos. Citaremos sólo una empresa bastante individual, la del hermano John Laracy, quien estableció St. Peter Claver School, cerca de Sacred Heart, pero al otro lado del South Canadian River, para antiguos esclavos negros que habían adoptado la organización tribal india. Los exámenes eran públicos y la barbacoa una institución. Órgano de las misiones y las escuelas era el mensual *The Indian Advocate*⁴⁹, en vida desde 1888 hasta 1910. En 1891 la prefectura fue elevada a vicariato y sustraída a los benedictinos, en cuya comunidad había fuertes tensiones entre los franceses, algunos de ellos vascos, y los nativos americanos. En 1915 el colegio fue reducido a escuela y cerrado en 1927, y el femenino en 1946. De aquél se quedó atrás el recuerdo de su banda y de su orquesta, y del *baseball* también.

Un incendio devastador tuvo lugar en 1910, y el nuevo colegio superior se hizo en Shawnee⁵⁰. Ello nos denota el alejamiento de la dedicación primigenia a los indios, pero nada más. Así, St. Patrick's Mission, en Anadarko, obra de dom Isidore Ricklin, tenía un internado muy concurrido y fue uno de los refugios en la catástrofe. Hasta que *University Grows from Indian School*, titulaba el 4 de julio de 1915 *The Daily Oklahoma*, en vísperas de la inauguración, a la que asistió el rector de la concurrente universidad baptista. Habiendo no sólo partido de fútbol americano sino baile también. Estrechas torres almenadas, un asomo de crestería, un audaz voladizo, todo en la digna masa de ladrillo, nos dan una estampa muy angloamericana. Y presumiéndose del departamento de arte, a cargo de dom Grehory Gerrer,

⁴⁵ En su jurisdicción entraban Comanches, Awapawis, Peorias, Poncas y Osages.

⁴⁶ El primer indio ordenado al Este del Misisipi, dom Beda-Alberto Negahnquet, estudió en Roma y lo fue en 1903. Gustaba de recitar de memoria en griego y en latín, todavía en los años treinta.

⁴⁷ Fracasó una *Industrial School*, St. Michael – así llamada por exigencia de su benefactora, la famosa madre Katherine Drexel – para los Choctaws, de 1887 a 1890. Ella llevó también religiosas franciscanas de Pensilvania, Glen Roddle, a la misión de los Osages. Drexel (1858-1955) fundó las Hermanas del Santísimo Sacramento para los Indios y los Negros; C. M. DUFFY, K.D.: *A Definitive Biography* (Filadelfia, 1966).

⁴⁸ M. L. GEORGE, *Mother Paula O'Reilly, Foundress of the Gunthrie-Tulsa Benedictines* (Tulsa, 1985).

⁴⁹ Editado en Purcell hasta 1901, y luego en el mismo monasterio.

⁵⁰ Aunque hubo propuestas de llevarle nada menos que a California y a Quebec.

autor de un retrato oficial de Pío X. Pero a pesar de su pretencioso nombre, la Universidad Católica de Oklahoma no pasaba apenas de la enseñanza media, por lo cual se la prefería llamar sencillamente St. Gregory's College. En 1928 se solucionó una crisis amenazadora haciendo depender la casa de St. John's y pasándola, trasladada a Shawnee desde Sacred Heart, a la Congregación Americano-Casinense.

Toda esta pequeña historia un botón de muestra de la evolución de las dos poblaciones del país.

Pero hemos de volver a los colegios para los blancos, con las miras de dar una idea ejemplificatoria, no vamos a pretender que antológica, de su desarrollo y evolución. Y no nos ocuparemos de los seminarios ni de las casas de estudio para los postulantes monásticos sino cuando tengan alguna conexión con las destinadas a los seglares⁵¹.

Y, naturalmente que sin pretensiones de desorbitar nuestra parcela, nos parece que el microcosmos que constituye su argumento, no deja de reflejar un poquito la historia del crecimiento del gran país también. Aunque de ello debe juzgar el lector, y mejor aún el investigador que nos amplíe.

Un botón de muestra es el cotejo de los inmigrantes germanohablantes que constituían la clientela de los benedictinos del ochocientos con sus descendientes de hoy, ni más ni menos que de la estrechez a la prosperidad. Aparte de su plena integración en el país unificado lingüísticamente y que también étnicamente lo es en su propia diversidad asimilada⁵². Una situación que ya era irreversible a principios de este nuestro siglo XX, con mucha más seguridad de lo que puede serlo el caso de la comu-

nidad hispana a sus postrimerías. De ahí que el tipo de colegio benedictino anejo a una parroquia, e integrado sencillamente en su inmediata tarea pastoral, no podía continuar. Advirtiéndose ya un retraso, si se hacía su cotejo con los de los jesuitas, como en 1880 lo hacía ver dom Leo Huebscher, lamentándose de no haber recibido la atención de los grandes. Un síntoma del ineludible cambio fue el *meeting* de todos los colegios de la Congregación Casinense en St. John's, en 1899, y apenas terminada la primera guerra⁵³, la constitución de la *National Benedictine Educational Association*, la primera organización conjunta de las dos congregaciones. Cuando ya hacía tiempo que había llegado la época de las *high preparatory schools*, incluso de las academias militares⁵⁴. Requiriéndose una preparación especializada del profesorado que no podía ser impartida en los monasterios mismos. Así las cosas, dom Anselm Ortmann, de St. John's, graduado de Física en la Universidad John Hopkins, fue el primer monje americano que salió a estudiar a una de ellas. Pero naturalmente no el último⁵⁵.

Con que ya podemos iniciar nuestro itinerario intermitente por la nueva etapa.

¿Una dorada transición?

El ideal benedictino del primer abad de Conception, Frowin Conrad, era el de Beuron, una espléndida consumación, junto al Danubio, de las aspiraciones románticas francesas de Solesmes y la disciplina y tenacidad alemanas, hasta el extremo de haber llegado a ser cabeza literalmente de un genui-

⁵¹ Tengamos en cuenta que en los monasterios europeos con colegios, éstos eran la principal fuente de las vocaciones de la propia casa. Y a veces no eran admitidos quienes hubieran estudiado fuera. Parece que esto la hicieron saber en Einsiedeln precisamente a la familia belga Desclee cuando gestionaba la fundación de Maredsous.

⁵² De ahí lo trasnochado de las pretensiones de los católicos alemanes inmigrados en el XIX de mantener sus divisiones parroquiales y escolares, que salpicaron también a los benedictinos, tal la toma de partido del abad de Belmont, Haid, frente al arzobispo de St. Paul, Ireland; véase el espléndido resumen de J. RIPPINGER, *The Benedictine Order in the United States. An Interpretative History* (Collegeville, 1990).

⁵³ Una solución mediocre que fracasó fue la creación de escuelas intermonasteriales de verano para formar — ¿reciclar? — a los monjes profesores.

⁵⁴ Naturalmente no pensemos en las de por acá. Y efectivamente llegaron en Richmond, Savannah y Aurora.

⁵⁵ Su abad, Peter Engel, se distinguió un tanto como precursor. Recordemos que también los benedictinos europeos estaban por entonces divididos en la cuestión. Pensemos en las soluciones distintas de Solesmes y Maria Laach, por ejemplo.

no imperio monástico. Pero Beuron nunca tuvo colegios, un tanto *propter chorum fundati* sus monjes.

Y el de Conception, aunque ello a imitación de su monasterio fundador, Engelberg, fue pensado para un número escaso de alumnos y con una destinación eclesiástica la mayoría. Sólo en 1882 – había empezado en 1875 – se extendieron algo sus planes, y eso por ser imprescindible para obtener el reconocimiento del Estado de Misuri. Aun así, en 1893 se suprimieron sus cursos comerciales. De manera que, para los católicos deseosos de ese tipo de estudios, ellos mismos recomendaban otro colegio beneditino, el de Kansas que veremos⁵⁶.

Pero la atmósfera se sentía por los mismos miembros de la comunidad un poco cerrada, cuando en 1902 decidieron asistir al Congreso de Colegios Católicos de los Estados Unidos. Dom Benedict Villiger y dom Alphonse Eberard eran los hombres de las ciencias en la casa. El primero, hijo de un veterinario del cantón de Aargau y colegial de los benedictinos de Sarnen, el segundo alemán, nacidos en 1875 y 1876. Villiger era una enciclopedia ambulante, dotado de un entusiasmo contagioso, aunque los alumnos no fueran capaces de seguir el torrente de sus clases, éstas de Física, Química y Astronomía. En el planetario de la Exposición Universal de Chicago hizo una pregunta a un conferenciante que estaba exponiendo los movimientos de los cuerpos celestes, se le invitó a hablar y lo hizo a lo largo de una hora. Y como el laboratorio se componía de unos cuantos tubos y mecheros, aprovechó la *Louisiana Purchase Centennial* para aprovisionarle a precio de coste. Mientras que Eberhard llegó a crear él mismo, taxidermista también, uno de los mejores de Biología en el Estado.

Pero, acaso con una cierta fidelidad a la concepción de los orígenes, en 1940, teniendo en cuenta que la situación topográfica no permitía el desarrollo del

colegio, y en cambio para seminario era pintiparada, fue cerrado.

El de Arkansas, New Subiaco fue improvisado en 1887, cuando los monjes sabían muy poco inglés, recurriendo a medios de aprendizaje como el compromiso de hablarlo entre ellos durante los recreos de los martes y los jueves, y aparte eso, lo único que eran capaces de explicar por haberlo aprendido *ad hoc* era la teología, aunque ello no era, ni mucho menos, una excepción y de hecho se suplía con la plena dedicación de la vida.⁵⁷ Pero se quedaron sólo con el escolasticado en 1892⁵⁸, lo cual traía aparejado el inconveniente de no poder atender siquiera la formación de los candidatos para legos. Hasta que diez años después se abrieron los cursos clásico y comercial⁵⁹, éste algo recargado con el latín y el griego a pesar de todo, como por otra parte se había venido equivalentemente haciendo en los modelos europeos, la *Stiftsschule* de los benedictinos suizos y el *Gymnasium* de los bávaros.

Y unos episodios reveladores de otro de los aspectos. Durante la primera guerra mundial, cuando la comunidad alemana tuvo que someterse a las inspecciones administrativas previstas para los súbditos enemigos, el *Subiaco College Dramatic Club* colectó fondos para la Cruz Roja, representando en el Pastime Theater de Paris, el Paris de allí. Y se formó el *Cadet Corps*, que además de entretenerse y entretener con desfiles y canciones – *Over there* la favorita – prestó algunos «servicios auxiliares», como el de acomodar en las funciones patrióticas.

Un caso diverso es el colegio de Kansas, donde podemos diferenciar nítidamente dos épocas correspondientes a sendas etapas de la historia en torno.

St. Benedict empezó como un colegio de frontera, comienzos como era habitual casi coincidentes con los de la comunidad, 1859, y que ya podíamos supo-

⁵⁶ O la Christian Brothers School, de St. Joseph.

⁵⁷ Dom Urban Fischer, de Mount Angel, explicaba Filosofía, Hebreo, Griego, Astronomía, Química, Botánica, Geología, Física, Geografía, Mecanografía y Taquigrafía. No estaba muy lejos de este polifacetismo Martin Marty, por cierto uno de los fundadores de la Universidad Católica de Washington.

⁵⁸ Este año fue el de la elección del primer abad, Ignacio Conrad. Siguiendo la costumbre suiza, los estudiantes se ocuparon de las salvas de «artillería» para festejarlo. Y dos de ellos, impecablemente enlevitados y con guantes blancos, fueron designados *valets de chambre* del electo.

⁵⁹ Y se publicó la primera *Subiaco Guide*.

ner correspondientes a la frase del historiador de la casa, dom Beckman, «more nearly a club for self-improvement than a school». La lista de sus libros de texto entonces nos retrata la enseñanza tradicional de las letras, a saber *The Poor Man's Catechism*, *McGuffey's* y *Christian Brothers Readers*, *Webster's* y *Carpenter's Spellers*, *Bullion's English Grammar*, *Zumpt's Latin Grammar*, *Anthon's Latin Lessons*, una *Historia Sacra* y una *Reeve's Bible History*, un *Deutsches Lesebuch*, una *French Grammar*, una *Shea's History of the United States* y una *Ray's Arithmetic*. Desde 1867, dom Peter Kassens, profesor de contabilidad, exhibía su graduación en St. Louis, del Jones Commercial, Mathematical and Telegraph College.

Tenían también alumnos indios. La Unión Pacifico, al hacer más asequibles otros centros, bajó su matrícula, desde 1866, pero en cambio la ruta comercial a Santa Fe se los trajo de Nuevo Méjico, con nombres entonces exóticos, como Oteros, Gallegos, Gutiérrez, Lunas. Un colegial, Jimmy King, allí de 1859 a 1864, fue muerto a flechazos por los indios cuando volvía a su casa, en Montana, y claro está, se convirtió en leyenda. El hermano Francis Hynes guardaba una de las flechas homicidas.

The Philomatic Society, de 1869 a 1908⁶⁰, se dedicaba a las discusiones⁶¹ y la oratoria⁶², algo esencial, dicen los historiadores de los Estados Unidos, para la formación de la mayoría de sus hombres ilustres. Dom Philip Williams (1869-1920), publicó unos *Elements of Expression Vocal and Physical*⁶³. Desde 1891 salió el cuatrimestral *Abbey Student*.

De 1877 a 1910, se há dicho que el colegio funcionó algo así como la propiedad particular del abad Innocent Wolf, el cual le concebía más bien como un apéndice del seminario, su réplica para la forma-

ción cristiana de los seglares, con un plan académico a cual más limitado, inglés, alemán, latín⁶⁴, griego⁶⁵ y matemáticas, y la eliminación de las distracciones *tout court*, sobre todo lo competitivo, deportes incluidos de esa manera, hemos de entender que no a rajatabla, y lo ceremonial y meramente social. Pero ya el Tercer Concilio de Baltimore, 1886, había insistido en la formación también en las ciencias naturales⁶⁶, a la postre dio alguna más carta a dom Leo Aaron, el profesor de Física y Química, tan dotado manualmente que era capaz de suplir la pobreza del laboratorio con ingenios de su propia fabricación. Mientras que dom Boniface se servía de la linterna mágica para sus lecciones de Geología, Geografía, Electricidad y Magnetismo. Parece que los dos fueron a la dicha Exposición Colombina de Chicago de 1893, de donde se trajeron entre otras piezas un *Queen's Patent Triple Plate Toepler-Holtz Electrical Machine with twenty inch revolving plates*.

En la etapa siguiente, se ampliaron los planes de estudio, pero sobre todo se adoptó un régimen más democrático en el gobierno de la casa, y se dio entrada a la vida social y las competiciones deportivas. El gimnasio, terminado en 1922, era uno de los más grades y mejor equipados del Middle West. Sus baloncestistas ganaron en 1954 el campeonato de la *National Association of Intercollegiate Athletics*. El órgano de expresión desde 1921 era el *Rambler*. Y el hombre que animaba todo dom Sylvester Schmitz (1888-1953), *dean* que ya había dejado de llamarse director, tan abierto a todas las evasiones de la mente como a todas las manipulaciones de los brazos, como pez en el agua en el picnic anual que fue una de sus instituciones. También se institucionalizó

⁶⁰ Menos duró *The Bachelor's Combustion Club*, para el estímulo de los discursos extravagantes y la publicación de pinitos literarios en el manuscrito *Semi-Monthly Banner*.

⁶¹ Algunos temas de éstas: juicio acerca de la lectura de novelas, campo y ciudad, sufragismo femenino, cotejo de la guerra y la bebida, inmigración china, anexión de Cuba, ventajas del socialismo.

⁶² He aquí el programa de una velada teatral en 1861: una poesía de Master C. Creeden; un drama de romanos, *The Hidden Gem*; un juguete cómico protagonizado por el tendero Snarl, *The Village Lawyer*; una «oración» de Henry Meur's; y *A Game of Cards*, sainete.

⁶³ Basado en François Delsarte, «el gran pensador católico de la expresión».

⁶⁴ Nepote, las *Metamorfosis*, de Cicerón las *Orationes*; las *Odas*, *Epístolas* y *Sátiras* de Horacio; *De Urbe Condita*, de Tito Livio y la *Eneida*.

⁶⁵ La *Anabasis* y la *Ciropedia* y la *Odisea*.

⁶⁶ Ampliando también a seis cursos los de las humanidades clásicas.

con la misma periodicidad una opereta, desde 1930, con *Pickles*.

Y las muchachas en flor a su vez educandas de las benedictinas de Mount St. Scholastica estaban cerca pero enclausuradas lo mismo que ellos. Un paso adelante decisivo fue que los más afortunados de St. Benedict⁶⁷ pudieron asistir, en 1925, a la comedia musical que ellas representaron espléndidamente, *Ghost of Hilo*⁶⁸. Y en 1930 les fue dado invitarse mutuamente a sendos bailes de fin de curso en St. Benedict's Parish Hall.

Naturalmente que para configurar la biografía de cada casa se daban cita tanto las circunstancias del contexto como los acontecimientos debidos al azar. Así Maryhelp, en el sur protestante de Carolina del Norte y regentada por yanquis nacidos en Alemania, no podía ofrecer precisamente la mejor imagen para atraer escolares. En 1876 fueron cuatro, al año siguiente ya eran seis, doce en 1878, treinta y ocho en 1879, pero veintiuno en 1883. El frío era proverbial, pero parece que a las familias era corriente las gustase someter a sus vástagos a esa prueba de resistencia.

En 1885, abad el futuro obispo-abad Leo Haid, instituyó la correspondiente asociación de debates, e impulsó el teatro – *Saint Hermenegild of Spain*; en 1897, para la visita del cardenal Gibbons, *The Evidence of the Blood Stained Dagger*. En sus gestiones hacia afuera, consiguió la desviación de la carretera, pero no que los trenes se detuvieran en la estación de Garibaldi⁶⁹. La bendición de la primera piedra del nuevo edificio, el 4 de mayo de 1886, fue la ceremonia litúrgica más larga que hasta entonces había oficiado. *Another Mark of Southern Progress*, titulaba en primera plana el *McAdenville Times*. Y en su alo-

cución expresó el propósito de desarrollar tanto las almas como los cuerpos de los educandos. Pensemos en cambio en su colega de Kansas. Adios así a aquel dormitorio de tejado irregular que permitía a los pupilos ver las estrellas, y del que no podía decirse tener goteras puesto que sencillamente ni más ni menos que un poco de goteras estaba hecho. Terminada toda la construcción, en 1898, tuvo hasta luz eléctrica, gracias al donativo de una señora de Pittsburgh, Rose Frauenheim. La torre gótica era un orgullo. Y la biblioteca fue teniendo unos lujos poco comunes en cualquiera escolar, como incunables, encuadernaciones en orfebrería, manuscritos... Tras un incendio en 1900 se volvió a empezar⁷⁰.

En 1892 llevó a las *Sisters of Mercy*, siendo una apo-teosis el recibimiento: banda del colegio – *Good-bye, my lover, Good-bye* –, procesión, candelas; *Crescat! Floreat! Vivat!* de Haid orador; profusión de «refrescos» que todos consumían *like boys*, según la religiosa cronista – *I never saw so many men's heads and limbs in one place in all my life, everywhere you turned, it was the same, men, men, men...*

«Avoid familiarity... Mingle the dignity of the Superior with the kindness of the Father», era una de las máximas del «standard» escrito por Haid para sus profesores⁷¹.

En 1893 una salesa, Sister Baptista, de la familia Linton, emigrada a América por su fidelidad a Carlos I, dueña de Lintonsford, una plantación en el norte de Virginia, la legó para un convento de benedictinas, y ello dio lugar a la fundación que Haid hizo de *Bristow*, llegando las monjas de Pensilvania y estableciéndose también un colegio.

Y si se nos dice que estamos cediendo a la evene-

⁶⁷ Concretamente los que habían conseguido plaza en St. Joseph Hall – familiarmente «Muehlebach» –, el pabellón construido respondiendo a la preferencia por los cuartos individuales o a semi, otro de los síntomas.

⁶⁸ Otro acontecimiento: al año siguiente se dio permiso a los mismos habitantes para ver una película por la noche fuera, con la obligación de estar a las diez de vuelta.

⁶⁹ Ni siquiera un *clergy-pass* para él, aunque la *Richmond and Danville Railway Company*, al responderle negativamente, le saludaba a la vez *welcoming to the sunny South*.

⁷⁰ Había vacaciones de navidad – no siempre en todos los colegios benedictinos las hubo – pero no de semana santa. Tengamos en cuenta que al lado del colegio estaba el seminario, mejor aún, formando parte del mismo conjunto, lo cual no podía por menos de implicar interferencias.

⁷¹ El plan de 1922, además del seminario y la «Upper Grade School», preparatoria para los menos avanzados, tenía un colegio y una academia de Artes y Ciencias Liberales. El colegio, con estudios filosóficos, científicos, clásicos y literarios; la academia, con lenguas antiguas y modernas, inglés, matemáticas, ciencias e historia (= «High School Department»).

mencialidad anecdótica, responderemos, por lo menos en nuestra defensa, que ello permite una composición de lugar y de tiempo muy apta para que el lector actual, transportado por su destino histórico a un mundo radicalmente cambiado aunque no muy lejano en la cronología, pueda divisar un tanto aquel panorama definitivamente ido.

Mas prosiguiendo, a propósito de la hostilidad del ambiente, es un capítulo de la historia de la Iglesia y de las órdenes religiosas en los Estados Unidos de mayoría protestante, por supuesto que no una constante ni algo común. Aunque hasta muy tarde nos quedan episodios. Así, en Conception⁷², de que ya hemos dicho, la parroquia monástica de la Inmaculada estuvo regida durante cuarenta y ocho años por dom Plácido Schmid (1881-1929), tan activo en los asuntos sacros como en los profanos, política incluida. El asentó sólidamente a las monjas en las dos escuelas para cada sexo. Su sucesor, dom Sisbert Burkhard (1929-1943) consiguió su conversión en escuelas públicas del distrito, pero en 1950 renunciaron a este sistema, al haberse presentado contra ellas, una denuncia acusándolas muy detalladamente de proselitismo y de mezclar su religiosidad con la docencia neutra.

Mas siguiendo desde atrás, la fundación de St. Procopius remonta su génesis a la emigración checa⁷³ al Este de Nebraska hacia 1870. En St. Vincent había entonces dos monjes checos, Wenceslao Kocarnik y Charles Jaeger. Éste desarrollaba ya su apostolado entre los mineros eslavos de Pensilvania, y aquél en la parroquia de San Wenceslao en Allentown City. A requerimiento del vicario apostólico O'Connor, los dos fueron enviados a la llamada «Praga» o la «Ciudad Bohemia» de Omaha, ocupándose ya de instalar la correspondiente escuela, aunque el ambiente estaba muy descristianizado y era muy poco acogedor, extendiendo su ministerio a otros

lugares del condado de Sanders, y fijándose al fin, en 1885, en la parroquia de San Procopio de Chicago. En 1887 surgió ya allí la High School, según su historiador, dom Buresh, más bien *a kind of remedial school, or a tutoring service, designed to prepare students for regular high school classes*, dos cuartos a la fachada trasera de Allport Street 704 aunque, eso sí, con su estufa de carbón. Y ya les consolaba la esperanza de que, algún día, ese su «colegio» pudiera compararse al que ya ostentaban los jesuitas en la calle duodécima. Lo cierto fue que esa ilusión se hizo realidad antes de lo que hubiera podido esperarse.

En 1890 ya alcanzó el reconocimiento estatal. Los monjes profesores eran entonces Jaeger, de canto; Wittman, de gramática inglesa, retórica, composición e historia antigua; Kohlbeck, de geografía e historia de América; Havlovic, de caligrafía, dibujo y matemáticas; Neuzil, de gramática checa, historia sagrada⁷⁴ y álgebra; y Jelinek, de física y geometría. Y en 1909 se había completado ya el pleno plan académico⁷⁵, trasladada ya la casa al campo, a Lisle, veinte millas al oeste, cerca de la línea férrea Chicago, Burlington and Quincy⁷⁶. Desde 1899 funcionaba ya allí un hospicio para los huérfanos checos, hasta entonces acogidos en el polaco, presentes ya las benedictinas, en el Sacred Heart Convent, llegadas de St. Marys de Pittsburgh.

Una costumbre del centro era la de dividir a los escolares en tres grupos según su estatura y peso, a saber *minims*, *seniors* y *juniors*. En el curso de 1904 a 1905 surgieron en el campus muchas asociaciones, tales el Apostolado de la Oración, *St. John Nepomucene Altar Society*, *St. Wenceslaus Servers Society*, el Coro de San Gregorio, y *St. Thomas Aquinas Library Club*. *St. Procopius Athletic Association* organizó por su parte los primeros campeonatos intramuros. El imprescindible para cultivar la palabra se llamó *Literary Club Susil*⁷⁷, con un órgano a máquina, *Studentské Listy*, de 1913 a

⁷² No se publicó una tesis por Notre Dame, 1935, de Thomas Allen, *The Benedictine Fathers of the Swiss-American Congregation as a Factor in the Educational Life Of the United States*.

⁷³ Ya veremos que, en su desarrollo, también contó la eslovaca.

⁷⁴ «Biblica».

⁷⁵ Había departamentos de ciencias sagradas, filosofía, educación, historia, letras, matemáticas, ciencias naturales, dibujo y música. Luego se añadieron las lenguas polaca, italiana y lituana.

⁷⁶ En 1914 la preparación comercial se subsumió en la preparación genérica. En 1915 salió por vez primera el catálogo en inglés.

⁷⁷ De 1907; dos años después crearon el suyo los eslovacos, *Slovak Club Stefan Moyses*. El título de aquél fue luego en

1931 impreso. Dos asociaciones fundadas en 1917 lo fueron ya con genuina intencionalidad de vida social, el *Freshman Club* y el *Omega Club*⁷⁸.

El teatro empezó en 1903 con sendas memorables funciones para celebrar el día de san Benito y el santo del abad Jaeger. Pasó a los anales de la casa el telón, con Montecasino en el centro y a los lados san Václav o Wenceslao y Carlos IV. En 1916 un drama sobre el martirio de ése, *Zavrazdeni sv. Vaclava*, antes de ser representado en el propio colegio, mereció los honores de dos salas públicas de la ciudad, la Talía y el Sokol Hall. Por su parte, el departamento de música tenía su banda y su orquesta. Valiéndose de un *Reo Bus* y un *Reo Speed Wagon*, en junio de 1925 hicieron una gira de conciertos a través de Wisconsin y Iowa, y en Spillville fueron los primeros en interpretar el Largo de la *Sinfonía del Nuevo Mundo*, de Dvorak, en ese el mismo lugar donde él la había compuesto. Y al año siguiente, ofrecieron en el Schubert Great Northern Theater de Chicago una producción propia, *Musical Oddities*. Fue entonces cuando se celebró en la ciudad el vigésimo octavo Congreso Eucarístico Internacional, y ellos fueron quienes proporcionaron la música para recibir a los dignatarios eclesiásticos llegados de la joven república checoslovaca, para el *Higher Education Day* en el Chicago Stadium, y para la bendición de la clausura en el Seminario Mundelein⁷⁹. Dom Francis Sindelar era el director. Y, en colaboración con los actores dramáticos, llegaron al teatro musical y muy creativamente, un dominio por cierto en que es tan copiosa como desconocida la riqueza alumbrada en los monasterios benedictinos germánicos del antiguo régimen, con colegios igualmente⁸⁰. Así, en 1923⁸¹, *The Hidden Gem*, del cardeal Wiseman; en 1927, *Collegiate Rivals*, una comedia musical en tres actos del mismo Sinde-

lar⁸²; y en 1931, en el Czech American Hall, *Collegiate Capers*. Los dos días de campo, uno en mayo, y otro el Doce de Octubre, tenían su fama.

¿Más prosaicas las ciencias que las letras? Sólo aparentemente. Dom Hilary Jurica, doctorado en Botánica en 1922 por la Universidad de Chicago, fue el primer beneditino americano graduado en una secular. Cuatro años después lo hizo en Biología su hermano Edmund. Los dos tenían a su cargo el laboratorio, el *bugs lag*, y elaboraron una asombrosa cantidad de variadas «ayudas visuales» y muestras para el estudio de las plantas, los animales y la «pre-medicina», tanto que llegaron a comercializarse, las *Jurica Series of Biological Charts*, publicadas por la Nystrom and Company de Chicago. Y aunque el laboratorio en cuestión parecía un museo – en una ocasión estuvo suspendido de su techo el esqueleto de una ballena – ellos insistían en que se trataba de un conjunto de herramientas vivientes. La estampa de los muchachos cargando en un camión un oso polar en la Main Street hizo su pequeña época. Por su parte dom Cyprian Tomeko, y otros dos hermanos, dom William y dom Richard Shonka, se habían doctorado también, de 1926 a 1933, en Química, Matemáticas y Física, y se ganaron una reputación pareja por sus originales y entonces desconocidas ayudas didácticas como una escala de corredera de seis pies, y modelos de madera y plástico y un tablero-esfera negro para la trigonometría esférica. Otro profesor de matemáticas y física, dom Ambrose Ondrak, tuvo en el campus su propia radio, la *Station 9QR*. Y esas habilidades fueron aprovechadas para el buen gobierno de las mejoras y novedades de la casa, como la conversión de un lodazal en un lago al hacerse el gimnasio, o la construcción, sin necesidad de arquitecto, del Science Hall, comenzado en 1939⁸³. La biblioteca era más

inglés, *Student Life*, pero descontentos con su parsimonia los escolares, en 1931 sacaron a sus expensas *Campus Scout*. De 1931 a 1949 salió sólo cuatro veces *The Procopian*, anual.

⁷⁸ Éste publicó la revista *Omega Omnia* y el manual *Omega Bugle*.

⁷⁹ Llamado así por el cardenal-arzobispo imperante, quien los felicitó tan efusivamente que los periódicos, al dar cuenta de las ceremonias, les llamaron «la banda Mundelein».

⁸⁰ Con algunas manifestaciones nuevas y supervivencias en el siglo XX, tal *El Gran Teatro del Mundo*, en Einsiedeln, y la Pasión de Oberammergau, de orígenes benedictinos ésta.

⁸¹ Dirigido el *Dramatic Circle* por dom Emilian Shonka.

⁸² Muy bien acogidas las canciones *Procopius* y *Peppy Collegians*.

⁸³ En 1937 el colegio se había ya repuesto de las consecuencias de la gran depresión.

nutrida y sobre todo más rica de lo común en un buen colegio, tanto que hubo que nombrar dos bibliotecarios en 1915. Uno de sus primeros legados fue el de los libros del reverendo William Coka, el fundador de la parroquia de St. Procopius, quien había iniciado su ministerio en la ciudad a las siete semanas del gran incendio, en 1871, llamando luego a los benedictinos. Y en 1917 tuvo lugar su primer partido de fútbol americano con un equipo de fuera, el Downers Grove, campeón aquel año de la liga escolar, entrenador dom Benedict Bauer⁸⁴.

De los tan distintos tiempos de la segunda mitad del siglo, sólo vamos a anotar un detalle revelador, el cambio en la proporción entre profesores benedictinos y seglares, a saber en 1956 nueve de los últimos y treinta y seis de los primeros, diez años después sesenta y cuatro y diez y seis. En 1963 se instaló una *cafetería*. Y aunque se rechazó la fusión coeducacional con el colegio de las monjas se fueron introduciendo los servicios mixtos.

Pasando a Oregón, el colegio de Mount Angel nos presenta en sus inicios un panorama bastante distinto al que vamos estando acostumbrados, hasta cierto punto por la puerta grande, abierto en 1887, pero ya con cien estudiantes en 1890, pues la educación a ese nivel apenas estaba desarrollada en esa región noroeste del Pacífico. Dos novedades fueron la creación de una escuela de agricultura, y la institución de un curso de remedio para los menos dotados, algo así como la preparación del preparatorio. Naturalmente que sus doce primeros profesores no encarnaban la especialización que ya llevaba camino de dominar, sino la cultura amplia –

«enciclopedias ambulantes» – y la dedicación sin fronteras capaz de suplir la previa formación en la docencia, ese tipo humano que ya conocemos, indisolublemente ligado a su vocación a lo divino y a su empeño en el pleno moldeamiento integral de los discípulos. El 8 de octubre de 1888, el *Catholic Sentinel* elogiaba a uno anónimo, que hablaba quince idiomas, tenía su propio método mecanográfico y era tan buen calígrafo⁸⁵ como dibujante. Y de dom Plácido Fuerst se decía ser el autor de «varias invenciones útiles», entre ellas una espléndida máquina voladora. La coexistencia de seminario⁸⁶ y colegio nos explica que los primeros cursos fueran los filosóficos, viniendo luego las posibles especializaciones en la propia religión, educación, ciencia o arte.

Las relaciones públicas y la parafernalia funcionaron igualmente muy bien desde el principio. Así, el 4 de julio de 1889, para los ejercicios de graduación, se preparó un tren especial que llevó desde Portland a trescientos pasajeros. La banda impecablemente uniformada que dirigía dom Barnabas Held, también el primer rector, los esperaba en la estación y los escoltó hasta el centro, como luego a su partida, representándose *Tomás Moro*, con discursos ya del superintendente escolar y del *pennoyer* del gobernador, y esmerándose en el lunch las monjas, que también se habían instalado paralelamente. Al año siguiente la representación picó más alto, *Julio César*, y en inglés por supuesto, ante un público *spell-bound* que dice el historiador del monasterio, dom McCrank. Y el local, la sala de espectáculos, era la mejor del Estado, fuera de Portland⁸⁷, con buen

⁸⁴ A las pp.58-9 del libro de Buresh se transcribe el recuerdo de la jornada, memorable victoria por 6 a 3, escrito mucho después, en 1959, por William Kovac Sr.

⁸⁵ En el monasterio se siguió cultivando la caligrafía ya en el tiempo del ordenador, a la vez que en Portland tenía un cultor impertérrito, el profesor Reynolds en el Reed College. Asombrosa es la estampa de dom Anselm Weissenborn, confeccionando manuscritos litúrgicos en pleno siglo XX, y continuando el detalle de la tradición de los artistas medievales incluso en el argumento censorio de las relajaciones monásticas (consumo de cerveza en el pub local, charlatanerías políticas, juegos de naipes) de algunas de sus miniaturas.

⁸⁶ El plan de éste constaba de seis cursos clásicos, con asignaturas extras como la teneduría de libros elemental, liturgia y música; dos posteriores, con filosofía natural, mental y moral, química, astronomía, geología, historia natural, matemáticas, hebreo y griego, pero continuándose con el latín, y al final de la década, liturgia, derecho canónico y medicina.

⁸⁷ Otro de los motivos de orgullo de las gentes del valle era la biblioteca. Había dos, la *Teacher's Library* y la *Students Library*. La primera también para algunos alumnos muy aventajados, presumía sobre todo de sus clásicos grecolatinos, *comprising all the Greek and Latin authors, is the equal of any in the Western states*. También se acreditaron mucho el museo de historia natural y el harbario, éste con mil quinientas plantas.

escenario, vestuarios y hasta «diseño acústico». Surgió el *Young Men's Institute*⁸⁸ y se estableció una instrucción premilitar⁸⁹.

Y todavía en 1981, se advertía en los planes académicos del colegio la influencia del seminario, dentro de su meta de proporcionar «una formación académica óptima para el desarrollo del hombre cristiano». Los programas posibles eran la *Behavioral Science* (sociología y psicología), comunicaciones (inglés y oratoria), bellas artes (música, arte y teatro)⁹⁰ e historia⁹¹.

Pero hemos de ocuparnos de la otra mitad.

Uniformes y velos blancos

En Elizabeth⁹², Nueva Jersey, la Academia de Santa Walburga empezó en septiembre de 1869. El 30 de junio de 1870, la fiesta final de curso, con la distribución de premios, ofreció un gran desfile, salutations, cánticos, dúos al piano, dos chistes escenificados y una charada, cantando todas de consuno luego de la entrega y la despedida, *a program designed to show the accomplishments of a well-trained young lady*.

La terrible gripe de 1918 motivó un cierre, ello cuando ya se había planteado la necesidad de mejorar y hacer oficial la formación de las monjas profesoras para obtener además el reconocimiento estatal. En Washington se abrió la *St. Benedict's Academy* con esas miras, un *Sisters College*, viniendo a ser una escuela normal⁹³, y también se organizaron

para el mismo reciclaje los cursos de verano que ya conocemos.

En 1928 tenían ya cuatro escuelas; en 1941 eran un millar de alumnas y veinticinco profesoras; en 1965 tenían otros cuatro centros, uno en Nueva York, Saint Joseph, en New Platz. Desde 1937 había un departamento de *guidance*, bajo sor Theresa-Gertrude Murray, una buena vocación tardía.

Las del Mount St. Scholastica, en Kansas⁹⁴, empezaron en 1859, al servicio de ciento veinticuatro familias católicas de Atchinson, con cuarenta y tres externas y una interna, éstas ya veintisiete en 1865. El periódico local, *Champion*, titulaba así la fiesta de 2 de julio de 1873: «De veras que las valiosas hermanas de la Academia de Santa Escolástica están de acuerdo con los elementos», *just dark enough to show off the handsome illuminations and just light enough to dispense with overshaw...* En el programa figuraron el drama *No cure could pay* y la pieza cómica *A precious Pebble*. Por la tarde, sendas educandas hicieron de Fe, Esperanza y Caridad.

Como la anterior, esta comunidad se extendió mucho, y no será preciso insistir en que la propagación de las benedictinas superó en número de casas a la de los varones, una constante universal en la vida religiosa de los dos sexos, incluso en los Estados Unidos donde tanto subió ineludiblemente como ya sabemos la fiebre fundacional de ellos; así, St. Anthony, en Kansas City; St. Peter's, en Council Bluffs; St. Malachy's, en Creston; St. Benedict's, en Nebraska City. Pero nos desbordaría intentar su monasticon.

⁸⁸ Algo así como una YMCA católica.

⁸⁹ A principios de siglo hubo una tentativa arzobispal de su traslado a Portland, a la sede de un colegio metodista que había quebrado, pero más que la oposición protestante fue la falta de entendimiento católico interno lo que motivó no llegara a cogüelmo; «cooperation was never a cardinal characteristic of Catholic educational institutions in this or any other area; secular and regular clergy have traditionally gone their own ways, often at their own and each other's expense. The abbey's college cooperated only superficially with the Sister's school because of its traditional segregation by sex in Catholic education, so that was no barrier in moving the college to Portland», escribe dom McCrank, en su citada historia, p. 58.

⁹⁰ Opcionalmente orquesta, coro, piano y caligrafía!

⁹¹ Posibles especializaciones eclesiásticas en Derecho Canónico y Comunicaciones, Historia y Psicología Pastoral, Sagrada Escritura y Teología.

⁹² S. CAMPBELL, *Chosen for Peace* (Elizabeth, 1968).

⁹³ Absorbida enseguida en la North East Catholic High School, como el modelo de la futura universidad católica, dominada por las dominicas de Newburgh, Nueva York.

⁹⁴ M.F. SCHUSTER, *The Meaning of the Mountain* (Baltimore, 1963).

Y los recuerdos de las esperanzas cuando ya van tramontando las esperanzas de los recuerdos: «Yo estudiaba allí en 1914. Y siempre me acordaré de las cosas que decía sor Hildegarda en las clases de Dante». Una de tantas voces rememoradoras. La música y el arte se cuidaban, y se daban periodismo y escritura creativa. Las mejores de ésta última grata disciplina veían publicadas sus redacciones en apéndices a los Anales del centro. Los labores se enseñaban ordinarias y finas.

El 14 de noviembre, Todos los Santos Benedictinos. Uno de tantos años. Pidieron un día libre para dedicarse a preparar sus regalos de navidad.

Dom Martin Veth, vuelto de Europa, habla a profesoras y alumnas de «los lugares famosos del Viejo Mundo». Dom Felix Nolte maneja la linterna mágica, y en 1920 las proyecta la primera película, proporcionada por la Catholic Art Association, *The Transgressor*.

El 18 de noviembre de 1910 habían recibido al abad primado, dom Hildebrando de Hemptinne. Diluvio de uniformes y velos blancos, cánticos, crisantemos, alocuciones. Y él prometió regalar al Papa el girasol de Kansas que ellas le regalaron.

La guerra coincidió con el desarrollo de las minas de carbón y de plata, y aumentó mucho el alumnado, con alemanes e irlandeses de nuevas hornadas, y además griegos, españoles, italianos. Hubo que recurrir parcialmente a la coeducación.

En 1923 se abrió el último curso en el edificio viejo. Sor Hildegarda le despidió también, al despedirlas, en verso: *Twas late in chill November – when our Alma Mater came – to open her doors of welcome – in St. Scholastica's sweet name*. Pierre Chaignon de la Rose, para el escudo, tomó el león de la familia de los Anicios, que presumían haber sido de ella san Benito.

La graduación requería ciento veintiocho horas lectivas, y en el plan figuraban lenguas muertas y modernas además del inglés, matemáticas, física, biología, historia, filosofía, religión, dibujo, música, economía doméstica y educación. En 1919 salió su «periódico», *Mount Mirror*.

Se presume de que el culto en la casa a la música, la poesía y el teatro, implicaba la inmersión de la juventud del joven Midwestern en el pasado clásico. Y así se cantan el Oratorio de Handel y la *Missa Beatae Mariae Virginis*, y se representa, por ejemplo,

en francés, *La Force du Duvier*. Se conmemoran el tercer centenario de Shakespeare y el milenario de Horacio. Las bodas de diamante dan la ocasión de representar en ballet la historia del centro, con dos piezas obra de sor Imogene Baker y sor Benedicta Howe, *The Dance of the Doves* y *The Dance of Progress*. Sor Scholastica Kratschmer gana el segundo premio de composición de Kansas. Y en 1938, conjuntamente con los colegiales de los monjes, actúan en el Kansas City's Municipal Auditorium, con *The Upper Room*. Algunos *Tantum ergo* integran esta atmósfera.

Dos monjas fueron las primeras mujeres doctoradas en la Universidad de Kansas, Anthony Payne y Mary-Theresa Brentano. Y desde 1939 surgen en la comunidad escritoras: la misma Payne de biología, y la Brentano que da vida a la primera serie de textos literarios católicos en el país; Mildred Knoebber socióloga; Hildalita Carl y Tharsilla Carl se ocupan de la novela y la poesía de Kansas, y Alfred Schroll toma por tema de su tesis *El monacato reflejado en los comentarios de Warnefrido-Hildemaro a la Santa Regla*.

Se representan *Asesinato en la catedral*, *Our Town*, *King Nutcracker* y *Maryland, My Maryland*.

We're from Kansas, dear old Kansas, where the skies are blue.

Y acaso estamos dando la impresión de fijarnos sólo en lo ceremonial, lo estético, lo suave. Sin embargo, salta a la vista que estamos sólo reflejando una parcela de la vida de los Estados Unidos y del mundo de entonces. Una cierta sociedad que profesaba un determinado credo y se asentaba en una geografía determinada y por añadidura optaba por una de las alternativas posibles. Configurando desde luego una mentalidad a la hora de formarse con profundas y extensas repercusiones a lo largo de toda la vida. Mientras que claro está fuera estaban los otros norteamericanos y el mundo corría vertiginosamente del drama a la tragedia. Es más. A partir de 1960 el panorama en este reducto acotado que estamos describiendo iba a ser radicalmente diverso. Para un observador objetivo desde fuera acaso demasiado. ¿Podemos achacarlo un tanto a la manera de haberse vivido lo anterior y que quizás con algún impresionismo estamos tratando de reflejar?

En Minnesota, las monjas establecidas en St. Cloud⁹⁵ habían empezado ya en su colegio, llamado St. Benedict, en 1857. En el final de curso de dos años después, 21 de julio, mucha declamación, piezas de piano y violín y de teatro, todo abierto por *The Vienna March*. Inglés, alemán, canto, música, dibujo, pintura, costura, labores. De éstas, las finas se recargaban con dos dólares al mes, mientras que sólo la mitad bastaba para retribuir la costura y el punto, lo mismo que el inglés y el alemán. En 1875, la St. Agnes Academy cubrió ya la enseñanza media – obligatorias la Religión y la Historia de la Iglesia; voluntarias la Historia «General» y la Álgebra.

Las *First Lessons in Natural Philosophy*, de Joseph Martindale, tratan en forma de nada más que preguntas y respuestas materias como la luz, el agua, el aire, el sonido, el movimiento. En su *General History* (1883), S. Barnes, presume con muy buen acuerdo, raro en su época, de no dar excesiva importancia a la política cual hacían la mayoría de sus colegas, sino a la cultura en el sentido más amplio y a «las costumbres de las diferentes naciones», y de relatar y describir acribiosamente la verdad a pesar de servirse de un estilo que define como semiromántico.

Aquella tierra era de frontera, con lo cual el miedo a las visitas de los indios podía ser un aliciente. Y además estaban las enormes caravanas de carga del Red River y la llegada de los barcos fluviales para aliviar la monotonía del apartado campo. Y desde 1880 aflúan colegialas de muchas zonas del Oeste, hasta lejos, de Dakota, Montana, Utah, Idaho incluso, y también de Illinois, Wisconsin, Indiana, Iowa, hijas de funcionarios que vivían al otro lado de la propia Minnesota, muy pocas de los granjeros. Al principio de curso, las monjas acudían a las estaciones mas próximas de cada viento para recogerlas. Una de ellas escribía a su casa de recién llegada, el 13 de septiembre de 1882, un tanto emulativamente admirada de la indumentaria de las mayores: *Last Sunday I wore my new black dress...and felt as well dressed as the best. Of course the bigger girls dresses are longer than mine and sweep along the stairs and floor in grand style.*

La entrega de los premios se hace conjuntamente

en el colegio masculino de St. John's. El obispo mismo suele repartir las medallas. Y a veces se presume de oradores de categoría, como el procurador inmigrado John W. Arctander, un sueco pariente de Nobel, que había hecho periodismo en su país con Björnstyerne Bjornson; o Hermann Zschokke, ex rector de la Universidad de Viena y capellán del emperador que luego escribió un libro sobre su viaje, *Nach Nordamerika und Canada*.

Se admiten las visitas de los hermanos y de los primeros carnales. Y las buenas monjas se asombran de que sus pupilas tengan en el colegio vecino tantos parientes...Aun así, en el locutorio es imprescindible la hermana carabina. Parece que éstas a veces suavemente cortas de vista. Andando el tiempo, una señora se acordaba de que, en una de esas entrevistas vigiladas, su futuro marido consiguió deslizarla en la mano, ya que no en el dedo, nada menos que el anillo que le sirvió de declaración precoz.

Los nueve años del superiorato de Scholastica Kerst, 1880 a 1889, fueron de una expansión asombrosa, desde el Misisipí hasta la costa del Pacífico: nueve escuelas parroquiales en Minnesota y Dakota, ocho escuelas rurales de distrito en torno al convento, dos misiones indias, un hospicio y tres hospitales. Y si mencionamos éstos es porque la penuria de las circunstancias las obligó a instalar en uno de ellos la escuela de Bismarck, St. Mary's Academy. Y ello a pesar de haberse allí levantado entonces fuerte entre los católicos la polémica que ya conocemos sobre la mejor conveniencia de este sistema educativo parroquial o el público. Uno de los participantes en ella llegó a citar en la prensa el ejemplo de Canosa. Una de las escuelas, Rush Lake, era de un grupo acabado de reconciliar con la Iglesia, al morir el sacerdote alemán excomulgado⁹⁶ al que habían seguido, Joseph Albrecht, un hombre obsesionado contra el baile y el más pequeño dispendio o adorno en la indumentaria femenina. Las educandas se sintieron aliviadas al liberarlas las monjas de sus antes obligatorios mantones y pañuelos de hierbas.

Las indias de la escuela de St. Joseph en cambio no podían acostumbrarse a la falta de los grandes espa-

⁹⁵ M. GRACE McDONALD, *With Lamps Burning* (St. Joseph, Minnesota, 1957).

⁹⁶ Por el arzobispo Grace, de St. Paul, en 1871.

cios, eran incompatibles con el peine y el jabón, y venteaban con anticipación las visitas de las gentes de su raza. Una de ellas, Rose Hole-in-the-Day, era la hija de uno de los conocidos jefes chipewwas. Había también mestizas, casi siempre de sangre francesa de origen. En su plan escolar se atendía más a las labores de costura, jardinería, cocina y otras parejas. En 1882 se inauguró⁹⁷ el hospicio, capaz para veinte huérfanas, St. Benedict's Girls Orphan School, en White Earth. La madre Drexel le visitó en persona, saliendo tan bien impresionada que con su aportación se abrió una nueva escuela más grande, el día de Santa Escolástica de 1892. En 1888 se había empezado en la otra misión, también a raíz de una visita de aquélla, Red Lake. Consi-guiéndose sobrevivir a la modificación legal de 1899, que privaba de su sostenimiento público a estos centros a guisa de agentes federales.

En 1914, a la vez que el plan académico se extendía a la *high school*, se inauguraba el nuevo edificio del centro, St. Teresa's Hall, junto con la también nueva capilla uno de los puntos de referencia de la Min-nesota central. Entonces el cargo de supervisora escolar se separó del superiorato de la comunidad. Mientras en el Estado se adoptaron algunas medi-das desfavorables para la enseñanza religiosa, otra intermitente constante de esta historia, aunque sin la virulencia de la vieja Europa y con un plantea-miento distinto. Por ejemplo, con alternativas, la situación en Minnesota en cuanto a las exigencias de la graduación para las religiosas, se suavizó en 1949, mientras en 1951 se complicaba la posibilidad de enseñar la religión en las escuelas públicas de Dakota del Sur.

Libertades como la postal tardarían en llegar, hasta que todo cambió en torno. Nada más natural según

la vieja mentalidad que la censura del correo de las colegialas. Visitas como la de dos actores reputados en el mundo shakespeariano, Francis O'Donnel y C.E.Griffith, o la de Henry Southwick, presidente de la Emerson School of Expression de Boston eran de los eventos que rompían la monotonía. *The Ardele-ons* era la agrupación teatral. Y había también *The Choral Club*. Una y otro hacían funciones conjuntas con St. John's. Así, la primera, aparte Shakespeare, *El Avaro*, de Molière; *La anunciación a María*, de Claudel, y *The Lady's not for Burning*, de Christopher Fry. Y el segundo, *Our Lady's Juggler*, en 1953, la primera ópera anual. *Facula* y la revista literaria *St. Benedict's Quarterly*⁹⁸ eran los órganos, que también, organiza-das desde 1919, de Washington y Nueva York a Cali-fornia, tenían las antiguas alumnas, *The Handshake*, de 1936 a 1941, luego *The Benet*.

Y había adquirido mucha difusión la liturgia de la casa, asequible por supuesto a las educandas, entre las cuales se formó la *League of the Divine Office*⁹⁹. Tanto que fue la causa determinante de que el reclutamiento estudiantil se extendiera a muchos países remotos, como China, Japón¹⁰⁰, Corea y Rusia. En 1938 entraron las dos primeras negras. En la primera guerra mundial, monjas y colegialas cosieron e hicieron punto para los soldados; en la segunda tuvieron su propia unidad de la Cruz Roja, de una actividad a cuya mitad no llegaba ninguna otra en el Estado.

Pasando ahora a Indiana, llegaron a Ferdinand¹⁰¹ cuatro monjas el día de san Bernardo de 1867¹⁰², habiéndose multiplicado hasta seiscientas en menos de un siglo. En 1870 ya abrieron la Academy of the Immaculate Conception y en 1891 tenían un nuevo edificio. La formación que anunciaban¹⁰³ decía com-prender todas las ramas, tanto las útiles como las

⁹⁷ La crónica de la dedicación de la iglesia, en *Der Nordstern*, con la jubilosa acampada de los indios y su bienvenida a los dignatarios eclesiásticos, buena lectura para el comedor de cualquier colegio religioso de la época; a las pp. 239-40 del libro de Sister McDonald.

⁹⁸ Antes de 1914, *College Days*.

⁹⁹ También *The Sodality of the Blessed Virgin Mary*.

¹⁰⁰ Hay que tener en cuenta que estas benedictinas actuaban en China desde 1930 y desde 1950 en Japón.

¹⁰¹ A. KLEBER, *Ferdinand, Indiana, 1840-1940. A Bit of Cultural History* (St. Meinrad, 1940); cfr. G.R. WILSON, *History of Dubois County till 1910* (Jasper, 1910).

¹⁰² F. DUDINE, *The Castle of the Hill. Centennial History of the Convent of the Immaculate Conception, Ferdinand, 1867-1967* (Milwaukee, 1967).

¹⁰³ *Jasper Courier*, 16-9-1887 y 13-5-1895.

ornamentales, aplicables a la mujer. Una casulla bordada en oro por las profesoras obtuvo una medalla, de oro también, en la Exposición Universal de Chicago de 1892. Y el obispo las instaló la luz eléctrica, anticipando la promesa del alumbrado público en la localidad.

En 1932 tomaron a su cargo una misión india, hasta entonces de St. Meinrad, St. Ann, en Belcourt, Dakota del Norte. Notemos lo tardío de la cronología. Y de cien voluntarias que se habían ofrecido, hubo que escoger sólo a cuatro.

Al formar parte de la Congregación de Santa Escolástica, desde 1937 sustituyeron el oficio parvo por el benedictino completo, naturalmente en latín, y las profesoras no fueron dispensadas de maitines y laudes, a pesar del deseo del obispo de Indianápolis, Ritter, si bien se suavizó la obligatoriedad de los primeros.

En 1940 se festejó el centenario de la fundación de Ferdinand, dándose tanto protagonismo a la escuela como a todo el resto de ella. Doscientos vecinos participaron en la escenificación de su historia, representando en el St. Ferdinand School Hall *The Cross in the Wilderness*, basada en la historia local escrita por dom Albert Kleber.

En 1941 se introdujo la Legión de María, a los veinte años de su fundación en Irlanda por Frank Duffy. En 1946 empezó la High School. En 1957, *The Evansville Courier* y *The Evansville Press*, convocaron un concurso para premiar a los tres mejores profesores de los colegios católicos de la región, y el primero fue ganado por sor Flavia, del Kindergarten. Hacia 1960 se encargaron de la enseñanza de retrasados mentales, en la Marian Day School de Evansville, y se beneficiaron del programa educativo de la televisión local, Station WGBF. Entonces ganó Mary Ann Durcholz un concurso en el que se preguntaba: «¿Qué significa para mi comunidad la electrificación rural?». El premio era un viaje a Washington. Y en un concurso nacional consistente en un test de vocabulario latino, Patty Maffenbeier obtuvo noven-

ta y nueve puntos sobre cien. En el de oratoria organizado en el Estado por los Caballeros de Colón, Keith Stecyk obtuvo el segundo premio, una medalla de plata y cincuenta dólares. El tejido de las pequeñas grandes cosas en la urdimbre de las vidas que de la historia pasan a la intrahistoria sin más.

Pasando ahora a South Dakota, las benedictinas de Maria Rickenbach empezaron a enseñar en Maryville, en 1871¹⁰⁴. En 1875, el *Nodaway Democrat*, anunciaba un concierto y cena en beneficio suyo en el Union Hall, el 28 de enero, y el 4 de noviembre una quermese.

En 1888 tomaron a su cargo la escuela Kenel, de los indios sioux, que ya conocemos. Sor Clara Binter les enseñaba a cantar el latín litúrgico. Sor Rabana Stout (1858-1955) trabajó en ella durante cuarenta años. Entre los partidarios de esta educación se contó Sitting Bull, convencido de contribuir ello, la enseñanza del inglés y a leer incluidas, a la prosperidad de su pueblo en la nueva situación creada, que de esa manera no sería engañado por el hombre blanco. En ese sentido arengó una vez a los escolares¹⁰⁵, ante dom Jerome Hunt, llamándolos nietos, con estas palabras finales: *De todo corazón doy las gracias a mis amigos del Hábito Negro por sus bondades y amabilidades para conmigo.*

En 1889 abrieron la Academy of the Sacred Heart de Yankton¹⁰⁶, anunciándola el 9 de marzo el *Dakota Catholic* con insistencia en el emplazamiento, «dominando desde su colina un hermoso paisaje por los cuatro vientos, sin rival para la salud, muy cómodas sus construcciones de ladrillo». La pensión mensual era de diez dólares, y cinco suplementarios se cobraban por la música y el uso del piano. En 1922 se abrió la Mount Marty High School, cerrada en 1968¹⁰⁷. Una conexión entre lo educacional y lo hospitalario fue la St. Mary's Hospital School of Nursing, en 1921, a la que sor Rosalie Sitzmann enriqueció desde 1949 con un Practical Nurses Program de un año. Y en la década de los treinta se creó una genuina normal, la Mount Marty

¹⁰⁴ C. DURATSCHKE, *Under the Shadow of his Wings. History of Sacred Heart Convent of Yankton, 1880-1970* (Aberdeen, South Dakota; 1971).

¹⁰⁵ Texto recogido oralmente a las pp. 84-5 del libro citado en la nota anterior.

¹⁰⁶ También regentaron dos de lengua francesa, en Olga, junto a la frontera canadiense, y en Jefferson, a cincuenta y dos millas de Yankton.

¹⁰⁷ Año en que bajaron los alumnos de cien a treinta y nueve.

Model School, que impartió los primeros cursos en «Tecnología médica» en 1952.

Uno de los conferenciantes, en la serie *Lamp and Candle*, auspiciada por la diócesis, fue Bruce Marshall. Hasta 1938 no tuvo lugar la primera representación dramática fuera, *Annie Laurie*, pero de 1942 a 1967, el entusiasmo de sor Jeannette Klimisch, hizo de los *Genesian Players* el club más popular del campus. Ella dirigía el departamento de música y desde 1924 había adoptado la serie progresiva de música pedagógica del St. Louis Institut of Music, teniendo también eco Justine Ward y su método de gregoriano. Otras representaciones fueron *Daddy Long Legs*, *Everyman*, *Joan of Arc*, *I remember Mama*, *Rumpelstiltskins*, *The Sound of Music*¹⁰⁸, *Our Town* y *The King and I*. Sor Leonarda Longen, al frente del departamento de bellas artes hasta 1969, era famosa por su caligrafía y llegó a tomar como un apostolado la confección de las felicitaciones navideñas, *putting Christ back into Christmas*. Para las bodas de diamante, en 1955, sor Klimisch compuso un drama musical en diez y seis cuadros, en cuya representación colaboraron además de los colegiales del centro masculino y sus compañeras, religiosas de la comunidad y caballeros de Colón. La misma sor Klimisch, ayudada de sor Longen y de la historiadora de la casa, sor Claudia Duratschek, elaboró un relato ilustrado, *Travelers on the Way of Peace*. También debemos mencionar a sor Benedict-Joseph Donahue, representante de los Estados Unidos en el Internacional Meeting of the American Society for Aesthetics, celebrado en Munich en 1967. Y a otra historiadora, sor Ann Kessler, debemos nosotros bastantes datos de este trabajo.

El órgano colegial prefirió llamarse *Angelus*. El literario, *Lambda Iota Tau*, y el teatral *Nu Um*, integrado en el nacional *Alpha Psi Omega*. Y también los hubo de Biología – *Beta Beta Beta* – y de Química – *Lambda Beta Lambda*.

En cuanto a Arkansas, llevadas por los monjes de New Subiaco, empezaron en 1886 sus hermanas de Orden a enseñar en la St. Scholastica Academy¹⁰⁹,

enriqueciéndose ya en 1890 con una *high school* la rama femenina del centro. La pensión mensual era de cincuenta dólares, con suplementos de diez para cada una de las enseñanzas optativas de música instrumental, guitarra y dibujo y pintura, y de cinco la teneduría de libros o contabilidad, en tanto la música vocal era gratuita. También sin cargo se prometían costura de adorno, peluquería, todas las variedades del *crochet*, bordado y trabajos de casa, toda clase de flores artificiales, y cualquier otro tipo de trabajo artístico. En el reglamento se insistía en el «orden perfecto» de los pasos del dormitorio a la sala de estudio y de ésta al comedor, mientras que para acudir al recreo y a las clases bastaba con evitar el barullo. Precisamente en el recreo se encarecía un lenguaje «correcto y refinado». Se prohibía expresamente dar y tomar alhajas en préstamo. Se podía escribir a los padres cada quince días, previa la censura de la superiora o su sustituta. Y estaban vedadas las amistades particulares, recomendándose en cambio la amabilidad sociable de todas como de un grupo de familia¹¹⁰.

En 1903 se cerró el centro por falta de espacio para la comunidad, reabriéndose en 1917, St. Joseph Academy, con cursos suplementarios de oratoria, arte dramático, piano, violín, voz, pintura al óleo, dibujo y diseño. En las vacaciones de verano de 1922, una de las educandas persuadió a todas las demás de no volver y, aunque ante ello algunas monjas propusieron el cierre, se optó por conjurar la amenaza visitando casa por casa a todas ellas, incluida la rebelde, que retornó con todo el resto. Cuando llegó de visita inspectora el supervisor del Estado, Owen, se encontró en la «biblioteca» con sólo tres libros en inglés, que eran *La dama del lago*, *El último mohicano* y *The Autocrat of the breakfast*. Y él mismo las aconsejó el «almacén» de Chicago donde podían encontrar el remedio inicial a tan tremenda penuria. También exigió que el claustro se compusiera al menos de cuatro profesoras, pues se había pensado únicamente en dos, una para teatro y música y otra para todo lo demás. Para contribuir a los gastos de la

¹⁰⁸ O sea la comedia musical de la familia Trapp; Sobre el gregoriano, P. COMBE, *Justine Ward and Solesmes* (Washington, 1987); G-M. STEINSCHULTE, *Die Ward Bewegung* (Ratisbona, 1979).

¹⁰⁹ L. SHARUM, *Write the Vision down. A history of St. Scholastica Convent, Fort Smith, 1879-1979* (Fort Smith, 1979).

¹¹⁰ *Pupils are forbidden to have private friendship: that is, no two young ladies should keep company together, but social kindness should be the bond which unites all in one family circle.*

nueva instalación, aunque ellas se lo hacían todo, y de los viajes a Chicago, se representaron, obra suya por descontado también todo el vestuario, *The Gypsy's dream* y *Southern Cinderella*. En 1924 se trasladaron a Fort Smith, con el convento. En 1935 tenían ciento cincuenta y dos educandas. Cuando habían sido sólo setenta, en el curso de 1931 a 1932, obtuvieron un premio estatal de violín, y de música y oratoria en el distrito, y el campeonato escolar de baloncesto. Florecieron las *Girls Scouts*. En 1924 había salido su primer periódico, *Radio*, impreso, de vida efímera, seguido por el mecanografiado *Booster*. También hubo la *Commercial Spot-Light*; y *Wren*, de 1935 a 1947, sustituido entonces por *Scholastican* hasta el cierre del centro en 1968¹¹¹. *Marianette*, era de *The Blessed Virgin Sodality*; y *Lil Echo*, de la Typing Class II. El de las antiguas alumnas, de 1946 a 1968, *Alumnata*. En 1938 se creó el Palestrina Choir.

Las dos sucesivas profesoras de arte, sor Scholastica Schuler y sor Stanislaw Szecepaniak, fueron pintoras ellas mismas. Sor Andrew Bonen dirigió el departamento comercial de 1927 a 1967, y fue además secretaria treinta y dos de esos años.

En 1952 entraron las dos primeras negras, siendo ésta la escuela del Estado de Arkansas que abrió el camino de la integración. En 1964 la comunidad votó por la plena admisión de los negros en las actividades sociales, contra las restricciones impuestas por el obispo Albert Fletcher, quien los excluía de aquéllas que implicaran participación de los dos sexos, temeroso de las reacciones públicas y privadas¹¹². En 1968, el último año de la existencia del centro, un número crecido de colegialas protestaron contra tales salvedades.

Mientras tanto, en el noroeste de la propia Arkansas, se había abierto en 1888, con *high school* también, el colegio de las benedictinas de Pocahontas, también las de Maria Rickenbach, pero afiliadas desde el año anterior a la rama olivetana¹¹³, un ani-

mado centro comercial entonces, con mucho tráfico fluvial a Nueva Orleans por el Black River. La atención a treinta y seis niñas negras en un local próximo motivó amenazas de la población blanca. En 1888 abrieron ya otro en Jonesboro, una ciudad llamada a un crecimiento irresistible desde que la servían dos caminos de hierro, St. Louis Southwestern y Kansas City Southern, de mucho más porvenir. Y un tercero en Paragould.

El colegio de Pocahontas se anunciaba «hermosamente situado en el terreno umbroso de una agradable colina, con la ventaja de soplar en ella un aire fortalecedor, dotada de una tranquilidad y apartamiento que hacen de ella un paraje deseable para las muchachas vecinas de las llanuras del entorno». La pensión mensual de once dólares cubría el internado y las enseñanzas de costura, *crochet*, bordado, punto, alemán y contabilidad. Las clases de piano valían tres dólares más, y uno el uso del instrumento. Dos dólares la guitarra, el óleo o la aguada, el francés y la taquigrafía. Y un dólar el dibujo y la mecanografía.

Desde muy pronto, en las fiestas de fin de curso se hicieron exposiciones de los trabajos de las alumnas, desde la sastrería y las labores al dibujo, pasando por la redacción, ejercicios de aritmética y hasta proyectos de geografía e historia. En esas ocasiones, los exámenes se hacían ante el público, *for a college display*.

En 1891 se extendieron al Estado de Misuri, con otras sendas escuelas, en Poplar Bluff y en New Madrid. En 1930 se amplió la docencia en Jonesboro, con la Holy Angels Academy. De manera que, en 1932, llegada esa acostumbrada exposición de habilidades, se prefirió hacerla conjunta, y fueron ocho los colegios participantes. Se representó entonces *The Triumph of the Cross*. Otras piezas que habían dejado cierto recuerdo anteriormente, de 1909 a 1913, habían sido *Santa Isabel de Turingia*, *Lourdes*, *Callista* y *The two mothers*. En 1939, Agnes Voth, una

¹¹¹ Entonces, siete de sus profesoras pasaron a enseñar al otro colegio de Fort Smith, St. Anne Academy, de las Sisters of Mercy.

¹¹² Muy extrañamente comparaba esas limitaciones con el impedimento matrimonial de disparidad de cultos o religión mixta. Tan extrañamente que, aparte salirse de nuestro argumento estricto, no nos atreveríamos a pronunciarnos sin tener a la vista el texto completo y seguro. Recordemos eran los tiempos de la falta de vitalidad del presidente Eisenhower para enfrentarse al problema, prefiriendo visitar Madrid.

¹¹³ A.VOTH, *Green Olive Branch* (Chicago, 1973).

monja nacida en Muenster, fundación de la casa en Tejas desde 1895, con escuela también, escribió su historia dramatizada, *Beneath Benedictine Banners*.

Sor Leonarda Fohn fundó el conservatorio en 1928 y diez años después se doctoró en Chicago con una tesis sobre *La música popular en Suiza*. Por entonces, el superintendente de las escuelas de la archidiócesis, Stanley C. Stoga, estaba obsesionado con introducir en todas ellas el método «fónico» para enseñar a leer. Y claro estaba que no se olvidaba la liturgia. En la procesión del corpus en Jonesburgo en 1941, por ejemplo, pudo lucir sus esmerados altares sor Bernardina Grueninga.

El impacto de la omnipresencia simultáneamente planetaria y aun espacial de las imágenes en el mundo de hoy, por una parte, y por otra el repudio de los mecanismos tradicionales de la sumisión, estimados alienantes con vista a ese mismo apartamiento de ellos, han determinado que la composición de lugar que podríamos decir de todo este nuestro argumento histórico, apenas se parezca ahora en algo humanamente a aquélla a pesar del relativamente escaso tiempo transcurrido. E insistimos, seguimos insistiendo en que por ello estamos ofreciendo datos de una cotidianidad que, por definitivamente ida, es a cual más reveladora, más allá y por encima incluso de los grandes eventos.

En 1941, cinco alumnas tomaron parte en el Journalism Contests of Arkansas State College, y empezaron a publicar su órgano periódico, *Angelus*, lo que sirvió al centro para entrar en la Quill and Scroll Society. E hicieron un tour oratorio en Little Rock. Otra realización aneja era la St. Bernard Nurses Training School. Algunas de sus antiguas alumnas fueron hechas prisioneras inmediatamente de comenzada la guerra con el Japón. Una de ellas, Billy Carlton, relataba después a las monjas y colegialas de Jonesboro sus agobios en un campo de concentración de la isla de Okinawa.

En 1948 se comenzó a construir un nuevo edificio. En 1956 fundaron la Maria Goretti School, en Lake Arthur, del Luisiana Pelican State, encantando a las monjas el colorido de esa tierra semitropical, un cierto paraíso terrestre, distintas también sus gentes, tranquilas, trigueñas, sobrias. Otras escuelas

nuevas fueron Benton, en la propia Arkansas, y St. Michael, en West Memphis, ambas de 1959, expansión pues en unos tiempos en que para otras hermanas benedictinas ya se anunciaba algún crepúsculo. Mientras tanto, sor Alberta Krebs, en Muenster, se ocupaba de las alumnas con dislexia, y en Little Rock, estimuladas por el superintendente, monseñor Francis Allen, prestaban atención particular a los retrasados mentales.

Prosiguiendo, retrocedamos hasta casi los comienzos. En Newark, Nueva Jersey, las benedictinas de Wimmer venían enseñando desde 1857, irradiando de allí a Elizabeth, como ya sabemos, 1868, y Wilmington, Delaware, 1874. En 1887 fundaron en Ridgely, Maryland¹¹⁴. Y en 1890, si no antes, ya estaba abierta la St. Gertrude Academy, para las *young ladies* y *little girls*, con dos pupilas, una católica y otra protestante. En 1893 eran catorce ya. Pero no podemos comparar esos inicios con los tan parsimoniosos de las primeras fundaciones continentales. Nada de eso. Se instalaron en la antigua casa que el distrito tenía para los huéspedes oficiales, Bourne, una aceptable arquitectura colonial con adiciones modernizadas. Y la alimentación estaba proporcionada por la propia granja.

Había instrucción primaria y gramatical, para los siete primeros cursos, estudios comerciales que duraban dos, y el bachillerato de la *high school*, cuatro. En arte se daban la pintura a tinta china, el óleo y la aguada, la tapicería y la pirografía. En música, además de la teoría y la armonía, piano, órgano, violín, apa y voz. La «Ciencia Doméstica» comprendía lecturas y experiencias de cocina y panadería, pues «un arpegio al piano sería un mediocre sustituto de un bocado bien condimentado». Las «Artes Domésticas» abarcaban la costura, el corte y confección y el bordado. En 1912, eran asignaturas la Aritmética hasta la raíz cúbica, separadamente la «Aritmética Mental» y la Etimología. Las clases de órgano, violín, mandolina, guitarra, cítara, banjo y arpa eran particulares, la última la más cara, treinta dólares por sesión.

El uniforme era negro, con una blusa de tres pliegues delanteros y traseros, una falda lisa y sin adornos, y un delantal negro. No se admitían más joyas

¹¹⁴ S. CAMPBELL, *A Love that Impels. A History of the Benedictine Sisters of Ridgely* (Erie, 1986).

que una pulsera, un alfiler en el pecho, un anillo y el reloj. Había baloncesto. El gimnasio estaba precozmente equipado, tanto que, si hacemos caso de la literalidad del prospecto, anticipaba o cuasi el ingreso de las mujeres en el ejército. A saber con *dumbbells, Indian clumb and rifles for military fancy drills*.

Los solemnes ejercicios finales requerían otra indumentaria, blanca, con cinturón — *lavender sashes* —, zapatos o chinelas negras y guantes blancos también. «Las faldas deben ser lisas y el escote cerrado y las mangas llegar hasta la muñeca». No se merecía menos honestidad recibir del obispo las medallas correspondientes, una general «de excelencia» y otra premio a la etiqueta. Menores eran las que recompensaban la doctrina cristiana, el estudio, el aprovechamiento general y «la observancia del reglamento». En 1920 salió el primer periódico, *Sylvan Echoes*. Sor Adelaida Zander, directora en 1896, bávara, antes institutriz en casas nobles de su país, sus nombres de pila Leopoldina-Julia-Carolina y sor Paulina Fleckenstein, la hermana panadera, dejaron huella en la casa. La misma sor Paulina era la que daba a las tres y media la merienda a las colegialas, impregnando de jalea sus propios panecillos.

Por entonces Ridgely tenía una vida próspera, merced a su acaparamiento de la industria conservera de la fresa del territorio, una economía que se quebrantó al ser fácil el transporte refrigerado de los productos en cuestión. El Pennsylvania Railroad System hizo dos estaciones, Chesapeake y Delaware, estando Filadelfia a tres horas y Nueva York a cinco. Pero andando el tiempo, el aumento de la natalidad que siguió a la segunda guerra mundial hizo abrir a las monjas otra escuela, junto a St. Edmund's Church, en Rehoboth Beach. Sin embargo, en 1947 cerraron la *high school*, y en 1954 sólo tenían veintiocho pupilas. Por otra parte el aumento de profesoras seglares aumentaba mucho los gastos. Para paliar las causas de esa penuria, o sea a largo plazo, y ello nos da una idea de lo difícil de la situación y lo penoso del ambiente, en 1955 se abrieron unas clases especiales para los niños con dificultades derivadas de una situación familiar indeseable o mísera, comenzando con doce.

Lo cierto es que la entrada en los nuevos tiempos, no ya de su territorio, sino del mundo y de la Iglesia, se supo hacer adecuadamente, tanto que en 1977 se empezaba la construcción de un edificio nuevo. *An atmosphere of total caring*, se ha definido el ambiente escolar renovado, con participación en las competiciones deportivas del Estado y el Condado, bailes, salidas los fines de semana, viajes a los museos de Baltimore y Washington, visitas mensuales a los ancianos asilados en la Carolina Nursing Home y actuaciones ante ellos.

Partiendo de la experiencia que dijimos de 1955, se acabó abriendo un centro para la *habilitación* de adultos disminuidos mentalmente, a cargo de sor Augustine. Otra benedictina, sor Kathleen Cribbins, profesora de Educación Especial en el Mercyhurst College de Erie, inició con fruto estancias temporales de sus alumnos para convivir en ese establecimiento de sus hermanas de Maryland.

Sor Paula O'Reilly había escrito al abad Wimmer, desde Creston, el 27 de marzo de 1884¹¹⁵: «Nuestra escuela está creciendo rápidamente, y es muy difícil encontrar buenas profesoras para los cursos superiores. Tenemos algunas jóvenes postulantes de talento, pero a mí me falta el tiempo necesario para dedicarme a su formación. Tengo que pasarme el día entero enseñando, sin salir de la clase desde las ocho y media de la mañana hasta las cuatro y media de la tarde, de manera que no tengo más remedio que omitir alguno de mis otros deberes esenciales». El 11 de octubre de 1893, ya desde Oklahoma, en Gunthrie, decía a la madre Drexel que en su escuela para niños negros sólo tenían de momento veintuno, aunque esperaban muchos más a partir del uno de noviembre, fecha en la que se habría terminado la recogida del algodón. Y el 30 de marzo de tres años después: «No se puede usted imaginar lo pobre que es esta gente negra. Muchos viven en cuevas, bajo tierra, con apenas nada para taparse, y bastantes no tienen nada que comer. Un día, en la escuela, un niño pequeño estaba mirando por la ventana, parecía triste, estaba nevando, y la hermana le preguntó qué miraba, a lo cual dijo: *Hermana, se me estaba ocurriendo que podremos comer algo de*

¹¹⁵ M. L. GEORGE, *Mother Paula O'Reilly, Foundress of the Gunthrie-Tulsa Oklahoma Benedictines* (Birmingham, Pensilvania-Newark, New Jersey, 1984).

nieve, ya que no tenemos otra cosa. Y así hay muchos en este territorio».

Largo camino hasta el acopio de otras estampas más gratas¹¹⁶. En la historia monástica y en la del país y del mundo. Sin que por eso nos impidan ver nuevas sombras.

Y vamos a terminar volviendo, pero ejemplificatoriamente, a una universidad masculina.

A sense of place

Uno de los antiguos alumnos de St. John's, Andrew M. Greeley, un cura novelista, guionista y otras cosas, de la diócesis de Chicago, para definir esa su *alma mater*, recurrió sólo a la enumeración de nombres propios de personas e instituciones¹¹⁷: «Johnny Blood, Garrison Keillor, Eugene McCarthy, *Worship*, Betty Wahl, Johnnie Bread, Fr. Virgil Michel, Marcel Breuer, the Hill Monastic Manuscript Library, Mariella Gable, Red Lake Indian School, Fr. Godfrey Dickmann, Minnesota Public Radio, J.F. Powers, Fr. Colman Barry, Liturgical Press, Ecumenical Institute». Un St. John's muy diferente del de los comienzos¹¹⁸ de acuñarse el *Johnnie Spirit*, aunque parece que todavía quedan algunos colegiales ejemplarmente instruidos en la prehistoria del centro que, en algún desesperado trance deportivo, invocan cual el abad Wimmer lo hacía, a su rey benefactor, *Vin von for Ludwig*¹¹⁹. Un futuro profesor, el párroco Arnold Weber, cuenta¹²⁰ como dom Philibert Harrer en sus esfuerzos desesperados para mejorar sus pronunciaciones inglesa y alemana, le

hacía visitar tres días a la semana su celda para que le repitiera, por tres veces cada una también, un pequeño poema-trabalenguas: «Teophilus of Thistles, that thruster of thistles, thrust three thousand thistles to the thick of his tumb». Una anécdota de tantas, representativa acaso de la atmósfera de familia del colegio. Claro que lo mismo podría decirse de otros muchos, en cuanto a la buena inspiración de todos los católicos, y acotamos así por limitarnos a nuestra experiencia de los libros y de la vida. Sólo que, quizás en los benedictinos, la índole de familias de sus comunidades, bajo la paternidad del abad, y la estabilidad de sus monjes en los mismos monasterios sede de los colegios a su vez, vigorizan la tal domesticidad con un arraigo más profundo en el paraje. Un sentido del espacio que hemos de intentar sintonizar con el del tiempo a lo largo de nuestra ojeada.

La docencia empezó el 10 de Noviembre de 1857, entonces en Rothkopp¹²¹, para cinco seminaristas, bajo el párroco de St. Cloud – a la vez rector, único profesor y prior –, dom Cornelius Wittmann. Uno de esos cinco, el futuro abad Edelbrock, describía la sopa «probablemente la *edition seconde* de la preparada por Licurgo para los chicos de Esparta», y toda la composición de lugar según la *Eneida* nada menos, *superasque evadere ad auras, hoc opus hic labor est*. Los de los diez primeros años siempre presumieron de haber cursado en el *Old St. John's*, llegando al final el número a veinte, algunos ya seglares también, aunque con altibajos determinados por la guerra civil y la de los indios sioux¹²². Y también

¹¹⁶ Por ejemplo, la abundante información gráfica de *Christ Yesterday... Today... Forever. Sisters of St. Benedict, Convent of the Immaculate Conception, Indiana, 1867-1967*.

¹¹⁷ *A Sense of Place*, ed. C. J. Barry (2 tomos; Collegeville, 1987-1990) I, 73.

¹¹⁸ Cfr., en el libro acabado de citar, I, 11, la sugerencia para la institución, de dom Joan D. Chittister (el autor de *Faith and Ferment: An interdisciplinary Study of Christian Beliefs and Practices*, 1983), del patronazgo de Rip Van Winkle, el personaje mítico de Washington Irving.

¹¹⁹ Recuerdos del senador y escritor E.J. McCarthy, *ibid.*, I, 104.

¹²⁰ *Ibid.*, 2, 258.

¹²¹ En Collegeville desde 1879, cambio debido al trazado de la St. Paul Minneapolis and Manitoba Railroad Company, de la que se consiguió hiciera allí un apeadero, también estafeta de correos; A. C. KREY, *Monte Cassino, Metten and Minnesota* (St. Paul, 1927).

¹²² Tengamos en cuenta que también este colegio era de frontera. Sus monjes tuvieron igualmente a su cargo misiones entre los indios chipewas. En 1883, a la vez que la universidad, se abrió para ellos una escuela industrial; cfr., *A Sense of Place*, I, 34, en los recuerdos del senador David Durenberger, la evocación de algunas evasiones imaginativas por los bosques próximos, en pos de Robert-Louis Stevenson y Jack London.

empezaron las monjas¹²³, primero en St. Cloud, luego en St. Joseph¹²⁴. Dándose entre ciertos católicos esa hostilidad, que ya de otros casos similares conocemos, en cuanto algunos preferían la solución más barata de escuelas estatales con maestros de su religión¹²⁵.

Los profesores de 1867 eran el prior Benedict, de teología dogmática; dom Wolfgang, de historia de la Iglesia, latín, griego, matemáticas, contabilidad y música; dom Augustine, de teología moral, retórica, gramática inglesa y composición; dom Alexius, de filosofía, latín, griego, historia, inglés y alemán; y dom Valentine, llamado el *chief disciplinarius*, por ser también el prefecto de estudios, religión y aritmética. Enseguida se completó el plan clásico con otro científico, y se desarrolló con mucha eficiencia el comercial, coronado con el diploma de *Master en Accounts*, a cargo de dom Norbert Hofbauer, él mismo graduado en el Iron City Commercial College de Pittsburgh. Sus enseñanzas eran prácticas, de manera que cada alumno recibía un pequeño capital para emprender un negocio *ad hoc*¹²⁶.

En marzo de 1869 tuvo lugar el reconocimiento legal – universidad en 1883 –, sucediéndose con ese motivo en el centro unos *exhibitions days*, en lo sucesivo una tradición, con mucha afluencia de visitantes, demostraciones de los ejercicios de graduación y espectáculos variados, instalándose al aire libre un «teatro griego»¹²⁷. En 1871 se creó una asociación pía, la *Sodality of the Holy Name*.

Teniendo en cuenta el aislamiento del lugar y la prohibición de salir de su «término», *out of bonds*¹²⁸, era necesaria la autarquía en el esparcimiento. En 1873 hubo equipo de baloncesto, pero el

fútbol americano se retrasó hasta 1900. Sin embargo, se hablaba ya de otro fútbol desde el principio, un deporte que se jugaba en invierno y sobre el hielo, que dom Barry cree se debía parecer más el fútbol europeo. En todo caso el detalle es revelador de la espontaneidad lúdica de aquellos días.

El abad elegido en 1895, Peter Engel, había dado un vigoroso impulso a las ciencias. Eligió las conmemoraciones de 1892 para abrir una estación meteorológica, asociada al U.S. Signal Service, teniendo ya observatorio astronómico¹²⁹ desde 1880, y en 1893 dom Francis Mershman instaló la telegrafía sin hilos. Fue también dom Engel quien electrificó muy «brillantemente» la casa y todas sus dependencias y, partiendo de una cámara que se fabricó él mismo, llegó a confeccionar una imponente historia gráfica de aquella. En 1898 abrió el camino a los estudios de sus monjes fuera, con dom Anselm Ortmann, graduado en Física por la Universidad John Hopkins de Baltimore. Dom Anselm había sucedido al propio abad en las tareas científicas, y a su vez le sucedió dom Polycarp Hansen, quien avanzó en la predicción del tiempo local y escribió un *Catechism of Astronomy*, como dom Severin Gertken un *Catechismo of Chemistry*, los dos aparecidos en Baltimore el año 1905. Dom James Hansen, hermano del anterior, muerto de tuberculosis a los treinta y dos años, tuvo tiempo de dejar, no solamente sembrada la inquietud por la biología, sino acopiados los tesoros materiales que harían en adelante posible satisfacerla, unas treinta mil especies de insectos y siete mil preparaciones para el microscopio, y su herbario tenía novecientas especies de flores, trescientas de musgo y cincuenta de helechos, teniendo por añadi-

¹²³ En 1872, de las diez escuelas católicas del Estado, tres eran benedictinas, además de la abacial, las de la parroquia de la Asunción en St. Paul, y la Academia de San Bonifacio en Hastings.

¹²⁴ Th. MAJERUS, *The Church of St. Joseph, St. Joseph, Minnesota, 1871-1946* (Collegeville, 1946).

¹²⁵ Tengamos en cuenta que al obispo de entonces en St. Paul, Grace, le sucedió Ireland, de conocida postura favorable a la apertura a la enseñanza pública.

¹²⁶ Dos de los primeros titulados, Frank Schlick y William Hamn, destacaron en los almacenes y las cervecerías de St. Paul.

¹²⁷ Minnie Mary Lee, de Sank Rapids, se hacía eco en la *Northwestern Chronicle*, el 26 de junio de 1872, *a happy surprise*.

¹²⁸ Lo que hacía particularmente angosta la cancha del baloncesto: de la espléndida historia de la casa de dom Colman J. Barry, *Workship and Work* (Collegeville, 1980), véase el relato de la p. 118.

¹²⁹ Aunque el Observatorio Astronómico del Vaticano ha estado siempre tradicionalmente a cargo de los jesuitas, parece que a dom Engel se le ofreció su dirección; fue al fin nombrado el jesuita John-George Hagen, de la Universidad de Georgetown.

dura respiro para escribir su *Catechism of Botany*¹³⁰, *Psychology Notes* y *The Evolution Controversy*¹³¹.

Una innovación adoptada en 1900, luego de mucha discusión, fue la participación de los equipos del colegio en competiciones fuera de él. Tanto que, al año siguiente ganaron la liga escolar de fútbol americano¹³², siendo su rival inmediato el que lo era en todo lo demás, comenzando naturalmente por lo académico, el St. Thomas College de St. Paul, fundado por el arzobispo Ireland¹³³.

Los alumnos eran unos quinientos entonces. Y como la casa ya tenía historia, empezaron sus gentes a cultivarla tan ejemplarmente como hasta ahora han seguido haciéndolo¹³⁴. Para las bodas de oro salió la *History of St. John's University*, de dom Alexius Hoffmann, continuador de la crónica monasterial de dom Xavier White, mientras dom Francis Mershman recopilaba sesenta y cinco tomos de recortes de periódicos sobre el lugar.

Dom John Katzner, que había empezando impartiendo diez horas diarias de clase de cuerda, viento y percusión, al agotar de esa manera sus nervios y precisar de mucho aire libre, se dedicó a una asombrosa investigación frutícola, a la búsqueda siempre de variedades de uvas – *Alpha* – peras –, buen postre para los colegiales sus injertos de alemanas con las de Iowa –, manzanas – *Translinda* –, cerezas y ciruelas. Y camino parejo en la repoblación forestal de los alrededores recorrió dom Adrian Schmitt, sucesor de dom Urban Fisher, de los alerces a las siemprevivas también.

A pesar de todo, hasta 1920 se había venido dando una preferencia muy acusada y que ya resultaba arcaizante, al seminario y a la carrera de comercio, aparte los cursos preparatorios. Y era que se arras-

traban todavía las consecuencias de la condición de inmigrados modestos de aquellos católicos. Pero dede la primera guerra se hizo patente que ya habían superado la etapa de su plena promoción. De ahí la integral apertura de St. John's, ya preparada por el abad Engel como hemos visto, a los vastos campos abiertos entonces en los planes académicos de las ciencias y de las letras, así como al desarrollo de las ciencias económicas y políticas. Y ello dentro de la línea intensamente conservadora en los métodos educativos que era la del nuevo abad Alcuin Deutsch, elegido en 1921. Por ejemplo, al comisionado federal, John W. Studebaker, que inquirió si en su docencia se utilizaban la radio y las películas, le respondió sería ello una pérdida de tiempo y dinero, pues el hincapié había de hacerse en dar al colegial una formación que luego le permitiera aprovechar la radio y el cine por su cuenta¹³⁵.

En los años treinta, se hizo amigo de dom Virgil Michel, entonces decano, un profesor de la Universidad de Chicago, Mortimer Adler, quien estaba suscitando una inquietud profunda en todo el país, por su crítica de la proliferación de carreras y títulos vacuos, y por su consiguiente propuesta de retornar a las artes liberales de siempre, a «los grandes libros» del *trivium* y el *quadrivium*. Siguiendo esas sugerencias, se implantaron en St. John's unos cursos de cuatro años complementarios, pero la muerte de dom Michel dio al traste con su prosecución. Era por entonces cuando en Madrid Ortega y Gasset desde la *Revista de Occidente* identificaba la especialización en curso con la máxima incultura, antes de que el historiador de la Universidad de la propia Minnesota¹³⁶, James Gray, pudiera censurar acremente el sistema imperante, importado de Inglate-

¹³⁰ 1905 también.

¹³¹ Ambas de 1928.

¹³² Recordemos su intermitente prohibición por el abad Wolf, los altibajos de su rigor ante las consabidas presiones, su susto ante la «extraordinaria brutalidad» del mismo.

¹³³ Descripción del partido por dom Louis Trauffer (pp. 232-3 del libro de dom Barry), al fin *they made a human pyramid so they could run over each other*.

¹³⁴ Sin embargo, el redentorista Henry Bolgmann, hizo ver al abad Deutsch, hacia los años treinta, que los benedictinos de los Estados Unidos apenas habían escrito de su historia. Mas, ¿y los europeos de la misma coetánea?

¹³⁵ En cambio, un amigo suyo, Lars W. Boe, el director de St. Olaf, un colegio luterano noruego de Northfield, parecía presagiar la plenitud descansada y liberadora de los ordenadores, cuando le contradecía: «I think of the hurry and scurry of our day and age. Every group that contributes to the quietness of the spirit is making a real contribution».

¹³⁶ *The University of Minnesota* (Minneapolis, 1951).

rra a través de Nueva Inglaterra con algunos préstamos a Alemania, pensado sólo para el *Who's Who*, encaminando a los escolares por pequeños caminos cerrados – *shreds and patches* –, y por añadidura con la pretensión de llegar a formar un tipo de hombre *largely self-educated*¹³⁷.

De la adaptación al alumnado masificado y a las exigencias de la eficacia en detrimento del esmero «artesanal», ello coincidente con la etapa postconciliar, no vamos a decir nada concreto. El profesorado seglar aumentó del diez al setenta por ciento, se implantó parcialmente la coeducación, la universidad se hizo más autónoma del gobierno abacial, se intensificaron los contactos con otros centros del Midwest, se liberalizaron las divisiones del curso y el sistema convencional de los grados. Apareció en el alumnado el movimiento contrario a la instrucción premilitar, el ROTC, y su respuesta. Uno de ellos comentaba¹³⁸: «Hoy la vida del Colegio no es un tiempo de paz y tranquilidad. Los estudiantes están inseguros y perturbados, y la vida estudiantil en St. John's tiene que reflejar de muchas maneras esta doble condición, grata y ensombrecida a la vez, de nuestros días». Tengamos en cuenta que también a los propios monjes se les planteaba entonces la cuestión de la propia identidad, a decir verdad inopinadamente para algunos¹³⁹.

Y el cambio en las mentalidades que conocieron las últimas generaciones, más hondo todavía que el determinado por el impacto de la ciencia, y la técnica sobre todo, en la vida material, nos explica que la nostalgia de sus evocaciones, por una parte sea más comprensible desde los hondones de la psicología, pero por otra alcance categoría más fructífera, ubérrima, cual fuente de la historia. ¿Acaso no hace parte de su propia nostalgia que ya no van a tenerla sus sucesores, ellos el último eslabón en la cadena de nostalgias que hasta entonces había venido siendo la sucesión de las generaciones?

A dom Godfrey Diekmann, cuya biografía se ha publicado, sus competencias en liturgia y patristica

no le ocupaban el lugar de las de micólogo. Mientras que su hermano, dom Conrad, hacía saltar a Shakespeare desde las más mustias que fatigadas páginas del libro de texto, aunque se llamara florilegio. Dom Dunstan Tucker se encargaba de Dante y Milton, conocía Florencia como la palma de su mano, y había sido campeón y era entrenador de baseball y hockey acuático, aunque el curso que más le gustaba era el de la novela, de Hemingway, Faulkner y Dreiser a Tolstoi y Dostoyevski, pero pasando por Sigrid Undset y su *Kristin Lavransdatter*. En tanto que dom Alfred Deutsch se atrevió a novelar nada menos que la vida monástica de su propia comunidad. Dom Martin Schirber convencía a sus alumnos de que las reglas de la ciencia económica eran aplicables lo mismo a los Rockefeller que a los ganjeros del condado de Stearns, que se sabía al dedillo. Dom Walter Reger, ayudado o no de su pipa, sabía todo de la casa. Dom Virgil O'Neill y dom Talafous, más todavía que capellanes y profesores de religión, eran consejeros de sus muchachos. Dom Ernest Kilzer, prefería a la metafísica y la epistemología la cosmología, en cuanto le permitía elucubrar en torno a sus dos obsesiones entremezcladas del espacio y el tiempo, sin hacerse un problema ni de Heisenberg ni siquiera de Einstein, y convencido, como George Allen, el entrenador del equipo de fútbol americano Washington Redskins de que «el futuro es ahora» y de esa manera se estaba siguiendo a Aristóteles. Dom Colman Barry, el historiador del monasterio y la universidad, había sido conovicio del senador y candidato a la presidencia, Eugene McCarthy, habiendo sido su exclamación cuando ése se salió: *It was like losing a 20-game winner*. Y a Washington siguió a McCarthy uno de los profesores seglares, el asceta Emerson Hynes, mientras que de otro, Steve Humphrey, se decía ser un benedictino sin votos pero con buen humor¹⁴⁰. Y gracias a dom Clarus Graves, que no encontraba ningún libro de texto a la medida de las exigencias de su «método directo», ni en francés, ni en alemán, ni en latín, ni en español, se representaba

¹³⁷ Véanse las pp. 306-10 del libro de dom Barry.

¹³⁸ Pp. 373-4 del libro de dom Barry, sobre la frustrada intervención de St. John's para salvar la Universidad Católica de Pekín. En cambio fue eficaz en la del colegio de San Beda de Manila.

¹³⁹ Cfr., dom Alfred H. Deutsch, el maestro de novicios: «una de las grandes revelaciones que yo tuve en mi carrera monástica, hacia fines de los sesenta...»; *A Sense of Place*, 2, 58.

¹⁴⁰ Seguimos a Albert A. Eisele; *A Sense of Place*, 1, 48-0.

El Gran Teatro del Mundo, como en Einsiedeln, pero a cargo de los escolares y a puerta cerrada. En el seminario, dom Alexius Hoffmann, sólo empezaba en latín sus clases de teología dogmática, pero el de teología moral, dom Ulric Beste, exclusivamente preocupado por los casos de conciencia que se podrían encontrar sus levitas en el confesonario, cuando había que apuntalar el manual con alguno, los prevenía solemnemente: *Habemus notam de hac re*. Y cuando le daban en clase las once, dom Placid, docente de latín y griego, se recogía un momento para rezar la que llamaba la *Ultima*: *Ultima in mortis hora, Filium pro nobis hora, bonam mortem impetra, Virgo Mater Domina*. Los rincones ásperamente entrañables de las vidas célibes que habían encontrado en el colegio la paternidad espiritual. Y en Conception, ¿cómo tenía éxito dom Sylvester Lehman cuando se valía de un trozo de cuerda para enseñar vocabulario latino? Más fácil es de entender la eficacia de la «asistencia personal» de dom Leodegar Mueller, ni más ni menos que el tirón del pelo del alumno retardado en la traducción al canto de Virgilio y Horacio. Mientras que dom Adelhelm Hess intercalaba sus lecturas de las genealogías de los dioses y de los héroes de Homero con las transmitidas por el sano cotilleo de las de los granjeros todos del Grand River. Por entonces era cuando, a este otro lado del océano, en la abadía castellanovieja de Silos, el abad Guépin elogiaba la buena murmuración a don Ramón Menéndez Pidal a la búsqueda de viejos romances murmuradores. Por su parte, otro de los latinistas, dom Peter Luissi, se sintió alguna vez también tranquilo en su embeleso ante Cicerón, por su convencimiento de que estaba en el cielo. Mientras el diminuto lego suizo, Godfrey Schildknecht, no sabía donde escoger entre la muchedumbre de flores de su propia cosecha. En la memoria un balance de *abiding gratitude*, amenizado por la umbrosidad del campus, pese al tránsito en la amanecida del dormitorio sin calefacción al lavatorio a la misma temperatura y la aversión a las bolas de picadillo demasiado presentes en el menú¹⁴¹.

Y mientras tanto, ya lo hemos visto, a la fuerza hemos tenido que ir viéndolo colegio por colegio, habían cambiado mucho los Estados Unidos, y los descendientes de los inmigrados católicos vivían de muy diversa manera que los abuelos que les habían abierto el paso y hecho sitio. Sonaban ya muy lejanos los relatos de la penuria de los primeros maestros y discípulos, y hasta en las misiones indias, la estampa de las cortesías recíprocas de Sitting Bull y dom Martin Marty había pasado definitivamente a ser patrimonio del *comic*, otro género por cierto. Los monasterios y las aulas se habían consolidado y extendido, y se seguían extendiendo, pero ya no tenía sentido la fiebre fundacional de los comienzos, como las arribadas de los nuevos llegados tampoco. Sin embargo, los benedictinos americano-casineses, sucesores de un hombre, dom Wimmer, plenamente poseído de la tradición benedictina, pero sembrador individual de aquéllos en la tierra nueva, y los helvético-americanos, de una integral adaptación ya a las mismas condiciones, que eran ni más ni menos las del país, no hacían olvidar a algunos compatriotas el señuelo aún un tanto romántico de otras encarnaciones del benedictinismo en el Viejo Mundo. Lo cual, pero sin perder de vista las necesidades mismas de la nación que, al fin y al cabo, era la heredera de la que se venía gestando en aquellos tres cuartos de siglo atrás, impulsó a algunos a auspiciar otro trasplante.

El patrocínio escocés e inglés

Algunos americanos benedictinizantes del novecientos estaban un tanto ávidos del monacato europeo más litúrgico y coral, menos activista incluso, por mucho que sus compatriotas benedictinos, ya de próspero arraigo en el país, hubieran dado bastantes buenas pruebas de su devoción al viejo tronco de tal familia religiosa. Pero no tanto como para pensar en Solesmes o Beuron, sobre todo porque no podían prescindir de la faceta educativa¹⁴².

¹⁴¹ P. 170 del libro de Malone.

¹⁴² El deseo de una vida monástica meramente contemplativa llevó a dejar la comunidad de Portsmouth al prior, dom Gregory Borgstedt, y a dom Placid Cormey, ambos fundadores en 1949 del monasterio de Mont Saviour, en Elmira, Nueva York. A su vez un deseo de mayor simplicidad determinó otra escisión, la fundación de Christ in the Desert, en Abiquiu, Nuevo Méjico, en 1964, por Mount Saviour.

Y nos ilustra bastante de la encrucijada de sus mentalidades la vida anterior de dos de ellos, dom Henry-Leonard Sargent (1857-1944) y dom Hugh Diman (1863-1949). Durante su etapa anglicana, en la High Church naturalmente, Sargent perteneció a dos órdenes religiosos, los Cowley Fathers y la Holy Cross, pero haciendo apostolado entre los negros de Baltimore y Memphis, luego en Nueva York y Maryland. Por otra parte, los Cowley Fathers eran de Oxford. En cuanto a dom Diman, su vocación y dedicación fueron siempre nítidamente educacionales. Desde 1896 hasta su ingreso en 1917 en la Iglesia Católica tuvo su propio colegio, Diman School, 22 Catherine Street de Newport, para muy pocos discípulos, cuatro o cinco al principio, en 1901 incorporada a la St. George's School, y en 1912 fundó un instituto vocacional para los estudiantes de la enseñanza pública, la Diman Vocational School, en Fall River. Por añadidura, T. Lawrason Riggs, uno de los benefactores de Sargent¹⁴³, fue el fundador y primer capellán de la More House de Yale.

Así las cosas, aunque Sargent había hecho la profesión simple en Downside, en Inglaterra, el monasterio que emprendió, con el grupo americano, la fundación en 1924 de San Anselmo de Washington, fue Fort Augustus, en Escocia, muy ligado a Beuron en sus orígenes decimonónicos y que había tardado en entrar en la Congregación Inglesa. En 1926 ya se abrió el colegio de la otra fundación monasterial, Portsmouth, en Rhode Island¹⁴⁴, cuyo primer rector, el citado Diman, entre las características de la formación benedictina que reivindicaba, incluía «la fe en una educación amplia y liberal, opuesta a la especialización angosta, con la consiguiente permanencia del puesto de honor en los clásicos, las humanidades y las matemáticas».

En el primer triduo de la semana santa, los diez y ocho primeros estudiantes – cincuenta y cuatro dos cursos después – hicieron un riguroso retiro. El ambiente era espartano, tanto que los uniformes de las camareras que servían en el comedor y limpia-

ban los cuartos llegaban a ser una nota extrañamente amable. La casa adoptó los colores y la divisa de Harvard, y Pierre de Chaignon La Rose hizo el escudo, tomado de la familia Frangipani, con pretensiones de ser la del titular, san Gregorio Magno, dos leones rampantes sujetando con los dientes una hogaza de pan.

*The Raven*¹⁴⁵ fue el órgano periódico, aparecido inmediatamente, primero a máquina. Un excelente profesor seglar de dibujo fue John Howard Benson. Y llegaba a ser exótica la aparición los fines de semana de miss Mary A. Carroll, de la Escuela de Música Litúrgica Pío X, del Colegio del Sagrado Corazón de Manhattan, para enseñar gregoriano con arreglo al método Ward. Erich A.O'D.Taylor introdujo el teatro: *The Merchant of Venice*, y algo así como un anticipo de *son et lumière* en la escenificación de la batalla de Rhode Island de la guerra civil. Uno de los directores, el seglar inglés, doctorado en Caen, Gerald Cooper Bateman, dejó en los treinta huella profunda, admitiendo a los escolares en el gobierno de la institución y haciendo más ágil, variada y estimulante la división en grupos. Él suprimió los castigos de encierro y escritura, pero mantuvo los castigos corporales, mientras que, en cambio, en 1935 se restablecieron éstos y suprimieron éstos. G.C.B., que así se le llamaba, instituyó también los conciertos estudiantiles, y amplió al latín y al francés las representaciones dramáticas, luego intensificadas por otro seglar, el profesor de francés Albert R. Belliveau.

En el curso de 1937 a 1938, dom Laurence McGann introdujo el fútbol europeo¹⁴⁶, algo en los Estados Unidos a cual más significativo por raro, desconocido en los colegios benedictinos, como en la mayoría de los demás, habiéndose hecho esperar en éstos, y nada más que en algunos, hasta bastante después de la segunda guerra, por la afluencia de alumnos vietnamitas. En el curso de 1940 a 1941 aumentó el alumnado, que llegó al número de ciento seis, con doce colegiales forasteros, llevados allí por el

¹⁴³ Le regaló nada menos que una salamandra de piedra de la abadía de Cluny, ahora en el narthex de la iglesia de Portsmouth.

¹⁴⁴ Tomamos datos de «Portsmouth Abbey School. Fiftieth Anniversary, 1926-1976» (1977, 2; ed. M. Stark).

¹⁴⁵ Desde 1933 hubo también un anuario. *Ex Portus Ostio*, fue entonces un artículo suyo que hizo memoria, sobre la vuelta de las vacaciones – *the slavers once more gathered together in the Halls of Labor*.

¹⁴⁶ Además del boxeo.

empeoramiento de la situación bélica en Europa, estando entre ellos el futuro presidente Kennedy y su hermano Edward. Dom McGann fue el único capellán benedictino de la aviación naval de los Estados Unidos, y publicó en *The Raven* sus andanzas de prófugo en Guadalcanal¹⁴⁷. Aquel mismo año de la guerra, 1941, fue el de otra innovación que ya podemos suponernos, el primer te y baile con las muchachas en flor de la Elmhurst Academy, del Sagrado Corazón, en Providence, teniendo el memorable evento lugar en el St. Benet's Common Room. En enero de 1943 se adoptó la celebración anual de la ya bastante difundida octava por la unión de las iglesias¹⁴⁸. Tanto en este colegio como en el de Washington hubo buenos estudiosos, aún vivos, en aquél, por ejemplo, Julian Stead; en éste Mark Sheridan¹⁴⁹, Joseph Jensen y Patrick Granfield.

En 1955, fue un grupo de seglares de St. Louis, con la aprobación del cardenal Ritter, el que tomó la iniciativa de pedir a los benedictinos ingleses de Ampleforth¹⁵⁰ la fundación de un colegio en su ciudad, ya con unas pretensiones de plena integración en la enseñanza más elevada del país, concretamente pensando en coronar sus estudios, no sólo en universidades católicas, sino en cualesquiera otras, tanto en Harvard, Yale o Columbia como en Georgetown. Próximos pues los tiempos del planteamiento de la cuestión de la identidad, no ya sólo de la vida monástica sino de la educación católica¹⁵¹. Aunque llegándose a la última hora de los recuerdos de esperanzas de un cierto color. Las clases de latín de dom Timothy y las de francés de dom Ian se equiparaban a buenas partidas de tenis, mientras las de dom Columba sólo podían compararse a las alternativas, entre las calmas y los remolinos, así el vaivén de sus ideas, de una derrota en bote. En tanto el señor Niven se paseaba por la historia de

América convirtiéndola en un cambio de buenas impresiones, pese a su machaconería en la primera mitad de la guerra civil¹⁵². Pronto se tomó la iniciativa de dar unos cursos de verano para los muchachos económicamente débiles del territorio. Dom Timothy Horner sigue siendo uno de sus buenos eruditos.

Y llegado al fin de este *excursus*, se me viene a las mientes la impresión oída a mi profesor Miguel Dolç y Dolç, en una de sus clases de Valencia. La *Salve* de las completas escuchada a los monjes de Montserrat. Un conjunto nutrido de hombres, y la mayoría eminentes, cantando suavemente a una mujer. Trayéndola a colación porque pienso puede dar una cierta imagen de esta la dedicación educacional de otros hermanos benedictinos suyos.

Una actuación que habría de completarse con la llevada a cabo por los monjes norteamericanos fuera de su país. Que hace muy poco hemos podido comprobar la espléndida realización tan arraigada en la isla de Puerto Rico, de lo que en Humacao, comenzó siendo una escuela agrícola, pedida por sus gentes a los de St. John's.

Hace unos pocos años que tuve ocasión de oír al profesor Grande Covián una divertida anécdota acerca de la resistencia de esa misma comunidad de Minnesota a cambiar el régimen alimenticio, a requerimientos de un colega de mi interlocutor. Este había asesorado en la misma materia al primer ministro Negrín, en los años de mi infancia en el Madrid sitiado, naturalmente con menos posibilidades de elección. Dos recuerdos que se me entrelazan a través del tiempo, denso ya en la investigación *cum amore* en torno a los monjes y los monasterios. Y por haberselo confiado a los lectores les pido perdón.

¹⁴⁷ Terminada la guerra, hicieron una capilla a su nombre, en Camp Parks, California. Y hasta su muerte, en 1965, permaneció en la marina.

¹⁴⁸ La liturgia bizantina corría a cargo del padre Andrew Rogosh, desplazado para eso desde Nueva York.

¹⁴⁹ Prior del colegio de San Anselmo de Roma.

¹⁵⁰ Hizo suya la propuesta el prior de Portsmouth, dom Aelred Graham, que procedía de Ampleforth.

¹⁵¹ Cuya prolongación está haciéndolos casi permanentes. Estamos recordando una jornada a ello dedicada en la madrileña Universidad de San Pablo, en octubre de 1995, con los cardenales Poupard y Javierre y el arzobispo claretiano de Pamplona, Fernando Sebastián.

¹⁵² De las impresiones de Francis M. Oates, *Notes for a Proper Memoir*, en *In the Lord's Service. Saint Louis Priory, 1955-1980* — el primer año, *adagio pastorale*; el segundo y el tercero, *marcia*; el cuarto, *rondo capriccioso*.

os Beneditinos na Europa

Iº CONGRESSO INTERNACIONAL
23 A 26 DE NOVEMBRO DE 1995
SANTO TIRSO

A MÚSICA NO MOSTEIRO DE STA. MARIA DE SEMIDE*

Aires Rodeia Pereira
(Universidade de Aveiro)

As palavras de Frei Leão de São Tomás, na crónica sobre Semide, inserida na obra *Benedictina Lusitana* são suficientemente expressivas sobre a vida musical do Mosteiro: «considerando o tempo que as monjas gastavam a louvar Deus no altar e no coro, podemos em certo modo dizer que nele havia *laus peremnis*.»

O nosso estudo, resultou em grande medida, das investigações que realizámos sobre os Documentos Beneditinos da Torre do Tombo¹, e nos Cartórios Recolhidos da Biblioteca Nacional². Não lhe impusemos à partida uma estrutura, antes deixámos que o diálogo com as fontes nos conduzisse às questões musicológicas mais adequadas, como sejam, o estudo do **ofício, do coro, e a importância da música na vida cultural do Mosteiro.**

Ao abordar a informação documental, verificámos que o maior número de menções relativas à música, ocorria precisamente em registos do séc. XVIII, nomeadamente:

Nas Constituições municipais do mosteiro de Santa Maria de Semide, aprovados e confirmados pelo Bispo Conde D. Francisco Lemos de Faria Pereira Coutinho (séc. XVIII)³

No Regulamento da Comunidade (séc. XVII)⁴

* Este estudo surgiu graças à sugestão e motivação da Sr.ª. Prof.ª. Doutora Maria Helena Rocha Pereira, que para nós não é uma simples pedagoga, mas Amiga que muito prezamos e por isso exprimimos, deste modo, a nossa mais sincera gratidão.

Agradecemos de modo particular à Sr.ª. Prof.ª. Doutora Maria Helena Cruz Coelho, que nos deu muitas sugestões metodológicas e científicas, além de se dispor a ler e discutir o nosso trabalho.

¹ Documentos Beneditinos da Torre do Tombo, TT, L 285 A.

² Cartórios Recolhidos da Biblioteca Nacional em 1912, inventário dos respectivos livros, TT, L 283.

³ TT, Semide, L 1.

Num pequeno acervo de livros de música onde se registam:

Antifonário para as principais festas (séc. XVIII)⁵;

Responsório do Natal, em polifonia (séc. XVII)⁶;

Missa polifónica a quatro vozes (séc. XVIII) com folhas soltas de música polifónica e canto martiriológico para o Natal⁷;

Missa a Duo [intitulada] «da Gloriosa S. Catarina Martyr» (séc. XVIII)⁸.

Também se encontram menções à música em Livros e Maços que atestam a instituição e alterações ao ofício, a constituição e hierarquia do coro, os cerimoniais e os costumes litúrgicos, gradualmente instituídos. Referimo-nos:

Ao Livro da Irmandade do Santíssimo Coração de Jesus (estatutos e bula de Indulgencias) 1737-1774⁹;

A um Maço [5] onde constam Atestados e declarações de 1785-1795;

Bulas e Breves [1277-1280] cóp. 1746 (28 doc);

Cartas 1748-1795, que compreendem Diários e um Cerimonial¹⁰;

Ordens Eclesiásticas 1610-1786¹¹;

Teatro séc. XVIII-XIX e Poesia séc. XVIII-XIX¹²;

Diários 1724-1781;

Orações e Meditações séc. XVIII-XIX e Aparentamentos para a Conferência no Capítulo de Culpas séc. XVIII-XIX¹³.

Fundado em 1154, por D. João Anaia, Bispo de Coimbra e seu irmão Martinho Anaia, como uma comunidade masculina, viria a tornar-se mosteiro feminino em 1183¹⁴, conforme se lê nas *Constituições Municipaes*¹⁵.

As *Constituições* manifestam-se como uma verdadeira glosa à regra de S. Bento, trazendo à luz princípios pragmáticos sobre o canto, acompanhados por reflexões acerca das atitudes perante a salmodia. No *Antilóquio*, 3, preceitua-se como dever das Religiosas: «[...] observar sempre a Regra de S. Bento [...] (a qual) hum comentador traduziu, anotou e explicou [...]». E adiante, no Cap. 2, acrescenta: «A Regra que as Religiosas deste Mosteiro devem observar he a do Patriarca S. Bento, porque suposto esta Regra não fosse composta para as religiosas e falle só directamente com os monges, contudo é bem adaptavel às mesmas que a podem optativamente observar em tudo». Com a intenção de mostrar a importância do ofício no interior da Regra, e ao mesmo tempo esclarecer, como se fundamentam nela todos os princípios da vida monástica, explica: «a Regra de S. Bento é a mais excelente e primeira entre todas, porque, como attestã os DD. do Direito Pontifício, ela foi confirmada pela Igreja, ainda antes de outras [v.g. S. Basílio e S. Agostinho]». E por fim adverte que: «[...] é mais clara que a de S. Basílio e mais particularizada que a de S. Agostinho e que a de S. Francisco». Esta alusão à regra e ao seu uso é essencial para a compreensão da vida monástica, e constitui um elemento primordial para o tratamento das questões relativas à música sacra, uma vez que consagra ao canto do ofi-

⁴ TT, Semide, L. 2.

⁵ TT, Semide, L. 11.

⁶ TT, Semide, L. 12.

⁷ TT, Semide, L. 13.

⁸ TT, Semide, L. 14.

⁹ TT, Semide, L. 18.

¹⁰ TT, Semide, m. 5.

¹¹ TT, Semide, m. 7.

¹² TT, Semide, m. 9.

¹³ TT, Semide, m. 10.

¹⁴ Sobre as origens do Mosteiro, e estudando a comunidade e suas relações com a estrutura nobiliárquica e a ordenação social, veja-se o estudo de Martins, R. C., *Património Parentesco e Poder – O Mosteiro de Semide do século XII ao século XV*, Lisboa, 1992.

¹⁵ *Antilóquio*, p. 1, TT, Semide, L. 1.

cio uma variedade de referências (caps. VIII a XIX), entre as quais se destacam as que dizem respeito aos hinos âmbrosianos, introduzidos por Santo Ambrósio na liturgia milanesa, mas só mais tarde admitido pela Igreja de Roma na sua liturgia¹⁶. Os capítulos 1º, 5º e 9º das mesmas *Constituições* são dedicados inteiramente ao *ofício*. No cap. 1º, cuja temática versa sobre as «obrigações gerais do estado religioso», transmite-se o princípio de que os salmos na vida beneditina não são apenas para uso do ofício, mas objecto de estudo, na medida em que provocam no interior de cada religiosa um movimento de conversão e de reconhecimento de si. Por isso se pode ler neste cap. 1º: «para aspirar a perfeição do seu Estado pela observância dos votos, devem as Religiosas cuidar em formar-se». Esta formação não separa a música do desenvolvimento global da espiritualidade, de onde ressalta a observância do silêncio no diálogo com os salmos. Por isso se afirma no *Regulamento da Comunidade*, Séc. XVII¹⁷ que: «os lugares nos quais em todo o ano se ha de guardar silêncio são: o Coro, o Dormitório, o Refeitório, o Claustro dos Defuntos, o Capítulo, a Sacristia [...]». E acrescenta: «Guardar silêncio no Coro, no modo de andar que deve ser grave mas não vagoroso, nem apressado, no modo de falar, baixo sem palavras ociosas e evitando cumprimentos seculares». Verificamos que, tanto o *Regulamento da Comunidade*, como as *Constituições* respeitantes ao Mosteiro de Semide, reflectem o monasticismo beneditino, por afirmarem uma continuidade entre o canto no coro e o silêncio da *lectio Divina*. E, em particular das *Constituições*, (cap 1º) ressalta de forma eloquente a ideia de temporalidade monástica, ao citar-se o salmo 83: («felizes os que habitam a Vossa casa Senhor, eles vos louvarão eternamente»), conjugando-o com um preceito normativo, segundo o qual: «nenhuma Religiosa, a qualquer pretexto, privilégio ou dignidade [...] deve ser isenta do serviço comum do Coro, senão por aquele *tempo* que estiver ocupada na obrigação do seu próprio ofício». Deste modo, se exprime a ideia de um tempo contínuo, englobante da vida e do ofi-

cio, no qual o canto também exige uma atitude consagrada, explícita no cap 5º das *Constituições*, onde se lê: «às preladas mandamos [...] para que vigiem muito na perfeição da celebração do Ofício Divino, que frequentem o Coro e cuidem que nada com velocidade, de corrida, com pressa, ou confusamente se cante, mas tudo distintamente, com voz calma e inteligível de espaços e com as costumadas pausas». As inflexões vocais resultantes do canto são direccionadas, segundo uma postura e colocação da voz, que se afasta de modulações ou virtuosismos, antes se aproxima mais da pronunciação plana, simples, respeitando a acentuação das palavras. É precisamente neste sentido que a formação musical das Religiosas se desenvolve, conforme se regista no cap. 9º, também das *Constituições*: «farão as religiosas e assim se lhes mande, formar antes no Ofício Divino do Cantochão simples e uniforme do que no canto d' órgão ou contrapunto. E que nunca tolere procurar-se mais agradar aos homens que a Deus». Esta disposição não era certamente impeditiva de na comunidade se cultivar a música polifónica, pois entre a documentação guardada no ANTT, encontra-se um *Responsório de Natal, em polifonia*, do séc. XVII; uma *Missa polifónica a quatro vozes*, com folhas soltas de música polifónica e canto martiriológico para o Natal, do séc. XVIII; e uma *Missa a Duo da Gloriosa S. Catarina Martyr* (séc. XVIII). Num período da nossa História, (como o séc. XVIII) em que o cantochão conheceu tratadistas como D. Carlos de Jesus, *Resumo das Regras mais Importantes e Necessárias para a Inteligencia do Cantochão*, 1741; Frei Domingos do Rosário, *A Arte de Mafrá, ou Teatro Eclesiástico*, 1743; Frei Gabriel da Anunciação, *A Arte do catochão*, 1745, não podemos deixar de notar como facto surpreendente que uma pequena comunidade, como era o Mosteiro de Sta Maria de Semide, conhecesse e praticasse a arte do contraponto apesar de nas *Constituições*, no cap 5º, se indicar que: «só com licença do Prelado se poderá servir do canto d' órgão e nunca instrumental». Canto de órgão significa, neste passo, música a vozes. De facto, a prática musical neste

¹⁶ Coelho, M. H., *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XII*, Arouca, 1988. 54 sqq., expõe claramente os principais problemas sobre a regra no mesmo espaço conventual. Entre as edições da regra de S. Bento, destaca-se pelo seu rigor, a *Regra do Glorioso Patriarca S. Bento*, trad. e com. pelos Monges de Singeverga, Singeverga 1951.

¹⁷ TT, Semide, L 2.

Mosteiro está directamente ligada à regra, às *Constituições*, obra que cita diversas vezes o *Cerimonial*, referindo-se, deste modo, ao *Cerimonial da Congregação dos Monges Negros da Ordem do Patriarca S. Bento do Reyno de Portugal*, Coimbra, 1647¹⁸ e a um *Cerimonial* próprio, ou particular, escrito por várias Abadessas, contituído por um caderno manuscrito em forma de diário, com folhas soltas, mas numeradas e incluindo um índice, por meses, datado de 1770. O *Cerimonial* dirige-se à prelada responsável pelo canto e fornece informações muito precisas acerca de como devem ser cantadas, ou ouvidas as horas canónicas. Consta igualmente do *Cerimonial*, no Liv. I, cap. 4, as horas a que devem ser cantadas, por exemplo as «Vésperas, a Prima, a Terça, a Missa Maior», além de indicar, simultaneamente, as horas que são convencionadas pelo *Breviário Monástico*. Embora a regra de S. Bento seja o suporte da vida espiritual monástica e a orientação do ofício, em Sta Maria de Semide existem regulamentos normativos de tipo pragmático que especificam a Regra, nalguns casos até se afastam dela, evocando tradições consuetudinárias, como se pode aferir da leitura do cap. 9 das *Constituições*: «as Religiosas, attendendo ao costume deste Mosteiro, dirão as Matinas e Laudes de Inverno, segundo as suas horas próprias». [referindo-se neste passo à adaptabilidade do ofício à comunidade]. E prossegue: «a terça tocar-se-á sempre às dez, excepto quando houver Missa Cantada, Procissão ou outra Função depois da Missa, que se tocarão meia hora antes, mais ou menos. A calenda será cantada quando a Prima for Cantada, ainda que a cantem sem grande solenidade. A Lição não tem órgão, porém quando cantadas, nas horas canonicas, deve havêr luzes acesas no altar, e órgão, como determina a *Sagrada Congregação* num decreto e como ensina o *Cerimonial*. Todos os dias, também as Religiosas devem cantar conventualmente o Officio Menor de Nossa Senhora como lhes determina as *Constituições* / 2 / e o *Cerimonial* / 3 /. Quanto às ceremonias pertencentes ao Officio

Divino, determina a *Constituição* que se observe o ritual. As Religiosas attendão ao *Cerimonial* e pratiquem o que elle ensina tanto no levantar e ir para o Coro, como no estar nele, sahir dele e todas as mais cerimónias nesse acto de comunidade». O ofício é gradualmente adaptado e alargado de antífonas, responsórios, hinos, lições e versículos, ladainhas, Te Deum, Benedictus, a festas de santos e confrarias com ofício próprio (v.g. Livro da Irmandade do Santíssimo Coração de Jesus do Real Mosteiro de Semide (estatutos e bula de Indulgencias, datadas de Coimbra, 12 de Agosto de 1733 e um Breve do Nuncio Apostólico (1790)¹⁹ onde se prescreve a obrigação de cantar Missas e Offícios da Redenção, Resposos das sextas feiras e sábados, além das Missas e Sufrágios pelos monges falecidos). Sobre este aspecto, e acerca da permeabilidade dos costumes, atenda-se apenas, a título de exemplo, à crónica de Frei Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana*, II, fol. 333 capítulo IVL 14 sqq.: «Dona Constança de Noronha [princípio do sec. XVI] governou o Mosteyro e introduzio nelle as Ceremonias, e costumes de Cister, que tinha aprendido em Odivelas» e acrescenta fols. 337-33: «Dona Gregoria Henriques [...] Foy devotissima do Santo nome de Jesus, e mandou imprimir o seu officio particular, e de Roma mandou vir bulla para que no Mosteyro se instituísse Confraria deste Santíssimo nome». A estabilidade do canto e do ofício teria provavelmente sido afectada com a mudança da comunidade de Semide, para o Mosteiro de Sta. Ana de Coimbra em 1610, e o regresso de novo ao Mosteiro de Semide. Segundo as palavras de Frei Leão de S. Tomás, *ibidem*, fol. 340 L 26 sq.: «Mudarãse com effeyto as Religiosas de Semide para o Mosteyro de Santa Anna, correndo o anno de mil seiscentos e des, pouco antes da Quaresma, trazendo juntamente Sinos, órgãos, e tudo o mais, que no Mosteyro novo podia servir». Sabemos hoje que estas palavras de Frei Leão de S. Tomás correspondem a factos reais, pois existiu no Mosteiro um antigo

¹⁸ Sobre este cerimonial considere-se o estudo de Doderer G., «A função do Órgão na Liturgia Portuguesa do Século XVII», A.P.E.M., 58 (1988), 48-53, e do mesmo autor: *Orgelmusik und Orgelban im Portugal des 17. Jahrhunderts*, Tutzing, 1978. No domínio dos cerimoniaários do século XVII, é de salientar a *Caeremoniale Episcoporum iussu Clementis VIII*, Pont. Max., Roma, 1600, e em Portugal o *Ordinário dos canonicos Regulares da ordem do bem aventurado nosso Padre S. Augustinho, da congregação de Sancta Cruz de Coimbra*, Lisboa, 1579.

¹⁹ TT, Semide, m. 10, n. 18.

órgão positivo e, na segunda metade do séc. XVIII, a Igreja de Semide viu-se dotada por um magnífico exemplar do organeiro António Machado e Cerveira que ainda hoje lá se conserva.

Mas centrando-nos no problema do Ofício também a mesma crónica esclarece que (*ibidem*, fol. 342 L 35 sqq.): «Depois que as Religiosas de Semide tornaram a povoar o seu Mosteyro, a primeira Abbadeça dele foy Maria Zuzarte [...] muy zelosa do Officio Divino, avivou a devoção dos confrades da Confraria do S. Patriarcha, para que celebrassem o seu dia da tresladação no mes de Julho com danças e festas». A complexidade do ofício, que surge mesclado pela infiltração de ofícios muito diversos e mesmo por costumes locais, é uma prova das dúvidas que se podem levantar quanto à observância exclusiva da regra de S. Bento.

Directamente ligado ao ofício está o *órgão*, e suas funções na liturgia, bem delimitadas nas *Constituições* e no *Cerimonial*. Assim, no cap 5º das *Constituições* determina-se que: «o *órgão* se não deve usar em Offícios de Defuntos, nem noutras funções que a Igreja não admite, acerca das quais as religiosas, especialmente as organistas, devem estar instruídas». No entanto, numa folha do *Cerimonial* (séc. XVIII)²⁰, redigida especialmente para orientar uma visita Episcopal, concedem-se ao *órgão* períodos para improvisação, nomeadamente, após o canto do *Te Deum* e acabadas as Antífonas.

Sobre a improvisação é explícito o 7.º capítulo do *Cerimonial* dos beneditinos portugueses, publicado em Coimbra no ano de 1647. Esta obra tem sido objecto de estudos musicológicos, entre os quais se salientam os de Gerhard Doderer que incidem sobre a função do *órgão* na liturgia portuguesa do séc. XVII. O nosso objectivo é apenas verificar quais as relações que se podem estabelecer entre este *Cerimonial* de 1647 e as *Constituições* e o *Cerimonial* do Mosteiro de Semide no que se refere às funções do *órgão*, sobretudo no domínio da improvisação.

Verificamos em ambos os *Cerimoniários* que a improvisação tinha por base melodias do canto litúrgico, como se pode ler no referido 7.º capítulo do *Cerimonial* dos beneditinos de 1647: «I. O Monge

Organista, ao tanger as obras, & Versos, nao fará a imitacao de cantos, & musicas prophanas, senao taes que prouoquem a deuocao aos ouuintes». Noutras alturas, preve-se um tempo mais longo de improvisação, cf. *ibidem*: «6. Aduirta mais o tangedor que nos versos do Magnificat, principalmente [quando ouuer Capeyros, &] nos Kyrios das Missas solemnes faça as clausulas mais largas, pera que haja tempo para se inscensar; & em todos os mais Psalmos & Hymnos, & Canticos dara sempre tempo para que se possam rezar os Versos pauszadamente». Durante os tempos de oração, o *órgão* também podia ser ouvido cf. *ibidem*: «4. Na Prima, Terça, & Completas em que se Psalmea com orgao, fara' o Organista hua clausula larga, em quanto se reza Kyrie eleiso, & Pater noster, antes da Oracao». Geralmente o *órgão* era utilizado, sobretudo nas solenidades, enquanto nos restantes dias alternava com o canto, cf. *ibidem*: «2. Em todas as Festas duplices se cantara alternatiuamente com o orgao o Hymno Te Deum laudamus, & todos os mais Hymnos q nos mais dias se cantao, nas Horas diurnas, & nocturnas. O mesmo sera nos Psalmos, & Canticos q nas mesmas festas se cantam, excepto o primeyro Psalmo das Matinas Domine quid multiplicati & o Deus misereatur nostri das Laudes, q se dirao a choras sem orgao. Tambem se cantara sem orgao os Psalmos, & Canticos dos Nocturnos das Matinas, tirando as Matinas de Natal, em que assim os Psalmos de ambos os Nocturnos como os Canticos do tercero se alternao com o organo». Podemos, a partir destes passos, extrair, como principal conclusão, que os *Cerimoniários* estabeleciam uma nítida dicotomia entre música vocal e instrumental, traduzindo-se tal separação no desenvolvimento dos coros e da escrita vocal.

O coro ocupava um plano mais destacado que o *órgão* e no Mosteiro de Sta Maria de Semide estava constituído segundo uma hierarquia, que podemos comprovar a partir da Pauta dos ofícios, Coimbra, 16 de Maio de 1706²¹, intitulada: «Pauta das officias que hão-de servir no Mosteiro de Semide no 3º anno do triênio da Madre Abbª Srª D. Luíza Victória de Sá e Meneses», na qual figuram os cargos de cantora mor e de cantora segunda, enquanto na Pauta de Pagamentos²², se indicam mais detalhadamente,

²⁰ TT, Semide, m. 20, n. 6.

²¹ TT, Semide, m. 6, n. 4.

²² TT, Semide, m. 8, n. 5.

por ordem hierárquica, os pagamentos em géneros, respectivamente à abadessa, à priora, à cantora mor e à cantora segunda. Esta organização do coro surgiu-nos confirmada por vasta documentação, da qual salientamos os «Diários das Abadeças»²³, cuja extensão cobre um período dos meados do séc. XVIII até finais do séc. XIX. Reveste-se de particular interesse um maço de folhas que descreve minuciosamente as cerimónias do Tríduo Pascal, datadas de 1782. O coro está dividido em quatro semicoros que, topologicamente, se distribuem por ambos os lados do altar e pelo coro alto. A esta organização do coro no espaço corresponde uma Missa polifónica a quatro vozes (séc. XVIII) [sem título] e uma música polifónica e canto martiriológico para o Natal [também sem outro título]. A Missa compreende, Kirie, Gloria, Credo, Sanctus e Agnus Dei, não tendo indicação de autor. Possui, no entanto, indicações marginais e interlineares que denotam a intenção de adaptação da obra ao coro da comunidade de Semide. Entre elas ressalta a divisão do coro em quatro semicoros, que são numerados de um a quatro, cabendo-lhe as partes monódicas, cujas intervenções são alternadas com um quinto coro, encarregado das partes polifónicas. A Missa a duo, intitulada da Gloriosa St^a Catarina Martyr, apresenta uma notável escrita vocal, sendo o Kirie modelar, por ser composto por uma voz solista que se decompõe desde o início num longo vocaliso, sobre o fonema *e*, da palavra *eleyson*. As respirações são marcadas com uma barra dupla sobreposta ao texto para orientar a articulação vocálica. As curvas melódicas são essencialmente conduzidas por intervalos de segunda ascendentes e descendentes. Ao mesmo tempo verificam-se recursos no tratamento melódico como sejam: a imitação, as longas cadências, e o contraste entre o *recto tonos* e a melodia. Esta Missa é composta por Kirie, Gloria, Credo, Sanctus e Finis (Aleluia).

Reveste-se de particular relevo o facto de, a par destas obras musicais, provavelmente cópias de originais, cuja autoria desconhecemos, também existir no espólio do Mosteiro uma ladainha a quatro vozes, datada de 1834 e autografada por D. Cândida Albina da Piedade, religiosa desta comunidade. Estamos perante um original inédito, que em termos formais é uma pequena obra em baixo cifrado, com harmonias variadas, demonstrando o pleno domínio desta técnica composicional.

De acordo com estudiosos dos problemas musicais, como James Mc. Kinnon²⁴, muitas abadias beneditinas, durante o Séc. XVIII, tornaram-se centros de cultura musical que irradiaram para o exterior, além da espiritualidade subjacente ao canto da salmodia, a polifonia, o teatro e a poesia. Confirma-se em Sta Maria de Semide esta comunicabilidade entre o Mosteiro e as suas raízes locais. O teatro é um testemunho desta comunicabilidade e atesta o elevado nível cultural das monjas. De salientar, a este propósito, a presença da música em quase todas as peças encontradas, e algumas aproximam-se mesmo do vilancico, que, na segunda metade do séc. XVII, em Portugal, passou a designar uma espécie complexa de coral litúrgico, cantando-se nas igrejas, por ocasião de certas celebrações (Natal, Epifania, S. João²⁵). Dividiam-se em três nocturnos, cada um dos quais se repartia por sua vez em pequenas peças denominadas vilancicos e separadas por um responso. Aproximam-se de tal estrutura: «Diálogo pastoril para o Nascimento em que falam três pastores, com cantos e *Gloria in Excelsis*»²⁶ e «Loa de duas figuras para festejar o dia do nascimento de S. João Baptista no Mosteiro de Semide, em que falam o Rio Jordão e o Rio Mondego».

Com indicações de cena – «Sahira Mondego depois de tocarem os instrumentos».

(na fala seguinte em que intervêm Mondego diz-se quais os instrumentos):

²³ TT, Semide, m. 10.

²⁴ «Benedictine monks», Grove, vol. 2. 472 sqq. Sobre este assunto tem relevo o estudo de Corbin S., *Essai sur la musique religieuse portugaise au Moyen Âge (1100-1385)*, Paris, 1952.

²⁵ Coelho, M. H., *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, vol. I, Lisboa, 1983, 317, mostra que S. João era uma data de pagamento das rendas em moeda, no baixo Mondego. Este facto permite verificar que as monjas celebravam esse dia com festas, mas imprimindo-lhes um carácter cultural. Este aspecto tem uma importância decisiva na compreensão do mosteiro como centro de difusão da cultura nas regiões rurais. Neste ponto somos levados a questionar, se não seria a música um dos meios pedagógicos mais expressivos para transmitir as mensagens.

²⁶ TT, Semide, L 190.

«Mondego – Calem-se os bronzes senhores do claro clarim da fama longas são as vozes das trombetas de huma voz que agora chama».

O «Drama para o Menino Jesus com hum Anjo, hum Pastor e huma Musa». O «Divertimento para o dia de S. João Baptista» e uma «Loa para o nascimento do Menino», com indicações cénicas:

[1ª Indicação cénica] – «canta-se dentro o seguinte:
galhardas Ninfas e belas
que sois destes campos, flores...»

[2ª Indicação cénica] – «canta outra vez dentro:
A festejar ao Menino
andai, Ninfas e pastores
pois vos convidam as aves
com atenuadas vozes».

[última indicação] – «cantam todos».

Nas palavras esclarecedoras da Profª Doutora Maria Helena Cruz Coelho: «As religiosas de

Semide, protagonizaram, mesmo no espaço conventual, um papel fecundante [...] Vivem a religião, mas relacionam-se com o "século"²⁷».

A casa monástica de Semide legou-nos alguns registos, cuja análise sugere uma questão que se nos afigura como essencial. Que importância pode ter, na História da Música em Portugal, o pequeno e esquecido Mosteiro de Semide? As suas abadessas e monjas deram vida de forma modelar ao princípio beneditino: *ora et labora*, pois, no domínio da música, demonstraram um cuidado muito particular na formação vocal e em técnicas como a polifonia, que podemos testemunhar, tendo em conta o espólio musical actualmente existente. Dele fazem parte obras de cantochão, polifonia e livros com reflexões sobre música.

Uma comunidade como esta, de onde podemos colher tantos exemplos da música litúrgica e não litúrgica, é sem dúvida, um elemento assaz enriquecedor do acervo documental que conduz à compreensão da História da Música Monástica em Portugal.

²⁷ Prefácio ao livro Martins, R. C., *Património Parentesco e Poder – O Mosteiro de Semide do século XII ao século XV*, Lisboa, 1992, 5 sq.

os Beneditinos na Europa

Iº CONGRESSO INTERNACIONAL
23 A 26 DE NOVEMBRO DE 1995
SANTO TIRSO

MONGES, LIVROS E LEITURAS: MODOS DE ESPIRITUALIDADE E PRESERVAÇÃO DE TEXTOS

Aires A. Nascimento
Universidade Clássica de Lisboa

1. É sobejamente conhecida a sentença medieval que acentua não ser admissível um mosteiro sem livros, do mesmo modo que não é concebível um campo militar sem munições: *claustrum sine amario quasi castrum sine armamentario*¹. Não se trata de uma frase surgida inopinadamente em qualquer ambiente intelectual por iniciativa de algum furtivo apaixonado de livros nem representa tão pouco qualquer tema genérico, de dissertação escolar, sem correspondência directa a uma situação vivida. Espelha, efectivamente, a vida de um claustro medieval e como tal deve ser tomada, devolvendo-a, sem explicações artificiais, ao seu real valor e significado.

Um mosteiro precisava de livros e usava-os, mesmo que, na origem, a vida monástica não fosse servida por uma biblioteca organizada². O uso do livro fazia parte da vida do monge, quando a vida eremítica não tinha ainda expressão comunitária³. «Tesouro mais amado que o ouro»⁴, porque, como recordava Alcuíno, «a ciência é melhor do que todas as riquezas»⁵, o livro vale não tanto pelo investimento que representa economicamente (em materiais e em horas de trabalho), ou pela estima que se lhe consagra ao longo de gerações sucessivas, mas vale

¹ H. WALTHER, *Lateinische Sprichwörter und Sentenzen des Mittelalters*, Göttingen, 1963, n.º 2818.

² GUGLIELMO CAVALLI, «Dallo «scriptorium» senza biblioteca alla biblioteca senza «scriptorium»», in *Dall'eremo al cenobio*, Milano, 1987, pp. 331-422.

³ Cf. J. LECLERCQ, «Livres et lectures dans les cloîtres du Moyen Âge», in *Aspects du monachisme hier et aujourd'hui*, Paris, 1968.

⁴ Segundo expressão registada em verso num manuscrito de Orígenes executado c. 1145 (Paris, BN lat. 1627): «Hunc Hugo donavit quem de proprio fabricavit / Istum thesaurum quem diligimus super aurum», cit. ap. ÉMILE LESNE, *Les livres – «Scriptoria» et Bibliothèques du commencement du VIII.º à la fin du XI.º siècle*, Lille, 1938, p. 24, n. 8 (a partir de L. DELISLE, *Cab. des mss.*, II, 394-5).

⁵ *Poetae latini*, I, 332; *carm.* 105, cit. *ib.* n. 6; cf. *Prov.* 8, 11.

sobretudo pelo que lhe proporciona através do seu conteúdo textual⁶. Está presente ao longo de várias situações do dia; ritualiza-se o seu uso em momentos precisos, com gestos de entrega e devolução, com calendário em que há dias previstos para maior solenidade⁷; assume-se também, frequentes vezes, como símbolo de valores procurados⁸; integra-se como meio instrumental, qualificado, útil e imprescindível⁹.

Se a sentença referida se tornou provérbio, é porque ela traduzia essas diferentes situações. Na origem, e tanto quanto se pode saber, remonta a um caso vivido. Tão paradigmático ele é que não será difícil tomá-lo como precedente de tantos outros e identificar nele situações com que se defrontam instituições empenhadas em garantir um património bibliográfico condigno às necessidades da vida que enquadram.

Foi assim no ano de 1173, em que acabava de ser fundada em Baugerais uma nova abadia. Na cidade de Caen surge uma biblioteca à venda. Geoffroy de Breteuil é nesse momento subprior dos cónegos regrantes de S. Victor de Paris; conhecedor da situação dá parte dela ao abade João que tem a seu cuidado a nova abadia e, ciente de que esta não dispõe de fun-

dos para proceder à aquisição da biblioteca em causa, ele próprio se encarrega de se dirigir ao patrono principal da recém-fundada instituição monástica para lhe lembrar a necessidade de dotar a nova fundação com uma biblioteca conveniente e recomendar a oportunidade então surgida para o fazer de forma condigna. É justamente em favor da sua pretensão que Geoffroy de Breteuil se serve daquela imagem que havia de ficar proverbial: sem livros um mosteiro está privado de meios de defesa¹⁰.

Subjacente a esta forma de argumentação podemos descortinar uma concepção da vida monástica como *militia*¹¹, mas onde não se apaga o valor tradicional de *schola* como aprendizagem¹² e em que o sentido de empenhamento¹³ concorre com o da vigilância ou atenção em combate sem tréguas¹⁴ para assegurar a existência de um mundo interior autónomo e espiritual. Há sobretudo a concepção de vida espiritual alimentada com a leitura como fonte de oração e como meio para não sucumbir às investidas do inimigo, mediante uma *disciplina* que é ensino e observância¹⁵.

Isidoro de Sevilha, numa das suas obras, largamente difundida, para podermos tomá-la como represen-

⁶ Teodulfo não deixa de o salientar na dedicatória de uma das suas Bíblias: «Splendidiore tamen intus honore micat» (*Theod. carm.*, 41, *Poetae lat.*, I, 539); *cit. ib.*, p. 25.

⁷ A Regra de S. Bento, embora sóbria na regulamentação (como salienta D. JACQUES DUBOIS, «La vie réelle dans les monastères du Moyen Âge», *Collectanea Cisterciensia*, 49, 1987, 229-245), não deixa de o salientar para o início da Quaresma. Outras indicações poderão ser colhidas ao longo desta nossa exposição.

⁸ Cf. J. LECLERCQ, «Aspects spirituels de la symbolique du livre au XII^e siècle», in *L'Homme devant Dieu. Mélanges offerts au P. Henri de Lubac*, Paris, 1964, II, pp. 63-72.

⁹ Recorde-se o *De litteris colendis* de Carlos Magno, capitular conservada na cópia endereçada ao Abade Baugulfo, de Fulda: ed. MGH, *Cap.* I, 79.

¹⁰ A situação é reconstituída a partir da correspondência de GEOFFROY DE BRETEUIL, *Ep.* 7, 18, 21 (PL 205, 835-836, 844-845, 847-848). Cf. M. ANSELME DIMIER, «Les premiers cisterciens étaient-ils ennemis des études?», *Studia Monastica*, 4, 1962, 69-91. Sobre a sentença, cf. também H. SILVESTRE, «À propos du dicton "Clastrum sine armario quasi castrum sine armamentario"», *Mediaeval Studies*, 26, 1964, 351-353.

¹¹ Cf. *Reg. Ben.* prol. 45: «constituenda est ergo nobis dominici schola seruitii»; «aequalem seruitutis militiam baiulamus»; *CAS.*, *Col.* 19, 11: «scholas et exercitationis huius palaestram».

¹² É a conotação que aparece no termo *schola* ao longo da latinidade cristã. Cf. GREGORIO PENCO, «Sul concetto del monastero come «schola»», in *Spiritualità monastica: Aspetti e momenti*, Praglia, 1988, pp. 273-279.

¹³ Cf. SEDULIUS SCOTTUS, *In Donati artem maiorem*: «schola grece latine dicitur uacatio id est studium quia ibi student pueri, id est uacant...».

¹⁴ Cf. CASSIODOR., *Variorum lib.* 5, *epist.* 23, 5: «schola martia mittat examina: pugnaturus ludo, qui se exercere consuevit in otio». Cf. também o passo das *Institutiones*, I, 2, citado mais abaixo.

¹⁵ Cf. G. PENCO, *loc. cit.*

¹⁶ Como exemplo a demonstrar a sua aceitação em bibliotecas medievais, baste citar o comentário que acompanha o seu registo num inventário de St. Martial de Limoges, no séc. XII (ms Paris, BN, lat. 2208, fl. 188v): «Libri III. es sancti Isi-

tativa de uma mentalidade comum¹⁶, e que dá pelo título de *Sententiae* ou também *De summo bono*¹⁷, reflecte essa concepção. Coloca ele justamente o capítulo dedicado à leitura (liv. 3, cap. 8), depois do capítulo consagrado à oração (liv. 3, cap. 7), e este, por sua vez, vem imediatamente após dois capítulos em que trata das tentações do demónio (liv. 3, cap. 5 e 6).

O hispalense, por outra parte, não está a fazer doutrina por iniciativa própria, mas recolhe uma tradição que pode documentar-se já em Cipriano, bispo de Cartago no séc. III, e que se exprime em fórmula tão precisa como expressiva: «mantém-te em oração frequente ou em leitura; pela primeira, falas com Deus, pela segunda, é Deus que fala contigo»¹⁸. Formalmente, pouco acrescenta agora a nova formulação relativamente à anterior: «Quando rezamos, somos nós que falamos com Deus; porém, quando nos entregamos à leitura é Deus que fala connosco» (*Sent.* 3, 8, 2). Efectivamente, os próprios termos com que Isidoro inicia o seu capítulo dedicado à leitura não deixam dúvidas de que ele pretende recolher essa tradição e integrar-se nela. No entanto, pode reconhecer-se que há nisso também uma intenção de explicitar ou determinar melhor a correlação e a complementaridade dos dois pilares fundamentais de uma espiritualidade que se desenvolve em vários momentos.

O primeiro desses momentos é o de purificação¹⁹. «Com os actos de oração ficamos purificados, com a leitura somos instruídos». Este acentuar da purificação como acto prioritário possibilita ao santo hispalense acentuar que há uma hierarquização entre ambas as práticas, de tal modo que há que manter a oração sobre a leitura quando ambas não são possíveis.

De imediato, porém, enuncia o segundo momento da vida espiritual, que é o da vida com Deus, e declara que «todo aquele que pretende estar sempre com Deus deve rezar com frequência e deve também com frequência dedicar-se à leitura». É em confirmação disso que se repete a frase de Cipriano. Embora o nome não venha citado, a própria natureza do conectivo de frase não deixa dúvida de que o hispalense pretende apoiar-se numa autoridade: «na verdade, diz Isidoro, quando rezamos, somos nós próprios que falamos com Deus; quando, porém, nos dedicamos à leitura é Deus que fala connosco».

A continuação do texto isidoriano é bem significativa da importância conferida à leitura como meio instrumental da vida monástica. Não se trata apenas de garantir apoio para a purificação da alma, mas de assegurar o processo da vida espiritual: «Todo o progresso procede da leitura e da meditação; na verdade, pela leitura aprendemos o que não conhecíamos e aquilo que vamos aprendendo conservamo-lo pelos actos de meditação» (3, 8, 3).

A função do Abade no mosteiro será motivo para salientar também que o monge é «doctor» para ensinar e para servir a *disciplina*²⁰.

A fixação da obrigatoriedade da aprendizagem das letras, que a *Regra do Mestre* consignará no séc. VI em função da leitura, não é mais que o estabelecimento de um regulamento dirigido à consagração da leitura na prática comunitária da *disciplina*, dentro de interpretação global das necessidades do tempo e de molde a preservar um meio que acautele por inteiro o desenvolvimento pleno da vida monástica²¹.

Tal lição passa para a *Regra de S. Bento* no planeamento das tarefas diárias. «Desde a hora quarta em

dori episcopi prenecessarii quorum primus incipit Summum bonum»; cit. J. LECLERCQ, «Un coutumier de Saint-Martial de Limoges», *Revue Mabillon*, 175, 1954, 38-42.

¹⁷ A partir do incipit dessa mesma obra: *Summum bonum Deus est*.

¹⁸ CIP., *Ad Donatum*, III A: «sit tibi uel oratio adsidua uel lectio; nunc cum deo loquere, nunc deus tecum».

¹⁹ Quaisquer que devam ser as reservas de âmbito de aplicação, poderá recordar-se a este respeito a afirmação de Jerónimo segundo a qual «monachus non doctoris, sed plangentis, habet officium» (*Contra Vigilantium*, 15: PL 23, 351).

²⁰ «Non modo peccatorum suffragatores, uerum etiam doctores uitae aeternae», salienta Gregório de Tours, *Vitae Patrum*, 16: PL 71, 1074. De ter em conta é a concepção do monge como «doctor», expressa em vários autores e proposta relativamente ao Abade pela *Regula Magistri*, I, 188-193. Cf. G. PENCO, «Il concetto di monaco e di vita monastica in occidente nel secolo VI», *Op. cit.*, pp. 111-159.

²¹ *La Règle du Maître*, ed. trad. A. DE VOGÜÉ, Paris, 1964, cap. 50, pp. 225 ss.

cada dia até à hora sexta, os monges entregar-se-ão à leitura». O tempo alarga-se desde as calendas de Outubro até à entrada da quaresma, período durante o qual a leitura se inicia num intervalo que vai da hora de prima até à segunda hora: «durante a quaresma, os monges entregar-se-ão à leitura desde manhã até à hora de terça...; no início da quaresma, cada um dos monges receberá um livro da biblioteca e lê-lo-á seguido e integralmente»; «no domingo, particularmente, todos devem entregar-se à leitura, dela ficando dispensados apenas aqueles que estiverem destinados a outros ofícios». Há na mesma *Regra de S. Bento* determinações que visam garantir a execução do preceito da leitura. Dizem respeito à vigilância a que ficam submetidos os monges através de encarregados previstos para o efeito, os *circatores*, que, como explicita o texto da *Regra*, «circulam pelo mosteiro durante as horas em que os monges se entregam à leitura, a fim de evitarem que haja algum que caia na acídia e fique ocioso ou se entregue a conversar em vez de se

consagrar à leitura, pois desse modo não só causaria prejuízo a si mesmo como distrairia os outros»²².

Neste enquadramento, as sentenças isidorianas dedicadas à «assiduidade da leitura» (cap. 3, 9) e à *collatio* (3, 14, esta como intercâmbio de leituras em momento de recreio espiritual; «conferência» ou «colóquio» é a tradução mais frequente)²³, pressupõem e consagram uma prática que, embora referida ao texto sagrado, representa e sobretudo valida e institucionaliza o hábito de leitura como regra (e não como acto extraordinário ou de círculo literário mundano, como acontecia com as leituras públicas da Antiguidade²⁴).

Pela forma como se registam os vários momentos, não será excessivo reconhecer que subjacente a esta proposta está uma experiência assumida. A sua institucionalização tem aí tanta importância como a referência aos textos. Se estes não podiam ser outros que os que abrem caminho para o objectivo procurado, que é a consecução do *summum bonum*

²² *La Règle de Saint Benoît*, ed. A. DE VOGÜÉ e J. NEUFVILLE, Paris, 1972, cap. 48, 17. Repare-se que a *Regula Benedicti* prevê dois tempos, pelo menos no Verão (da hora quarta a sexta; durante o repouso, facultativa, 48, 4) e no Inverno (de prima à segunda hora, 48, 10, e depois da refeição, 48, 13). Note-se, por comparação, a distribuição dos tempos em duas Regras monásticas hispânicas (M = Matinas; P = Prima; T = Terça; S = Sexta; N = Noa; V = Vésperas; D = Duodécima hora):

<i>Regula Isidori</i> , 5	<i>Regula Fructuosi</i> , 4
Verão	Primavera – Verão
M – T: Trabalho	P – T: Trabalho
T – S: Leitura	T – S: Oração ou Leitura
S – N: Repouso	S – N: Refeição e Repouso
N – V: Trabalho	N – D: Trabalho ou Leitura e meditação
Outono – Inverno:	Outono – Inverno:
M – T: Leitura	até T: Leitura
T – N: Trabalho	T – N: Trabalho
N – V: Trabalho ou leitura e meditação	N – D: Leitura
	D – V: Meditação

Note-se que maior insistência é feita sobre os jovens para que se entreguem à leitura ou à oração, pressupondo que os anciãos se entregam habitualmente à meditação (*Reg. Fruct.* 5). Cf. infra o texto para a distribuição de tempos na *Reg. Isidori*.

Na *Regula Caesarii*, 5, 19, há também tempos previstos para a leitura: «Omni tempore duabus horis, hoc est, a mane usque ad horam secundam lectioni uacent». Na *Regula Aurelianensis*, 28: «Completo matutinis statim dicatur prima, deinde usque ad horam tertiam omnes lectioni uacent».

²³ Em Álvaro de Córdova, *Ind.* 10, 14-15, *collatio* equivale a *confertio* e distingue-se de *praedicatio*, porque aquela consiste numa mera comunicação doutrinal aos fiéis, enquanto esta é uma instrução de autoridade aos não cristãos. A marca de comprometimento e, portanto, de situação, distingue uma coisa e outra. Segundo a *Regula Isidori*, 7, a conferência tem lugar três vezes por semana, depois de terça.

²⁴ CATHERINE SALLES, *Lire à Rome*, Paris, 1992; RAYMOND J. STARR, «The circulation of literary texts in the roman world», *Classical Quarterly*, 37, 1987, 213-223.

quod est Deus e não o estudo²⁵, a instauração do processo ganha uma dimensão abrangente e institucional.

Trata-se de um processo registado em função do conhecimento que proporciona e da responsabilidade moral que acarreta o seu entravamento, seja por falta de esforço intelectual seja por falta de disposições interiores. Convém, todavia, reconhecer que esse processo reveste algumas características de efeito múltiplo e alargado. Ele é essencialmente dinâmico, responsável, aberto e partilhado. É dinâmico, pois não só tem interferência directa no desenvolvimento das faculdades humanas²⁶, mas acentua-se segundo uma progressividade reconhecida e registada nos sucessivos parágrafos da formulação isidoriana: o conhecimento implica familiaridade, a assiduidade gera profundidade de conhecimento, a intensidade de conhecimento dá origem a maior instrumentalidade de uso, de tal modo que a dedicação completa, em modalidade que põe de lado todas as outras preocupações, será recompensada por clarividência que dá o sentido das coisas e das situações. A assiduidade e constância suprem dotes naturais que eventualmente não tenham sido desenvolvidos.

Não são apenas os efeitos imediatos e instrumentais de aquisição de conhecimentos que estão em causa na aplicação à leitura nem mesmo os efeitos ascéticos de acesso a maior amor de Deus e de correcção de vida, mas também os da responsabilidade moral pela honesta aplicação das capacidades intelectuais. Por isso Isidoro adverte contra a negligência no estudo, considerando-a como desperdi-

cio de capacidades ou perda de uma possibilidade não alcançada por falta de aplicação (3, 9, 6-8).

Por outra parte, atende-se à rentabilidade do efeito e à incrementação do seu processo. O dinamismo da leitura surte maior efeito ainda, salienta Isidoro, se for realizada não individualmente mas em comum e secundada por diálogo entre companheiros do mesmo percurso. «Se a leitura é útil para adquirir conhecimentos, com a prática do colóquio (*collatio*) consegue-se maior inteligência. O colóquio facilita a aprendizagem. Na verdade, caso se levantem questões, não se fica com dúvidas e muitas vezes a verdade latente vem à superfície a partir das objecções, pois o que é obscuro ou duvidoso esclarece-se imediatamente no confronto de ideias» (3, 14, 1-2).

Não deixa assim Isidoro de salientar que o diálogo é importante para esclarecimento de aspectos mais obscuros da leitura nem de reclamar que tal diálogo, a ter lugar na *collatio*, seja orientado pela busca da verdade e não pela vaidade de vitória sobre o adversário (3, 14, 4-6).

Porém, o hispalense atende sobretudo às condições que implica o processo de leitura. São duas fundamentalmente: retenção de memória e silêncio. Por um lado, necessita ela do apoio da memória e esta, por seu lado, será tanto mais prestável quanto o texto que é objecto de leitura for breve (3, 14, 7-8); por outra parte, «a leitura silenciosa é mais agradável que a leitura em voz alta: com efeito, o entendimento capta melhor quando deixa de se ouvir a voz de quem lê e a língua se move em silêncio, pois ao ler de forma perceptível o corpo cansa-se e fica-se sob o efeito da altura da voz» (3, 14, 9)²⁷.

²⁵ Há efectivamente uma consciência nítida da diferença entre uma situação e outra e não é raro que os seus agentes manifestem dificuldade em ultrapassarem um nível em favor de outro, nomeadamente, quando da *conversio* monástica, já que para o monge o estudo não era mais que uma fase preparatória quer em proveito próprio quer em atenção a outros. Leitura não significa, pois, necessariamente, estudo, no que este implica de aplicação sistemática. Pedro Comestor (*Sermo IX*, PL 198, 1747), haveria de sublinhar que há duas categorias de cristãos, «os que se entregam à oração mais que à leitura (são os que povoam os claustros) e os que empregam o seu tempo a ler e só às vezes se entregam à oração, (são os escolares)». Não será de estranhar a animosidade que por vezes se levanta por parte de reformadores como S. Bernardo. Cf. J. LECLERCQ, *Initiation...*, p. 186 ss.

²⁶ O próprio Bernardo de Claraval, não obstante a simplicidade recomendada, não deixa de recomendar a *scientia litterarum quae ornat animam* (*Sup. Cant.* 37,2) e a expressão de *dulces litteras* ocorre com frequência na pena de autores monásticos. Cf. J. LECLERCQ, *Initiation...*, p. 240.

²⁷ Sobre a leitura silenciosa, veja-se: J. BALOGH, «Voces paginarum. Beiträge zur Geschichte des lauten Lesens und Schreibens» *Philologus*, 1927, pp. 83-202; A. K. PUGH, «The development of silent reading», in W. LATHAM (ed.), *The road to effective reading – Proceedings of the tenth annual study Conference of the United Kingdom Reading Association*, Totley, Thornbridg, 1973, pp. 111-114; P. SAENGER, «Silent reading: its impact on late medieval script and society», *Viator*, 13, 1982, 367-414;

A regularidade e a assiduidade fazem parte também dos conselhos relacionados com a leitura. Isidoro, que interpreta a tradição patrística e hispânica, salienta: «É necessário que o servo de Deus leia, reze e trabalhe sem interrupção» (3, 19, 5). A enumeração poderá não significar uma hierarquia de actividades, mas revela como a leitura constitui uma preocupação constante. Dentro da tradição, a *Regra de S. Leandro*, acentua, por sua vez: «A leitura deve ser assídua e a oração contínua. Os tempos e as ocupações sejam para ti distribuídos de tal modo que depois da leitura rezes e depois de rezares faças leitura. De tal modo hás-de fazer alternar estas duas boas acções que não vivas sem alguma delas. Quando tiveres de ocupar-te nalgum trabalho manual ou pelo menos quando tiveres de tomar uma refeição corporal procura que alguém faça leitura para ti, a fim de que enquanto as mãos ou os olhos estão ocupados nalguma coisa o dom da palavra divina alimente os teus ouvidos»²⁸. Esta intensificação de tempos de leitura só pode ser explicada por uma intenção de criar um ambiente de contemplação em que não fiquem espaços vazios, mas em que a plenitude se alcance pela degustação da palavra.

A *Regula Isidori* é mais regulamentadora e até mais específica que a própria *Regula Benedicti* em determinar os tempos: «É necessário que o monge dedique ao trabalho tempos próprios e consagre tempos também próprios à oração e à leitura, pois o monge deve ter horas marcadas e convenientes para cada ofício. Segundo as épocas do ano, há uma distribuição para cada ocupação. No verão o trabalho vai desde manhã até à hora de terça; de terça a sexta há que entregar-se à leitura; depois é hora de descansar até noa; desde noa até à hora de vés-

peras é tempo para trabalhar de novo; na outra estação do ano, isto é, no outono, no inverno e na primavera, deve-se fazer leitura desde manhã até terça; depois do ofício de terça até noa é tempo de trabalho. Após a refeição de noa é tempo para trabalhar ou ler ou meditar em voz alta» (cap. 5) «Depois de vésperas, reunidos os irmãos, devem eles meditar nalguma coisa ou dialogar conferenciando sobre algum assunto piedoso e salutar e assim permanecer até que chegue o momento de completas» (cap. 6).

Há, pois, um cuidado manifesto em garantir que se crie e mantenha o hábito da leitura e em definir-lhe um estatuto dentro do mundo monástico. Não aparece na *Reg. Isidori* referência explícita aos *circatores*, mas os costumeiros posteriores hão-de mencionar os vigias que zelam pela aplicação à leitura. Há nela, porém, outros preceitos ou ordenamentos que não revelam menos o carácter institucional que a leitura reveste²⁹. Refere-se, por exemplo, um responsável pela guarda dos livros e pela sua distribuição em momento próprio e há uma assistência de leitura e um ritual de enquadramento quando essa leitura é comum. O cap. 8 é especificamente dedicado aos livros («de codicibus»). Não se trata da sua elaboração no *scriptorium*, mas do seu uso: «O sacristão tenha a seu cargo os livros e dele cada monge receberá um, o qual depois de lido ou utilizado será devolvido sempre depois de vésperas. Os livros serão pedidos à hora de prima e os que os pedirem depois não os receberão. Sobre as questões que surgirem durante a leitura e não forem compreendidas, o monge consultará o abade na conferência ou depois de vésperas e, uma vez lido o passo em público, dele receberá a explicação e, enquanto se dá resposta a um, os outros escutem»³⁰. O capítulo

Id., «Manières de lire médiévales», in *Histoire de l'édition française, I - Le livre conquérant. Du Moyen Âge au milieu du XVII^e siècle*, Paris, 1982, pp. 131-141; Id., «Books of Hours and the reading habits of the later Middle Ages», *Scrittura e Civiltà*, 9, 1985, 239-269; ARMANDO PETRUCCI, «Lire au Moyen Âge», *Mélanges d'Archéologie et d'Histoire de l'École Française de Rome*, 1984, 603-616.

²⁸ *Reg. S. Leandri*, cap. 15; cf. SAN LEANDRO, SAN ISIDORO, SAN FRUCTUOSO, *Reglas monásticas de la España visigoda. Los tres libros de las «Sentencias»*, intr. vers. not. de JULIO CAMPOS RUIZ e ISMAEL ROCA MELIA, Madrid, 1971.

²⁹ J. LECLERCQ, *Umanesimo e cultura monastica*, Milano, 1989, p. 102.

³⁰ Para confronto, no que concerne a distribuição dos livros à hora de prima, cf. *AUG. Reg. ad ser. 2*. Um exemplo concreto de costumeiro monástico, em que se prevê a existência de um responsável que preside à distribuição de livros no início da quaresma e regista o nome dos monges que os têm, é o de Pombeiro, no séc. XII; cf. JOSÉ MATTOSO, *Le mona-*

seguinte detém-se na ritualização da leitura à mesa: «Todos à mesa guardem a disciplina do silêncio (...) Haja, porém, um que, sentado no meio, depois de receber a bênção, leia algum passo da Escritura; os outros, enquanto comem, mantenham a maior atenção à leitura» (cap. 9).

Assim, pois, se o mosteiro é lugar de oração, ele não é menos lugar de leitura porque esta é considerada como suporte daquela. A atenção que textos programáticos como as Regras monásticas lhe conferem são disso prova evidente. Qualquer que seja o objecto dessa leitura, há um dado fundamental que não pode ser esquecido e que é repleto de consequências para a cultura ocidental: mais do que assegurar a existência do livro como património a conservar e transmitir, há a garantia de instauração e preservação de um processo que tem o livro como objecto próprio e o ler como modalidade que faz parte dos hábitos quotidianos e assegura a vida espiritual³¹.

2. Mas, se o processo é proposto e encorajado, qual o universo da sua incidência? Que liam afinal os monges?

No horizonte imediato de Isidoro está a Sagrada Escritura como compêndio de ciência e regra de vida. Não se trata, porém, de uma *reductio ad sacram scripturam*. Sabemos, efectivamente, que o hispânico ocupou o seu tempo manuseando uma biblioteca bastante vasta e recolhendo dela conhecimentos fundamentais variados³².

Na verdade, nem por ser bispo, e certamente bem a par das admoestações feitas pelo Papa Gregório Magno ao bispo Desidério³³, mas dentro das perspectivas daquele doutor da Igreja³⁴, nunca demonstrou ele algum escrúpulo em se rodear de livros e passar o seu tempo na constituição de instrumentos necessários para garantir uma formação intelectual. Por isso não será descabido ter em conta a sequência do próprio texto isidoriano para descortinar as razões do seu procedimento.

chisme ibérique et Cluny — Les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200, Louvain, 1968, pp. 293 ss (trata-se do ms Porto, BPM, cod. 576, fl. 1r, 9v, 35v, 44r, 50r-v, 54v-55v, 77r-v).

³¹ Pelo ano 1363, os visitantes beneditinos são instruídos no sentido de se certificarem se os monges se ocupam efectivamente em ler e rezar nos tempos definidos pela Regra. Cf. W. A. PANTIN (ed.), *Documents illustrating the activities of the General and Provincial Chapters of the English Black Monks 1215-1540*, vol. II, London, 1933, p. 83. S.to Elredo de Rievaulx (Yorkshire), cisterciense, manifestará a sua indignação por um tratado sobre a vida religiosa, escrito por um cônego desconhecido não tratar da leitura. Cf. A. WILMART, *Revue d'Ascétique et Mystique*, 23, 1947, p. 266. As suspeitas sobre a *lectio* não deixam de ser lançadas por homens como Guigo II, *Scala claustralium*, 5 (ed. E. COLLEDGE & J. WALSH, Paris, 1970) (*Sources Chrétiennes*, 163, pp. 90-92), ao mesmo tempo que outros, como Gilberto de Tournai, na sua *Collectio de scandalis ecclesiae*, preparada para o II concílio de Lião, denuncia os monges que a negligenciam. Em causa está fundamentalmente o objectivo expresso por um autor anónimo do séc. XIII, «si ad legendum accedat, non querat scientiam sed saporem»; cf. J. LECLERCQ, «Écrits monastiques sur la Bible aux XII-XIII^e siècles», *Medieval Studies*, 15, 1953, p. 104.

³² Cf. J. FONTAINE, *Isidore de Séville et la culture classique dans l'Espagne wisigothique*, Paris, 1959; ID., «Isidoro di Siviglia e la cultura del suo tempo», in *Culture et spiritualité en Espagne du IV^e au VII^e siècle*, London, 1986, cap. VI; M. C. DÍAZ Y DÍAZ, «Introducción» a *Etimologías* (ed. J. OROZ RETA & M. A. MARCOS CASQUERO), Madrid, 1982.

³³ MGH, *Epist.* II, p. 30: GREG., ep. XI, 34. Cf. PIERRE RICÉ, *Écoles et enseignement dans le Haut Moyen Âge de la fin du V^e siècle au milieu du XI^e siècle*, Paris, 1979, p. 348-9. Recorde-se, com este autor (*ib.*, p. 17-18), que Gregório, sem poder comparar-se a Agostinho ou mesmo a Cassiodoro, pertence à aristocracia cultural romana de formação tradicional e, além de escrever em latim correcto (não obstante a despreocupação que parece manter perante a gramática), utiliza o *cur-sus*, as cláusulas, as rimas e as figuras retóricas. A solicitação que faz a Bráulio de corrigir o que nos seus comentários *In lob* possa parecer «insípido e menos cuidado» revela que o ornamento literário não está fora dos seus horizontes. Cf. igualmente CL. DAGENÉ, *Saint Grégoire le Grand, Culture et expérience chrétienne*, Paris, 1977.

³⁴ A função propedêutica das ciências profanas e das artes liberais está claramente afirmada em diferentes passos das obras de Gregório; cf. JEAN LECLERCQ, *Umanesimo e cultura monastica*, Milão, 1989, pp. 27 ss., na sequência de outros, cujas interpretações não podem ser objecto de suspeição como são as de PIERRE COURCELLE, *cit. ib.* p. 29. Se para Gregório, a *grammatica* é perigosa, é enquanto se fixa na «imoralidade» da mitologia (H. DE LUBAC, «S. Grégoire le Grand et la grammaire», *Recherches de sciences religieuses*, 47, 1960, 185-226; V. DIGLIO, *La bassa latinità e san Gregorio Magno*, Benevento, 1912, pp. 20-22) como a matemática e a astrologia podiam conduzir à superstição astrológica, representada pelos priscilianistas (*In Ev. Hom.*, I, 10, 5 = PL 76, 1112).

Não é por certo sem intencionalidade que, nas *Sententiae*, imediatamente antes de referir a proibição da leitura dos autores pagãos por parte dos cristãos (3, 13, 1), Isidoro apela para a necessidade de constituir critérios de selecção de leitura: «Há que reflectir com cautela e examinar quanto se lê, com sentido também prevenido, de tal modo que, de acordo com a advertência apostólica, mantenhamos o que é recto e rejeitemos o que se opõe à verdade e assim nos instruamos no bem e permaneçamos incólumes do mal» (3, 12, 8).

Porque prevenção significa advertência ao sentido de escolha, não nos surpreende que, parecendo condenar o uso dos autores pagãos, a rejeição feita por Isidoro, no final, se fixe apenas sobre os autores heréticos e a estes o hispalense contraponha os gramáticos, em razão do proveito que deles se pode tirar, «pois se os hereges, com as suas artes de persuasão, ministram aos homens uma poção mortífera, a verdade é que a ciência dos gramáticos pode ser útil para a vida, desde que seja assumida para melhores utilizações» (3, 13, 11).

Não esconde Isidoro que os autores profanos são de evitar pelo que contêm de incitamento às paixões (3, 13, 1) nem que são perigosos porque o brilho das suas reais qualidades literárias pode atrair os incautos e contribuir para gerar despeito pelos livros sagrados, estilisticamente menos perfeitos (3, 13, 2 e 3). Mas tais advertências, por muito negativas que possam parecer, encerram um dado inegável: os autores profanos não são ignorados. Se há que garantir que, na procura do *summum bonum quod est Deus*, os livros profanos não se antepõem aos livros da Revelação ou se há que tomar em conta o perigo que seria transferir para a sua apreciação critérios constituídos para julgar dos outros, a contraposição põe em causa a capacidade

de escolha e a adequação entre objectivo e base de leitura, mas não significa exclusão do horizonte de conhecimento.

Na verdade, por detrás desta doutrina reconhecemos o que Agostinho expusera no *De doctrina christiana*, em ordem à defesa do valor dos textos bíblicos, mas a própria prática isidoriana não representa menos a tradição que no mesmo Agostinho ou em Jerónimo reclama contra posições radicais e propugna uma nova cultura com direito e obrigação de não perder o legado tradicional de um universo literário, associando-o ao da Revelação. É bem conhecida a posição de Agostinho quando no mesmo *De doctrina christiana* defende a legitimidade de herança por parte dos cristãos sobre as parcelas de verdade que estão guardadas nos autores profanos³⁵.

Relativamente ao monaquismo, poderia parecer que haveria de prevalecer uma posição como a que Jerónimo assume na carta dirigida à sua correspondente e dirigida espiritual, a virgem Eustóquio, onde recorda as suas angústias interiores por não ser capaz de se separar da sua antiga biblioteca e por se ver condenado perante o tribunal divino como *ciceronianus*³⁶. É sabido que não se trata senão de um plano de escolha pessoal³⁷, que Jerónimo se recusará a transpor para outro nível, pois, num plano global de juízo sobre o valor das letras profanas, não é pouco significativa a carta do mesmo Jerónimo a Magno³⁸ ou a sua *Apologia aduersus Rufinum*³⁹ e os comentários aos textos bíblicos⁴⁰ em que recolhe a lição de Orígenes para defender a legitimidade em aceitar os textos profanos e reasumir os seus valores⁴¹.

Deste modo, quando Gregório Magno relativamente a S. Bento sintetiza que, abandonando o mundo, o faz *scienter nescius et sapienter indoctus*⁴², ele não pretende afirmar senão a sabedoria supe-

³⁵ *De doc. christ.*, II, 60-61.

³⁶ *Ep.* 22, 30.

³⁷ A legitimidade não pode ser posta em causa, como o próprio terá ocasião de salientar na carta a Paulino de Nola (*Ep.* 53), por exemplo.

³⁸ *Ep.* 70.

³⁹ Cf. PIERRE LARDET, *L'Apologie de Jérôme contre Rufin. Un commentaire*, Leiden, 1993.

⁴⁰ Particularmente a *Deuter.* 21, 12; em síntese, a posição de Jerónimo é a de que há que purificar a herança tradicional para a reorientar e preparar a bela cativa para a tornar digna das novas núpcias.

⁴¹ A oposição entre Jerónimo e Rufino foi por nós posta em relevo na introdução da *S. Jerónimo, Carta a Pamáquio sobre a Tradução*, Lisboa, 1995.

⁴² GREG., *Dial.* 2, prol.

rior de quem é capaz de escolher entre duas coisas aquela que é melhor, e, ao fazê-lo, age com conhecimento de causa, sabendo que essa mesma escolha só lhe foi possível pela preparação facultada por aquilo que agora parece deixar e a opção feita só fica prestigiada por poder ser tomada com conhecimento de causa e não por ignorância⁴³.

Segundo o juízo dos Padres, as ciências profanas, tornam-se propedêuticas para o acesso à doutrina revelada e esta é reguladora do conhecimento proporcionado por aquelas. Os tempos posteriores levarão o monaquismo institucionalizado a defender que o acesso à sabedoria evangélica é base necessária para apreciar as ciências profanas e reajustar o seu lugar na formação do homem⁴⁴. O próprio Gregório Magno acentuará que as letras sagradas são o cume da ciência, de tal modo que não conhece as letras quem ignora a Escritura Sagrada⁴⁵.

É por isso que Cassiodoro, em 534, com o apoio do Papa Agapito intenta formar, em Roma, uma escola, similar às de Alexandria e de Nisibe, que possa rivalizar com as escolas profanas, contribuir para uma preparação semelhante à delas e dar ao ensino das Escrituras Sagradas a mesma dignidade que aquelas apresentam⁴⁶. Não conseguindo levar por diante esse projecto naquela cidade, transfere-o para a sua fundação monástica de Vivarium, na Calábria, para onde transporta também parte da sua biblioteca que alarga agora, com novas aquisições e com o trabalho dos próprios monges, na proposta de um ideal que é o de «enriquecer a inteligência entregando-se à leitura das divinas Escrituras e multiplicar pela escrita a palavra do Senhor...; pregando pelo trabalho das mãos, abrindo as línguas com os dedos, levando silenciosamente aos homens a vida eterna, combatendo pela pena e pela tinta as insinuações do demónio», sabendo que «ao lerem o seu livro nos lugares san-

tos, os povos aprendem a desviar-se dos seus próprios caprichos para se converterem ao serviço de Deus»⁴⁷. Com a derrocada das instituições civis provocada pela invasão de povos bárbaros, não será a rivalidade com a escola profana que estará em causa, mas a suplência dessa mesma escola. A opção pelas letras, no meio monástico, faz-se tendo em conta a sua instrumentalidade em ordem à procura de um conhecimento mais elevado que é o da ciência divina. Mais do que uma inovação completa, trata-se, sobretudo, de um reajustamento institucional daquilo que em tempos anteriores fora mais do foro de opção individual.

Importará, efectivamente, reter que a relação do monaquismo primitivo com o livro não é tanto uma relação construída de raiz, mas antes uma vivência herdada de uma cultura aristocrática em que os iniciadores e patronos desse mesmo monaquismo se movem. Firmado nessa experiência, o anacoreta serve-se do livro como apoio da sua contemplação ou como meio que lhe permite constituir um serviço e assim viver do seu próprio trabalho⁴⁸. Por seu turno, a actividade programada por Cassiodoro em Vivarium identifica-se com a de qualquer *scriptorium* tradicional e com a das escolas de matriz filológica e exegética helenístico-romana. Embora a sua actividade deva ser considerada de excepção, para aqueles tempos, qualquer mosteiro, por exíguo que fosse, não escapava, por certo, ao modelo aristocrático de cultura, onde o livro e o texto eram instrumentos habituais não apenas de uma vida espiritual, que se transferia do mundo dos homens para o mundo divino, mas também de uma vida em comum onde quer as relações internas entre membros de uma mesma comunidade quer as relações externas com patronos e dirigidos eram mantidas por referência ao que livro e texto representam e reclamam⁴⁹. As

⁴³ Quais as razões que terão levado Bento de Núrcia a procurar a vida monástica não será líquido determiná-las, ainda que não possa ter sido indiferente a própria situação eclesástica do seu tempo após a morte do Papa Atanásio II, em 498.

⁴⁴ Cf. J. DÉCARREAU, *Les moines et la civilisation en occident – Des invasions à Charlemagne*, Paris, 1962.

⁴⁵ GREG. In *Euangelia*, hom. 40,1 (PL 76, 1301); Santo António repete Gregório no prólogo aos seus *Sermões*, § 2.

⁴⁶ *Institutiones*, pref.; ed. MYNORS, Oxford, 1937, p. 3.

⁴⁷ *Ib.* I, 2, p. 76.

⁴⁸ Cf. GUGLIELMO CAVALLO, «Dallo «scriptorium» senza biblioteca alla biblioteca senza «scriptorium»», in *Dall'eremo al cenobio*, Milano, 1987, pp. 331-422.

⁴⁹ Cf. *Ib.* Coloca-se em contraponto, p. 338, Vivário e Castello Luculano, junto de Nápoles, dirigido por Eugípio, para salientar dois casos de configurações diferentes, mas correspondendo ao mesmo modelo de base.

experiências de Jerónimo ou de Rufino, tanto em Roma como na Palestina, apontam nesse sentido e afastam-se do primitivo monaquismo da Capadócia e do deserto da Tebaida que se postava como contracultura⁵⁰.

3. De qualquer modo, o interesse directo dos monges pelos livros, com intuito de transmissão, não está propriamente nos objectivos imediatos da instituição monástica. O monge serve-se de uma cultura em função de um objectivo que a ultrapassa e que não raro entra em tensão com ela⁵¹. Mas, se lhe interessa preservar uma *spiritualitas* que «uma apatia entorpecedora de estudo inútil» poderia pôr em causa, como denuncia Gilberto de Nogent⁵², o processo que preserva tem incidências que não deixam de reverter em favor dessa mesma cultura de onde parte e de lhe garantir continuidade e dinamismo. Isso acontece sobretudo em momentos de crise ou rupturas políticas, em que o monge acaba por ter função de suplência, já evocada, e aparecer como representante, involuntário mas real, do mundo que parecia ter abandonado e esquecido. As figuras de monges-bispos da Hispânia ocupada

pelos povos germânicos são bem expressivas dessa suplência. Martinho de Braga⁵³ ou Isidoro de Sevilha⁵⁴ representam-na cada um a seu modo, e cada um em contexto diferente, mas a continuidade da sua acção cultural e a memória da suas obras irá passar para outros agentes e para outros factores, pelo que a sua sorte se cruza com a do restante legado da tradição⁵⁵.

Se tomarmos como critério a continuidade, reconheceremos, com P. Lehmann, que o interesse directo e institucional do monaquismo pela cultura do livro surge, pela primeira vez, quando «os monges Teodoro e Adriano chegam do sul e dão um novo vigor à Igreja e à cultura em Inglaterra». Acentua o mesmo P. Lehmann: «Como Beda na sua *Historia Ecclesiastica gentis Anglorum* nos mostra, os anglo-saxões foram atraídos ao continente, não apenas para rezarem em santuários, mas também para fazerem aquisições de livros e estudarem as instituições monásticas quer directamente quer através da leitura. Os planos de Cassiodoro sobre bibliotecas e sobre o *scriptorium* ganham raízes firmes entre os anglo-saxões em torno do ano 700. A partir deste período passa a haver nos mosteiros e catedrais inglesas uma representação notória de

⁵⁰ FRIEDRICH PRINZ, *Ascesi e cultura. Il monachesimo benedettino nel Medioevo*, Bari, 1993, p. 8.

⁵¹ No *Dialogus inter Cluniacensem et Cisterciensem monachum*, o cisterciense lança em rosto ao seu interlocutor que na sua ordem se presta demasiada atenção aos autores profanos, nomeadamente aos poetas. A isso o cluniacense responde: «Libros gentiliū legere solemus ut per eorum lectionem maiorem sacrae scripturae intelligentiam nobis comparemus, quia, sicut tibi notum est, sacra lectio et oratio in nostro ordine sibi inuicem succedunt: de lectione itur ad orationem, ab oratione reditur ad lectionem. Et sicut vester ordo est activus, quia elegit sibi iustum laborem cum Martha, ita noster ordo est contemplativus, quia elegit sibi sanctum ocium cum Maria». Cf. R. B. C. HUYGENS, ed., *Le moine Idung et ses deux ouvrages: «Argumentum super quatuor questionibus» et «Dialogus duorum monachorum»*, Spoleto, 1980 (cap. I, 5 = 1574). A remissão do editor chama a atenção para a autoridade que está na base, Jerónimo, Ep. 107, 9: «orationi lectio, lectioni succedat oratio».

⁵² «Tunc demum inutilis studii marcente socordia..., spiritualitate recepta, ad exercitia commodiora perueni: coepi igitur... Scripturarum commentis intendere», *De uita sua*, I, 17 (PL 156, 874 B); cit. ap. JEAN LECLERCQ, *Umanesimo e cultura monastica*, Milão, 1989, p. 95.

⁵³ ARNALDO M. ESPÍRITO SANTO, *A recepção de Cassiano e das Vitae Patrum – Um estudo literário de Braga no séc. VI*, Lisboa, 1993 (diss. doutoramento) põe em relevo aspectos significativos do ambiente de Braga e o seu aproveitamento por parte de Martinho, cuja formação é aqui estruturada. Pela nossa parte, chamámos a atenção para a própria figura de Pascásio de Dume, habitualmente considerada como secundária face à de Martinho, em razão do seu prefácio aos *Apophtegmata Patrum*; cf. AIRES A. NASCIMENTO, «Um eco de Plínio, o Jovem, em Pascásio de Dume», *Theologica*, 2ª ser. 28, 2, 1993, 339-342.

⁵⁴ Além de J. FONTAINE, *Isidore de Séville et la culture classique dans l'Espagne wisigothique*, Paris, 1959, cf. a introdução de M. C. DÍAZ Y DÍAZ a *San Isidoro de Sevilla, Etimologías*, Madrid, 1982.

⁵⁵ Bastará levar em conta que as suas obras se transmitem sobretudo a partir de centros não hispânicos, ainda que, obviamente, daí tenham saído.

obras literárias profanas»⁵⁶. Independentemente de movimentos de refluxo, e quaisquer que sejam as cautelas que os orientadores pedagógicos acentuem, os autores clássicos nunca mais perderão o direito a figurarem ao lado da *sacra pagina*. Sinal desse convívio continuado pode ser reconhecido num poema dedicado por Alcuino, no século imediato, à igreja de York, quando enumera uma lista de autores em que se incluem Vergílio, Lucano, Estácio, Justino, Plínio, Cícero e vários gramáticos⁵⁷. «Pelo menos desde os anos oitenta do séc. VIII, os mosteiros da Europa central e meridional foram assumindo, na prática, e cada vez mais, que um monge beneditino tem de combinar oração e canto na igreja com o trabalho de *scriptorium*, estudo na biblioteca e ensino na escola»⁵⁸.

Sem exagerar os méritos da intervenção monástica, há que reconhecer que, independentemente das limitações e deficiências que se possam apontar, a continuidade da tradição literária da antiguidade

romana nunca teria sido possível, ou pelo menos não teria sido igual, se não tivesse havido uma dúzia de comunidades monásticas que prestaram atenção aos seus textos.

A reconstituição das bibliotecas dessas instituições é tarefa de não pouco melindre e de não menor dificuldade⁵⁹. Apontam-se como casos cimeiros os *scriptoria* e bibliotecas de Reichenau, Tours, Fleury, Fulda, Saint-Gall, Bóbio, Monte Cassino, Silos, Ripoll, entre outras⁶⁰ que iniciam e, em muitos casos, sustentam, por largo tempo, um processo que garante a recolha, fixação e divulgação de textos. Escapam-nos muitas vezes as vicissitudes desse processo, mas seria excessivo, ou mesmo erróneo, tomar a quantidade dos elencos por uso efectivo, sem atender à progressão e ao sentido da acumulação e sem levar também em linha de conta o evoluir da própria relação com a biblioteca criada no interior das instituições⁶¹. Por limitada que fosse uma e outra, é facto que houve continuidade; se se verificaram

⁵⁶ P. LEHMANN, «The Benedictine Order and the transmission of the literature of the ancient Rome in the Middle Ages», *Downside Review*, 1953, pp. 408 ss. (= *Erforschung des Mittelalters*, III, p. 173-183). Para que a afirmação não fique genérica, recorde-se, como acentua o mesmo autor, que, por exemplo, o manuscrito de Tito Lívio, escrito em Itália no séc. V e agora em Viena, chegou a Inglaterra no séc. VII/VIII e foi então levado por missionários anglo-saxões para a zona de Utrecht e no séc. IX levado para Lorsch. Foram os beneditinos anglo-saxões quem preparou o renascimento carolíngio, através dos ideais de cultura literária que se reflecte em personalidades como Bonifácio e Alcuino.

⁵⁷ *De laude Eboracensis eccl. in MGH, poet. carol.* I, 203.

⁵⁸ P. LEHMANN, *ib.*

⁵⁹ Os catálogos, efectivamente, não são apenas escassos como não correspondem a critérios que hoje esperaríamos, tanto por ausência de sistematização como de exaustividade de textos e informação relativamente aos exemplares em depósito ou em empréstimo. Cf. ALBERT DEROLEZ, *Les catalogues de bibliothèques*, Turnhout, 1979. Apesar de tudo, não há que excluir modos de estruturação nos repertórios de bibliotecas; cf. AIRES A. NASCIMENTO, «Livros e claustro no séc. XIII em Portugal: o inventário da livraria de S. Vicente de Fora, em Lisboa», *Didaskalia*, 15, 1985, 229-242. Como modelo na reconstituição de um ambiente cultural, a partir de elementos escassos ou dispersos, cf. M. C. DIAZ Y DIAZ, *Libros y librerías en la Rioja altomedieval*, Logronho, 1991 (1ª ed. 1979).

⁶⁰ Cf. GUSTAVUS BECKER, *Catalogi Bibliothecarum Antiqui*, Bona, 1885; KARL CHRIST, *The Handbook of Medieval Library History*, tr. THEOPHIL M. OTTO, Metuchen / London, 1984. Para Saint-Gall, veja-se o recente trabalho de conjunto, subscrito por diversos especialistas (entre eles Walter Berschin, «La culture de l'écriture», «La littérature latine», PETER OCHSENBEIN, «L'enseignement et l'étude» e JOHANNES DUFT, «Moines et manuscrits irlandais à Saint-Gall»), in WERNER VOGLER (ed.), *L'Abbaye de Saint-Gall: Rayonnement spirituel et culturel*, Lausanne, 1991. Recorde-se que dos 530 códices em pergaminho que se conhecem ter pertencido a Saint-Gall, 470 se encontram na actual biblioteca abacial. A primeira lista de manuscritos da Abadia feita para indicar os *libri scotice scripti*, contém entre as suas obras um antigo Vergílio e três obras de poesia cristã (Cod. Sang. 728, fl. 4). Para Ripoll, vale ainda R. BEER, *Die Handschriften des Klosters Santa Maria de Ripoll*, Viena, 1907; atenda-se também às reflexões de M. C. DIAZ Y DIAZ, «El monasterio de Ripoll y la transmisión de la cultura clásica», *Boletín del Instituto de Estudios Helénicos*, 2, 1968, 5-12. Em perspectiva mais global, cf. B. BISCHOFF, «Scriptoria e manoscritti mediatori di civiltà dal sesto secolo alla riforma di Carlo Magno», in *Settimane di studio del Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo: XI — Centri e vita di irradiazione della civiltà nell'alto Medioevo*, Spoleto, 1964, pp. 479-504.

⁶¹ Mais documentado nuns casos que noutros até pelo conhecimento que se vai tendo dos códices que pertenceram a essas instituições e se recuperam figuras intervenientes na constituição das suas bibliotecas; cf. G. CAVALLLO, *loc. cit.*

inflexões de uso, muitas vezes elas eram de crescimento; se ocorreram perdas, boa parte das vezes terá havido alargamento do universo de leitura; se hoje temos fundos menos largos que noutros tempos é também porque os livros circularam e saíram das bibliotecas.

Partindo da correspondência funcional dos livros, podemos reconhecer que em todos esses mosteiros há interesses mais ou menos marcados e se constitui uma hierarquização: com alargamento na base de uma pirâmide estão os livros bíblicos, seguidos dos comentários patrísticos, vindo depois as hagiografias, os regulamentos institucionais e outra legislação de carácter geral; num segundo patamar, teremos de pôr os tratados de gramática e de apoio escolar, os textos literários, as obras científicas, eventualmente, os compêndios de carácter pragmático (livros de cântico, de música, de medicina, de agricultura, etc.)⁶². Em casos específicos, como em Bóbio, no séc. IX, encontramos assinalada a existência de obras tão representativas de cultura profana como as comédias de Terêncio, os poemas de Ovídio, Lucano, Juvenal, Pérsio, Marcial, Lucrécio. Deveremos, naturalmente, perguntar-nos se estamos perante casos isolados ou se é lícito prefigurar a existência de uma comunidade textual que mantém contactos abundantes e frequentes para criar um clima de homogeneidade cultural. A resposta terá de ser que os dados existentes apontam para a não exclusão de um tipo de cultura representado pelas obras tradicionais, mas o monge não centra sobre elas o seu ideal.

Por outra parte, importa também sublinhar que, se há uma cultura monástica derivada de uma fre-

quência de leitura apoiada nos textos patrísticos, não há propriamente um programa de formação monástica preciso e previsto⁶³, pelo que, se existe algum dirigismo nesse domínio, ele tem lugar sobre a formação escolar de base, e apenas quando o mosteiro é levado a suprir uma formação que, em princípio, e na maior parte dos casos, se considera adquirida no mundo, quando se toma a decisão da *conversio*⁶⁴. O objectivo específico da formação monástica, por natureza própria, não era constituir uma formação literária, mas «preparar para uma relação directa com a Sagrada Escritura, dispor para ler, despertar o amor e o interesse por essa leitura e, pelo *studium lectionis*, incutir o gosto por uma intimidade familiar com ela. O resultado seria, pois, uma cultura pessoal, mais espiritual que intelectual, sem que isso fosse resultado de «estudos» propriamente ditos»⁶⁵. No entanto, não há que desmerecer dos hábitos assim criados.

Não é fácil ultrapassar os elencos de catálogos ou listas de leituras para ajuizar do uso se não quando os monges de um qualquer mosteiro se tornam eles próprios autores de textos e nestes se pode reconhecer o recurso a autoridades colhidas em obras que terão compulsado na biblioteca da sua instituição⁶⁶. Que, por exemplo, na biblioteca de Santa Cruz de Coimbra existam cartas de S. Jerónimo, não significa que elas se tenham tornado elemento de leitura; a conclusão impõe-se pela positiva para um tempo determinado quando reconhecemos que a *Vita Theotonii*, escrita por um cônego regular desse mosteiro pouco depois da morte do santo (c. 1165), se serve de algumas delas de forma intensiva⁶⁷. A presença do *De animalibus* de Aristó-

J. DUFOUR, *La bibliothèque et le scriptorium de Moissac*, Genève / Paris, 1972; ID., «La composition de la bibliothèque de Moissac à la lumière d'un inventaire du XVII.^e siècle nouvellement découvert», *Scriptorium*, 35, 1981, 175-226. Note-se que a designação de *scriptorium* na cultura ocidental aparece, pela primeira vez, referido a Saint-Gall. Só no séc. IX se documentam termos como *bibliothecarius*, *librarius*, *armarius*, numa afirmação evidente de uma relação institucional com o processo do livro.

⁶² Cf. E. LESNE, *op. cit.*, p. 24 ss.

⁶³ J. LECLERCQ, «Gli studi nei monasteri dal XI al XII secolo», *Umanesimo e cultura monastica*, Milano, 1989, p. 93-106.

⁶⁴ Não é, por certo, pouco significativo que um testemunho do séc. XI e originário da abadia beneditina de Zwiefalten tome como base da formação gramatical o texto da *Institutio oratoria* de Quintiliano; cf. ID., *ib.*

⁶⁵ J. LECLERCQ, *ib.*; J. MATTOSO, «A «lectio divina» nos autores monásticos da Alta Idade Média», *Studia Monastica*, 9, 1967, 167-187; SIMONE ROISIN, «Réflexions sur la culture intellectuelle en nos abbayes cisterciennes médiévales», in *Mélanges d'Histoire offerts à Leon Van Der Essen*, Bruxelles, 1947, pp. 245-256.

⁶⁶ J. LECLERCQ, «Dos testimonios sobre la función de los libros», in *Espiritualidad occidental*, Salamanca, 1967, pp. 175-216.

⁶⁷ Cf. AGOSTINHO FIGUEIREDO FRIAS, *De signis pulsandis: Leitura hermenêutica de Santo António de Lisboa e Frei Paio de Coim-*

teles nos sermões de S.to António é, por outra parte, indício da existência desta obra naquela mesma instituição em momento bastante precoce da difusão daquele texto⁶⁸.

O levantamento de fontes clássicas nas obras dos autores monásticos permite reconhecer quanto a presença de leituras antigas ou recentes se mantém activa na memória e não é um juízo moral (em nome de valores comportamentais) ou teológico (por motivos religiosos), ainda que de sinal negativo, que implica a sua rejeição, embora não possa ser esquecido como advertência. Com surpresa, se toma conhecimento de que um dos livros distribuídos no início da quaresma em Cluny foi a obra de Tito Lívio e que Henrique de Pomposa, por exemplo, se serviu de passos da Bíblia tão marcados como imprevistos para argumentar em favor dos autores pagãos: «Quanto a associar a verdade divina e as páginas dos Livros Santos com os textos dos autores pagãos plenos de fábulas e de erros, devemos responder com as palavras do Apóstolo de que na casa de um poderoso não há apenas vasos de ouro e de prata, mas também vasos frágeis». A explicação do seu cronista é, por seu lado, de grande largueza: «Ele procedia deste modo para que qualquer um tivesse motivo para se satisfazer e exercitar a sua própria inteligência». E, em confirmação, continua: «Não disse a própria Verdade que

na casa do Pai há muitas moradas? Cada qual encontrará a sua felicidade na medida em que se tiver santificado. Do mesmo modo, os escritos dos pagãos servirão para edificar se forem compreendidos com intenção pura». A conclusão não poderá deixar de conter alguma restrição, mas não implica juízo desfavorável: «Que outra lição nos dão esses autores pagãos senão que o fausto do mundo é nada?» Quaisquer que sejam as razões de fundo (e, ao explicitá-las, o monge não pode deixar de confrontar-se com a fidelidade ao seu projecto de vida espiritual), não é pouco que no interior de um mosteiro se advogue a presença de autores profanos, que seria fácil esquecer, e se conclua: «Por isso o Apóstolo diz ainda: Para aqueles que amam a Deus tudo concorre para seu bem»⁶⁹.

5. Situado entre a rejeição e a admiração, o monge não hesitará em admitir a ascese transfiguradora que lhe permite o método alegórico como modo integrador e que está atestado nos comentários que se vão sucedendo, a ritmo cada vez mais rápido ao longo dos séculos de ensino universitário⁷⁰. Mas o equilíbrio tem de ser julgado também dentro do sistema de leituras possível na regulamentação da vida monástica.

Um texto, quando existe na biblioteca do claustro, é acessível, mas não de forma arbitrária e indiscri-

bra, Porto, 1994 (Dis. Mestrado apresentada à Fac. de Letras do Porto), onde se apresenta a edição da *Vita Theotonii* com o elenco de reminiscências textuais, boa parte delas derivadas das cartas de S. Jerónimo.

⁶⁸ Isso mesmo acaba de ser posto em relevo no Congresso Internacional comemorativo do 8º centenário do nascimento do nosso santo, pela análise convergente de Jacqueline Hamesse et de Agostinho F. Frias. Se tivermos em conta que é comumente aceite que a tradução de Miguel Escoto é realizada em Toledo no ano de 1220, teremos que admitir que Santa Cruz de Coimbra estava em condições de receber o texto através das relações que, sobretudo por motivos de relações eclesásticas, existiam entre as duas dioceses, mas teremos provavelmente que conjecturar também que, naquele contexto, um «tradutor» não era senão o termo final de uma série de ensaios. Cf. J. HAMESSE et M. FATTORI, *Rencontres de cultures dans la philosophie médiévale: Traductions et traducteurs de l'Antiquité tardive au XIV^e siècle – Actes du Colloque international de Cassino, 15-17 juin 1989*, Louvain-la-Neuve / Cassino, 1990.

⁶⁹ J. LECLERCQ, *Initiation aux auteurs monastiques du Moyen Âge – L'amour des lettres & le désir de Dieu*, Paris, 1957, p. 121. A entrega do manuscrito de Tito Lívio em Cluny é referida por A. WILMART, «Le couvent et la bibliothèque de Cluny vers le milieu du XI^e siècle», *Revue Mabillon*, 1921, p. 94, n. 54.

⁷⁰ Tenha-se em conta o *Catalogus translationum et commentariorum* de P. O. Kristeller e seus colaboradores. Faltará indagar qual o envolvimento de autores monásticos e do seu público mais imediato nestes comentários. A frequência do ensino universitário por parte de uma parte não desprezível dos monges torna admissível a hipótese de que também os claustros mais tradicionais (ao lado dos novos espaços criados pelas ordens recém criadas, e onde podemos encontrar nomes de comentadores como o de Nicolau Trivet – cf. NICOLAS TRIVET ANGLICO, *Comentario a las Bucolicas de Virgilio*, estudio e edición crítica por AIRES A. NASCIMENTO y J. M. DÍAZ DE BUSTAMANTE, Santiago de Compostela, 1984) não eram alheios a esta dimensão.

minada⁷¹; a leitura é possível, mas apenas previsível quando faz parte de actos comunitários. Existem, assim, diversas situações de conjunto que enquadram o uso do livro. Há uma leitura colectiva, na igreja, no refeitório, no capítulo e no claustro. Há outra partilhada em grupo, cabendo nesse caso, inclusive, a possibilidade de requerer explicação para algum passo não compreendido⁷². Há outra ainda que é de carácter individual, em que entram opções pessoais; assim julgamos interpretar os conselhos ministrados para que se evitem certas leituras (de autores pagãos e de hereges: Isidoro, *Sent.* 3, 13, 1-3 e 11) e assim haverá que entender as recomendações feitas nas *Regras* para não perturbar o silêncio durante o descanso comunitário, se porventura algum dos monges pretender entregar-se à leitura ou ainda quando se salientam as vantagens da leitura silenciosa (*ib.*, 3, 14, 8).

Atendendo à diversidade de textos que existem nos fundos das bibliotecas monásticas e tendo em conta a sua relação com os objectivos das instituições e as actividades por elas pressupostas, cremos possível distinguir vários núcleos de leituras:

a) *leitura oficial*, correspondente à *lectio divina*, constituída sobre os textos que se dirigem especificamente à celebração do ofício divino e à formação espiritual, como são os textos bíblicos, os comentários patrísticos, as obras dos mestres de espiritualidade⁷³;

b) *leitura escolar ou instrumental*, que atende ao estudo como objectivo e ocupa um lugar alternativo ao trabalho, a tal ponto que nas *Excerptiones Patrum* (obra durante algum tempo atribuída a Beda), aparece considerada como alternativa ao trabalho corporal e mais difícil do que ele⁷⁴;

c) *leitura recreativa*, deixada à iniciativa individual, facultativa e própria para os tempos de ócio, sobre a qual, na consagração da *Regula Isidori* (cap. 5), tem prevalecimento a necessidade do trabalho⁷⁵;

d) *leitura transgressiva*, que, sendo ou não furtiva, é minimamente caucionada, pois só a condescendência relativamente a ela permite explicar a existência de textos que reputaríamos, de alguma maneira, marginais, por não corresponderem à finalidade específica da instituição monástica ou por estarem mesmo em oposição aos seus objectivos, e que, por

⁷¹ O *Costumeiro de S. Rufo*, guardado pelo mosteiro de Santa Cruz, por exemplo, prevê que o sacristão-mor guarde os livros «à chave (*in conclave*), excepto alguns poucos que sejam necessários para o coro, e os distribua aos irmãos, não fora de horas, mas no momento oportuno» (*Liber ecclesiastici et canonici ordinis in claustro Sancti Ruphi tempore Lethberti Abbatis institutus*, Porto, Santa Cruz, Cod. 74, fl. 138). Jacques de Vitry (*Historia occidentalis*, I, 1, c. 15) observa que no séc. XIII os cistercienses reservam uma hora para entretenimentos espirituais (*collocutiones* ou *collationes*).

⁷² Desde as origens, a *collatio*, que há que entender como «conferência» ou «conversação», era considerada como complemento da *lectio* e nela havia lugar para o esclarecimento do texto da Escritura ou dos seus comentadores. Não raro esse esquema se tornou base de obras escritas. Cf. J. LECLERCQ, «La récréation et le colloque dans la tradition monastique», *Revue d'Ascétique et de Mystique*, 53, 1967, 3-20.

⁷³ Cf. D. PH. SCHMITZ, «Les lectures du soir à l'Abbaye de Saint-Denis», *Revue Bénédictine*, 44, 1932, 147-149; DONATELLA NEBBIAI-DALLA GUARDA, «Les listes médiévales de lectures monastiques: contributions à la connaissance des anciennes bibliothèques bénédictines», *Revue Bénédictine*, 96, 1986, 271-326. Nas dotações para a fundação de mosteiros, a referência a livros é habitual, mas frequentemente é genérica. Não raro se faz menção de «libros spirituales», como a doação feita pelo bispo Oveco de León, em 24 de Maio de 950, aos monges de San Juan de Vega, nos quais se incluem: «Vitas Patrum, Beati Ephrem, beati Prosperi, Sententiarum beati Isidori et Synonima eius, Sententiarum beati Gregorii, liber domini Fulgentii et scepra Augustini, liber Collationum et liber homiliarum». As dotações são mais ou menos alargadas: 26 livros, num documento de 853; 38, em 864. Os livros dividem-se por categorias: livros litúrgicos, livros bíblicos, livros espirituais, livros eclesiásticos. Cf. ANTONIO LINAGE CONDE, *Los orígenes del monacato benedictino en la Península Ibérica*, León, 1973, pp. 429 ss. Não parece de supor menos a existência de livros jurídicos como instrumentos de trabalho e de consulta; cf. J. MATTOSO, *loc. cit.*

⁷⁴ PL 94, 544: «Frequens lectio et quotidiana meditatio plus laborare solet quam labor corporis».

⁷⁵ Tem esta categoria sido objecto de menos atenção, mas não é menos de considerar se quisermos não deixar de lado elementos bibliográficos que supõem uma distensão de leitura sem lhe negarmos uma dimensão espiritual. Um texto como o «libellus de uirginitate Sanctae Mariae» de S.to Ildefonso de Toledo, ou as colecções de milagres e contos eram certamente objecto de leitura de edificação antes de serem elementos de pregação.

não serem clandestinos, teremos de considerar como «reservados» quanto ao uso⁷⁶.

A entrada de textos pertencentes a essa última categoria não estava certamente prevista, mas também não era explicitamente excluída, na medida mesma em que os próprios monges carregavam consigo experiências anteriores e o mosteiro recebia doações ou, por motivos diversos, se tornava fácil ou necessário ir buscar ou acolher livros do exterior, sobretudo quando a formação monástica procurava complemento em instituições escolares universitárias⁷⁷.

Assim, por mais estranhos que nos pareçam os poemas goliárdicos em ambientes de claustro, eles encontram-se nos manuscritos provenientes de bibliotecas monásticas e, dentro de uma grande liberdade de espírito, poemas como os de Ovídio ficavam à disposição dos monges medievais ou eram procurados para tal efeito⁷⁸. Não valerá a pena invocar sentido de tolerância para tanto porque existe um processo de espiritualização que reorienta, segundo valores mais elevados, as realidades humanas e, de elementos secundários, retira motivo para outros empreendimentos⁷⁹.

A atenção a certos textos é-nos revelada por dependências que, nalguns casos, podemos situar com não pouco pormenor e relacionar com aspectos particulares da acção de um monge medieval. Em Bernardo de Claraval, por exemplo, a influência do *De amicitia* de Cícero está atestada para vinte e cinco passos do seu tratado *De diligendo Deo*, em nove cartas, uma das quais, pelo menos, pode ser datada de 1124, e também nos sermões *Super Canticum*. Considera-se, por outro lado, que Bernardo terá sido levado a dar atenção a este texto pelo facto de o seu adversário Abelardo o ter utilizado na sua *Introductio in theologiam*. Ora, qualquer que tenha sido o motivo que haja conduzido a essa leitura, e quaisquer que tenham sido os factores complementares que hajam fixado o claravalense nesse texto (nomeadamente o facto de ter percebido que havia coincidência de Cícero com Agostinho e Ambrósio), interessa sublinhar que Bernardo⁸⁰ não se limita a citar o autor pagão, mas o transforma, dando-lhe um prolongamento que envolve superação depois de ter admitido a sua autoridade. Como sintetiza J. Leclercq, «Bernardo não se limita nunca a copiar um autor; inspira-se nele e dá-lhe prolon-

⁷⁶ Exemplo concreto deste núcleo serão os cancioneiros profanos, como o dos *Carmina Burana* ou dos *Amatoria carmina Ripuipullensia* cujo testemunho conhecido se encontra já registado em catálogo de 1047 da biblioteca do mosteiro de Ripoll; cf. JOSÉ-LUIS MORALES, ed. *Cancionero de Ripoll (anónimo)*, Barcelona, 1986. A transgressividade está bem patente no expediente de escrever títulos ao revés (MACIMADA POR AD AMICAM). A localização de Ripoll e os seus contactos com centros como Remiremont estão sem dúvida na origem destes textos, qualquer que seja a origem de tais divertimentos.

⁷⁷ Nalguns casos ficam expressas as circunstâncias em que a aquisição foi feita: lugar, proprietários anteriores, preço e comprador; é mais difícil decidir se um simples nome não está confirmado por outras fontes representa um particular que se desfez da sua bagagem pessoal em favor do mosteiro.

⁷⁸ J. LECLERCQ, «Un autre maître en l'art d'aimer: Ovide», in *L'amour vu par les moines au XII.^e siècle*, Paris, 1983, 69-93. As razões são de vária ordem e prendem-se certamente com o facto de algumas facetas de Ovídio justificarem o acesso que outras, se isoladas, levariam a excluir. Haverá, efectivamente, que reconhecer a existência de vários Ovídios, científico, retórico, moralista e erótico; nenhum deles, sublinha J. Leclercq, existe em estado puro e admissão de um deles acarreta que algum dos outros seja submetido a leituras mais conformes com a carga do próprio leitor do que com o conteúdo real dos seus poemas. Daí a proliferação de comentários conhecidos por *Ovidius moralizatus*, não sem que se exercesse alguma censura, que levava a interpolações ou supressões, ou a recomendações explícitas para evitar a leitura de poemas amorosos (como faz Alexandre Neckham), ou também a sobrepor-lhe um sentido alegórico e a constituir-lhe uma refutação, como acontece com Guillaume de Saint-Thierry, no *De natura et dignitate amoris* (PL 184, 381).

⁷⁹ A lição podia ser tomada da Escritura: *Rom.*, 8, 1: «nihil ergo nunc damnationis est his qui sunt in Christo Iesu qui non secundum carnem ambulant»; *Rom.*, 8, 28: «diligentibus Deum omnia cooperantur in bonum». No caso de Ovídio, os seus poemas terão levado a redescobrir o *Cântico dos Cânticos*.

⁸⁰ Importará ter presente que os contemporâneos consideravam Bernardo de Claraval como alguém suficientemente instruído nas letras profanas. Pedro, o Venerável, Abade de Cluny, assim o declara: «Noui enim te eruditione saecularium, et quod est longe utilius scientia diuinarum litterarum instructum pariter et ornatum» (*Ep.* 28; cf. G. CONSTABLE, Cambridge Mass., 1967, p. 53). Vid. BIRGER MUNK OLSEN, «The Cistercians and classical culture», in *La réception de la littérature classique au Moyen Âge (IX.^e-XII.^e siècle)*, Copenhague, 1995, 95-131.

gamento; interpreta-o, e, se necessário, cristianiza-o. Por exemplo, a palavra «caritas» encontrava-se já em Cícero; mas dado que estava também no Novo Testamento, Bernardo não tinha que ficar na dependência daquele. Outra coisa acontecia com a ideia de amizade que ultrapassa as barreiras sociais para criar igualdade entre os que são de condição inferior e superior. Bernardo toma esse tema e transforma-o, indo mais além na mesma direcção: a amizade não torna dois seres apenas «iguais», mas «um só». Quando se trata do fundamento da amizade, à «virtude» ciceroniana substitui «o amor de Deus», o que corresponde a que um conceito pagão dá lugar a uma realidade cristã⁸¹. Um discípulo de Bernardo, Elredo de Rievaulx (1110-1167), levará mais longe a sua dependência daquele autor latino, ao compor um tratado sobre a *Amizade espiritual*⁸². A leitura de um texto é assim um fenómeno de incidências e consequências múltiplas, nem sempre fáceis de perceber ou determinar.

Recorde-se ainda que certos textos foram introduzidos em ambiente monástico e aí conservados sob versão marcada por essa perspectiva espiritualizante. Teremos, por vezes, que deduzi-la do enquadramento codicológico que já de si orienta a leitura. Para darmos apenas um exemplo, de experiência pessoal, recordaremos o caso do resumo de um conto de cavalaria, conhecido pelo nome da personagem principal Guido de Warwick, lançado, provavelmente na primeira metade do séc. XV, no final de um antigo *Leccionário do Ofício* do mosteiro

de Alcobaça. O resumo reduz ao mínimo as aventuras do cavaleiro e acentua apenas a parte edificante e de vida eremítica do herói. Mas, muito embora possamos suspeitar que esta versão do conto chega já em redacção definitiva aos monges de Alcobaça, temos de admitir que ela nasce em ambiente monástico mediante conhecimento pleno da versão integral⁸³.

Sublinhe-se também que não é fácil interpretar o mundo que se esconde por trás de elementos escassos ou fragmentários de fundos monásticos⁸⁴. Somos hoje mais cautelosos que em outros tempos para não atribuímos intenção censória a intervenções como as que levaram ao desmembramento de códices para recuperação de materiais a serem de novo usados⁸⁵. Precisaremos ainda de recuperar o sentido da leitura que levava os monges de outras eras a manterem uma ligação estreita com os instrumentos de cultura do seu tempo sem porem em causa a fidelidade ao seu projecto de base.

Uma coisa e outra fazem parte dessa cultura e merecem que elas se não esqueçam em nome da isenção de análise de situações e do reconhecimento dos agentes que intervêm nos dados que nos chegam. «Ao lado de todos esses livros do saber e da grande massa de livros destinados a alimentar a devoção (meditação espiritual, oração, vidas de santos), os livros destinados à diversão não são certamente os mais numerosos. Um certo carácter furtivo paira sobre os textos que saem do cânone ou dos géneros que, quando nascem, não é

⁸¹ J. LECLERCQ, *L'amour vu par les moines....*, p. 70; onde se remete para o estudo de R. GELSOMINO, «S. Bernardo de Chiaravalle e il «De amicitia» de Cicerone», *Analecta Monastica*, Roma, 43, 1958, 180-186, que constitui base de referência. O procedimento não é diferente daquele que tiveram, a seu tempo, os próprios tradutores da *Septuaginta* ao fixarem uma linguagem bíblica ou que defenderam Padres da Igreja como Orígenes, Basílio, Jerónimo e Agostinho perante os autores da antiguidade.

⁸² *De spirituali amicitia*, ed. J. Dubois, Paris, 1948.

⁸³ Remetemos para os nossos ensaios «Guido de Warwick, *historia latine exarata*: um epígono de romance de cavalaria, entre os monges de Alcobaça», in *Medioevo y Literatura – Actas del V Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, ed. Juan Paredes, Granada, 1995, pp. 447-461, ou também «Leitura de príncipes: Gui de Warwick, um romance de cavalaria na corte de Avis», *Oceanos*, 17, Março, 1994, 58-64.

⁸⁴ Valerá a pena reter de J. Leclercq a hipótese de que a presença de Ovídio nos claustros possa ter sido introduzida de modo mais ou menos clandestino e tenha aumentado com as proibições oficiais, ou, em contrapartida, que estas proibições revelem já uma situação que ninguém consegue já controlar. As reminiscências são mais difíceis de determinar que as referências explícitas, mas implicam maior adesão e são-lhes anteriores. Cf. *loc. cit.* p. 78.

⁸⁵ O elenco de palimpsestos é hoje um mundo de trabalho com contornos relativamente precisos e sabe-se que a substituição tanto podia ser feita sobre texto de carácter profano como religioso; os factores eram mais de conveniência do que de intenção eliminatória.

costume copiar nem conservar. As mais antigas poesias profanas (e romances) em latim, as mais antigas poesias em língua francesa foram conservadas por obra do acaso, nas margens ou nos fólios deixados em branco num manuscrito. Só mais tarde se constitui um novo cânone que lhes dá estatuto literário e os torna aptos a serem conservados em recolhidas cuidadas que respondem à procura de um novo público»⁸⁶.

Em inúmeros casos, somos devedores aos monges desses deslizes providenciais que, entrando pela transgressão, recolhem um mundo menos sistemático e lhe dão oportunidade de se afirmar como cultura. Não é isto certamente o que de mais específico podemos lançar à conta desses homens que, abandonando o mundo por amor de Deus, a esse mesmo mundo devolveram o registo místico das suas próprias experiências, o qual constitui não raro expressão literária de elevado nível. Mais do que outros, os monges sentem e vivem toda a diferença que existe entre os pólos mais afastados das realidades abertas ao homem (a convulsão da carne e a comunhão com Deus) na sublimação mística do

claustro. As letras não são para eles simples adorno, mas mediação da Palavra, Verbo de Deus, nos dois movimentos de descida e de subida, revelados na escada de Jacob (Gen. 28, 12). Se o monge prefere ler mais no coração que nos livros, como em algum momento aconselhava Bernardo de Claraval⁸⁷, tal como este, não esquece que a ciência das letras embeleza a alma, lhe dá possibilidade de optar com conhecimento esclarecido e transmiti-lo também aos outros homens⁸⁸. Por outra parte, se, como indicara S. Paulo, o monge sabe que as letras sagradas servem para ensinar, convencer, corrigir e dar base sólida à sua actuação pessoal, de tal modo que o homem consagrado a Deus atinja a perfeição em tudo o que fizer depois de se ter instruído no que deve fazer⁸⁹, nem por isso ele esquece as letras profanas, na certeza de que também elas reflectem a verdade divina e a ela conduzem. Nem nos causa perplexidade que um autor anónimo do séc. XIII anteponha ao objectivo da ciência o da fruição espiritual⁹⁰. A cultura ocidental deve também ao espírito monástico esta atitude admirativa, que é o princípio do humanismo.

⁸⁶ PASCALE BOURGAIN, «L'utilisation des manuscrits», *Préfaces – Dossier: Le livre manuscrit*, I I, Janvier-Février, 1989, 80-83.

⁸⁷ BERNARDO, *Epist.*, 8, 8: «Considero, meus irmãos que lestes no livro da experiência, no vosso coração sobretudo e não tanto em qualquer manuscrito».

⁸⁸ *Sup. Cant.* 37, 2: «non dico contemnendam scientiam litterarum quae ornat animam et erudit eam et facit ut possit etiam alios erudire».

⁸⁹ *Ad Tim.* 3, 16-17: «ab infantia nosti quae est in Christo Iesu omnis scriptura diuinitus inspirata et utilis ad docendum, ad arguendum, ad corrigendum, ad erudiendum in iustitia, ut perfectus sit homo Dei ad omne opus bonum instructus».

⁹⁰ Cf. cit. supra: «Si ad legendum accedat, non quaerat scientiam sed saporem».

os Beneditinos na Europa

Iº CONGRESSO INTERNACIONAL
23 A 26 DE NOVEMBRO DE 1995
SANTO TIRSO

O COSTUMEIRO DE POMBEIRO* normas e costumes dos beneditinos no século XIII

Joana Lencart

1. A Regra de S. Bento e a influência de Cluny

Nos finais do século XI, o monaquismo ibérico, com a sua diversidade, sofre uma alteração, ao ser confrontado com um novo tipo de vida religiosa completamente diferente: o monaquismo cluniacense. As transformações na vida monástica são várias: desaparecem os antigos costumes nos mosteiros mais importantes; extinguem-se os mosteiros familiares. A nova observância dá um novo impulso à vida em comunidade. Os pilares fundamentais em que assenta a *Regra de S. Bento*, difundida pelos cluniacenses, são: *Ora et Labora* que levam a comunidade a empenhar-se, então, na solenização do culto e na profusão de manifestações litúrgicas, na melhoria do nível de vida com uma melhor alimentação e mais comodidades no vestir e no mobiliário, numa maior actividade económica, em ter edifícios mais cuidados a nível artístico, etc.

A Península terá sido a última região da Europa a adoptar o sistema da regra única, numa época em que o monaquismo ocidental observava há muito a *Regra de S. Bento*. A inserção no movimento europeu deu-se somente no século XI, quando se procurava alcançar maior uniformidade religiosa¹. As características essenciais da *Regra de S. Bento* reflectem bem o espírito do seu fundador: a procura incessante de Deus, uma vontade firme, uma energia equilibrada pela doçura e paciência, uma sensibilidade profunda apoiada numa compreensão mais humanizada da alma humana, uma ternura paternal com os seus monges e a discrição. Para S. Bento, o mosteiro é uma escola onde o monge aprende a

* O *Costumeiro de Pombeiro* foi publicado em Lencart, Joana – *O Costumeiro de Pombeiro – uma comunidade beneditina do séc. XIII*, Lisboa, Estampa, 1997.

¹ MATTOSO, José – *A introdução da Regra de S. Bento na Península Ibérica in Religião e Cultura na Idade Média*, Lisboa, IN-CM, 1982, pp. 73-74.

servir a Deus, a corrigir os seus defeitos, a trabalhar diariamente para assegurar a exploração de um domínio de que precisa para viver condignamente e a obedecer ao abade².

A observância beneditina imposta no Concílio de Coyanza (1055) vinha já influenciada pelos costumes e estatutos de Cluny. A congregação cluniacense estava baseada em estruturas muito particulares. Em primeiro lugar, a estabilidade e a solidariedade. A estabilidade é concebida não como uma ligação física e espiritual a um mosteiro que o monge nunca mais deixa, mas como uma ligação moral e religiosa a um tipo de vida e a uma forma de piedade colectiva bem definidas, que a todos une – monges e conventos – pela oração; a solidariedade reside não no conjunto de conventos, mas na comunidade única, um único mosteiro governado por um único abade e repartido por uma multiplicidade de casas dirigidas por priores. Em segundo lugar, o desejo de evitar qualquer tipo de autoridade hierárquica, que conduz à isenção do poder papal e episcopal, sendo de notar que para os monges e seus dirigentes a isenção é considerada como o reconhecimento duma independência quase total, garantida pela Santa Sé. Por fim, a congregação cluniacense aparece como uma enorme comunidade, organizada segundo as fórmulas da sociedade feudal, regida por um abade que se mantém fora do mundo e independente dos quadros hierárquicos da Igreja, considerados por alguns como Igreja oficial mas que se empenha em manter-se estável³. Com fundamentos tão bem consolidados, os princípios

da reforma cluniacense são verdadeiramente simples: afastar os mosteiros de toda influência secular e episcopal e assegurar a imunidade das grandes abadias, imunidade essa que envolve a dos mosteiros menos importantes ligados aos primeiros. O modo de governação e a hierarquia adoptados por Cluny faziam entrar os mosteiros na sociedade de tipo feudal. Para assegurar a sua propagação, esta ordem dirigia-se aos soberanos, mas já com o prévio apoio da Santa Sé que concedia a sua autoridade⁴. Estavam assim certos da sua aceitação. Figuram ainda como características essenciais da reforma de Cluny a tendência para a sumptuosidade nos edifícios, na vastidão do domínio, no número de monges e de dependentes; a tendência para explorar o ritualismo no culto divino, que invade quase todo o tempo livre do monge, e para uma vida monástica contemplativa; tudo é previsto na vida quotidiana do monge; a liturgia assume um carácter globalizante, o monge tem de deixar as suas tarefas manuais para se dedicar ao culto; recheiam-se as bibliotecas e dá-se maior actividade aos *scriptoria*⁵.

1.1. A liturgia

A implantação da liturgia romana na Península Ibérica fez-se sob a insistência de Gregório VII, apoiado pela acção dos cluniacenses, dos reis e bispos hispânicos, vindos de França⁶. Nos inícios do ano 1080 reúne-se um concílio em Burgos: o rito hispânico já não se pode salvar; a liturgia romana é definitiva-

² COCHERIL, M. – *Etudes sur le monachisme en Espagne et au Portugal*, Paris/ Lisboa, 1966, pp. 72-73. Ver sobre a regra beneditina: SCHMITZ, Philibert – *Bénédictine (Règle)*, in *Dictionnaire de Droit Canonique*, Paris, 1937, t. II, cols. 298-349.

³ PACAUT, Marcel – *Structures monastiques, société et Eglise en Occident aux XI et XII siècles* in *Aspects de la vie conventuelle aux XI^e-XII^e siècles*, in *Actes du 5^e Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public* (St. Étienne, 7-8 juin, 1974), 1975, pp. 15-16.

⁴ COCHERIL, M. – *Etudes sur le monachisme*, p. 86. Não nos podemos esquecer que foi a tolerância própria ao sistema da *regula mixta* que facilitou a abertura aos novos costumes; foram, porém, os cluniacenses que acabaram com a pluralidade de observâncias.

⁵ MATTOSO, José – *O monaquismo ibérico e Cluny* in *Religião e Cultura*, pp. 65-66; *idem*, *Cluny, crúzios e cistercienses na formação de Portugal*, sep. do vol. V das Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada, Guimarães, 1982, pp. 283-284. As disposições do Costumeiro de Pombeiro são exemplificativas disto mesmo, como adiante se poderá verificar.

⁶ ROCHA, Pedro R. – *L'office divin au moyen âge dans l'Eglise de Braga*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/ Centro Cultural Português, 1980, p. 42; DAVID, Pierre – *Etudes historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Lisboa, Institut Français au Portugal, 1947, p. 395.

mente imposta. Há, porém, um pormenor que não podemos deixar de referir. Por princípio, Cluny não era hostil ao rito hispânico, a iniciativa da sua abolição não vem dos monges, antes pelo contrário, estes consideravam preferível esperar que os espíritos estivessem preparados para receber o novo ritual. Porém, a conjuntura política precipita os acontecimentos e o abade de Cluny, S. Hugo, aconselha Afonso VI a ceder⁷. Não podemos, contudo, deixar de referir a emoção causada, no reino de Afonso VI, pela abolição do rito tradicional, e que é atestada por um testemunho directo do próprio Afonso VI numa sua carta a Hugo de Cluny, e que data de 1077: «*De romano autem ritu quod tua iussione accepimus sciatis nostram terram admodum desolatam esse*»⁸.

2. O Mosteiro de Pombeiro

O mosteiro de Pombeiro foi fundado, ou pelo menos, inicialmente habitado, por beneditinos de observância cluniacense, e data certamente de finais do século XI. Isto porque o primeiro documento verdadeiro deste mosteiro data de 1102 (10/ Fev.). Trata-se de uma doação que o fundador do mosteiro D. Gomes Echigues e sua mulher, Gontroda, fazem em favor do seu mosteiro⁹.

Entre os benfeitores do mosteiro destaca-se, logo à partida, D. Teresa, mulher do conde D. Henrique, que lhe concedeu carta de Couto, com jurisdição cível e dos orfãos, passada a 1/ Agosto/ 1112 (DR, I, 35) e confirmada por diversos monarcas¹⁰. O mosteiro foi assim enriquecendo com as doações da

família dos Sousas, descendentes dos fundadores, dos monarcas e dos fiéis em geral. De tal maneira foi dotado de bens imóveis e de padroados de igrejas que chegou a contar com um total de 37 igrejas e um rendimento anual de 25.000 cruzados, fazendo dele um cobiçado potentado¹¹. Os abades perpétuos de Pombeiro muito contribuíram para o enriquecimento patrimonial do mosteiro, destacando-se em particular o governo do abade D. Rodrigo (1252-1276).

Porém, na Baixa Idade Média deu-se uma degradação progressiva da instituição monástica beneditina. O mosteiro de Pombeiro não escapou, infelizmente, à conjuntura da época. Na Baixa Idade Média, o mosteiro sofreu crises diversas e sujeitou-se a problemas vários por culpa de abades pouco empenhados no governo dos bens e por falta de disciplina dos próprios monges. Esta situação tornou-se ainda pior com o aparecimento da praga dos abades comendatários, que contribuíram para a ruína do mosteiro, preocupados apenas com o seu bem estar pessoal e delapidando os bens do mosteiro. Foram as comendas a principal causa da decadência dos séculos XV e XVI¹².

Na segunda metade do século XVI, mais precisamente em 1569, D. António prior do Crato, último abade comendatário de Pombeiro, conseguiu que o mosteiro fosse agregado à Congregação dos Monges Negros de S. Bento do Reino de Portugal. A integração definitiva de Pombeiro realizou-se a 24 de Junho de 1588. Esta integração permitiu que o mosteiro regressasse à normalidade da vida monástica até 1834.

⁷ COCHERIL, M. – *Etudes sur le monachisme*, p. 109.

⁸ DAVID, Pierre – *Etudes historiques*, p. 403.

⁹ MEIRELLES – *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, publicadas e prefaciadas por António Baião, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942, pp. 2, 118-120. Nesta escritura figuram ainda quatro dos filhos dos fundadores: D. Egas Gomes, D. Paio Gomes, D. Trondili Gomes e D. Flamula Gomes. Atesta também a veracidade deste documento Geraldo Coelho Dias (DIAS, Geraldo J.A. Coelho – *O mosteiro de Pombeiro e os beneditinos nas origens de Felgueiras* in «Felgueiras – Cidade», Felgueiras, Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Felgueiras, Ano 1, nº 1, Junho 1993, p. 46).

¹⁰ MEIRELLES – *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, p. 6; S. TOMÁS, Frei Leão de – *Benedictina Lusitana*, notas críticas de José Mattoso, Lisboa, IN-CM, 1974, t. II, cap. IX, p. 54; FERNANDES, M. Antonino – *Felgueiras de ontem e de hoje*, Felgueiras, Edição da Câmara Municipal de Felgueiras, 1989, pp. 85-86.

¹¹ MEIRELLES – *Memórias do mosteiro de Pombeiro*, pp. 75-111; S. TOMÁS, Frei Leão de – *Benedictina Lusitana*, t. II, cap. IX, pp. 53-57; DIAS, Geraldo J.A. Coelho – *O mosteiro de Pombeiro*, p. 46; FERNANDES, M. Antonino – *Felgueiras*, p. 86.

¹² DIAS, Geraldo J.A. Coelho – *O mosteiro de Pombeiro*, p. 47; SCHMITZ, Philibert – *Histoire de l'Ordre de saint Benoît*, vol. III, Maredsous, 1948, p. 121.

3. O *Costumeiro de Pombeiro*

Depois desta introdução sobre o monaquismo cluniacense e desta breve passagem pela história do mosteiro de Pombeiro, passemos agora ao ponto fulcral do nosso estudo: o *Costumeiro de Pombeiro*.

Por *costumeiro* entende-se os tratados e obras, em geral anónimos, que descrevem cerimónias e ritos dos mosteiros beneditinos e de outras ordens antigas ou congregações religiosas modernas. A sua existência é conhecida desde o século VII, mas a sua redacção data apenas do século X. No que diz respeito a *costumeiros* medievais, as grandes abadias tinham os seus próprios, redigidos pelos seus abades e que depois eram transmitidos às abadias e mosteiros dependentes, que os adaptavam aos costumes locais.

O *Costumeiro de Pombeiro* é um *costumeiro* de tipo litúrgico que organiza o ofício divino em função dos tempos próprios, comuns e do santoral, intercalando-lhe algumas referências a usos e costumes da comunidade monástica. Os *costumeiros* tradicionais organizam-se segundo os *oficiais* da comunidade e segundo o quotidiano dos monges; porém, o *Costumeiro de Pombeiro* dispõe-se segundo o tempo litúrgico.

É muito difícil estabelecer a filiação do *Costumeiro de Pombeiro*; sabemos apenas que se trata de uma adaptação do *Ordo Cluniacensis*, ou costumes de Bernardo, nome do monge que os redigiu, no século XI, por volta de 1070. É também possível estabelecer algum paralelo com os costumes de Lanfranco (*Decreta Lanfranci*), cujos costumes datam da primeira metade do século XI.

O *Costumeiro de Pombeiro* está dividido em dez partes mas, devido à falta de fólhos, é difícil estabelecer os seus limites. Assim, faltam os inícios da primeira, da terceira, da sexta e da oitava partes, bem como as partes finais da segunda, da quinta e da sétima partes; faltam partes da Quaresma e da Semana Santa, além das várias festas do Santoral. Também na encadernação vários fólhos ficaram mal colocados: logo no início aparecem cinco fólhos (1r-5v) relativos às primeiras festas de Novembro e que deve-

riam estar entre os fólhos 75v e 76r; no tempo pós-pascal, um caderno está fora do lugar, os fólhos 52r a 55v deveriam estar logo a seguir ao fólho 49v. Nesta edição do *Costumeiro* optou-se por uma reorganização do texto, estando disposto da seguinte forma: f. 6r-f. 49v; f. 52r-55v; f. 50r-51v; f. 56r-75v; f. 1r-5v; f. 76r-104v. Podemos agora tentar estabelecer um esquema do texto, que estaria organizado da seguinte forma: 1) Advento; 2) Natal e Epifania; 3) Santoral depois da Epifania; 4) Septuagésima, Quaresma e Semana Santa; 5) Páscoa e tempo pós-pascal; 6) Pentecostes e domingos depois do Pentecostes; 7) Santoral de 24 de Junho até ao fim de Outubro; 8) Santoral de Novembro e Dezembro; 9) Missas votivas; 10) Comum dos santos. Aqui parece terminar o corpo da obra, pois finaliza com a palavra *explicit* (f. 100r). A seguir sucedem-se, porém, diversas disposições de ordem geral a observar durante o ano: os dias em que os frades devem cortar o cabelo e a barba; os dias em que se diz o *Credo*; os dias em que se deve guardar silêncio; os dias do lava-pés (*mandatum*); as leituras para se lerem no refeitório ao longo do ano, etc. Não há nada que separe a tradução portuguesa do cerimonial da Quinta-feira Santa (ff. 48r-49r) do texto em latim, e que é exactamente da mesma mão. Esta última constatação leva a pensar que este *Costumeiro* teria sido copiado num mosteiro português, mas cuja origem é estrangeira, nomeadamente de Cluny. Segundo o Professor José Mattoso este *Costumeiro de Pombeiro* teria sido copiado de um de Sahagún, já que entre as festas em que se deve dizer o *Credo* são mencionados os santos Facundo e Primitivo, ao lado dos apóstolos, dos evangelistas, de S. João Baptista e de S. Martinho de Tours. Esses dois santos eram oriundos e venerados em Sahagún¹³. É, portanto, ao longo do ano litúrgico que o *Costumeiro* nos vai revelando alguns dos oficiais do mosteiro e certos elementos da vida monástica quotidiana.

No *Costumeiro de Pombeiro* as referências aos membros do mosteiro encontram-se ao longo do texto. O abade é a figura central da vida monástica. A sua função principal é a salvação das almas, e só depois

¹³ MATTOSO, José — *Le monachisme ibérique*, p. 274. Também em Portugal era prestado culto a estes dois santos numa paróquia extinta em Melgaço.

¹⁴ RB, II; SCHMITZ, Ph. — *Bénédictine (Règle)*, col. 299; *La Regla de San Benito*, dir. de Colombas e Aranguren, pp. 74-80.

a manutenção da observância regular e a disciplina¹⁴. As referências ao abade são bastante frequentes no *Costumeiro*, apesar de ser um abade que se ausenta frequentemente da comunidade e que facilmente partilha e delega os seus poderes ao prior ou a outros oficiais. Alguns monges substituem-no na função de atender as necessidades dos confrades: os oficiais encarregados dos alimentos e do vestuário, do controlo das rendas dominiais, da guarda dos objectos de valor do mosteiro. É frequente a referência *abbas vel prior* ou *prior si abbas defuerit*¹⁵ ou *abbas sive ebdomadarius*¹⁶ ou ainda *abbas vel sacerdos*¹⁷, ou *abbas vel armarius*¹⁸, entre outras.

A comunidade é constituída, antes de mais, pelos monges, que têm a seu cargo o bom funcionamento do mosteiro. Os monges são aqueles que, reunindo determinadas condições, foram admitidos, após um período mais ou menos longo de provação, a fazer profissão monástica prestando juramento de observância do triplo voto de estabilidade, de castidade e de conversão dos costumes da regra beneditina sendo então abençoados pelo abade¹⁹.

As crianças desempenham um papel muito importante na vida monástica e participam activamente da vida em comunidade²⁰. Os noviços também participam na vida da comunidade prestando diversos serviços no mosteiro e por vezes ajudando ao ofício²¹. As actividades dos conversos estão sobretudo ligadas a funções litúrgicas²².

Nos grandes mosteiros os abades não podiam só

por si exercer todas as funções inerentes ao bom funcionamento de tais organismos. Por isso mesmo nomeiam oficiais encarregados de funções específicas, alguns desses oficiais previstos já pela *Regra* (RB, cap. 21, 31, 65, 66). Com o tempo, e com a complexificação das tarefas foram-se multiplicando o número e as funções dos ajudantes do abade.

Quanto à hierarquia fixada pela *Regra*, logo a seguir ao abade vem o prior que, em nome do abade e pela sua autoridade, tem a seu cargo a orientação espiritual e a disciplina do mosteiro. No *Costumeiro de Pombeiro* o prior aparece referido maior número de vezes do que o próprio abade. Por vezes é designado por *prior maior*²³, o que sugere a influência de Cluny. É mais frequente ver o prior a desempenhar funções activas e participativas nas celebrações do que o abade²⁴. O *Costumeiro* prevê inúmeras vezes que o prior substitua o abade²⁵. É ainda o prior que dá licença para os monges se ausentarem²⁶. Está também, frequentemente, a cargo do prior o toque da campainha e da matraca, tanto para irem ao refeitório, como para a igreja, ou ainda para o dormitório²⁷.

O *Costumeiro de Pombeiro* refere-se várias vezes ao ecónomo. Na Quinta-feira Santa o ecónomo distribui sapatos novos pelos monges e entrega os velhos ao esmoler para os dar aos pobres²⁸. Na vigília de S. Martinho, o *Costumeiro* prevê que este oficial ponha na cama de cada um dos frades, e dos hóspedes, se na altura houver algum no mosteiro, quatro polainas²⁹. O ecónomo também guarda o

¹⁵ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 34v, 41r, 43r, 44r, etc.

¹⁶ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 34v, 45r.

¹⁷ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 41r.

¹⁸ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 45r.

¹⁹ VALOUS, Guy – *Le monachisme clunisien des origines au XV^e siècle. Vie intérieure des monastères et organisation de l'ordre*, 2^e. édition augm., Paris, Picard, vol. I, p. 27.

²⁰ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 22v, 38r/v, 30v, 44r, 45v, 47r, 47v, 54v, 55r, 55v, 1r, 96v, 98r, 100v, 101r.

²¹ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 41r, 47r, 101r.

²² *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 11r, 22v, 38r, 45r, 47r, 1v, 95v, 96v.

²³ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 95v, 98v, 99r, 104v.

²⁴ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 8v, 12v, 43r, 1r, 100r, etc.

²⁵ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 11r, 35r, 41r, 44r, 97r, etc.

²⁶ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 35r.

²⁷ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 38v, 54v, 1r, etc.

²⁸ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 44v.

²⁹ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 77r. Polaina – peça de vestuário que resguarda a perna e a parte superior do calçado (*Dicionário da Língua Portuguesa*, 6^a ed., Porto, Porto Editora, 1990, p. 1304).

dinheiro e na Quinta-feira Santa distribui alguns denários pelos pobres³⁰. O *Costumeiro* menciona ainda os ajudantes do ecónomo no desempenho das suas funções: *famuli camerarii*³¹.

Quanto ao celeireiro diz-nos o *Costumeiro* que este oficial estava encarregado do refeitório e da cozinha,³² sendo ainda ajudado nas suas funções pelo *cellerarius minor*³³ e pelos *famuli cellerarii*³⁴, que mais tarde serão designados por «ovençais» – *oboedentiales*.

O refeitoreiro está ligado às actividades do refeitório, arruma as mesas depois das refeições³⁵, serve o vinho ao abade e aos monges³⁶, põe o pão nas mesas³⁷, preside, basicamente, às actividades do refeitório³⁸. O encarregado da adega tinha a seu cargo preparar o pão e o vinho³⁹.

No *Costumeiro de Pombeiro* o sacristão é um dos oficiais mencionados com mais frequência. Cabe, por vezes, ao sacristão o toque da matraca e campainha para entrarem e saírem do dormitório⁴⁰, para entrarem na igreja⁴¹, e para as orações em geral⁴²; é ele

quem arruma as vestes sacerdotais e quem as distribui pelos frades⁴³, quem prepara as velas para as procissões⁴⁴, e os candelabros com as velas⁴⁵, quem trata das luzes em geral na igreja⁴⁶, quem prepara a igreja no Domingo de Ramos⁴⁷, quem trata dos objectos sagrados⁴⁸, quem prepara os altares⁴⁹. Tem também a seu cargo a limpeza e a manutenção da igreja⁵⁰.

O *armarius* (encarregado dos livros) preside ao coro exercendo também as funções de cantor, substituindo muitas vezes o abade⁵¹, quem decide as orações⁵², quem ordena certas procissões⁵³. É ele quem decide quais os livros a dar a ler aos monges no início da Quaresma⁵⁴, e quem tem a relação dos livros emprestados e a que monges⁵⁵. Está também encarregado de distribuir os *diurnales* entre os frades, na Quinta-feira Santa⁵⁶.

Segundo o *Costumeiro* cabe ao esmoler recolher as sobras das refeições para depois as dar aos pobres⁵⁷, quem guarda o pão e o vinho para na Páscoa distribuir pelos mais necessitados⁵⁸, quem dis-

³⁰ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 46r.

³¹ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 12v, 45r.

³² *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 17v, 44v, 1v, 97v, etc.

³³ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 35r, 50r.

³⁴ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 12v, 44v.

³⁵ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 34r.

³⁶ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 38v, 47r, 77r.

³⁷ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 55v.

³⁸ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 47r.

³⁹ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 44v.

⁴⁰ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 9v, 44r, etc.

⁴¹ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 11v, 43r, etc.

⁴² *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 22v, 30v, 45v, 55r, 1v, etc.

⁴³ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 13v, 97r, 99v, etc.

⁴⁴ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 30v.

⁴⁵ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 43r, 102r.

⁴⁶ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 44r, 44v, 45r, etc.

⁴⁷ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 41r.

⁴⁸ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 47r, 47v, etc.

⁴⁹ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 94v, 99v, etc.

⁵⁰ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 94v, 102r, etc.

⁵¹ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 10r, 12v, 33r, 41r, 75v, 96v, etc.

⁵² *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 20v, 41v, 54r.

⁵³ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 30v, 41r, 97r, etc.

⁵⁴ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 37v.

⁵⁵ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 38r.

⁵⁶ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 44v.

⁵⁷ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 8v, 35v, 5v, 95r, etc.

⁵⁸ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 35r.

tribui as roupas e sapatos usados dos monges pelos pobres⁵⁹.

Em cada mosteiro devia haver pelo menos dois monges encarregados da educação das crianças. Segundo o *Costumeiro de Pombeiro* estes mestres (*magistri*) são pouco menos que as próprias crianças⁶⁰. Estas estão sempre acompanhadas dos seus mestres, que as educam no ofício divino⁶¹ e na sua instrução⁶². No *Costumeiro* são extremamente frequentes as referências a sacerdotes que presidem ou ajudam à missa e participam dos ofícios⁶³. A função dos diáconos e subdiáconos é ajudar ao ofício e prestar apoio aos sacerdotes⁶⁴. Os cantores estão, naturalmente, encarregados do canto litúrgico e a eles se refere com bastante frequência o *Costumeiro de Pombeiro*⁶⁵. No *Costumeiro* os leitores estão encarregados das leituras dos ofícios⁶⁶.

Após termo-nos debruçado sobre os oficiais que contribuem para o bom funcionamento da vida em comunidade, importa agora analisar como se processava a vida quotidiana no mosteiro de Pombeiro. Levantando-se cerca das duas da manhã os monges dirigiam-se ao coro em sapatos de noite (*nocturnales*⁶⁷), recitavam algumas orações e esperavam que as crianças entrassem e repetissem as mesmas orações. Recitavam os quinze salmos graduais⁶⁸, seguidos das Vigílias (ou Nocturnos) e orações, por exemplo a Nossa Senhora ou pelos defuntos. Depois de um pequeno intervalo começavam as Matinas e as Laudes, seguidas de diversas orações e as laudes a todos os santos, aos defuntos e a Nossa Senhora. Seguia-se logo a Prima (cerca das seis da

manhã) se o dia já tivesse amanhecido, ou então esperava-se um bocadinho até que houvesse luz. Depois de Prima diziam-se três salmos, seguidos dos sete salmos penitenciais⁶⁹, ladaínhas⁷⁰ e orações. Até cerca das oito da manhã os monges iam para o claustro onde, geralmente, se dedicavam à leitura. Às oito regressavam ao dormitório, lavavam-se e calçavam os sapatos de dia (*diurnales*⁷¹). Dirigiam-se então ao coro para rezar a Tércia e a Missa Matinal, que terminaria cerca das nove. Seguiam logo para o Capítulo, que duraria até cerca das nove e meia, dez horas da manhã. Seguia-se um período de trabalho, manual, intelectual ou artístico, até cerca do meio-dia e meia, hora a que se recitava a Sexta, entre outras orações, e depois era cantada a Missa Maior. Depois, enquanto a comunidade permanecia no coro, os criados e os leitores do refeitório quebravam o jejum com uma pequena quantidade de pão e vinho, o *mixtum*⁷². Quando regressavam ao coro cantava-se a Noa, cerca das três da tarde, e a seguir iam para o refeitório jantar. Ao jantar seguia-se outro período de leitura, até cerca das cinco da tarde. Por esta hora celebravam-se as Vésperas, as vésperas de Nossa Senhora e dos defuntos. Quando terminavam os monges calçavam os sapatos de noite e realizavam o cerimonial do lavapés. A seguir, e depois de tomarem alguma coisa de beber no refeitório, havia um período de leitura em voz alta no coro, seguido das Completas. Terminado este ofício os monges retiravam-se para dormir⁷³. No dia-a-dia dos monges há momentos que importa aqui destacar. O primeiro é precisamente a reunião no Capítulo. Este reúne-se geralmente depois da

⁵⁹ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 44v, 45r.

⁶⁰ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 47v.

⁶¹ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 44r, 54v, 55r.

⁶² *Costumeiro de Pombeiro*, f. 45v, 50v.

⁶³ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 6r, 9r.

⁶⁴ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 9r, 11r, 34r, 45r, 96v.

⁶⁵ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 9r, 32v, 36v, 55r, 61r, 94v, 95r.

⁶⁶ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 9r, 99v.

⁶⁷ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 38v, 44r, 101r.

⁶⁸ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 77r, 103v.

⁶⁹ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 24r, 37v, 44v, 77v.

⁷⁰ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 8v, 9r, 11v, 24r, etc.

⁷¹ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 10v, 33r, etc.

⁷² *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 1v, 77v, 97v, 98r, 101r, etc.

⁷³ KNOWLES, David – *The monastic order in England*, 2ª ed., Cambridge, Cambridge University Press, 1963, pp. 450-451.

hora de Prima⁷⁴ e todos devem estar presentes, mesmo as crianças e os doentes que puderem⁷⁵. Na vigília de Natal o Capítulo reúne-se depois da hora de Tércia⁷⁶, assim como na Quaresma⁷⁷. Normalmente, era depois do Capítulo que os monges se reuniam no claustro⁷⁸; era também no Capítulo que se colocavam os livros a distribuir pelos monges na Quaresma⁷⁹ e que se trocava o vestuário novo pelo velho⁸⁰. Nestas reuniões também se lia a Regra⁸¹, seguida geralmente de um sermão⁸².

Quanto ao sistema monástico da alimentação diz a Regra que o ano está dividido em quatro partes desiguais: o regime de Inverno, de 13 de Setembro até ao início da Quaresma, em que se tomava apenas uma refeição à hora de Noa (entre as duas e as três da tarde); na Quaresma esta refeição era tomada mais tarde, à hora de Vésperas, cerca das cinco da tarde; da Páscoa até ao Pentecostes os monges faziam duas refeições, a primeira, e mais importante (*prandium*), à hora de Sexta, cerca do meio-dia, a segunda à hora de Vésperas (entre as cinco e as seis); do Pentecostes até 13 de Setembro

«se os monges não têm os trabalhos dos campos ou não os perturba o excesso do Verão, jejuem quarta e sexta-feira até à hora de Noa, nos demais dias jantem à hora de Sexta». A este esquema principal foram acrescentadas duas modificações ao longo dos tempos: a primeira foi uma bebida no Inverno à noite, e no Verão a meio da tarde; a segunda foi a introdução de uma segunda refeição no Inverno em certos dias, que incluíam todos os domingos, festas de doze lições e oitavas⁸³.

Segundo o *Costumeiro de Pombeiro* à mesa dos monges não faltava nunca pão⁸⁴ e vinho⁸⁵, e nos dias de duas refeições a mesma medida tinha que dar para as duas vezes. Os legumes⁸⁶ eram a base da alimentação, e geralmente são referidos como *general*⁸⁷. A acompanhá-los estava sempre ou quase sempre o peixe⁸⁸ e a fruta⁸⁹. Da alimentação quotidiana dos monges, excepto se fosse Advento, Quaresma, ou dias de jejum, faziam ainda parte os ovos⁹⁰, o queijo⁹¹, a manteiga⁹², toucinho – *sagina*⁹³ e *adepts*⁹⁴ –, pastéis de carne⁹⁵ e algumas variedades de doces, como *crepelli*⁹⁶, *nebule*⁹⁷, *caseate*⁹⁸ e *brachiales*⁹⁹,

⁷⁴ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 13r, 22v, 42r, 77r.

⁷⁵ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 10v/11r, 52r.

⁷⁶ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 11v.

⁷⁷ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 44v.

⁷⁸ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 35r, 44v, 77r.

⁷⁹ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 37v.

⁸⁰ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 44v.

⁸¹ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 43v.

⁸² *Costumeiro de Pombeiro*, f. 96v.

⁸³ RB, XLI, XXXV, XXXVIII; KNOWLES, David – *The monastic order in England*, pp. 456-457.

⁸⁴ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 35r, 44v, 55v, etc.

⁸⁵ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 8v, 35r, 46r, etc. Ou mistura de vinho, como era a *collatio* (ff. 6v, 38v, 42v, etc.).

⁸⁶ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 35v.

⁸⁷ *General* – Porção individual de legumes que constituía a base da alimentação (in LAPORTE, J. (dir) – *Millénaire monastique du Mont-Saint-Michel*, Paris, p. 601, n. 23 bis).

⁸⁸ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 6v, 33r, 37r, 38r, 42v, etc.

⁸⁹ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 34r, 35v, 97v.

⁹⁰ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 6v, 10r, 33r, 34r, 95r, etc.

⁹¹ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 6v, 10r, 34r.

⁹² *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 6v, 10r, 34r, 95r, etc.

⁹³ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 6v, 8v, 33r, 95r.

⁹⁴ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 35r, 95r, etc.

⁹⁵ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 55v, 97v, 98r.

⁹⁶ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 33r.

⁹⁷ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 34r.

⁹⁸ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 97v.

⁹⁹ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 97v.

preparados com o melhor fermento («*farina tenuissima*»¹⁰⁰). Na confecção dos alimentos eram também usadas especiarias como a pimenta¹⁰¹ e a canela¹⁰². Por vezes, os alimentos dados aos monges alternam entre crus e cozidos conforme o dia da semana¹⁰³. Outro momento importante do dia dos monges era dedicado à *lectio divina* e ao estudo. E é precisamente no claustro que os monges se dedicam à leitura e ao estudos das coisas divinas¹⁰⁴. As leituras são feitas tanto no claustro, como no refeitório, como na igreja, e em voz alta ou em silêncio¹⁰⁵. Os monges deviam praticar a caridade para obedecer não apenas ao Evangelho, mas também à sua Regra. Em Pombeiro, a esmola diária dava-se de manhã, depois de os pobres terem ouvido a missa matinal, e consistia em pão e vinho¹⁰⁶, e nos dias de jejum acrescentava-se a essa esmola o vinho de que os monges se abstinham¹⁰⁷. Todos os domingos e festas de doze lições davam-se esmolas suplementares¹⁰⁸. Um outro costume do mosteiro, e que era praticado diariamente desde a Quarta-feira de Cinzas até ao primeiro de Novembro, era o *mandatum trium pauperum* (mandato dos três pobres), em que três religiosos – um sacerdote, outro diácono ou subdiácono, e um irmão leigo –, designados pelo cantor mor, lavavam os pés a três pobres¹⁰⁹. Na Quinta-feira Santa, acorria ao mosteiro grande número de pobres, pois neste dia, além de se dar as roupas usadas¹¹⁰, dava-se ainda de jantar a esses pobres¹¹¹.

No que diz respeito às bibliotecas monásticas, o seu conteúdo variava conforme a sua importância e as suas possibilidades, pois os livros eram muito caros. Praticamente em todas as bibliotecas, para além da Bíblia, havia uma série de livros litúrgicos destinados ao serviço do altar e do coro. Os Padres da Igreja estavam também representados, sobretudo Santo Agostinho, S. Jerónimo e S. Gregório Magno; S. Ambrósio e Beda encontram-se também em muitas das colecções. As obras teológicas ocupam, igualmente, um lugar de relevo nas bibliotecas monásticas. São, geralmente, obras de Alcuíno, Florus, Jonas, Hincmar, Smaragdo, Rabano Mauro, Odão de Cluny, Abbon de Fleury, Fulberto de Chartres, Lanfranco, Anselmo, João Crisóstomo, Isidoro, Leão Magno, Pedro Lombardo, entre outros. Poder-se-á dizer, de modo geral, que dois terços das bibliotecas monásticas eram constituídos por volumes de doutrina sagrada. O outro terço compreendia obras de história eclesiástica ou profana, os livros de direito eclesiástico e civil, as regras monásticas, as vidas dos santos, os livros consagrados às artes liberais e entre eles os clássicos, as obras de ciências, sobretudo aritmética, cômputo e medicina¹¹². O *Costumeiro* refere-se apenas uma vez à biblioteca¹¹³, no sentido de Bíblia. Sabemos, assim, que havia a Bíblia (ou talvez mais exactamente a *Vulgata* de S. Jerónimo), missais¹¹⁴, antifonários¹¹⁵, um colecção¹¹⁶, livros de canto¹¹⁷, algum evangeliário¹¹⁸,

¹⁰⁰ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 34r.

¹⁰¹ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 34r.

¹⁰² *Costumeiro de Pombeiro*, f. 97v.

¹⁰³ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 35v.

¹⁰⁴ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 9v, 55v, 50r, 50v, 77v, etc.

¹⁰⁵ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 7r, 35v, 32v, 44r, 47r, 50r/v.

¹⁰⁶ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 15v.

¹⁰⁷ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 8v, 35v, etc.

¹⁰⁸ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 22v, 55r, etc.

¹⁰⁹ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 33r, 34r, 46r, 50v, 5v, etc.

¹¹⁰ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 44v.

¹¹¹ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 44v.

¹¹² SCHMITZ, Ph. – *Histoire de l'ordre de saint Benoît*, pp. 78-79.

¹¹³ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 102v.

¹¹⁴ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 37v.

¹¹⁵ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 37v.

¹¹⁶ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 37v, 40r, 41r, 54r, 68r.

¹¹⁷ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 37v.

¹¹⁸ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 96v.

aliás indispensável, e saltérios. Contavam-se ainda obras de Santo Agostinho¹¹⁹, de S. Gregório¹²⁰, de S. Leão Magno¹²¹, de S. Jerónimo¹²², de Beda¹²³, de João Crisóstomo¹²⁴, de Fulgêncio¹²⁵, do abade Odião¹²⁶ e diversas vidas dos santos, como o *Martirologium* a que se refere o *Costumeiro*¹²⁷. O *Costumeiro* cita, por exemplo, as vidas de S. Tiago¹²⁸, S. Martinho¹²⁹, santa Maria Madalena¹³⁰, S. Facundo¹³¹, St. André¹³², etc. Havia ainda um *Ordinário*¹³³ e um livro onde se registava o nome dos irmãos que morriam no mosteiro: *memorial fratrum*¹³⁴.

Para terminar, não poderia deixar de referir aqui dois outros aspectos do quotidiano dos monges: o seu vestuário e a sua higiene. O *Costumeiro de Pombeiro* tem algumas referências ao vestuário dos

monges, não só ao usado durante os ofícios litúrgicos mas também ao usado habitualmente. Aparecem com bastante frequência as referências às capas¹³⁵ e albas¹³⁶, à casula¹³⁷, à dalmática¹³⁸, à infula¹³⁹, à estola¹⁴⁰, ao báculo¹⁴¹, à mitra¹⁴², ao pálio¹⁴³ e às vestes sacerdotais¹⁴⁴ e vestes em geral¹⁴⁵. O *Costumeiro* refere-se ainda às túnicas¹⁴⁶ e cogulas (*flocus*¹⁴⁷) e ao manto¹⁴⁸, ao calçado dos monges (*calciamenta*¹⁴⁹), aos *diurnales*¹⁵⁰ e *nocturnales*¹⁵¹ e aos *pedules*¹⁵². Quanto a alguns pormenores da higiene dos monges, referidos pelo *Costumeiro*, sabemos que dormiam com os seus hábitos, e quando se levantavam para o ofício da noite não faziam toilette, ou seja, não se lavavam nem penteavam¹⁵³, só a faziam quando mudavam para os sapa-

¹¹⁹ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 12r, 21r, 30v, 37r, 43v, 61r, 88v, 90v, 102v.

¹²⁰ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 12r, 36v, 49v, 88v, 89v, 90v, 92r, 92v.

¹²¹ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 17r, 36r, 63v.

¹²² *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 88v, 89v, 90v.

¹²³ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 12r, 17r, 31r, 88v, 90v, 91v.

¹²⁴ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 15r, 88v, 91v.

¹²⁵ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 20r, 90v, 91r.

¹²⁶ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 67v.

¹²⁷ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 11r, 37v.

¹²⁸ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 70v.

¹²⁹ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 66v, 76v, 77v.

¹³⁰ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 69v.

¹³¹ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 80v.

¹³² *Costumeiro de Pombeiro*, f. 81v.

¹³³ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 87r.

¹³⁴ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 42v.

¹³⁵ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 8v, 9r, 9v, etc.

¹³⁶ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 6r, 9v, 10v, etc.

¹³⁷ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 99r, 101r.

¹³⁸ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 11r, 12v, etc.

¹³⁹ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 94v, 96r, 98v.

¹⁴⁰ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 30v, 34v, 41r, etc.

¹⁴¹ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 95r, 96r.

¹⁴² *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 95r, 96r.

¹⁴³ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 37v, 46r, etc.

¹⁴⁴ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 100r.

¹⁴⁵ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 45v, 96r, etc.

¹⁴⁶ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 11r, 12v, 45r, etc.

¹⁴⁷ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 34v, 47v, 95r, etc.

¹⁴⁸ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 34r.

¹⁴⁹ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 50r, 50v.

¹⁵⁰ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 10v, 33r, 34v, etc.

¹⁵¹ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 38v, 44r.

¹⁵² *Costumeiro de Pombeiro*, f. 77r.

¹⁵³ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 1v

tos de dia (*diurnales*), antes da hora de Tércia. Então iam ao lavatório¹⁵⁴, onde havia uma luz¹⁵⁵, lavavam as mãos e a cara e penteavam o cabelo¹⁵⁶. Depois de Sexta iam descansar um pouco no dormitório, e quando se levantavam lavavam as mãos e a cara e penteavam o cabelo¹⁵⁷. Tinham ainda o hábito de lavar os pés depois da hora de Noa¹⁵⁸. Os monges também lavavam e cuidavam da propriedade comum do mosteiro, lavando as mesas e objectos do refeitório¹⁵⁹, limpando o dormitório¹⁶⁰ e a igreja¹⁶¹.

CONCLUSÃO: O *Costumeiro de Pombeiro* apesar de ser um costumeiro litúrgico – organizado segundo o ofício divino – tem também inúmeras referências a usos e costumes desta comunidade monástica beneditina. Demos, assim, especial destaque à organização interna do mosteiro, nomeadamente às atribuições do abade e seus oficiais; e à vida quotidiana do monge que estava sobretudo orientada para a oração e para a celebração do ofício divino; momentos importantes deste quotidiano eram ainda as refeições, as reuniões capitulares e o tempo dedicado ao estudo.

¹⁵⁴ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 34v, 47r, 54v, etc.

¹⁵⁵ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 95v.

¹⁵⁶ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 44r, 54v, 1r, 101r.

¹⁵⁷ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 9v, 41v.

¹⁵⁸ *Costumeiro de Pombeiro*, ff. 35r, 35v, 50v.

¹⁵⁹ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 34r.

¹⁶⁰ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 40v.

¹⁶¹ *Costumeiro de Pombeiro*, f. 94v.

Quadro I
TÁBUA DOS OFICIAIS DO MOSTEIRO

EM LATIM	EM PORTUGUÊS
<i>Abbas</i>	Abade
<i>Prior</i>	Prior
<i>Camararius</i>	Ecónomo
<i>Cellerarius</i>	Celeireiro
<i>Refectorarius</i>	Refeitoreiro
<i>Potegarius</i>	Encarregado da adega
<i>Sacrista</i>	Sacristão
<i>Armarius</i>	Encarregado dos livros
<i>Elemosinarius</i>	Esmoler
<i>Magistri</i>	Mestres
<i>Gramaticus</i>	Gramático
<i>Infirmarius</i>	Enfermeiro
<i>Hospitalarius</i>	Hospedeiro
<i>Circatores</i>	Vigilantes do mosteiro
<i>Praecentor</i>	Encarregado do coro
<i>Sacerdos</i>	Sacerdote
<i>Diaconi et subdiaconi</i>	Diáconos e subdiáconos
<i>Cantores</i>	Cantores
<i>Lectores</i>	Leitores
<i>Custodes ecclesiae</i>	Encarregado da igreja
<i>Custodes infantum</i>	Encarregados das crianças
<i>Custodes iuvenum</i>	Encarregados dos jovens
<i>Famuli abbatis</i>	Criados do abade
<i>Famuli apotece</i>	Ajudantes do encarregado da adega
<i>Famuli camararii</i>	Ajudantes do camareiro
<i>Famuli cellerarii</i>	Ajudantes do celeireiro
<i>Famuli elemosinarii</i>	Ajudantes do esmoler
<i>Famuli potegarii</i>	Ajudantes do encarregado da adega
<i>Famuli quoquine</i>	Ajudantes da cozinha
<i>Famuli sacristae</i>	Ajudantes do sacristão
<i>Servitores</i>	Ajudantes; Criados
A COMUNIDADE	
<i>Oblati</i>	Oblatos
<i>Novitii</i>	Noviços
<i>Conversi</i>	Conversos

Quadro 2
CORRESPONDÊNCIA DAS HORAS ROMANAS E ACTUAIS¹⁶²

HORA ROMANA	EQUINÓCIO 21 Mar./ 22 Set.	SOLESTÍCIO DE VERÃO (21 Junho)	SOLESTÍCIO DE INVERNO (21 Dezembro)
I começa às	6 horas	4.30 horas	7.30 horas
acaba às	7	5.45	8.15
II acaba às	8	7	9
III acaba às	9	8.15	9.45
IV acaba às	10	9.30	10.30
V acaba às	11	10.45	11.15
VI acaba às	12	12	12
VII acaba às	13	13.15	12.45
VIII acaba às	14	14.30	13.30
IX acaba às	15	15.45	14.15
X acaba às	16	17	15
XI acaba às	17	18.15	15.45
XII acaba às	18	19.30	16.30

Quadro 3¹⁶³
A ALIMENTAÇÃO MONÁSTICA

PERÍODOS DO ANO	HORAS DAS REFEIÇÕES		JEJUM E ABSTINÊNCIA	ALIMENTO OU BEBIDA SUPLEMENTAR
	1ª REFEIÇÃO	2ª REFEIÇÃO		
De 13 de Setembro à Quaresma (Quaresma monástica)	Depois de Noa	Domingos, festas de doze lições, oitavas e outros dias especiais	Excepto nos dias em que é suprimido	<i>Mixtum</i> ¹⁶⁴ Uma bebida antes de deitar (depois das cinco da tarde)
Quaresma (Quaresma eclesiástica)	Depois de Vésperas	Domingos, festas de doze lições, oitavas e outros dias especiais	Rigoroso	<i>Mixtum</i> Uma bebida antes de deitar (depois das cinco da tarde)
Da Páscoa ao Pentecostes	Depois de Sexta (12h00)	Depois de Vésperas	Suprimido	<i>Mixtum</i> Bebida a meio da tarde (depois de Noa – c.15h00)
Do Pentecostes a 13 de Setembro	Depois de Sexta (12h00)	Depois de Vésperas	Às quartas e sextas-feiras	<i>Mixtum</i> Bebida a meio da tarde (depois de Noa – c.15h00)

¹⁶² Regra de S. Bento, 2ª ed. traduzida do latim e anotada, Singeverga, ed. «Ora et Labora», 1992, p.155.

¹⁶³ Este quadro e os dois que se seguem foram estabelecido com base na Regra de S. Bento, no *Costumeiro de Pombeiro* e na bibliografia utilizada para a elaboração do trabalho.

¹⁶⁴ O *mixtum* era dado, em todos os períodos do ano, e normalmente, às crianças (para não estarem muitas horas sem comer, em certas horas do dia, geralmente depois de Prima), aos leitores do refeitório (para não estarem em jejum enquanto liam), ao celeireiro e ajudantes (que tinham que ajudar durante as refeições) e aos sacerdotes e seus ajudantes (que celebram e ajudam aos ofícios antes das refeições).

Quadro 4
OS ALIMENTOS

ALIMENTOS	DIÁRIOS	FORA DO JEJUM E ABSTINÊNCIA	SUPLEMENTO ALIMENTAR
Pão	X		
Vinho	X		
Legumes	X		
Peixe	X		
Carne de Aves	X		
Fruta	X		
Ovos		X	
Queijo		X	
Manteiga		X	
Pastéis de carne		X	
Doces:			
crespelli		X	
nebulae		X	
caseate		X	
brachiales		X	
Especiarias:			
Pimenta		X	
Canela		X	
Generale ¹⁶⁵			X
Pietancia ¹⁶⁶			X
Mixtum ¹⁶⁷			X
Collatio ¹⁶⁸			X

Quadro 5

A EMENTA MONÁSTICA	
Dois pratos	de alimentos cozidos (peixe ou carne de aves)
Um prato	de legumes e/ ou frutos cozidos ou frescos (conforme a época)
Por dia:	uma libra de pão
	uma hemina de vinho
Proibido:	carne de quadrúpedes (excepto para os doentes)

¹⁶⁵ Porção individual de legumes.

¹⁶⁶ Pequena quantidade de alimento ou de bebida.

¹⁶⁷ Refeição leve.

¹⁶⁸ Bebida suplementar.

Quadro 6
O QUOTIDIANO DOS MONGES DE POMBEIRO¹⁶⁹

Horário	Horas canônicas	Estrutura das horas canônicas e outras actividades ligadas ao ofício	Outras actividades do quotidiano monástico
2h00			Levantar
	MATINAS e LAUDES	Trina oratio (Pai-Nosso, Avé Maria e Credo) 15 salmos graduais Matinas Matinas e Laudes a Nossa Senhora (ofício menor de Nossa Senhora), a todos os santos e aos defuntos orações diversas procissão ao altar do Crucifixo ¹⁷⁰	
	Depois de MATINAS e LAUDES		Regresso ao dormitório se ainda não houver luz do dia. Ao surgir da aurora, levantam-se, lavam as mãos e regressam à Igreja
c. 6h00	PRIMA	Três salmos Uma lição orações finais Prima do ofício menor de Nossa Senhora e seus salmos familiares 7 salmos penitenciais ladainhas e orações a Nossa Senhora	
			Trocar os sapatos de noite pelos de dia
	Depois de PRIMA		Capítulo: obrigatória a presença de toda a comunidade, incluindo crianças e doentes 1ª parte – litúrgica e de edificação (recitação de algumas orações, leitura de um capítulo da Regra e seu comentário, ou duma passagem do Evangelho) 2ª parte – administração do temporal do mosteiro (todos os oficiais dão conta de assuntos respeitantes à comunidade) 3ª parte – disciplinar
		Missa matinal	
c. 9h00	TÉRCIA	Salmos e orações Tércia a Nossa Senhora e seus salmos familiares	
	Depois de TÉRCIA	Missa maior	

¹⁶⁹ Este esquema tem em conta o horário de Verão dos monges e foi estabelecido segundo o *Costumeiro de Pombeiro* e a obra de Frei Leão de S. Thomaz, *Benedictina Lusitana*, t. II, cap. X, § 1, p.57. No *Costumeiro de Pombeiro* não há referências explícitas ao trabalho manual, o que acentua ainda mais a dedicação quase exclusiva dos monges negros ao Ofício Divino, por oposição aos cistercienses que valorizam mais esse trabalho manual, de acordo com o espírito da *Regra*, cujos pólos fundamentais do espírito beneditino eram *ora et labora*.

12h00	SEXTA	Salmos e orações Sexta de Nossa Senhora e seus salmos familiares	
	Depois de SEXTA		Almoço: 2 pratos de alimentos cozidos (peixe e carne de aves) 1 prato de legumes e/ ou fruta pão vinho
			período de leitura, descanso ou conversação
c.15h00	NOA	Salmos e orações Sexta de Nossa Senhora e seus salmos familiares	
	Depois de NOA		Bebida a meio da tarde
c.17h00	VÉSPERAS	19 salmos orações pelos defuntos Vésperas Salmos e orações Vésperas de Nossa Senhora e seus salmos familiares Lava-pés (mandatum fratrum)	
	Depois de VÉSPERAS		Jantar (refeição mais leve que a primeira)
		Período de leitura em voz alta no coro	
c.19h30	COMPLETAS	Salmos e orações Completas de Nossa Senhora	
20h00	Depois de COMPLETAS		Deitar. Silêncio absoluto.

¹⁷⁰ É de assinalar aqui estas duas notas da espiritualidade Mariana e da Paixão. A devoção a Nossa Senhora e à Paixão do Senhor são constantes do ritual litúrgico monástico de Pombeiro.

os Beneditinos na Europa

Iº CONGRESSO INTERNACIONAL
23 A 26 DE NOVEMBRO DE 1993
SANTO TIRSO

LA CONGREGACIÓN BENEDICTINA OBSERVANTE DE VALLADOLID Y LA REFORMA DE LOS MONASTERIOS BENEDICTI- NOS PORTUGUESES (1390-1590)

*Ernesto Zaragoza y Pascual
Teólogo y Académico
de la Real de la Historia*

I. LA CONGREGACIÓN DE SAN BENITO DE VALLADOLID

Sabido es que la Congregación Benedictina Observante española tuvo origen en el monasterio de San Benito el Real de Valladolid, fundado por el rey Juan I en 1390 con monjes procedentes de Nogal de las Huertas, presididos por Fr. Antonio de Ceinos.

La observancia del nuevo monasterio consistía en la guarda literal de la regla benedictina, la perfecta vida común, la presidencia de un prior perpetuo —y no abad—, ceremonias propias y el voto de clausura perpetua, con rejas y torno, al estilo de las monjas de Sta. Clara, con el fin de evitar el girovagismo de los monjes.

Tras los primeros y difíciles años de la fundación, la comunidad fue acrecentándose en monjes y bienes y así cinco lustros después pudo acometer la reforma del monasterio de San Claudio de León (1417), a la que siguieron las de S. Bartolomé de Medina del Campo (1421), San Benito de Sahagún (1425), San Juan de Burgos (1436), Ntra. Sra. de Sopetrán (1449)¹, San Salvador de Oña (1450), Sto. Toribio de Liébana (1458) y San Isidro de Dueñas (1478); y fundó los monasterios de Ntra. Sra. de la Consolación de Calabazanos (1431), Ntra. Sra. de la Misericordia de Frómista (1437) y Ntra. Sra. del Bueso (1460). A finales del siglo XV la Observancia Vallisoletana trascendió las fronteras del reino de Castilla-León, y por encargo de los Reyes Católicos reformó el monasterio de Montserrat (1493) y los del Reino de Galicia y Principado de Asturias, llegando a comprender a principios del siglo XVI todas las abadias españolas (40 con su prioratos)², excepto las de la Corona de Aragón, que fuera de tres

¹ E. ZARAGOZA, *La unión del monasterio de Sopetrán a la Observancia Vallisoletana (1456)*, en *Wad - Al - Hayara*, núm. 21 (1994) 41-50.

² ID., *Los generales de la Congregación de San Benito de Valladolid*, vols. I y II, Silos, 1973-76; ID., *La reforma monásti-*

monasterios, continuaron formando la Congregación Benedictina Claustal Tarraconense y CesarAugustana hasta 1835.

La influencia reformadora de Valladolid alcanzó también a monjas benedictinas, de las cuales se unieron a la Congregación los monasterios de San Payo de Antealtares— donde reunieron las monjas de todos los monasterios pequeños de Galicia —, San Pelayo de Oviedo y Santa María de la Vega de Oviedo, y Vega de la Serrana, a los cuales la Congregación servía espiritualmente por monjes vicarios. Sin embargo, los demás monasterios de monjas, aunque sometidos al Ordinario, recibieron también la influencia benéfica de la Observancia Vallisoletana, así los de San Salvador del Moral, los de Sta. Cruz y S. Pedro de las Dueñas, de Sahagún, Santa Apolonia de Burgos, etc.

Los primeros priores de San Benito de Valladolid fueron perpetuos, pero a partir de 1465 fueron trienales, aunque los de los demás monasterios eran bienales, hasta que a partir de las Constituciones de 1500, fueron todos los superiores abades trienales hasta 1613, que empezaron a ser cuatrienales. La celebración del capítulo general en Valladolid cada tres años y los llamados capítulos privados (compuestos por el definitorio y los abades cercanos al monasterio de su celebración, para tratar puntos urgentes), legislaban para todos los monasterios de la congregación. Con ello la centralización de la Congregación en Valladolid fue total y muy grande el poder del abad general —y abad de

Valladolid hasta 1613— y del definitorio, que elegía los abades de las casas con pocos monjes de comunidad y de los colegios, que por no tener noviciado carecían de monjes profesos, aunque conservaban el título de abad y abadía, a tenor de las Constituciones de 1563, llamadas de Madrid. En estos años la Congregación tenía unos 1.000 monjes sacerdotes, unos 80 legos y donados, casi una veintena de ermitaños en Montserrat y otra veintena de monjes de coro llamados « monjes de manto », que eran unos pocos privilegiados que habían tenido cargos importantes en el siglo y no podían o no querían estudiar para ser ordenados sacerdotes.

En Montserrat, donde la Congregación envió los monjes mejores y más preparados al mando de Fr. García de Cisneros, la escuela de espiritualidad benedictino-vallisoletana se integró con la *devotio moderna*, que Cisneros propagó mediante la imprenta, con sus dos obras fundamentales: *Exercitatorio de la Vida Spiritual* y *Directorio de las Horas Canónicas*³, que influyeron decisivamente en la espiritualidad de la época y fueron el vademécum de los benedictinos más de dos siglos. Las líneas de fuerza de la espiritualidad vallisoletana son las del predominio de la voluntad y el afecto sobre el conocimiento, al estilo de la escuela franciscana villacreciana.

El imparable avance de la reforma vallisoletana en los reinos de Castilla-León, Galicia y Principado de Asturias y La Rioja, hizo desaparecer las congregaciones Claustales de Toledo y Galicia⁴ pero no logró incorporar los monasterios de la Tarraconen-

ca del monasterio de Santa María de Menzón (1498-99), en *Compostellanum*, vol. XXXVIII (1993) 395-433; ID., *La sillería de San Benito el Real de Valladolid*, en *Nova et Vetera*, vol. 19 (1985) 151-180; J. L. RODRÍGUEZ, *Historia del monasterio de San Benito el Real de Valladolid*, Valladolid, 1981.

³ C. BARAUT, *García Jiménez de Cisneros. Obras completas*, 2 vols., Col. *Scripta et Documenta*, vol. 16, Monserrat, 1965; E. ZARAGOZA, *La práctica de la contemplación entre los monjes benedictinos reformados españoles, durante los siglos XIV y XV*, en *Nova et Vetera*, núm. 2 (1976) 3-19; ID., *La Práctica de la oración mental metódica entre los benedictinos españoles del siglo XVI*, en *Ibid.*, núm. 3 (1977) 107-121; ID., *Libros que alimentaban la vida espiritual de los benedictinos vallisoletanos del siglo XV*, en *Ibid.*, núm. 4 (1977) 267-279; ID., *Reglas y avisos para los que no están ejercitados en la oración*, en *Ibid.*, núm. 7 (1980) 37-49; ID., *El tratado de oración de Fr. Ciriaco Pérez*, en *Ibid.*, núm. 13 (1982) 67-86; ID., *Diez reglas para los que caminan según el espíritu*, en *Ibid.*, núm. 7 (1979) 107-116; ID., *Tratado del Espíritu Santo del V. Juan de S. Juan de Luz*, Zamora, 1978, Sant Feliu de Guixols, 1989; ID., *Instrucción breve del abad Alonso Cano, natural de Jaén*, en *Bol. del Inst. de Estud. Giennenses*, núm. 149 (1993) 245-303; ID., *Tratado de los escrúpulos del abad Alonso Cano*, en *Ibid.*, (1995); ID., *Diálogo de la vida eremítica del V. Fr. Pedro Alonso de Burgos*, en *Nova et Vetera*, núm. 36 (1993) 257-284 y *Vida y obras del Fr. Alonso de Burgos*, en *Burgense*, vol. 37 (1996) 509-547.

⁴ E. ZARAGOZA, *La Congregación Benedictina Claustal Toledana*, en *Bol. de la Institución Fernán González*, de Burgos, n.º 214 (1997) 47-60.

se, fuera del los de Montserrat, Sant Feliu de Guíxols y Sant Benet de Bages⁵ La Observancia Casinense, implantada en St. Feliu de Guíxols el 1435, merced al abad Bernat de Torrella, que alcanzó licencia de Nicolás V para ello, se implantó en Montserrat, pero sólo duró una docena de años (1443-56), quedando únicamente en St. Feliu de Guíxols, hasta que este monasterio se integró en la Observancia Vallisoletana en 1523⁶.

Los demás monasterios de la Tarraconense fueron también reformados en la segunda mitad del siglo XVI, pero ya sin intentar unirlos a la Congregación de Valladolid⁷.

La Congregación de Valladolid favoreció un importante y decisivo impulso de reforma aún entre los cistercienses de Castilla, tras el Capítulo General de 1500 y la primera declaración de las regla de San Benito hecha por los monjes vallisoletanos (1554)⁸.

Pero no fue hasta 1563, cuando por influjo de Felipe II se hicieron las constituciones de Madrid, que impusieron la sexenalidad de los abades y regularon todos los aspectos de la vida común, suprimieron los prioratos, etc. las cuales fueron implantadas por visitadores apostólicos, elegidos entre los mismos monjes que habían formado la Junta de Madrid, cuyos relatos de implantación en los monasterios han llegado hasta nosotros, juntamente con los mandatos de visita⁹ y el estado económico de los mismos¹⁰.

También en Montserrat hubo visita apostólica en 1586— por cierto muy turbulenta, pues murió envenenado uno de los tres visitadores— pero su objeto no era la reforma de la observancia monástica, sino la pacificación de la difícil convivencia entre los monjes de la Corona de Aragón y los del resto de la Península Ibérica, a causa del reparto de cargos y

⁵ E. ZARAGOZA, *La unión del monasterio de Bages a Montserrat*, en *Studia monastica*, vol. 24 (1982) 389-394.

⁶ G. DE ARGAIZ, *La Perla de Cataluña. Historia de Ntra. Sra. de Monserrote*, Madrid, 1677, p. 94; E. Gattula, *Historia abbatiae Cassinensis*, vol. II, Venencia, 1677, p. 538; J. COLLELL, *Vingueren a Montserrat monjos de Monte Casino a mitjans del segle XV*, en *Analecta Montserratensia*, vol. I (1917) 193-200; A. M. ALBAREDA, *Monjos de Montecassino a Montserrat*, en *Cassinensis* (1929) 210-216; C. BARUT, *Entorn a la vinguda de monjos de Montecassino a Montserrat (1443-53)*, en *Studia monastica*, vol. 17 (1975) 295-330; E. ZARAGOZA, *La Observancia Casinense en Cataluña (1435-1523)*, en *Analecta Sacra Tarraconensia*, vol. 61-62 (1988-89) 333-360 e *Historia de los abades del monasterio de Sant Feliu de Guíxols (Siglos X-XIX)*, Sant Feliu de Guíxols, 1982, p. 44-48.

⁷ E. ZARAGOZA, *Documentos inéditos referentes a la reforma monástica en Cataluña durante la segunda mitad del siglo XVI (1555-1600)*, en *Studia monastica*, vol. 19 (1977) 92-203; ID., *Documentos inéditos referentes a la reforma de canónigos regulares y benedictinos de Aragón, Cataluña, Rosellón y Cerdeña (1581-1618)*, en *Ibid.*, vol. 31 (1989) 89-148; ID., *Reforma de los benedictinos y de los canónigos regulares en Cataluña. Documentos inéditos (1588-1616)*, en *Ibid.*, vol. 23 (1981) 71-148; ID., *Documentos referentes a la reforma de los benedictinos catalanes (1573-1596)* en *Analecta Sacra Tarraconensia*, vol. 49 (1986) 105-118. Para las benedictinas véase: ID., *Reforma de las benedictinas en Cataluña en el siglo XVI (1589-1603)*, en *Ibid.*, vol. 49-50 (1976-77) 177-204; ID., *Reforma de las benedictinas de Cataluña en el siglo XVII (1601-1616)*, en *Ibid.*, vol. 51-52 (1983) 171-190. Para el siglo XV véase ID., *Els monestirs de benedictines de l'Empordà*, en *Estudis del Baix Empordà*, núm. 14 (1995) 163-169.

⁸ Cf. el texto en E. ZARAGOZA, *Los generales de la Congregación de San Benito de Valladolid*, vol. II, Silos, 1976, p. 427-451, tomado de las *Actas de los capítulos generales de la Congregación de Valladolid*, existentes en el archivo de la misma Congregación, que se guarda en el monasterio burgalés de Sto. Domingo de Silos, vol. I, fols. 157r-174r y copias en la Bibl. de Montserrat, Ms 982 y en el Archivo Histórico Nacional, de Madrid, Códices 1174-B y Legajo 7731.

⁹ Archivo Histórico Nacional de Madrid, Clero, Leg. 7707, 7714 (Valladolid); Biblioteca Nacional, de Madrid, Ms. 781, fol. 43v-51r; Archivo de la Congregación de Valladolid (en Silos), *Documentación varia*, vol. V, fols. 68r, 74r, 220r-222r; vol. IX, 208r, 453, 466r-472r; Instituto Valencia de Don Juan, de Madrid, Envío 73, visitas de S. Millán Valladolid, S. Juan de Burgos, Arlanza, Monforte, Oña, Salamanca y Celanova, fols. 475r-489; y resumen de todas en fols. 585r-v, 599r-600r; Archivo General de Simancas, Patronato Real, Leg. 23-I, relación publicada por A. Vázquez, *Las reformas monasteriales del siglo XVI y XVII*, en *Bol. de la Com. Prov. de Monumentos de Orense*, núm. 17 (1949-52) 189-223.

¹⁰ Archivo Histórico Nacional, de Madrid Clero, Leg 7711, publicados por E. ZARAGOZA, *Estado económico de los monasterios benedictinos asturianos (1565)*, en *Bol. del Real Inst. de Estud. Asturianos*, núm. 144 (1994) 679-686.

¹¹ E. ZARAGOZA, *Documentos inéditos sobre la visita apostólica de Montserrat (1584-1613)*, en *Studia monastica*, vol. 26 (1984) 91-113.

aceptación de postulantes entre los naturales de las facciones¹¹.

Con esto llegamos a finales del siglo XVI, que es el término que nos hemos propuesto para nuestro trabajo.

2. LA REFORMA DE LOS MONASTERIOS BENEDICTINOS PORTUGUESES (1558-1590)

Tres fueron los intentos de reforma de los monasterios benedictinos portugueses, por medio de la Congregación Benedictina Observante de Valladolid. El primero tuvo lugar en 1558¹², por iniciativa de Dña. Catalina, regente del reino en la minoría de edad del rey D. Sebastián, ayuda de D. Miguel da Silva, obispo de Viseo y tío del abad comendatario de San Tirso de Riba d'Áve, D. Antonio de Silva, que obtuvo bula del Papa Paulo IV para reformar este monasterio.

D. Catalina escribió a su sobrina, Dña. Juana, gobernadora de Castilla en ausencia de Felipe II, y al embajador de Portugal en Valladolid, D. Martín Correa da Silva, para que le enviasen monjes observantes vallisoletanos. Trasladada la súplica al abad general Fr. Diego de Lerma, éste envió a Portugal a dos monjes profesos de Montserrat, a saber: Fray Pedro de Chaves, natural de Zafra (Badajoz), ex-maestro de novicios, que había publicado: *Vida y conversión de Santa María Magdalena* (Barcelona 1549) – hoy obra rarísima de hallar, aunque fue vertida al

italiano– y Fray Plácido de Villalobos, natural de Lisboa, que sería abad de Rendufe y de Lisboa y abad general de la Congregación Benedictina Portuguesa (1581-87) y moriría con fama de santidad en Lisboa el 16 de Agosto de 1589.

Estos visitantes apostólicos hicieron la reforma de dicho monasterio, aunque con la oposición de algunos monjes de la comunidad, que finalmente se marcharon. Una vez reformado San Tirso, los visitantes informaron a Dña. Catalina y al Cardenal Enrique sobre la necesidad de reforma que tenían todos los monasterios. Mas como no se podían reformar sin licencia pontificia, en espera de obtenerla, el P. Chaves regresó a España, dejando al P. Villalobos como prior de San Tirso¹³.

Pasaron unos años y fueron llamados de nuevo los benedictinos vallisoletanos a reformar los monasterios benedictinos portugueses. Para ello, el abad general Fr. Juan de Villaumbrales (1562-65) envió a Fr. Alonso de Zorrilla, profeso de Oña, ex-predicador apostólico de Alemania, substituto del embajador español en el Concilio de Trento y doctor en teología por Bolonia, que había sido abad de San Juan de Burgos, Oña y Salamanca¹⁴, acompañado de Fr. Juan de Guzmán, substituído en 1565 por Fr. Juan de Talavera¹⁵.

Partieron los visitantes en 1563 a reformar primero el monasterio de Paço de Sousa, como lo había pedido su comendatario, D. Manuel Santos, obispo de Targa. Huyeron casi todos los monjes, pero la reforma se llevó a cabo. Luego teniendo como secretario al P. Plácido de Villalobos, Fr. Alon-

¹² A. MIREUS, *Origines benedictinae*, Colonia, 1614, p. 336-337 dice que en 1549 el jerónimo Fr. Jaime de Murcia, abad comendatario de San Nicolás de Coímbra obtuvo de Paulo III licencia para reformar los monasterios benedictinos y que en 1555 fundó un colegio en Coímbra con doce postulantes.

¹³ E. ZARAGOZA, *Los generales de la Congregación de San Benito de Valladolid*, vol. II, Silos, 1976, p. 309-312.

¹⁴ Véase su biografía en ID. *Ibid.*, vol. III, Silos, 1979, p. 31-51.

¹⁵ Fray Juan de Guzmán era natural de Olmos de Río Pisuerga (Palencia) y profeso del monasterio de San Juan de Burgos, donde había tomado el hábito en 1522. Fue maestro en teología por la Universidad de Bolonia y durante más de veinte años (1565-88) fue procurador general de la Congregación de Valladolid en Roma. Fue también vicario del monasterio de benedictinas de San Payo de Antealtares, de Santiago de Compostela (1592-95), y definidor general (1595-98). Murió hacia 1610 y el cronista de su monasterio le califica de «homo virtutis et vir quadratus». Tenía un hermano llamado Diego, también profeso del monasterio de San Juan de Burgos, Cf. *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques*, vol. XXII, col. 1325. Fray Juan de Talavera, natural de Talavera de la Reina (Toledo) era profeso de San Salvador de Oña, donde había tomado el hábito en 1558. Era maestro en teología y predicador general de la Congregación de Valladolid. Fue prior, maestro de novicios y estudiantes del colegio de Coímbra y predicador de los reyes de Portugal. Después regresó a España y fue abad de Ntra. Sra. de Sopetrán (1598-1601). Murió en Oña en febrero de 1602, *Ibid.* (en prensa).

so de Zorrilla visitó los monasterios de San Nicolás de Coimbra, San Tirso, Tibães, Refoios, Arnoia, Bustelo, Travanca, Pombeiro, Rendufe, Carvoeiro, Palme, San Román de Neiva, Alpendorada, Cete, Pedroso, San Salvador de Viana y San Clodio, hallando en todas partes miserias morales, falta de observancia, de rentas y de edificios y descuido en la administración de los bienes. Lo sabemos porque el visitador envió una relación de la visita al cardenal Enrique, juntamente con la súplica de que alcanzara las bulas necesarias para consolidar la reforma¹⁶.

Según esta relación, en Coimbra halló 8 monjes que a título de estudiantes ni estudiaban ni rezaban el oficio divino monástico «ni aun una misa cantada los domingos». Fray Alonso intentó «ordenar los estudios y exerçios dellos y por los enseñar a rezar y cantar y todas las cosas de cerimonias y disciplina monástica, que nada sabían ni querían saber, antes se burlan de lo que se les enseña». En San Tirso querían quitar al prior Fr. Plácido de Villalobos «y volverse a su libertad antigua y por esto tenían la casa muy revuelta y tenían ya trazadas grandes negoçiaçiones con el tesorero de la yglesia mayor de Porto, Alfonso Conçález, lo qual se desbarató con desunirlos y echar algunos dellos fuera de St. Tirso», pero tenían esperanzas de llegar a un entendimiento con el comendatario cardenal Farnese y volver a su antiguo género de vida relajada. «En Tibães hallé el monasterio robado y tan del todo robado y despojado de todo, que más ni menos que si me aposentara en el campo, me fue necesario proveerme de todo de fuera... y a los monges hallé ençerrados y más que presos muy tiranizados, más que esclavos, que ny para ayudar a morir al obispo de Sto. Tomé y darle los sacramentos no los soltaron ni vieron morir ni supieron aun que era muerto hasta que quando les plugo a sus criados se le sacaron fuera muerto y le entregaron a los monjes para que lo enterrassen como sy les dieran el cuerpo de algún esclavo negro que hallaran muerto en un establo, el qual no dexó ny una missa que le dixessen y los monges estaban en aquellas cárceles sucias y hediondas muy propietarios que aunque yban a comer al refectorio, pero cada uno hacía su

comida y tenía un moço para eso y la celda de cada uno era su despensa y ningún exerçio espiritual tenían más que dezir sus oras en el coro y hazer su ortaliza y guisar cada uno su comida, ny tenían más que un temor servil de esclavos, como los tenía el obispo amilanados y todos encogidos y apocados sin espíritu ny gusto de Dios ni de cosa divina alguna, lo qual con el orden que allí se ha puesto se va muy bien remediando y con que se van tomando novicios que se van criando en exerçios espirituales con que se levantan al conoscimiento de Dios y a su amor». Sigue diciendo que Fr. Juan de Leiria impedía la reforma y que había ido a San Salvador de Viana con el intento de derribar el monasterio a fin de que no se implantase en él la reforma, pero que muchos hidalgos de Viana se le quejaron «con grandíssimo sentimiento dello y algunos con lágrimas». «En Refoyos hallé a los monges tyranizados y monges todos moços y todos vaxos y de pozo y todos ignorantes y no ocupados más que en dezir las oras del coro, sin exerçio ninguno espiritual ny de lección ny oraçion», y que no los querían ordenar en Braga por ignorantes. Fr. Alonso puso remedio a esta situación, pero encontró la oposición de Juan y Gonzalo Pinto que intentaban enajenar cuanto podían de los monasterios de Refoios y Coimbra. En el monasterio de Arnoia halló un solo monje, pero puso en él dos monjes más y se concertó con el comendatario Álvaro Barbosa. La casa de «Trabanca estaba perdida y los edificios todos ruynosos, pocos y no basta lo que tiene el convento para se poder mantener». No tenían clausura. Después de visitados se conjuraron con los monjes de Paço de Sousa, Bustelo y S. Juan de Pendorada para apelar de la visita. Volvióles a visitar Fr. Alonso y aunque algunos huyeron, los demás obedecieron los mandatos de la visita. En Pombeiro halló algunos monjes que querían la reforma, pero el prior, que gozaba de una renta de 80.000 maravedís anuales, lo estorbaba. Fray Alonso hizo lo que pudo, que no fue mucho, porque vivían amancebados y sin vida de comunidad alguna.

En Rendufe halló los edificios en muy buen estado, pues los había reparado el comendatario D. Enrique

¹⁶ Copia de esta relación autógrafa la hallé en el Archivo Histórico Nacional, de Madrid, Clero, Carp. 946, núm. 1. y la publiqué con el título: *Reforma de los benedictinos portugueses (1564-1565)*, en *Bracara Augusta*, vol. XXXV (1981) 5-20.

de Sousa, «pero los monjes los hallé muy perdidos, ydiotas y giróvagos y amañebados con hijos y que tenían muy poco de ración, por lo qual yban a ganar de comer por las yglesias de la tierra y a pescar y caçar para poder vivir y poderse mantener y eran todos aquellos monges de muy baxa suerte, más para labrar que para hazer offiçio divino». Habló con el comendatario para que les diera más renta, cosa que prometió. En Carvoeiro halló cuatro monjes «muy tiranizados y encarçelados a la manera que los de Tibães». Aquí pidió al comendatario que construyese algunos edificios para que los monjes pudieran llevar vida de comunidad, lo que prometió hacer. En Palme había solamente tres monjes y un novicio y todos andaban fugitivos. Encontró «todo el monasterio caydo y ruynoso sin çeldas ni otra ninguna oficina para poner los monges en comunidad, ny aun por las claustras se puede andar sin peligro, que están destexadas y las paredes para caer y todo perdido». Aquí habló con el comendatario para que restaurase los edificios, y los monjes obedecieron la visita. «Al monasterio de San Román de Neiva hallé del todo perdido y asolado por causa de las differencias y pleitos y muertes que entre sí por espacio de veinte años han tenido los comendatarios que no dexaron ni piedra, sino es sola la yglesia y una deheça que tenían, que dizen era la mejor de entre Duero y Miño, la talaron toda sin dexar un solo árbol en ella». Además, el comendatario, con la hacienda del monasterio, había casado a tres hijas suyas, «y al monge que hablaba o contradecía le hazía moler a azotes y aun a palos» y otras tropelías semejantes. «Lo espiritual estaba aún muy peor», pues dice que eran tres monjes y un «muy viejo y tollido prior y esto allende, tenían sus mançebas y sus hijos públicos, se yban de noche y de día por las ventas y tabernas de toda la tierra a jugar y putear, a beber hasta de ordinario se enveodar». A los tres despachó del monasterio y en su lugar puso a un prior y tres monjes más que vivieran en observancia y clausura, repararan los edificios y recuperaran la hacienda. Fray Alonso fue a Celanova a encargar libros de coro, porque del oficio monástico no los había en Portugal. «A Bustelo hallé con un prior

perpetuo y todos los religiosos casy amañebados y propietarios y muy puestos en no dexar la propiedad, con sus casillas, como a casados». A éstos los castigó y en lo demás intentó remediar cuanto pudo. «En Paço de Sousa hallé gran perdiçión y disolución mucha en sus monges que ally estaban, todos cantores y vanos y cargados de mugeres y hijos sin ninguna manera de clausura ny recogimiento ny de día ni de noche y que eran escandalosíssimos en toda aquella tierra. Hize todo lo posible para los volber al buen camino... perdonándoles por esto lo passado», pero no aceptaron esta proposición y se marcharon del monasterio. En su lugar Fr. Alonso puso un prior y cuatro monjes más y entraron algunos novicios. «En Sant Joan de Alpendorada hallé monges perdidíssimos, todos galanes y muy polidos en sus trajes y todos casy amañebados, y de diez quedaron sólo tres, que los demás se fueron». Aquí puso a cinco monjes observantes y entraron dos novicios.

«Vi a Çete y al Pedroso y St. Salvador y todos aquellos se quedan perdidos y propietarios» por causa de los comendatarios. No visitó los monasterios de San Clodio, Miranda, Ganfen, Sant Fine y San Juan de Longavares porque ninguno de ellos tenía monjes¹⁷. En 1565 Fr. Alonso de Zorrilla fue llamado para que asistiera al Capítulo General de Valladolid y allí acudió acompañado del monje portugués Fr. Cosme de Mendanha. Poco después de la celebración de dicho capítulo fue elegido segunda vez abad del colegio de San Vicente de Salamanca, donde acudió en compañía del P. Mendanha, que aprovechó la estancia en la ciudad del Tormes para estudiar en la Universidad. Mientrastanto en Roma se impetraban las bulas de reforma, que finalmente se lograron gracias a los buenos oficios del P. Villalobos. Pío V permitió que los monasterios benedictinos portugueses pudiesen formar una Congregación Observante con los mismos privilegios y gracias de que gozaban las de Valladolid y Sta. Justina de Padua. La bula fue dada en 1566, pero como no incluía la trienalidad de los abades, se pidió otra, que fue expedida el 13 de agosto de 1567. El año anterior (1566), el P. Villalobos, que era comendatario de Tibães desde la muerte del

¹⁷ E. ZARAGOZA, *Los generales de la Congregación de San Benito de Valladolid*, vol. III, Silos, 1979, p. 40-41.

¹⁸ L. DE SANTO TOMÁS, *Benedictina lusitana*, vol. II, Coimbra, 1651, p. 416, Cf. E. ZARAGOZA, *Los generales*, o.c., vol II, p. 312.

dominico Bernardo, obispo de Sto. Tomé, fundó el primer monasterio de San Benito de Lisboa¹⁸.

El Cardenal Enrique quería que fuera el P. Zorrilla el ejecutor de las bulas pontificias, pero éste había sido elegido abad general de la Congregación de Valladolid y no podía ocuparse de ello. La ejecución se detuvo, pero Fr. Cosme de Mendanha pasó a Portugal y tras tratar el caso con el Cardeal Enrique, regresó con cartas para el P. Zorrilla, pidiendo que enviara como ejecutor de las bulas a Fr. Pedro de Chaves, entoces retirado en Oña. Así lo concedió el P. Zorrilla que encargó al P. Chaves que fuera a Portugal para efectuar la visita apostólica y constituir la Congregación Portuguesa. Tras pasar por Medina del Campo, donde le fueron dados 200 ducados para el viaje, y por Celanova para recibir las instrucciones del General, que allí estaba pasando visita canónica, el P. Chaves empujó camino a Portugal con la patente del General, fechada el 4 de julio de 1568, que le daba por secretario al P. Villalobos¹⁹.

Acompañado de Mendanha, el P. Chaves fue a Lisboa y de allí a Contra Alcobaça donde el rey se había desplazado a causa de la epidemia que había en la capital. Allí recibieron facultad del monarca para que en el espacio de tres años pudieran visitar, corregir y reformar los monasterios, abades y monjes benedictinos portugueses y el 22 de julio de 1569 nombró al P. Chaves abad de San Martín de Tibaes, que había de ser la casa generalicia de la nueva Congregación, y abad general de ésta por espacio de diez años, a tenor de las bulas. Además les dieron provisiones para los obispos de Braga y de Porto en cuyas diócesis estaban situados casi todos los monasterios— para que les permitieran visitar los monasterios y reformarlos.

El P. Chaves tomó posesión de Tibaes el 8 de noviembre del mismo año, y dióle la bienvenida el prior de Pombeiro, que exhortó a la comunidad a aceptar la nueva observancia y para dar ejemplo pidió un escapulario y se hizo la tonsura al estilo de los monjes de Valladolid.

Pocos días después el P. Chaves fue tomando posesión de los monasterios que habían de formar la Congregación, a saber: San Martín de Tibaes, San Andrés de Rendufe, San Román de Neiva, San Miguel de Refoios de Basto y el colegio de Coimbra, que eran los que podían ser incorporados de pleno iure, y los de Pombeiro, Travanca, Arnoia, Cabanas, Ganfei, Pendorada, San Tirso, Paço de Sousa y Palme, que también serían incorporados, pero que todavía tenían abades comendatarios perpetuos y había que esperar a que murieran o renunciaran a su cargo²⁰.

Visitados todos los monasterios, se reunió el primer capítulo general constituyente de la Congregación (1570) en el monasterio de Tibaes, y en él se redactaron las constituciones calcadas de las de Valladolid, y se acordó que se edificase nuevo monasterio en Lisboa para que fuera la casa generalicia, como en efecto se comenzó en 1571 y se inauguró la noche de Navidad de 1573, bajo la advocación de Ntra. Sra. de la Estrela²¹.

La reforma de los monasterios mediante la implantación de las observancias vallisoletanas estaba hecha, pero la unión jurídica de los mismos a la Congregación no estaba aún lograda, puesto que no tenían la libre elección de abades y éstos no eran trienales. Para facilitar las cosas, Felipe II escribió (junio de 1583) a su embajador en Roma, mandándole solicitara del Papa la correspondiente bula para que «los monasterios (de agustinos y benedictinos) que aún no están reformados, se unan in perpetuum a las Congregaciones de las dichas Ordenes reformadas del dicho reyno respectivo y que se gobiernen por priores y abbades trienales»²². Mas no podía concederlo el pontífice sin que el rey renunciara al derecho de patronato sobre la elección de los abades, cosa que hizo Felipe II, pues lo pidió al Papa en carta a su embajador del 20 de julio de 1587²³.

Obtenidas las bulas, nuevamente fueron solicitados los buenos oficios de los benedictinos vallisoleta-

¹⁹ E. ZARAGOZA, *Los generales*, o.c. vol. III, p. 42.

²⁰ L. DE SANTO TOMÁS, o.c., vol. II, p. 64, 82.

²¹ TOMÁS DE AQUINO, *Elogios dos Reverendissimos Padres DD. Abbades Geraes da Congregação Benedictina do Reyno de Portugal e Principado do Brasil*, Porto, 1769, p. 22-29.

²² Archivo General de Simancas, Estado-Roma, Leg. 944.

²³ Archivo Secreto Vaticano, Nunziatura Spag. vol. 33, f.311.

nos. En esta ocasión, por voluntad de Felipe II, fueron enviados como visitadores apostólicos, los venerables Fr. Álvaro de Salazar²⁴ y Fr. Sebastián de Villoslada²⁵, que en 1570 habían fundado la recolección benedictina en San Millán de Suso.

Pasaron la visita entre noviembre de 1588 y el 24 de abril de 1589, de la cual nos queda una «*Relación secreta y particular, que por mandado del serenísimo príncipe Cardenal Alberto le hizo Fr. Alvaro de Salazar, abbad de San Millán, de lo que allaron él y su compañero Fr. Sebastián de Villoslada, visitando la Congregación de nuestro glorioso Padre San Benito en este reyno de Portugal por mandato de su magestad y de su alteza año de 1589*»²⁶, fechada el 24 de abril de 1589. Por ella sabemos que los visitadores encontraron a los monjes divididos en dos facciones, llamadas de los

martinetes y de los nicolaítas, tomando el nombre del monasterio de San Martín de Tibaes y de San Nicolás de Coimbra, respectivamente, donde residían sus cabezas visibles, a saber: Fr. Plácido de Villalobos –apoyado por el general de la Congregación, Fr. Baltasar de Braga y por el visitador general Antonio da Silva–; y Fr. Cosme de Mendanha, abad de S. Román, apoyado por Fr. Juan Pinto, abad de Refoios y por Fr. Gonzalo de Moraes, abad de Rendufe. Estos acusaban al P.Villalobos de haber sido elegido y reelegido general irregularmente, de haber procedido irregularmente en la elección de abades, de haber favorecido a los de su parcialidad, de haber introducido ceremonias extrañas a la Orden, de haberse mostrado partidario de D. Antonio, pretendiente al trono portugués y de no haber dado jamás cuenta

²⁴ Era varón «que por su virtud, letras y gobierno y espíritu de reformation era la veneración... de toda la Congregación», dice el P. Antonio de Heredia, en sus *Vidas de Santos*. Era profeso de San Millán de la Cogolla, de donde también fue abad (1581-82-1588-91). Fue definidor y visitador general, procurador de la Congregación en Roma y fundador de la primera casa de la recolección benedictina en San Millán de Suso, Cf. E. ZARAGOZA, *Los generales*, o.c., vol. III, p. 344-345 y *Abadologio de San Millán de la Cogolla*, en *Studia monastica* (en prensa).

²⁵ Fray Sebastián de Villoslada, llamado también de Nájera, había nacido en Villoslada de Cameros (La Rioja) en 1537 de padres nobles. Estudió filosofía en la Universidad de Alcalá de Henares, graduándose de bachiller y licenciado en la de Zaragoza en 1560. Tras un duelo que no se realizó por no acudir el contrincante, decidió abandonar el mundo y tomó el hábito benedictino en el monasterio de Valvanera en 25 de mayo de 1561. Fue ordenado sacerdote en 1563 y poco después destinado al priorato de Nuestra Señora del Mercado de Soria, como predicador, siendo también predicador en el monasterio de Nájera. En 1570 se unió a Fray Alvaro de Salazar para implantar la recolección benedictina en el monasterio de San Millán de Suso, de donde salió en 1588 para prior de Valladolid. Felipe II le envió a reformar los monasterios benedictinos portugueses y una vez concluida esta misión se dedicó a implantar la recolección en los monasterios de San Claudio de León, Obarenes y San Juan de Poyo. Fue abad de El Bueso y de Poyo hasta que le sacaron para primer abad de San Martín de Madrid, electo el 30 de abril de 1594. Allí fundó el Hospital de la Buena Dicha, al que dio sabias constituciones, y se dedicó a la dirección espiritual de nobles plebeyos, singularmente de la Emperatriz doña María de Austria y la Infanta Margarita, clarisas en el vecino monasterio de las descalzas reales. Renunció a la abadía de San Martín a principios de 1596 para retirarse a una de las ermitas de Montserrat, pero le fue mandado regresar a la Corte a instancias de la Infanta Margarita. Murió en olor de santidad en Madrid el 7 de diciembre de 1597, tal como había predicho. Su cuerpo reposó en la iglesia abacial de San Martín hasta el 7 de abril de 1617 que fue trasladado al Hospital de la Buena Dicha, en cuya iglesia se conserva con un epitafio biográfico. Escribió diversos opúsculos místicos y muchas cartas; quiso imitar en la penitencia a su contemporáneo san Pedro de Alcántara y fue asiduo en el confesonario, devoto de la eucaristía y de la comunión frecuente, así como de la Virgen María; mortificado, austero, pobre, puntual en los oficios comunitarios y en el coro, y humilde, pues renunció a la mitra de Palencia que le ofrecía Felipe II. Sus dones de conocimiento de las conciencias, discreción de espíritus y de profecía le reportaron una fama de santidad tal, que pocos años después de su muerte se inició el proceso de beatificación, interrumpido al parecer porque un incendio en la embajada española en Roma quemó todos los documentos recogidos, escritos y cartas. La Congregación de Valladolid le dio el título de Venerable y no hay cronista contemporáneo que no se deshaga en elogios de su vida y virtudes, E. ZARAGOZA, *Abadologio del monasterio de San Martín de Madrid (1594-1835)*, en *Anales del Inst. De Estud. Madrileños*, vol. XXV (1988) 159, Cf. su biografía completa en P. DE LA ASUNCIÓN, *Vida prodigiosa del V. P. Fr. Sebastián de Nájera*, Valladolid, 1746 y resumen en E. ZARAGOZA, *Los generales*, o.c., vol. III, 345-349.

²⁶ Esta relación se halla original en el Archivo Histórico Nacional, de Madrid, Clero, Leg. 946, núm. 1. Yo mismo la publiqué con el título: *Reforma de los benedictinos portugueses (1588-1589)*, en *Theologica*, vol. XVII, Braga, 1983, p. 3-78.

de su administración. El P. Villalobos acusaba a Fr. Cosme de Mendanha de querer ser general y de haber cometido distintos sobornos en busca de votos. Para deshacer estos bandos, los visitadores no vieron otro remedio que enviar a los cabezas de los mismos a Castilla, como lo propusieron al rey. También pidieron que no se cerraran los monasterios situados en descampado en favor de los monasterios cercanos a las ciudades. Encontraron en cada monasterio grande una quincena de monjes como término medio, cuando las rentas de los mismos podían mantener una comunidad de más de 30. Solicitaron la supresión de los monasterios de Refoios y que sus rentas fueran unidas al colegio de Coimbra. Y a petición de los mismos monjes pidieron la fundación de tres casas de benedictinos recoletos, una en Setúbal, otra en Sarjo de Fiz y la tercera en Lisboa. Al mismo tiempo pedían que cesaran todos los abades en el capítulo general y que no pudieran ser reelegidos de nuevo, porque ya llevaban muchos años en el cargo. Encargaron que no se trasladaran con tanta frecuencia monjes de un monasterio a otro; que no llevaran mantos de seglares, sino como los que llevaban los benedictinos de Valladolid o los jerónimos portugueses; que no se apellidaran con santos, sino que al nombre de pila siguiera el de su familia o el del pueblo de su nacimiento; que nadie pudiera cambiar las ceremonias comunes y que se celebrara capítulo privado para redactar algunas leyes que habían de ser presentadas a la probación del capítulo general.

En noviembre de 1588 visitaron Carvoeiro y S. Román de Neiva, a pesar de la oposición del comendatario del primero, Pedro de Gran, que no aceptó la visita. También visitaron los monasterios de San Juan de Cabanes, que no tenía monjes y su comendatario era Blas Brandán, canónigo de la colegiata de Viana; el de San Salvador de Viana lo poseían los dominicos; los de Ganfen y S. Juan de Arga, estaban sin comunidad y los tenía encomendados el Marqués de Vila Real; el de Miranda, también sin monjes, lo tenía un clérigo; el de Pombeiro estaba endeudado y 4.000 ducados de sus rentas las había asignado el rey a los jerónimos de Belém de Lisboa; el de Paço de Sousa lo poseían los jesuitas; el de

Bustelo tenía pocos monjes y poca renta y su comendatario era Antonio Acevedo; el de Cete sólo tenía dos monjes y su comendatario era el agustino Fr. Luís de Montoya; y el de Coenções lo tenía en encomienda el monje Antonio Gonzalves. Otros monasterios pequeños estaban en poder de «teatinos» (jesuitas) y no los visitaron por no estar incluidos en las bulas de la visita apostólica.

Los visitadores reunieron a los monjes dispersos, que servían beneficios de la Orden, en varios monasterios donde implantaron la observancia regular según las constituciones y el ceremonial de la Congregación de Valladolid, que mandaron se leyesen públicamente cada tres meses. Urgieron la pobreza personal, regularon las ceremonias de la celebración de la misa y del oficio divino, implantaron el rezo diario del oficio parvo, la disciplina penitencial, la oración mental – según las directrices de Sta. Teresa de Jesús –, la lectura de casos de moral, el uso de la estameña para el hábito; establecieron que cada mes los monjes tuvieran un día de asueto en la huerta del propio monasterio; prohibieron a los bandos de motejarse de nicolaítas y martinetes; señalaron el hábito propio de los hermanos legos, a los que mandaron hacer profesión solemne como los de España; encargaron a los mayordomos el cuidado y provisión de las enfermerías, cumplir los sufragios por los bienhechores, guardar cuidadosamente en el archivo las escrituras; y a todos los monjes, que cuando salieran del monasterio vistiera siempre la cogulla, que en Braga y Porto se hospedaran en las casas que la Orden tenía allí y no en otra parte, que evitaran el trato frecuente con los seglares, que los abades no faltasen del monasterio más de ocho días, y que a su regreso dieran cuenta de lo que habían gastado y en qué, y a todos que no recibieran visitas los domingos y días de comunión, y que los mayordomos tuvieran los correspondientes libros de cuentas²⁷.

A estas ordenaciones generales añadieron otras particulares para cada uno de los monasterios visitados, que fueron los de Tibaes, Carvoeiro, S. Roman, S. Claudio, Ganfei, Rendufe, S. Tirso, Pombeiro, Refoios de Basto, Pendorada, Arnoia, Travanca, Paço de Sousa, Bustelo, Coimbra, Lisboa y la ermita de

²⁷ E. ZARAGOZA, *Los generales*, o.c., vol. III, p. 131-133.

Santarem. En total hallaron 169 monjes, 10 donados y seis novicios.

Dichas ordenaciones particulares, dan ciertas providencias para la observancia regular, vida común, economía, obras, número de monjes que había de tener cada comunidad, regulan la atención a los pobres, peregrinos y huéspedes, el vestido, la liturgia y la clausura. Muchos de los monasterios no tenían edificios suficientes para albergar una comunidad; a unos les faltaban celdas, a otros estancias comunes, alguno no tenía claustro y otros carecían de huerta para poder guardar la clausura. Los visitadores dieron las órdenes oportunas para que se hicieran las obras más urgentes en vistas a la implantación total de la vida comunitaria, a tenor de las observancias vallisoletanas.

Los visitadores reunieron capítulo general en Tíbaes, en 1590, en el cual fue presentada una carta del cardenal Alberto²⁸, sobrino de Felipe II, en que en nombre del rey ordenaba que eligieran abad general un monje español, bajo pena de excomunión. Pero los monjes, por influencia del P. Villoslada,

obtuvieron del rey que les dejara libre la elección, aunque por esta causa el capítulo se prolongó; y de él salieron nuevas constituciones para la Congregación.

Finalizado el capítulo, los visitadores regresaron a España, a S. Millán de la Cogolla, trayendo de Portugal, como único recuerdo y paga algunas reliquias de santos y de la corona de Cristo²⁹.

De esta manera quedó consolidada definitivamente la reforma de los monasterios benedictinos portugueses, tras las visitas de 1558, 1564 y 1588 y la Congregación Benedictina Portuguesa se afianzó —aunque llevaba ya veinte años de existencia (1570-1590)—, gracias a la decisiva intervención, tanto en la visita como en el capítulo, de los monjes visitadores apostólicos de la Congregación Benedictina Observante de Valladolid, que ayudaron a sus hermanos portugueses a levantarse de la postración de 1565 hasta el esplendor de la observancia de su Congregación en 1589, en que el visitador Fr. Alvaro de Salazar, asegura en su informe oficial que «cremos que non a en España ninguna más reformada».

²⁸ F. CAEIRO, *O arquiduque Alberto de Austria*, Lisboa, 1961, p. 288-311.

²⁹ C. GOICOECHEA, *Biografías emilianenses*, en *Berceo*, núm. 9 (1948) 536-537.

O concelho de Santo Tirso é uma região profundamente marcada pela influência que a ordem Beneditina teve na região ao longo dos tempos, particularmente nos mais remotos. De particular importância reveste-se o antigo mosteiro Beneditino de Santo Tirso, fundado em 978. Com a doação do couto de Santo Tirso ao mosteiro, por Soeiro Mendes da Maia em 1098, criaram-se as bases para a criação de uma grande casa beneditina em Portugal, que de facto o foi, até 1834, ano da expulsão dos frades e dissolução da ordem. Após a restauração da ordem em 1870, fundou-se um novo mosteiro, em 1894. O mosteiro beneditino de Singeverga.

O I Congresso Internacional «Os beneditinos na Europa» procura fazer-nos reflectir sobre a ordem beneditina, desde a fundação da regra, por S. Bento, até à actualidade. Neste encontro aborda-se a história da congregação beneditina em Portugal, bem como os reflexos da sua actividade na sociedade portuguesa.

